



altri



Relatório
& Contas 21



construindo
um mundo
+ renovável

Formato eletrónico único europeu (ESEF) e versão PDF

Este documento constitui uma versão não oficial e não auditada em formato PDF do Relatório Anual 2021 da Altri, SGPS., S.A.. Esta versão foi preparada para facilitar o seu uso e não inclui informação conforme o disposto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial do relatório ESEF está disponível no website da CMVM e foi submetida a 7 de abril de 2022. Este documento é uma cópia integral da referida informação financeira. Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último.



ALTRI, SGPS, S.A.

Sociedade Emitente de valores mobiliários admitidos à negociação

Sede: Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818 – Porto

NIF 507 172 086

Capital social: 25.641.459 Euros

ÍNDICE

(SECÇÕES INCLUÍDAS NO PRESENTE DOCUMENTO)

RELATÓRIO DE GESTÃO	1
RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE que inclui o RELATÓRIO DE REMUNERAÇÕES	59
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	122
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ANEXAS	257
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ANEXAS	371
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA	422
PARECER DO CONSELHO FISCAL	433



Relatório de Gestão

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
MENSAGEM DO CEO	6
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	7
EVOLUÇÃO BOLSISTA	8
ATIVIDADE DO GRUPO	11
ANÁLISE FINANCEIRA	15
PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL	18
GESTÃO DE RISCO	19
PERSPETIVAS FUTURAS	19
DISPOSIÇÕES LEGAIS	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
DECLARAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29 G DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS	25
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	25
ANEXO I	26

Senhores acionistas

O Conselho de Administração da Altri, SGPS, S.A. (daqui em diante “Altri” ou “Sociedade” ou “Grupo”), em observância das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2021, tendo, ao abrigo do número 6 do art.º 508.º – C do Código das Sociedades Comerciais (C.S.C.), optado por apresentar um Relatório de Gestão Único, que dando cumprimento a todas as exigências legais aplicáveis, permitirá uma análise completa prática e integrada da informação aí disponibilizada.

INTRODUÇÃO

A Altri foi constituída em fevereiro de 2005 e, por efeito de relevantes e complexas operações de aquisição de empresas, nomeadamente da Biotek, S.A. (“Biotek”) e, posteriormente, da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. (“Celbi”), unidades industriais que se vieram juntar à já detida Caima Indústria de Celuse, S.A. (“Caima”), rapidamente ficou conhecida e reconhecida como um grupo produtor europeu de referência de fibras celulósicas para aplicações papéis, e, mais recentemente, de fibras celulósicas para aplicações especiais, maioritariamente para o setor têxtil, sendo igualmente um *player* de referência no setor das energias renováveis de base florestal, nomeadamente na cogeração industrial através do licor negro e da biomassa, na medida em que a sua estratégia florestal assenta no aproveitamento integral de todos os componentes disponibilizados pela floresta: pasta, licor negro e resíduos florestais.

A totalidade das ações que representam o seu capital social estão admitidas à negociação em mercado regulamentado, na *Euronext Lisbon*, integrando o seu principal índice de referência, o PSI.

O sucesso da Altri deve-se a uma multiplicidade de fatores, devendo destacar-se o elevado nível de investimento realizado, sobretudo nos últimos anos - a Altri investiu nos últimos dez anos em Portugal mais de 477 milhões de Euros nas suas unidades industriais, o que permitiu dotá-las da mais avançada tecnologia disponível no mercado mundial. As unidades industriais da Altri são, por isso, hoje, referências nacionais e internacionais em matéria de boas práticas e de *compliance* ambiental.

A Altri detém três fábricas de pasta de papel em Portugal, a Celbi, situada na Figueira da Foz, a Biotek, (anteriormente denominada Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.), situada em Vila Velha de Ródão e a Caima situada em Constância, com uma capacidade instalada de produção de fibras celulósicas, que no total das três unidades em 2021, superou 1,1 milhão de toneladas.

A floresta é um ativo estratégico da Altri. Em finais de 2021 a Altri, através das suas subsidiárias Altri Florestal, S.A. e Florestsul, S.A., mantinha sob sua gestão cerca de 88,3 mil hectares de terrenos florestais em Portugal. A gestão praticada pela Altri encontra-se certificada pelos principais sistemas de certificação de gestão florestal sustentável e representa uma garantia para a prossecução dos objetivos do Grupo, hoje e no futuro.

Nestes terrenos, o eucalipto destaca-se como a principal cultura da floresta da Altri, garantindo um autoabastecimento complementar ao fornecido pelo mercado em madeira e biomassa, encontrando-se estes terrenos integralmente certificados pelo *Forest Stewardship Council*® (FSC®) e pelo *Programme for the Endorsement of Forest Certification* (PEFC), duas das mais reconhecidas entidades certificadoras a nível mundial.

Os recursos florestais da Altri, embora se encontrem dispersos por todo o país, na sua grande maioria estão concentrados no Vale do Tejo, conferindo-lhes uma importância acrescida face à sua proximidade aos centros fabris da Altri. Esta proximidade tem uma grande importância estratégica pois permite uma otimização dos custos de transporte, assim como uma grande eficácia na mobilização de madeira quando comparada com a produção de madeira localizada a maiores distâncias.

A prossecução da estratégia industrial da Altri assenta na gestão florestal integrada em Portugal, que visa a otimização da floresta, garantindo um aproveitamento integral de todos os seus componentes. Assim, o eucalipto é processado nas fábricas da Altri, produzindo pasta de papel e energia elétrica (cogeração), sendo que a casca, os ramos e os desperdícios florestais são utilizados para produzir energia elétrica através de biomassa.

A estratégia de desenvolvimento da Altri está claramente assente no reforço da eficiência operativa e, simultaneamente, na diversificação das fontes de receita para segmentos de maior valor acrescentado e que possibilitem uma evolução na cadeia de valor. Assim, para competir confortavelmente no mercado das *commodities*, e num contexto adverso de taxa de câmbio, o Grupo tem de reduzir os custos de operação e, por outro lado, investir na produção de produtos de maior valor acrescentado que permitam o seu crescimento.

A Altri pretende ser o produtor mais eficiente à escala global na colocação de fibras celulósicas à porta dos seus clientes.

Com esse objetivo, o Grupo Altri definiu quatro vetores estratégicos de desenvolvimento que centram a sua atividade e os seus futuros investimentos:

- Valorizar as Pessoas
- Desenvolver e Valorizar a Floresta
- Apostar na Excelência Operacional e na Inovação Tecnológica
- Afirmar a Sustentabilidade como Fator de Competitividade

No que diz respeito ao setor da energia, a Altri aposta também na produção de energia elétrica através da cogeração industrial de base renovável (um processo assente no aproveitamento de componentes vegetais com propriedades combustíveis).

Adicionalmente, a Altri, através da sua subsidiária Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (GreenVolt), possui e gere atualmente cinco centrais termoelétricas a biomassa em Portugal, o que demonstra a sua forte aposta no setor das energias renováveis. A GreenVolt é hoje a principal referência em termos de produção de energia a partir de biomassa residual florestal em Portugal.

A 30 de junho de 2021, esta sua subsidiária deu o primeiro passo de expansão internacional, tendo adquirido uma central de biomassa urbana (resíduos urbanos de madeira, nomeadamente - resíduos de demolições / construção) em Tilbury, no Reino Unido. Esta central tem uma capacidade instalada de 42MW. Para esta aquisição, a GreenVolt estabeleceu uma parceria com um investidor do Reino Unido (Equitix Investment Management Ltd), reservando para si a posição maioritária. Esta aquisição foi um passo determinante para a GreenVolt prosseguir o seu ambicioso projeto de crescimento e internacionalização, consolidando a sua posição no setor das energias renováveis a nível europeu e contribuindo para a expansão do negócio.

Conforme é já do amplo conhecimento público, a 15 de julho de 2021, a totalidade das ações representativas do capital social desta sua subsidiária foram admitidas à negociação no *Euronext Lisbon*, em resultado de um *Initial Public Offering* (IPO) extraordinariamente bem sucedido. As ações foram subscritas por um conjunto de investidores profissionais e pela V-Ridium Europe Sp. z.o.o., sendo que esta última realizou a sua participação no aumento de capital não através de uma entrada em dinheiro, como os demais, mas através de uma entrada em espécie constituída pela totalidade das ações representativas de uma sociedade sua subsidiária, a V-Ridium Power Group, Sp. z.o.o., sociedade esta que passou a ser, desde então, integralmente detida pela GreenVolt. A V-Ridium é uma sociedade de direito polaco, que opera no setor das energias renováveis, sendo um player de referência neste setor. Tem em pipeline projetos eólicos e solares, maioritariamente na Polónia e na Grécia. Esta sociedade, integralmente detida pela GreenVolt, é uma das maiores empresas da Europa no negócio do desenvolvimento de projetos solares e eólicos "*utility-scale*", estando presente em diversos mercados a nível mundial.

O acelerado processo de internacionalização da GreenVolt não se ficou por aqui. Esta subsidiária da Altri apostou ainda no sector da geração descentralizada de energia, tão essencial à nossa sociedade enquanto eixo fundamental da transição energética e enquanto instrumento de redução de custos das faturas energéticas. A GreenVolt atua, em Portugal, no sector Business-to-Business (“B2B”) através da sua subsidiária maioritariamente detida, Profit Energy e, em Espanha, no sector Business-to-Consumer (“B2C”), através da sua participada Perfecta Energía.

Em consequência do referido IPO, o Grupo Altri passou a deter 58,72% da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias. O Grupo Altri realizou um estudo em torno da otimização da participação acionista por si detida no capital social da sua subsidiária Greenvolt - Energias Renováveis, S.A., estudo esse que, depois de realizada a análise dos impactos e das vantagens de uma separação total dos negócios da pasta e da energia renovável, concluiu pela viabilidade dessa separação, na medida em que a mesma constituirá uma resposta adequada à evolução otimizada das empresas em causa, ajustada à realidade subjacente aos seus negócios e às suas perspetivas de evolução. O Conselho de Administração da Altri proporá, na Assembleia Geral Anual de 2022, em condições que a respetiva proposta apresentará, a distribuição aos acionistas da Altri de um número máximo de ações correspondente a 52.523.229 ações da GreenVolt, e que corresponde à participação de que a Altri é atualmente detentora de forma direta (43,27%). É entendimento do Conselho de Administração da Altri que a distribuição proposta merecerá a aprovação dos acionistas da Sociedade, desde logo porque acredita que os acionistas não só concordarão, como considerarão essencial, pelas razões já apontadas, a separação total dos negócios da pasta e da energia renovável. A entrega das ações aos acionistas terá lugar, expectavelmente, num prazo nunca superior a 30 dias a contar da data da deliberação (ou seja, num prazo sempre inferior a 12 meses após 31 de dezembro de 2021). Nesse sentido, a GreenVolt e suas subsidiárias são apresentadas na presente informação financeira consolidada como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas, com referência a 31 de dezembro de 2021.

Consequentemente, a estrutura orgânica funcional do Grupo Altri, no final de 2021, pode ser representada como se segue:



(a) Apresentada na presente informação financeira consolidada como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas, com referência a 31 de dezembro de 2021.

MENSAGEM DO CEO

O ano de 2021 foi mais um ano de forte crescimento para o Grupo Altri. Apesar de todas as condicionantes derivadas da pandemia, com elevadas restrições ao nível da logística em termos globais, conseguimos mais uma vez superar-nos, alcançando níveis de produção de fibras celulósicas, mas também de volume de negócios, sem paralelo na história da nossa Companhia.

Estes resultados são fruto do empenho diário das nossas pessoas, mas também dos nossos parceiros, fornecedores e clientes. São também reflexo do investimento contínuo que o Grupo Altri tem feito nas suas unidades de produção em Portugal, na Celbi, na Caima e na Biotek, tornando-as cada vez mais eficientes, dando resposta à crescente procura pelos nossos produtos a nível mundial.

Este crescimento foi, no entanto, feito num equilíbrio entre a sustentabilidade económica, social e ambiental. Procuramos criar valor para todos os nossos stakeholders cumprindo as melhores práticas na fileira florestal, com a aposta na certificação da floresta e na implementação de medidas que estimulem a biodiversidade, em linha com o Compromisso 2030 assumido pelo Grupo Altri.

É este posicionamento único que levou o Grupo Altri a ser selecionado pelas autoridades da Galiza para desenvolver um projeto ímpar de produção de fibras têxteis sustentáveis de base celulósica. É um projeto que, a concretizar-se, dará um forte contributo para a substituição de fibras sintéticas, de origem fóssil.

Estamos também a reduzir a nossa dependência de energia de fontes fósseis. A Caima vai tornar-se em breve, na primeira produtora ibérica de fibras celulósicas livre de combustíveis fósseis, sendo que todo o Grupo está a passar para o regime de mercado de energia, tendo em conta que é produtor excedentário.

Esta é uma das medidas implementadas para enfrentar um ano que se afigura cheio de desafios. Esta passagem para o regime de mercado terá já um impacto positivo durante o primeiro trimestre de 2022, permitindo-nos mitigar os efeitos da escalada dos preços da energia em resultado da tragédia que se vive na Ucrânia onde milhões de pessoas inocentes estão a sofrer com uma operação militar russa injustificável.

O cenário de guerra faz aumentar a incerteza, agravando as restrições logísticas a nível global, que já se faziam sentir, e empurrando os preços da energia para máximos históricos numa altura em que as dificuldades nas cadeias de valor de várias indústrias já estavam a criar pressões inflacionistas. Continuaremos focados na gestão e otimização do nosso negócio, de forma sustentável, com o objetivo de continuar a criar valor para todos os nossos stakeholders.

José Soares de Pina

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O ano de 2021 ficou caracterizado pelo papel importantíssimo da vacinação na luta contra a pandemia de Covid-19. Apesar da vacinação ser um processo longo e assimétrico, com diferentes implementações consoante o desenvolvimento das regiões do globo, o processo de vacinação em massa nas economias desenvolvidas resultou numa diminuição do número de infeções e, consequentemente, numa diminuição das restrições, o que permitiu o crescimento da atividade económica. Não obstante, o mundo esteve sempre em alerta com a possibilidade de surgirem novas variantes infecciosas, o que fez com que o ritmo da recuperação não fosse constante. As projeções da variação anual do PIB a preços constantes (em %) da economia mundial andam maioritariamente na casa dos 5%: 5,5% do Banco Mundial, 5,7% da Comunidade Europeia e 5,9% do Fundo Monetário Internacional. Já a OCDE é um pouco mais prudente, estimando um crescimento de 3,8%.

Para 2022, o combate à pandemia continuará a ser fundamental. No entanto, novas adversidades irão estar em cima da mesa. O conflito armado no território ucraniano, para além da catástrofe humanitária que provocou ao povo daquele país e do rasto de destruição, terá repercussões na economia mundial. Os impactos são vários, nomeadamente no preço das matérias-primas onde, por exemplo, o petróleo tem atingido novos máximos históricos. Paralelamente, o mundo tem tentado responder à invasão russa com sanções económicas que terão impacto em inúmeras economias, quer para o papel de exportador, quer para o papel de importador. Adicionalmente, o tema da inflação poderá ser particularmente relevante, implicando alterações importantes na política monetária. Os Bancos Centrais poderão ter de implementar políticas monetárias mais restritivas, contraindo a procura e, dessa forma, provocar a desaceleração económica. Para 2022, a OCDE avança com projeções do crescimento do PIB (a preços constantes) da economia mundial na ordem dos 3,9%. Já o Banco Mundial aponta para uma variação anual do PIB a preços constantes de 4,1%, enquanto o FMI vai mais longe, com uma previsão na ordem dos 4,8%. No entanto, todas as previsões estão em revisão permanente devido ao eventual impacto do conflito na Ucrânia.

Relativamente à economia da Zona Euro, que em 2020 tinha registado uma queda, apresentou uma sólida recuperação em 2021, com as mais recentes estimativas da OCDE a apontarem para um crescimento de 5,2%. O consumo privado foi dos principais responsáveis para esta recuperação. As taxas de inflação, quer a taxa global quer a taxa subjacente, sofreram grandes aumentos, atingindo 4,1% e 2,0%, respetivamente, em outubro de 2021. Nos próximos dois anos, prevê-se que o crescimento abrande gradualmente situando-se na ordem dos 4,3% em 2022 e dos 2,5% em 2023. Relativamente ao desemprego, é expectável que se situe novamente em níveis pré-pandémicos e que desça abaixo desse nível em 2023. As previsões da OCDE estimam que a taxa de desemprego na Zona Euro desça de 7,9% em 2020 para 7,7% em 2021, 7,2% em 2022 e 7,0% em 2023. Já a inflação da Zona Euro, encerrou 2021 nos 2,4%, estimando-se 2,7% e 1,8% para 2022 e 2023.

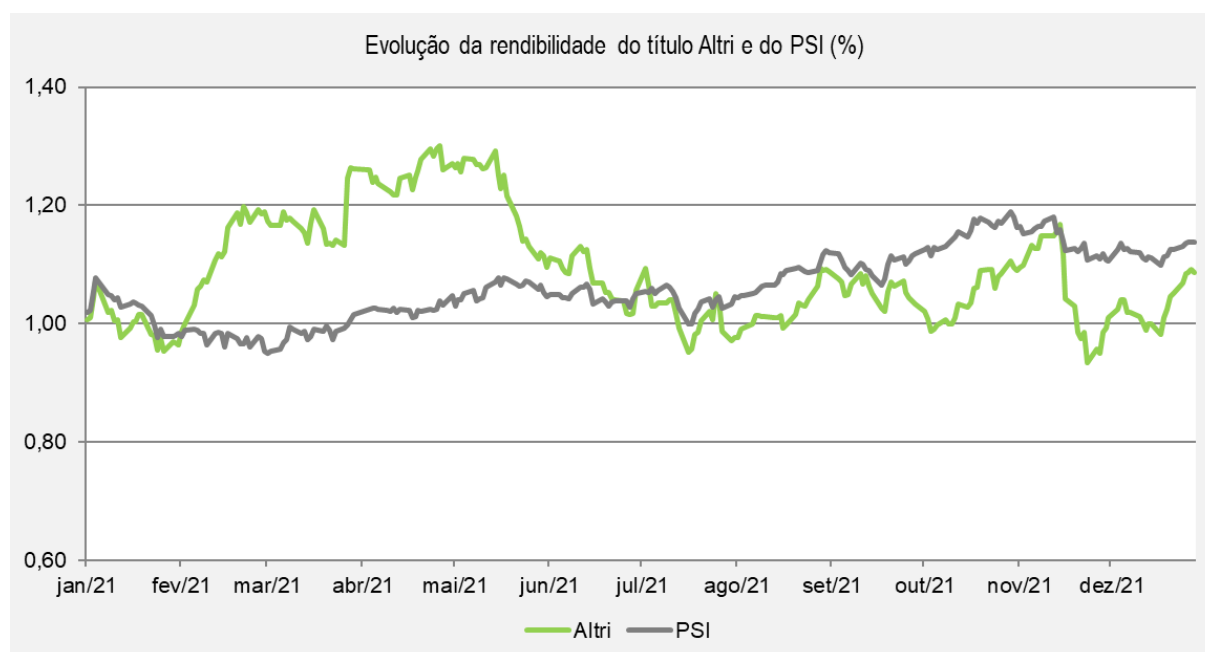
A atividade económica em Portugal recuperou de forma mais robusta do que o esperado no segundo e terceiro trimestres de 2021, quando a maioria das medidas restritivas foram retiradas, impulsionada principalmente pelo consumo privado. As mais recentes projeções avançam com um crescimento do PIB entre 4,8% e 4,9% em 2021. Para 2022, a OCDE estima um crescimento do PIB de 5,8% para 2022 e de 2,8% para 2023. Simultaneamente, após ter fechado o ano de 2020 com uma ligeira deflação de 0,1%, Portugal terá atingido níveis de inflação nos 0,9% em 2021. As projeções do Banco de Portugal (BdP) para os próximos anos apontam para uma inflação de 1,8% em 2022 e 1,1% em 2023. Relativamente ao desemprego, as estimativas do BdP e INE apontam para os 6,6% em 2021, 6,0% em 2022 e 5,7% em 2023 (valores em % da população ativa).

No que toca à China, as mais recentes estimativas apontam para que a economia tenha crescido em torno de 8,1% em 2021, um valor bastante acima da média das outras principais economias. Para 2022, a OCDE perspetiva um crescimento de cerca de 5% em 2022 e em 2023. Já a inflação deverá seguir a tendência mundial, passando dos estimados 0,8% em 2021 para 1,7% e 2,4% em 2022 e 2023, respetivamente.

Fonte: IMF - Informação de Mercados Financeiros, Relatório de Enquadramento Macroeconómico em 2021 e Cenário para 2022, 21 de março de 2022

EVOLUÇÃO BOLSISTA

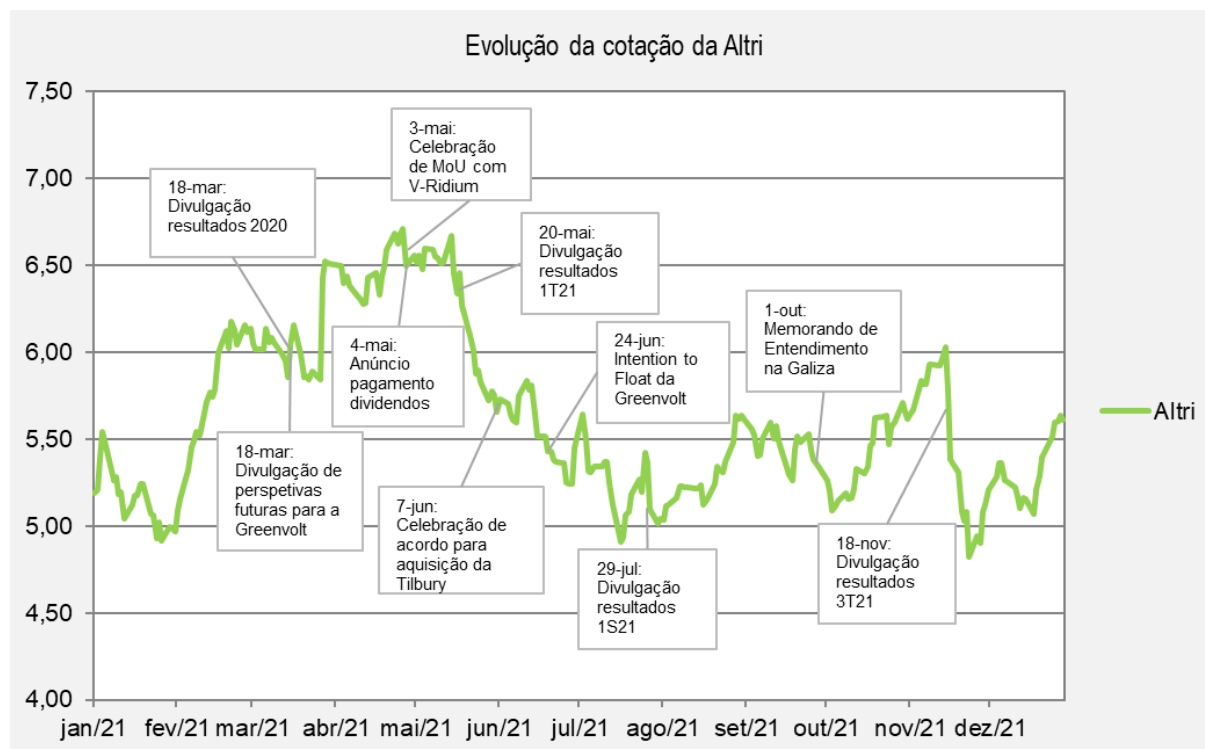
(Nota: O PSI foi considerado como um índice com valor inicial idêntico ao do título em análise, de forma a possibilitar uma melhor comparação das variações das cotações)



A cotação bolsista da Altri encerrou o ano de 2021 nos 5,61 Euros por ação. A capitalização bolsista no final de 2021 era de cerca de 1.151 milhões de Euros.

Durante o ano de 2021, as ações da Altri foram transacionadas a uma cotação máxima de 6,715 Euros por ação e a mínimos de 4,822 Euros por ação. No total, foram transacionadas cerca de 156,4 milhões de ações da Altri naquele período, o que equivale a 76,2% do capital emitido.

Os principais eventos que marcaram a evolução dos títulos do Grupo durante o exercício de 2021 podem ser descritos cronologicamente do seguinte modo:



- No dia 18 de março de 2021, o Grupo anunciou a performance financeira relativamente ao exercício de 2020, fixando-se o resultado líquido consolidado em 35,0 milhões de Euros. As receitas totais¹ consolidadas ascenderam a 615,6 milhões de Euros. O EBITDA² consolidado foi superior a 130,4 milhões de Euros. Naquela data, as ações encerraram a cotar nos 6,04 Euros por ação;
- Nessa mesma data, a Altri comunicou ao mercado que a sua subsidiária GreenVolt iria dar início à implementação de um ambicioso projeto de expansão nacional e internacional com o intuito de consolidar a sua posição de liderança no plano nacional e afirmar-se como um player de referência a nível internacional no mercado das energias renováveis, não apenas a partir de biomassa florestal, mas também através de modelos inovadores de energia solar e eólica;
- Adicionalmente, o mercado foi informado da realização de estudos com o objetivo de averiguar uma possível operação que culminasse na admissão à negociação da totalidade das ações representativas do capital social da GreenVolt no mercado regulamentado Euronext Lisbon;
- No dia 3 de maio, a Altri anunciou a celebração de um Memorando de Entendimento com a sociedade de direito polaco V-RIDIUM EUROPE SP. Z O.O., acordando a realização de um possível aumento do capital social da GreenVolt no contexto do respetivo IPO;
- No comunicado efetuado a 4 de maio de 2021, a Altri informou o mercado que os dividendos relativos ao exercício de 2020, correspondentes a 0,25 Euros por ação, seriam pagos a partir de 20 de maio;
- Através do comunicado efetuado a 20 de maio, o Grupo publicou os resultados do primeiro trimestre de 2021. No decorrer deste período as receitas totais¹ consolidadas ascenderam a 179,2 milhões de Euros, o EBITDA² atingiu cerca de 39,5 milhões de Euros ao passo que o resultado líquido consolidado se fixou nos 13,2 milhões de Euros;

¹ Receitas totais = Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

² EBITDA = Resultados antes de impostos, Resultados financeiros e Amortizações e depreciações

- A 7 de junho, a Altri informou o mercado que a sua subsidiária GreenVolt, juntamente com fundos geridos pelo Equitix Group, celebrou um acordo para aquisição da Tilbury Green Power Holdings Limited, uma sociedade de direito inglês, titular de uma central de produção de energia renovável a biomassa;
- Na comunicação do dia 24 de junho, a Altri disponibilizou aos investidores a sua intenção de proceder com o IPO e quais as características e condições desta operação. Já no segundo semestre do ano, o Prospeto da operação foi divulgado, tendo a operação terminado com sucesso, isto é, com a totalidade das ações representativas do capital social da GreenVolt a serem admitidas à negociação no mercado regulamentado *Euronext Lisbon* no dia 15 de julho de 2021;
- A 29 de julho, a Altri comunicou ao mercado os resultados do 1.º semestre de 2021, tendo apresentado receitas totais¹ de cerca de 387 milhões de Euros, EBITDA² de 109 milhões de Euros e resultado líquido de cerca de 44,8 milhões de Euros;
- A 1 de outubro, a Altri anunciou um Memorando de Entendimento com um consórcio público-privado da região da Galiza, para estudar em exclusivo, a construção de uma unidade industrial de raiz que venha a ter capacidade para produzir anualmente cerca de 200.000 toneladas de pasta solúvel e fibras sustentáveis;
- No dia 18 de novembro foram divulgados os resultados do 3.º trimestre. Nos primeiros 9 meses do ano, o Grupo atingiu receitas totais¹ de 635,3 milhões de Euros, o EBITDA² foi de cerca de 207,6 milhões de Euros e o resultado líquido de 92,8 milhões de Euros. Nesta comunicação de resultados, a Altri destacou as perspetivas de crescimento da GreenVolt e da Altri, afigurando razoável e necessário a contemplação de um estudo em torno da otimização da participação acionista da Altri na GreenVolt, o que poderia envolver um eventual processo de autonomização dessa participação, caso existisse uma resposta adequada para a evolução otimizada das empresas em causa.

ATIVIDADE DO GRUPO

A Altri é um produtor europeu de referência na produção de fibras celulósicas. Para além da produção de pasta, o Grupo está também presente no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e a biomassa através da sua subsidiária GreenVolt. A estratégia florestal assenta no aproveitamento integral de todos os componentes disponibilizados pela floresta: pasta, licor negro e resíduos florestais.

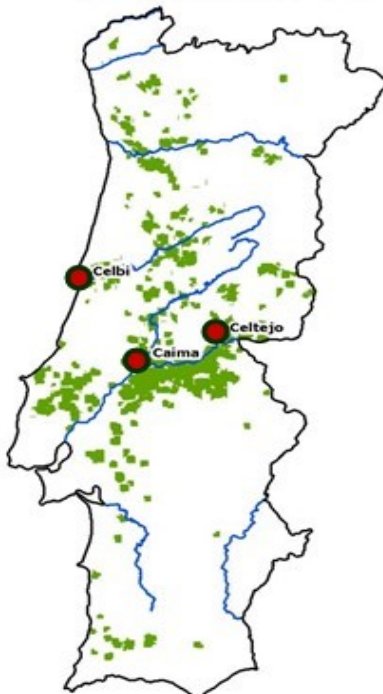
Atualmente, a Altri gere cerca de 88,3 mil hectares de floresta em Portugal, integralmente certificada pelo *Forest Stewardship Council®* (FSC®) e pelo *Programme for the Endorsement of Forest Certification* (PEFC), dois dos mais reconhecidos mecanismos de certificação florestal a nível mundial.

Atualmente, a Altri detém três fábricas de pasta em Portugal, com uma capacidade instalada que, em 2021, superou 1,1 milhão de toneladas de pastas de eucalipto.

As principais participações financeiras da Altri na área de negócio da pasta de papel são as seguintes:

- **Caima – Indústria de Celulose (Constância)** – produção e comercialização de pasta solúvel;
- **Celulose Beira Industrial (Celbi) (Figueira da Foz)** – produção e comercialização de pasta de papel;
- **Biotek** (anteriormente denominada Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.) (**Vila Velha de Ródão**) – produção e comercialização de pasta de papel;
- **Altri Florestal (Furadouro)** – unidade gestora dos recursos florestais do Grupo.

Localização das unidades industriais do Grupo Altri



Adicionalmente, o Grupo detém ainda uma participação de 58,72% no capital da GreenVolt, que atua no setor da produção de energia renovável, a nível nacional e internacional. Como referido anteriormente, a GreenVolt e suas subsidiárias são apresentadas na presente informação financeira consolidada como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas, com referência a 31 de dezembro de 2021.

O produto da Altri

A Celbi e a Biotek produzem fibras celulósicas, pelo processo ao sulfato, ou Kraft, para aplicações papeleras. A Caima produz fibras celulósicas pelo processo ao sulfito, para aplicações especiais, maioritariamente para a indústria têxtil.

As fibras celulósicas da Celbi são branqueadas sem utilização de cloro elementar (ECF, *elemental chlorine free*). As fibras celulósicas da Biotek e da Caima são TCF (*totally chlorine free*), isto é, são branqueadas sem a utilização de compostos clorados.

No caso da Celbi e da Biotek a utilização do eucalipto *globulus* como matéria-prima, conjugada com o processo produtivo, confere características especiais aos seus produtos que os tornam particularmente adequados à produção de determinados tipos de papel ou cartão.

Estas características recomendam, no caso da Celbi, a sua utilização na produção de papéis finos de impressão e escrita, papéis para laminados decorativos e papéis destinados a servirem de suporte à impressão de elevada qualidade. No caso da Biotek o produto é particularmente adequado à produção de papéis *tissue*.

A Caima produz fibras celulósicas para aplicações especiais, maioritariamente têxteis, utilizando o eucalipto *globulus* como matéria-prima. O seu produto é utilizado na produção de viscose, uma das matérias-primas da indústria têxtil, a par do algodão e do poliéster. Como exemplo de produtos finais que integram no seu processo produtivo a pasta de papel e a solúvel, destaca-se o papel (seja de escrita, decorativo ou *tissue*), têxteis (tecidos e roupa), óculos, pneus, colchões, esponjas, dispositivos eletrónicos tais como LCD's, indústria alimentar (como por exemplo, a produção de molhos), tintas, cigarros, loiça, entre muitos outros. Com este leque de aplicações, a indústria das fibras celulósicas acrescenta um enorme valor à sociedade.

Os mercados alvo das fibras celulósicas são a Europa ocidental, a Europa de leste e a bacia do Mediterrâneo. As fibras celulósicas para aplicações especiais produzidas pela Caima são vendidas sobretudo na China, que é o maior produtor mundial de viscose.

Para além das fibras celulósicas da Caima, esta subsidiária vende ainda lignosulfonato de magnésio, que é maioritariamente utilizado na indústria de construção, como aditivo para o betão.

As fibras celulósicas produzidas estão aprovadas pelo *Nordic Ecolabelling of Paper Products* (Celbi e Biotek) e pelo *European Ecolabel* (Celbi), para poderem ser utilizadas em produtos que pretendam utilizar este rótulo ambiental. Estes dois programas são programas de rotulagem ambiental, baseados na análise do ciclo de vida do produto.

O processo de produção da pasta e a gestão florestal integrada possibilitam o aproveitamento de fontes de energia renovável: licor negro e biomassa. Estas fontes de energia renovável são aproveitadas pela Altri e pela GreenVolt em Portugal, gerando energia que é injetada na rede pública nacional.

Mercado da pasta de papel

A procura global de Pasta durante 2021 apresentou um decréscimo de 3,2%, sendo que a procura por Pasta *Hardwood* diminuiu cerca de 4,1% em relação ao período homólogo de 2020, de acordo com o PPPC (*World Chemical Market Pulp Global 100 Report- December 2021*).

A região com maior crescimento foi a Europa Ocidental com uma aceleração da procura de 5,0% que, ainda assim, não foi suficiente para compensar o decréscimo da procura da China (-12,1%). A Europa Ocidental beneficiou de um aumento forte da procura por papel gráfico e de impressão (P&W) acompanhada por uma recuperação económica geral pós-pandemia, que beneficiou a maior parte dos segmentos papeleros. Por outro lado, a China apresentou algum abrandamento da procura, com a influência de vários fatores externos que acabaram por ter um impacto relevante. As restrições

logísticas foram um desses fatores, dada a baixa disponibilidade de navios e o forte aumento de preços dos fretes marítimos mundiais e, como tal, limitando as exportações de papel produzido na China (e consequente consumo de Pasta). Adicionalmente, a crise energética levou o Governo Chinês a decretar restrições de funcionamento de várias indústrias onde a indústria de Papel está incluída.

Procura Global de Pasta por Região

Mil Tons	2021	2020	Var. %
<i>Bleached Hardwood Sulphate</i>	36 345	37 895	-4,1%
<i>Bleached Softwood Sulphate</i>	24 977	25 992	-3,9%
<i>Unbleached Sulphite</i>	2 762	2 317	19,2%
<i>Sulphite</i>	111	110	0,9%
Procura Global de Pasta	64.195	66.315	-3,2%
Hardwood por região			
América do Norte	3 313	3 281	1,0%
Europa Ocidental	8 213	7 822	5,0%
Europa de Leste	1 525	1 526	-0,1%
América Latina	2 662	2 617	1,7%
Japão	977	878	11,2%
China	13 974	15 891	-12,1%
Resto da Ásia/África	5 489	5 692	-3,6%
Oceânia	191	188	1,6%
Total	36 345	37 895	-4,1%

Fonte: PPPC (World Chemical Market Pulp Global 100 Report- December 2021).

Um dos fatores importantes para verificar o equilíbrio da procura e oferta de Pasta no mercado Europeu é o nível de stocks nos Portos Europeus. Verificamos que esse nível de stocks continua a descer mensalmente desde setembro de 2021, estando em janeiro de 2022 perto dos mínimos dos últimos doze meses. O nível de stocks registado em janeiro de 2022 representa um decréscimo de 12% comparando com o período homólogo e cerca de 28% abaixo do nível médio dos últimos três anos. Apesar de parcialmente explicado por algumas restrições logísticas mundiais, estes níveis de stocks mostram que o mercado de Pasta Europeu continua com um nível de procura bastante saudável.

Stocks de Pasta nos Portos Europeus

Mil Tons	2019	2020	2021
Stocks (Portos UE)	1.912	1.542	1.198

Fonte: Europulp (Federation of the National Associations of Pulp Sellers in Europe).

Nota: Stocks mensais relativos ao final do período. Média mensal para os valores anuais.

No final de 2021, o preço da Pasta (BHKP) na Europa estava a 1,140 USD/ton, um nível que se verificou estável durante o 4T21 e praticamente todo o 3T21. Apesar da descida de preços da Pasta verificada na China durante o 3T21, a forte procura por Pasta na Europa por parte dos produtores Europeus de Papel levou à manutenção dos preços. Na China, os preços da Pasta (BHKP) começaram a recuperar durante o 4T21, diminuindo a diferença para o preço praticado no mercado Europeu.

Evolução do Preço médio da Pasta BHKP na Europa (2017 a 2021)

US\$/ton	2017	2018	2019	2020	2021	2021			
						1T21	2T21	3T21	4T21
Preço médio da Pasta (BHKP)	819	1.037	858	680	1.014	767	1.009	1.138	1.140

Fonte: FOEX.

A Pasta Solúvel (DP), direcionada para o uso têxtil e usada principalmente na Ásia, registou um aumento de procura global de 14% em 2021 atingindo um novo máximo de 6.8 milhões de tons, de acordo com a *Pulp and Paper Products Council* (PPPC), *Global DP Demand Report – December 2021*. Este aumento foi impulsionado essencialmente pela recuperação pós-pandemia da Ásia. Os preços de DP acompanharam o movimento generalizado de subida dos preços da Pasta em 2021, com algum abrandamento no final do 3T21 e 4T21, dado algum arrefecimento sentido na China e as restrições de produção do Governo local.

Performance Operacional

Os volumes totais de Pasta produzida em 2021 atingiram um recorde absoluto de 1,126 mil tons, um aumento de 2,2% face a 2020. As vendas no mesmo período atingiram também um recorde, registando cerca de 1,153 mil tons (+5,0% face a 2020).

Indicadores Operacionais (Anuais)

Mil tons	2021	2020	2021/2020
Produção Pasta BHKP	1.029	1.010	1,9%
Produção Pasta DWP	97	92	5,6%
Produção Total	1.126	1.102	2,2%
Vendas Pasta BHKP	1.060	997	6,3%
Vendas Pasta DWP	93	101	-7,6%
Vendas Totais	1.153	1.098	5,0%

ANÁLISE FINANCEIRA

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IFRS-UE).

Demonstração dos resultados de 2021

€ M	2021	2020 (Reexpresso com a IFRS 5)	2021/2020
Receitas totais	793,4	575,0	38,0%
Custo das vendas	321,4	286,9	12,0%
Fornecimento de serviços externos	201,2	151,3	33,0%
Custos com pessoal	43,2	39,0	10,9%
Outros gastos	3,3	2,9	12,7%
Variação de justo valor dos ativos biológicos	0,0	-1,2	-103,0%
Provisões e perdas por imparidade	-3,6	-1,8	103,7%
Custos totais	565,7	477,2	18,6%
EBITDA	227,7	97,9	132,7%
Margem EBITDA	28,7%	17,0%	+11,7 pp
Amortizações e depreciações	-64,0	-62,2	2,9%
EBIT	163,8	35,7	359,1%
Margem EBIT	20,6%	6,2%	+14,4 pp
Resultados relativos a investimentos	0,0	0,0	s.s.
Gastos financeiros	-22,1	-26,4	-16,5%
Rendimentos financeiros	8,6	4,4	95,1%
Resultados financeiros	-13,5	-22,0	-38,8%
Resultados antes de impostos e CESE das op. continuadas	150,3	13,7	s.s.
Impostos sobre o rendimento	-26,5	11,2	s.s.
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	-0,1	-0,1	-20,1%
Resultado líquido consolidado das operações continuadas	123,7	24,7	400,7%
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	11,6	10,3	12,5%
Resultado líquido consolidado	135,2	35,0	286,7%
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da empresa-mãe	127,8	35,0	265,4%
Interesses que não controlam	7,4	0,0	s.s.

Nota: Informação financeira de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia (IFRS-UE)

(a) Receitas totais = Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos

(b) EBITDA = Resultados antes de impostos e CESE das operações continuadas, Resultados financeiros e Amortizações e depreciações

(c) Margem EBITDA = EBITDA / Receitas totais

(d) EBIT = Resultados antes de impostos e CESE das operações continuadas e Resultados financeiros

(e) Margem EBIT = EBIT / Receitas totais

(f) Resultado depois de impostos das operações descontinuadas é relativo à atividade da GreenVolt

Como referido anteriormente, o Grupo Altri passou a considerar a atividade da GreenVolt como 'Operação Descontinuada' em termos de reporte de informação financeira. Como tal, a informação financeira apresentada passa a ter um foco essencialmente na atividade de Pasta.

As receitas totais do Grupo Altri atingiram € 793,4 M durante o ano de 2021, um crescimento de 38,0% face a 2020, em consequência do ambiente de preços de Pasta mais favorável e acréscimo de volume de vendas. O EBITDA atingiu € 227,7 M, um crescimento de 132,7% face a 2020, com a margem EBITDA a atingir 28,7%, um aumento de 11,7 p.p. comparando com o mesmo período de 2020. O resultado líquido do Grupo Altri, já excluindo a GreenVolt, atingiu cerca de € 123,7 M, um aumento significativo ao comparar com € 24,7 M registados em 2020.

O investimento líquido total³ realizado pelo Grupo Altri durante 2021 foi de aproximadamente 26,1 milhões de Euros.

A dívida líquida nominal remunerada⁴ do Grupo Altri em 31 de dezembro de 2021 ascendia a 344,0 milhões de Euros, o que equivale a um rácio de Dívida Líquida/EBITDA de 1.5x.

³ Investimento líquido total: Pagamentos no período relativos a aquisições de ativos fixos tangíveis relacionados com a atividade operacional do segmento Pasta.

⁴ Dívida líquida nominal remunerada: Empréstimos bancários (valores nominais) + Outros empréstimos (valores nominais) – Caixa e equivalentes de caixa.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Durante o exercício de 2021, os administradores não executivos cumpriram de forma regular e com eficácia as suas funções de acompanhamento e monitorização da atividade dos membros executivos.

Este acompanhamento teve lugar não só através da sua participação regular e assídua nas reuniões do Conselho de Administração, como através da participação de alguns destes membros não executivos nas comissões especializadas existentes no seio do Conselho, como é o caso da Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional, a Comissão de Ética e a Comissão de Sustentabilidade, comissões estas que reportam regularmente a sua atividade ao Conselho de Administração.

Sempre que necessário, os administradores não executivos mantiveram um contacto estreito e direto com os responsáveis operacionais e financeiros do Grupo, numa perfeita articulação que promove um ambiente esclarecido e informado.

No exercício de 2021, e no âmbito das reuniões do Conselho de Administração, os Administradores executivos reportaram sempre o desenvolvimento da sua atividade e prestaram todas as informações que foram requeridas pelos demais membros do Conselho de Administração.

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL

A Altri, S.G.P.S., S.A., na qualidade de holding do Grupo, registou nas suas demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, um resultado líquido de 88.065.822 Euros, para o qual, nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

Dividendos	51.282.918 euros
Reservas livres	36.782.904 euros

O Conselho de Administração propôs à Assembleia Geral no seu relatório anual a distribuição, em condições que a respetiva proposta apresentará, de um dividendo em numerário, correspondente a 25 cêntimos por ação. A mesma proposta contemplará, adicionalmente, a distribuição de um dividendo em espécie, constituído por um número máximo de 52.523.229 de ações representativas do capital social e dos direitos de voto da GreenVolt. Se neste cenário de distribuição conjunta, i.e., em numerário e em espécie (esta última, tal como referido nas Notas 1 e 7 das Notas às demonstrações financeiras consolidadas) o montante a distribuir exceder o montante de fundos distribuíveis, a parte do dividendo em numerário será diminuída pela importância correspondente ao excedente, com arredondamento por defeito (num mínimo de 0,01 Euros por ação).

GESTÃO DE RISCO

A Gestão do Risco tem um papel vital na estrutura de gestão do Grupo. É nosso entendimento que a gestão do risco é um potenciador da criação de valor.

Para uma descrição mais abrangente dos riscos relacionados com as atividades do Grupo, consulte as secções Relatório de Governo da Sociedade, Demonstrações Financeiras Consolidadas e notas anexas, Demonstrações Financeiras Individuais e notas anexas e Relatório de Sustentabilidade.

PERSPETIVAS FUTURAS

A procura de Pasta continua a registar uma forte dinâmica na Europa no início de 2022, especialmente para uso final de Papel de Impressão e Escrita (P&W) e *Tissue*. A forte procura de Pasta conjugada com a baixa disponibilidade, visível pelos níveis baixos de stocks nos portos Europeus, já levou a três aumentos de preços, anunciados para fevereiro (US\$30), para março (US\$30), e para abril (US\$50), para US\$1,250/ton.

Em termos de oferta, as restrições logísticas continuam a ser um tema presente. Mais recentemente, a guerra na Ucrânia e as sanções decretadas à Rússia por vários países Ocidentais, deverão contribuir para um agravamento das condicionantes logísticas e inflação de alguns custos variáveis. As greves prolongadas no setor no Norte da Europa são também um fator com um impacto relevante na dinâmica do mercado Europeu.

No lado dos custos, a inflação generalizada dos fatores produtivos é um desafio que pretendemos gerir da melhor forma possível. Tendo sido o aumento dos custos energéticos o principal fator negativo durante o 4T21, o Grupo Altri decidiu alterar o regime de energia regulado de cogeração para o regime de mercado, o que terá um impacto positivo já durante o 1T22, dado a sua condição de produtor excedentário de energia.

O projeto da Galiza continua em rápido desenvolvimento, com os estudos de impacto ambiental, viabilidade económica e engenharia a serem iniciados com os nossos parceiros da Impulsa, o consórcio público-privado da região da Galiza com quem assinámos o Memorando de Entendimento (MdE) para estudar em exclusivo a construção de uma unidade industrial de raiz com uma capacidade produtiva anual de 200.000 toneladas de pasta solúvel e fibras têxteis sustentáveis. A curto prazo esperamos estar em condições de anunciar a localização final do projeto.

Em termos de paragens programadas de manutenção em 2022, a calendarização é a seguinte:

- Celbi: sem paragem
- Caima: outubro 2022
- Biotek: maio 2022

Remetemos para as considerações divulgadas na Nota 47. Eventos Subsequentes no anexo às demonstrações financeiras consolidadas

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Ações próprias

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 66, número 5, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que em 31 de dezembro de 2021 a Altri não detinha ações próprias, bem como não adquiriu nem alienou quaisquer ações próprias durante o exercício.

Ações detidas pelos órgãos sociais da Altri

Nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que em 31 de dezembro de 2021, os administradores da Altri detinham as seguintes ações:

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça ^(a)	38 295 053
João Manuel Matos Borges de Oliveira ^(b)	31 000 000
Paulo Jorge dos Santos Fernandes ^(c)	27 146 874
Domingos José Vieira de Matos ^(d)	26 669 010
Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo	4 500

^(a) – As 38.295.053 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A., da qual a administradora Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça é administradora e acionista dominante.

^(b) – As 31.000.000 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade CADERNO AZUL, S.A., da qual o administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista dominante.

^(c) – As 27.146.874 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade ACTIUM CAPITAL, S.A., da qual o administrador Paulo Jorge dos Santos Fernandes é administrador e acionista dominante.

^(d) – As 26.669.010 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas pela sociedade LIVREFLUXO, S.A., da qual o administrador Domingos José Vieira de Matos é administrador e acionista dominante.

Em 31 de dezembro de 2021, o Revisor Oficial de Contas, os membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral não possuíam ações representativas do capital social da Altri.

Participação no Capital da Sociedade

Em 31 de dezembro de 2021 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 16.º, 20.º e 29.º-R do Código de Valores Mobiliários, informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que detêm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33%, 50%, 66% e 90% dos direitos de voto, são como segue:

	Nº ações detidas em 31-dez-2021	% capital social com direito de voto
1 Thing, Investments, S.A.		
Diretamente ^(a)	20 541 284	10,01%
Total imputável	20 541 284	10,01%

^(a) - as 20.541.284 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S.A. cujo conselho de administração integra o administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira.

	Nº ações detidas em 31-dez-2021	% capital social com direito de voto
Domingos José Vieira de Matos		
Através da sociedade Livrefluxo, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	26 669 010	13,00%
Total imputável	26 669 010	13,00%

	Nº ações detidas em 31-dez-2021	% capital social com direito de voto
Paulo Jorge dos Santos Fernandes		
Através da sociedade Actium Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	27 146 874	13,23%
Total imputável	27 146 874	13,23%

	Nº ações detidas em 31-dez-2021	% capital social com direito de voto
João Manuel Matos Borges de Oliveira		
Através da sociedade CADERNO AZUL, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	31 000 000	15,11%
Total imputável	31 000 000	15,11%

	Nº ações detidas em 31-dez-2021	% capital social com direito de voto
Promendo Investimentos, S.A.		
Diretamente ^(a)	38 295 053	18,67%
Através do seu administrador José Manuel de Almeida Archer	11 500	0,01%
Total imputável	38 306 553	18,68%

^(a) - as 38.295.053 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade Promendo Investimentos, S.A. que se consideram igualmente imputáveis a Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça, administradora e acionista dominante da sociedade Promendo Investimentos, S.A. e administradora da Altri, SGPS, S.A.

A Altri não foi notificada de quaisquer participações acima de 20% dos direitos de voto.

Política de Diversidade – Alínea q) do número 1 do artigo 29.º-H do C.V.M.

A política de diversidade não é um tema novo no seio do Grupo Altri. Na verdade, e apesar de as áreas de atividade do Grupo – eminentemente industriais – serem áreas historicamente mais propensas à predominância de homens, a verdade é que não só no Conselho de Administração, mas também nas posições de *senior and middle-management*, o Grupo, desde há já vários anos tem vindo a definir e implementar políticas que se têm vindo a materializar numa maior paridade de género.

A Sociedade, desde cedo, potenciou a assunção de cargos de topo por mulheres, como é exemplo a eleição da Dra. Laurentina da Silva Martins, já em 2009 e, em 2014, a eleição da Dra. Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça, mantendo-se ambas em funções. Aliás, importa referir que, já em 2014, um terço do órgão de administração da Altri era composto por mulheres, numa altura em que o tema da diversidade de género não estava, de forma tão premente como hoje, na agenda política e social. Esta circunstância espelha a visão do Grupo Altri nesta matéria que considera tão importante.

Importa referir que, em 2020, foram eleitas também para integrar o órgão de administração, a Dra. Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira e a Dra. Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves que, em conjunto com a Dra. Laurentina Martins e com a Dra. Ana Mendonça, compõem um terço do órgão de administração da Altri. Assim, num conselho composto, atualmente, por doze membros, quatro membros são mulheres.

Adicionalmente, a Altri publicou, em setembro de 2021, uma nova versão do Plano para a Igualdade de Género, objeto de uma profunda revisão transversal a toda a organização, e que espelha um aprofundamento relevante dos compromissos que a Altri assumiu com as matérias da diversidade. Estas matérias estão agora mais do que nunca, a par de outras, no centro nevrálgico das decisões do Grupo. Assim, pretende este Plano, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º, n.º 1, da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, contribuir, ainda mais, para a diversidade e inclusão no Grupo, promovendo a igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Na Altri existe a convicção de que um equilíbrio de género saudável contribui decisivamente para que as equipas sejam mais ecléticas, auto-desafiadoras e proativas, pelo que a promoção dessa diversidade é um desígnio do Grupo.

Esta matéria encontra-se desenvolvida no Ponto 15 do Relatório de Corporate Governance e um detalhe completo sobre a mesma pode ser consultado diretamente no Plano para a Igualdade do Grupo Altri, disponível no website da Sociedade, bem como no website da CMVM, ao qual pode aceder-se através do seguinte link:

<https://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/docs/PPI80578.pdf>

Informação não financeira

Conforme imposto pela Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, transposta para direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho, o Grupo deve prestar informação sobre matérias não financeiras. Tal informação deverá ser suficiente para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

A informação não financeira prevista no Decreto-Lei n.º 89/2017 está incluída no Relatório de Sustentabilidade referente ao período de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não poderíamos concluir sem agradecer aos diversos *Stakeholders* do Grupo a confiança depositada na nossa organização, junto dos quais queremos renovar - diariamente - o nosso compromisso com a excelência. Gostaríamos, ainda, de expressar um reconhecido agradecimento a todos os nossos trabalhadores, pela enorme dedicação e empenho, que nos constroem todos os dias.

Porto, 7 de abril 2022

O Conselho de Administração

Alberto João Coraceiro de Castro

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo Carvalho Menéres de Mendonça

Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves

José Armindo Farinha Soares de Pina

José António Nogueira dos Santos

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva



Anexos ao

Relatório de Gestão



Relatório
& Contas 21



construindo
um mundo
+ renovável

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29 G DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS-UE”), dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados e individuais da Altri, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Altri, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Os membros do Conselho de Administração da Altri, SGPS, S.A. declaram assumir a responsabilidade pela presente informação e asseguram que os elementos nela inscritos são verídicos e que não existem omissões que sejam do seu conhecimento.

Nos termos do artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro), informamos que não existem dívidas vencidas perante o Estado, nomeadamente perante a Segurança Social.

ANEXO I

1. Conselho de Administração

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração:

Alberto João Coraceiro de Castro

É Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e Doutoramento pela Universidade da Carolina do Sul.

Atualmente, é Professor Catedrático Convidado na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, da qual foi o primeiro Diretor e onde, hoje, dirige o Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada.

As suas áreas de especialização são economia industrial, economia do trabalho, economia e estratégia empresarial e internacionalização nas quais tem várias publicações académicas e de divulgação.

No plano da investigação aplicada, coordenou ou participou na elaboração dos sucessivos planos estratégicos para a indústria do calçado, desde 1990; no plano estratégico para a indústria da cortiça e no plano estratégico para a indústria da fundição.

Foi nomeado administrador e Presidente da Sociedade em abril de 2020.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- Presidente do Conselho Fiscal da Mota-Engil (2006-2018);
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP entre 2006 e 2015;
- Presidente do Conselho de Administração da Instituição Financeira de Desenvolvimento.

Ao longo da sua carreira e atualmente, desempenha funções em diversas associações:

- Presidente dos Conselhos Fiscais da Associação Empresarial de Portugal (AEP), da Fundação AEP e da Orquestra de Jazz de Matosinhos;
- Vice-Presidente da Direção da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações (Alfândega Porto);
- Provedor do Cliente do Porto de Leixões;
- Vice-Presidente do Conselho Económico e Social entre 2017 e 2020;
- Escreve quinzenalmente no suplemento económico Dinheiro Vivo.

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Administrador não executivo da Mystic Invest, S.A. (a)

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de fiscalização são:

- Presidente do Conselho Fiscal do Super Bock Group, S.G.P.S., S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

É licenciado em Engenharia Eletrónica pela Universidade do Porto, tendo posteriormente concluído um MBA na Universidade Nova de Lisboa.

É um dos fundadores da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual *holding* do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90, do qual é acionista e administrador desde então. A atividade da Ramada Investimentos inclui, dentro da área industrial, que é a sua área *core* de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Desenvolve ainda uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É também um dos fundadores da COFINA, grupo do qual é acionista e administrador, tendo estado diretamente envolvido, sempre com funções executivas (*Chairman* e CEO), na construção e gestão do grupo desde a sua criação, que é uma referência no setor dos *media* em Portugal.

É igualmente um dos fundadores da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, sendo também acionista e administrador (atualmente co-Vice-Presidente), assumindo funções executivas na construção do grupo desde a sua fundação, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje *benchmark* mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa.

Mais recentemente, e também enquanto um dos fundadores, promoveu o *Initial Public Offering* (IPO) da subsidiária da ALTRI, GreenVolt, através de uma operação extraordinariamente bem-sucedida e com contornos singulares no mercado de capitais português. É também acionista e administrador. Este grupo dedica-se à produção de energias renováveis a partir de biomassa, sol, vento e descentralizado.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1982/1984	Adjunto do Diretor de Produção da CORTAL
1986/1989	Diretor Geral da CORTAL
1989/1994	Presidente do Conselho de Administração da CORTAL
1995	Administrador da CRISAL - CRISTAIS DE ALCobaça, S.A.
1997	Administrador do Grupo Vista Alegre, S.A.
1997	Presidente do Conselho de Administração da ATLANTIS - Cristais de Alcobaça, S.A.
2000/2001	Administrador da SIC

Ao longo da sua carreira, desempenhou ainda funções em diversas associações:

1989/1994	Presidente da FEMB (Fédération Européene de Mobilier de Bureau) para Portugal
1989/1990	Presidente da Assembleia Geral Assoc. Industr. Águeda
1991/1993	Membro do Conselho Consultivo Assoc. Ind. Portuense
Desde 2005	Membro do Conselho Superior da Associação do Antigos Alunos de MBA
2013/2016	Presidente da Mesa do Conselho Fiscal do BCSD
Desde 2006	Membro do Conselho Consultivo em Engenharia e Gestão do IST
Desde 2016	Membro do Conselho da CELPA – Associação da Indústria Papeleira

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- A Nossa Aposta – Jogos e Apostas On-Line, S.A. (a)
- Actium Capital, S.A. (a)
- Articulado – Actividades Imobiliárias, S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Cofina, S.G.P.S, S.A. (a)
- Cofina Media, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Greenvolt – Energias Renováveis, S.A.
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Santos Fernandes & Vieira Matos, Lda. (a)

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de fiscalização são:

- Fisio Share - Gestão De Clínicas, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

João Manuel Matos Borges de Oliveira

É licenciado em Engenharia Química pela Universidade do Porto, tendo concluído o MBA do INSEAD.

É um dos fundadores da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual *holding* do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90, do qual é acionista e administrador executivo (*Chairman* e CEO) desde então. A atividade da Ramada Investimentos inclui, dentro da área industrial, que é a sua área *core* de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Desenvolve ainda uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É também um dos fundadores da COFINA, grupo do qual é acionista e administrador, tendo estado diretamente envolvido, na construção e gestão do grupo desde a sua criação, que é uma referência no setor dos *media* em Portugal.

É igualmente um dos fundadores da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, sendo também acionista e administrador (atualmente co-Vice-Presidente), assumindo funções executivas na construção do grupo desde a sua fundação, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje *benchmark* mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa.

Mais recentemente, e também enquanto um dos fundadores, promoveu o *Initial Public Offering* (IPO) da subsidiária da ALTRI, GreenVolt, através de uma operação extraordinariamente bem-sucedida e com contornos singulares no mercado de capitais português. É também acionista e administrador. Este grupo dedica-se à produção de energias renováveis a partir de biomassa, sol, vento e descentralizado.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1982/1983	Adjunto do Diretor de Produção da Cortal
1984/1985	Diretor de Produção da Cortal
1987/1989	Diretor de Marketing da Cortal
1989/1994	Diretor Geral da Cortal
1989/1995	Vice-presidente do Conselho de Administração da Cortal
1989/1994	Administrador da Seldex
1992/1994	Vice-presidente da Assembleia Geral da Associação Industrial de Águeda
1995/2004	Presidente do Conselho Fiscal da Associação Industrial do Distrito de Aveiro
1996/2000	Administrador não executivo da Atlantis, S.A.
1997/2000	Administrador não executivo da Vista Alegre, S.A.
1998/1999	Administrador da Efacec Capital, S.G.P.S., S.A.
2008/2015	Presidente do Conselho Fiscal da Porto Business School
2008/2011	Administrador não executivo da Zon Multimédia, SGPS, S.A.
2011/2013	Membro do ISCTE-IUL CFO Advisory Forum
Desde 2019	Membro da Comissão de Remunerações da Fundação de Serralves

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Caderno Azul, S.A. (a)
- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofina Media, S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Greenvolt – Energias Renováveis, S.A.
- Indaz, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Universal – Afir, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Domingos José Vieira de Matos

É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, tendo iniciado atividades de gestão em 1978.

É um dos fundadores da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual *holding* do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90, do qual é acionista e administrador desde então. A atividade da Ramada Investimentos e Indústria inclui, dentro da área industrial, que é a sua área *core* de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Desenvolve ainda uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É também um dos fundadores da COFINA, grupo do qual é acionista e administrador, tendo estado diretamente envolvido na construção e gestão do grupo desde a sua fundação, que é uma referência no setor dos *media* em Portugal.

É igualmente um dos fundadores da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, sendo também acionista e administrador, e tendo participando na construção do grupo desde a sua fundação, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje *benchmark* mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa.

Mais recentemente, e também enquanto um dos fundadores, promoveu o *Initial Public Offering* (IPO) da subsidiária da ALTRI, GreenVolt, através de uma operação extraordinariamente bem-sucedida e com contornos singulares no mercado de capitais português. É também acionista e administrador. Este grupo dedica-se à produção de energias renováveis a partir de biomassa, sol, vento e descentralizado.

Para além das Empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1978/1994	Administrador da Cortal, S.A.
1983	Sócio-Fundador da Promede – Produtos Médicos, S.A.
1998/2000	Administrador da Electro Cerâmica, S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Elege Valor, Lda. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Greenvolt – Energias Renováveis, S.A.
- Livrefluxo, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Santos Fernandes & Vieira Matos, Lda. (a)
- Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.
- Universal - Afir, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Laurentina da Silva Martins

Com formação em Finanças e Administração no Instituto Superior do Porto está ligada ao grupo Altri desde a sua constituição. Foi nomeada administradora da Sociedade em maio de 2009.

A sua experiência profissional inclui:

1965	Adjunta da Direção Financeira da Companhia de Celulose do Caima, S.A.
1990	Diretora Financeira da Companhia de Celulose do Caima, S.A.
2001	Administradora da Cofina Media, S.G.P.S., S.A.
2001	Administradora da Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
2004	Administradora da Grafedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A.
2005	Administradora da Silvicaima – Sociedade Silvícola do Caima, S.A. (atual Altri Florestal, S.A.)
2006	Administradora da EDP – Produção Bioelétrica, S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

É licenciado em Gestão Financeira pelo Instituto Superior de Administração e Gestão do Porto. Em 2000 concluiu o *Executive MBA* no Instituto Empresarial Portuense em parceria com a ESADE-Business School de Barcelona, atualmente Católica Porto Business School. Em 2009 fez o Curso de Avaliação de Empresas na EGE- Escola de Gestão Empresarial.

É acionista e administrador da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual *holding* do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90. A atividade da Ramada Investimentos e Indústria inclui, dentro da área industrial, que é a sua área *core* de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Desenvolve ainda uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É também acionista e administrador da COFINA, grupo que é uma referência no setor dos *media* em Portugal.

É igualmente acionista e administrador da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje *benchmark* mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa.

Mais recentemente, e enquanto um dos fundadores, promoveu o *Initial Public Offering* (IPO) da subsidiária da ALTRI, GreenVolt, através de uma operação extraordinariamente bem-sucedida e com contornos singulares no mercado de capitais português. É também acionista e administrador. Este grupo dedica-se à produção de energias renováveis a partir de biomassa, sol, vento e descentralizado.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1986/2000	Assessor de gerência de FERÁGUEDA, Lda.
1992	Gerente da Bemel, Lda.
1997/1999	Assistente de Direção da GALAN, Lda.
1999/2000	Adjunto de Direção do Departamento de Serras e Ferramentas da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
2000	Diretor do Departamento de Serras e Ferramentas de F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
2006	Administrador da Universal Afir, Aços Especiais e Ferramentas, S.A.
2009	Administrador da F. Ramada - Investimentos, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Greenvolt – Energias Renováveis, S.A.
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Universal - Afir, S.A. (a)
- Valor Autêntico, S.A. (a)
- Título Singular, S.A. (a)
- 1 Thing, Investments, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

É licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa em Lisboa.

É acionista e administradora da RAMADA INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA, atual *holding* do grupo Ramada, grupo que foi adquirido na década de 90. A atividade da Ramada Investimentos e Indústria inclui, dentro da área industrial, que é a sua área *core* de atividade, os aços, a maquinaria e fabricação de estruturas para moldes e a trefilaria. Desenvolve ainda uma forte atividade na área de Imobiliário, vocacionada para a gestão de ativos imobiliários, em especial, florestais e na atividade de gestão de investimentos financeiros.

É também acionista e administradora da COFINA, grupo que é uma referência no setor dos *media* em Portugal.

É igualmente acionista e administradora da ALTRI, que resultou de um processo de cisão da Cofina, grupo que registou um crescimento assinalável através da concretização de grandes e complexas operações de M&A. As suas unidades industriais são hoje *benchmark* mundial de tecnologia e inovação e operam no setor da produção de fibras celulósicas e no setor de energias renováveis de base florestal, nomeadamente a cogeração industrial através de licor negro e biomassa.

Mais recentemente, e enquanto uma das fundadoras, promoveu o *Initial Public Offering* (IPO) da subsidiária da ALTRI, GreenVolt, através de uma operação extraordinariamente bem-sucedida e com contornos singulares no mercado de capitais portugueses. É também acionista e administradora. Este grupo dedica-se à produção de energias renováveis a partir de biomassa, sol, vento e descentralizado.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1995	Jornalista na área de economia do jornal Semanário Económico
1996	Departamento Comercial do Citibank
1996	Administradora da Promendo, S.A.
2009	Administradora da PROMENDO, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Cofihold, S.A. (a)
- Cofihold II, S.A. (a)
- F. Ramada II Imobiliária, S.A. (a)
- Greenvolt – Energias Renováveis, S.A.
- Promendo Investimentos, S.A. (a)
- Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A. (a)
- Ramada Aços, S.A. (a)
- Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira

É Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, tendo concluído ainda um MBA na Nova School of Business and Economics. Foi nomeada administradora da Sociedade em abril de 2020.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1981	Consultora Económica da Associação dos Comerciantes do Porto;
1983 - 1985	Analista de projetos da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos;
1983 – 1990	Coordenadora de Projetos do BPI com responsabilidades na área de empresas, nomeadamente a nível de crédito, consultoria, mercado de capitais, avaliação de empresas, etc.;
1990 e 1987	Representante Comum de Obrigacionistas na emissão das seguintes obrigações: Sogrape 87, Sogrape 90 e Amorim Lage 87;
1990 – 2000	Responsável pela Área de Avaliação e Consultoria do Departamento de Empresas Norte do BPI – Área de Fusões e Aquisições;
1993	Presidente do Conselho Fiscal da Macem Confeções, SA;
1995	Presidente da Comissão Mista que apreciou o cálculo do valor de indemnização a atribuir aos titulares de ações da Empresa Nacionalizada Siderurgia Nacional;
1996 – 1999	Membro do Conselho de Administração da BPI Participações;
1996 – 2000	Diretora Central do Banco Português de Investimento – Área de Corporate Finance;
1999 – 2002	Presidente do Conselho Fiscal da Brisa – Auto-Estradas de Portugal;
2000 – 2007	Administradora do Banco Português de Investimento;
2006 – 2007	Vogal do Conselho de Administração da VAA – Vista Alegre Atlantis, SGPS, SA;
2005 – 2016	Membro do Conselho de Administração da ETAF – Empresa de Transportes Álvaro Figueiredo, SA;
2015 – 2017	Presidente do Conselho Fiscal da APOR – Agência para a Modernização do Porto, SA;
2007 - 2017	Responsável pela Direção de Grandes Empresas Norte, pela Unidade de Operações Especiais Norte e pelo Gabinete de Apoio aos Centros de Empresas;
2007 - 2020	Diretora Geral do Banco BPI com responsabilidades na Área de Corporate Banking e, desde 2017 responsável pela Direção de Corporate & Investment Banking;
Desde 2021	Presidente da Comissão Técnica de Investimento do Fundo de Capitalização e Resiliência;
Desde 2021	Presidente da Comissão Técnica de Investimento do Fundo de Capitalização das Empresas dos Açores.

A sua experiência inclui ainda a vertente docente, nomeadamente:

1980 - 1981	Assistente da cadeira de Análise Económica II da Universidade Livre do Porto;
1981 - 1982	Assistente da cadeira de Macroeconomia na Faculdade de Economia do Porto e Assistente das cadeiras de Análise Económica III, Análise Económica IV e Flutuações e Desenvolvimento Económico na Universidade Livre do Porto;
1983 - 1988	Assistente e Assistente convidada da cadeira de Análise de Mercados na Faculdade de Economia do Porto;
1989 - 1990	Responsável pela cadeira de Avaliação de Empresas no curso de Pós-Graduação em Análise Financeira na Faculdade de Economia do Porto;
1990 – 1991	Assistente convidada da cadeira de Gestão Financeira no curso de Economia da Faculdade de Economia do Porto;
1992 - 1993	Assistente convidada responsável pela cadeira de Operações Financeiras no curso de Gestão da Faculdade de Economia do Porto.

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

Desde 2016	Membro do Conselho Municipal de Economia do Porto / Casa dos 24 (a);
Desde 2017	Vogal do Conselho Fiscal da Liga dos Amigos do Hospital Santo António no Porto (a);
Desde 2021	Administradora não executiva da Ibersol, S.G.P.S., S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves

É Licenciada em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa.

Foi assistente do Departamento de Matemática da Universidade Católica Portuguesa entre 1979 e 1980.

Elaborou diversos Estudos de Mercado com a cooperação do Professor Manuel Violante (Mackensy/CEO Partner).

É titular, desde 2015, do *Advanced Management Program* KELLOGG SCHOLL of MANAGEMENT-Northwestern University (Chicago).

Organizadora do Programa de Gestão e Liderança, na Universidade Católica Portuguesa, com a participação de 25 Managers da Beiersdorf (programa de 4 anos), integrando o *Development Center* com o Corpo Docente da Universidade (Temas: *Strategic Innovation; Digital Transformation; Design Thinking*).

Desde 2017 pertence ao *Board* de Direção da CENTROMARCA-Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca.

Foi nomeada administradora da Sociedade em abril de 2020.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

1981	Estágio em STREICHENBERGER – France (Lyon and Paris);
1982 – 1988	<i>Brand Manager/Group Brand Manager</i> (Marketing) da BEIERSDORF PORTUGAL;
1988 – 1992	<i>Marketing Manager</i> da BEIERSDORF PORTUGAL;
1992 – 2004	Diretora de Vendas e Marketing (Grande Área de Distribuição) da BEIERSDORF PORTUGAL;
2004 – 2009	Diretora de vendas e Marketing (Grande Distribuição e Canal Farmácias) da BEIERSDORF PORTUGAL.

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

Desde 2009	Diretora Geral da BEIERSDORF PORTUGUESA, LDA. (a)
Desde 2017	Membro do <i>Board</i> de Direção da CENTROMARCA-Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

José Armindo Farinha Soares de Pina

É licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto de Tecnologia de Nova Jersey, EUA, tendo ainda frequentado o mestrado em Gestão de Construção no Instituto Superior Técnico. Posteriormente, completou programas avançados de Gestão de Empresas na Universidade de Indiana, EUA, e no INSEAD, França.

Foi nomeado administrador da Sociedade em abril de 2020, desempenhando as funções de CEO.

No início da sua carreira, liderou projetos de renovação e conservação arquitetónica em diversas regiões, desempenhando a função de Diretor de Operações para várias organizações. Em 1995 integrou a multinacional americana Dow, um dos maiores grupos mundiais de produtos industriais químicos, polímeros e para a agricultura, onde desempenhou diversas funções de liderança comercial, operacional e gestão global de negócios, com comissões de serviço em vários países da Europa, nos EUA e na China:

1995 / 2005	Várias posições de gestão comercial e de marketing para a Europa, Medio Oriente e África, nas divisões de Materiais para a Construção e de Polímeros, baseado em Portugal, Alemanha e Suíça
2005 / 2007	Diretor Geral Global da ADC Inc. (unidade de materiais elásticos não tecidos), Alemanha
2005 / 2008	Diretor Global da Unidade de Polímeros para Saúde e Higiene, EUA
2008 / 2010	Diretor Global de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios da Divisão de Materiais Químicos Especializados, Suíça
2010 / 2014	Presidente e Diretor Geral Global da AgroFresh Inc., EUA
2014 / 2017	Presidente da Divisão de Ciências Agrícolas e Biotecnologia para a Ásia, China
2017 / 2020	Diretor Corporativo de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios para a região Ásia Pacífico, China

Ao longo da sua carreira, desempenhou ainda funções de administração em outras organizações:

2014 / 2017	Vice-Presidente do Conselho de Administração da CropLife Asia
1996 / 2010	Membro do Conselho de Administração da World Monuments Fund para Portugal

Em 31 de dezembro de 2021, as outras empresas onde desempenha funções de administração são:

- Altri Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri Florestal, S.A.
- Biogama, S.A.
- Biotek, S.A.
- Caima – Indústria de Celulose, S.A.
- Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
- Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.
- Florestsul, S.A.
- Greenvolt – Energias Renováveis, S.A.

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

José António Nogueira dos Santos

É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Do seu percurso formativo destaca-se o CIFAG – Lisbon – Management Training, realizado em 1985, o Stora Cell Top Management Program – Skandevö, realizado entre 1991 e 1992 e o *Advanced Training for Executives* da Universidade Católica Portuguesa realizado entre 2001 e 2003.

José António Nogueira dos Santos passou a integrar os quadros da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. em 1982 na área financeira.

Em 2014 passou a integrar o Conselho de Administração da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. e, em 2018, o conselho de administração da Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A., bem com o Conselho de Administração da Caima - Indústria de Celulose, S.A., as três unidades industriais do Grupo Altri.

Foi nomeado administrador da Sociedade em abril de 2020.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- SAFERREIRA, Lda. (Viseu, Portugal), Empresa metalúrgica - Diretor Administrativo e Financeiro – 1981-1982;
- Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. – Diretor Administrativo e Financeiro – 2005
- Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. – *Chief Financial Officer* (CFO) - 2014

Em 31 de dezembro de 2021 as empresas onde desempenhava e desempenha funções de administração são:

- Altri – Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri Florestal, S.A.
- Biotek, S.A.
- Caima – Indústria de Celulose do Caima, S.A.
- Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
- Captaraiz – Unipessoal, Lda.
- Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.
- Florestsul, S.A.
- Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.
- Viveiros do Furadouro, Unipessoal, Lda.
- Altri Participaciones Y Trading, S.L.

Outros Cargos:

- Presidente do Conselho Fiscal da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (a)
- Presidente do Conselho Fiscal da Liga dos Amigos do Hospital Distrital da Figueira da Foz (a)
- Vogal do Conselho Fiscal do Centro de Biomassa para a Energia (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva

É licenciado em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia da Universidade de Coimbra, integra os quadros da Celulose Beira Industrial (CELBI) há mais de 20 anos, e lidera, na ALTRI, a área Industrial, possuindo pós-graduações e programas de longa duração para executivos em Gestão pela Universidade Católica e pela Kellogg School of Management.

Foi nomeado administrador da Sociedade em abril de 2020, desempenhando as funções de Vice-CEO desde março de 2021.

Para além das empresas onde exerce atualmente funções de administração, a sua experiência profissional inclui:

- Sonae Indústria – produção de aglomerados
- Celbi – diferentes cargos de liderança operacional, nomeadamente produção e implementação de projetos
- StoraEnso – atividades no âmbito de desenvolvimento operacional e de produto

Em 31 de dezembro de 2021, as empresas onde desempenhava e desempenha funções de administração são:

- Altri – Abastecimento de Madeira, S.A.
- Altri Florestal, S.A.
- Biogama, S.A.
- Biotek, S.A.
- Caima – Indústria de Celulose do Caima, S.A.
- Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.
- Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.
- Florestsul, S.A.

Outros Cargos:

- Celpa -1º Secretário Mesa da Assembleia Geral, em representação da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A. (a)

a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

2. Conselho Fiscal

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho Fiscal:

Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa

- Habilitações:** Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1981
- Formação complementar em gestão e análise económico financeira de empresas na Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto em 1982 e 1983
- Experiência profissional:** Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1983
- Presidente do conselho geral e de supervisão de sociedade aberta desde 1996 até 2010
- Presidente do Conselho Fiscal do Banco Português do Investimento S.A. desde 2016 e da BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A. desde 2018 até agosto de 2019, data em que ambas as sociedades se extinguíram por fusão no Banco BPI, S.A.
- Presidente da mesa da assembleia-geral de diversas sociedades cotadas e não cotadas em bolsa
- Exercício contínuo da advocacia desde 1983, com especial dedicação ao direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, investimento estrangeiro e contratos internacionais
- Co-autor do capítulo sobre Portugal no "Handbuch der Europäischen Aktien-Gesellschaft" – Societas Europaea – de Jannot / Frodermann, publicado por C.F. Müller Verlag

Outros cargos em exercício:

- Vogal do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE, S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Vinhos, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Distribuição S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Sandeman & CA, S.A. (a)
- Presidente da Comissão de Remunerações da SOGRAPE S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Adriano Ramos Pinto, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Aquitex – Acabamentos Químicos Têxteis, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Stow Ovar Manufacturing, S.A. (a)
- Cônsul honorário da Bélgica no Porto (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

António Luís Isidro de Pinho

- Habilitações:** Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.), (1973 – 1978)
- Licenciado em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.), (1986 – 1989)
- Revisor Oficial de Contas, desde 1987
- Membro da Ordem dos Economistas, da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e da Associação Portuguesa de Consultores Fiscais.
- Experiência profissional:** Vasta experiência profissional essencialmente em auditoria externa, mas também na direção financeira de diversas Empresas e em consultadoria de gestão.
- Início da atividade profissional em 1976 na Lacticoop, como estagiário.
- Ingresso na Gremetal, em janeiro de 1979, como quadro do departamento financeiro da empresa, tendo participado na construção da Refinaria de Sines.
- Auditor na Arthur Andersen & Co de janeiro de 1982 até dezembro de 1986, desempenhando na fase final as funções de *Manager* de Auditoria.
- De 1987 a 1991 integrou os quadros do grupo SOPORCEL, tendo desempenhado as funções de Auditor Interno da Soporcel, Diretor Financeiro da Emporsil (empresa florestal do grupo) e de responsável pelo Departamento de Aquisição de Terras.
- De 1991 a 1996 foi membro da Direção Executiva da SOCTIP, gráfica líder no seu segmento de mercado, tendo a seu cargo a área administrativa e financeira e da empresa.
- De 1996 até à data exerce funções de Revisor Oficial de Contas em *full-time*.
- Entre Outubro de 1997 e Novembro de 2008, integrou os quadros da Moore Stephens, como sócio da A.Gonçalves Monteiro & Associados, SROC, sociedade que foi posteriormente transformada na atual Kreston & Associados, SROC.
- Exerce atualmente funções de Fiscal Único, membro do Conselho Fiscal ou de Auditor Externo, em várias empresas de dimensão significativa e de diferentes sectores da atividade económica, sendo, como Sócio-gerente da Kreston, responsável pela revisão legal das contas de diversas empresas industriais, comerciais e de serviços.
- Além das funções técnicas de Auditor, exerce também o cargo de responsável pelo Controlo de Qualidade da firma e de controlador-relator da Comissão de Controlo de Qualidade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Outros cargos em exercício:

- Presidente do Conselho Fiscal da Cofina, SGPS, S.A. (a)
- Vogal do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Ana Paula dos Santos Silva e Pinho

Habilitações: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.374)

Pós-graduação em Finanças e Fiscalidade – Porto Business School

Pós-graduação em Direito Fiscal – Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Experiência profissional: Entre setembro de 2001 e setembro de 2010, colaboradora do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do *staff* e desde setembro de 2007 como *Manager*)

Entre outubro de 2010 e outubro de 2019, *Manager* no *Corporate Centre* do Grupo Altri com responsabilidades ao nível do reporte de informação financeira, consolidação de contas e fiscalidade

Desde novembro de 2019, responsável pela equipa de Contabilidade do centro de serviços partilhados da Sonae MC

Outros cargos em exercício:

- Vogal do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Vogal do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

André Seabra Ferreira Pinto

Habilitações: Licenciatura em Economia na Universidade Portucalense

Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.243)

MBA Executivo - Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business School

Experiência profissional: Entre setembro de 1999 e maio de 2008, colaborador do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do *staff* e desde setembro de 2004 como *Manager*)

Entre junho de 2008 e dezembro de 2010, *Senior Manager* do departamento de *Corporate Finance - Transaction Services* da Deloitte Consultores

Entre janeiro de 2011 e março de 2013, diretor financeiro das empresas do Grupo WireCoWorldGroup em Portugal (a)

Desde abril de 2013, administrador (CFO) do Grupo Mecwide (a)

Administrador da MWIDE, SGPS, S.A., bem como das restantes empresas integrantes do Grupo Mecwide (a)

Outros cargos em exercício:

- Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Suplente do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Suplente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

3. Comissão de Remunerações

Qualificações, experiência e cargos exercidos noutras sociedades pelos membros a Comissão de Remunerações:

João da Silva Natária

Habilitações: Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa

Experiência profissional:

1979	Diretor-Geral da Filial de Luanda/Viana da F. Ramada, por nomeação conjunta da Administração e do Ministério da Indústria de Angola
1983	Diretor do Departamento de Poliéster e Botões da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
1984/2000	Diretor de Recursos Humanos da F. Ramada, Aços e Indústrias, S.A.
1993/1995	Administrador da Universal – Aços, Máquinas e Ferramentas, S.A.
2000/2018	Advogado em nome individual especializado em Direito do Trabalho e Direito da Família Reformado

Outros cargos em exercício:

- Presidente do Conselho Fiscal da Celulose Beira Industrial (CELBI), S.A.
- Presidente da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa

- Habilitações:** Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1981
- Formação complementar em gestão e análise económico financeira de empresas na Universidade Católica Portuguesa - Escola de Direito do Porto em 1982 e 1983
- Experiência profissional:** Inscrito na Ordem dos Advogados desde 1983
- Presidente do conselho geral e de supervisão de sociedade aberta desde 1996 até 2010
- Presidente do Conselho Fiscal do Banco Português do Investimento S.A. desde 2016 e da BPI Private Equity – Sociedade de Capital de Risco, S.A. desde 2018 até agosto de 2019, data em que ambas as sociedades se extinguíram por fusão no Banco BPI, S.A.
- Presidente da mesa da assembleia-geral de diversas sociedades cotadas e não cotadas em bolsa
- Exercício contínuo da advocacia desde 1983, com especial dedicação ao direito comercial e das sociedades, fusões e aquisições, investimento estrangeiro e contratos internacionais
- Co-autor do capítulo sobre Portugal no "Handbuch der Europäischen Aktien-Gesellschaft" – Societas Europaea – de Jannot / Frodermann, publicado por C.F. Müller Verlag

Outros cargos em exercício:

- Vogal do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE, S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Vinhos, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da SOGRAPE Distribuição S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Sandeman & CA, S.A. (a)
- Presidente da Comissão de Remunerações da SOGRAPE S.G.P.S., S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Adriano Ramos Pinto, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Aquitex – Acabamentos Químicos Têxteis, S.A. (a)
- Presidente da Mesa da AG da Stow Ovar Manufacturing, S.A. (a)
- Cônsul honorário da Bélgica no Porto (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

André Seabra Ferreira Pinto

Habilitações: Licenciatura em Economia na Universidade Portucalense

Revisor Oficial de Contas (ROC n.º 1.243)

MBA Executivo - Escola de Gestão do Porto – University of Porto Business School

Experiência profissional: Entre setembro de 1999 e maio de 2008, colaborador do departamento de Auditoria da Deloitte & Associados, SROC, S.A. (inicialmente como membro do *staff* e desde setembro de 2004 como *Manager*)

Entre junho de 2008 e dezembro de 2010, *Senior Manager* do departamento de *Corporate Finance - Transaction Services* da Deloitte Consultores

Entre janeiro de 2011 e março de 2013, diretor financeiro das empresas do Grupo WireCoWorldGroup em Portugal (a)

Desde abril de 2013, administrador (CFO) do Grupo Mecwide (a)

Administrador da MWIDE, SGPS, S.A., bem como das restantes empresas integrantes do Grupo Mecwide (a)

Outros cargos em exercício:

- Vogal da Comissão de Remunerações da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Vogal da Comissão de Remunerações da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)
- Suplente do Conselho Fiscal da Cofina, S.G.P.S., S.A. (a)
- Suplente do Conselho Fiscal da Ramada Investimentos e Indústria, S.A. (a)

(a) – sociedades que, em 31 de dezembro de 2021, não podem ser consideradas como fazendo parte do grupo Altri, S.G.P.S., S.A.

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 19.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril

Divulgação de ações e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 29.º-R do Código dos Valores Mobiliários, e de transações sobre os mesmos efetuados no decurso do exercício:

Membro do Conselho de Administração	N.º ações detidas 31-dez-2020	Aquisições	Alienações	N.º ações detidas 31-dez-2021
Paulo Jorge dos Santos Fernandes (imputação via ACTIUM CAPITAL, S.A.)	26 676 874	470 000	—	27 146 874
João Manuel Matos Borges de Oliveira (imputação via CADERNO AZUL, S.A.)	31 000 000	—	—	31 000 000
Domingos José Vieira de Matos (imputação via LIVREFLUXO, S.A.)	26 669 010	—	—	26 669 010
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira (imputação via 1 THING INVESTMENTS, S.A.)	20 541 284	—	—	20 541 284
Ana Rebelo Carvalho Menéres de Mendonça (imputação via PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A.)	38 295 053	—	—	38 295 053
Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves	—	4 500	—	4 500

Paulo Jorge dos Santos Fernandes (imputação via ACTIUM CAPITAL, S.A.)

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
31/dez/2020	-	-	-	-	26.676.874
22/nov/2021	Compra	150	5,215000	Euronext Lisbon	26.677.024
22/nov/2021	Compra	535	5,215000	Euronext Lisbon	26.677.559
22/nov/2021	Compra	536	5,220000	Euronext Lisbon	26.678.095
22/nov/2021	Compra	1.447	5,220000	Euronext Lisbon	26.679.542
22/nov/2021	Compra	1.797	5,220000	Euronext Lisbon	26.681.339
22/nov/2021	Compra	750	5,210000	Euronext Lisbon	26.682.089
22/nov/2021	Compra	557	5,210000	Euronext Lisbon	26.682.646
22/nov/2021	Compra	525	5,210000	Euronext Lisbon	26.683.171
22/nov/2021	Compra	2.000	5,225000	Euronext Lisbon	26.685.171
22/nov/2021	Compra	2.000	5,225000	Euronext Lisbon	26.687.171
22/nov/2021	Compra	1.000	5,225000	Euronext Lisbon	26.688.171
22/nov/2021	Compra	250	5,225000	Euronext Lisbon	26.688.421
22/nov/2021	Compra	81	5,225000	Euronext Lisbon	26.688.502
22/nov/2021	Compra	440	5,225000	Euronext Lisbon	26.688.942
22/nov/2021	Compra	904	5,225000	Euronext Lisbon	26.689.846
22/nov/2021	Compra	1.748	5,230000	Euronext Lisbon	26.691.594
22/nov/2021	Compra	532	5,230000	Euronext Lisbon	26.692.126
22/nov/2021	Compra	1.792	5,230000	Euronext Lisbon	26.693.918
22/nov/2021	Compra	750	5,210000	Euronext Lisbon	26.694.668
22/nov/2021	Compra	636	5,210000	Euronext Lisbon	26.695.304
22/nov/2021	Compra	632	5,210000	Euronext Lisbon	26.695.936
22/nov/2021	Compra	810	5,210000	Euronext Lisbon	26.696.746
22/nov/2021	Compra	1.490	5,210000	Euronext Lisbon	26.698.236
22/nov/2021	Compra	507	5,210000	Euronext Lisbon	26.698.743
22/nov/2021	Compra	351	5,210000	Euronext Lisbon	26.699.094
22/nov/2021	Compra	810	5,215000	Euronext Lisbon	26.699.904
22/nov/2021	Compra	281	5,215000	Euronext Lisbon	26.700.185
22/nov/2021	Compra	417	5,215000	Euronext Lisbon	26.700.602
22/nov/2021	Compra	1.144	5,215000	Euronext Lisbon	26.701.746
22/nov/2021	Compra	2.000	5,200000	Euronext Lisbon	26.703.746

22/nov/2021	Compra	2.000	5,200000	Euronext Lisbon	26.705.746
22/nov/2021	Compra	1.000	5,200000	Euronext Lisbon	26.706.746
22/nov/2021	Compra	2.000	5,195000	Euronext Lisbon	26.708.746
22/nov/2021	Compra	1.041	5,195000	Euronext Lisbon	26.709.787
22/nov/2021	Compra	959	5,195000	Euronext Lisbon	26.710.746
22/nov/2021	Compra	78	5,195000	Euronext Lisbon	26.710.824
22/nov/2021	Compra	578	5,195000	Euronext Lisbon	26.711.402
22/nov/2021	Compra	344	5,195000	Euronext Lisbon	26.711.746
22/nov/2021	Compra	2.000	5,195000	Euronext Lisbon	26.713.746
22/nov/2021	Compra	2.000	5,195000	Euronext Lisbon	26.715.746
22/nov/2021	Compra	691	5,195000	Euronext Lisbon	26.716.437
22/nov/2021	Compra	309	5,195000	Euronext Lisbon	26.716.746
22/nov/2021	Compra	370	5,195000	Euronext Lisbon	26.717.116
22/nov/2021	Compra	484	5,195000	Euronext Lisbon	26.717.600
22/nov/2021	Compra	702	5,195000	Euronext Lisbon	26.718.302
22/nov/2021	Compra	204	5,195000	Euronext Lisbon	26.718.506
22/nov/2021	Compra	240	5,195000	Euronext Lisbon	26.718.746
22/nov/2021	Compra	397	5,195000	Euronext Lisbon	26.719.143
22/nov/2021	Compra	2.000	5,195000	Euronext Lisbon	26.721.143
22/nov/2021	Compra	603	5,195000	Euronext Lisbon	26.721.746
22/nov/2021	Compra	2.000	5,190000	Euronext Lisbon	26.723.746
22/nov/2021	Compra	3.000	5,190000	Euronext Lisbon	26.726.746
22/nov/2021	Compra	130	5,185000	Euronext Lisbon	26.726.876
22/nov/2021	Compra	1.870	5,185000	Euronext Lisbon	26.728.746
22/nov/2021	Compra	853	5,185000	Euronext Lisbon	26.729.599
22/nov/2021	Compra	91	5,185000	Euronext Lisbon	26.729.690
22/nov/2021	Compra	152	5,185000	Euronext Lisbon	26.729.842
22/nov/2021	Compra	904	5,185000	Euronext Lisbon	26.730.746
22/nov/2021	Compra	243	5,185000	Euronext Lisbon	26.730.989
22/nov/2021	Compra	224	5,185000	Euronext Lisbon	26.731.213
22/nov/2021	Compra	533	5,185000	Euronext Lisbon	26.731.746
22/nov/2021	Compra	724	5,250000	Euronext Lisbon	26.732.470
22/nov/2021	Compra	278	5,250000	Euronext Lisbon	26.732.748
22/nov/2021	Compra	22	5,250000	Euronext Lisbon	26.732.770
22/nov/2021	Compra	45	5,250000	Euronext Lisbon	26.732.815
22/nov/2021	Compra	572	5,250000	Euronext Lisbon	26.733.387
22/nov/2021	Compra	359	5,250000	Euronext Lisbon	26.733.746
22/nov/2021	Compra	391	5,250000	Euronext Lisbon	26.734.137
22/nov/2021	Compra	120	5,250000	Euronext Lisbon	26.734.257
22/nov/2021	Compra	1.880	5,250000	Euronext Lisbon	26.736.137
22/nov/2021	Compra	609	5,250000	Euronext Lisbon	26.736.746
22/nov/2021	Compra	574	5,230000	Euronext Lisbon	26.737.320
22/nov/2021	Compra	750	5,245000	Euronext Lisbon	26.738.070
22/nov/2021	Compra	172	5,245000	Euronext Lisbon	26.738.242
22/nov/2021	Compra	515	5,245000	Euronext Lisbon	26.738.757
22/nov/2021	Compra	375	5,245000	Euronext Lisbon	26.739.132
22/nov/2021	Compra	582	5,245000	Euronext Lisbon	26.739.714
22/nov/2021	Compra	374	5,230000	Euronext Lisbon	26.740.088
22/nov/2021	Compra	1.052	5,230000	Euronext Lisbon	26.741.140

22/nov/2021	Compra	1.200	5,230000	Euronext Lisbon	26.742.340
22/nov/2021	Compra	546	5,230000	Euronext Lisbon	26.742.886
22/nov/2021	Compra	254	5,230000	Euronext Lisbon	26.743.140
22/nov/2021	Compra	246	5,230000	Euronext Lisbon	26.743.386
22/nov/2021	Compra	556	5,230000	Euronext Lisbon	26.743.942
22/nov/2021	Compra	198	5,230000	Euronext Lisbon	26.744.140
22/nov/2021	Compra	386	5,215000	Euronext Lisbon	26.744.526
22/nov/2021	Compra	1.614	5,215000	Euronext Lisbon	26.746.140
22/nov/2021	Compra	822	5,215000	Euronext Lisbon	26.746.962
22/nov/2021	Compra	900	5,215000	Euronext Lisbon	26.747.862
22/nov/2021	Compra	278	5,215000	Euronext Lisbon	26.748.140
22/nov/2021	Compra	626	5,215000	Euronext Lisbon	26.748.766
22/nov/2021	Compra	79	5,215000	Euronext Lisbon	26.748.845
22/nov/2021	Compra	295	5,215000	Euronext Lisbon	26.749.140
22/nov/2021	Compra	978	5,250000	Euronext Lisbon	26.750.118
22/nov/2021	Compra	404	5,250000	Euronext Lisbon	26.750.522
22/nov/2021	Compra	618	5,250000	Euronext Lisbon	26.751.140
22/nov/2021	Compra	34	5,250000	Euronext Lisbon	26.751.174
22/nov/2021	Compra	1.199	5,250000	Euronext Lisbon	26.752.373
22/nov/2021	Compra	575	5,250000	Euronext Lisbon	26.752.948
22/nov/2021	Compra	226	2,250000	Euronext Lisbon	26.753.174
22/nov/2021	Compra	346	2,250000	Euronext Lisbon	26.753.520
22/nov/2021	Compra	750	5,275000	Euronext Lisbon	26.754.270
22/nov/2021	Compra	401	5,275000	Euronext Lisbon	26.754.671
22/nov/2021	Compra	327	5,275000	Euronext Lisbon	26.754.998
22/nov/2021	Compra	522	5,275000	Euronext Lisbon	26.755.520
22/nov/2021	Compra	2.000	5,275000	Euronext Lisbon	26.757.520
22/nov/2021	Compra	100	5,275000	Euronext Lisbon	26.757.620
22/nov/2021	Compra	900	5,275000	Euronext Lisbon	26.758.520
22/nov/2021	Compra	749	5,280000	Euronext Lisbon	26.759.269
22/nov/2021	Compra	663	5,280000	Euronext Lisbon	26.759.932
22/nov/2021	Compra	476	5,280000	Euronext Lisbon	26.760.408
22/nov/2021	Compra	1.420	5,280000	Euronext Lisbon	26.761.828
22/nov/2021	Compra	152	5,310000	Euronext Lisbon	26.761.980
22/nov/2021	Compra	690	5,310000	Euronext Lisbon	26.762.670
22/nov/2021	Compra	281	5,315000	Euronext Lisbon	26.762.951
22/nov/2021	Compra	785	5,315000	Euronext Lisbon	26.763.736
22/nov/2021	Compra	523	5,315000	Euronext Lisbon	26.764.259
22/nov/2021	Compra	1.580	5,315000	Euronext Lisbon	26.765.839
22/nov/2021	Compra	989	5,315000	Euronext Lisbon	26.766.828
22/nov/2021	Compra	750	5,300000	Euronext Lisbon	26.767.578
22/nov/2021	Compra	640	5,300000	Euronext Lisbon	26.768.218
22/nov/2021	Compra	330	5,300000	Euronext Lisbon	26.768.548
22/nov/2021	Compra	3.096	5,305000	Euronext Lisbon	26.771.644
22/nov/2021	Compra	543	5,305000	Euronext Lisbon	26.772.187
22/nov/2021	Compra	750	5,305000	Euronext Lisbon	26.772.937
22/nov/2021	Compra	579	5,305000	Euronext Lisbon	26.773.516
22/nov/2021	Compra	473	5,305000	Euronext Lisbon	26.773.989
22/nov/2021	Compra	684	5,305000	Euronext Lisbon	26.774.673

22/nov/2021	Compra	750	5,310000	Euronext Lisbon	26.775.423
22/nov/2021	Compra	482	5,310000	Euronext Lisbon	26.775.905
22/nov/2021	Compra	527	5,310000	Euronext Lisbon	26.776.432
22/nov/2021	Compra	539	5,305000	Euronext Lisbon	26.776.971
22/nov/2021	Compra	354	5,305000	Euronext Lisbon	26.777.325
22/nov/2021	Compra	750	5,310000	Euronext Lisbon	26.778.075
22/nov/2021	Compra	900	5,310000	Euronext Lisbon	26.778.975
22/nov/2021	Compra	551	5,310000	Euronext Lisbon	26.779.526
22/nov/2021	Compra	527	5,310000	Euronext Lisbon	26.780.053
22/nov/2021	Compra	563	5,325000	Euronext Lisbon	26.780.616
22/nov/2021	Compra	1.300	5,325000	Euronext Lisbon	26.781.916
22/nov/2021	Compra	137	5,325000	Euronext Lisbon	26.782.053
22/nov/2021	Compra	48	5,325000	Euronext Lisbon	26.782.101
22/nov/2021	Compra	209	5,325000	Euronext Lisbon	26.782.310
22/nov/2021	Compra	1.791	5,325000	Euronext Lisbon	26.784.101
22/nov/2021	Compra	2.000	5,325000	Euronext Lisbon	26.786.101
22/nov/2021	Compra	2.000	5,325000	Euronext Lisbon	26.788.101
22/nov/2021	Compra	586	5,325000	Euronext Lisbon	26.788.687
22/nov/2021	Compra	1.366	5,325000	Euronext Lisbon	26.790.053
22/nov/2021	Compra	530	5,320000	Euronext Lisbon	26.790.583
22/nov/2021	Compra	476	5,320000	Euronext Lisbon	26.791.059
22/nov/2021	Compra	868	5,320000	Euronext Lisbon	26.791.927
22/nov/2021	Compra	2.001	5,320000	Euronext Lisbon	26.793.928
22/nov/2021	Compra	956	5,320000	Euronext Lisbon	26.794.884
22/nov/2021	Compra	169	5,320000	Euronext Lisbon	26.795.053
22/nov/2021	Compra	248	5,330000	Euronext Lisbon	26.795.301
22/nov/2021	Compra	1.769	5,330000	Euronext Lisbon	26.797.070
22/nov/2021	Compra	617	5,330000	Euronext Lisbon	26.797.687
22/nov/2021	Compra	206	5,330000	Euronext Lisbon	26.797.893
22/nov/2021	Compra	191	5,330000	Euronext Lisbon	26.798.084
22/nov/2021	Compra	404	5,375000	Euronext Lisbon	26.798.488
22/nov/2021	Compra	1.596	5,375000	Euronext Lisbon	26.800.084
22/nov/2021	Compra	2.000	5,375000	Euronext Lisbon	26.802.084
22/nov/2021	Compra	184	5,375000	Euronext Lisbon	26.802.268
22/nov/2021	Compra	816	5,375000	Euronext Lisbon	26.803.084
22/nov/2021	Compra	750	5,415000	Euronext Lisbon	26.803.834
22/nov/2021	Compra	376	5,415000	Euronext Lisbon	26.804.210
22/nov/2021	Compra	422	5,415000	Euronext Lisbon	26.804.632
22/nov/2021	Compra	750	5,415000	Euronext Lisbon	26.805.382
22/nov/2021	Compra	623	5,415000	Euronext Lisbon	26.806.005
22/nov/2021	Compra	627	5,415000	Euronext Lisbon	26.806.632
22/nov/2021	Compra	1.373	5,415000	Euronext Lisbon	26.808.005
22/nov/2021	Compra	79	5,415000	Euronext Lisbon	26.808.084
22/nov/2021	Compra	900	5,415000	Euronext Lisbon	26.808.984
22/nov/2021	Compra	1.100	5,415000	Euronext Lisbon	26.810.084
22/nov/2021	Compra	2.000	5,415000	Euronext Lisbon	26.812.084
22/nov/2021	Compra	58	5,415000	Euronext Lisbon	26.812.142
22/nov/2021	Compra	667	5,415000	Euronext Lisbon	26.812.809
22/nov/2021	Compra	275	5,415000	Euronext Lisbon	26.813.084

22/nov/2021	Compra	2.000	5,315000	Euronext Lisbon	26.815.084
22/nov/2021	Compra	2.000	5,315000	Euronext Lisbon	26.817.084
22/nov/2021	Compra	2.000	5,315000	Euronext Lisbon	26.819.084
22/nov/2021	Compra	1.000	5,315000	Euronext Lisbon	26.820.084
22/nov/2021	Compra	32	5,315000	Euronext Lisbon	26.820.116
22/nov/2021	Compra	953	5,315000	Euronext Lisbon	26.821.069
22/nov/2021	Compra	15	5,315000	Euronext Lisbon	26.821.084
22/nov/2021	Compra	2.000	5,315000	Euronext Lisbon	26.823.084
22/nov/2021	Compra	792	5,290000	Euronext Lisbon	26.823.876
22/nov/2021	Compra	750	5,335000	Euronext Lisbon	26.824.626
22/nov/2021	Compra	428	5,335000	Euronext Lisbon	26.825.054
22/nov/2021	Compra	2.584	5,335000	Euronext Lisbon	26.827.638
22/nov/2021	Compra	653	5,335000	Euronext Lisbon	26.828.291
22/nov/2021	Compra	393	5,345000	Euronext Lisbon	26.828.684
22/nov/2021	Compra	53	5,345000	Euronext Lisbon	26.828.737
22/nov/2021	Compra	750	5,345000	Euronext Lisbon	26.829.487
22/nov/2021	Compra	12	5,345000	Euronext Lisbon	26.829.499
22/nov/2021	Compra	1.371	5,345000	Euronext Lisbon	26.830.870
22/nov/2021	Compra	629	5,345000	Euronext Lisbon	26.831.499
22/nov/2021	Compra	331	5,345000	Euronext Lisbon	26.831.830
22/nov/2021	Compra	669	5,345000	Euronext Lisbon	26.832.499
22/nov/2021	Compra	2.000	5,310000	Euronext Lisbon	26.834.499
22/nov/2021	Compra	750	5,320000	Euronext Lisbon	26.835.249
22/nov/2021	Compra	432	5,320000	Euronext Lisbon	26.835.681
22/nov/2021	Compra	1.969	5,320000	Euronext Lisbon	26.837.650
22/nov/2021	Compra	1.585	5,320000	Euronext Lisbon	26.839.235
22/nov/2021	Compra	264	5,320000	Euronext Lisbon	26.839.499
22/nov/2021	Compra	2.000	5,310000	Euronext Lisbon	26.841.499
22/nov/2021	Compra	58	5,310000	Euronext Lisbon	26.841.557
22/nov/2021	Compra	942	5,310000	Euronext Lisbon	26.842.499
22/nov/2021	Compra	451	5,365000	Euronext Lisbon	26.842.950
22/nov/2021	Compra	432	5,365000	Euronext Lisbon	26.843.382
22/nov/2021	Compra	1.222	5,365000	Euronext Lisbon	26.844.604
22/nov/2021	Compra	483	5,365000	Euronext Lisbon	26.845.087
22/nov/2021	Compra	509	5,365000	Euronext Lisbon	26.845.596
22/nov/2021	Compra	343	5,365000	Euronext Lisbon	26.845.939
22/nov/2021	Compra	368	5,365000	Euronext Lisbon	26.846.307
22/nov/2021	Compra	567	5,365000	Euronext Lisbon	26.846.874
23/nov/2021	Compra	277	5,100000	Euronext Lisbon	26.847.151
23/nov/2021	Compra	723	5,100000	Euronext Lisbon	26.847.874
23/nov/2021	Compra	404	5,095000	Euronext Lisbon	26.848.278
23/nov/2021	Compra	596	5,095000	Euronext Lisbon	26.848.874
23/nov/2021	Compra	180	5,100000	Euronext Lisbon	26.849.054
23/nov/2021	Compra	540	5,100000	Euronext Lisbon	26.849.594
23/nov/2021	Compra	100	5,100000	Euronext Lisbon	26.849.694
23/nov/2021	Compra	940	5,100000	Euronext Lisbon	26.850.634
23/nov/2021	Compra	666	5,100000	Euronext Lisbon	26.851.300
23/nov/2021	Compra	497	5,100000	Euronext Lisbon	26.851.797
23/nov/2021	Compra	77	5,100000	Euronext Lisbon	26.851.874

23/nov/2021	Compra	1.000	5,095000	Euronext Lisbon	26.852.874
23/nov/2021	Compra	1.000	5,095000	Euronext Lisbon	26.853.874
23/nov/2021	Compra	204	5,095000	Euronext Lisbon	26.854.078
23/nov/2021	Compra	117	5,095000	Euronext Lisbon	26.854.195
23/nov/2021	Compra	624	5,095000	Euronext Lisbon	26.854.819
23/nov/2021	Compra	55	5,095000	Euronext Lisbon	26.854.874
23/nov/2021	Compra	1.862	5,115000	Euronext Lisbon	26.856.736
23/nov/2021	Compra	42	5,115000	Euronext Lisbon	26.856.778
23/nov/2021	Compra	96	5,115000	Euronext Lisbon	26.856.874
23/nov/2021	Compra	750	5,115000	Euronext Lisbon	26.857.624
23/nov/2021	Compra	750	5,115000	Euronext Lisbon	26.858.374
23/nov/2021	Compra	177	5,115000	Euronext Lisbon	26.858.551
23/nov/2021	Compra	823	5,115000	Euronext Lisbon	26.859.374
23/nov/2021	Compra	1.750	5,140000	Euronext Lisbon	26.861.124
23/nov/2021	Compra	1.750	5,140000	Euronext Lisbon	26.862.874
23/nov/2021	Compra	500	5,140000	Euronext Lisbon	26.863.374
23/nov/2021	Compra	1.450	5,145000	Euronext Lisbon	26.864.824
23/nov/2021	Compra	1.550	5,145000	Euronext Lisbon	26.866.374
23/nov/2021	Compra	1.450	5,125000	Euronext Lisbon	26.867.824
23/nov/2021	Compra	1.000	5,125000	Euronext Lisbon	26.868.824
23/nov/2021	Compra	404	5,125000	Euronext Lisbon	26.869.228
23/nov/2021	Compra	46	5,125000	Euronext Lisbon	26.869.274
23/nov/2021	Compra	100	5,125000	Euronext Lisbon	26.869.374
23/nov/2021	Compra	292	5,110000	Euronext Lisbon	26.869.666
23/nov/2021	Compra	1.000	5,110000	Euronext Lisbon	26.870.666
23/nov/2021	Compra	1.208	5,110000	Euronext Lisbon	26.871.874
23/nov/2021	Compra	1.417	5,105000	Euronext Lisbon	26.873.291
23/nov/2021	Compra	245	5,105000	Euronext Lisbon	26.873.536
23/nov/2021	Compra	838	5,105000	Euronext Lisbon	26.874.374
23/nov/2021	Compra	1.580	5,110000	Euronext Lisbon	26.875.954
23/nov/2021	Compra	496	5,110000	Euronext Lisbon	26.876.450
23/nov/2021	Compra	1.424	5,110000	Euronext Lisbon	26.877.874
23/nov/2021	Compra	350	5,120000	Euronext Lisbon	26.878.224
23/nov/2021	Compra	2.355	5,120000	Euronext Lisbon	26.880.579
23/nov/2021	Compra	404	5,120000	Euronext Lisbon	26.880.983
23/nov/2021	Compra	391	5,120000	Euronext Lisbon	26.881.374
23/nov/2021	Compra	2.500	5,120000	Euronext Lisbon	26.883.874
23/nov/2021	Compra	1.249	5,130000	Euronext Lisbon	26.885.123
23/nov/2021	Compra	425	5,130000	Euronext Lisbon	26.885.548
23/nov/2021	Compra	326	5,130000	Euronext Lisbon	26.885.874
23/nov/2021	Compra	2.000	5,135000	Euronext Lisbon	26.887.874
23/nov/2021	Compra	950	5,165000	Euronext Lisbon	26.888.824
23/nov/2021	Compra	515	5,165000	Euronext Lisbon	26.889.339
23/nov/2021	Compra	2.035	5,165000	Euronext Lisbon	26.891.374
23/nov/2021	Compra	2.000	5,150000	Euronext Lisbon	26.893.374
23/nov/2021	Compra	860	5,145000	Euronext Lisbon	26.894.234
23/nov/2021	Compra	463	5,145000	Euronext Lisbon	26.894.697
23/nov/2021	Compra	677	5,145000	Euronext Lisbon	26.895.374
23/nov/2021	Compra	2.000	5,130000	Euronext Lisbon	26.897.374

23/nov/2021	Compra	232	5,125000	Euronext Lisbon	26.897.606
23/nov/2021	Compra	191	5,125000	Euronext Lisbon	26.897.797
23/nov/2021	Compra	2.077	5,125000	Euronext Lisbon	26.899.874
23/nov/2021	Compra	2.500	5,125000	Euronext Lisbon	26.902.374
23/nov/2021	Compra	2.269	5,125000	Euronext Lisbon	26.904.643
23/nov/2021	Compra	586	5,125000	Euronext Lisbon	26.905.229
23/nov/2021	Compra	645	5,125000	Euronext Lisbon	26.905.874
23/nov/2021	Compra	34	5,115000	Euronext Lisbon	26.905.908
23/nov/2021	Compra	2.431	5,115000	Euronext Lisbon	26.908.339
23/nov/2021	Compra	542	5,115000	Euronext Lisbon	26.908.881
23/nov/2021	Compra	92	5,115000	Euronext Lisbon	26.908.973
23/nov/2021	Compra	401	5,115000	Euronext Lisbon	26.909.374
23/nov/2021	Compra	390	5,125000	Euronext Lisbon	26.909.764
23/nov/2021	Compra	1.110	5,125000	Euronext Lisbon	26.910.874
23/nov/2021	Compra	3.000	5,110000	Euronext Lisbon	26.913.874
23/nov/2021	Compra	1.306	5,105000	Euronext Lisbon	26.915.180
23/nov/2021	Compra	1.194	5,105000	Euronext Lisbon	26.916.374
23/nov/2021	Compra	1.000	5,105000	Euronext Lisbon	26.917.374
23/nov/2021	Compra	3.000	5,090000	Euronext Lisbon	26.920.374
23/nov/2021	Compra	750	5,090000	Euronext Lisbon	26.921.124
23/nov/2021	Compra	930	5,090000	Euronext Lisbon	26.922.054
23/nov/2021	Compra	851	5,090000	Euronext Lisbon	26.922.905
23/nov/2021	Compra	469	5,095000	Euronext Lisbon	26.923.374
23/nov/2021	Compra	750	5,090000	Euronext Lisbon	26.924.124
23/nov/2021	Compra	268	5,090000	Euronext Lisbon	26.924.392
23/nov/2021	Compra	610	5,090000	Euronext Lisbon	26.925.002
23/nov/2021	Compra	511	5,090000	Euronext Lisbon	26.925.513
23/nov/2021	Compra	452	5,090000	Euronext Lisbon	26.925.965
23/nov/2021	Compra	387	5,090000	Euronext Lisbon	26.926.352
23/nov/2021	Compra	22	5,090000	Euronext Lisbon	26.926.374
23/nov/2021	Compra	490	5,085000	Euronext Lisbon	26.926.864
23/nov/2021	Compra	510	5,085000	Euronext Lisbon	26.927.374
23/nov/2021	Compra	2.000	5,085000	Euronext Lisbon	26.929.374
23/nov/2021	Compra	1.000	5,085000	Euronext Lisbon	26.930.374
23/nov/2021	Compra	2.000	5,085000	Euronext Lisbon	26.932.374
23/nov/2021	Compra	1.000	5,085000	Euronext Lisbon	26.933.374
23/nov/2021	Compra	750	5,085000	Euronext Lisbon	26.934.124
23/nov/2021	Compra	250	5,085000	Euronext Lisbon	26.934.374
23/nov/2021	Compra	750	5,085000	Euronext Lisbon	26.935.124
23/nov/2021	Compra	250	5,085000	Euronext Lisbon	26.935.374
23/nov/2021	Compra	1.000	5,085000	Euronext Lisbon	26.936.374
23/nov/2021	Compra	1.000	5,085000	Euronext Lisbon	26.937.374
23/nov/2021	Compra	1.000	5,085000	Euronext Lisbon	26.938.374
23/nov/2021	Compra	1.000	5,085000	Euronext Lisbon	26.939.374
23/nov/2021	Compra	1.000	5,085000	Euronext Lisbon	26.940.374
23/nov/2021	Compra	455	5,085000	Euronext Lisbon	26.940.829
23/nov/2021	Compra	545	5,085000	Euronext Lisbon	26.941.374
23/nov/2021	Compra	545	5,085000	Euronext Lisbon	26.941.919
23/nov/2021	Compra	455	5,085000	Euronext Lisbon	26.942.374

23/nov/2021	Compra	1.000	5,085000	Euronext Lisbon	26.943.374
23/nov/2021	Compra	18	5,085000	Euronext Lisbon	26.943.392
23/nov/2021	Compra	460	5,085000	Euronext Lisbon	26.943.852
23/nov/2021	Compra	522	5,085000	Euronext Lisbon	26.944.374
23/nov/2021	Compra	348	5,085000	Euronext Lisbon	26.944.722
23/nov/2021	Compra	356	5,085000	Euronext Lisbon	26.945.078
23/nov/2021	Compra	296	5,085000	Euronext Lisbon	26.945.374
23/nov/2021	Compra	314	5,085000	Euronext Lisbon	26.945.688
23/nov/2021	Compra	1.186	5,085000	Euronext Lisbon	26.946.874
23/nov/2021	Compra	2.463	5,100000	Euronext Lisbon	26.949.337
23/nov/2021	Compra	987	5,100000	Euronext Lisbon	26.950.324
25/nov/2021	Compra	1.630	5,035000	Euronext Lisbon	26.951.954
25/nov/2021	Compra	967	5,035000	Euronext Lisbon	26.952.921
25/nov/2021	Compra	390	5,035000	Euronext Lisbon	26.953.311
25/nov/2021	Compra	2.500	5,035000	Euronext Lisbon	26.955.811
25/nov/2021	Compra	196	5,035000	Euronext Lisbon	26.956.007
25/nov/2021	Compra	867	5,035000	Euronext Lisbon	26.956.874
25/nov/2021	Compra	955	5,035000	Euronext Lisbon	26.957.829
25/nov/2021	Compra	112	5,035000	Euronext Lisbon	26.957.941
25/nov/2021	Compra	680	5,050000	Euronext Lisbon	26.958.621
25/nov/2021	Compra	753	5,050000	Euronext Lisbon	26.959.374
25/nov/2021	Compra	792	5,050000	Euronext Lisbon	26.960.166
25/nov/2021	Compra	1.556	5,050000	Euronext Lisbon	26.961.722
25/nov/2021	Compra	764	5,050000	Euronext Lisbon	26.962.486
25/nov/2021	Compra	180	5,050000	Euronext Lisbon	26.962.666
25/nov/2021	Compra	764	5,050000	Euronext Lisbon	26.963.430
25/nov/2021	Compra	2.500	5,050000	Euronext Lisbon	26.965.930
25/nov/2021	Compra	944	5,050000	Euronext Lisbon	26.966.874
25/nov/2021	Compra	1.600	5,060000	Euronext Lisbon	26.968.474
25/nov/2021	Compra	1.000	5,060000	Euronext Lisbon	26.969.474
25/nov/2021	Compra	600	5,060000	Euronext Lisbon	26.970.074
25/nov/2021	Compra	2.244	5,060000	Euronext Lisbon	26.972.318
25/nov/2021	Compra	362	5,060000	Euronext Lisbon	26.972.680
25/nov/2021	Compra	2.500	5,060000	Euronext Lisbon	26.975.180
25/nov/2021	Compra	1.694	5,060000	Euronext Lisbon	26.976.874
25/nov/2021	Compra	2.500	5,045000	Euronext Lisbon	26.979.374
25/nov/2021	Compra	2.500	5,045000	Euronext Lisbon	26.981.874
25/nov/2021	Compra	30	5,045000	Euronext Lisbon	26.981.904
25/nov/2021	Compra	2.470	5,045000	Euronext Lisbon	26.984.374
25/nov/2021	Compra	1.250	5,045000	Euronext Lisbon	26.985.624
25/nov/2021	Compra	834	5,045000	Euronext Lisbon	26.986.458
25/nov/2021	Compra	416	5,045000	Euronext Lisbon	26.986.874
25/nov/2021	Compra	750	5,050000	Euronext Lisbon	26.987.624
25/nov/2021	Compra	873	5,050000	Euronext Lisbon	26.988.497
25/nov/2021	Compra	480	5,050000	Euronext Lisbon	26.988.977
25/nov/2021	Compra	397	5,050000	Euronext Lisbon	26.989.374
25/nov/2021	Compra	402	5,050000	Euronext Lisbon	26.989.776
25/nov/2021	Compra	2.098	5,050000	Euronext Lisbon	26.991.874
25/nov/2021	Compra	302	5,050000	Euronext Lisbon	26.992.176

25/nov/2021	Compra	397	5,050000	Euronext Lisbon	26.992.573
25/nov/2021	Compra	19	5,050000	Euronext Lisbon	26.992.592
25/nov/2021	Compra	434	5,050000	Euronext Lisbon	26.993.026
25/nov/2021	Compra	1.650	5,050000	Euronext Lisbon	26.994.676
25/nov/2021	Compra	850	5,050000	Euronext Lisbon	26.995.526
25/nov/2021	Compra	523	5,050000	Euronext Lisbon	26.996.049
25/nov/2021	Compra	496	5,080000	Euronext Lisbon	26.996.545
25/nov/2021	Compra	13	5,080000	Euronext Lisbon	26.996.558
25/nov/2021	Compra	251	5,080000	Euronext Lisbon	26.996.809
25/nov/2021	Compra	27	5,080000	Euronext Lisbon	26.996.836
25/nov/2021	Compra	112	5,080000	Euronext Lisbon	26.996.948
25/nov/2021	Compra	63	5,080000	Euronext Lisbon	26.997.011
25/nov/2021	Compra	1.230	5,080000	Euronext Lisbon	26.998.241
25/nov/2021	Compra	68	5,080000	Euronext Lisbon	26.998.309
25/nov/2021	Compra	240	5,090000	Euronext Lisbon	26.998.549
25/nov/2021	Compra	100	5,090000	Euronext Lisbon	26.998.649
25/nov/2021	Compra	307	5,090000	Euronext Lisbon	26.998.956
25/nov/2021	Compra	32	5,090000	Euronext Lisbon	26.998.988
25/nov/2021	Compra	146	5,090000	Euronext Lisbon	26.999.134
25/nov/2021	Compra	1.450	5,100000	Euronext Lisbon	27.000.584
25/nov/2021	Compra	18	5,100000	Euronext Lisbon	27.000.602
25/nov/2021	Compra	6.000	5,100000	Euronext Lisbon	27.006.602
25/nov/2021	Compra	658	5,100000	Euronext Lisbon	27.007.260
25/nov/2021	Compra	321	5,100000	Euronext Lisbon	27.007.581
25/nov/2021	Compra	1.553	5,100000	Euronext Lisbon	27.009.134
25/nov/2021	Compra	2.500	5,110000	Euronext Lisbon	27.011.634
25/nov/2021	Compra	2.255	5,110000	Euronext Lisbon	27.013.889
25/nov/2021	Compra	171	5,110000	Euronext Lisbon	27.014.060
25/nov/2021	Compra	74	5,110000	Euronext Lisbon	27.014.134
25/nov/2021	Compra	2.500	5,100000	Euronext Lisbon	27.016.634
25/nov/2021	Compra	731	5,100000	Euronext Lisbon	27.017.365
25/nov/2021	Compra	2.500	5,100000	Euronext Lisbon	27.019.865
25/nov/2021	Compra	2.695	5,100000	Euronext Lisbon	27.022.560
25/nov/2021	Compra	1.574	5,100000	Euronext Lisbon	27.024.134
25/nov/2021	Compra	304	5,090000	Euronext Lisbon	27.024.438
25/nov/2021	Compra	2.196	5,090000	Euronext Lisbon	27.026.634
25/nov/2021	Compra	750	5,095000	Euronext Lisbon	27.027.384
25/nov/2021	Compra	1.190	5,095000	Euronext Lisbon	27.028.574
25/nov/2021	Compra	560	5,095000	Euronext Lisbon	27.029.134
25/nov/2021	Compra	1.000	5,075000	Euronext Lisbon	27.030.134
25/nov/2021	Compra	317	5,075000	Euronext Lisbon	27.030.451
25/nov/2021	Compra	786	5,075000	Euronext Lisbon	27.031.237
25/nov/2021	Compra	214	5,075000	Euronext Lisbon	27.031.451
25/nov/2021	Compra	15	5,075000	Euronext Lisbon	27.031.466
25/nov/2021	Compra	1.000	5,075000	Euronext Lisbon	27.032.466
25/nov/2021	Compra	6.668	5,075000	Euronext Lisbon	27.039.134
25/nov/2021	Compra	750	5,080000	Euronext Lisbon	27.039.884
25/nov/2021	Compra	307	5,080000	Euronext Lisbon	27.040.191
25/nov/2021	Compra	943	5,080000	Euronext Lisbon	27.041.134

25/nov/2021	Compra	240	5,070000	Euronext Lisbon	27.041.374
25/nov/2021	Compra	2.500	5,070000	Euronext Lisbon	27.043.874
25/nov/2021	Compra	750	5,075000	Euronext Lisbon	27.044.624
25/nov/2021	Compra	440	5,075000	Euronext Lisbon	27.045.064
25/nov/2021	Compra	1.244	5,075000	Euronext Lisbon	27.046.308
25/nov/2021	Compra	566	5,075000	Euronext Lisbon	27.046.874
25/nov/2021	Compra	69	5,050000	Euronext Lisbon	27.046.943
25/nov/2021	Compra	145	5,050000	Euronext Lisbon	27.047.088
25/nov/2021	Compra	174	5,050000	Euronext Lisbon	27.047.262
25/nov/2021	Compra	1.198	5,050000	Euronext Lisbon	27.048.460
25/nov/2021	Compra	338	5,045000	Euronext Lisbon	27.048.798
25/nov/2021	Compra	1.076	5,045000	Euronext Lisbon	27.049.874
25/nov/2021	Compra	560	5,045000	Euronext Lisbon	27.050.434
25/nov/2021	Compra	750	5,045000	Euronext Lisbon	27.051.184
25/nov/2021	Compra	722	5,045000	Euronext Lisbon	27.051.906
25/nov/2021	Compra	520	5,045000	Euronext Lisbon	27.052.426
25/nov/2021	Compra	750	5,050000	Euronext Lisbon	27.053.176
25/nov/2021	Compra	84	5,055000	Euronext Lisbon	27.053.260
25/nov/2021	Compra	5.000	5,055000	Euronext Lisbon	27.058.260
25/nov/2021	Compra	712	5,055000	Euronext Lisbon	27.058.972
25/nov/2021	Compra	740	5,055000	Euronext Lisbon	27.059.712
25/nov/2021	Compra	200	5,055000	Euronext Lisbon	27.059.912
25/nov/2021	Compra	400	5,055000	Euronext Lisbon	27.060.312
25/nov/2021	Compra	156	5,055000	Euronext Lisbon	27.060.468
25/nov/2021	Compra	590	5,055000	Euronext Lisbon	27.061.058
25/nov/2021	Compra	453	5,055000	Euronext Lisbon	27.061.511
25/nov/2021	Compra	915	5,055000	Euronext Lisbon	27.062.426
25/nov/2021	Compra	2.500	5,050000	Euronext Lisbon	27.064.926
25/nov/2021	Compra	926	5,060000	Euronext Lisbon	27.065.852
25/nov/2021	Compra	950	5,060000	Euronext Lisbon	27.066.802
25/nov/2021	Compra	154	5,060000	Euronext Lisbon	27.066.956
25/nov/2021	Compra	421	5,060000	Euronext Lisbon	27.067.377
25/nov/2021	Compra	424	5,060000	Euronext Lisbon	27.067.801
25/nov/2021	Compra	1.779	5,065000	Euronext Lisbon	27.069.580
25/nov/2021	Compra	403	5,065000	Euronext Lisbon	27.069.983
25/nov/2021	Compra	782	5,065000	Euronext Lisbon	27.070.765
25/nov/2021	Compra	818	5,065000	Euronext Lisbon	27.071.583
25/nov/2021	Compra	200	5,065000	Euronext Lisbon	27.071.783
25/nov/2021	Compra	1.200	5,065000	Euronext Lisbon	27.072.983
25/nov/2021	Compra	558	5,065000	Euronext Lisbon	27.073.541
25/nov/2021	Compra	1.268	5,065000	Euronext Lisbon	27.074.809
25/nov/2021	Compra	2	5,065000	Euronext Lisbon	27.074.811
25/nov/2021	Compra	750	5,070000	Euronext Lisbon	27.075.561
25/nov/2021	Compra	1.817	5,070000	Euronext Lisbon	27.077.378
25/nov/2021	Compra	2.385	5,070000	Euronext Lisbon	27.079.763
25/nov/2021	Compra	4.000	5,070000	Euronext Lisbon	27.083.763
25/nov/2021	Compra	957	5,070000	Euronext Lisbon	27.084.720
25/nov/2021	Compra	858	5,070000	Euronext Lisbon	27.085.578
25/nov/2021	Compra	200	5,070000	Euronext Lisbon	27.085.778

25/nov/2021	Compra	1.089	5,075000	Euronext Lisbon	27.086.867
25/nov/2021	Compra	3.501	5,075000	Euronext Lisbon	27.090.368
25/nov/2021	Compra	4.000	5,075000	Euronext Lisbon	27.094.368
25/nov/2021	Compra	200	5,075000	Euronext Lisbon	27.094.568
25/nov/2021	Compra	974	5,075000	Euronext Lisbon	27.095.542
25/nov/2021	Compra	1.190	5,075000	Euronext Lisbon	27.096.732
25/nov/2021	Compra	867	5,075000	Euronext Lisbon	27.097.599
25/nov/2021	Compra	928	5,075000	Euronext Lisbon	27.098.527
25/nov/2021	Compra	983	5,075000	Euronext Lisbon	27.099.510
25/nov/2021	Compra	2.500	5,085000	Euronext Lisbon	27.102.010
25/nov/2021	Compra	2.500	5,085000	Euronext Lisbon	27.104.510
25/nov/2021	Compra	138	5,085000	Euronext Lisbon	27.104.648
25/nov/2021	Compra	2.360	5,085000	Euronext Lisbon	27.107.008
25/nov/2021	Compra	2	5,085000	Euronext Lisbon	27.107.010
25/nov/2021	Compra	2.000	5,080000	Euronext Lisbon	27.109.010
25/nov/2021	Compra	1.200	5,080000	Euronext Lisbon	27.110.210
25/nov/2021	Compra	489	5,080000	Euronext Lisbon	27.110.699
25/nov/2021	Compra	311	5,080000	Euronext Lisbon	27.111.010
25/nov/2021	Compra	304	5,080000	Euronext Lisbon	27.111.314
25/nov/2021	Compra	117	5,080000	Euronext Lisbon	27.111.431
25/nov/2021	Compra	800	5,080000	Euronext Lisbon	27.112.231
25/nov/2021	Compra	1.200	5,090000	Euronext Lisbon	27.113.431
25/nov/2021	Compra	1.195	5,090000	Euronext Lisbon	27.114.626
25/nov/2021	Compra	105	5,090000	Euronext Lisbon	27.114.731
25/nov/2021	Compra	4.000	5,090000	Euronext Lisbon	27.118.731
25/nov/2021	Compra	563	5,090000	Euronext Lisbon	27.119.294
25/nov/2021	Compra	77	5,090000	Euronext Lisbon	27.119.371
25/nov/2021	Compra	591	5,080000	Euronext Lisbon	27.119.962
25/nov/2021	Compra	430	5,080000	Euronext Lisbon	27.120.392
25/nov/2021	Compra	62	5,080000	Euronext Lisbon	27.120.454
25/nov/2021	Compra	52	5,080000	Euronext Lisbon	27.120.506
25/nov/2021	Compra	591	5,080000	Euronext Lisbon	27.121.097
25/nov/2021	Compra	269	5,080000	Euronext Lisbon	27.121.366
25/nov/2021	Compra	500	5,080000	Euronext Lisbon	27.121.866
25/nov/2021	Compra	640	5,080000	Euronext Lisbon	27.122.506
25/nov/2021	Compra	4.000	5,090000	Euronext Lisbon	27.126.506
25/nov/2021	Compra	1.057	5,090000	Euronext Lisbon	27.127.563
25/nov/2021	Compra	145	5,090000	Euronext Lisbon	27.127.708
25/nov/2021	Compra	440	5,090000	Euronext Lisbon	27.128.148
25/nov/2021	Compra	424	5,090000	Euronext Lisbon	27.128.572
25/nov/2021	Compra	70	5,090000	Euronext Lisbon	27.128.642
25/nov/2021	Compra	1.354	5,085000	Euronext Lisbon	27.129.996
25/nov/2021	Compra	232	5,085000	Euronext Lisbon	27.130.228
25/nov/2021	Compra	414	5,085000	Euronext Lisbon	27.130.642
25/nov/2021	Compra	232	5,085000	Euronext Lisbon	27.130.874
25/nov/2021	Compra	236	5,085000	Euronext Lisbon	27.131.110
25/nov/2021	Compra	1.532	5,085000	Euronext Lisbon	27.132.642
25/nov/2021	Compra	468	5,085000	Euronext Lisbon	27.133.110
25/nov/2021	Compra	1.394	5,085000	Euronext Lisbon	27.134.504

25/nov/2021	Compra	606	5,085000	Euronext Lisbon	27.135.110
25/nov/2021	Compra	29	5,085000	Euronext Lisbon	27.135.139
25/nov/2021	Compra	28	5,085000	Euronext Lisbon	27.135.167
25/nov/2021	Compra	623	5,085000	Euronext Lisbon	27.135.790
25/nov/2021	Compra	750	5,085000	Euronext Lisbon	27.136.540
25/nov/2021	Compra	599	5,085000	Euronext Lisbon	27.137.139
25/nov/2021	Compra	355	5,085000	Euronext Lisbon	27.137.494
25/nov/2021	Compra	886	5,100000	Euronext Lisbon	27.138.380
25/nov/2021	Compra	501	5,100000	Euronext Lisbon	27.138.881
25/nov/2021	Compra	78	5,100000	Euronext Lisbon	27.138.959
25/nov/2021	Compra	530	5,105000	Euronext Lisbon	27.139.489
25/nov/2021	Compra	959	5,105000	Euronext Lisbon	27.140.448
25/nov/2021	Compra	578	5,105000	Euronext Lisbon	27.141.026
25/nov/2021	Compra	1.707	5,105000	Euronext Lisbon	27.142.733
25/nov/2021	Compra	148	5,105000	Euronext Lisbon	27.142.881
25/nov/2021	Compra	402	5,105000	Euronext Lisbon	27.143.283
25/nov/2021	Compra	2.000	5,110000	Euronext Lisbon	27.145.283
25/nov/2021	Compra	1.591	5,110000	Euronext Lisbon	27.146.874
31/dez/2021	-	-	-	-	27.146.874

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves

Data	Natureza	Volume	Preço (€)	Local	N.º ações
31/dez/2020	-	-	-	-	-
31/mar/2021	Compra	584	6,540000	Euronext Lisbon	584
31/mar/2021	Compra	1.500	6,540000	Euronext Lisbon	2.084
31/mar/2021	Compra	764	6,540000	Euronext Lisbon	2.848
31/mar/2021	Compra	824	6,540000	Euronext Lisbon	3.672
31/mar/2021	Compra	828	6,540000	Euronext Lisbon	4.500
31/dez/2021	-	-	-	-	4.500



Relatório de Governo da Sociedade

GOVERNO DA SOCIEDADE

Estimados Acionistas, Stakeholders e Sociedade em geral,

Através do presente documento, a ALTRI, SGPS, S.A. (“**ALTRI**” ou “**Sociedade**”) tem o gosto de apresentar o Relatório de Governo da Sociedade (“**Relatório**”) que pretende ser um retrato fiel do modelo de *Governance* implementado e que tem vindo a ser desenvolvido na organização, no decurso do exercício de 2021.

O modelo de governance da ALTRI tem o desiderato de promover um governo societário cada vez mais eficaz, capaz de dar resposta a todos os desafios que se adensam na sociedade - desafios de responsabilidade ambiental, de responsabilidade social e de bom governo da Sociedade - tendo sempre por base o cumprimento estrito das exigências legais e de *soft law*, nacionais, comunitárias e internacionais.

Na ALTRI promove-se uma cultura de melhoria contínua, em que as equipas e as pessoas que as integram são desafiadas a ir para além do estritamente necessário e dos padrões estabelecidos. Potencia-se uma visão integrada da organização, das suas exigências nas mais diversas áreas e do cumprimento transversal dos compromissos assumidos - como seja o compromisso 2030 da ALTRI, que foi definido com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos na Agenda Mundial 2030, ou ainda a adesão da Sociedade à iniciativa *Target Gender Equality da United Nations Global Compact*, que levou a ALTRI a dar importantes passos noutras matérias, que também considera essenciais, como nas matérias de diversidade e de inclusão.

A imagem de rigor, transparência e sustentabilidade que constitui a matriz da gestão da ALTRI foi reconhecida através da distinção com *rating A* pelo *Carbon Disclosure Project* (CDP), no âmbito do programa de Alterações Climáticas. Esta classificação é a única atribuída a uma empresa portuguesa do setor da ALTRI e coloca-a acima da média europeia (que é B) e do setor da pasta de papel a nível internacional. A ALTRI integra, assim, 29% das empresas que alcançaram um desempenho de liderança.

Além do *rating* atribuído no combate às alterações climáticas, a ALTRI recebeu também uma classificação de B na proteção da floresta, a mesma alcançada em termos de políticas para garantir a qualidade da água, neste que foi o primeiro ano em que as suas práticas foram avaliadas. Em ambas as avaliações feitas pelo CDP, organização sem fins lucrativos que apresenta o maior e mais completo sistema global de divulgação de informação ambiental, a Altri obteve um resultado que está perfeitamente alinhado com a média do setor.

A ALTRI trabalha diariamente para construir um mundo mais renovável.

O modelo de Relatório que se apresenta é o que consta do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (**CMVM**) número 4/2013, e a informação dele constante cumpre todas as exigências legais aplicáveis, nomeadamente, mas sem limitar, o artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários (**CVM**) e submete-se ao cumprimento do Código de Governo das Sociedades do *Instituto Português de Corporate Governance* (IPCG) de 2018, revisto em 2020 (**Código de Governo das Sociedades do IPCG**).

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital

O capital social da ALTRI, SGPS, S.A. (daqui em diante abreviadamente designada por “**Sociedade**” ou “**ALTRI**”) é de € 25.641.459,00, integralmente subscrito e realizado e é composto por 205.131.672 ações, ordinárias sendo, por isso, iguais os direitos e deveres inerentes a todas as ações, escriturais e nominativas, cada uma com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro.

A distribuição do capital e respetivos direitos de voto pelos acionistas titulares de participações qualificadas encontra-se espelhada em detalhe no ponto II.7.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado *Euronext Lisbon*, gerido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A., integrando o seu principal índice, o PSI.

2. Restrições à transmissibilidade das ações e à titularidade de ações

Os Estatutos da Sociedade não incluem qualquer restrição quanto à transmissibilidade ou titularidade das ações e não existem acionistas titulares de direitos especiais. Assim, as ações da *ALTRI* são livremente transmissíveis de acordo com as normas legais aplicáveis.

3. Ações próprias

A Sociedade não detém quaisquer ações próprias em carteira, por referência a 31 de dezembro de 2021.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos

Não existem acordos significativos celebrados pela ALTRI que incluam quaisquer cláusulas de mudança de controlo (inclusivamente na sequência de uma oferta pública de aquisição), isto é, que entrem em vigor, sejam alterados, determinem pagamentos, assunção de encargos ou cessem nessas circunstâncias ou em caso de mudança da composição do órgão de administração, assim como não existem quaisquer condições específicas que limitem o exercício de direitos de voto pelos acionistas da Sociedade, suscetíveis de interferir no êxito de Ofertas Públicas de Aquisição.

Alguns contratos de financiamento das subsidiárias da ALTRI contêm as normais cláusulas tipo de reembolso antecipado em caso de alteração de controlo acionista das mesmas.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

A ALTRI não adotou quaisquer medidas defensivas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sociedade.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Participações qualificadas

Em 31 de dezembro de 2021 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 16.º, 20.º e 29.º-R do CVM, informa-se que as sociedades e/ou pessoas singulares que detêm uma participação social qualificada que ultrapasse os 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33%, 50%, 66% e 90% dos direitos de voto, são como segue:

	Nº ações detidas em 31-dez-2021	% capital social com direito de voto
1 Thing, Investments, S.A.		
Diretamente ^(a)	20 541 284	10,01%
Total imputável	20 541 284	10,01%

(a) - as 20.541.284 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S.A., cujo conselho de administração integra o administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira.

	Nº ações detidas em 31-dez-2021	% capital social com direito de voto
Domingos José Vieira de Matos		
Através da sociedade Livrefluxo, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	26 669 010	13,00%
Total imputável	26 669 010	13,00%

	Nº ações detidas em 31-dez-2021	% capital social com direito de voto
Paulo Jorge dos Santos Fernandes		
Através da sociedade Actium Capital, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	27 146 874	13,23%
Total imputável	27 146 874	13,23%

	Nº ações detidas em 31-dez-2021	% capital social com direito de voto
João Manuel Matos Borges de Oliveira		
Através da sociedade CADERNO AZUL, S.A. (da qual é acionista dominante e administrador)	31 000 000	15,11%
Total imputável	31 000 000	15,11%

	Nº ações detidas em 31-dez-2021	% capital social com direito de voto
Promendo Investimentos, S.A.		
Diretamente ^(a)	38 295 053	18,67%
Através do seu administrador José Manuel de Almeida Archer	11 500	0,01%
Total imputável	38 306 553	18,68%

(a) - as 38.295.053 ações correspondem ao total das ações da Altri, SGPS, S.A. detidas diretamente pela sociedade Promendo Investimentos, S.A. que se consideram igualmente imputáveis a Ana Rebelo de Carvalho Meneses de Mendonça, administradora e acionista dominante da sociedade Promendo Investimentos, S.A. e administradora da Altri, SGPS, S.A.

Esta matéria encontra-se igualmente tratada no Relatório Anual de Gestão.

A informação atualizada sobre participações qualificadas está acessível em

<https://altri.pt/pt/investidores/informacao-acionista>

8. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)

As ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização na Sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de Grupo com a Sociedade, diretamente ou através de pessoas relacionadas, encontram-se divulgadas em anexo ao Relatório Anual de Gestão nos termos exigidos pelo artigo 447.º do CSC e pelo artigo 19.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014.

9. Poderes do Conselho de Administração relativos a aumentos do capital

O Conselho de Administração não dispõe de quaisquer poderes especiais, tendo as competências e poderes que lhe são conferidos pelo CSC e pelos Estatutos da Sociedade.

Note-se que o artigo 4.º dos Estatutos da Sociedade, na redação que lhe foi dada por deliberação tomada a 30 de abril de 2021, atribui ao Conselho de Administração a possibilidade de deliberar o aumento do capital social, por uma ou mais vezes, até ao limite de 35 milhões de Euros, estabelecendo nessa deliberação, as condições de subscrição e as categorias de ações a emitir, de entre as existentes.

Esta disposição estatutária, nos termos da parte final da alínea b) do n.º 2 do artigo 456.º do CSC, vigorará pelo prazo de cinco anos, pelo que a 30 de abril de 2026 cessará a sua vigência, data a partir da qual tal competência passará a residir, exclusivamente, na Assembleia Geral.

10. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial a referir que tenham sido estabelecidas, diretamente, entre os titulares de participações qualificadas, e a Sociedade e que a esta tenham sido notificadas.

A informação sobre os negócios entre a Sociedade e as partes relacionadas pode ser consultada na nota 34 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 21 do Anexo às contas individuais da Sociedade referentes a transações com partes relacionadas.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

A mesa da Assembleia Geral da ALTRI é constituída, em observância do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da Sociedade e do artigo 374.º do CSC, por um presidente e por um secretário eleitos em Assembleia Geral pelos acionistas da Sociedade, para cada mandato correspondente a três anos, coincidente com o mandato dos órgãos sociais.

A 31 de dezembro de 2021, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, em exercício do segundo mandato:

Presidente: Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão
Secretária: Maria Conceição Henriques Fernandes Cabaços

O mandato teve o seu início em 2020 e terá o seu termo em 2022.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

Na ALTRI não existem quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto.

O capital social da Sociedade é integralmente representado por uma única categoria de ações, correspondendo a cada ação um voto, não existindo, assim, limitações ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por qualquer acionista.

A Sociedade não emitiu ações preferenciais sem direito a voto.

A participação dos acionistas em Assembleia Geral depende da comprovação da qualidade de acionista por referência à “Data do Registro” nos termos legais aplicáveis e definidos no Aviso Convocatório, não estabelecendo a Sociedade qualquer exigência adicional face às exigências impostas por lei.

Importa ainda referir que, em linha com o disposto no número 2 do artigo 23.º-C do CVM, o exercício dos direitos de participação e votação em Assembleia Geral não é prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à data de registro, nem depende do bloqueio das mesmas entre aquela data e a data da Assembleia Geral.

Os acionistas individuais e as pessoas coletivas poderão fazer-se representar por quem designarem para o efeito mediante documento de representação escrito, dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por carta entregue na sede social até ao final do terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral.

Um acionista pode ainda, nos termos legais aplicáveis, designar diferentes representantes em relação às ações de que seja titular em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto e da votação em sentido diverso legalmente prevista para os acionistas a título profissional.

Os acionistas da Sociedade podem votar por correspondência em relação a todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral, por declaração escrita, com a identificação do acionista, sendo a mesma realizada, quando pessoa singular, pelo envio de cópia certificada do respetivo cartão de cidadão, o que é solicitado em observância do número 2 do artigo 5.º da Lei 7/2007, de 5 de fevereiro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 61/2021, de 19 de agosto, e, quando pessoa coletiva, pela assinatura devidamente reconhecida, nos termos legais aplicáveis.

De acordo com os Estatutos da Sociedade:

- Sem prejuízo da prova da qualidade de acionista em observância dos termos e dos prazos previstos na lei, só serão admitidos os votos por correspondência enviados por correio registado para a sede da Sociedade, dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e recebidos por este até ao final do terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral;
- A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das ações ou por quem, legalmente, o represente, devendo o acionista, caso seja pessoa singular, acompanhar a declaração de voto de cópia certificada do seu documento de identificação e, caso seja pessoa coletiva, ser a sua assinatura reconhecida na qualidade e com poderes para o ato;
- As declarações de voto deverão **(i)** indicar o ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita, **(ii)** indicar a proposta concreta a que se destina, com indicação dos proponentes, bem como **(iii)** conter a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta;
- Os votos emitidos por correspondência contam para a verificação do quórum constitutivo da Assembleia Geral, sendo o resultado da votação por correspondência relativamente a cada ponto da ordem de trabalhos divulgado no ponto a que disser respeito;
- Considera-se revogado o voto por correspondência emitido, no caso da presença, na Assembleia Geral, do acionista que o emitiu ou de representante por ele designado;
- Caso as declarações de voto omitam o sentido de voto em relação a propostas apresentadas anteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos, considerar-se-á que esse acionista se abstém relativamente a essas propostas;
- Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Sem prejuízo de monitorizar em permanência a adequação do seu modelo e de dar resposta imediata a qualquer solicitação que lhe seja dirigida em sentido diverso, a ALTRI tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas assembleias gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

Neste sentido, a Sociedade não implementou os mecanismos necessários ao exercício do direito de voto por via eletrónica, nem à participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos. Estas modalidades de voto e de participação nunca foram solicitadas à Sociedade por qualquer Acionista, pelo que se considera que a ausência de tais formas de votação e de participação não consubstanciam qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto e de participação em Assembleia Geral.

De referir, ainda, que a Sociedade divulga, dentro dos prazos legais aplicáveis, e em todos os locais impostos por lei, a convocatória das Assembleias Gerais, que contém informação sobre a forma de habilitação dos acionistas para participação e exercício do direito de voto, bem como sobre procedimentos a adotar para o exercício do voto por correspondência ou para designação de representante.

A Sociedade divulga ainda, nos termos legais aplicáveis, as propostas de deliberação, as informações preparatórias exigidas por lei, as minutas de carta de representação e de boletins de voto para o exercício do voto por correspondência, tudo no sentido de garantir, promover e incentivar a participação dos acionistas, por si ou por representantes por si designados, nas Assembleias Gerais.

Neste contexto, a Sociedade está convicta de que o modelo vigente promove e incentiva, nos termos amplamente descritos neste Relatório, a participação dos Acionistas em Assembleia Geral.

13. *Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários*

Não existe qualquer limitação no número de votos que pode ser detido ou exercido por um único acionista ou Grupo de acionistas.

14. *Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada*

De acordo com os Estatutos da Sociedade, as deliberações sociais são tomadas por maioria dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social representado na assembleia, exceto quando seja exigida por lei uma diferente maioria.

Numa segunda convocatória, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do número de acionistas presentes e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral está em conformidade com o disposto no CSC.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado

A ALTRI adota o modelo de governo denominado monista reforçado, que contempla um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, conforme disposto na alínea a) do número 1 do artigo 278.º do CSC e de um Revisor Oficial de Contas, em observância do disposto na alínea a) do número 2 do artigo 413.º do CSC, por remissão do número 3 do já mencionado artigo 278.º.

O Conselho de Administração é, assim, o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do objeto social, determinando a sua orientação estratégica, sem prejuízo do acompanhamento e avaliação da gestão pelo Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências.

A Sociedade monitoriza em permanência a adequação do modelo adotado, o qual se tem revelado perfeitamente adequado e base essencial à boa performance do Grupo.

Em matéria de política de diversidade nos órgãos sociais, importa referir que é um tema que não é novo para o Grupo ALTRI.

Num período temporal em que não existia qualquer imposição legal, já a ALTRI se encontrava a trilhar um caminho de evolução crescente, tendo uma representatividade de género considerada expressiva na sua organização.

Na verdade, e tendo em consideração que a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo é uma atividade industrial onde há uma predominância histórica do género masculino, a Sociedade, desde cedo, potenciou a assunção de cargos de topo por mulheres, como é exemplo a eleição da Dra. Laurentina da Silva Martins, já em 2009 e, em 2014, a eleição da Dra. Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça. Crê-se essencial destacar que, já em 2014, um terço do órgão de administração da ALTRI era constituído por mulheres, num tempo em que o tema da diversidade de género não estava, de forma tão premente, nas agendas políticas e sociais.

Em 2020, a ALTRI elegeu, para integrar o órgão de administração, a Dra. Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira e a Dra. Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves, que, em conjunto com a Dra. Laurentina Martins e com a Dra. Ana Mendonça que foram reconduzidas no cargo, constituem um terço do número de membros em funções, atualmente, no órgão de administração da Sociedade.

Os membros que integram o Conselho de Administração e que se encontram em exercício de funções têm revelado e têm já provas dadas nesse sentido, serem titulares das características individuais (nomeadamente competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência) para o exercício pleno e cabal das funções que lhes estão atribuídas de uma forma alinhada com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas, desde logo pela sua senioridade e experiência.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração

A eleição de membros para integrarem o Conselho de Administração da Sociedade cabe aos Acionistas, por deliberação tomada em Assembleia Geral. Os membros são eleitos para mandatos correspondentes a períodos de três anos, podendo a sua reeleição ser deliberada por uma ou mais vezes. O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de quinze membros, eleitos em Assembleia Geral.

O posicionamento de mercado que o Grupo tem vindo a conquistar e os resultados apresentados ao público, em especial no exercício de 2021, comprovam, uma vez mais, que a equipa de gestão da Sociedade tem realizado as suas funções com um elevado nível de *expertise*, rigor e competência.

Ainda em matéria de eleição de membros para integrarem o Conselho de Administração, importa referir a regra estatutária constante do artigo 15.º dos Estatutos, nos termos da qual na Assembleia Geral eleitoral um administrador poderá ser eleito, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de acionistas desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e de menos de dez por cento do capital social. Havendo propostas nesse sentido, a eleição será efetuada isoladamente antes da eleição dos demais administradores. Cada uma das listas referidas anteriormente deverá propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher. Nenhum acionista poderá subscrever mais do que uma das referidas listas e se numa eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto dessas listas. Estas regras só serão aplicáveis se, em alguma circunstância a Sociedade vier a ser considerada de subscrição pública, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada.

17. Composição do Conselho de Administração

O Conselho de Administração composto atualmente por doze membros, é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do seu objeto social, cabendo a este órgão a determinação da orientação estratégica da ALTRI, pelo que, na execução das suas atribuições, o Conselho de Administração atua sempre da forma que considera que melhor defende os interesses da Sociedade, com o foco na criação permanente de valor para os seus acionistas e demais *stakeholders*.

Em 31 de dezembro de 2021 este órgão era composto pelos seguintes elementos:

- Alberto João Coraceiro de Castro – Presidente
- Paulo Jorge dos Santos Fernandes – Vice-presidente
- João Manuel Matos Borges de Oliveira – Vice-presidente
- Domingos José Vieira de Matos – Vogal
- Laurentina da Silva Martins – Vogal
- Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira – Vogal
- Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça – Vogal
- Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira – Vogal
- Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves – Vogal
- José Armindo Farinha Soares de Pina – Vogal
- José António Nogueira dos Santos – Vogal
- Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva – Vogal

Todos os membros do Conselho de Administração foram eleitos na Assembleia Geral realizada no dia 30 de abril de 2020 para o triénio 2020/2022.

NOME	PRIMEIRA NOMEAÇÃO	DATA DE TERMO DO MANDATO
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	março de 2005	31 de dezembro de 2022
João Manuel Matos Borges de Oliveira	março de 2005	31 de dezembro de 2022
Domingos José Vieira de Matos	março de 2005	31 de dezembro de 2022
Laurentina da Silva Martins	março de 2009	31 de dezembro de 2022
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira	abril de 2014	31 de dezembro de 2022
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça	abril de 2014	31 de dezembro de 2022
Alberto João Coraceiro de Castro	abril de 2020	31 de dezembro de 2022
Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira	abril de 2020	31 de dezembro de 2022
Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves	abril de 2020	31 de dezembro de 2022
José Armindo Farinha Soares de Pina	abril de 2020	31 de dezembro de 2022
José António Nogueira dos Santos	abril de 2020	31 de dezembro de 2022
Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	abril de 2020	31 de dezembro de 2022

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes

Em 31 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração, composto por doze membros, incluía três membros executivos: José Armindo Farinha Soares de Pina (Presidente), Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva (Vice-Presidente) e José António Nogueira dos Santos (Vogal).

O Conselho de Administração incluía ainda três membros independentes: Prof. Alberto João Coraceiro de Castro, Dra. Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira e Dra. Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves.

A ALTRI considera verificados, em relação a estes três Administradores, os critérios de independência previstos quer no ponto 18.1. do Anexo ao Regulamento da CMVM número 4/2013, o que classifica estes administradores como administradores independentes, quer os critérios de independência ínsitos na recomendação III.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Os demais administradores, Paulo Jorge dos Santos Fernandes, João Manuel Matos Borges de Oliveira, Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira, Ana Rebelo Carvalho Menéres de Mendonça e Laurentina da Silva Martins são administradores não executivos, não independentes.

Tomando em consideração o perfil pessoal, o percurso e a experiência profissional dos membros que integram o Conselho de Administração da ALTRI, considera-se que o número de administradores não executivos, em relação ao número total de membros que integram o órgão, se revela adequado e equilibrado face à natureza e dimensão da Sociedade. Neste sentido, a ALTRI considera que os administradores não executivos são em número suficiente para garantir um acompanhamento efetivo, bem como uma verdadeira supervisão e fiscalização, à atividade desenvolvida pelos executivos, sobretudo tendo em conta que a Sociedade desenvolveu mecanismos tendentes a permitir aos

administradores não executivos tomadas de decisão independentes e informadas, nomeadamente através de:

- Disponibilidade dos administradores executivos para o fornecimento, aos administradores não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade;
- Envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- Disponibilização permanente dos livros da Sociedade e subsidiárias, nomeadamente, dos livros de atas, livros de registo de ações, contratos e demais documentação de suporte às operações realizadas pela Sociedade ou pelas subsidiárias, para examinação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das várias empresas que integram o Grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores executivos nesse processo.

A Sociedade tal como noutras, nesta matéria, também leva a cabo em permanência uma avaliação à adequação do modelo vigente tendo concluído que o mesmo se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

O relatório de gestão inclui, no seu capítulo “*Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração*”, uma descrição da atividade desenvolvida pelos mesmos durante o exercício de 2021.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

A informação curricular dos membros que integram o Conselho de Administração é apresentada no anexo I do Relatório de Gestão.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto

Em 31 de dezembro de 2021:

O Vice-Presidente do Conselho de Administração Paulo Jorge dos Santos Fernandes é administrador e acionista dominante da sociedade ACTIUM CAPITAL, S.A., sociedade detentora de 13,23% do capital da ALTRI.

O Vice-Presidente do Conselho de Administração João Manuel Matos Borges de Oliveira é administrador e acionista dominante da CADERNO AZUL, S.A., sociedade detentora de uma participação de 15,11% do capital da ALTRI e irmão do administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira.

O administrador Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira é Presidente do Conselho de Administração da sociedade 1 THING, INVESTMENTS, S.A., sociedade detentora de uma participação de 10,01% do capital da ALTRI e é irmão do administrador João Manuel Matos Borges de Oliveira.

O administrador Domingos José Vieira de Matos é administrador e acionista dominante da LIVREFLUXO, S.A., sociedade detentora de uma participação de 13,00% do capital da ALTRI.

A administradora Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça é administradora e acionista dominante da sociedade PROMENDO INVESTIMENTOS, S.A., sociedade detentora de uma participação de 18,67% do capital da ALTRI.

Na ALTRI existe uma política de prevenção de situações de conflito de interesses, política essa que se encontra consagrada no Regulamento de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, aprovado pelo Conselho de Administração no dia 19 de novembro de 2020, tendo obtido o parecer prévio favorável do Conselho Fiscal da Sociedade. Existe, adicionalmente, um Código de Ética, que é também de aplicação transversal a todos os níveis da organização, incluindo aos membros dos órgãos sociais. De acordo com o Código de Ética, um dos valores da ALTRI é a integridade. Ser íntegro implica correção total na relação com os outros e com a empresa, pressupondo lealdade e transparência nos comportamentos. A ALTRI confia na integridade de todos os seus Colaboradores e, por isso, exige a todos eles lealdade e transparência. Deste modo, não permite que existam situações de conflito de interesses entre qualquer Colaborador ou Parceiro e a ALTRI.

Existirá um conflito de interesses quando (i) o interesse particular do Colaborador ou do Parceiro interfere, ou parece que interfere, por qualquer forma, com os interesses da empresa como um todo e/ou (ii) um Colaborador ou um Parceiro, ou membros próximos da sua família ou amigos, recebem um benefício pessoal impróprio em resultado da posição que esse Colaborador ou Parceiro ocupa na empresa.

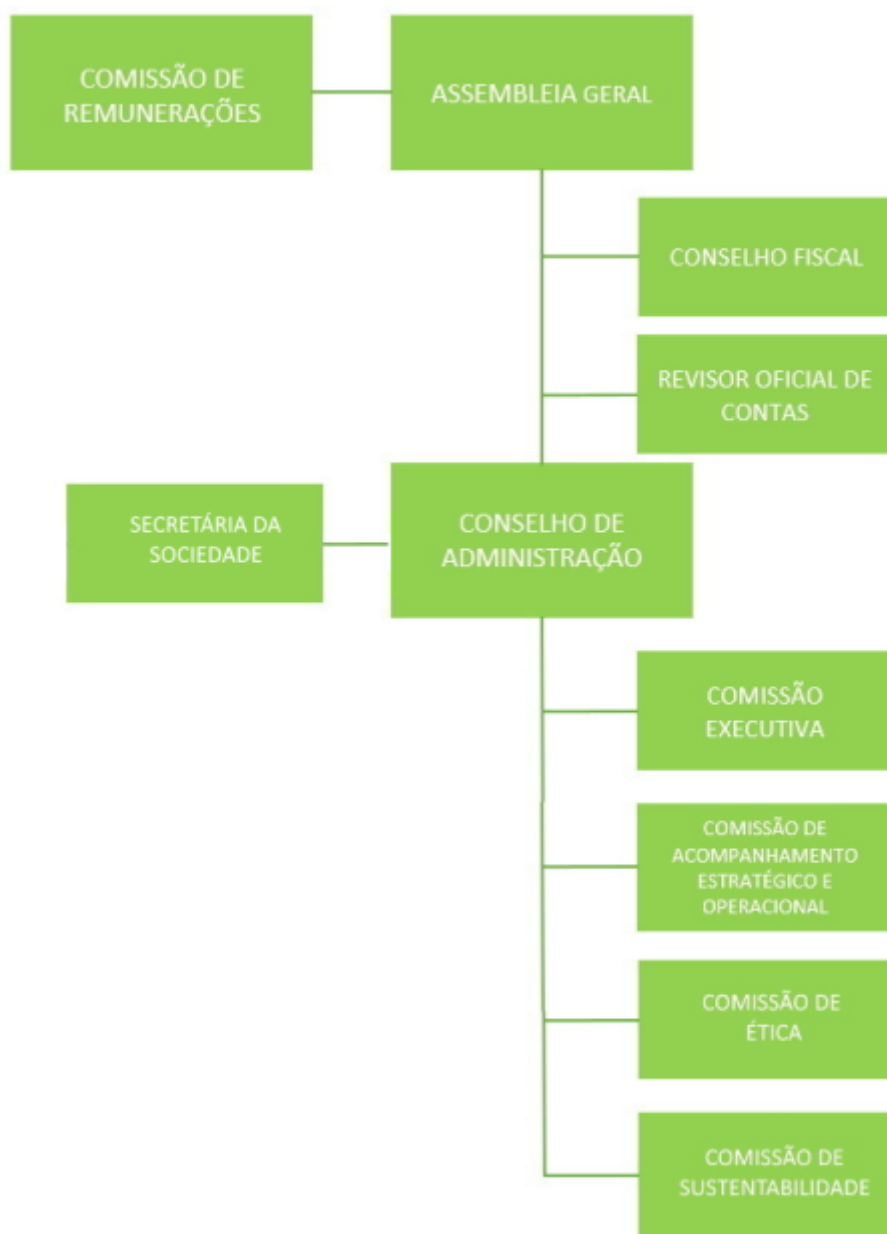
Quando confrontados com uma potencial situação de conflito de interesses, os Colaboradores ou os Parceiros deverão:

- a. informar os supervisores diretos, por escrito, sobre o conflito de interesses em que estão ou poderão estar envolvidos, antes de empreender qualquer operação ou concluir o negócio em causa;
- b. abster-se de (i) intervir ou influenciar, direta ou indiretamente, a tomada de decisões que poderão afetar as entidades com as quais possa haver conflito de interesses, e (ii) participar em reuniões em que tais decisões são discutidas ou se avaliem informações confidenciais que afetem tal conflito.

O Colaborador ou o Parceiro deve abster-se de agir, em todos os momentos, em função das suas próprias motivações, não dando prioridade aos seus próprios interesses ou de terceiros, sempre que tal possa pôr em causa interesses da ALTRI.

21. Organigramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre

delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade



De acordo com a estrutura atual de Governo da ALTRI, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão dos negócios da Sociedade na prossecução do seu objeto social, e é o órgão ao qual cabe determinar a orientação estratégica do Grupo, norteando a sua atuação sempre da forma que considerar que melhor defende os interesses da Sociedade, na criação permanente de valor para a sociedade, para os seus acionistas e demais *stakeholders*. O Conselho de Administração é constituído atualmente por doze membros, eleitos em Assembleia Geral, dos quais um presidente, dois vice-presidentes e nove vogais, sendo nove deles não executivos.

O Conselho de Administração, no exercício das funções que lhe estão acometidas, estabelece uma iteração permanente com o Conselho Fiscal e com o Revisor Oficial de Contas, colaborando, assim, com o órgão de fiscalização de forma regular, transparente e rigorosa, em observância dos respetivos regulamentos de funcionamento e das melhores práticas de governo societário.

Não existe limitação ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, pelo que os membros que integram a Comissão Executiva da Sociedade integram, na maioria dos casos, os órgãos de administração das subsidiárias do Grupo, assegurando um acompanhamento próximo e permanente das respetivas atividades.

O Conselho de Administração da ALTRI incentiva todas as direções e áreas operacionais a criar equipas multidisciplinares, com vista ao desenvolvimento de projetos de relevo no Grupo, multidisciplinaridade essa que permite assegurar a identificação de questões e a análise das formas de resolução das mesmas sob as diferentes perspetivas, garantindo-se uma visão mais transversal sobre os temas em análise. A ALTRI acredita que o estabelecimento de canais de comunicação ágeis e eficazes entre as direções da Sociedade, entre estas e as áreas operacionais e de todas estas com os conselhos de administração de cada subsidiária e da própria Sociedade é a forma de melhor executar os projetos, identificar os riscos associados, desenvolver os mecanismos necessários à sua mitigação, numa perspetiva verdadeiramente abrangente e analisada sob diversos pontos de vista.

A ALTRI está convicta de que um fluxo de informação eficaz dentro da organização é a única forma que permite assegurar um igualmente adequado fluxo de informação das equipas multidisciplinares com os órgãos sociais e, conseqüentemente, destes em relação aos acionistas, aos investidores, aos demais *stakeholders*, analistas financeiros e ao mercado em geral.

Em observância desta política do Grupo, que está perfeitamente alinhada com a recomendação I.1.1. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, e em cumprimento das normas legais aplicáveis, a ALTRI tem assegurado a divulgação, rigorosa e tempestiva, de informação ao mercado, através do Sistema de Difusão de Informação da CMVM (SDI da CMVM), garantindo o acesso a essa informação, aos seus acionistas, demais *stakeholders* e ao mercado em geral, no mesmo momento temporal e com o mesmo nível de detalhe.

Em linha com o que se acaba de expor, a ALTRI apresenta de seguida as Comissões e/ou departamentos da Sociedade e respetivas competências e atribuições:

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é responsável pela gestão corrente da Sociedade, nos termos estabelecidos na respetiva delegação de poderes, que observa os limites previstos no artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais.

A Comissão Executiva desenvolve a sua atividade de acordo com os interesses da Sociedade e tendo presente os valores, princípios e estratégias definidos pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva deve prestar, de forma adequada e atempada, sempre que tal lhe for solicitado pelos órgãos sociais da Sociedade, as informações relativas à gestão da Sociedade e das sociedades suas dominadas.

Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional

A Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional tem como missão, nomeadamente, apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento e performance da Comissão Executiva da Sociedade, auxiliar o Conselho de Administração no processo de avaliação dos membros da Comissão Executiva e apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva em matérias, designadamente, de apreciação e avaliação de governo societário.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética é uma comissão especializada no seio do Conselho de Administração, responsável por acompanhar a divulgação e cumprimento do Código de Ética do Grupo, monitorizando o cumprimento e a observância das regras ínsitas no mesmo, na conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores no respeito por princípios éticos comuns, independentemente do cargo ou função que desempenhem. A missão desta comissão inclui a responsabilidade de assegurar o regular funcionamento dos mecanismos de comunicação de

irregularidades que consubstanciem violações de natureza ética ou legal, apreciando tais comunicações e encaminhando-as, conforme aplicável, para o órgão competente para a matéria em questão. Esta Comissão monitoriza, adicionalmente, a implementação das medidas constantes do Plano para a Igualdade em vigor no Grupo. A Comissão de Ética funciona em perfeita articulação com o Conselho de Administração, órgão a que reporta, periodicamente, o desempenho das suas atividades.

Para além de contar com administradores não executivos na sua composição, é integrada também pelos responsáveis das direções do grupo que se dedicam a áreas que devem coadjuvar a atividade desta comissão. São elas a direção de pessoas e talentos, a direção jurídica e de compliance e a direção de sustentabilidade.

Comissão de Sustentabilidade

A Comissão de Sustentabilidade é também uma comissão especializada no seio do Conselho de Administração, que tem como missão primordial participar na definição e no acompanhamento da política e estratégia de sustentabilidade do Grupo. Para além de contar com administradores não executivos na sua composição, é integrada também pelos responsáveis das direções do grupo que se dedicam a áreas que devem coadjuvar a atividade desta comissão. São elas a a direção de sustentabilidade e a direção jurídica e de *compliance*.

Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações é, ao contrário das demais comissões, eleita pela Assembleia Geral, em observância do disposto no artigo 399.º, número 1 do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos da Sociedade. É a comissão responsável pela avaliação de desempenho e pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto nos artigos 26.º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários, e da recomendação V.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação dessa mesma Política, e submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Em termos de gestão corporativa, a ALTRI destaca as seguintes áreas:

Áreas Corporativas

As áreas corporativas reportam diretamente ao *Chief Executive Officer* (CEO), e são as seguintes:

- Direção de Relações com Investidores e M&A (*Mergers and Acquisitions*);
- Direção de Pessoas & Talentos;
- Direção Jurídica & *Compliance*;
- Direção de Sustentabilidade, Risco e Comunicação.

Área Operacional

As direções da área operacional reportam ao *Chief Operational Officer* (COO), e são as seguintes:

- Direção fabril de todas as unidades industriais do Grupo;
- Direção de Desenvolvimentos Operacionais Industriais;
- Direção de I&D (Inovação e Desenvolvimento);
- Direção de Tecnologias de Transformação Digital & Energia;
- Direção de Projetos.

Área Financeira & Serviços Partilhados

As direções que integram a Área Financeira e Serviços Partilhados reportam ao *Chief Financial Officer* (CFO) e são as seguintes:

- Direção de Operações Financeiras e de Contabilidade;
- Direção de Consolidação & Tax;
- Direção de IT (Tecnologias de Informação);
- Direção de Compras e Aprovisionamentos;
- Direção de Saúde Ocupacional.

Área Florestal

As direções da área Florestal estão sob a responsabilidade do administrador do pelouro que integra a Comissão Executiva Alargada e são as seguintes:

- Direção Florestal;
- Direção de Abastecimento e Fornecedores;
- Direção de Estratégia & Desenvolvimento.

Área Comercial

As direções da área comercial estão sob a responsabilidade do administrador do pelouro que integra a Comissão Executiva Alargada e são as seguintes:

- Direção de Logística & Back Office;
- Direção Comercial.

As deliberações relativas a matérias estruturantes para a atividade do Grupo são tomadas pelo Conselho de Administração enquanto órgão colegial composto pela totalidade dos seus membros, executivos e não executivos, no normal desempenho das suas funções. A Comissão Executiva da ALTRI, composta por três administradores (CEO, COO e CFO), em conjunto com os dois administradores das subsidiárias, com os quais compõem a denominada Comissão Executiva Alargada (e que são os administradores responsáveis pelos pelouros Comercial e Florestal) centram a sua atividade, essencialmente, na gestão diária do negócio e na implementação das deliberações do Conselho de Administração.

Os membros da Comissão Executiva Alargada (que são então cinco membros - CEO, COO, CFO, o administrador responsável pela área florestal e o administrador responsável pela área comercial, num total de 5 elementos) compõem o órgão de Administração das sociedades subsidiárias do Grupo, garantindo-se, assim, um aprofundado conhecimento do negócio, perto das operações e das pessoas o que leva a que as decisões tomadas ao nível da *holding* do grupo, a ALTRI, sejam assim ainda mais conscientes e informadas.

A ALTRI acredita que quanto mais profundo é o conhecimento dos administradores da Sociedade, sobre as especificidades e subtilezas do negócio, mais acertadas são as decisões em relação às linhas estratégicas e, consequentemente, ao sucesso das decisões ao nível da administração de topo.

Deste modo, e tendo em consideração o desenvolvimento da atividade dos membros do Conselho de Administração, quer na ALTRI, quer nas respetivas subsidiárias, o organigrama funcional em 31 de dezembro de 2021 pode ser apresentado do seguinte modo:

ALTRI SGPS, S.A.

Alberto João Coraceiro de Castro

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves

José Armindo Farinha Soares de Pina

José António Nogueira dos Santos

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva

CELBI	CAIMA INDÚSTRIA	BIOTEK	ALTRI FLORESTAL	GREENVOLT
José Soares de Pina	José Soares de Pina	José Soares de Pina	José Soares de Pina	Clara Patrícia Costa Raposo
José António Nogueira dos Santos	José António Nogueira dos Santos	José António Nogueira dos Santos	José António Nogueira dos Santos	João Manuel Manso Neto
Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	Paulo Jorge dos Santos Fernandes
Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	Miguel Allegro Garcez Palha de Sousa da Silveira	João Manuel Matos Borges de Oliveira
João Carlos Ribeiro Pereira	João Carlos Ribeiro Pereira	João Carlos Ribeiro Pereira	João Carlos Ribeiro Pereira	Domingos José Vieira de Matos

Pedro Miguel Matos
Borges de Oliveira

Ana Rebelo de
Carvalho Menéres
de Mendonça

José Soares de Pina

Clementina Maria
Damaso de Jesus
Silva Barroso

Céline Dora Judith
Abecassis-Moedas

António Jorge
Viegas de
Vasconcelos

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

O regulamento de funcionamento do Conselho de Administração encontra-se disponível para consulta na página na internet da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas

Os Estatutos da Sociedade estabelecem, no seu artigo 17.º, que o Conselho de Administração reunirá ordinariamente, pelo menos, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado, verbalmente ou por escrito, pelo seu Presidente ou a pedido de quaisquer dois administradores.

O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se constituído desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

Durante o ano de 2021, o Conselho de Administração reuniu sete vezes, com a presença ou representação de todos os administradores.

As reuniões do Conselho de Administração são agendadas na última reunião de cada ano, para o decurso do exercício seguinte, e preparadas com antecedência, sendo disponibilizada documentação de suporte às propostas que integram a ordem de trabalhos, assegurando a criação das condições ao pleno exercício das funções e à adoção de deliberações amplamente informadas.

De igual modo as respetivas convocatórias e posteriormente as atas das reuniões, são colocadas à disposição do presidente do Conselho Fiscal, num fluxo regular de informação, que potencia o exercício de uma fiscalização ativa e permanente.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos

Em linha com o que se refere no ponto 21 *supra*, a Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela avaliação de desempenho e aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do

disposto nos artigos 26.º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários, e da recomendação V.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação da mesma, a submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, plasmada na referida Declaração, a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Pelo menos um membro da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais Anuais quando a Declaração sobre Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais integrar a Ordem de Trabalhos, de forma a assegurar o esclarecimento de quaisquer questões que, sobre a mesma, aí se possam levantar. Na Assembleia Geral Anual realizada em 2021, encontrava-se presente um dos membros daquela comissão, nomeadamente o Dr. Pedro Pessanha.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos

A avaliação de desempenho dos administradores executivos tem por base critérios pré-determinados, assentes em indicadores de desempenho objetivamente fixados para cada mandato, os quais se encontram alinhados com a estratégia de médio/longo prazo de desempenho da Sociedade e de crescimento do negócio.

A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração abarca uma componente variável, que inclui um prémio variável de curto prazo (pago anualmente) e um prémio variável de médio prazo (pago após um diferimento de 3 anos).

Os critérios de fixação da remuneração variável (de curto prazo e de médio prazo) visam recompensar os administradores executivos pelo cumprimento dos objetivos pré-determinados, quer relativos à Sociedade, quer relativos ao desempenho individual do administrador e ainda relativos às equipas de trabalho que estão sob a responsabilidade de cada um.

O prémio variável de curto prazo não pode ser superior à remuneração fixa anual e é pago no primeiro semestre do ano seguinte ao ano a que diz respeito, após o apuramento das contas do exercício correspondentes ao exercício.

O prémio variável de médio prazo não pode ser superior à soma da remuneração anual mais prémio variável de curto prazo, e destina-se a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas, visando aumentar a consciencialização sobre a importância do respetivo desempenho para o sucesso global da Sociedade, sendo calculado por referência ao período correspondente a um mandato, tendo como base critérios objetivos e pré-determinados, a saber: (i) retorno total para o acionista (valorização de ação mais dividendo distribuído); (ii) somatório dos resultados líquidos consolidados dos 3 anos (2020 a 2022); e (iii) evolução dos negócios da Sociedade.

A componente variável (de curto prazo e de médio prazo) é apurada de acordo com o desempenho individual de cada administrador executivo, tendo em conta a respetiva avaliação individual anual, de acordo com os objetivos quantitativos (de natureza financeira e não financeira) e qualitativos previamente definidos. Os objetivos quantitativos e qualitativos são, por natureza, de longo prazo e, portanto, têm um calendário que se pode estender por um ou mais anos.

Os objetivos individuais quantitativos devem refletir o desempenho financeiro da Sociedade, nomeadamente o seu crescimento e o retorno gerado para os acionistas, e o atingimento dos indicadores ambientais, sociais e de governo corporativo. Os indicadores financeiros deverão ter em linha de conta os objetivos estratégicos da Sociedade, em especial a evolução do volume de negócios e dos resultados da Sociedade e a solidez financeira e de capital da Sociedade.

O processo de avaliação de desempenho individual de cada administrador executivo é anual, devendo ser suportado em evidências concretas, disponibilizadas à Comissão de Remunerações ALTRI.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

O compromisso dos administradores da ALTRI, em particular dos administradores Executivos, com a natureza e exigência das funções que assumiram é total. Neste sentido, a gestão de topo do Grupo é uma gestão presente, próxima das pessoas e do negócio.

As suas atividades profissionais, a indicação de outras empresas onde desempenham funções de administração e a indicação de outras atividades relevantes exercidas pelos mesmos é apresentada no anexo I do Relatório de Gestão.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

Durante o exercício de 2021, foi nomeada pelo Conselho de Administração da ALTRI, sob proposta da Comissão Executiva, a Comissão de Ética do Grupo ALTRI, assim como a Comissão de Sustentabilidade.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s)

Em reunião do Conselho de Administração datada de 28 de maio de 2020, foi designada uma Comissão Executiva constituída pelos seguintes Administradores: Eng. José Armindo Farinha Soares de Pina (Presidente), Dr. José António Nogueira dos Santos (Vogal) e Eng. Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva (Vogal). Posteriormente, em 18 de março de 2021, o Conselho de Administração deliberou designar o Eng. Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva como Vice-Presidente da Comissão Executiva, tendo o regulamento de funcionamento desta Comissão sido adaptado em conformidade.

Desta forma, dos doze membros que integram o Conselho de Administração, três integram a Comissão Executiva, dispondo esta dos poderes de gestão corrente da Sociedade, nos termos e para os efeitos estabelecidos na respetiva delegação de poderes e com os limites previstos no artigo 407.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais.

A Comissão Executiva desenvolve a sua atividade de acordo com os interesses da Sociedade e tendo presente os valores, princípios e estratégias definidos pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva deve prestar, de forma adequada e atempada, sempre que tal lhe for solicitado pelos órgãos sociais da Sociedade, as informações relativas à gestão da Sociedade e das sociedades suas dominadas.

Adicionalmente, cabe à Comissão Executiva assegurar o seguinte:

- envio prévio e atempado, a todos os membros que integram o Conselho de Administração, das convocatórias das reuniões daquele órgão, incluindo ordem de trabalhos, mesmo que provisória, da reunião, acompanhadas da demais informação e documentação relevante;
- disponibilidade para o fornecimento, aos administradores não executivos, de toda a informação adicional que entendam relevante ou necessária, bem como para proceder a estudos e análises mais aprofundados em relação a todas as matérias que sejam objeto de deliberação ou que, não o sendo, estejam em análise, de alguma forma, na Sociedade, e ainda,

- disponibilização dos livros de registo da Sociedade e subsidiárias, tais como livros de atas, livros de registo de ações, documentos de suporte às operações realizadas na Sociedade ou nas subsidiárias, para efeitos de controlo e verificação, bem como, disponibilização e promoção de um canal direto de obtenção de informação junto dos administradores e responsáveis operacionais e financeiros das subsidiárias do Grupo, sem que seja necessária qualquer intervenção dos administradores executivos nesse processo.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

A **Comissão Executiva**, durante o ano de 2021, foi responsável, nomeadamente por acompanhar de perto a gestão da atividade da Sociedade, como estabelecido na respetiva delegação de poderes, e por assegurar a execução das decisões e políticas deliberadas pelo Conselho de Administração.

A Comissão Executiva informou o Conselho de Administração e os órgãos societários sobre a atividade desenvolvida ao longo do ano de 2021, disponibilizando informação sobre as deliberações tomadas e as ações mais relevantes que foram adotadas para concretizar as decisões e políticas deliberadas pelo Conselho de Administração.

A **Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional** prestou apoio ao Conselho de Administração no acompanhamento e performance da Comissão Executiva da Sociedade, auxiliou o Conselho de Administração no processo de avaliação dos membros da Comissão Executiva e apoiou o Conselho de Administração e a Comissão Executiva em matérias, designadamente, de apreciação e avaliação de governo societário.

A **Comissão de Ética** foi designada pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão Executiva, no ano de 2021 e é a Comissão à qual foi atribuída a responsabilidade de incutir os princípios e as regras que norteiam as relações internas e externas estabelecidas entre todas as empresas do Grupo ALTRI com os seus stakeholders, tendo como objetivo primordial a orientação da conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores em respeito de princípios éticos comuns, independentemente do cargo ou função que desempenhem.

De acordo com o Regulamento da Comissão de Ética, a mesma é constituída por:

- a) dois a quatro Administradores não executivos independentes da Sociedade;
- b) um membro do Conselho Fiscal;
- c) dois a quatro Diretores da Sociedade que reportem diretamente a Administradores executivos.

A composição da Comissão de Ética nomeada para o mandato em vigor é constituída pelos seguintes membros:

- Laurentina Martins (Presidente)
- Paula Pimentel (Vice-Presidente)

Vogais:

- Pedro Pessanha (Presidente do Conselho Fiscal)

Diretores:

- António Pedrosa (Diretor de Pessoas & Talentos)
- Raquel Rocha Carvalho (Diretora Jurídica & Compliance)
- Sofia Reis Jorge (Diretora de Sustentabilidade, Risco e Comunicação)

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética:

- a) propor a aprovação de alterações ao Código de Ética e de Conduta, sempre que tal se revele necessário ou conveniente;
- b) acompanhar a divulgação e o cumprimento do Código de Ética e de Conduta;
- c) assegurar o regular funcionamento dos mecanismos de comunicação de irregularidades que consubstanciem violações de natureza ética ou legal;
- d) apreciar as comunicações de irregularidades, por parte de qualquer colaborador, parceiro, fornecedor ou qualquer outro stakeholder e, quando aplicável, encaminhá-las para os órgãos competentes da ALTRI;

- e) esclarecer as questões que sejam submetidas a sua apreciação e que sejam da sua competência;
- f) emitir apreciações, recomendações e esclarecimentos sobre o Código de Ética e de Conduta, bem como sobre quaisquer códigos de ética e boa conduta, sempre que tal se revele necessário ou conveniente;
- g) propor instrumentos, políticas e objetivos em matéria de ética, de boa conduta e de igualdade;
- h) informar o Conselho de Administração sobre a atividade por si desenvolvida;
- i) fomentar a realização de ações de divulgação do Código de Ética e de Conduta.

A **Comissão de Sustentabilidade** funciona como uma comissão interna do Conselho de Administração, órgão pela qual foi designada, sob proposta da Comissão Executiva, no ano de 2021 e é responsável por apoiar este órgão na definição e no acompanhamento da política e estratégia de Sustentabilidade.

De acordo com o Regulamento da Comissão de Sustentabilidade, a mesma é constituída por:

- a) três Administradores não executivos da ALTRI;
- b) dois a quatro Diretores da ALTRI, nomeadamente com experiência em matérias ESG (Ambientais, Sociais e de Governance) e de sustentabilidade.

A composição da Comissão de Sustentabilidade nomeada para o mandato em vigor é constituída pelos seguintes membros:

- Maria do Carmo Oliveira (Presidente)
- Vogais:
- Ana Mendonça (Administradora)
 - Paula Pimentel (Administradora)
- Diretores:
- Raquel Rocha Carvalho (Diretora Jurídica & *Compliance*)
 - Sofia Reis Jorge (Diretora de Sustentabilidade, Risco e Comunicação)

No desempenho das suas atribuições compete à Comissão de Sustentabilidade:

- a) Propor ao Conselho de Administração os compromissos, objetivos e metas de sustentabilidade;
- b) Assegurar a disponibilização dos investimentos necessários à execução da estratégia de sustentabilidade;
- c) Avaliar o alinhamento do plano estratégico com os compromissos de sustentabilidade assumidos, o seu propósito, valores e cultura corporativa;
- d) Analisar o contexto de sustentabilidade da ALTRI como suporte à sua estratégia e desenvolvimento com vista à criação de valor a longo prazo;
- e) Monitorizar e reportar ao Conselho de Administração o desempenho dos indicadores de sustentabilidade em consonância com as políticas, compromissos, objetivos e metas estabelecidos;
- f) Garantir o alinhamento dos objetivos de sustentabilidade com os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos na agenda das Nações Unidas, com os resultados das auscultações aos stakeholders e com as boas práticas do setor;
- g) Emitir os pareceres e recomendações que entenda adequados e identificar e propor novos desafios nestas matérias;
- h) Propor ao Conselho de Administração a aprovação do Relatório de Sustentabilidade.

A **Comissão de Remunerações** é, ao contrário das demais comissões que são constituídas pelo Conselho de Administração, eleita pela Assembleia Geral, em observância do disposto no artigo 399.º, número 1 do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos da Sociedade. É a comissão responsável pela avaliação de desempenho e pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais. É a esta comissão que cabe, em observância do disposto nos artigos 26.º-A e seguintes do Código dos Valores Mobiliários, e da recomendação V.2.2. do Código de Governo das Sociedades do IPCG, elaborar a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais, bem como, através da elaboração de uma proposta de aprovação dessa mesma Política, e submetê-la ao escrutínio do órgão deliberativo por excelência para esta matéria, que é a Assembleia Geral.

Merecendo a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais a aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, cabe a esta comissão pugnar pela aplicação da mesma, monitorizando a sua permanente adequação à realidade da Sociedade.

Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade exerce as competências que lhe estão atribuídas por lei, nomeadamente o disposto no artigo 446.º B do Código das Sociedades Comerciais e que são, entre outras, as seguintes: **a)** Secretariar as reuniões dos órgãos sociais; **b)** Lavrar as atas e assiná-las conjuntamente com os membros dos órgãos sociais respetivos e o presidente da mesa da assembleia geral, quando desta se trate; **c)** Conservar, guardar e manter em ordem os livros e folhas de atas, as listas de presenças, o livro de registo de ações, bem como o expediente a eles relativo; **d)** Proceder à expedição das convocatórias legais para as reuniões de todos os órgãos sociais; **e)** Certificar as assinaturas dos membros dos órgãos sociais apostas nos documentos da sociedade; **f)** Certificar que todas as cópias ou transcrições extraídas dos livros da sociedade ou dos documentos arquivados são verdadeiras, completas e atuais; **g)** Satisfazer, no âmbito da sua competência, as solicitações formuladas pelos acionistas no exercício do direito à informação e prestar a informação solicitada aos membros dos órgãos sociais que exercem funções de fiscalização sobre deliberações do conselho de administração ou da comissão executiva; **h)** Certificar o conteúdo, total ou parcial, do contrato de sociedade em vigor, bem como a identidade dos membros dos diversos órgãos da sociedade e quais os poderes de que são titulares; **i)** Certificar as cópias atualizadas dos estatutos, das deliberações dos sócios e da administração e dos lançamentos em vigor constantes dos livros sociais, bem como assegurar que elas sejam entregues ou enviadas aos titulares de ações que as tenham requerido e que tenham pago o respetivo custo. Cabe-lhe ainda apoiar o fluxo de informação entre o Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização e assegurar o registo tempestivo das deliberações sociais junto da Conservatória do Registo Comercial.

As funções de secretariado da Sociedade foram exercidas em pleno e de forma regular durante o exercício de 2021.

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro

O Conselho Fiscal é designado pela Assembleia Geral, para mandatos com duração de três anos, podendo os membros eleitos ser reeleitos uma ou mais vezes. É composto por três membros e um ou dois suplentes, assumindo, em pleno, as funções que lhe estão atribuídas por lei, nas quais se inclui a proposta de designação do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 413.º do CSC, cumprindo uma atribuição que legalmente lhe está atribuída nos termos da alínea b) do número 2 do artigo 420.º do CSC.

Em 31 de dezembro de 2021 este órgão era composto pelos seguintes membros:

- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Presidente
- António Luís Isidro de Pinho – Vogal
- Ana Paula dos Santos Silva e Pinho – Vogal
- André Seabra Ferreira Pinto – Suplente

Os membros do Conselho Fiscal, Pedro Pessanha e André Pinto, foram eleitos, pela primeira vez, em abril de 2014, para o mandato que se iniciou em 2014 e cessou em 2016, tendo sido reeleitos em abril de 2017 para o triénio que se iniciou em 2017 e que cessou em 2019, encontrando-se, por isso, no exercício de um terceiro mandato. Já o membro António Pinho foi eleito pela primeira vez em abril de 2017, para o triénio que se iniciou em 2017 e que cessou em 2019, encontrando-se no segundo mandato. O membro Ana Paula dos Santos Silva e Pinho foi eleito pela primeira vez em abril de 2020, para o triénio que se iniciou em 2020 e que cessa em 2022.

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do artigo 414.º, n.º 5, do CSC

Como órgão colegial que é, a aferição da independência do Conselho Fiscal é feita a todos aqueles que o compõem, verificando-se a independência de cada um dos seus membros de acordo com a definição que é dada nos termos do n.º 5 do artigo 414.º sendo eventuais incompatibilidades aferidas de acordo com a definição do n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do CSC.

Todos os membros que compõem o Conselho Fiscal da Sociedade cumprem assim as regras de independência acima identificadas. Esta conformidade é declarada pelos respetivos membros em declaração que individualmente subscrevem e entregam na Sociedade.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes

Todos os membros que integram o Conselho Fiscal da ALTRI dispõem da formação, competência e da experiência necessárias ao pleno exercício das funções, em linha com o disposto no número 4 do artigo 414.º do CSC e no número 2 do artigo 3.º da Lei 148/2015, de 9 de setembro. O Presidente deste órgão está adequadamente apoiado pelos restantes membros do Conselho Fiscal.

No Anexo I do Relatório de Gestão são apresentadas as qualificações profissionais e as demais atividades exercidas pelos membros do Conselho Fiscal.

b) Funcionamento

34. *Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal*

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal está disponível para consulta no *website* da Sociedade (www.altri.pt) (separador “Investidores”, secção “Governance”).

35. *Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal*

Durante o ano de 2021 o Conselho Fiscal da Sociedade reuniu seis vezes, tendo correspondido a tais reuniões um grau de assiduidade correspondente a 100%. As atas das mencionadas reuniões encontram-se registadas no livro de atas do Conselho Fiscal, nos termos legais aplicáveis.

36. *Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas*

Os membros do Conselho Fiscal assumiram um compromisso com a Sociedade, que têm vindo a cumprir de forma escrupulosa e que se materializa num nível de disponibilidade totalmente consentâneo com os interesses da ALTRI. A informação relativa a outros cargos exercidos, qualificações e experiência profissional dos membros do Conselho Fiscal encontra-se detalhada no Anexo I do Relatório de Gestão.

c) Competências e funções

37. *Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo*

É da competência do Conselho Fiscal aprovar previamente a prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria a contratar ao Auditor Externo.

Como nota prévia, importa referir que o próprio Conselho de Administração, quando pondera a possibilidade de contratar serviços adicionais ao Auditor Externo ou ao Revisor Oficial de Contas, assegura, antes de comunicar a sua decisão ao Conselho Fiscal, que àqueles ou a entidades que integram a sua rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio, possam pôr em causa a sua independência.

Concluindo o Conselho de Administração que estão reunidas as condições para apresentar o tema ao Conselho Fiscal, este analisa, de forma prévia e aprofundada, o âmbito de tais serviços adicionais a prestar pelo Auditor Externo e pelo Revisor Oficial de Contas, tomando uma decisão favorável se, da análise levada a cabo resultar que: *(i)* a contratação dos serviços adicionais não coloca em causa a independência do Auditor Externo; *(ii)* está assegurado um equilíbrio saudável entre os normais serviços de auditoria e os serviços adicionais cuja prestação está a ser alvo de análise e que *(iii)* os serviços adicionais cuja prestação se propõe não configuram serviços cuja prestação estava vedada nos termos do número 2 do artigo 37.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro. Nesta sua análise o Conselho Fiscal analisa ainda se *(iv)* os serviços adicionais serão prestados em cumprimento dos níveis de qualidade em vigor no Grupo e tendo sempre como pano de fundo o objetivo de que a prestação dos mesmos, caso venha a ocorrer, não ponha em causa a independência que se lhe exige no exercício das funções de auditoria.

Importa referir a este propósito que a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., antes de aceitar a adjudicação dos serviços realiza, igualmente, e em cumprimento das suas políticas internas, um rigoroso *assessment* para aferir que os serviços que se propõe prestar não afetem, em nenhuma circunstância, os critérios de independência que se propôs cumprir aquando da aceitação da eleição para o exercício das funções.

A Sociedade considera assegurado, assim, um exigente grau de controlo na verificação do comprometimento dos critérios de independência, aquando da decisão de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo.

Importa acrescentar que o Conselho Fiscal recebe ainda, anualmente, a declaração de independência do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

Todas as potenciais ameaças à independência do Auditor Externo, quando existam, assim como as respetivas medidas de salvaguarda são avaliadas e discutidas, de forma aberta e transparente, entre o Conselho Fiscal e o Auditor Externo.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização

A fiscalização da Sociedade compete ao Conselho Fiscal que exerce na ALTRI as responsabilidades previstas no artigo 420.º do CSC e no seu Regulamento.

38.1. O Conselho Fiscal, na execução das suas funções estatutárias e legalmente atribuídas, tem, nomeadamente, as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração;
- d) Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- e) Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- f) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- g) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da Sociedade;
- h) Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de Sociedade;
- i) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- j) Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas;
- k) Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- l) Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

38.2. Para o desempenho destas funções, o Conselho Fiscal:

- a) Obtém da Administração, as informações necessárias ao exercício da sua atividade, designadamente à evolução operacional e financeira da empresa, às alterações de composição do seu portfólio, termos das operações realizadas e conteúdo das deliberações tomadas;
- b) Acompanha o sistema de gestão de risco e controlo interno, elaborando anualmente um relatório de apreciação e recomendações dirigido à Administração, caso existam matérias que o justifiquem;
- c) Recebe, com uma antecedência mínima de dois dias sobre a data da sua reunião, os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, e os respetivos relatórios da Administração, analisando, designadamente, as principais variações, as transações

- relevantes e os correspondentes procedimentos contabilísticos e esclarecimentos obtidos da Administração, nomeadamente através do Conselho de Administração e do auditor externo, e emite as suas apreciações e deliberações;
- d) Presta conhecimento à Administração das verificações, fiscalizações e diligências que tenha efetuado e do resultado das mesmas;
 - e) Assiste às Assembleias Gerais, bem como às reuniões do Conselho de Administração para que seja convocado ou em que se apreciem as contas do exercício;
 - f) Efetua anualmente uma auto-avaliação da sua atividade e desempenho, incluindo a revisão deste regulamento, tendo em vista o desenvolvimento e implementação de melhorias no seu funcionamento;
 - g) Desenvolve os demais deveres de vigilância que lhe são impostos por lei.

O Conselho Fiscal representa ainda a Sociedade junto do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços e a respetiva remuneração, zelando igualmente para que sejam asseguradas, dentro do Grupo, as condições adequadas à prestação daqueles serviços.

O Conselho Fiscal é o primeiro destinatário dos relatórios emitidos pelo Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, bem como o interlocutor do Grupo no relacionamento com aquelas entidades, cabendo-lhe ainda pronunciar-se sobre projetos relevantes e planos de trabalhos e sobre a adequação dos recursos afetos à execução desses projetos.

O Conselho Fiscal é, assim, responsável por elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela administração, bem como por fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de risco e de controlo interno.

O Conselho Fiscal, em articulação com o Conselho de Administração, analisa e supervisiona regularmente a elaboração e divulgação da informação financeira, prestando todo o apoio necessário, tendo como pressuposto, atenta a natureza da Sociedade, de que, da sua parte, não haja qualquer divulgação, a qualquer título, que possa levar ao acesso indevido e intempestivo, por parte de terceiros, à informação relevante.

Adicionalmente, o órgão de fiscalização é chamado a intervir para emitir parecer sempre que em causa esteja a realização de transações entre administradores da ALTRI e a própria Sociedade ou entre a ALTRI e sociedades que consigo se encontrem numa relação de domínio ou de grupo, em que o interveniente é administrador, nos termos do artigo 397.º do CSC.

Esta intervenção do Conselho Fiscal será solicitada independentemente do nível de materialidade da operação em causa.

O Auditor Externo, por sua vez, e enquanto parte do órgão de fiscalização da Sociedade, no âmbito do processo de auditoria anual, analisa *(i)* o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta deficiências identificadas; *(ii)* verifica se os principais elementos dos sistemas de controlo interno e gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira são apresentados e divulgados na informação anual sobre o Governo das Sociedades e *(iii)* emite uma certificação legal das contas e Relatório de Auditoria, na qual atesta se aquele relatório divulgado sobre a estrutura e as práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 66.º-B do CSC na sua atual redação ou, não incluindo, assegurando que essa informação consta de relatório separado igualmente disponibilizado aos acionistas, se cumpre as disposições do artigo 29.º-H do CVM, se obedece à estrutura do Regulamento da CMVM número 4/2013 e ainda se contempla na informação constante do mesmo, uma declaração sobre o cumprimento do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Durante o exercício de 2021, o Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da Sociedade e procedeu aos exames e verificações por si considerados necessários à revisão e certificação legal das contas, em interação com o Conselho Fiscal, contando sempre com a colaboração plena, tão célere quanto expedita, do Conselho de Administração, no acesso às informações solicitadas.

Em linha com o que se acaba de referir, o Revisor Oficial de Contas pronunciou-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2021, informação que fez constar do seu relatório anual de auditoria, o qual será sufragado pelos Acionistas em Assembleia Geral Anual.

O órgão de fiscalização monitoriza e assegura o cumprimento por parte da ALTRI e das suas subsidiárias, da legislação aplicável às respetivas áreas de negócio, de modo a poder fazer uma análise rigorosa e cuidada sobre os níveis de *compliance* do Grupo. Desta sua análise tem resultado a conclusão de que o Grupo, na realização da sua atividade, tem cumprido elevados níveis de *compliance*, os quais estão perfeitamente alinhados com os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas da ALTRI para o mandato correspondente ao ano de 2021 foi a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo

A Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. é responsável pela revisão oficial de contas da Sociedade e das sociedades do Grupo desde 2017, tendo sido eleita para o primeiro mandato, sob proposta do Conselho Fiscal, na Assembleia Geral de 26 de abril de 2017 até 2019, para um segundo mandato anual em abril de 2020 e para um terceiro mandato anual em abril de 2021.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade

O revisor oficial de contas é, simultaneamente, Auditor Externo da Sociedade conforme detalhado nos pontos abaixo.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do artigo 8.º do CVM e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade, designado nos termos e para os efeitos do artigo 8.º do CVM, é a Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por Rui Manuel da Cunha Vieira, registado sob o n.º 1154 na CMVM.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

O Auditor Externo foi eleito pela primeira vez em 2017 e cumpriu em 2021 o seu terceiro mandato (de um ano), tal como o sócio que o representa.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções

No que respeita à rotação do Auditor Externo, a Sociedade não tinha estabelecida, até à data de entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, uma política de rotação do Auditor Externo baseada num número pré-determinado de mandatos, tendo em conta, designadamente, o facto de tal política de rotação não

constituir uma prática comum ou habitual e por a Sociedade, na monitorização permanente da adequação do modelo vigente, não ter nunca identificado situações de perda de independência ou quaisquer outras situações que pudessem aconselhar a adoção de uma política formal que exigisse tal rotação.

A entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em 1 de janeiro de 2016, veio consagrar um novo regime aplicável à rotação dos revisores oficiais de contas aplicável às sociedades cujas ações se encontram admitidas à negociação em mercado regulamentado, como é o caso da Sociedade, pelo que o Conselho Fiscal iniciou, durante o ano de 2016, um processo de seleção com vista à eleição de um novo ROC que, cumprindo todas as exigências legais ao nível de competências técnicas e de independência, pudesse a sua eleição ser proposta em Assembleia Geral Anual, o que veio a acontecer na Assembleia Geral Anual de 2017.

Neste sentido, a Sociedade não dispõe de uma política formal, interna, que disponha sobre a rotatividade do Auditor Externo, considerando-a desnecessária, porquanto cumpre as imposições legais, nesta matéria, em toda a sua extensão.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal, no exercício das suas funções, acompanha, ao longo do exercício, o desempenho das funções do Auditor Externo, bem como efetua anualmente uma avaliação da independência do mesmo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal promove, sempre que necessário ou adequado em função dos desenvolvimentos da atividade da Sociedade ou de exigências legais ou de mercado, uma reflexão sobre a adequação do Auditor Externo ao nível que exige para o exercício das suas funções.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação

Foram prestados, durante o exercício de 2021, pelo Auditor Externo, serviços distintos do de auditoria, em concreto, foram prestados serviços de garantia de fiabilidade, nomeadamente, a validação de indicadores no âmbito das disposições previstas em contrato de incentivos e a prestação de serviços para emissão de Relatório sobre as Declarações Anuais Valor Pneu. Os referidos serviços foram aprovados pelo Conselho Fiscal, o qual avaliou e concluiu que o desempenho de tais serviços não afetava a independência do Auditor Externo, elemento esse primordial para a consideração da prestação desses serviços. Salvaguardado esse primeiro critério, o Conselho Fiscal entendeu autorizá-los em virtude de a sua prestação corresponder ao interesse da Sociedade, dada a experiência, especialização e qualidade do prestador nas matérias em apreço, a reconhecida qualidade dos serviços e o conhecimento das diversas áreas da Sociedade e do seu Grupo.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:

	31.12.2021		31/12/2020	
<u>Pela Sociedade</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	2 700	1,9%	2 650	2,0%
<u>Por entidades que integram o Grupo</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	143 250	94,6%	134 500	98,0%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	2 500	3,5%	5 000	0,0%
<u>Total</u>				
Valor dos serviços de revisão de contas anuais (€)	145 950	96,5%	137 200	100,0%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	2 500	3,5%	5 000	0,0%
	<u>148 450</u>		<u>142 200</u>	

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade

As alterações estatutárias seguem os termos legais aplicáveis constantes, em particular do CSC, os quais exigem a maioria de dois terços dos votos emitidos para a aprovação dessa deliberação.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

O Conselho Fiscal é o órgão ao qual deverão ser dirigidas quaisquer comunicações de irregularidades, por parte de qualquer colaborador, parceiro, fornecedor ou qualquer outro *stakeholder* em observância do disposto na alínea j) do número 1 do artigo 420.º do CSC.

É este procedimento que consta do Código de Ética da ALTRI que refere ainda que, caso alguma denúncia seja enviada à Comissão de Ética da Sociedade, deverá esta remetê-la ao Conselho Fiscal se em causa estiverem matérias que, por lei, devam ser tratadas por este órgão.

O Grupo ALTRI dispõe de um mecanismo específico para a comunicação de irregularidades que, de forma alinhada com os desígnios da Recomendação número 1.2.4 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, consubstanciem violações de natureza ética ou legal com impacto significativo nos domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro (*Whistleblowing*), que salvaguarda a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que seja solicitada.

Se ao Conselho de Administração chegar algum pedido de esclarecimento ou manifestação de preocupação relacionado com o sistema de *Whistleblowing*, remetê-lo-á este órgão, de imediato, para o Conselho Fiscal.

O reporte ao Conselho Fiscal de qualquer irregularidade ou indício de irregularidade deverá ser efetuado através de correio postal, para a sede da Sociedade, por carta dirigida ao Conselho Fiscal ou através de email para o seguinte endereço: denuncias.conselhofiscal@altri.pt.

Importa referir que, ao longo do exercício de 2021 não foram reportadas ao Conselho Fiscal da Sociedade quaisquer comunicações de irregularidades.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A gestão de risco, enquanto pedra basilar dos princípios de bom governo da sociedade, é uma área considerada fundamental na ALTRI, que promove a consciencialização permanente de todos os seus colaboradores, nos diferentes níveis da organização, inculcando-lhes tal responsabilidade em todas as situações de tomada de decisão.

A gestão de risco é levada a cabo numa lógica de criação de valor, com uma identificação clara das situações que constituem uma ameaça suscetível de afetar os objetivos do negócio.

A gestão ambiental, assente em critérios de sustentabilidade, e a Responsabilidade Social assumem um papel cada vez mais determinante no seio da organização, sendo que a gestão do risco é monitorizada, também nestas áreas, com cada vez maior acuidade.

A gestão de risco, apesar de não se consubstanciar num departamento formalmente constituído, está assegurada no Grupo ALTRI ao nível de cada uma das direções, que estão suficiente e aprofundadamente conscientes da necessidade de identificação e quantificação do risco associado a todas as decisões, com critérios que lhes são comunicados e que lhes permitem ajuizar, de modo autónomo e em cada caso concreto, se o risco pode ser assumido pela direção ou se a decisão da sua assunção, desde logo por critérios de materialidade ou de exposição do Grupo, deve ser levada a Conselho de Administração da sociedade em causa, seja a ALTRI, seja qualquer uma das suas subsidiárias. Desta forma, as equipas operacionais do Grupo atuam tendo por base critérios claros de (i) níveis de assunção de risco e quem deverá tomar a decisão de os assumir ou não; (ii) identificação de formas de mitigação dos mesmos; (iii) autorresponsabilização, que se materializa numa maior necessidade de ponderação, na tomada das decisões.

A gestão de riscos é, assim, assegurada por todas as direções da ALTRI, com base na seguinte metodologia, que inclui várias etapas:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados os riscos, internos e externos, que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- Os responsáveis operacionais das várias direções do Grupo identificam os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da ALTRI, assim como eventuais processos e mecanismos de controlo;
- Adicionalmente, o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco são ponderados e, consoante o nível de exposição, é avaliada a necessidade de resposta ao risco; e
- As ações de mitigação de risco são acompanhadas e o nível de exposição aos fatores críticos é constantemente monitorizado.

Cabe ao Conselho de Administração decidir, a cada momento, qual o nível de exposição assumido pelo Grupo nas suas diferentes atividades e, sem prejuízo da delegação de funções e responsabilidades, definir limites globais de risco e assegurar que as políticas e procedimentos de gestão de risco são seguidos.

Na monitorização do processo de gestão de risco o Conselho de Administração, enquanto órgão responsável pela estratégia da ALTRI, tem o seguinte quadro de objetivos e responsabilidades:

- Conhecer os riscos mais significativos que afetam o Grupo;
- Assegurar a existência, no interior do Grupo, de níveis apropriados de conhecimento dos riscos que afetam as operações e forma de os gerir;
- Assegurar a divulgação da estratégia de gestão de risco a todos os níveis hierárquicos;
- Assegurar que o Grupo tem capacidade de minimizar a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos no negócio; e
- Assegurar que o processo de gestão de risco é adequado e que se mantém uma monitorização rigorosa dos riscos com maior probabilidade de ocorrência e impacto nas operações do Grupo;
- Assegurar uma comunicação permanente com o Conselho Fiscal, dando-lhe a conhecer o nível de exposição do risco assumido e solicitando, sempre que necessário, os pareceres deste órgão que considerar necessários à tomada de decisões conscientes e informadas, assegurando que os riscos identificados e as políticas definidas, são analisados sob as perspetivas multidisciplinares que norteiam a atuação do grupo.

As subsidiárias gerem os riscos, dentro dos critérios e delegações estabelecidos.

O Conselho Fiscal acompanha e fiscaliza, em permanência, o desempenho do grupo nesta matéria.

Com base nesta metodologia, a ALTRI tem vindo a concluir que tem conseguido garantir uma maior consciência e ponderação na tomada das decisões em todos os níveis da organização, atendendo à responsabilidade inerente de cada *player* interno, o que contribui para que as pessoas se sintam mandatadas, verdadeiramente envolvidas e com uma participação ativa no desempenho da Sociedade.

A ALTRI, como já por diversas vezes referiu ao longo deste relatório, monitoriza, em permanência, a adequação do seu modelo também nesta matéria de gestão de risco, tendo concluído, até à data, que o mesmo se tem vindo a revelar totalmente adequado face à sua estrutura organizativa.

51. *Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade*

Cabe ao Conselho Fiscal avaliar o funcionamento dos mecanismos de gestão de risco, e é a este órgão que são reportados os procedimentos de controlo considerados adequados à respetiva mitigação. É, assim, responsabilidade deste órgão a supervisão das ações desencadeadas na Sociedade nestas matérias e a verificação periódica de que os riscos efetivamente incorridos pela Sociedade são consistentes com o definido pelo Conselho de Administração.

O Auditor Externo, no exercício das suas funções, verifica a adequação dos mecanismos e procedimentos em causa assegurando o reporte das suas conclusões ao Conselho Fiscal.

Ao Conselho de Administração cabe a responsabilidade de monitorizar tais mecanismos e procedimentos.

52. *Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos*

A gestão do risco é assegurada, na ALTRI, por todas as direções e unidades operacionais, nos termos amplamente descritos no ponto 51 *supra*. A ALTRI, como já por diversas vezes referiu também ao longo deste relatório, monitoriza, em permanência, a adequação do seu modelo também nesta matéria de gestão de risco, tendo concluído, até à data, que o mesmo se tem vindo a revelar totalmente adequado face à estrutura organizativa da Sociedade.

53. *Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade*

O Conselho de Administração considera que o Grupo se encontra exposto aos riscos normais decorrentes da sua atividade, nomeadamente ao nível das unidades operacionais. Destacam-se os seguintes fatores de risco financeiro, que se encontram detalhados e analisados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas:

1. Risco de mercado:
 - 1.1 risco de taxa de juro;
 - 1.2 risco de taxa de câmbio;
 - 1.3 risco da variabilidade nos preços de *commodities*;
 - 1.4 riscos relacionados com a gestão florestal e produção de eucalipto;
 - 1.5 risco relacionado com a sustentabilidade, ESG (“Environmental, Social, and Governance”) e alterações climáticas
2. Risco de liquidez;
3. Risco de crédito;
4. Risco de capital.

Para além dos riscos financeiros acima identificados, importa ter em consideração que o Grupo também se encontra exposto a riscos legais, fiscais e regulatórios.

Em relação a estes riscos específicos, a ALTRI, bem como o seu negócio, dispõem de assessoria legal, fiscal e regulatória permanente, que funciona em articulação com as áreas de negócio, assegurando, preventivamente, a proteção dos interesses do Grupo no cumprimento escrupuloso das disposições legais aplicáveis às áreas de negócio da Sociedade.

Esta assessoria é igualmente apoiada a nível nacional e internacional por prestadores de serviços externos que a ALTRI contrata de entre firmas de reconhecida reputação e de acordo com elevados critérios de competência, rigor e profissionalismo.

No entanto, a ALTRI e as suas participadas podem vir a ser afetadas, como quaisquer outras entidades, por alterações legislativas ocorridas tanto em Portugal como na União Europeia ou em outros países onde desenvolva sua atividade comercial. A ALTRI não controla, naturalmente, tais alterações que, caso ocorram, poderão ter um impacto adverso nos negócios do Grupo, podendo, consequentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos. A política da ALTRI nesta matéria pauta-se por delegar na Direção Jurídica a monitorização permanente das alterações legislativas e de novos diplomas legais, estando informada nessa matéria e apta a dar resposta, em permanência, aos desafios que a materialização dos riscos legais, fiscais e regulatórios pode causar.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Tal como descrito no ponto 52, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela definição das políticas estratégicas gerais do Grupo, incluindo a política de gestão de risco, encontrando-se devidamente suportado pela Comissão Executiva Alargada, que assegura não só a monitorização permanente, como o reporte, ao Conselho de Administração da ALTRI, das situações detetadas, no sentido de assegurar um controlo permanente e efetivo de risco.

O processo de identificação e avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos na ALTRI funciona do seguinte modo:

São identificados os riscos que o Grupo enfrenta no normal desempenho da sua atividade. Em relação a todos os riscos identificados com materialidade relevante, é medido o impacto no desempenho financeiro e no valor do Grupo. Posteriormente é feito um estudo comparativo do valor em risco com os custos dos instrumentos de cobertura, se disponíveis e, em consequência, é monitorizada a evolução dos riscos identificados e dos instrumentos de cobertura, o que decorre, mais ou menos, no respeito pela seguinte metodologia:

- Numa primeira fase são identificados e priorizados os riscos internos e externos que podem afetar de forma materialmente relevante a prossecução dos objetivos estratégicos do Grupo;
- Os responsáveis operacionais das várias unidades operacionais do Grupo identificam os fatores de risco e eventos que podem afetar as operações e atividades da ALTRI, assim como eventuais processos e mecanismos de controlo;
- Adicionalmente, o impacto e a probabilidade de ocorrência de cada fator de risco são ponderados e consoante o nível de exposição é avaliada a necessidade de resposta ao risco; e
- As ações de mitigação de risco são acompanhadas e o nível de exposição aos fatores críticos é constantemente monitorizado.

A Sociedade tem vindo a implementar estratégias adicionais de gestão de risco que visam garantir, essencialmente, que os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, acionistas e demais *stakeholders*.

De entre essas estratégias destacam-se as seguintes:

- Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis e são efetivamente aplicadas;
- A informação financeira e operacional é completa, fiável, segura e reportada periódica e atempadamente;
- Os recursos da ALTRI são usados de forma eficiente e racional; e

O valor para o acionista é maximizado e a gestão operacional adota as medidas necessárias para corrigir aspetos reportados.

Decorrido que esteja todo este processo, a decisão, nesta matéria, cabe ao Conselho de Administração, na sua qualidade de órgão executivo atuando nos termos que considerar que, em cada momento, melhor asseguram os interesses da Sociedade e dos seus Acionistas.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

Quanto ao controlo de risco no processo de divulgação de informação financeira apenas um número muito restrito de colaboradores da ALTRI está envolvido no processo de divulgação de informação financeira.

Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade são considerados como tendo acesso a informação privilegiada, estando formalmente notificados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação.

As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

O sistema de controlo interno nas áreas da contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira assenta nos seguintes elementos chave:

- A utilização de princípios contabilísticos, detalhados ao longo das notas às demonstrações financeiras, constitui uma das bases do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos da Sociedade e suas subsidiárias permitem uma garantia razoável de que apenas são registadas transações devidamente autorizadas e que essas transações são registadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades operacionais, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um calendário de encerramento de contas e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos em profundidade;
- Ao nível das demonstrações financeiras individuais das várias empresas do Grupo, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelos serviços administrativos e contabilísticos. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos técnicos oficiais de contas e revistas pela direção financeira de cada subsidiária. Depois da aprovação as demonstrações financeiras são enviadas para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pela equipa de consolidação. Este processo constitui um elemento adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente, garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos e dos procedimentos de corte de operações assim como a verificação dos saldos e transações entre empresas do Grupo;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas sob a supervisão da direção financeira. Os documentos que constituem o relatório anual são enviados para revisão e aprovação do Conselho de Administração. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria; e
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e o Relatório de Gestão é coordenado pela Comissão Executiva, sendo apresentado ao Conselho de Administração e supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, estes órgãos analisam as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

No que se refere aos fatores de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, salientamos a utilização de estimativas contabilísticas que têm por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, bem como o conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes. Salientamos igualmente os saldos e as transações com partes relacionadas: no Grupo ALTRI os saldos e transações com entidades

relacionadas referem-se essencialmente às atividades operacionais correntes das empresas do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos remunerados a taxas de mercado.

A Comissão Executiva numa primeira linha e o Conselho de Administração, posteriormente, analisa e supervisiona regularmente a elaboração e divulgação da informação financeira, em articulação com o Conselho Fiscal, no sentido de obviar o acesso, indevido e extemporâneo, de terceiros, à informação relevante.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

Em observância das disposições legais aplicáveis, bem como dos regulamentos da CMVM nesta matéria, a ALTRI assegura, sempre em primeira mão, a divulgação aos seus acionistas e ao mercado em geral, de todas as informações relativas ao negócio das empresas do grupo que se enquadram no conceito de informação privilegiada. Desta forma, a ALTRI tem vindo a assegurar, de forma permanente e tempestiva, a divulgação de informação aos seus acionistas e ao mercado em geral, no preciso momento em que a mesma assume a natureza de informação privilegiada.

A Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor do qual fazem parte, o Representante para as Relações com o Mercado e o *Investor Relations*.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efetuados pelas seguintes vias:

Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818
4100-320 Porto
Tel: + 351 22 834 65 02
Fax: + 351 22 834 65 03
Email: investor.relations@altri.pt

Através da sua página oficial na Internet (www.altri.pt), a ALTRI disponibiliza informação financeira relativamente à sua atividade individual e consolidada, bem como das suas subsidiárias. Este *website* é igualmente utilizado pela empresa para divulgação de comunicados previamente divulgados no Sistema de Difusão de Informação da CMVM e posterior e eventualmente efetuados à imprensa, com indicação sobre quaisquer factos relevantes para a vida societária. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas do Grupo para os últimos exercícios. A generalidade da informação é disponibilizada pela Sociedade em português e inglês.

57. Representante para as relações com o mercado

As funções de representante para as relações com o mercado são desempenhadas por Miguel Valente e as funções de *Investor Relations* por Rui Cesário Pereira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

Sempre que necessário, o Representante para as Relações com o Mercado assegura a prestação de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos materialmente relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público. Todas as informações solicitadas por parte dos investidores são analisadas e respondidas num prazo máximo de cinco dias úteis.

V. Sítio de Internet

59. Endereço(s)

A ALTRI tem disponível uma página na Internet com a informação sobre a Sociedade e o Grupo. O endereço é www.altri.pt.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais

www.altri.pt \ sobre a altri \ o nosso mundo

61. Local onde se encontram os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

www.altri.pt \ investidores \ governance

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso

www.altri.pt \ sobre a altri

www.altri.pt \ investidores \ apoio do acionista

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais

www.altri.pt \ investidores \ relatórios e apresentações

www.altri.pt \ investidores \ calendário financeiro

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

www.altri.pt \ investidores \ assembleias gerais

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

www.altri.pt \ investidores \ assembleias gerais

D. RELATÓRIO DE REMUNERAÇÕES

O Conselho de Administração apresenta, de seguida, um relatório claro e compreensível, que proporciona uma visão abrangente das remunerações, incluindo todos os benefícios, independentemente da sua forma, atribuídas ou devidas durante o último exercício a cada membro dos órgãos de administração e fiscalização, em conformidade com a política de remuneração referida no artigo 26.º-A do Código dos Valores Mobiliários, incluindo os membros recentemente designados e os antigos membros.

A informação constante do presente relatório cumpre todas as exigências legais aplicáveis, nomeadamente, mas sem limitar, o artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

O tratamento, pela Sociedade, dos dados pessoais incluídos no presente relatório sobre as remunerações tem por objetivo aumentar o seu nível de transparência quanto à remuneração dos respetivos membros dos órgãos de administração e fiscalização, de forma a reforçar o nível de responsabilização destes últimos e a capacidade de fiscalização dos acionistas relativamente à remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.

Este relatório de remunerações é submetido a apreciação na assembleia geral anual seguinte ao exercício a que diz respeito e explicita de que forma a apreciação da assembleia geral anterior foi tida em conta.

Após a assembleia geral, o relatório sobre as remunerações é publicado em www.altri.pt, mantendo-se disponível durante, pelo menos, 10 anos.

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais

A Comissão de Remunerações é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais em representação dos acionistas, de acordo com a declaração sobre a política de remuneração aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A ALTRI tem, atualmente, em funções uma Comissão de Remunerações, eleita em assembleia geral de acionistas para integrar um mandato de três anos, com início em 2020 e termo em 2022, e cuja composição é a seguinte:

- João da Silva Natária – Presidente
- Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa – Vogal
- André Seabra Ferreira Pinto – Vogal

Todos os membros da Comissão de Remunerações são independentes em relação aos membros do Conselho de Administração e a qualquer outro grupo de interesse.

Quanto à identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para prestar apoio a esta Comissão, importa referir que cabe nas suas atribuições a autonomia de, a expensas da Sociedade e em observância de critérios de razoabilidade no que a esta matéria diz respeito, contratar prestadores de serviços externos que, com independência, possam levar a cabo avaliações, estudos e à

elaboração de relatórios que possam coadjuvar aquela comissão no exercício pleno e cabal das suas funções, nos termos melhor explicitados no ponto 68 *infra*.

Esta comissão deve apoiar-se em estudos de *benchmarking* em matéria política retributiva, assegurando que a Declaração sobre a Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais estão alinhadas com as melhores práticas em uso em empresas de igual relevo e dimensão.

Em 2021 não considerou esta comissão necessária a contratação de quaisquer pessoas ou entidades para apoiar as suas tomadas de decisão.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência e as qualificações profissionais dos membros da Comissão de Remunerações estão espelhados nos currículos disponíveis no *website* da Sociedade em www.altri.pt, separador “Investidores”, Secção “Investidores/Assembleias Gerais/2020/Anexos: Currículos”, os quais foram disponibilizados a propósito da respetiva eleição, na Assembleia Geral Anual de 2020 e que aí permanecem nos termos legais aplicáveis.

A ALTRI considera que a experiência e percurso profissionais dos membros que integram a Comissão de Remunerações são plenamente adequados ao exercício das funções que lhe estão acometidas, permitindo-lhes exercê-las com o rigor e com a eficácia que se exige. Sem prejuízo das qualificações dos demais membros, faz sentido destacar o Dr. João da Silva Natária, pela elevada experiência e conhecimentos específicos de que dispõe em matéria de avaliação e de política remuneratória.

Adicionalmente, e em complemento do que já se referiu no ponto 67 *supra*, sempre que tal se revela necessário, aquela comissão recorre a recursos especializados, internos ou externos, para suportar as suas deliberações.

Nessas situações, a Comissão de Remunerações decide livremente a contratação, pela ALTRI, dos serviços de consultadoria considerados necessários ou convenientes, tendo o cuidado de assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à ALTRI ou às suas subsidiárias, sem autorização expressa da Comissão de Remunerações.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 26.º-A do Código dos Valores Mobiliários

Tal como estipulado no artigo 26.º-B do Código dos Valores Mobiliários, é submetida à apreciação da assembleia geral uma Declaração Sobre a Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

A Política de Remuneração e Compensação dos órgãos sociais da ALTRI, aprovada na Assembleia Geral de 30 de abril de 2021, obedece aos seguintes princípios:

1. PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ALTRI

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da ALTRI assenta no pressuposto de que a competência, a dedicação, a disponibilidade e a performance são os elementos determinantes de um bom desempenho, e que só com um bom desempenho é possível assegurar o necessário alinhamento com os interesses da sociedade e dos seus acionistas.

Tendo em vista o interesse, a cultura e a estratégia de longo prazo da Sociedade, a Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da ALTRI visa, tal como estabelecido no artigo 26.º-C, n.º 1, do

CVM, “contribuir para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade.”

Em concreto, a Política de Remuneração tem por desiderato:

- Atrair e reter os melhores profissionais para as funções a desempenhar, proporcionando as necessárias condições de estabilidade no exercício das funções;
- Premiar o desempenho, mediante uma remuneração adequada aos mecanismos de defesa dos interesses dos Acionistas, desincentivando a assunção excessiva de riscos, ao prever mecanismos de diferimento da remuneração variável;
- Premiar o foco na melhoria contínua, na produtividade e na criação de valor de longo prazo para os acionistas;
- Premiar a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética de atividades relevantes da Sociedade.

A Política está assente em critérios que visam a sustentabilidade da Sociedade, está alinhada com o benchmarking comparável e, cumprindo os requisitos legais, assenta nos seguintes vetores:

Responsabilidade inerente às funções desempenhadas

As funções desempenhadas e as responsabilidades assumidas por cada membro são, necessariamente, tidas em consideração na definição da remuneração. Não estão na mesma posição todos os membros entre si o que impõe uma definição cuidadosamente casuística. Na avaliação do nível de responsabilidade deve-se considerar o tempo de dedicação, a exigência imposta pelas áreas sob a sua supervisão e as funções desempenhadas nas subsidiárias.

Situação económica da Sociedade

A definição das remunerações tem que ser compatível com a dimensão e capacidade económica da Sociedade, não deixando de se assegurar a adequada e justa remuneração.

Critérios de mercado

A observância de regras de mercado, através de um exercício comparativo (“benchmark”), é essencial para retribuir adequadamente e de forma competitiva, tendo em consideração a prática do mercado de referência (a nível nacional e internacional), a atividade desenvolvida e os resultados obtidos.

Alinhamento de interesses da gestão com os objetivos estratégicos da Sociedade

A definição das remunerações deve assentar em critérios de avaliação de desempenho e de objetivos, de natureza financeira e não financeira, alinhados com a estratégia empresarial da Sociedade e que assegurem a efetiva sustentabilidade da Sociedade no longo prazo.

Compromisso ESG

Os objetivos associados à definição das remunerações devem estar associados ao desempenho da Sociedade em indicadores ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG), traduzindo o compromisso de desenvolvimento sustentável, em especial no âmbito da sustentabilidade ambiental, da Sociedade, bem como o permanente cumprimento dos valores e princípios éticos da Sociedade e que constituem uma pedra angular na forma como esta se estrutura e relaciona com todos os stakeholders.

Condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores

As remunerações definidas devem ter em consideração as condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores da Sociedade, o que é alcançado através de um exercício comparativo (“benchmark”) com o mercado de referência (a nível nacional e internacional), tendo por referência funções equivalentes, por forma a garantir a equidade interna e um elevado nível competitivo.

A Comissão de Remunerações ALTRI entende que estes princípios estão de acordo com o quadro legislativo e recomendatório em vigor, refletindo, de igual modo, aquela que é a visão da Sociedade sobre esta matéria.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações ALTRI teve em consideração os seguintes factos:

- em reunião do Conselho de Administração ALTRI, realizada em 28 de maio de 2020, foi constituída uma Comissão Executiva para o mandato em curso (triénio 2020/2022), constituída pelos Administradores José Soares de Pina (Presidente), José António Nogueira dos Santos (Vogal) e, tendo posteriormente, em 18 de março de 2021, o Conselho de Administração promovido o Eng. Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva a Vice-Presidente da Comissão Executiva;
- em reunião do Conselho de Administração ALTRI, realizada em 28 de maio de 2020, foi constituída uma Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional para o mandato em curso (triénio 2020/2022), constituída pelos Administradores Paulo Jorge dos Santos Fernandes, João Manuel Matos Borges de Oliveira e José Soares de Pina;
- a participação de administradores não executivos em comissões internas no seio do Conselho de Administração.

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Comissão de Remunerações ALTRI, em linha com o modelo organizativo da Sociedade e os princípios acima descritos, teve em consideração as seguintes medidas:

- a. reforço da necessidade de manutenção de um processo de definição de objetivos e avaliação de desempenho;
- b. assegurar a coerência entre os objetivos quantitativos e qualitativos;
- c. garantir que os objetivos quantitativos dos Administradores Executivos estão alinhados com os objetivos quantitativos dos quadros mais relevantes da Sociedade;
- d. a remuneração global fixa do Conselho de Administração, nela se incluindo a remuneração que as sociedades participadas paguem aos membros que integrem o Conselho de Administração, não pode exceder os 3.500.000 Euros por ano;
- e. a remuneração dos administradores não executivos integra apenas uma componente fixa, correspondente a uma retribuição mensal fixa, cujo montante é determinado pela Comissão de Remunerações, revista, se necessário, de forma periódica tendo em consideração as melhores práticas e as responsabilidades de cada administrador não executivo;
- f. em linha com as práticas de mercado, a remuneração dos administradores não executivos pode ser diferenciada (i) pelas especiais funções de representação da Sociedade que a cada um poderá ser acometida; (ii) pela experiência e know-how em funções executivas exercidas anteriormente na Sociedade, bem como (iii) pelos conhecimentos de negócio e know-how no setor de atividade em que opera a sociedade;
- g. os administradores não executivos, em função da experiência adquirida ao longo dos anos em funções executivas e do profundo conhecimento e know-how dos negócios da Sociedade que lhes sejam reconhecidos, podem ainda auferir uma remuneração diferenciada em resultado do valor que aportam à sociedade nos termos referidos no parágrafo anterior e

ainda em função da assunção de responsabilidades que venham a ter lugar em comissões de acompanhamento dos negócios, que podem vir a existir no seio do Conselho de Administração;

- h. a remuneração dos administradores executivos integra duas componentes:
 - componente fixa, correspondente a um valor pago mensalmente;
 - componente variável, que inclui um prémio variável de curto prazo (pago anualmente), e um prémio variável de médio prazo (pago após um diferimento de 3 anos).
- i. o prémio variável de curto prazo não pode ser superior à remuneração fixa anual e é pago no primeiro semestre do ano seguinte ao ano a que diz respeito, após o apuramento das contas do exercício;
- j. o prémio variável de médio prazo não pode ser superior à soma da remuneração anual mais prémio variável de curto prazo, e destina-se a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas, visando aumentar a consciencialização sobre a importância do respetivo desempenho para o sucesso global da Sociedade, sendo calculado por referência ao período correspondente a um mandato, tendo como base (i) o retorno total para o acionista (valorização de ação mais dividendo distribuído), (ii) o somatório dos resultados líquidos consolidados dos 3 anos (2020 a 2022) e (iii) a evolução dos negócios da Sociedade;
- k. a componente variável (de curto prazo e de médio prazo) é apurada de acordo com o desempenho individual de cada administrador executivo, tendo em conta a respetiva avaliação individual anual, de acordo com os objetivos quantitativos (de natureza financeira e não financeira) e qualitativos previamente definidos;
- l. os objetivos quantitativos e qualitativos são, por natureza, de longo prazo e, portanto, têm um calendário que se pode estender por um ou mais anos;
- m. os objetivos individuais quantitativos devem refletir o desempenho financeiro da Sociedade, nomeadamente o seu crescimento e o retorno gerado para os acionistas. Os indicadores financeiros deverão ter em linha de conta os objetivos estratégicos da Sociedade, em especial a evolução do volume de negócios e dos resultados da Sociedade e a solidez financeira e de capital da Sociedade;
- n. os objetivos individuais qualitativos devem refletir o atingimento dos indicadores ambientais, sociais e de governo corporativo;
- o. o processo de avaliação de desempenho individual de cada administrador executivo é anual, devendo ser suportado em evidências concretas, disponibilizadas à Comissão de Remunerações ALTRI.

Em face das diferentes áreas de negócio abrangidas pela Sociedade, julga-se adequado que o pagamento da remuneração dos administradores executivos, na componente fixa e/ou na componente variável, possa ser repartido entre a Sociedade e sociedades subsidiárias cujos órgãos de administração sejam por eles integrados, de acordo com os termos que venham a ser definidos pela Comissão de Remunerações ALTRI.

Desta forma, e com base nas medidas acima elencadas, é entendimento da Comissão de Remunerações ALTRI que a remuneração dos administradores executivos (e, bem assim, dos administradores não executivos) é adequada e, tal como estabelecido no artigo 26.º-C, n.º 1, do CVM, *“contribui para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade”*.

É ainda entendimento da Comissão de Remunerações ALTRI que a remuneração total dos administradores cumpre a política de remuneração adotada, ficando devidamente explicada *“a forma como a mesma contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo e a forma como os critérios de desempenho foram aplicados”*, tal como é imposto pela alínea b) do n.º 2 do artigo 26.º-G do CVM.

Por último, informa-se que não existem na Sociedade mecanismos que estabeleçam a possibilidade de afastamento do procedimento de aplicação da Política de Remuneração ALTRI, não tendo sido aplicadas quaisquer derrogações ou verificadas quaisquer circunstâncias excepcionais previstas na alínea g) do n.º 2 do artigo 26.º-G do CVM.

3. CONSELHO FISCAL

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será baseada em valores anuais fixos, em níveis considerados adequados para funções similares.

4. ASSEMBLEIA GERAL

A remuneração da mesa da Assembleia Geral será exclusivamente fixa e seguirá as práticas de mercado.

5. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas terá uma remuneração fixa adequada ao exercício das suas funções e de acordo com a prática do mercado, sob a supervisão do Conselho Fiscal.

6. NÚMERO DE AÇÕES E OPÇÕES CONCEDIDAS

Não se encontra em vigor remuneração em que haja lugar à atribuição de ações ou opções, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

7. COMPENSAÇÃO PELA CESSAÇÃO DE FUNÇÕES ANTES OU NO TERMO DOS RESPECTIVOS MANDATOS E RESTITUIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

Em caso de cessação antecipada do termo do mandato dos membros do Conselho de Administração, genericamente, não existem condições compensatórias adicionais às legalmente estabelecidas, exceto no caso de existência de contrato de administração que, sobre esta matéria, possa contemplar condições particulares.

Não existem na Sociedade mecanismos que prevejam a possibilidade de solicitar a restituição, a administradores, de remuneração variável, cumprindo-se assim o disposto na alínea f) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

Não foram pagas, em 2021, quaisquer indemnizações a ex-membros do Conselho de Administração, ou membros dos demais órgãos sociais, por cessação das suas funções.

8. ABRANGÊNCIA DOS PRINCÍPIOS

Os princípios a que obedecem as políticas de remuneração e compensação constantes da presente declaração abrangem não só o conjunto das remunerações pagas pela ALTRI, SGPS, S.A. mas também as remunerações que aos seus membros do Conselho de Administração sejam pagas por sociedades por ela direta ou indiretamente controladas.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses

de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos

A política de remuneração dos administradores executivos visa assegurar uma contrapartida adequada e rigorosa do desempenho e contribuição de cada administrador para o sucesso da organização, alinhando os interesses dos administradores executivos com os dos acionistas e da Sociedade. Adicionalmente, a política de remuneração prevê uma componente variável de médio prazo, indexada ao desempenho da Sociedade, destinada a alinhar de forma mais vinculada os interesses dos administradores executivos com os dos Acionistas e com os interesses de longo prazo da Sociedade.

As propostas de remuneração dos administradores executivos são elaboradas tendo em conta: **(i)** as funções desempenhadas na ALTRI e nas diferentes subsidiárias; **(ii)** a responsabilidade e o valor acrescentado pelo desempenho individual; **(iii)** o conhecimento e a experiência acumulada no exercício da função; **(iv)** a situação económica da Empresa; **(v)** a remuneração auferida em empresas do mesmo setor e noutras sociedades cotadas na *Euronext Lisbon*. Em relação a este último aspeto, a Comissão de Remunerações tem em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente cotadas na *Euronext Lisbon*, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes às da ALTRI.

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, a variação anual da remuneração dos administradores, do desempenho da Sociedade e da remuneração média de trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios, apresenta-se do seguinte modo:

Variações Anuais	2017 vs. 2016	2018 vs. 2017	2019 vs. 2018	2020 vs. 2019	2021 vs. 2020
Remunerações dos Administradores Executivos					
José Armindo Farinha Soares de Pina	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
José António Nogueira dos Santos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Remunerações dos Administradores Não Executivos					
Paulo Jorge dos Santos Fernandes	0,06%	25,00%	—%	—%	10,59%
João Manuel Matos Borges de Oliveira	0,06%	25,00%	—%	—%	10,59%
Domingos José Vieira de Matos	0,27%	25,00%	—%	—%	8,27%
Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira	0,27%	25,00%	—%	—%	8,27%
Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça	(26,32)%	30,83%	(0,36)%	0,37%	21,27%
Laurentina da Silva Martins	—%	—%	84,03%	(45,21)%	—%
Alberto João Coraceiro de Castro	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
José Manuel de Almeida Archer	—%	—%	—%	(50,04)%	N/A
Desempenho da Sociedade					
EBITDA	14,10%	53,16%	(20,84)%	(44,08)%	132,67%
Receitas (1)	8,70%	17,88%	(3,99)%	(18,30)%	37,98%
Resultado Líquido	24,80%	102,46%	(48,16)%	(65,32)%	286,72%
Remuneração Média dos Trabalhadores em Termos Equivalentes a Tempo Inteiro					
Trabalhadores do Grupo	3,44%	(9,02)%	0,34%	10,24%	0,15%

71. Referência à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente

Na Assembleia Geral de 30 de abril de 2021 foi aprovada a política de remunerações conforme detalhado no ponto 69 *supra*, a qual prevê uma componente variável de curto prazo e de médio prazo.

Não estão previstos mecanismos que impeçam os administradores executivos de celebrar contratos que coloquem em causa a razão de ser da remuneração variável. Contudo, a Comissão de Remunerações tem em conta estes fatores nos critérios de determinação da remuneração variável.

A Sociedade não celebrou quaisquer contratos com membros do Conselho de Administração que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração, nem tem conhecimento de que existam contratos idênticos celebrados com terceiros.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento

A informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento encontra-se desenvolvida no ponto 69. do presente Relatório.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações

Não está prevista a atribuição de remuneração variável em que haja lugar à atribuição de ações ou outro sistema de incentivos em ações, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

Não está prevista a atribuição de remuneração variável em que haja lugar à atribuição de direitos sobre opções, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

A ALTRI não tem qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários para além da remuneração variável, nos termos descritos *supra*.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais

A ALTRI não tem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Importa referir a este propósito que a administradora Laurentina Martins beneficia de uma pensão que lhe foi atribuída por efeito da cessação de funções enquanto colaboradora da subsidiária Caima – Indústria de Celulose, S.A. nos termos *standard* em vigor no Plano de Pensões daquela Sociedade. As funções de colaboradora naquela sociedade cessaram em 30 de setembro de 2012.

Deve, assim, esclarecer-se que a pensão auferida não é mais do que um direito adquirido pelo vínculo laboral estabelecido com aquela subsidiária e é independente do exercício das funções de administração na ALTRI, ou seja, ainda que cessasse as funções na ALTRI e independentemente da razão dessa cessação, o direito ao recebimento de tal pensão sempre estaria assegurado. Significa isto que a sua independência não é afetada, de nenhuma forma, a este título.

Importa ainda referir, a este propósito, que durante o exercício de 2021, não foi efetuada por aquela administradora, em observância das regras inerentes ao plano, qualquer contribuição para o referido fundo, tendo, no entanto, recebido, durante o referido exercício, a quantia de 28.088 Euros, a título de pensão de reforma por velhice.

Para informação mais detalhada sobre o Plano de Pensões aqui referido, deverá consultar-se a nota 33 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade,

incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, clarifica-se que na ALTRI só auferem remunerações os administradores não executivos. Alguns administradores não executivos (consultar informação constante do ponto 78 infra) auferem remuneração também na qualidade de administradores não executivos na subsidiária Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. Os administradores executivos são remunerados pela subsidiária CELBI.

No que diz respeito às remunerações pagas diretamente pela Sociedade, durante o exercício de 2021 aos já referidos administradores não executivos, ascenderam ao montante de 1.919.520,00 Euros, repartido como segue: Paulo Fernandes – 490.310 Euros; João Borges de Oliveira – 490.310 Euros; Domingos Matos – 282.500 Euros; Pedro Borges de Oliveira – 282.500 Euros; Ana Mendonça – 109.900 Euros; Alberto Castro – 84.000 Euros; Laurentina Martins – 60.000 Euros; Maria do Carmo Oliveira – 60.000 Euros; Paula Pimentel – 60.000 Euros.

Na medida em que a Sociedade remunera apenas administradores não executivos, não é aplicável a atribuição de qualquer remuneração variável pelo que, quanto a estes, não é aplicável a menção à proporção relativa à remuneração fixa e variável conforme solicitado pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º-G.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, clarifica-se que através de subsidiárias do Grupo, foram pagas as seguintes remunerações aos seguintes administradores da Sociedade:

O montante global pago pelas subsidiárias ascendeu a 2.024.013,48 Euros, conforme se descreve:

- Os administradores executivos da ALTRI são remunerados pela subsidiária CELBI, sendo a remuneração auferida como segue: José Pina – 800.000 Euros (dos quais 56,25% correspondem a remuneração fixa e 43,75% a remuneração variável); Carlos Van Zeller e Silva – 575.000 Euros (dos quais 52,17% correspondem a remuneração fixa e 47,83% a remuneração variável) e José Nogueira dos Santos – 475.000 Euros (dos quais 51,58% correspondem a remuneração fixa e 48,42% a remuneração variável);
- Os seguintes administradores não executivos são remunerados pela subsidiária GreenVolt auferindo apenas remuneração fixa, como segue: Paulo Fernandes – 51.944,24 Euros; João Borges de Oliveira – 51.944,24 Euros; Domingos Matos – 23.375 Euros; Pedro Borges de Oliveira – 23.375 Euros; Ana Mendonça – 23.375 Euros.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

Durante o exercício não foram pagas quaisquer remunerações a título de participação nos lucros ou sob a forma de prémios.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Durante o exercício não foram pagos nem são devidos quaisquer montantes relativos a indemnizações a administradores cujas funções tenham cessado.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, clarifica-se que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo baseado na dimensão da ALTRI e nas práticas correntes de mercado em sociedade de igual relevo e dimensão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a remuneração dos membros do Conselho Fiscal ascendeu a 31.620 Euros distribuída como segue: Pedro Pessanha – 15.000 Euros; António Pinho – 8.310 Euros; Ana Paula Pinho – 8.310 Euros.

A remuneração auferida pelo revisor oficial de contas encontra-se descrita no ponto 47 *supra*.

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários, a variação anual da remuneração do Conselho Fiscal, do desempenho da Sociedade e da remuneração média de trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios, apresenta-se do seguinte modo:

Variações Anuais	2017 vs. 2016	2018 vs. 2017	2019 vs. 2018	2020 vs. 2019	2021 vs. 2020
Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal					
Pedro Nuno Fernandes de Sá Pessanha da Costa	—%	—%	—%	—%	—%
António Luís Isidro de Pinho	N/A	N/A	—%	—%	—%
Ana Paula dos Santos Silva e Pinho	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Guilherme Paulo Aires da Mota Correia Monteiro	N/A	N/A	—%	N/A	N/A
André Seabra Ferreira Pinto	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
José Guilherme Barros Silva	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Desempenho da Sociedade					
EBITDA	14,10%	53,16%	(20,84)%	(44,08)%	132,67%
Receitas (1)	8,70%	17,88%	(3,99)%	(18,30)%	37,98%
Resultado Líquido	24,80%	102,46%	(48,16)%	(65,32)%	286,72%
Remuneração Média dos Trabalhadores em Termos Equivalentes a Tempo Inteiro					
Trabalhadores do Grupo	3,44%	(9,02)%	0,34%	10,24%	0,15%

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

A remuneração do presidente da mesa da assembleia-geral relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 3.500 Euros e a remuneração da secretária da mesa ascendeu a 1.500 Euros.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

A política de remunerações mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de funções antecipada ou no termo do respetivo mandato, sem prejuízo do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 1 do artigo 29.º-R do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou outros dirigentes da ALTRI, na aceção do n.º 1 do artigo 29.º-R do CVM, que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. Não se encontram igualmente previstos acordos com os administradores no sentido de assegurar qualquer compensação em caso de não recondução no mandato.

VI. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções ('stock options')

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

A ALTRI não possui planos de atribuição de ações ou de opções sobre ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

86. Caracterização do plano

A ALTRI não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções sobre ações de aquisição de ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem quaisquer direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da Sociedade, cumprindo-se assim o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes

Não aplicável conforme exposto acima.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade.

O órgão de fiscalização da Sociedade tem acesso aos termos da potencial operação a realizar, com um nível rigoroso de detalhe, podendo ainda solicitar todos os esclarecimentos e informações adicionais que considere adequados ou necessários.

O seu parecer é, naturalmente, vinculativo.

Por outro lado, a Sociedade pauta a sua atuação, em todos os domínios e em especial neste, por critérios de rigor e transparência.

A Sociedade aprovou, por deliberação do Conselho de Administração do dia 19 de novembro de 2020, após parecer prévio favorável do Conselho Fiscal do dia 18 de novembro de 2020, o Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, e que se encontra disponível no sítio da Sociedade (<http://www.altri.pt/pt/investidores/governance>)

Importa ainda referir que o Conselho de Administração presta, pelo menos trimestralmente, ao Conselho Fiscal todas as informações que este solicite, incluindo o reporte sobre transações com partes relacionadas, nunca tendo estado em causa a realização de qualquer transação que pudesse pôr em causa o rigor e a transparência que pauta a atuação da Sociedade, sem que tivesse sido observado o procedimento de solicitação de parecer prévio ao Conselho Fiscal.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

No exercício de 2021 não foram realizados quaisquer negócios ou transações relevantes entre a Sociedade e os titulares de participações qualificadas, e que tenham sido objeto de notificação à Sociedade.

Refira-se, adicionalmente, que não se concretizaram quaisquer negócios ou transações com membros do Conselho Fiscal.

As transações levadas a cabo pela Sociedade com sociedades em relação de domínio ou de Grupo não assumem materialidade digna de registo, tendo, no entanto, sido efetuadas em condições normais de mercado e, sendo todas elas enquadráveis na atividade corrente da Sociedade, não merecem ser alvo de divulgação separada.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação

As transações com administradores da ALTRI ou com sociedades que consigo estejam em relação de domínio ou de Grupo e em que um dos intervenientes seja administrador, independentemente do montante, estão sempre sujeitas à autorização prévia do Conselho de Administração, no pressuposto de que tenha sido emitido parecer favorável do órgão de fiscalização, nos termos prescritos pelo artigo 397.º do CSC.

As transações com partes relacionadas, quando existem, e quando assumem uma relevância material, cumprem todas as exigências legais, nomeadamente, a obtenção prévia de parecer favorável do órgão de fiscalização da Sociedade.

Em 2021 o Conselho Fiscal não foi chamado a emitir parecer a este propósito.

II. Elementos relativos aos negócios

92. *Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas*

A informação sobre os negócios com partes relacionadas pode ser consultada na nota 34 do Anexo às Contas Consolidadas e na nota 21 do Anexo às contas separadas da Sociedade.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

O presente relatório de governo da sociedade apresenta a descrição da estrutura de governo societário vigente na ALTRI, apresentando ainda as políticas e as práticas cuja adoção, na vigência de tal modelo, se revelam necessárias e adequadas para garantir uma governação alinhada com as melhores práticas nesta matéria.

A avaliação apresentada cumpre as exigências legais do artigo 29.º-H do CVM, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, o grau de observância das Recomendações do IPCG integradas no Código de Governo das Sociedades do IPCG, uma vez ser este o Código de Governo da Sociedade adotado pela Sociedade.

São igualmente cumpridos os deveres de informação exigidos pela Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto, assim como pelo artigo 447.º do CSC, pelo Regulamento da CMVM n.º 5/2008, de 2 de outubro de 2008, e pelo Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril.

Todas as disposições legais mencionadas no presente Relatório e as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG, poderão ser consultadas em www.cmvm.pt e https://cam.cgov.pt/images/ficheiros/2020/revisao_codigo_pt_2018_ebook-05.11.2020.pdf, respetivamente.

Este Relatório deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas relativas ao exercício social de 2021, bem como com o Relatório de Sustentabilidade que dá cumprimento ao disposto no artigo 66.º-B do CSC, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

A ALTRI tem vindo a incentivar e a promover todas as ações tendentes à adoção das melhores práticas de *Corporate Governance*, pautando a sua política por elevados padrões éticos de responsabilidade social, ambiental e com decisões cada vez mais assentes em critérios de sustentabilidade.

A gestão integrada e eficaz do Grupo é um desígnio do Conselho de Administração da ALTRI que, estimulando a transparência no relacionamento com os investidores e com o mercado, tem pautado o seu desempenho pela busca permanente da criação de valor, na promoção dos legítimos interesses dos acionistas, dos colaboradores da Sociedade e demais *Stakeholders*.

Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º-H do CVM, elencam-se, de seguida as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG a cujo cumprimento a Sociedade se propôs.

Recomendações	Cumprimento	O
capítulo I — Parte Geral		
Princípio geral: <i>O governo societário deve promover e potenciar o desempenho das sociedades, bem como do mercado de capitais, e sedimentar a confiança dos investidores, dos trabalhadores e do público em geral na qualidade e transparência da administração e da fiscalização e no desenvolvimento sustentado das sociedades.</i>		
I.1. Relação da sociedade com investidores e informação		
Princípio: <i>As sociedades e, em particular, os seus administradores devem tratar de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação</i>		
Recomendação		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral	Adotada	Parte 1, pontos 21, 22, 38, 59 a 65
I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
Princípios:		
I.2.A As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de governo e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas		
I.2.B As sociedades devem ser dotadas de estruturas decisórias claras e transparentes e assegurar a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões		
I.2.C As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros		
Recomendações		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição	Adotada	Parte 1, pontos 16, 19, 26, 33 e 36
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões	Adotada	Parte 1, pontos 22, 27, 29, 34 e 61
I.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade	Adotada	Parte 1, pontos 23 e 35

I.2.4. Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada	Adotada	Parte 1, ponto 38 e 49
I.3. Relação entre órgãos da sociedade		
Princípio: <i>Os membros dos órgãos sociais, mormente os administradores, deverão criar as condições para que, na medida das responsabilidades de cada órgão, seja assegurada a tomada de medidas ponderadas e eficientes e, de igual modo, para que os vários órgãos da sociedade atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções</i>		
Recomendações		
I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos	Adotada	Parte 1, ponto 18, 38 e 61
I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões	Adotada	Parte 1, pontos 18, 23, 28, 38
I.4. Conflitos de interesses		
Princípio: <i>Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade. Deve garantir-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão</i>		
Recomendações		
I.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social	Adotada	Parte 1, ponto 20
I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem	Adotada	Parte 1, ponto 20
I.5. Transações com partes relacionadas		
Princípio: <i>Pelos potenciais riscos que comportam, as transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização</i>		
Recomendações		

I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas	Adotada	Parte 1, ponto 89
I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral	Adotada	Parte 1, ponto 89
Capítulo II — Acionistas e Assembleia Geral		
Princípios:		
II.A O adequado envolvimento dos acionistas no governo societário constitui um fator positivo de governo societário, enquanto instrumento para o funcionamento eficiente da sociedade e para a realização do fim social		
II.B A sociedade deve promover a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões societários e de reflexão sobre a sociedade.		
II.C A sociedade deve implementar meios adequados para a participação e o voto à distância dos acionistas na assembleia		
Recomendações		
II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto	Adotada	Parte 1, ponto 12
II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei	Adotada	Parte 1, ponto 14
II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão	Parcialmente Adotada	Parte 1, ponto 12 clarificação sobre recomendação parcialmente adotada <i>infra</i>
II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica	Parcialmente Adotada	Parte 1, ponto 12 clarificação sobre recomendação parcialmente adotada <i>infra</i>
II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores	Adotada	Parte 1, pontos 4 e 84
Capítulo III — Administração Não Executiva e Fiscalização		

Princípios:

III.A Os membros de órgãos sociais com funções de administração não executiva e de fiscalização devem exercer, de modo efetivo e criterioso, uma função fiscalizadora e de desafio à gestão executiva para a plena realização do fim social, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade

III.B A composição do órgão de fiscalização e o conjunto dos administradores não executivos devem proporcionar à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais

III.C. O órgão de fiscalização deve desenvolver uma fiscalização permanente da administração da sociedade, também numa perspetiva preventiva, acompanhando a atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para a sociedade

Recomendações

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Adotada	Parte 1, Ponto 18
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação	Adotada	Parte 1, ponto 18
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos	Adotada	Parte 1, ponto 18

<p>III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço, mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; b. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; c. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; d. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; e. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; f. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas 	Adotada	Parte 1, ponto 18
<p>III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).</p>	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
<p>III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração</p>	Adotada	Parte 1, pontos 15 e 38
<p>III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias</p>	Adotada	Parte 1, Pontos 27 e 29
Capítulo IV — Administração Executiva		
Princípios:		
<p>IV.A Como forma de aumentar a eficiência e a qualidade do desempenho do órgão de administração e o adequado fluxo de informação para este órgão, a gestão corrente da sociedade deve pertencer a administradores executivos com as qualificações, competências e a experiência adequadas à função. À administração executiva compete gerir a sociedade, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável</p>		

IV.B Na determinação do número de administradores executivos, devem ser ponderados, além dos custos e da desejável agilidade de funcionamento da administração executiva, a dimensão da empresa, a complexidade da sua atividade e a sua dispersão geográfica.

Recomendações

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo	Adotada	Clarificação sobre recomendação adotada <i>infra</i>
IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais	Adotada	Parte 1, pontos 21 e 28
IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral	Adotada	Parte 1, ponto 21, 50 e 54

Capítulo V — Avaliação de Desempenho, Remunerações e Nomeações

V.1 Avaliação anual de desempenho

Princípio:

A sociedade deve promover a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio

Recomendações

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade	Adotada	Clarificação sobre recomendação adotada <i>infra</i>
--	----------------	--

V.2 Remunerações

Princípio:

V.2.A A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas — tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado — e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade

V.2.B Os administradores devem receber uma remuneração:

- que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;
- que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e
- que premeie o desempenho.

Recomendações

V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais	Adotada	Parte 1, pontos 66, 67 e 68
---	----------------	-----------------------------

V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão	Adotada	Parte 1, pontos 66, 67 e 68
V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
V.2.4 A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas	Adotada	Parte 1, ponto 24
V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções	Adotada	Parte 1, ponto 67
V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que aqueles serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão	Adotada	Parte 1, ponto 67
V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos	Adotada	Parte 1, pontos 69 a 76
V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade	Adotada	Parte 1, ponto 69
V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
V.2.10. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor	Adotada	Clarificação sobre recomendação adotada <i>infra</i>
V.3 Nomeações		
Princípio:		
<i>Independentemente do modo de designação, o perfil, conhecimentos e currículo dos membros dos órgãos sociais e dos quadros dirigentes devem adequar-se à função a desempenhar</i>		
Recomendações		

V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato	Adotada	Parte 1, pontos 16, 19, 22, 29, 31 e 33
V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género	Recomendação não aplicável	Clarificação sobre recomendação não aplicável <i>infra</i>
Capítulo VI — Controlo Interno		
Princípio:		
<i>Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade deverá instituir um sistema de gestão e controlo de risco e de auditoria interna que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida</i>		
Recomendações		
VI.1. O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos	Adotada	Parte 1, pontos 21, 51 a 54
VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração	Adotada	Parte 1, ponto 51
VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários	Adotada	Parte 1, pontos 27, 29, 38 e 50 a 55
VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adotada	Parte 1, pontos 37, 38 e 50
VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades	Adotada	Parte 1, pontos 37, 38 e 50

VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento	Adotada	Parte 1, pontos 50 a 55
VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido	Adotada	Parte 1, pontos 38 e 50 a 55
Capítulo VII — Informação Financeira		
VII.1 Informação Financeira		
Princípios:		
VII.A. O órgão de fiscalização deve, com independência e de forma diligente, assegurar-se de que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro, para a gestão de riscos, para o controlo interno e para a auditoria interna		
VII.B. O órgão de fiscalização deve promover uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas		
Recomendações		
VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada	Adotada	parte 1, pontos 34 e 38
VII.2 Revisão Legal de Contas e Fiscalização		
Princípio:		
<i>Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem</i>		
Recomendações		
VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Adotada	parte 1, pontos 34, 37, 38 e 42 a 47
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços	Adotada	parte 1, pontos 37 e 38
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito	Adotada	parte 1, pontos 37 e 38

➤ **Recomendação II.3.** *A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão*

Como referido no ponto 12 da Parte 1 do presente Relatório, a Sociedade implementou os meios necessários para assegurar o direito de voto por correspondência.

No que se refere ao voto por via eletrónica, a Sociedade não desencadeou os mecanismos necessários à sua implementação *(i)* porque essa modalidade nunca lhe foi solicitada por qualquer acionista e *(ii)* por considerar que tal circunstância não consubstancia qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto por parte dos acionistas, exercício esse que a Sociedade promove e incentiva.

A ALTRI tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas Assembleias Gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

➤ **Recomendação II.4.** *A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica*

Como referido no ponto 12 da Parte 1 do presente Relatório, a Sociedade implementou os meios necessários para assegurar o direito de voto por correspondência.

No que se refere à possibilidade de realização da Assembleia Geral por meios telemáticos, a Sociedade não desencadeou os mecanismos necessários à sua implementação porque *(i)* essa modalidade nunca lhe foi solicitada por qualquer acionista, *(ii)* os custos de implementação dos meios telemáticos são elevados e *(iii)* tal circunstância não consubstancia qualquer constrangimento ou restrição ao exercício do direito de voto por parte dos acionistas, exercício esse que a Sociedade promove e incentiva.

Remetendo e reforçando para o que se acabou de referir no ponto anterior, a ALTRI tem vindo a incentivar a participação física dos seus acionistas, por si diretamente ou através de representantes, nas suas assembleias gerais por considerar que as mesmas são o momento, por excelência, para o contacto entre os seus Acionistas com a equipa de gestão, aproveitando a presença dos membros que integram os demais órgãos sociais, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como os membros da Comissão de Remunerações. Esta interação tem-se revelado profícua no seio da Sociedade.

Desta forma, entende-se que estão já assegurados todos os meios necessários e adequados a assegurar a participação na Assembleia Geral.

➤ **Recomendação II.5.** *Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária — sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal — e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione*

Os Estatutos da Sociedade não preveem qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas

➤ **Recomendação III.5.** *O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em*

qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (cooling-off period)

A Sociedade não tem nenhum administrador na circunstância descrita.

➤ **Recomendação IV.1.** *O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo*

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a administração quotidiana da Sociedade.

O Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses (acessível em <http://www.altri.pt/pt/investors/governance>) estabelece as regras aplicáveis em matéria de conflitos de interesse.

➤ **Recomendação V.1.1.** *O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade*

A avaliação do desempenho do Conselho de Administração, é submetida à apreciação da Assembleia Geral nos termos da lei, tendo por referência o cumprimento do plano estratégico e orçamento da Sociedade, a sua gestão de riscos, funcionamento interno e as suas relações com os demais órgãos da Sociedade. O Conselho de Administração não elege um momento para, formalmente, proceder de forma documentada a essa auto-avaliação, mas essa autoavaliação é feita regularmente, num órgão que reúne, pelo menos 1 vez por trimestre, e que leva a cabo um acompanhamento tão próximo e regular da atividade da sociedade, que traduz a justeza e adequação da atuação do órgão.

Adicionalmente, e como previsto no CSC (artigo 376.º), a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da administração da Sociedade.

➤ **Recomendação V.2.3.** *Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações*

A política de remunerações aprovada não prevê um sistema de pagamento de compensações.

➤ **Recomendação V.2.9.** *Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos*

A componente variável da retribuição da Sociedade não contempla a atribuição de opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações.

➤ **Recomendação V.2.10.** *A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor*

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Remunerações estabelece que a remuneração individual de qualquer administrador não executivo tem caráter exclusivamente fixo.

➤ **Recomendação V.3.2.** *A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

➤ **Recomendação V.3.3.** *Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

➤ **Recomendação V.3.4.** *A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género*

A Sociedade não dispõe de uma comissão de nomeações, pelas razões elencadas nos pontos 27, 29 e 67 da Parte I deste Relatório.

3. Outras informações

Em linha com o que vem sendo dito, a ALTRI gostaria de fazer notar que o grau de adoção da Sociedade às recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG é praticamente total, o que se materializa numa gestão diligente e cautelosa, absolutamente focada na criação de valor para a Sociedade e, consequentemente, para os acionistas.



Relatório de Sustentabilidade

→
Relatório
& Contas 21

construindo
um mundo
+ renovável

ÍNDICE

1. A Altri em 2021
Principais acontecimentos
2. Processos de mudança em equilíbrio - Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
3. Crescer de forma sustentada e consistente - Mensagem do Presidente da Comissão Executiva
4. Sobre Nós
O nosso negócio
Mercado
Governance, Ética, Políticas e Certificações
Gestão do Risco
5. A Nossa Estratégia
Compromisso 2030
Desenvolver e valorizar a floresta
Apostar na excelência e na inovação tecnológica
Valorizar as pessoas
Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade
Combate às alterações climáticas
Economia circular
Água
Energia
Resíduos
Taxonomia
6. Como Criamos valor
Das fibras celulósicas às fibras têxteis
7. Os nossos stakeholders
Fornecedores
Estratégia fiscal
Comunidade
Resposta à COVID
8. Sobre este relatório
Matriz de Materialidade
9. Anexos
Tabela GRI para a opção “De acordo” – Essencial
Notas metodológicas- Pegada de Carbono 2021
Task-force on climate-related financial disclosures (TCFD)
Tabela de Correspondência com os requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017
Compromissos Altri- Act4Nature
Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

1. A ALTRI EM 2021

Negócio

Produção de 1,1 milhões de toneladas de fibras celulósicas

793 M €
receitas

Empresa cotada no Euronext Lisboa e integrante do PSI20

Valorizar as pessoas

774 trabalhadores

15%
mulheres

24
mulheres em funções de liderança

Desenvolver e valorizar a floresta

9.140 hectares
área de floresta de conservação

8.176.442 tCO₂e
sequestro de carbono

69%
madeira certificada

Apostar na excelência e inovação tecnológica

Digestor de **material fibroso de granulometria fina**

Altri Operating System

Valorização do **ácido acético e furfural**

Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade

147.454 tCO₂e
emissões de âmbito 1, 2

8.176.442 tCO₂e
Sequestro de carbono Floresta

19 m³/tsa
uso específico de água nas unidades industriais

Principais acontecimentos

Altri adere ao act4nature

Aderimos ao *act4nature* Portugal, uma iniciativa do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável através da qual as empresas são incentivadas e mobilizadas para proteger, promover e restaurar a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas, contribuindo para parar e reverter a sua perda até 2030.

BioteK: Competitividade, Inovação e Desenvolvimento Estratégico

Passados 50 anos apresentámos a nova geração da nossa unidade em Vila Velha de Ródão: transformamos ativos biológicos renováveis em milhares de aplicações recicláveis.

Assinatura do memorando de entendimento para estudar a construção de uma unidade industrial na Galiza

Prevê-se que a unidade industrial venha a ter capacidade para produzir anualmente cerca de 200.000 toneladas de pasta solúvel e fibras sustentáveis, tendo em vista, principalmente, o fornecimento do setor têxtil, enquadrando-se no programa "*Next Generation EU*" e no Plano Nacional de Recuperação e Resiliência Espanhol. Prevê-se ainda, o desenvolvimento de um plano técnico, operativo e comercial, no contexto do *Proyecto de Gestión Sostenible de los Bosques Gallegos*.

Caima arrancou com o projeto DP2.0 - requalificação da fase de lavagem de pasta

Antes da fase de branqueamento, foram instalados dois lavadores de pasta de última geração, o que permitirá melhorar a qualidade do produto final e reduzir a carga orgânica para o efluente fabril.

Altri na corrida pelo planeta rumo a Glasgow

Fomos um dos participantes na corrida *Climes to Go*. Uma corrida contra o tempo pelo combate às alterações climáticas, rumo a Glasgow, que em novembro acolheu a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas - COP26.

Celbi celebra 25 anos da EMAS

Estamos comprometidos com a sustentabilidade há várias décadas, tendo sido, através da Celbi, uma das primeiras empresas nacionais a estar registada no EMAS, o sistema comunitário de ecogestão e auditorias.

Altri assina manifesto de promoção da inovação, desenvolvimento económico e sustentabilidade para Portugal

Assinámos o manifesto "Inovação, desenvolvimento económico e sustentabilidade para Portugal", integrado no Prémio Nacional de Sustentabilidade. Com a assinatura deste documento é assumido o compromisso de desenvolver um trabalho alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estipulados pela Organização das Nações Unidas para 2030, com o Acordo de Paris, assinado globalmente, e com o Pacto Ecológico Europeu.

Altri integra programa acelerador das Nações Unidas para a igualdade de género

Aderimos ao *Target Gender Equality*, um programa acelerador das Nações Unidas para promover a igualdade de género na liderança empresarial

Gestão ambiental da Altri alcança estatuto de liderança no ranking do CDP

Fomos distinguidos pelo *CDP – Disclosure, Insight, Action* com a classificação de **Leadership (A-)** no combate às alterações climáticas, subindo um nível face à avaliação do ano passado. Passamos, assim, a integrar o restrito lote de empresas internacionais que apresentam um elevado desempenho em termos de boas práticas ambientais.

Altri no top 10 da pasta e papel a nível mundial em termos de sustentabilidade

Fomos classificados como empresa de **baixo risco** para investidores no ESG Risk Ratings da Sustainalytics.

“Caima Go Green” representa investimento de 40 milhões de euros e fará da Caima a primeira produtora ibérica de fibras celulósicas livre de combustíveis fósseis

A construção de uma nova caldeira de biomassa vai permitir à Caima abandonar os combustíveis fósseis em todo o seu processo de produção, de modo a garantir uma total autonomia energética de fontes exclusivamente renováveis, tornando-se na primeira empresa ibérica do seu setor a atingir este marco histórico.

Processos de mudança em equilíbrio

102-14

Desde o início deste século, os paradigmas da economia e gestão empresarial têm vindo a sofrer alterações. Mais ou menos em paralelo, recuperou-se a noção de *stakeholders* (por contraposição a *shareholders*), alargou-se o espectro de objetivos da empresa, para aquilo que se convencionou chamar a *triple bottom-line* e, por fim, deu-se um enquadramento de conjunto a este processo no chamado modelo E-S-G (*Environment – Social responsibility – Governance*: ambiente, responsabilidade social e governança). Tantos termos ingleses evidenciam que muita dessa dinâmica tem uma matriz original anglo-saxónica que, entretanto, foi fazendo o seu percurso, alastrando e impondo-se no mundo dos negócios. As evidências são múltiplas e variadas, desde a componente regulatória até à cobertura sistemática destas matérias nas publicações económicas, desde as tomadas de posições das cúpulas empresariais (*business roundtable*) deste mundo (incluindo a portuguesa), até aos fundos ESG e assim sucessivamente. Desde o Acordo de Paris, em 2015, o número de regulamentos e diretivas, envolvendo matérias climáticas, mais do que triplicou. O jornal *Financial Times* tem uma secção chamada *Moral Money* e uma cobertura, praticamente diária, das matérias ESG, incluindo os fundos de investimento especializados que se multiplicaram nos últimos anos.

Com mais ou menos excessos e, mais ou menos convictamente (as acusações de *greenwashing*, têm-se multiplicado...), as coisas mudaram. Num contexto destes ganha acuidade o velho princípio de que “à mulher de César não basta ser séria, é preciso também parecê-lo”. A uma empresa não basta ter os princípios subjacentes ao modelo ESG inscrito no seu ADN, nem praticá-los como rotina, é preciso dar-lhes forma e expressão.

A ALTRI orgulha-se de não ter feito esta evolução ao sabor das modas nem, muito menos, em resposta a imposições externas. Em muitas das matérias implícitas no paradigma ESG somos herdeiros de uma cultura empresarial que, passe a redundância, os cultiva e amplia, como maneira e modo de ser: para nós, desde há muito, que os *stakeholders* são os nossos parceiros e os nossos acionistas, que a *triple bottom-line* são as pessoas, o planeta e os lucros e que, por isso, não temos necessidade, nem vocação, para propaganda (*greenwashing*). Não estivemos à espera, nem precisamos de anglicismos. Não é de hoje, nem de agora, que nos contamos entre as empresas do setor com melhor desempenho ambiental, inclusive como referência internacional. Não foi por termos, durante o ano de 2021, criado as Comissões de Sustentabilidade e de Ética que esses resultados, explicitados na mensagem da Presidente da Comissão de Sustentabilidade e detalhados neste Relatório, apareceram. E, no entanto, essa criação é, em si, relevante, não apenas como pretexto para a comunicação externa (sermos e parecermos), mas porque, como se costuma dizer, “o hábito (também) faz o monge”, acabando por se refletir na governança da empresa. A existência daquelas instâncias de apoio à decisão, desses fóruns, dá regularidade e permite aprofundar e alargar o debate aos temas da sustentabilidade, da ética e conduta, num processo em que a independência dos seus membros constituintes ganha relevância, pela credibilidade que aporta. As mensagens do CEO e das Presidentes das Comissões de Sustentabilidade e de Ética dão expressão a essas intenções, algumas, como a revisão do Código de Ética, já levadas à prática.

Como quase sempre acontece em processos de mudança, há excessos e oportunismos. O pêndulo oscilará, mas tenderá para uma posição de equilíbrio. A poeira do espalhafato mediático assentará, tornando visíveis os reis que afinal iam nus. Temos orgulho no que fazemos, sabemos o que somos capazes de fazer, queremos fazer sempre mais e melhor, mas temos a humildade suficiente para perceber que há muito que não sabemos, que podemos melhorar comparando-nos com os melhores, para nos afirmarmos um deles.

2021 só não foi, para nós, um bom ano porque não ignoramos o que se continuou a passar à nossa volta. Tal como em 2020, empenhámo-nos no apoio à comunidade ALTRI (trabalhadores, fornecedores, clientes, comunidades envolventes e acionistas), sem alardes. Sabemos o que é responsabilidade social. *We walk the talk*. Não precisamos de proclamações para fazermos, como diz a canção, “o que ainda não foi feito”, o que deve ser feito. Este Relatório é disso testemunho.

Alberto Castro
Presidente do Conselho de Administração

Crescer de forma sustentada e consistente

102-14

Um ano de conquistas

Depois de um 2020 desafiante para o Mundo, 2021 veio mostrar-nos que não é viável esperar pelas condições ideais para avançar. O nosso sentido de compromisso para com as pessoas, o planeta e a prosperidade acentuou-se. A resiliência transformou-se em ousadia, tornando a Altri numa referência mundial do setor em inovação e em sustentabilidade.

2021 foi efetivamente um ano de conquistas! Os nossos resultados financeiros e não financeiros, espelham o empenho de toda a organização em fazer mais e melhor, e em particular são o resultado do nosso constante enfoque na melhoria contínua, de forma transversal ao grupo.

A nível de sustentabilidade alcançámos a classificação de **Leadership (A-)** para o Clima, no ranking do CDP - *Carbon Disclosure Project*, a única atribuída a uma empresa portuguesa no setor da pasta e papel e que coloca a Altri acima da média europeia de B e também do setor da pasta e papel a nível internacional, que é de C. Também nos ESG *Risk Ratings* da *Sustainalytics* vimos o reflexo do nosso empenho ao alcançarmos uma classificação de 19,3 pontos, uma clara evolução face à avaliação do ano anterior. Com este resultado entrámos no top 10 a nível mundial das empresas do setor da pasta e papel. A Altri passa assim a ser considerada uma “Empresa de Baixo Risco ESG” para investidores. É à floresta que vamos buscar a matéria-prima para o nosso negócio. Ela está intimamente ligada a tudo o que fazemos e dela depende também a atividade de milhares de trabalhadores e prestadores de serviços externos. A floresta contribui de forma inequívoca para a neutralidade carbónica, assim como para a dinamização da economia rural como nenhuma outra atividade no País. Importa preservá-la e valorizá-la através de uma visão integrada, que inclua também a proteção da biodiversidade e dos seus ecossistemas.

Na vanguarda da inovação

O respeito que a floresta nos merece é incontornável, assim como o valor que esta representa para a Altri. Assumimos o protagonismo na mudança que desejamos ver no mundo, apostando na inovação. Foi assim que em 2021 começámos a introduzir máquinas de exploração florestal híbridas, e também um projeto piloto com equipamento ARD (Alfaia, Ripper, Discos) que representará uma otimização na preparação dos solos para replantação, permitindo três operações em simultâneo e assim diminuindo o consumo de combustíveis fósseis. Estes passos são dados com a certeza de que ainda há muito caminho pela frente, mas sabendo que estamos na direção certa com a oferta de soluções amigas do planeta.

A otimização dos processos industriais é uma preocupação constante nas empresas do grupo Altri, tendo a redução da produção de resíduos como um objetivo constante. É mais importante do que nunca avançar rapidamente para uma bioeconomia circular, no sentido de garantir a sustentabilidade do fluxo de materiais, onde a aposta na valorização dos resíduos ganha especial relevância.

Para a concretização desse objetivo, e na constante procura de soluções, aprofundámos a nossa parceria no projeto da Agristarbio focado na produção de fertilizante a partir de lamas secundárias da ETAR na Biotek. Continuamos também com a otimização do forno da cal com o objetivo de reduzir o consumo de cal proveniente do exterior.

Na Celbi, concluímos um novo projeto para a recolha e tratamento de gases odorosos, assim como arrancámos com um novo digestor de recuperação de desperdícios celulósicos finos que permitirá a utilização ao máximo de toda a matéria-prima, com base em tecnologia única a nível mundial, ao mesmo tempo melhorando a nossa eficiência e reduzindo o consumo específico de madeira.

Já na transição para 2022, e com previsão de conclusão em 2024, anunciamos o projeto “Caima Go Green”. Um investimento de 40 milhões de euros para tornar a Caima na primeira produtora ibérica de fibras celulósicas totalmente livre de combustíveis fósseis. Esta aposta permite assim a implementação de projetos de especialidade inovadores, como a produção de ácido acético e furfural, que além de valorizar compostos secundários do processo de fabrico, possibilita a sua comercialização nos mercados internacionais como compostos intermédios verdes de alto valor acrescentado.

Esta aposta na Inovação, Sustentabilidade e Melhoria Contínua associada à Economia Circular deve-se a equipas multidisciplinares de excelência, que nos permitem idealizar e concretizar projetos únicos no mundo.

Somos feitos de pessoas

As pessoas são, sem dúvida, o que nos distingue. É nelas que reside a nossa riqueza e resiliência. Por isso estamos a trabalhar para lhes garantir um local de trabalho ainda mais seguro, com políticas de igualdade e oportunidades de formação e progressão. Estamos já a preparar também o futuro do trabalho no nosso grupo, onde a mobilidade de competências a nível funcional e operacional abre novas perspetivas profissionais. Onde a flexibilidade e versatilidade das equipas permite níveis de eficiência ainda mais elevados. Onde a compatibilização entre as obrigações do trabalho e as necessidades das famílias, não só é possível como desejável. Um futuro onde as nossas pessoas se sentem cada vez mais realizadas e orgulhosas da contribuição que dão para construir um mundo mais renovável.

As pessoas fazem a cultura, mas, na sua essência, esta assenta na conjugação dos valores da organização com o comportamento da mesma. Foi assim que através de um trabalho envolvendo diversas partes da organização, identificámos os valores base que definem a nossa cultura. São eles a *Integridade*, a *Simplicidade*, a *Coragem* e a *Excelência*. Esta é a bússola que norteia o nosso comportamento e é sobre ela que queremos construir o futuro. Foi também com esse intuito que atualizámos o Código de Ética da Altri, para melhor servir os nossos *stakeholders*: entidades internas e externas, trabalhadores, comunidades, clientes, fornecedores e investidores.

A sustentabilidade está no nosso ADN

A sustentabilidade está no cerne de tudo o que fazemos na Altri. Exemplo disso é a evolução do Grupo Consultivo para a Sustentabilidade, originalmente estabelecido em 2020, para uma Comissão de Sustentabilidade que funciona dentro do Conselho de Administração. Esta mudança espelha o reforço do compromisso com a sustentabilidade, de forma transversal à Companhia.

A nossa ambição em termos de sustentabilidade ficou amplamente espelhada no lançamento do nosso *Compromisso 2030*. Este documento identifica as metas que nos propomos atingir até 2030 nas mais variadas áreas, com particular enfoque em sete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). São doze as metas que apontam o nosso futuro, desde as emissões de carbono, ao uso de água e consumo de energia, à igualdade de género, à segurança ou à biodiversidade nas nossas florestas. Nesse sentido começámos já em 2021, com o apoio dos líderes Altri das mais variadas áreas, a monitorizar e impulsionar os objetivos que pretendemos atingir através de um plano detalhado com metas intermédias.

O futuro é agora!

Procurando avançar na nossa missão de tornar o mundo mais renovável, a Altri anunciou no último trimestre de 2021 a assinatura de um Memorando de Entendimento com um consórcio público-privado da região da Galiza, Espanha, para estudar em exclusivo a construção de uma unidade industrial de raiz para produzir fibras sustentáveis para o setor têxtil. Este investimento, que no total poderá ultrapassar os 700 milhões de euros, ambiciona a construção de uma das melhores fábricas no mundo em termos de sustentabilidade e ser uma referência em termos de rentabilidade operacional. Este objetivo será atingido através das eficiências inerentes à integração de várias unidades industriais, que utilizam matéria-prima de proximidade totalmente certificada, sem recurso a combustíveis fósseis, auto-suficiente em termos energéticos e utilizando as melhores tecnologias disponíveis (BAT). O investimento contempla ainda numa fase subsequente a incorporação de fibras têxteis recicladas no seu processo produtivo. Este será um passo determinante no futuro da Altri, ilustrando a nossa estratégia de nos focarmos em segmentos de alto valor acrescentado, que apresentam oportunidades únicas para solucionar necessidades com base em materiais de origem natural, celulósica e renovável.

Termino como comecei. 2021 foi um ano de conquistas para a Altri! Um ano que nos deixou orgulhosos pelo crescimento de forma sustentada e consistente, e para o qual toda a organização contribuiu de forma extraordinária. Esta é a base de trabalho que também definimos para os próximos anos, sólida e projetada num futuro que se pretende melhor que o presente.

Por isso, renovamos o nosso compromisso. Porque o futuro, é agora!

José Soares de Pina
CEO

4. SOBRE NÓS

O nosso negócio

102-2

102-4

102-6



(b) Apresentada na presente informação financeira consolidada como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas, com referência a 31 de dezembro de 2021.

Produção fibras celulósicas de qualidade



Produção de fibras celulósicas branqueadas (BEKP) utilizadas essencialmente para produção de papéis de uso doméstico e papel de impressão e escrita

1 029 033
toneladas produzidas



Produção de fibras celulósicas solúveis (DWP) utilizadas essencialmente na produção de têxteis

96 622
toneladas produzidas¹

Gestão sustentável da floresta



88,3
mil hectares de floresta certificada FSC® e
PEFC™ em território nacional^{2,3}

Produção energia renovável



Produção de energia através de biomassa florestal residual e licor negro

896
GWh energia elétrica proveniente de fontes
renováveis injetada na rede elétrica nacional

De modo a promover a sustentabilidade no negócio apostamos em:

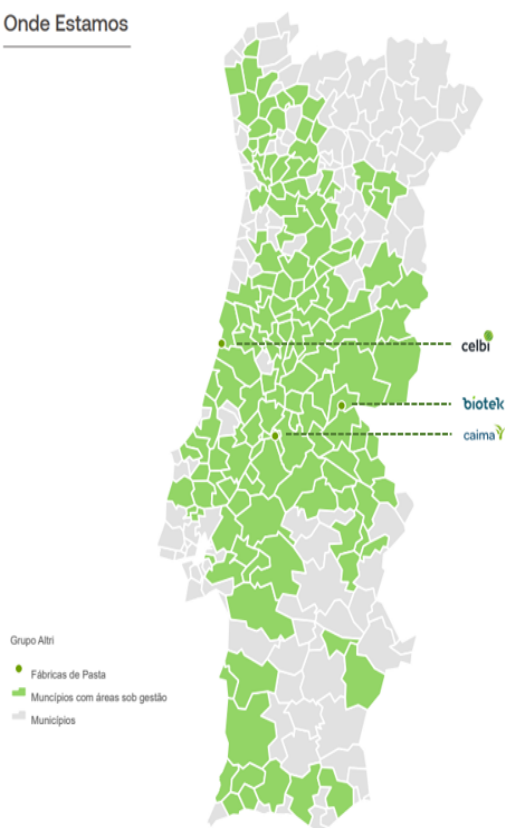
- Substituir os materiais de origem fóssil por materiais de origem renovável;
- Promover eficiência na utilização de recursos;
- Promover a economia circular e a descarbonização;
- Promover a gestão sustentável das florestas;
- Aumentar a produção de energia renovável.

¹ Mais informação sobre o nosso processo produtivo- da Floresta à Pasta- está disponível no Relatório de Sustentabilidade de 2021. Disponível aqui: <https://altri.pt/pt/sustentabilidade/relatorios>.

² FSC – Licence Code: FSC-C104460 (Cadeia de Custódia) - FSC-C004615 (Gestão Florestal)

³ PEFC–Licence Code: PEFC/13-32-025 (Cadeia de Custódia) - PEFC/13-23-002 (Gestão Florestal)

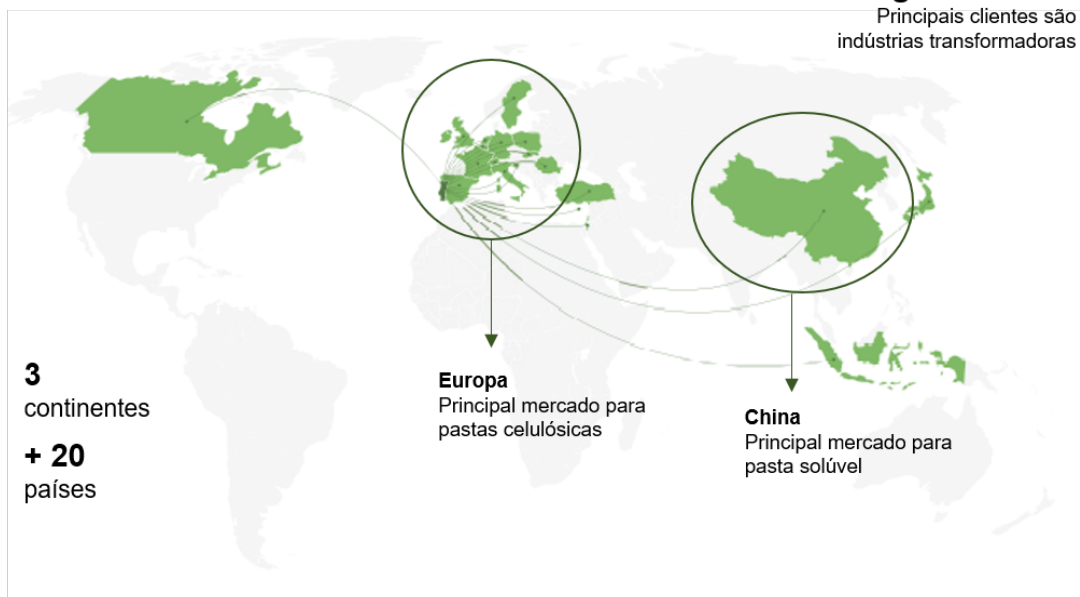
Onde Estamos



Mercado

Segmento B2B

Principais clientes são indústrias transformadoras



GOVERNANCE, ÉTICA, POLÍTICAS E CERTIFICAÇÕES

Tema material: Ética, práticas anticorrupção e comportamento anticompetitivo

102-16 102-17 102-18 205-1 205-3

Governance

A nossa estrutura de Governance é constituída pelos seguintes Órgãos:

Assembleia Geral	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Revisor oficial de Contas
------------------	-----------------	---------------------------	---------------------------

O modelo de Governance tem vindo a ser reforçado, tendo em 2021 sido criada, no seio do Conselho de Administração, a Comissão de Sustentabilidade. A estrutura é composta pelas seguintes Comissões:

Comissão Executiva	Comissão de Acompanhamento Estratégico e Operacional	Comissão de Remunerações	Comissão de Ética	Comissão de Sustentabilidade
--------------------	--	--------------------------	-------------------	------------------------------

Comissão de Sustentabilidade

A Altri criou em 2020 o Grupo Consultivo para a Sustentabilidade com o objetivo de apoiar o Conselho de Administração na definição e acompanhamento da sua estratégia de sustentabilidade.

Em 2021 foi tomada a decisão de evoluir para uma Comissão de Sustentabilidade, criada no seio do próprio Conselho de Administração, tendo em vista reforçar ainda mais a importância e visibilidade da estratégia de sustentabilidade na estratégia global da Altri. A Comissão de Sustentabilidade conta naturalmente com o apoio dos vários líderes das áreas operacionais que também faziam parte do Grupo Consultivo.

A preocupação com a sustentabilidade está completamente “entranhada” nas equipas e nos colaboradores da Altri e não apenas no seu Conselho de Administração. É um tema que é transversal a toda a organização. E essa preocupação não é de agora, tem décadas! Há 25 anos a Celbi foi uma das primeiras empresas nacionais a aderir ao EMAS (*Eco-Management and Audit Scheme*). E não se trata apenas de preocupação. A Altri tem investido continuamente e de forma muito intensa na redução do impacto ambiental provocado pela sua atividade. Só com muito esforço é que é possível ser uma referência Mundial no uso de água ou alcançar o estatuto de líder no combate às alterações climáticas pelo CDP ou ser considerada uma empresa de baixo risco no ESG Risk Rating da Sustainalytics. De referir que a Altri lançou, através da Bioelétrica do Mondego, a primeira emissão de Obrigações Verdes admitida a negociação na Euronext Lisbon.

Na Altri, apesar dos bons resultados, sabemos que há ainda muito para fazer! Por isso uma grande parte dos investimentos programados são na área da sustentabilidade, como seja a nova central de biomassa na Caima, um investimento de cerca de 40 M€, que vai permitir que esta unidade fabril deixe de recorrer a combustíveis fósseis.

O compromisso 2030 assumido pela Altri contem um conjunto de metas muito ambiciosas quer na área ambiental quer em termos de igualdade de género e segurança e bem-estar no trabalho. Só para dar um exemplo, apesar de, como referido, a Altri ser já uma referência a nível mundial no uso de água, o compromisso é reduzir para metade esse consumo até 2030. Alcançar esses objetivos vai exigir muito investimento e uma estratégia muito focada.

Compete à Comissão de Sustentabilidade, para além de propor ao Conselho de Administração novos objetivos e metas de sustentabilidade e monitorizar o desempenho dos objetivos definidos, rever e acompanhar os investimentos necessários à sua prossecução tendo sempre em vista a criação de valor a longo prazo.

Maria do Carmo Oliveira
Presidente da Comissão de Sustentabilidade
Administradora Não-Executiva da Altri

Ética e Políticas da Altri

A Altri assume a ética como princípio basilar da sua conduta, enquanto forma de criar valor verdadeiramente sustentável. Por isso, nortear as decisões com base em princípios éticos e critérios de responsabilidade social é, para a Altri, a base de uma verdadeira complementaridade e interdependência entre a sua atividade e a comunidade em que se insere, o que potencia a melhoria contínua da sua performance, promove a qualidade de vida das pessoas da comunidade e contribui, decisivamente, para a sua sustentabilidade.

A Altri promove, assim, uma cultura de lealdade e transparência, assente na observância do seu Código de Ética e de Conduta, que se encontra em vigor há vários anos na organização e, atualmente, em fase de revisão, e que define os princípios e as regras que estabelecem as relações com as diversas entidades internas e externas, colaboradores, clientes, fornecedores e demais *stakeholders*⁴.

Na convicção de que, num mundo cada vez mais complexo e desafiante para as empresas se torna necessário o reforço de instrumentos e práticas robustas para garantia do cumprimento dos princípios de ética e transparência, o Conselho de Administração da Altri promoveu a designação da Comissão de Ética, que funciona na sua direta dependência.

À Comissão de Ética incumbe:

- Acompanhar e verificar a correta interpretação e implementação do sistema de *compliance* da Altri;
- Prevenir, detetar e investigar comportamentos violadores do Código de Ética e/ou de outros códigos adotados pela Altri e dos regulamentos que os complementam e/ou com eles se relacionem;
- Servir de destinatário de reporte de eventuais infrações às regras dos códigos implementados pela Altri e de regulamentos complementares.

Laurentina da Silva Martins
Presidente da Comissão de Ética
Administradora Não-Executiva da Altri

Em 2021 não foram reportadas quaisquer irregularidades à Comissão de Ética.

Reporte de irregularidades

O nosso Código de Ética apresenta o processo através do qual é possível o reporte de irregularidades ao estabelecido pelo mesmo.

Todas as comunicações de irregularidades devem ser dirigidas ao Conselho Fiscal

Irregularidades são violações de natureza ética ou legal com impacto significativo nos domínios da contabilidade, da luta contra a corrupção e do crime bancário e financeiro

O reporte deve ser feito através de carta em envelope fechado com a menção da sua confidencialidade para a seguinte morada: Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818 4100 - 320 Porto, Portugal; ou para o email: denuncias.conselhofiscal@altri.pt

No ano de 2021, não foram reportadas ao Conselho Fiscal quaisquer comunicações de irregularidades.

Anti-corrupção

O nosso Código de Ética e de Conduta inclui regras sobre o tema da anti-corrupção, embora estas não sejam exaustivas e constituam apenas orientações gerais sobre a conduta a adotar perante potenciais ou reais situações de corrupção ou suborno. Face à recente legislação publicada, que só entrará em vigor em junho de 2022, iremos conduzir um processo de criação de um Regulamento

⁴ O Código aplica-se a todos os trabalhadores do Grupo, incluindo os órgãos sociais de todas as empresas bem como aos mandatários, auditores externos, clientes, fornecedores e outras pessoas que lhes prestem serviços a qualquer título (parceiros), seja permanente ou ocasionalmente.

Interno de combate à corrupção que cumpra com todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Atualmente, em matéria de corrupção, este Código estabelece que é estritamente proibido qualquer tipo de corrupção no exercício da atividade, estabelecendo que os trabalhadores devem atuar de forma aberta e transparente, livres de corrupção, não pagando subornos e não influenciando as decisões dos Parceiros de negócios sob qualquer forma que não esteja totalmente alinhada com a legalidade e com a Ética nos negócios que adotamos.

Em 2021 não foram feitas quaisquer comunicações ou reportes ao Conselho Fiscal relacionadas com suspeitas de corrupção.

Outras políticas

Na Altri dispomos de um conjunto de políticas que enunciam os compromissos e orientações relativamente a vários temas para além do nosso Código de Ética e de Conduta, nomeadamente o Plano para a Igualdade de Género e o Código de Conduta para Fornecedores de Serviços Florestais⁵.

Em 2021 publicámos a Política de Sustentabilidade que apresenta um conjunto de compromissos de carácter económico ambiental e social.

A Política está disponível no site em: <https://altri.pt/pt/sustentabilidade/politica-de-sustentabilidade>.

Certificações

Apostamos na melhoria contínua através da estruturação dos processos e atividades com base em reconhecidas normas nacionais e internacionais, refletindo-se na certificação e reconhecimento externo. A validação dos nossos processos com base nestes referenciais é um selo de confiança de que a nossa atividade é gerida e estruturada de modo a melhorar continuamente.

REFERENCIAL

ALTRI

ISO 9001 - Sistema de Gestão da Qualidade

Todas as empresas do Grupo

ISO 14001 - Sistema de Gestão Ambiental

Todas as unidades industriais

ISO 45001 - Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional

Todas as unidades industriais

Norma ISO/IEC 17025 - Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração

Laboratórios de apoio ao processo de todas as unidades industriais

ISO 50001 - Sistema de Gestão da Energia

Todas as unidades industriais

EMAS - Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria da União Europeia

Celbi e Caima

FSC® – Forest Stewardship Council

Altri Florestal e unidades industriais

PEFC™ – Programme for the Endorsement of Forest Certification

⁵ Mais informação sobre as Políticas e Regulamentos internos disponíveis aqui: <https://altri.pt/pt/investidores/governance>

GESTÃO DO RISCO

102-11 102-15

Para nós a gestão de risco é algo que faz parte da gestão diária da organização, no entanto, e com a urgência das alterações climáticas e dos potenciais impactos que podem ter no negócio, o processo de gestão de risco tem vindo a ganhar cada vez mais importância.

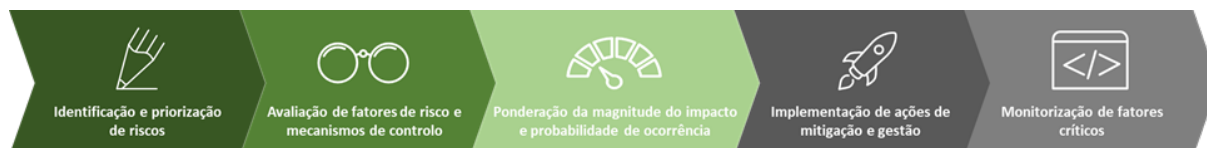
Na Altri dispomos de um sistema integrado multidisciplinar nos processos de identificação, avaliação, priorização, gestão e monitorização de riscos, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente, Energia e Segurança, onde estão integrados os riscos relacionados com os temas ESG (ex: riscos relacionados com o clima).

Duas vezes por ano são revistas as diferentes análises de riscos e oportunidades de negócio e uma vez por ano são avaliadas as ações de mitigação e gestão dos riscos e oportunidades. Os riscos são priorizados de acordo com uma matriz de relevância, resultado da avaliação da magnitude do impacto e probabilidade de ocorrência.

Processo de análise de risco

A gestão de riscos é assegurada por todas as direções, com base na seguinte metodologia:

- i) Identificação e priorização dos riscos, internos e externos, que podem afetar de forma material a prossecução dos objetivos estratégicos da Altri;
- ii) Identificação de fatores de risco que podem afetar as nossas operações e atividades, através de processos e mecanismos de controlo por parte dos responsáveis operacionais das várias direções;
- iii) Ponderação do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada fator de risco e avaliação da necessidade de resposta, consoante o nível de exposição;
- iv) Implementação e acompanhamento de ações de mitigação relevantes;
- v) Monitorização constante do nível de exposição aos fatores críticos.



Riscos

Identificação dos trabalhadores com os valores e cultura da empresa

Organização em renovação com muitos trabalhadores jovens

Limitações de acesso à matéria-prima

Prestação do serviço dos fornecedores e subcontratados

Perceção das comunidades envolventes das unidades fabris

Impacte ambiental das unidades industriais/Restrições ambientais à produção industrial

Incêndios e catástrofes naturais

Impacte das alterações climáticas

Reputação do setor

Ciber ataques

Restrições na injeção de energia na rede elétrica nacional

Pandemias (SARS CoV-2)

Acidentes de trabalho

Constrangimentos na cadeia de transporte do produto

Oportunidades

Matéria-prima renovável

Autossuficiência energética

Fiabilidade operacional

Boa reputação e bom nível de serviço aos clientes
Organização em renovação com muitos trabalhadores jovens
Boa capacidade de delegação/aceitação de responsabilidades
Orientação clara para os objetivos e metas
Projeto de melhoria contínua - Altri *Operating System*
Inovação e desenvolvimento de produtos e de processos
Investimento em equipamentos tecnologicamente mais evoluídos
Promoção da economia circular
Descarbonização da indústria e prevenção dos efeitos das alterações climáticas
Promoção da eficiência energética
Transformação digital
Qualidade da infraestrutura disponível
Proximidade geográfica ao cliente
Património florestal e o seu papel no sequestro de carbono
Deslocalização dos centros de produção

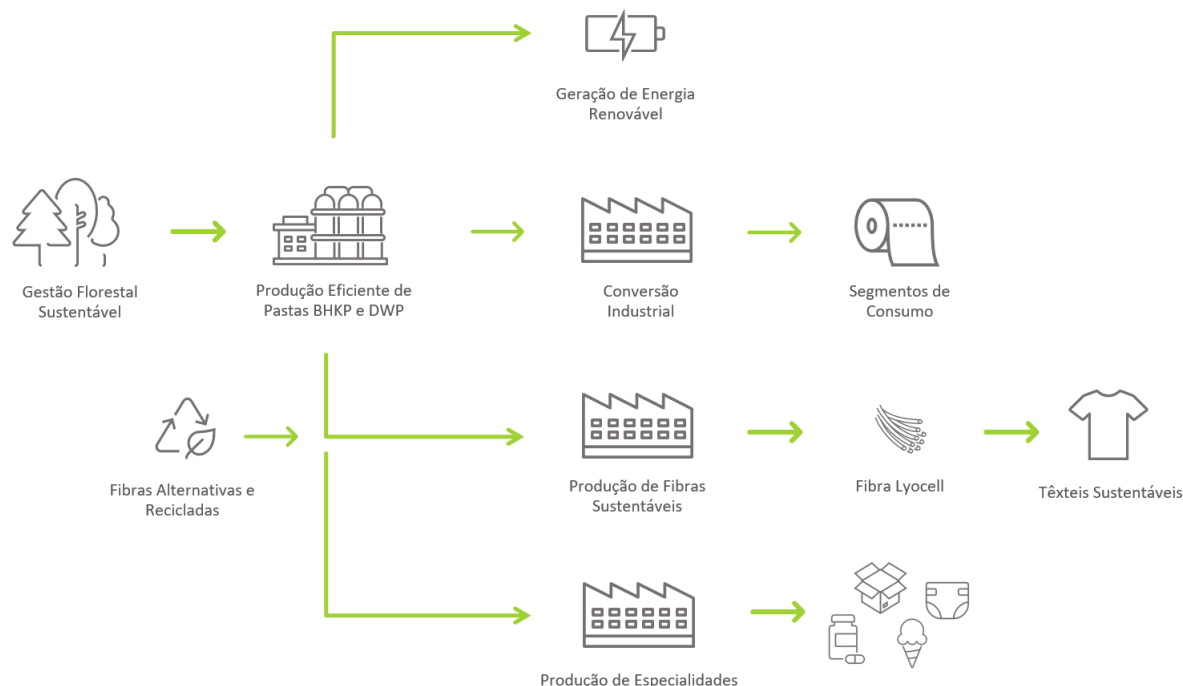
A Altri tem em curso um projeto de alinhamento do processo de gestão do risco com os referenciais COSO ERM 2017 e ISO 31000:2018.

Objetivos

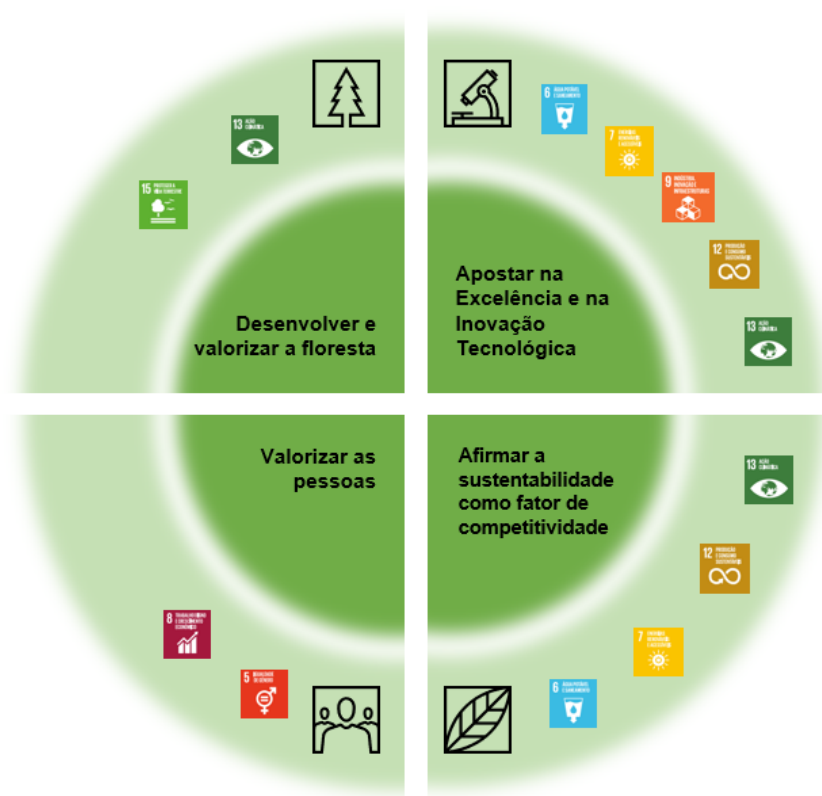
- **Visão e gestão integrada** do risco
- **Formalizar e profissionalizar** a gestão de risco
- **Robustecer** o Sistema de Controlo Interno e *Compliance*
- **Transparência** na comunicação ao mercado
- **Atuação integrada** das diferentes linhas de defesa e Unidades de Negócio

5. A NOSSA ESTRATÉGIA

Na Altri trabalhamos em diferentes áreas, convergindo todas elas para o desenvolvimento de soluções e produtos mais sustentáveis.



A nossa estratégia de negócio assenta em quatro eixos que orientam a atividade e futuros investimentos nas diferentes áreas em que operamos. Os temas ESG são parte integrante do nosso funcionamento, sendo os mesmos abordados de forma transversal e ao longo de toda a organização.



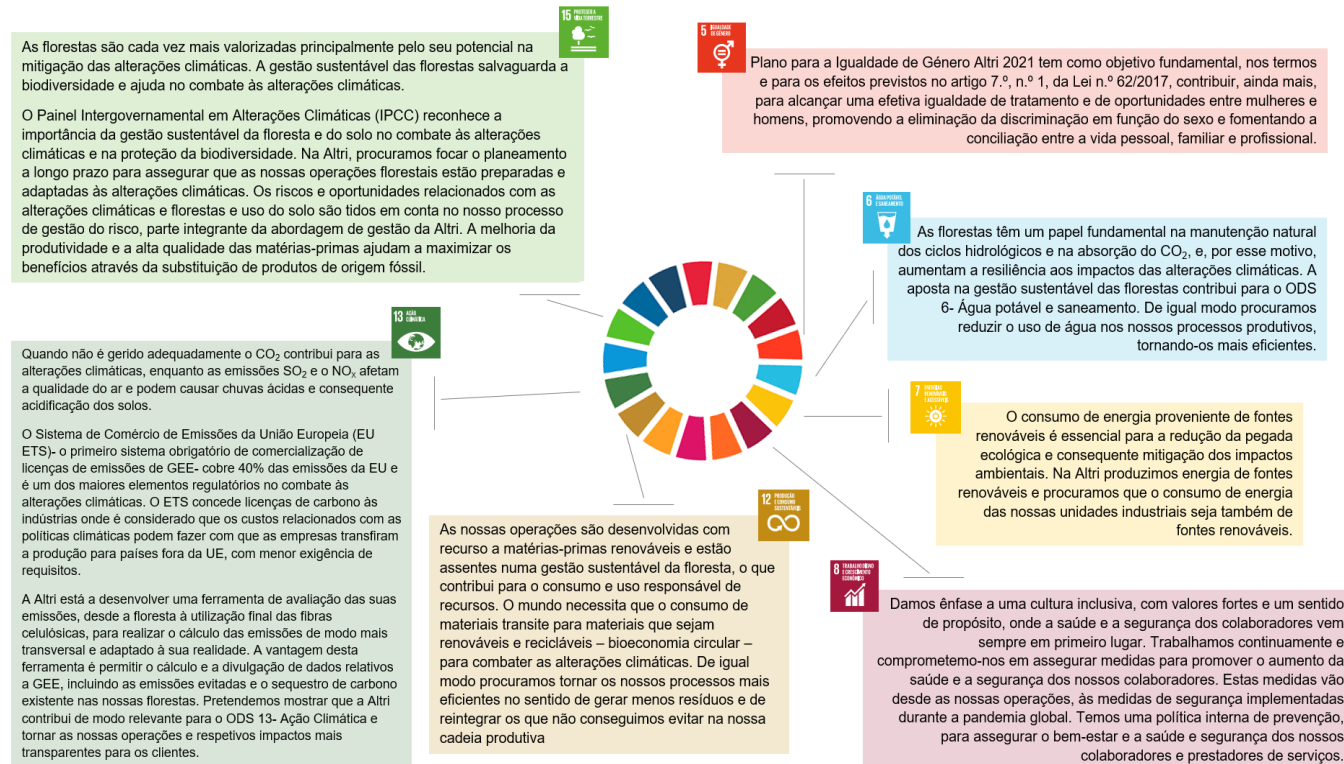
COMPROMISSO 2030













O nosso contributo para os ODS

A Altri reconhece a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Nações Unidas (ODS) como parte de um acordo comum, de ambição global, que pretende acabar com a pobreza, proteger o planeta e melhorar a vida e as perspetivas de todos os cidadãos do mundo. O nosso contributo para os ODS reflete-se no nosso Compromisso 2030.

A Altri apoia todos os dezassete ODS, com especial enfoque nos objetivos 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 15 identificados como mais relevantes para a nossa agenda e para os quais as nossas operações e produtos têm um maior impacto.

O Compromisso 2030 surge do facto de reconhecermos que temos impactos positivos que contribuem para os ODS, com consciência dos impactos negativos que temos a responsabilidade de mitigar.



Compromisso 2030	2018 ano-base	2021	Grau de cumprimento* (2021)	Meta 2030
 Reduzir o uso específico de água (m³/tSA) nas unidades industriais da Altri em 50%	20	19	100%	10
 Reduzir a carga orgânica (CQO, kg O₂/tSA) nos efluentes industriais da Altri em 60%	11	11	78%	4
 Aumentar em pelo menos 60% a quantidade de energia elétrica renovável injetada na Rede Elétrica Nacional (GWh)	625	896	99,9%	1000
 100% da energia primária consumida nas unidades industriais da Altri ser de origem renovável	83%	90%	99%	100%
 Duplicar o número de mulheres em funções de liderança	19	24	92%	38
 100% dos resíduos processuais valorizados ou reutilizados	77%	81%	100%	100%
 Reduzir 60% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2 (kgCO₂/tSA)	192	131	98%	66
 Reduzir 30% as emissões de âmbito 3 (kgCO₂/tSA)	292	256	91%	202
 Aumentar em 40% a percentagem do consumo de madeira com certificação de gestão florestal	57%	69%	102%	80%
 Duplicar a área sob gestão de conservação natural (ha)	7980	9140	93%	16000
 Desenvolver 13 estações de biodiversidade e biospots	2	4	100%	15
 Caminhar no sentido de atingir zero acidentes com dias perdidos**	n.d.	21	0%	0

• *Grau de cumprimento do objetivo em relação às metas definidas para o ano de 2021

**Mais do que 3 dias perdidos

Valorizar as pessoas

A aposta no desenvolvimento das pessoas é um dos nossos principais designios, pelo que foi criado o *Altri People Lab*, um conceito que agrega as principais ações de promoção e valorização de trabalhadores através de programas de:



- Desenvolvimento de *soft skills* e gestão de carreira - Ser Altri;
- Gestão do conhecimento - Saber Altri;
- *Engagement* com a organização - Identidade;
- Desenvolvimento técnico e especializações verticais - Funcional;
- Gestão e liderança – Estratégia, Gestão, Liderança;
- Promoção da inovação e sustentabilidade - Inovação & Sustentabilidade.

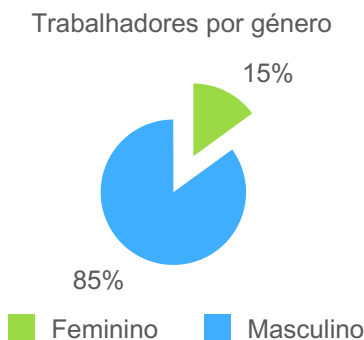


Promoção da diversidade e igualdade

Tema material: Direitos Humanos (igualdade de oportunidades, diversidade, não discriminação)

102-8 405-2

A diversidade e a igualdade de género são uma preocupação que reconhecemos como atual e pertinente e, embora as nossas áreas de atividade – eminentemente industriais – sejam historicamente mais propensas à predominância de homens, temos, desde há vários anos, vindo a definir e implementar medidas que se materializam numa maior paridade de género.



Desenvolvemos o Plano para a Igualdade de Género, que apresenta uma ação estruturada que visa consolidar um paradigma social em que a representatividade equilibrada é real.

O Plano para a Igualdade de Género tem como objetivo fundamental contribuir para alcançar uma efetiva igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do género e fomentando o equilíbrio saudável entre a vida pessoal, familiar e profissional, levando a que os trabalhadores se sintam ainda mais comprometidos com a Altri.

O Conselho de Administração da Altri, sem perder o fio condutor da meritocracia, promove políticas de diversidade a vários níveis:

- **políticas de progressão na carreira**, avaliação de desempenho e revisões salariais definidas tendo por base preocupações de promoção da diversidade;
- **processos de recrutamento** apresentando listas de potenciais trabalhadores a recrutar suficientemente representativas de ambos os géneros;
- **instruções operacionais para que as equipas multidisciplinares** formadas no âmbito dos mais variados projetos sejam constituídas tendo sempre por base a preocupação de uma equilibrada representatividade.

O Plano:

- reconhece e prioriza a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens como direito elementar e assume o compromisso na implementação de políticas transversais e positivas que tornam esse direito numa realidade incontornável;
- reduz os desequilíbrios detetados no presente e previne desequilíbrios no futuro;
- promove uma mudança na cultura organizacional incentivadora da igualdade, o que se traduz também num compromisso efetivo com a realização de um investimento em montante adequado à sua prossecução.

O Plano abrange as seguintes áreas:

**ESTRATÉGIA, MISSÃO E
VALORES DA EMPRESA**

**IGUALDADE NO ACESSO A
EMPREGO**

**FORMAÇÃO INICIAL E
DESENVOLVIMENTO**

**IGUALDADE NAS
CONDIÇÕES DE TRABALHO**

**PROMOÇÃO/PROGRESSÃO
NA CARREIRA
PROFISSIONAL**

**PROTEÇÃO NA
PARENTALIDADE**

**EQUILÍBRIO SAUDÁVEL
ENTRE A VIDA
PROFISSIONAL E A VIDA
FAMILIAR E PESSOAL**

**PREVENÇÃO DA PRÁTICA DE
ASSÉDIO NO TRABALHO**

No sentido de cumprir com os nossos objetivos, integrámos o *Target Gender Equality*, o programa acelerador do *United Nations Global Compact* que apoia as empresas na definição de metas ambiciosas para a representação e liderança das mulheres nos cargos de gestão. Composto por uma análise de diagnóstico, workshops de capacitação e aprendizagem entre pares, o *Target Gender Equality* conferiu-nos a possibilidade de consubstanciar o nosso contributo para o ODS 5 - Meta 5, que advoga uma representação, participação e liderança igualitárias nas organizações.



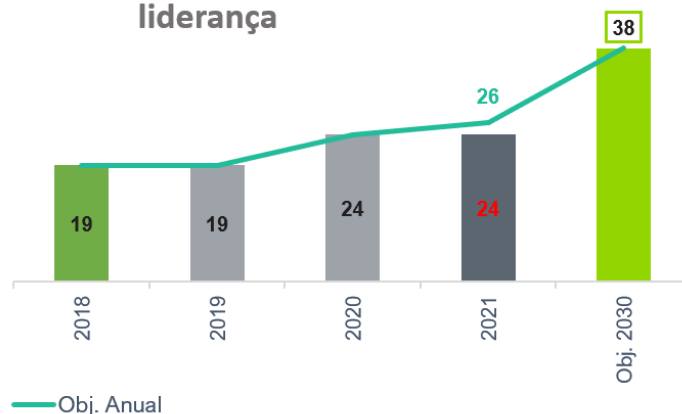
Network Portugal

**TARGET
GENDER
EQUALITY**





Nº de mulheres em funções de liderança



Medidas implementadas em 2021 para a concretização do compromisso

Altri:

- Revisão do Plano de Igualdade de Género
- Adesão da Altri à iniciativa TGE (*Target Gender Equality*), um programa das Nações Unidas, acelerador da promoção da igualdade de género nas organizações e na liderança empresarial
- Gestão de carreiras e recrutamentos

Desenvolvimento de competências

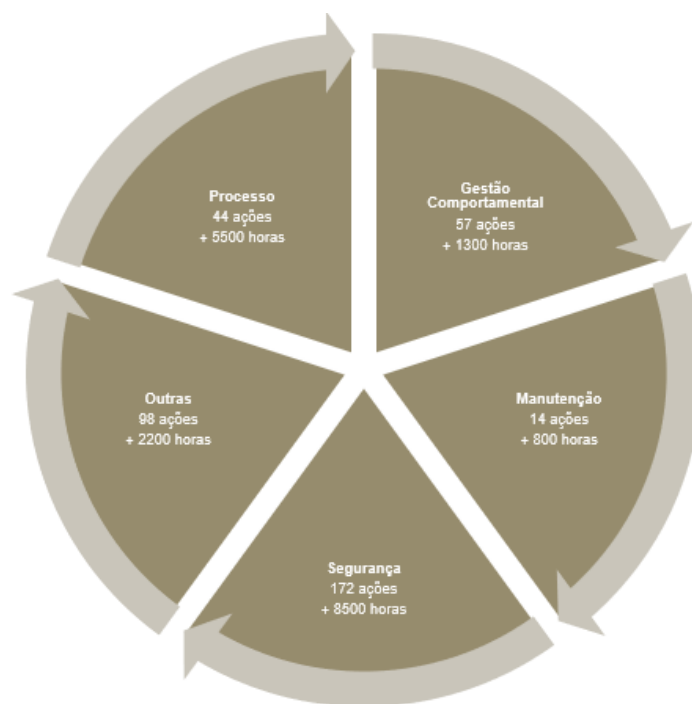
404-1

404-2

Apostamos no desenvolvimento de competências dos trabalhadores da Altri, tendo vindo a melhorar o nosso desempenho, no sentido de promover mais formação. Na Altri, as pessoas são o ativo mais valioso, pelo que apostar nelas e no seu desenvolvimento revela-se positivo não apenas para as próprias, como para a empresa, que passa a beneficiar de uma força de trabalho mais qualificada, com capacidade de inovar e desenvolver soluções melhoradas e que promovam a sustentabilidade.

Em 2021, houve um aumento de 34% do volume total de horas de formação, recuperando o acentuado decréscimo que se observou em 2020, causado pelos impactos da pandemia. Verificou-se também uma maior igualdade na distribuição do número de horas de formação entre homens e mulheres cujo número médio de horas de formação é, atualmente, igual, promovendo, desse modo, uma efetiva igualdade no acesso à formação.

Por termos perfis de trabalhadores bastante diferentes entre si e atuarmos em diversas áreas, procuramos diversificar a nossa oferta de formação, concentrando-a em cinco principais temas:



Gestão do desempenho

Em 2021 arrancámos com o desenho do modelo do Sistema de Gestão do Desempenho por Objetivos (GPO) através do Programa *Altri People Performance* que consiste numa metodologia de medição do desempenho dos trabalhadores, de modo a alinhar objetivos e expectativas de desempenho, reconhecer talento e recompensar o mérito.



A análise decorrente permitirá criar a Matriz de *Performance Altri*, ferramenta importante para o cumprimento da missão do Altri *People Performance*

Em 2022, avançaremos com o processo anual de Gestão por Objetivos, que será partilhado com trabalhadores através de um plano de comunicação interno específico, estando prevista, complementarmente, no segundo trimestre do ano a formação dos gestores de avaliação desempenho internos.



Cultura de Segurança

Tema material: Saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores

403-5

403-9

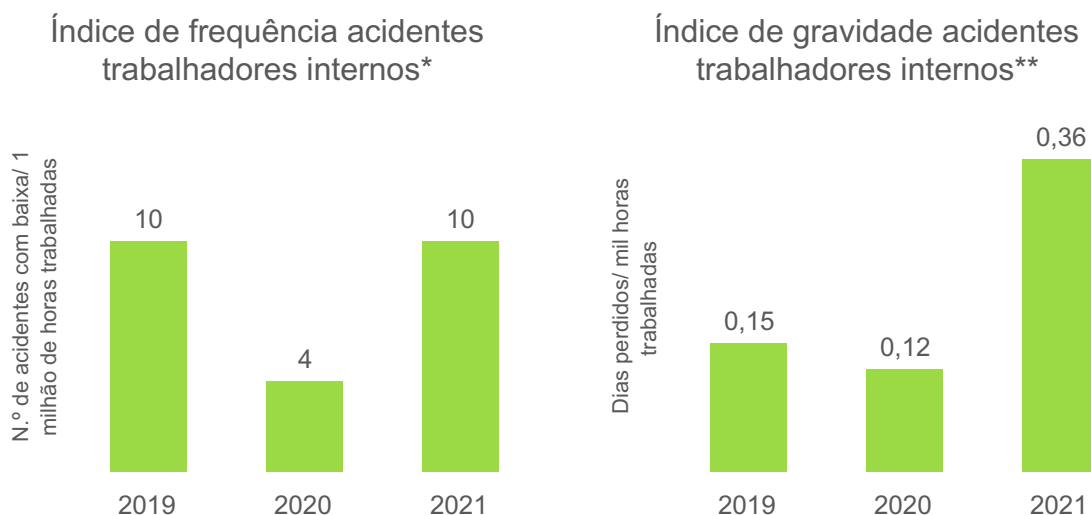
A cultura de segurança está presente no modo como gerimos as diversas atividades que desenvolvemos, como por exemplo, a seleção e manutenção de equipamentos seguros, a identificação e sinalização dos riscos, o cumprimento das regras e procedimentos internos e externos e o envolvimento e sensibilização dos nossos trabalhadores, sendo este último aspecto fulcral para a manutenção de um local de trabalho seguro e com zero acidentes.

A promoção da saúde e do bem-estar das pessoas, é por nós também reconhecida como uma forma de valorização dos nossos trabalhadores, pelo que, a par da disponibilização de um plano de saúde equitativo, com mais garantias de risco, melhor proteção para doenças graves, maior rede de prestadores de cuidados médicos e uma superior agilização de processos, temos vindo a reforçar a promoção de ambientes de trabalho cada vez mais seguros e saudáveis, com particular destaque na prevenção da doença.

Para uma visão global e integrada deste domínio e uma efetiva promoção de uma cultura de segurança, foi criada a Direção Clínica, Saúde Ocupacional e Bem-Estar da Altri, liderada pelo Médico do Trabalho. Esta área é responsável pela definição, promoção e aplicação das políticas de saúde e bem-estar e pela coordenação dos serviços de medicina do trabalho das empresas do Grupo, dando resposta às exigências específicas de cada empresa.

De modo a agir adequadamente e a implementar ações de melhoria eficazes, monitorizamos indicadores relacionados com a Saúde e Segurança no Trabalho. Em 2021, o nosso rácio de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória diminuiu 32%, relativamente ao ano transato⁶.

Contudo, foi registado um pior desempenho em 2021, ao nível da gravidade dos incidentes com trabalhadores internos, como se evidencia nos indicadores “Índice de frequência” e “Índice de gravidade”, apresentados nos gráficos seguintes:



* Avaliação do Índice de Frequência (If) segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT): If: < 20 Bom | 20 – 50 Aceitável | 50 – 80 Insuficiente | > 80 Mau 5

** Avaliação do Índice de Gravidade (Ig), segundo a OIT: Ig: < 0,5 Bom | 0,5 – 1 Aceitável | 1 – 2 Insuficiente | > 2 Mau

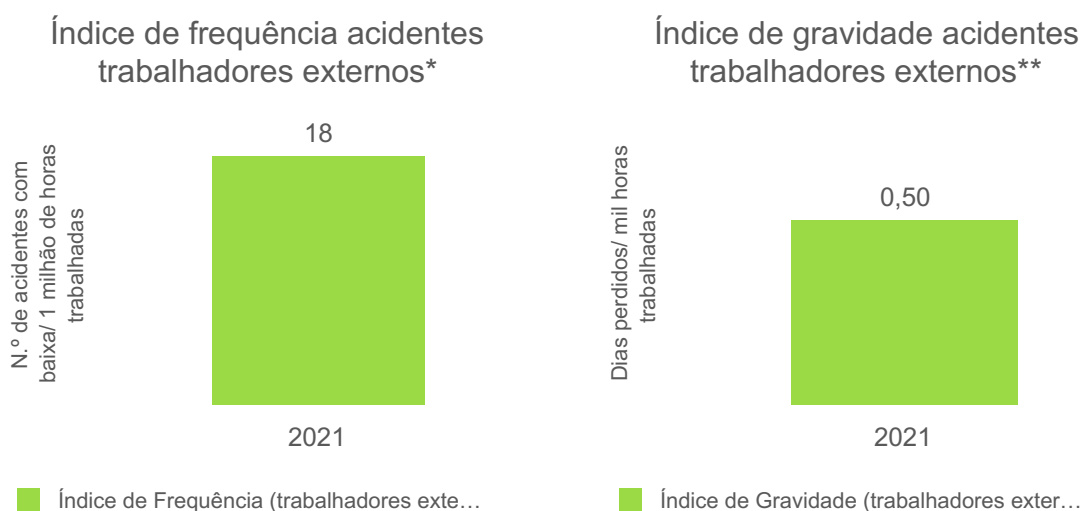
Estes indicadores de sinistralidade continuam apesar de tudo, dentro da classificação de “Bom” estipulada pela Organização Internacional do Trabalho.

⁶ Mais informação sobre o rácio de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória disponível na [Tabela GRI para a opção 'De acordo'-Essencial](#).

A principal causa dos incidentes registados foram a não utilização do Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado para as tarefas a realizar, o não cumprimento do procedimento de consignação dos equipamentos e as condições de acesso ao local de intervenção inadequadas e/ou mal sinalizadas. Para mitigar as duas primeiras causas, a Altri iniciou ainda no decurso de 2021 um intenso programa de formação sobre riscos químicos e a adequada utilização de EPI, sobre comportamentos seguros nas atividades industriais e efetuou uma profunda revisão e uniformização do procedimento de consignação dos equipamentos nas suas unidades fabris. Está atualmente em análise o processo de comunicação, na vertente SST, visando promover a Cultura de Segurança na Altri, nomeadamente através de uma análise profunda das causas raiz, numa abordagem inovadora no panorama industrial português.

Atualmente, a formação de SST pode ser ministrada em sala, nas nossas instalações ou poderá ser ministrada na frente de trabalho, tanto no posto de trabalho nas fábricas como no exterior, que conseguimos através da nossa carrinha de formação itinerante.

No que se refere à monitorização de indicadores relacionados com os trabalhadores externos, iniciámos em 2021 uma monitorização mais rigorosa dos mesmos, tendo sido identificadas como principais causas dos incidentes as falhas na avaliação de riscos das tarefas a realizar, a não utilização de EPI adequado para a tarefa a realizar e o não cumprimento do procedimento de consignação dos equipamentos.

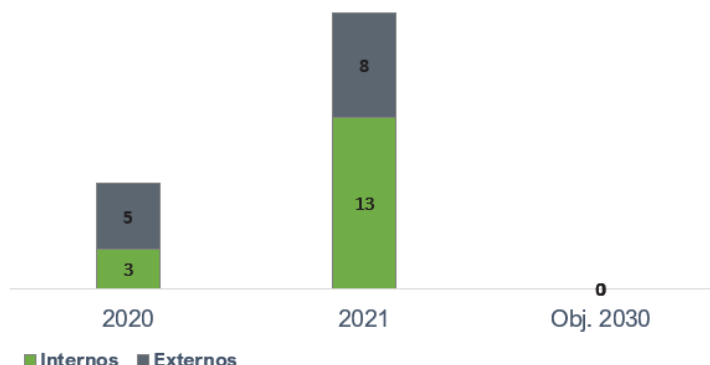


* Avaliação do Índice de Frequência (If) segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT): If: < 20 Bom | 20 – 50 Aceitável | 50 – 80 Insuficiente | > 80 Mau 5

** Avaliação do Índice de Gravidade (Ig), segundo a OIT: Ig: < 0,5 Bom | 0,5 – 1 Aceitável | 1 – 2 Insuficiente | > 2 Mau



N.º Incidentes com +3dias perdidos



Em 2021 foram promovidas 172 ações de sensibilização e 8545 horas de formação nas seguintes áreas e sobre os seguintes temas:

Integração de Saúde e Segurança no Trabalho (SST)	Perigos, riscos e medidas de prevenção das diversas instalações fabris - Registo da Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (RIPAR)	Projeto Comportamentos Seguros - <i>Safety Click</i>
Segurança e Verificação de Máquinas e Equipamentos de Trabalho	Segurança da Indústria Papeleira (CSIP) para trabalhadores internos e externos residentes	Riscos Químicos
Preparação e Consignação de trabalhos	Emergências Industriais	Segurança e Saúde no Trabalho Florestal em parceria com a CELPA
Primeiros Socorros e utilização de Extintores	Simulacros de Acidentes de Trabalho em ambiente florestal	

Considerando o exposto e no sentido de atingir o nosso objetivo de zero acidentes, foi desenvolvido um conjunto de medidas a implementar em 2022:

Melhorar o processo de comunicação de SST “ <i>Top/Down</i> ”	Realizar auditorias Internas e interfábricas aos processos de consignação (iniciado em abril de 2021)	Retomar a formação CSIP e Implementar formação de Segurança da Indústria Florestal a trabalhadores externos, ao nível da CELPA
Realizar reuniões mensais regulares de análise de sinistralidade com Técnicos de Saúde e Segurança do Trabalho das Empresas Externas	Promover <i>Safety Walks</i> e Minutos de Segurança focados nas principais ocorrências de SST	Instalar proteções nos órgãos móveis de máquinas
Dar continuidade ao programa “Comportamentos Seguros – passos Seguintes”	Desenvolver a capacidade individual dos líderes das equipas operacionais para serem “Embaixadores de Segurança” através dos <i>Safety Clicks</i>	Criação do <i>Safety-Lab</i> - uma nova metodologia, baseada no estudo de comportamentos, numa lógica de aproximação de <i>bottom-up</i> .

Desenvolver e valorizar a Floresta

Tema material: Gestão florestal e proteção da biodiversidade

Estratégia de Biodiversidade e Estações Biodiversidade

Através da *Altri Diversity*, a estratégia de conservação e promoção da diversidade biológica e da paisagem, pretende-se conduzir a atuação da empresa na proteção e valorização dos espaços naturais presentes nas áreas florestais sob gestão da Altri Florestal.

Em 2021 fomentaram-se os eixos da estratégia referentes à conservação e restauro dos habitats com elevado valor de conservação e contribuiu-se para o reforço do eixo de monitorização e comunicação da presença e proteção dos valores naturais.

altridiversity

Em 2021 foi constituído o grupo de trabalho – Sustentabilidade Florestal. O seu âmbito e propósito são:

- Partilha de informação e acompanhamento dos projetos no âmbito da Estratégia de Biodiversidade;
- Análise dos indicadores de acompanhamento da AltriDiversity com base nos objetivos de implementação da estratégia de biodiversidade;
- Análise e decisão sobre temas de sustentabilidade com relação direta com as atividades de gestão florestal e abastecimento de madeira e biomassa.

As principais conquistas das ações concretizadas no âmbito da estratégia foram:

- O **reforço do capital natural** através da gestão ativa, nomeadamente através da concretização das ações de restauro dos habitats de elevado valor de conservação.
- O **aumento das práticas e atividades económicas com impacto positivo na gestão do capital natural**, com a instalação de duas estações de biodiversidade e um centro de interpretação da biodiversidade, conjugado com a instalação de um campo de alimentação para aves necrófagas.

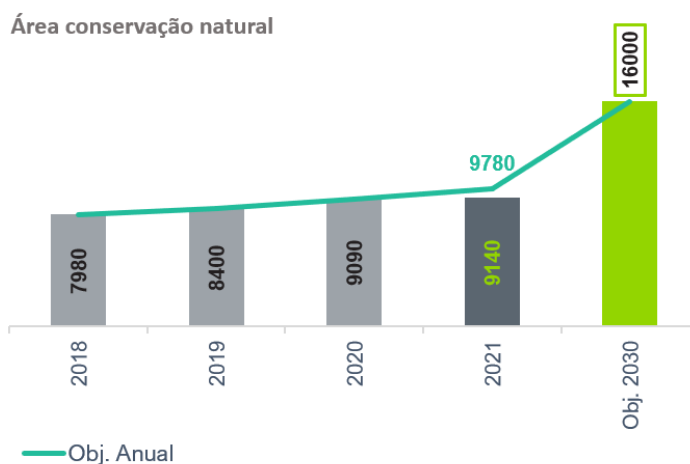
Para alcançar estes objetivos procedeu-se ao controlo de invasoras lenhosas na propriedade de Cabeço Santo em Águeda. Esta medida permitiu o restauro dos habitats ribeirinhos e carvalhais adjacentes, facilitando a regeneração natural da vegetação nativa, nomeadamente os habitats de urzais e medronhais e em alguns locais a evolução para o carvalhal de Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*).

A instalação de duas estações de biodiversidade (Cabeço Santo e Palmeiro) e do centro de interpretação da biodiversidade do Galisteu permitiram gerar benefícios no apoio à monitorização dos valores naturais, à sua divulgação perante as comunidades onde se inserem e à existência de infraestruturas físicas para o usufruto destes locais pelas mesmas comunidades.

O campo de alimentação de aves necrófagas no Galisteu permitiu uma gestão integrada para o fomento das populações de espécies de aves de rapina ameaçadas, garantindo um suporte na alimentação destas espécies, o que favorece a sua permanência no território do Parque Natural do Tejo Internacional e o aumento da probabilidade e sucesso da nidificação.

Mais de 10% da área florestal da Altri são áreas de conservação





Em 2021 foram alterados os processos internos da atividade de angariação (compra e arrendamento de propriedades), onde se incluiu a revisão dos critérios de prospeção de áreas de conservação adjacentes às áreas de produção florestal, com o principal objetivo de dedicar a sua gestão à manutenção e incremento dos valores naturais.

Foram efetuados diversos contactos com entidades e proprietários gestores de áreas com elevado valor natural (ex. Municípios), com o objetivo de valorizar áreas com elevado potencial de conservação, através de acordos de gestão com a Altri.

Medidas implementadas em 2021 para a concretização do compromisso

Altri Florestal

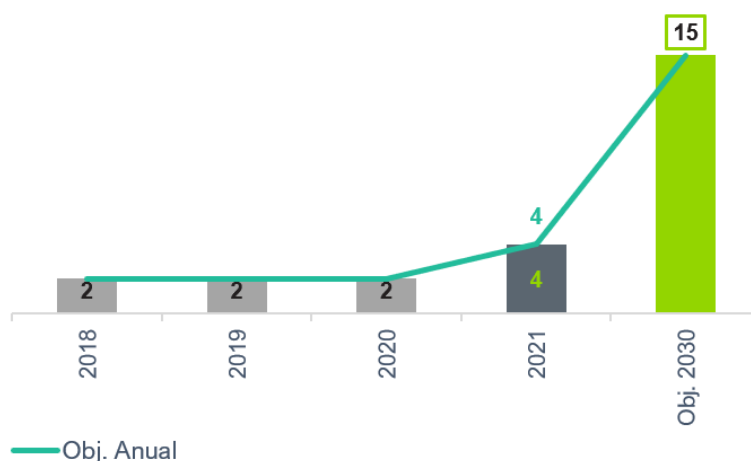
- Criação de duas novas Estações de Biodiversidade (EBIO) - Palmeiro e Cabeço Santo
- Planeamento de dois novos biospots - um localizado na área da Biotek e outro nas proximidades do Centro de Ciência Viva de Constância

Biotek

- Arranque dos trabalhos de preparação para instalação do biospot a norte do perímetro industrial da Biotek



Estações de biodiversidade e biospots



Projeto de Conservação da Biodiversidade: Águia-de-Bonelli - (*Aquila fasciata*) – Projeto LIFE LxAquila

No projeto LIFE LxAquila coordenado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves pretende-se juntar as comunidades locais, autoridades e especialistas para proteger as águias-perdigueiras (ou águias-de-bonelli) que, na Área Metropolitana de Lisboa, vivem extraordinariamente perto das comunidades. O objetivo é criar uma rede de custódia composta por proprietários de terrenos privados e entidades públicas, que serão guardiões dos valores naturais da região e em particular das águias-de-bonelli, e, desse modo, demonstrar que é possível compatibilizar a conservação de predadores com as atividades humanas. No último trimestre de 2021 foi instalada uma plataforma de nidificação numa propriedade da Altri Florestal na região Oeste.

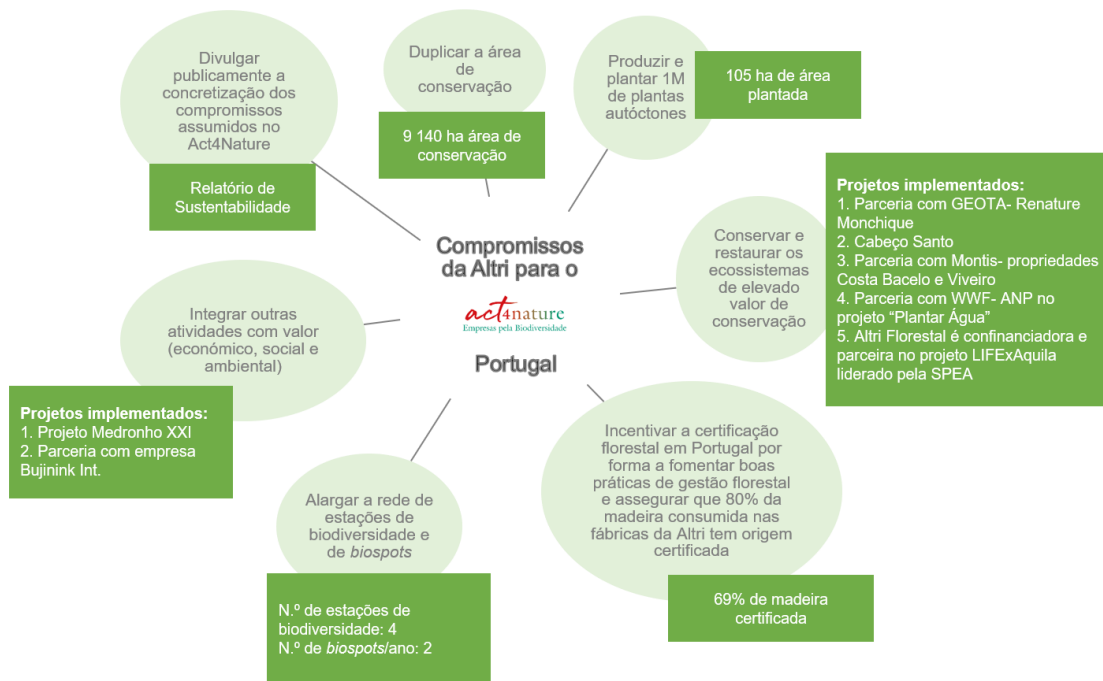
De entre as principais ações do projeto LIFE LxAquila, destacam-se:

- Monitorização dos casais reprodutores e marcação de juvenis obtendo informação fundamental para servir de base às ações de conservação;
- Promoção das melhores práticas de gestão agroflorestal, para aumentar a resiliência ao fogo nas áreas de nidificação e aumentar a abundância das presas selvagens.



act4nature
Empresas pela Biodiversidade

Em 2021, a Altri deu mais um passo rumo a um futuro mais sustentável ao unir-se ao grupo das 27 empresas que, em Portugal, assumiram compromissos no âmbito do act4nature Portugal, uma iniciativa promovida pelo BCSD Portugal no âmbito do act4nature internacional, lançado em França, em 2018, com o objetivo de mobilizar as empresas a proteger, promover e restaurar a biodiversidade.



De modo a respeitarmos a divulgação dos compromissos assumidos no âmbito do *act4nature*, incluímos em anexo ao presente Relatório o ponto de situação relativamente aos compromissos assumidos.

“A preservação da biodiversidade no património florestal gerido pela Altri é um dos objetivos do nosso Compromisso 2030.

Queremos proteger o nosso Capital Natural em todas as suas dimensões, equilibrando a produção de matéria-prima, essencial para o nosso negócio, com a conservação de todas as outras formas de vida que temos a responsabilidade de cuidar e deixar às gerações futuras.

Por esta razão, é de forma natural que nos identificamos e subscrevemos os princípios do *Act4nature*.”

José Soares de Pina - Presidente da Comissão Executiva (CEO) da Altri

Estratégia de Abastecimento de Madeira Certificada

Em 2021, a Altri Florestal abasteceu as unidades industriais do Grupo com 69% de madeira certificada. Este é o resultado de um trabalho contínuo no incentivo da boa gestão florestal dos fornecedores de matéria-prima e na valorização da madeira, conseguida através da diferenciação de preços na madeira certificada.

A Altri Florestal integra ainda as duas associações nacionais que representam o FSC® e o PEFC™, participando ativamente na construção dos normativos de gestão florestal.

Gestão florestal da Altri alcança resultado histórico em auditoria externa de recertificação FSC®, dando assim início ao quarto ciclo de certificação

A Altri Florestal realizou a sua auditoria externa de recertificação FSC® (*Forest Stewardship Council*®) de gestão florestal. Não tendo sido identificada pela equipa auditora qualquer não conformidade.

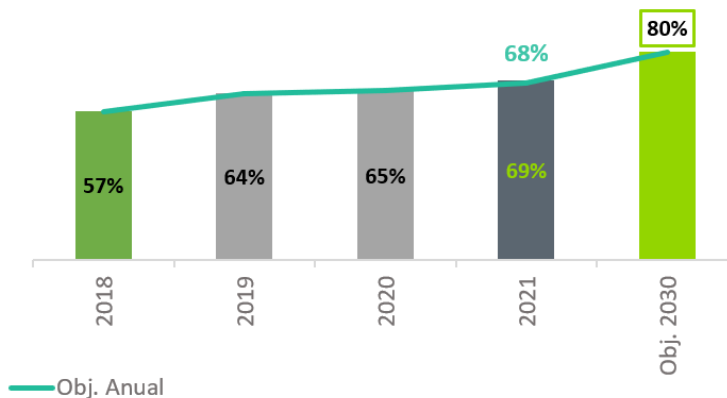
A equipa auditora salientou os principais aspetos positivos na evolução do desempenho na gestão florestal da Altri, nomeadamente:

- A consistência na aplicação dos procedimentos e sua efetiva implementação nas atividades de gestão;
- A capacidade de toda a equipa técnica e operacional em demonstrar as práticas de gestão florestal e a capacidade da organização em responder aos novos desafios;
- O foco na segurança e formação dos trabalhadores e fornecedores de serviços;
- A estratégia de diversificação dos produtos florestais e a valorização dos serviços de ecossistema associados (ex. Biodiversidade).

Estes resultados são fruto do esforço diário de todos os trabalhadores para garantir que as florestas Altri sejam uma referência na gestão florestal responsável.

Medidas implementadas em 2021 para a concretização do compromisso**Altri Florestal**

O aumento do consumo de madeira certificada resulta do alargamento da área florestal gerida internamente, do consequente aumento no autoabastecimento e da diferenciação de preços da madeira certificada, praticada aos nossos fornecedores.

**Madeira Certificada****Gestão de Risco na atividade florestal**

De modo a gerir eficazmente os riscos na atividade florestal é feita a avaliação prévia de possíveis impactes ambientais decorrentes das operações florestais, realizada antes da execução das operações, através da análise dos locais dos trabalhos. Os resultados das análises, incluindo medidas preventivas, são integrados nos projetos operacionais seguindo o Código de Práticas Florestais.

A Altri Florestal realiza também a monitorização da execução dos projetos de florestação com o objetivo de avaliar se as medidas previstas no projeto estão a ter o efeito desejado ou se é necessário intervir para corrigir ou adequar futuros procedimentos. Na monitorização dos impactes sociais, por exemplo, é considerada a proximidade das populações locais, dos terrenos cultivados e o cumprimento da legislação aplicável.

A gestão de ameaças bióticas à floresta Altri é feita tendo como pilares os Princípios da Proteção Integrada. Os organismos nocivos são permanentemente monitorizados e são estimados os seus possíveis impactes e riscos deles decorrentes, sendo dada prioridade à investigação e aplicação do controlo natural de pragas e à pesquisa de eucaliptos mais resistentes.

Apostar na excelência e na inovação tecnológica

Visão

Sermos líderes na inovação de excelência e um parceiro reconhecido para os *stakeholders* da Altri, desenvolvendo soluções focadas, *lean* e de alto valor acrescentado.

Objetivos para a inovação e desenvolvimento tecnológico

- 1. Desenvolver novos produtos** – desenvolvimento de *know-how* interno que permita ao grupo desenvolver, produzir e comercializar produtos de maior valor acrescentado.
- 2. Identificar e desenvolver processos e tecnologia inovadores** – desenvolvimento de processos e tecnologia inovadores que sustentem a eficiência dos processos produtivos e sustentem a produção de novos produtos.
- 3. Monitorizar *State-of-the-Art*** – acompanhamento da tecnologia que possa impactar de forma relevante o negócio e desenvolver *benchmarks* de forma a identificar áreas de melhoria e riscos.
- 4. Avaliar novos negócios** - manter atualizada a informação sobre as áreas *core* e a contínua prospeção de novas áreas de negócio dentro do setor e em áreas adjacentes.
- 5. Desenvolver o capital intelectual** – consolidar e sistematizar a informação científica e técnica de base que permita formar ou reforçar as competências dos quadros que garantam a sustentabilidade a longo-prazo.
- 6. Consolidar atividades I&D&I** – ser o agente pivot de coordenação e sistematização de todas as ações de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D&I) para a área tecnológica da Altri.



Os nossos projetos de inovação focam-se na criação de valor económico e de capital intelectual em quatro eixos estratégicos, em áreas adjacentes ao negócio atual, visando a criação de novos produtos e, sempre que possível, baseados na Economia Circular.

Projetos de Inovação incluem diferentes temas:



Tudo começa na floresta...

A madeira e a biomassa têm uma vasta gama de aplicações potenciais, que a indústria das fibras celulósicas tem vindo a explorar há décadas.

A madeira tem um conjunto alargado de aplicações



Fonte: CEPI

Projetos de Investigação & Desenvolvimento (I&D)



GRETE

Projeto de desenvolvimento de novos solventes e dissolução e regeneração de fibras que tem como objetivo alargar a utilização da matéria-prima de fibras têxteis da pasta dissolving para papelreira.

Status: a decorrer até 2023

Parcerias: VTT, Universidade Aveiro, Universidade Helsínquia, Metsa, BOKU e Materially

Contributo para a sustentabilidade: estudo de materiais fibrosos alternativos para a produção de fibras têxteis de base celulósica com uma menor intensidade de consumo e uma menor pegada ambiental.⁷



CAIMACHEM

Projeto de investigação sobre a extração e recuperação de ácido acético e furfural em condensados de evaporação na fábrica da Caima.

Status: concluído em setembro de 2021

Parcerias: Universidades nacionais e empresas internacionais de tecnologia

Contributo para a sustentabilidade: a aplicação do conhecimento desenvolvido neste projeto permitirá a utilização de correntes secundárias para a produção de dois novos produtos de base renovável, aumentando a criação de valor para a mesma quantidade de madeira. Ao mesmo tempo, permite reduzir carga orgânica dos condensados (tratamento no processo) antes da alimentação à estação de tratamento de efluentes (tratamento fim de linha).⁹



FIBER4FIBER

Projeto que pretende desenvolver as pastas dissolving da Caima para a sua otimização nas aplicações das fibras têxteis de base celulósica, nomeadamente para os processos de Viscose e Lyocell.

Status: a decorrer até 2023

Parcerias: CENTI e Citeve

Contributo para a sustentabilidade: através da otimização do produto pasta *dissolving*, permite aumentar a eficiência de conversão de ciclo de vida da madeira até à fibra têxtil. Consolida a visão da produção de matéria-prima para um mercado de fibras têxteis de base celulósica que se perfilam como a alternativa sustentável às fibras de algodão e fibras sintéticas, e.g. Poliéster.⁸



B2SOLUTIONS

Projeto de desenvolvimento de bioplásticos para aplicação em plásticos flexíveis em revestimento de papel e de biocompósitos para aplicação em plásticos semirrígidos e rígidos na produção de componentes de moldagem por injeção para indústria automobilística e outras indústrias.

Status: a decorrer até 2023

Parcerias: United Resins, United BioPolymers, The Navigator Company, Simoldes, Universidade de Aveiro e Universidade de Coimbra

Contributo para a sustentabilidade: Avaliação da utilização de correntes, subcorrentes ou resíduos fibrosos e não fibrosos da indústria de pasta para a valorização na produção de compósitos, substituindo materiais plásticos de natureza fóssil.¹⁰

⁷ O GRETE é um projeto da Bio-Based Industries Joint Undertaking no âmbito do programa de investigação e inovação Horizonte 2020 da União Europeia ao abrigo do acordo de subvenção No837527 – GRETE – H2020-BBI- JTI-2018 “Green chemicals and technologies for the wood-to-textile value chain”.

⁸ Projeto Fibre4Fibre (POCI-01-0247-FEDER-046948) - cofinanciado ao abrigo do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, no âmbito do Portugal 2020, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – “Fibre4Fibre: Pasta solúvel de Eucalyptus globulus para o desenvolvimento de novas fibras processadas de base celulósica”.

⁹ Projecto “CaimaChem – POCI-01-0247-FEDER-045125- cofinanciado ao abrigo do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, no âmbito do COMPETE 2020, Portugal 2020 e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), da União Europeia.

¹⁰ Projeto “B2Solutions” – POCI01-0247-FEDER-048505- cofinanciado ao abrigo do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, no âmbito do COMPETE 2020, Portugal 2020 e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), da União Europeia.



HIGH2RPAPER

Projeto para o desenvolvimento de um novo papel reciclado com incorporação de pasta crua de rejeitos da indústria de pasta branqueada de eucalipto, com base nos princípios da economia circular, dando origem a produtos de maior valor acrescentado.

Status: a decorrer até 2023

Parcerias: Universidade Beira Interior, Papeleira Coreboard e Universidade de Coimbra

Contributo para a sustentabilidade: Valorização de resíduos fibrosos da indústria de pasta para a produção de cartão ou produtos cartonados “coreboard”.



11

Projetos de Inovação Industrial e Economia Circular

Cozimento de material fibroso de granulometria fina



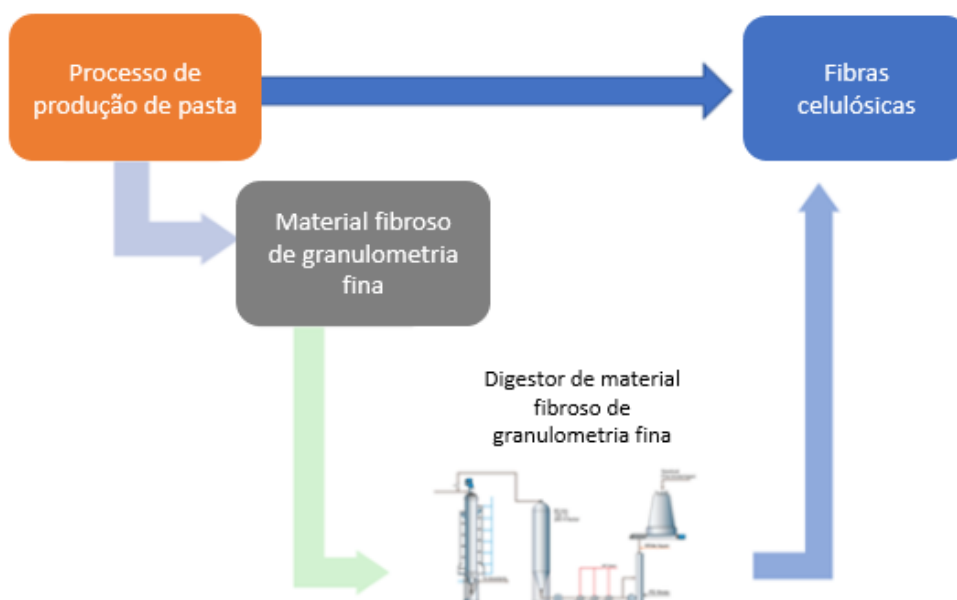
Altri iniciou em 2018 um estudo para avaliar a viabilidade de um digestor de **material fibroso de granulometria fina**. Em novembro de 2021 ocorreu o arranque da instalação industrial, finalizando este processo de I&D num investimento industrial produtivo. Este projeto foi um importante *milestone* na atividade de inovação da Altri, tendo sido implementada uma tecnologia que é um protótipo a nível mundial.

Status: Concluído em novembro 2021

Parcerias: Andritz

Contributo para a sustentabilidade: Reaproveitamento de material fibroso de granulometria fina desperdiçada no processo, permite aumentar a eficiência produtiva, reduzindo o consumo específico de madeira.

¹¹ Projeto “High2RPaper” – POCI-01-0247-FEDER-049716- cofinanciado ao abrigo do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, no âmbito do COMPETE 2020, Portugal 2020 e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), da União Europeia.



"Este projeto é o culminar dos esforços de colaboração entre a ANDRITZ e a Altri, desde a conceção, desenvolvimento e testagem, até à implementação. Esta primeira tecnologia do género foi também possível graças à contribuição conjunta das equipas multidisciplinares da Altri e da Celbi, incluindo Inovação, Engenharia, Operações e Laboratório. A implementação bem sucedida deste projeto demonstra empenho e o investimento do grupo Altri na Inovação e na Melhoria Contínua".

Gabriel Sousa, Diretor Executivo para a Inovação e Desenvolvimento Tecnológico da Altri

"Este é um daqueles projetos que nos deixa orgulhosos. Tecnicamente inovador à escala global e com o conceito de economia circular. Combina conhecimento, trabalho de equipa, melhoria contínua e inovação, que são marcas registadas do grupo Altri em geral e da Celbi em particular."

Paulo Jordão, Diretor Industrial da Celbi

Ácido Acético e Furfural na Caima

Desde 2018 que a Altri se encontra a estudar a viabilidade industrial de recuperar o ácido acético e furfural, presentes nos condensados da evaporação. Este projeto de Inovação Industrial é suportado pelo conhecimento gerado no projeto I&D CaimaChem.

Status: a decorrer

Parcerias: Sulzer Chemtech

Contributo para a sustentabilidade:

A remoção do ácido acético e furfural permite:

- Valorizar estes compostos e minimizar o impacto no efluente;
- Aumentar o volume de negócios da Caima acrescentando valor ao seu processo sem impacto no consumo de madeira;
- Transformar uma subcorrente num produto, levando a uma diminuição da carga orgânica dos condensados para tratamento de efluente, com redução dos custos inerentes;
- Produzir dois produtos de base renovável, baseados num conceito de economia circular, que agregará valor económico, ambiental e social da Caima;
- Criar sinergia com a caldeira de biomassa, que originará o vapor de base renovável necessário para a unidade de separação do acético e furfural.

Estes projetos estão em desenvolvimento com o objetivo de recuperar estes dois compostos que serão consumidos como matéria-prima de várias indústrias químicas permitindo dessa forma uma valorização ambientalmente sustentável.

Sobre o ácido acético

O ácido acético é a matéria-prima base para uma cadeia de produção de produtos químicos. Destacam-se quatro linhas: VAM, PTA, Ésteres Acetato e Anidrido Acético. O processo convencional de ácido acético baseia-se na carbonilação do metanol fóssil, pelo que o processo da Caima seria uma alternativa de base renovável.

Principais aplicações do ácido acético

- Solventes, tintas e revestimentos
- Cosmética



- Plástico
- Têxteis
- *Packaging*



- Plásticos de vinil
- Tintas de latex
- Adesivos



- Compostos de moldagem
- Fibras têxteis



- Desinfetantes
- Agroquímicos



Sobre o furfural

O furfural é um químico base de utilizações diversas. A sua principal utilização é como álcool furfurílico, em solventes, indústria farmacêutica e outras especialidades. O furfural é produzido na sua totalidade por via renovável, através da desidratação ácida dos açúcares C5 presentes na biomassa (sólida ou licor).

Principais aplicações do furfural

- Medicamentos, perfumes, solventes e inseticidas



- Lubrificante, combustível, fungicida



- Resina, fragrâncias e perfumes, herbicidas



- Polímeros, adesivos, nylon





A melhoria contínua constitui um compromisso permanente na procura de vantagem competitiva e no contínuo reforço da nossa posição ao longo da cadeia de valor.

Com este propósito, no âmbito dos projetos de melhoria contínua orientados às áreas operacionais que atualmente decorrem no Grupo Altri, torna-se clara a sinergia de temas e o potencial valor acrescentado de uma vertente de entreajuda entre as várias unidades.

O nosso objetivo é transformar a estratégia em ação, desafiando e preparando-nos para o futuro, através de uma gestão metódica e focada na melhoria dos processos e no compromisso de todos.

Na Altri valorizamos a excelência operacional e da gestão e o desenvolvimento das pessoas. O compromisso de pensar de forma diferente e a necessidade de mudar para melhor, todos os dias, em todas as áreas e com o envolvimento de todos é uma característica cultural que já faz parte do nosso ADN. O *Altri Operating System* enquanto modelo de gestão e de *governance* poderá assegurar e potenciar as sinergias do processo de transformação em curso.

O *Altri Operating System* é hoje a nossa forma de trabalhar e representa o nosso conceito de melhoria contínua.

Objetivos:

- Fomentar a partilha, comunicação, conhecimento e experiências entre colegas
- Quebrar paradigmas, inclusive o de unidades fabris independentes
- Estimular a capacidade de identificar problemas, desafios e oportunidades de melhoria
- Recolher *insights* de ações já testadas
- Esclarecer questões e discutir (se possível, validar) previamente a eficácia de contramedidas identificadas pela equipa



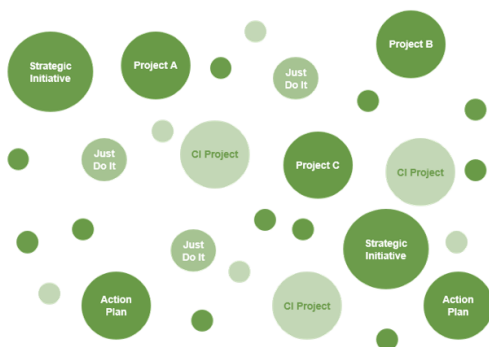
Metodologia Hoshin

Em novembro de 2021 decorreu um evento transversal às três unidades industriais com um objetivo simples: desdobrar a estratégia em atividades de melhoria contínua.

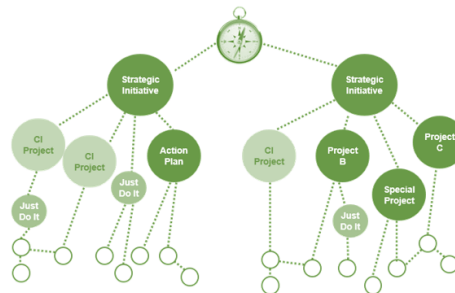
Nas empresas, é frequente existir um desalinhamento nas diferentes prioridades. Esta ausência de alinhamento impede as organizações de alcançarem todo o potencial de crescimento para o qual estão dotadas.

Para fazer face a isto, o *Strat to Action* é uma metodologia KAIZEN™ que potencia a comunicação na organização, garantindo a implementação das decisões estratégicas e a priorização do que é mais importante. Desde o topo até ao ponto de impacto, nível no qual as causas raiz são identificadas e resolvidas, todos os trabalhadores são envolvidos. Por diferenciar o essencial, o *Strat to Action* consiste num exercício de focalização. Este processo é composto por ciclos anuais, que se

desencadeiam nas etapas de Planeamento e Revisão, denominadas de *Hoshin Planning* e *Hoshin Review*, respetivamente.



- Como **alinhar toda a organização** para apoiar a estratégia de negócio?
- Como **organizar os recursos** para implementar a estratégia?
- Como **focar a organização em melhorar** em vez de manter?



O *Strat to Action* é usado para **alinhar os Objetivos e Metas** a atingir, focando:

- No **"Como"** executar as melhorias nos processos críticos da organização.
- No **"Desdobramento"** dos objetivos de melhoria até ao ponto de impacto.

Implementação de Kaizen Diários

A Altri iniciou a implementação do *Altri Operating System* nos trabalhos diários dos trabalhadores. Foram incorporadas rotinas de reuniões breves e focadas na gestão e acompanhamento de equipas, em áreas operacionais da Altri, com a criação de quadros de equipa visuais, com indicadores-chave de desempenho (KPI) e cronograma de trabalhos. As reuniões das equipas são otimizadas seguindo a agenda e, mais recentemente em alguns casos, com a utilização da ferramenta de modelação de dados *PowerBi*, centrando a reunião em discussões sobre desvios dos indicadores, prioridades e avaliação de ações de melhoria.

Metodologia Kobetsu na Gestão de Projetos na Altri

A título de exemplo, o primeiro *Kobetsu* a ser implementado na Altri Florestal foi o da **"Otimização do consumo de Biomassa"**, com os seguintes objetivos:

- Testar a eficiência da aplicação da técnica de crivagem dos cepos, originando 0% de inertes à entrada da fábrica;
- Qualificar a biomassa de acordo com o seu poder calorífico, alterando a métrica na aquisição de €/toneladas para €/GigaJoule;
- Comparar o valor de energia adquirido e produzido, permitindo detetar perdas no processo de produção de energia.

Adicionalmente o trabalho realizado permitiu desenvolver um portfólio de diferentes fontes de biomassa e poder calorífico associado e uma aplicação de vistorias de biomassa e mecanismos de reporte à fábrica.

"Os objetivos propostos foram alcançados, o líder deste *kobetsu* considera que os resultados apresentados são de grande magnitude, não só do ponto de vista financeiro, mas também pelas diversas melhorias introduzidas em processos estratégicos para a sustentabilidade do negócio."

Tiago Cordeiro, Técnico de Gestão de Abastecimento Biomassa

O mais recente projeto concluído com a aplicação desta metodologia foi **"Identificação e Diagnóstico da Vitalidade do Eucalipto"**, que contribuiu para a sistematização do registo e reporte de situações de mortalidade identificadas em povoamentos florestais. Este *kobetsu* iniciou-se com a identificação de potenciais causas de mortalidade de eucalipto, sintomas de vitalidade (fatores bióticos e abióticos) e definição das métricas a acompanhar.

Adicionalmente, foi criado um Guia de campo de sintomas e causa de falta de vitalidade dos povoamentos de eucalipto com estrutura descritiva de apoio à tomada de decisão e ainda o

desenvolvimento da aplicação “Diagnóstico Vitalidade” com a possibilidade de georreferenciar o local e associar fotografias das áreas afetadas.

“Este projeto é transversal à área florestal e resultará na partilha de casos detetados, entre os técnicos florestais, e soluções ou medidas de prevenção.”

Clara Araújo, Coordenadora de Projetos de Florestação

AFIRMAR A SUSTENTABILIDADE COMO FATOR DE COMPETITIVIDADE

Combate às alterações climáticas

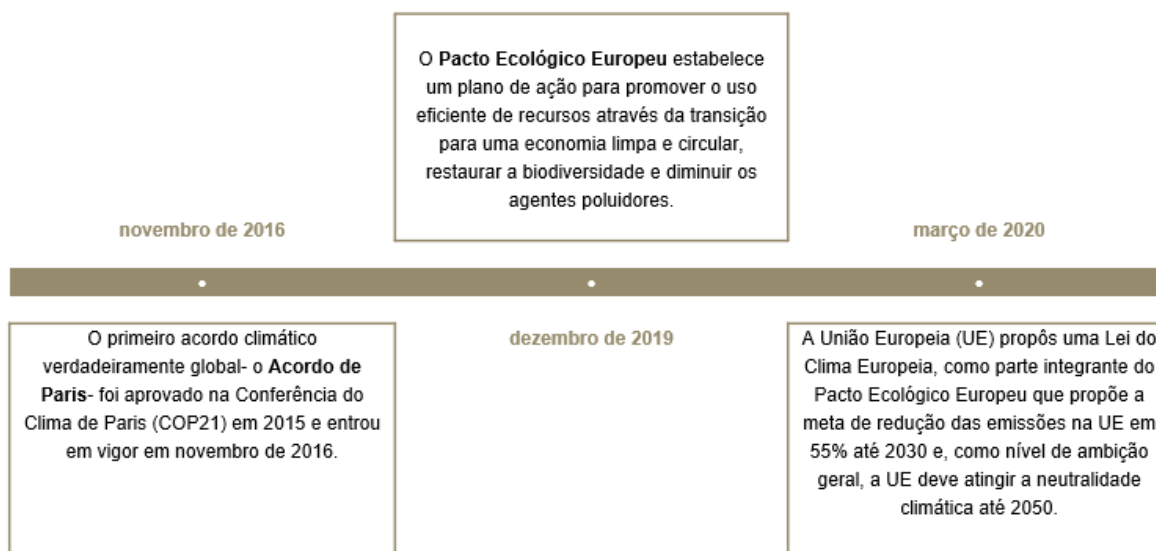
Tema material: Alterações climáticas e emissões de GEE

As alterações climáticas são um dos maiores desafios da atualidade, impactando o ambiente e as pessoas através de desastres naturais, da perda de ecossistemas e meios de subsistência.

A importância que atribuímos à gestão sustentável das florestas assenta no princípio de que as alterações climáticas apresentam desafios e oportunidades, e que a gestão sustentável da floresta é parte da solução dos problemas relacionados com as alterações climáticas, colocando-nos numa posição única e privilegiada enquanto agentes ativos na implementação de soluções.

Os desenvolvimentos da agenda regulamentar global, europeia e nacional, como a introdução da Lei de Bases do Clima, o estabelecimento de metas de redução das emissões, a necessidade de transitar para uma economia circular e os requisitos para uma vida saudável definem o nosso caminho para o futuro.

Evolução da agenda regulamentar



Apesar da crescente problematização do tema das alterações climáticas, na Altri, a preocupação com a sustentabilidade é algo transversal a toda a organização e que faz parte da sua esfera de preocupações e prioridades há alguns anos. A título de exemplo, há 25 anos, a Celbi foi uma das primeiras empresas nacionais a aderir ao EMAS- *Eco Management and Audit Scheme*.

O nosso esforço tem sido reconhecido através de diversos índices e ratings internacionalmente reconhecidos de que é exemplo o CDP- *Disclosure, Insight, Action*, através do qual obtivemos a classificação de A- Leadership, no que diz respeito à nossa atuação no combate às alterações climáticas, passando a integrar o restrito lote de empresas internacionais que apresentam um elevado desempenho em termos de boas práticas ambientais.



Esta classificação, em 2021, foi a única atribuída a uma empresa portuguesa no setor da pasta e papel e colocou-nos acima da média europeia de B e do setor da pasta e papel a nível internacional

de C. Exemplo desse reconhecimento foi também a classificação de Baixo Risco (19,3 pontos) no *ESG Risk Ratings* da *Sustainalytics*, que nos coloca no top 10 a nível mundial entre as empresas do setor da pasta e papel, passando a ser considerada uma “Empresa de Baixo Risco ESG” para investidores.

De referir também que lançámos, através da Bioelétrica do Mondego, a primeira emissão de Obrigações Verdes admitida a negociação na *Euronext Lisbon*. Apesar do nosso reconhecido desempenho e dos bons resultados, reconhecemos que ainda há muito para fazer. Por esse motivo, uma grande parte dos nossos investimentos programados incidem sobre a área da sustentabilidade, nomeadamente a nova central de biomassa da Caima - “**Caima Go Green**”, um investimento de cerca de 40 milhões de euros, que vai permitir que esta unidade fabril deixe de recorrer a combustíveis fósseis.

Task Force on Climate-Related Financial Disclosures

De acordo com o *World Economic Forum*, as alterações climáticas representam o maior risco (severidade) a nível global, nos próximos 10 anos. À medida que a temperatura da Terra aumenta, os eventos climáticos extremos são cada vez mais comuns, perturbando os ecossistemas naturais e a saúde humana, causando perdas económicas nos negócios, ameaçando os seus ativos e infraestruturas.

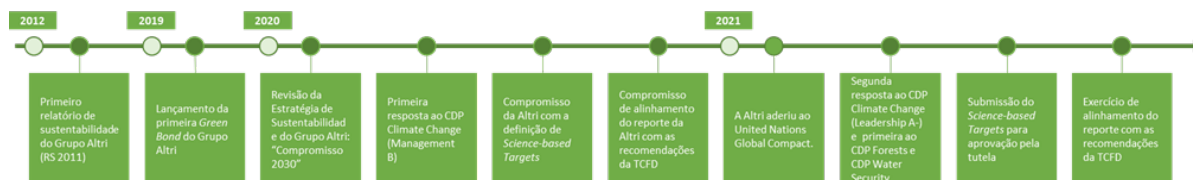
Neste contexto, e em alinhamento com diversas iniciativas internacionais (ODS, Acordo de Paris, *European Green Deal*, entre outros), existe uma crescente necessidade por parte da comunidade de investidores em analisar a resiliência das empresas face aos riscos e oportunidades climáticas, requerendo os mercados financeiros informação clara, abrangente e precisa sobre os impactos das alterações climáticas no desempenho das empresas. Neste sentido, e de modo a promover a divulgação de informação comparável e de qualidade, o *Financial Stability Board* (FSB) criou a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), para melhorar e aumentar a divulgação de informação financeira relacionada com o clima. A TCFD, no seu contexto de trabalho, publicou um conjunto de recomendações de reporte de informação financeira, relacionada com riscos e oportunidades climáticas, centrada em quatro áreas-chave: Governance; Estratégia; Gestão de Risco; e Métricas e Metas.

O aumento de qualidade no reporte, através do alinhamento com as recomendações da TCFD, permite uma melhor avaliação da exposição das empresas aos riscos climáticos a curto, médio e longo-prazo, levando a uma tomada de decisão mais informada sobre onde e quando os investidores devem alocar o capital.



A JORNADA DA ALTRI

Face ao contexto atual, e sendo as alterações climáticas e as emissões de GEE um dos nossos temas materiais, temos a preocupação e ambição de alinhar o reporte com as recomendações da TCFD. Neste sentido, identificamos oportunidades de melhoria de forma contínua, de modo a fornecer a melhor resposta possível às expetativas do mercado de capitais e aos diferentes *stakeholders*. Este é um passo lógico para nós, dando continuidade ao esforço e ambição do Grupo de contribuir para a mitigação das alterações climáticas, em alinhamento com o Compromisso 2030. Tendo em conta as melhores práticas de gestão e reporte, e face à nossa génese e cultura, efetuamos uma monitorização dos riscos e oportunidades climáticas de forma regular, reportando informação relevante de acordo com as recomendações da TCFD no *CDP – Climate Change*, tendo obtido em 2021 o resultado ‘*Leadership (A-)*’. Adicionalmente, o presente relatório pretende também dar resposta às recomendações da TCFD, apresentando informação relacionada com as quatro áreas chave referidas. Alguns pontos relevantes são o modelo de governo para as alterações climáticas, os impactos associados aos riscos e oportunidades das alterações climáticas, a forma de identificação, avaliação e gestão dos mesmos e diversas métricas e metas relevantes para avaliar e gerir os riscos e oportunidades climáticas. É apresentada também, em anexo, uma [tabela de correspondência entre as recomendações da TCFD](#) e o canal de comunicação onde reportamos a informação mais detalhada para o efeito.



O exercício de avaliação e reporte é dinâmico, sendo revisto de forma contínua, de modo a garantir que as nossas práticas de gestão e reporte se mantêm alinhadas com as necessidades do mercado de capitais e adequadas face ao contexto empresarial no qual o Grupo se enquadra.

GOVERNANCE

A sustentabilidade na Altri tem em consideração os aspetos ambientais, sociais e de *governance* em todas as operações. A nossa preocupação e o nosso esforço são claros - contribuir para o desenvolvimento sustentável e assentar as prioridades estratégicas em objetivos de melhoria contínua, inovação e sustentabilidade. Neste sentido, o Conselho de Administração (CA) delega na Comissão Executiva (CE) a responsabilidade de assegurar a gestão da sustentabilidade e das alterações climáticas, com o apoio da Comissão de Sustentabilidade e da Direção de Sustentabilidade.

Em 2021 a Altri criou a Comissão de Sustentabilidade (CS), cujo principal objetivo é o de apoiar o CA na definição e no acompanhamento da estratégia de sustentabilidade, em alinhamento com o 'Compromisso 2030', integrando a temática das alterações climáticas (ex. avaliar e gerir riscos e oportunidades das alterações climáticas; propor metas e iniciativas de redução de emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE); proceder à revisão de estratégias, metas e orçamentos e monitorização do desempenho, entre outros). A CS reúne pelo menos com uma periodicidade trimestral e reporta diretamente ao CA¹².

A Comissão de Sustentabilidade conta com o apoio da Direção de Sustentabilidade, que lidera o trabalho diário e operacional, em alinhamento com outras áreas relevantes do Grupo, com responsabilidade direta na implementação e gestão diária dos temas de sustentabilidade e alterações climáticas (ex. Operacional, Jurídica, Recursos Humanos, Aprovisionamento e Logística, Abastecimento Florestal e de Madeira, Financeira, Relações com Investidores e Comercial). Adicionalmente, a Direção de Sustentabilidade, pela figura da Diretora Executiva de Sustentabilidade, reporta de forma direta e regular à Comissão Executiva.

ESTRATÉGIA

Alinhados com a visão e estratégia, ambicionamos ser uma empresa de referência na produção de fibras celulósicas de eucalipto, assente numa gestão florestal sustentável. Para concretizar esta ambição, definimos como objetivo a implementação de processos de melhoria contínua do desempenho ambiental, nomeadamente, a diminuição da pegada ecológica, o aumento da eficiência operacional nas unidades industriais, o aumento da produtividade e a promoção de uma gestão florestal sustentável. Alicerçados nesta visão, e sendo as alterações climáticas um tema material, monitorizamos os riscos e oportunidades associados às alterações climáticas, identificando os riscos transitórios (ex. político/legal, reputacional, entre outros), os riscos físicos (ex.: agudos) e as oportunidades climáticas (ex.: novos produtos e serviços, eficiência de recursos, entre outros).

¹² Mais detalhes sobre a composição, funções e competências da CS podem ser consultados no Capítulo [Sobre nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações](#).

RISCOS CLIMÁTICOS

Tipo de Risco	Descrição e impacto do risco	Resposta Altri
Transição – Político e Legal Regulação existente e emergente/ aumento do preço das emissões de GEE	As fábricas da Altri (Biotek, Caima e Celbi) estão abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE, EU-ETS). Com a passagem da fase III para a fase IV do CELE (2021-2030), a alocação de licenças gratuitas irá ser reduzida, pelo que pode ser necessário adquirir licenças de emissão de CO _{2e} caso as fábricas não acompanhem a transição energética e os objetivos europeus definidos, podendo ter um impacto financeiro relevante, principalmente com o aumento do preço do CO _{2e} .	<ul style="list-style-type: none"> . No âmbito do 'Compromisso 2030', estabelecemos diversas metas de redução de GEE, nomeadamente: consumir 100% da energia primária de origem renovável e reduzir em 60% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2, contribuindo ambas para o <i>Science Based Target</i> (SBT) submetido (em fase de validação e aprovação pela SBTi). . Implementação anual de diversas iniciativas de eficiência energética e redução de emissões de GEE. . Certificação ISO 50001 das fábricas Biotek, Caima e Celbi. . Projeto <i>Caima Go Green</i>: investimento futuro de €40M na Caima para tornar as operações neutras em carbono (biomassa face a combustíveis fósseis).
	A questão das alterações climáticas tem forte relevância nos últimos anos e, sobretudo, desde que o Parlamento Europeu declarou a emergência climática e ambiental e promoveu diversos compromissos relevantes (ex. Compromisso 1,5°C, <i>Fit for 55</i> , <i>Green Deal</i>). Nesse sentido, a maioria dos <i>stakeholders</i> está mais atenta às questões relacionadas com o clima, exigindo novas soluções e produtos de baixo carbono.	Investimento futuro numa unidade industrial (Espanha), com capacidade de produção anual de 200 mil toneladas de pasta solúvel e fibras sustentáveis, contribuindo para o reforço da economia circular e descarbonização do setor têxtil. Desenvolvimento do projeto Fiber4Fiber, o qual pretende desenvolver pastas solúveis de celulose para a produção de fibras de base celulósica como a viscose e lyocell, permitindo distinguir os produtos com origem renovável. A Altri define diversos critérios e procedimentos para minimizar os impactos ambientais, por exemplo a política de abastecimento de madeira e áreas de conservação e biospots. As florestas geridas pela Altri possuem mais de 8,1 milhões de toneladas de <i>stock</i> de CO ₂ em biomassa viva. A implementação de uma tecnologia inovadora de cozimento de madeira (Digestor de Material de Granulometria Fina) melhorou a eficiência de utilização da matéria-prima, aumentando a capacidade de produção (2,5%) e reduzindo o consumo específico de madeira e desperdícios.
Físico – Agudo Aumento da frequência e severidade de eventos climáticos extremos	O aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos (ex. tempestades, inundações, secas, altas temperaturas e/ou incêndios) podem ter um impacto negativo na estabilidade do abastecimento de madeira, que é a principal matéria-prima do processo produtivo. A madeira é proveniente de florestas próprias e o restante é adquirido principalmente a fornecedores da Península Ibérica e uma pequena fração de fontes certificadas na América do Sul. Por outro lado, períodos de seca mais prolongados e temperaturas elevadas, aumentam o risco de incêndios florestais, colocando em risco os nossos ativos florestais em Portugal, comprometendo o valor de ativos biológicos.	<ul style="list-style-type: none"> . Membro ativo da AFOCELCA (agrupamento de empresas para vigilância e combate aos incêndios florestais). 2,9 M€ investidos em silvicultura preventiva e 3,8 M€ nos dispositivos de deteção e combate aos incêndios florestais da AFOCELCA. . Definição de Estratégia de combate aos incêndios florestais, tendo por base quatro critérios técnicos: tempos de chegada; ataque inicial em massa (golpe único); dano material; perigo potencial. . Reflorestação de 2.000 ha de acordo com as melhores práticas em vigor e envolvimento de mais de 300 pessoas na prevenção, vigilância e combate a incêndios rurais. . Investimento nos Viveiros do Furadouro, com uma capacidade de produção anual de cerca de 7 milhões de plantas para plantação nas florestas e/ou venda a clientes. . Adesão ao act4nature Portugal, comprometendo-nos publicamente a proteger, promover e restaurar a biodiversidade.

Tipo de Oportunidade	Descrição e impacto da oportunidade	Resposta Altri
----------------------	-------------------------------------	----------------

Produtos e serviços

Desenvolvimento e expansão de produtos/ serviços *low carbon*

A nossa cadeia de valor assenta principalmente na utilização de recursos renováveis, p.e. produtos de biomassa. Os regulamentos europeus de clima e energia, o EU-ETS e a Diretiva de Energia Renovável (RED), enfatizam a produção de energia com origem renovável, incluindo a biomassa. Por outro lado, a Estratégia de Bioeconomia da Comissão Europeia (atualizada em 2018 em alinhamento com os ODS e o Acordo de Paris) também apoia o desenvolvimento de indústrias baseadas em biomassa e a substituição parcial de produtos não renováveis por alternativas mais sustentáveis e de base biológica. Espera-se que a bioeconomia desempenhe um papel importante na economia de baixo carbono nos próximos anos. O estabelecimento de acordos favoráveis dentro desses esquemas em relação a incentivos ao uso de soluções baseadas em matérias-primas renováveis, o uso de biomassa e a produção de outras energias isentas de carbono podem ser vantagens competitivas para nós e para a indústria.

Desde a Fase III do EU-ETS, o número de licenças foi reduzido, pressionando diferentes indústrias a acelerarem o caminho da transição energética. Adicionalmente, alinhada com a descarbonização da economia e o Acordo de Paris, a Fase IV (2021-2030) é mais rigorosa em termos de atribuição de licenças de emissão, reduzindo as licenças gratuitas. As três fábricas da Altri estão abrangidas pelo EU-ETS, e duas delas, a Biotek (em Vila Velha de Ródão) e a Celbi (em Leirosa) recebem licenças gratuitas de atribuição de CO₂e. No entanto, apesar das reduções das licenças durante a fase III do EU-ETS, as medidas de redução das emissões implementadas permitiram que a Altri tenha um excesso de licenças em carteira, que podem ser comercializadas num mercado em alta, considerando que iremos continuar com o investimento em medidas e programas de eficiência energética, na aposta nas energias renováveis, na redução das emissões de GEE e nos produtos e serviços de baixo carbono.

A utilização de fontes de energia com origem 100% renovável representa uma oportunidade: reduzir a nossa dependência energética dos combustíveis fósseis; atingir de forma mais rápida a neutralidade carbónica, em alinhamento com o compromisso português e europeu (2050) e com a nossa estratégia e 'Compromisso 2030'; e reduzir os custos associados aos consumos de energia e emissões de CO₂.

. Utilização de biomassa, quer através do licor negro (subproduto do processo de produção de pasta e por sua vez combustível renovável) e/ou através de biomassa florestal residual no processo de produção de eletricidade. A energia elétrica produzida pelas nossas unidades industriais é suficiente para suprir as necessidades das fábricas, estando a autossuficiência energética garantida.
. Investimento futuro numa unidade industrial em Espanha, capacitada para produzir anualmente 200 mil toneladas de pasta solúvel e fibras renováveis, contribuindo para o reforço da economia circular e descarbonização do setor têxtil.
. Desenvolvimento do projeto Fiber4Fiber, o qual pretende otimizar as pastas solúveis de celulose para a produção de fibras têxteis de base celulósica, como a viscose e *lyocell*, permitindo distinguir os produtos com origem renovável.

. Certificação ISO 50001 das fábricas Biotek, Caima e Celbi.
. Implementação anual de diversas iniciativas de eficiência energética e redução de emissões de GEE.
. Projeto *Caima Go Green*: investimento futuro de €40M na Caima para tornar as operações neutras em carbono (biomassa em detrimento de combustíveis fósseis).

. Projeto *Caima Go Green*: investimento futuro de €40M na Caima para tornar as operações neutras em carbono (biomassa em detrimento de combustíveis fósseis).
. Utilização de biomassa proveniente de licor negro (subproduto do processo de produção de pasta e por sua vez combustível renovável) e biomassa florestal residual no processo de produção de eletricidade. A energia elétrica produzida utilizada para suprir as necessidades das fábricas.

Fonte de Energia

Participação em mercados de carbono

Fonte de Energia

Uso de fontes de energia de baixa emissão

GESTÃO DE RISCO

Para a Altri, uma alteração substantiva (impacto financeiro) pode ser descrita como aquela que nos pode afetar diretamente ou à nossa cadeia de valor: financeiramente, alterações relevantes nos principais KPI financeiros (ex. receitas), ou estrategicamente, como é o caso das alterações que impossibilitem a prossecução dos nossos objetivos estratégicos.

A gestão de risco é levada a cabo numa perspetiva de criação de valor, com uma identificação clara das situações que constituem uma ameaça suscetível de afetar os objetivos do negócio¹³. A gestão do Grupo, assente em critérios de sustentabilidade, assume um papel cada vez mais determinante no seio da organização, sendo que a gestão do risco é monitorizada, de uma forma holística (incluindo as componentes ambiental e social), cada vez com maior acuidade.

¹³ Vide capítulo [Gestão de Risco](#).

MÉTRICAS E METAS

Os investidores e outras partes interessadas requerem um entendimento profundo de como uma organização mede e monitoriza os seus riscos e oportunidades, nomeadamente dos que estão relacionados com as alterações climáticas. O acesso às métricas e metas utilizadas pela organização permite que os *Stakeholders* avaliem melhor a potencial relação risco-retorno da organização, a capacidade de cumprir as obrigações financeiras, a exposição geral aos impactos climáticos e o progresso na gestão, mitigação e adaptação aos mesmos.

O modo como gerimos a sustentabilidade na Altri considera diversas métricas inter-relacionadas, alinhadas com a descarbonização da economia e diversas metas, no âmbito do Compromisso 2030¹⁴.

MÉTRICAS	TARGETS
Energia e Clima <ul style="list-style-type: none"> Consumo específico de energia (GJ/tSA); Emissões específicas de GEE de âmbitos 1, 2 e 3 (kg CO₂e/tSA); Emissões evitadas (t CO₂e); Consumo de Vapor (t/tSA); Elettricidade renovável produzida e injetada na REN (GWh) e consumo de energia primária de origem renovável nas fábricas Altri (GJ); Sequestro de carbono (t CO₂e). 	Energia e Clima <ul style="list-style-type: none"> SBT (aprovação em curso): reduzir as emissões específicas de GEE de âmbitos 1+2 (kg CO₂e/tSA) em 60% até 2030. SBT (aprovação em curso): reduzir as emissões específicas de GEE de âmbito 3 (kg CO₂e/tSA) em 30% até 2030. Aumentar em pelo menos 60% a quantidade de energia elétrica renovável injetada na REN (GWh) até 2030. 100% da energia primária consumida nas unidades industriais da Altri ser de origem renovável até 2030.
Economia Circular <ul style="list-style-type: none"> Origem renovável das matérias-primas utilizadas (%); Valorização de subprodutos e resíduos (%). 	Economia Circular <ul style="list-style-type: none"> 100% dos resíduos processuais valorizados ou reutilizados.
Biodiversidade <ul style="list-style-type: none"> Consumo de madeira com certificação de gestão florestal (%); Área sob gestão de conservação natural (ha); Número de estações de biodiversidade e <i>biospots</i> (n.º). 	Biodiversidade <ul style="list-style-type: none"> Aumentar em 40% a percentagem do consumo de madeira com certificação de gestão florestal até 2030 (act4nature). Duplicar a área sob gestão de conservação natural (ha) (act4nature). Desenvolver 13 estações de biodiversidade e <i>biospots</i> (n.º) (act4nature).
Água e efluentes <ul style="list-style-type: none"> Carga orgânica (CQO, kg O₂/tSA) nos efluentes industriais da Altri; Uso específico de água (m³/tSA). Mapeamento do uso de água em zonas de stress hídrico (%). 	Água e efluentes <ul style="list-style-type: none"> Reduzir o uso específico de água (m³/tSA) nas unidades industriais da Altri em 50% até 2030 (act4nature). Reduzir a carga orgânica (CQO, kg O₂/tSA) nos efluentes industriais da Altri em 60% até 2030.

PRÓXIMOS PASSOS

Temos a ambição de reforçar a incorporação das questões climáticas na estrutura de apetência ao risco do Grupo e considerá-las em todos os processos e decisões de negócio. No entanto, a identificação e quantificação dos impactos das alterações climáticas é um processo em contínuo desenvolvimento. Na Altri temos o compromisso de continuar a refinar a abordagem de gestão de riscos e oportunidades climáticas, estando comprometidos com a melhoria contínua nas atividades, tendo como objetivo desenvolver novas práticas de gestão no que se refere às alterações climáticas, assim como melhorar o alinhamento do reporte com as recomendações da TCFD e outros referenciais relacionados.

¹⁴ Vide capítulo [Compromisso 2030](#).



01 Governança

A Altri planeja manter uma supervisão sólida do CA sobre os riscos e oportunidades climáticas, alinhada com o Compromisso 2030. Diferentes líderes da empresa devem ser chamados a refletir sobre as implicações das alterações climáticas nas atividades da empresa e na sua cadeia de valor.



02 Estratégia

A Altri pretende aprofundar as diferentes análises para apresentar avaliações de impacto mais detalhadas dos riscos e oportunidades climáticas, para diferentes horizontes temporais e cenários de temperatura, reforçando a forma como são consideradas as questões relacionadas com o clima em todas as áreas de negócio, tomada de decisões estratégicas e planeamento financeiro.



03 Gestão de Risco

A Altri planeja continuar a aprofundar as análises de riscos climáticos (riscos de transição e físicos), aperfeiçoando a quantificação dos impactos financeiros, de modo a implementar medidas de mitigação e gestão mais adequadas e a alavancar o desenvolvimento de oportunidades de negócio, apoiando a execução estratégica da Altri.



04 Métricas e Metas

A Altri compromete-se com a revisão contínua das atuais métricas e metas (ex. objetivos de redução de GEE-SBT; circularidade; produção de energia renovável) e com o estabelecimento de novas métricas e metas (ex. incentivos financeiros ao nível da gestão de topo associados à gestão das alterações climáticas; preço interno de carbono) adequadas à gestão dos riscos e oportunidades climáticas identificadas.

Impacto Climático

305-1

305-2

305-3

305-4

305-5

Procuramos que o nosso impacto no clima seja cada vez mais positivo, nomeadamente através da substituição de materiais de origem fóssil, da gestão sustentável da floresta e da oferta de soluções renováveis. Os efeitos positivos no clima consequentes da nossa ação são atingidos através do sequestro de carbono pela absorção de CO₂ da atmosfera pelas árvores, assim como através da substituição de materiais de origem fóssil e finita por materiais renováveis.



Combateamos as alterações climáticas através do fornecimento de materiais renováveis, da eficiência de produção e da gestão florestal sustentável.

Estimativa do impacto climático anual da Altri

	tCO ₂ e				
	2019	2020	2021		
			Altri Indústria	Altri Florestal	Total
Emissões de GEE de Âmbito 1 – Emissões diretas					
Emissões diretas das operações	133 294	122 419	120 971	3 090	124 061
Emissões de GEE de Âmbito 2 – Emissões indiretas					
Emissões indiretas – emissões associadas à aquisição de eletricidade (<i>market-based</i>)	36 417	21 407	23 326	66	23 392
Emissões indiretas – emissões associadas à aquisição de eletricidade (<i>location-based</i>)	43 690	23 743	22 317	85	22 402
Emissões de GEE de Âmbito 3 – Outras emissões					
Compras de bens e serviços	119 468	119 668	112 295	2 886	115 181
Atividades relacionadas com os combustíveis e a energia não incluídas nos âmbitos 1 e 2	22 228	16 130	23 628	203	23 831
Transporte a montante (madeira e produtos químicos)	80 272	54 917	80 856	19	80 875
Tratamento de resíduos gerados das operações, incluindo transporte	2 860	2 014	2 172	—	2 172
Transporte a jusante (produto)	53 120	45 266	43 650	—	43 650
Outras emissões relacionadas com fornecedores	20 008	15 044	2 950	19 724	22 674
Total – Emissões de GEE de Âmbito 3	297 956	253 039	265 550	22 832	288 383
Total – Emissões de GEE de Âmbito 1, 2 (<i>market-based</i>) e 3	467 668	396 865	409 847	25 988	435 836
Outras – Emissões evitadas associadas à venda de eletricidade	(186 555)	(154 961)	(15 353)	—	(15 353)
Outras – Reservatório de carbono na floresta	(8 044 739)		—	(8 176 442)	(8 176 442)
Outras- Emissões biogénicas da combustão de combustíveis não fósseis (tCO ₂ biogénicas)	1 544 501	1 466 622	1 381 374	—	1 381 374

Emissões diretas (âmbito 1)

As nossas emissões diretas estão associadas sobretudo, nas fábricas de pasta, à combustão de combustíveis fósseis e ao processo de fabrico de pasta e, na atividade da Altri Florestal, à utilização de combustíveis fósseis em equipamentos estacionários e frota, bem como às emissões diretas e indiretas de N₂O resultantes da aplicação de fertilizantes. Em 2021, em linha com as melhores práticas de reporte, passaram também a ser incluídas no âmbito 1 as emissões de CH₄ e N₂O associadas à utilização de combustíveis não fósseis, nas fábricas de pasta. Apesar da inclusão deste novo tipo de fonte, o total de emissões de âmbito 1 manteve-se praticamente inalterado.

Emissões indiretas (âmbito 2)

As emissões indiretas de âmbito 2 estão associadas à produção da eletricidade adquirida pela Altri a terceiros. Em 2021 registou-se um aumento global de 8% nestas emissões (calculadas segundo o *market-based method*) resultado essencialmente do aumento, na mesma ordem de grandeza, do conteúdo carbónico da eletricidade adquirida.

Outras emissões indiretas (âmbito 3)

As emissões da cadeia de valor – a montante e a jusante da operação própria – representam cerca de dois terços do nosso total de emissões. A categoria mais relevante corresponde à produção de bens e serviços adquiridos, onde são contabilizadas as emissões associadas à produção da madeira e dos produtos químicos utilizados nas fábricas de pasta, bem como dos fertilizantes e fitofármacos aplicados nos viveiros e áreas florestais sob gestão Altri. O transporte subcontratado, a montante e a jusante das instalações (em especial madeira para as fábricas de pasta e produto pasta para instalações de clientes) é também relevante. As outras emissões de fornecedores estão associadas a transportes internos realizados por terceiros nas fábricas e às operações subcontratadas de silvicultura, exploração florestal e defesa da floresta contra incêndios.

Em 2021 foi ajustada a metodologia de contabilização de algumas categorias de emissões indiretas, em particular a categoria 3 (atividades relacionadas com os combustíveis e eletricidade não incluídas nos âmbitos 1 e 2), em que passaram a ser consideradas as perdas de eletricidade não apenas na

rede de transporte mas também na rede de distribuição, e na categoria 4 (transporte a montante (madeira e produtos químicos)), em que passou a ser incluído também o transporte de plantas para os viveiros da Altri Florestal.

Emissões biogénicas de CO₂

A utilização de combustíveis não fósseis - biomassa e subprodutos do processo de produção de pasta - é considerada neutra em termos de emissões de CO₂, uma vez que corresponde à libertação de carbono que foi removido da atmosfera através do crescimento dessa mesma biomassa. Em 2021, a Altri passou a contabilizar e reportar as emissões biogénicas¹⁵ de todos os combustíveis de origem não fóssil utilizados nas suas fábricas: biomassa florestal residual; licores sulfíticos (licores negros); outros gases de origem biogénica gerados no processo de produção; e biogás gerado no tratamento anaeróbio dos efluentes.

Reservatório de carbono

No final de 2021 estavam armazenadas nas áreas florestais sob gestão Altri, 8.2 milhões de toneladas de CO₂, referentes ao *stock* de carbono acumulado em 88.267 hectares de floresta sob gestão própria, dos quais 37,173 hectares são arrendados.

Cálculo integrado da pegada de carbono Altri

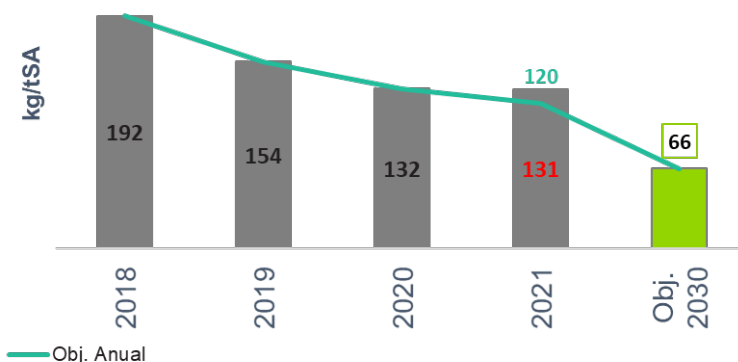
Estamos a implementar um processo de contabilização integrada das emissões, remoções e armazenamento de carbono que ocorrem ao longo de toda a cadeia de valor – produção florestal, fabrico de pasta e utilização de produtos – através do qual pretendemos quantificar e comunicar, de forma rigorosa e transparente, o impacto climático líquido da nossa atividade e o nosso contributo para o ODS 13.

Consideramos fundamental apostar na redução das nossas emissões totais, mas sobretudo apostar na melhoria da eficiência dos nossos processos, pelo que monitorizamos o valor de emissões específicas e os nossos compromissos de redução assentam sobre os mesmos.

O nosso compromisso até 2030 é reduzir em 60% as emissões específicas de âmbito 1 e 2 e 30% as emissões de âmbito 3. Este ano apresentamos resultados de redução das emissões específicas de âmbito 1 e 2 de cerca de 33% em relação ao valor base de 2018, estando a progredir na persecução do estabelecido nos nossos compromissos.



Emissões GEE âmbito 1 e 2



¹⁵ Em linha com as orientações da metodologia The GHG Protocol, estas emissões de CO₂ são reportadas separadamente, atendendo à sua natureza distinta. As emissões de CH₄ e N₂O que ocorrem também na combustão destes combustíveis estão contabilizadas em âmbito 1.

Medidas implementadas em 2021 para a concretização do compromisso**Biotek:**

Otimização do regime de funcionamento da caldeira de recuperação e da turbina associada

Gestão das emissões de Âmbito 3

Na Altri, reconhecemos que a nossa responsabilidade ultrapassa o impacto direto das nossas operações, apostando cada vez mais na redução de impactos negativos ao longo da nossa cadeia de valor. Por este motivo, temos vindo a implementar iniciativas que incluem intervenientes da nossa cadeia de valor, no sentido de melhorarem a sua *performance* e reduzirem os seus impactos negativos.

Gigaliners (case study 1):

Desenvolvemos com a Luís Simões uma parceria inovadora em Portugal, que nos permitiu criar uma alternativa de transporte mais eficiente e ambientalmente mais sustentável. A solução consiste no desenvolvimento de veículos de transporte de 25,25 metros, designados por *gigaliners*, que fazem o transporte de pasta de papel entre a nossa unidade industrial na Leirosa (Celbi) e o Porto Marítimo da Figueira da Foz.

A Luís Simões coloca ao nosso serviço oito veículos que reúnem um conjunto de características que fazem desta a solução mais eficiente para efetuar esse transporte. Esta combinação permite circular com um peso bruto até 60 toneladas, além de apresentar pesos por eixo inferiores aos máximos permitidos por lei atualmente, por ter oito eixos, permitindo uma redução estimada em cerca de 30% no desgaste nas vias rodoviárias, comparativamente ao desgaste provocado pelos veículos convencionais.

Esta solução multimodal rodo-marítima surge da necessidade de se encontrarem fórmulas alternativas de agregar valor à cadeia de abastecimento, através do desenvolvimento e implementação de soluções eficientes, aumentando a competitividade de ambas as empresas.

Benefícios:

- . Redução em cerca de 33% do número de camiões a circular entre a Celbi e o Porto da Figueira da Foz (equivalente a 40 000 veículos por ano)
- . Redução do consumo total de combustível em cerca de 15% por tonelada/percurso percorrido

A chave, passa pelo desenvolvimento de soluções que aumentem a eficiência do transporte sem aumentar o volume de tráfego.

A solução desenvolvida pela Luís Simões, em parceria com a Altri, contou com o *know-how* da Reta – Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, empresa do grupo Luís Simões que se dedica ao desenho de veículos adaptados a atividades específicas dos clientes.



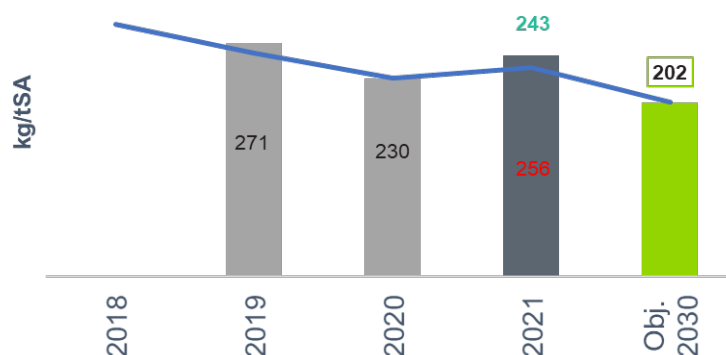
**GRANDES NO TAMANHO
pequenos na pegada ecológica**

Máquinas híbridas (case study 2):

Temos ao nosso serviço desde dezembro de 2021, a segunda máquina híbrida em Portugal para corte de madeira. Esta aposta prende-se com a nossa ambição em diminuir a pegada de carbono, estendendo esse compromisso às atividades florestais e à nossa cadeia de valor. Dado que o mercado deste tipo de equipamentos ainda se encontra pouco desenvolvido, as primeiras atividades a serem abrangidas são as de exploração florestal e preparação de terrenos. Pretendemos estar na linha da frente quanto à evolução do mercado no setor, impulsionando a utilização deste tipo de tecnologia junto da bolsa de fornecedores de serviços da Altri Florestal.

Esta tecnologia híbrida tem um funcionamento diferente de um automóvel, uma vez que as baterias são auto carregadas e não ligadas à energia. A parte híbrida desta máquina debita à volta de 120 cavalos que complementam os 400 cavalos Diesel.

Esta máquina trabalha a uma média de 1 200 rotações por minuto (rpm), enquanto uma máquina sem esta tecnologia trabalha a 1 750/1 800 rpm. No trabalho com madeiras de maior porte, verifica-se uma maior eficiência e maior poupança, uma vez que o híbrido permite uma aceleração estável, ao contrário dos picos de consumo verificados nas máquinas convencionais. Assim, o menor consumo de combustível e o desempenho estável do motor representam menos emissões de gases com efeito de estufa para o ambiente.



Medidas implementadas em 2021 para a concretização do compromisso

Altri Florestal:

Apoio a fornecedor de serviços na aquisição de uma máquina processadora (*harvester*) híbrida. O modelo (*Logset*) permitirá uma poupança significativa de combustível que se reflete diretamente na redução de emissões

O contributo dos nossos produtos para o combate às alterações climáticas

O combate às alterações climáticas e a redução dos impactos ambientais estão na agenda de várias empresas a jusante, o que valoriza as nossas práticas e nos destaca de forma positiva no mercado. Contribuímos para soluções sem plástico e renováveis que promovem a redução dos impactos dos nossos clientes.

Na Altri, colaboramos regularmente com projetos que visam minimizar o impacto climático e contribuir para ser parte da solução no combate às alterações climáticas. A batalha contra as alterações climáticas não pode ser posta de parte, sendo que é mais importante do que nunca acelerar a transição para uma bioeconomia circular. O mundo precisa de materiais renováveis e recicláveis para combater as alterações climáticas e limitar o uso de recursos finitos, que tenham uma grande pegada de carbono. Estes materiais podem diminuir o impacto climático, promover uma vida mais saudável,

reduzir os químicos no ambiente, promover a durabilidade dos produtos e uma abordagem mais circular para materiais e carbono.

Enquanto o consumo de têxteis continua a aumentar, os consumidores estão cada vez mais conscientes dos impactos negativos das fibras artificiais de origem petrolífera e do algodão. Tendo em conta as alterações climáticas, produtores, retalhistas e donos de marcas estão a repensar cada passo da cadeia de valor – desde o fornecimento de matérias-primas, à produção, embalagem e logística. Quando os nossos produtos substituem outros, de origem fóssil ou doutras alternativas não renováveis, estamos a beneficiar significativamente o clima.

Temos vindo a aumentar a área de floresta sob a nossa gestão, o que nos permite garantir um desempenho mais sustentável nos nossos produtos, que são baixos em carbono, apoiando a mitigação de alguns dos desafios mundiais nas questões do clima. O benefício climático e a valorização económica de plantar floresta são obtidos enquanto promovemos a biodiversidade e outros aspetos sustentáveis.

Queremos ser líderes no combate às alterações climáticas, priorizando:

- Biodiversidade
- Uso do solo
- Benefícios climáticos
- Comunidades resilientes

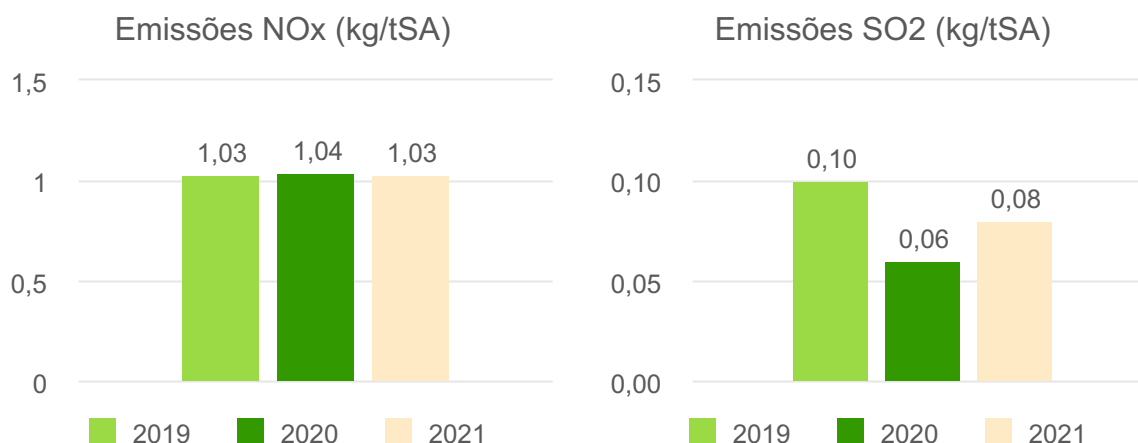
Estando bem informados das condições de crescimento das árvores, podemos intervir nas flutuações de crescimento que possam ocorrer devido às alterações climáticas. As nossas florestas apoiam um fornecimento de madeira competitivo e criam valor através da gestão sustentável, mitigando os impactos das alterações climáticas e otimizando o uso do solo.

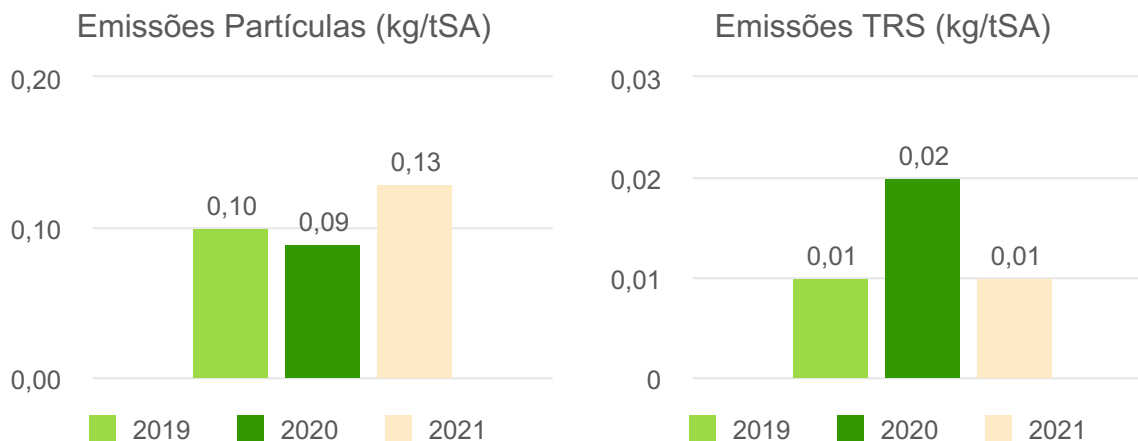
Emissões gasosas

305-7

As emissões gasosas resultam essencialmente dos processos de combustão, incluem dióxido de carbono (CO₂), dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NOx) e partículas finas. Quando não é gerido corretamente, o CO₂ contribui para o aquecimento global, enquanto as emissões de SO₂ e NOx afetam a qualidade do ar e podem causar chuvas ácidas e acidificação do solo.

Na Altri, trabalhamos para reduzir as emissões atmosféricas através da (crescente) utilização de energias provenientes de fontes renováveis, melhorando a eficiência energética e apostando em tecnologias limpas, como por exemplo lavadores de gases e filtros de mangas associados a sistemas avançados de controlo processual.





Economia Circular

A otimização dos processos industriais é uma preocupação constante nas empresas da Altri, sendo a redução da produção de resíduos um princípio subjacente ao modo como desenvolvemos a nossa atividade. No entanto, e uma vez que os processos de eliminação deste fluxo se revelam de extrema complexidade, considerando todo o processo produtivo, o nosso foco é a valorização dos resíduos, reintegrando-os no nosso processo produtivo, ou a sua valorização através da utilização noutras indústrias, nomeadamente através da integração dos princípios de bioeconomia circular.

BIOECONOMIA CIRCULAR

A bioeconomia circular integra os conceitos de economia circular e de bioeconomia focando-se na utilização de matérias-primas naturais em ciclos fechados.

O conceito de bioeconomia circular aplicado à gestão florestal estimula o aproveitamento dos recursos, como a madeira, biomassa e produtos florestais não lenhosos, e a valorização dos serviços do ecossistema, contribuindo para a redução da exploração de matérias-primas naturais e para a promoção da inovação e desenvolvimento de produtos com valor acrescentado nas indústrias de base florestal e em novos setores de que são exemplo os setores químico, farmacêutico ou têxtil.

São vários os exemplos de projetos desenvolvidos com o objetivo de promover a economia circular, nomeadamente:

- O projeto **HIGH2RPAPER**¹⁶



¹⁶ Vide capítulo [Aposta na excelência e inovação tecnológica](#).

- Cozimento de material fibroso de granulometria fina¹⁷
- O ácido acético e o furfural¹⁸

Para a concretização do objetivo da Altri de valorizar e reutilizar 100% dos resíduos processuais, assumido no Compromisso 2030, promovemos a criação de parcerias para o desenvolvimento de novos modos de utilização dos subprodutos, em substituição de matérias-primas virgens.

Os resíduos para os quais estamos à procura de novas soluções são:

Dregs



Grits



Lamas de Cal e Cinzas Forno



Cinzas Caldeiras Biomassa



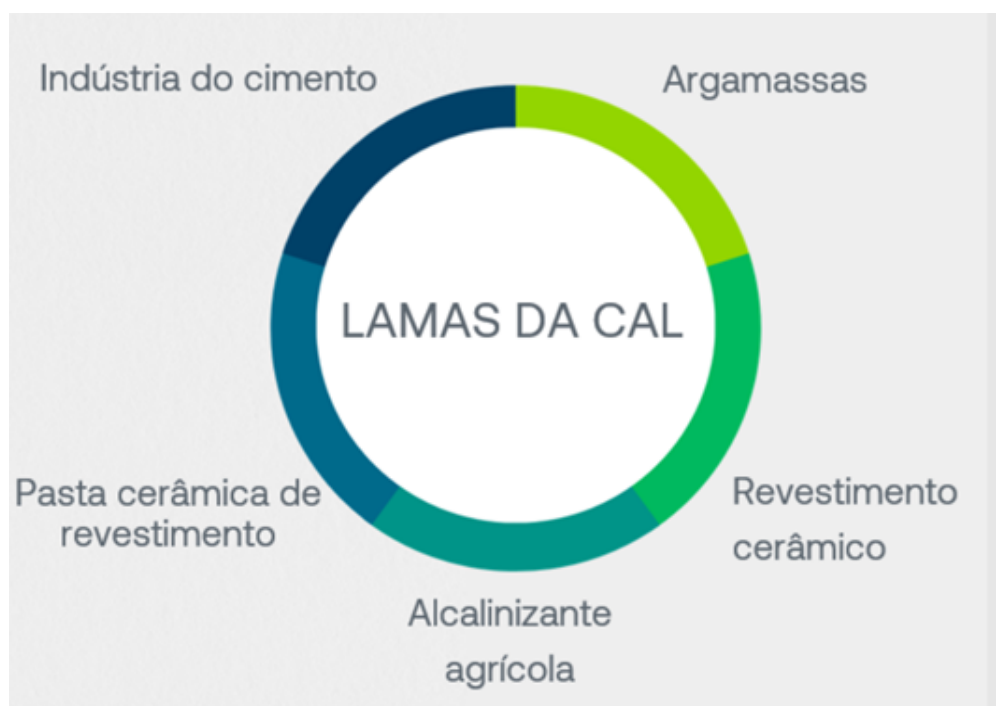
Areias e Escórias Caldeiras



Lamas Primárias



Atualmente, é realizada a valorização de lamas de cal no processo de fabrico do cimento. Foram efetuados ensaios para incorporação de lamas de cal na produção de pasta cerâmica de revestimento e, em lotes argilosos para a produção de revestimento cerâmico. Foram realizados testes de incorporação de cinzas do forno da cal no processo de fabrico de pasta de cerâmica de porcelanato e em lotes de feldspato.



¹⁷ Vide capítulo [Aposta na excelência e inovação tecnológica](#).

¹⁸ Vide capítulo [Aposta na excelência e inovação tecnológica](#).

No âmbito do *Kobetsu* 'Retorno às origens', foram identificadas possíveis aplicações de resíduos produzidos nas nossas instalações industriais, com vista à sua aplicação para melhorar a qualidade dos solos, nomeadamente das plantações de eucalipto, que são a nossa principal matéria-prima. O objetivo é devolver elementos que foram retirados à floresta na madeira e na biomassa, presentes nos resíduos. Atualmente, encontra-se em análise a possibilidade de utilizar as lamas de cal e as cinzas da caldeira de biomassa como corretivo alcalinizante dos solos e a utilização das areias de leito fluidizado no enchimento de depressões existentes nos caminhos florestais. Esta utilização permitirá o recurso a resíduos para obter as mesmas finalidades que recursos naturais virgens que, embora abundantes, não são inesgotáveis.



Parcerias com Universidades e Institutos Superiores

Na Altri temos colaborado com Universidades e Institutos Superiores, disponibilizando resíduos produzidos nas nossas unidades industriais para projetos de desenvolvimento de novos produtos nos quais essas instituições estão envolvidas.

Estabelecemos uma colaboração com a Universidade de Aveiro e outras instituições do sistema científico nacional, no sentido de desenvolver produtos com e para empresas parceiras, onde serão incorporados resíduos produzidos nas nossas atividades, com aplicações distintas na área da construção, cerâmica e vidro. A importância desta parceria, visando a substituição direta de matérias-primas por resíduos, reside no desenvolvimento de mecanismos que suportem e criem condições para essa aplicação.



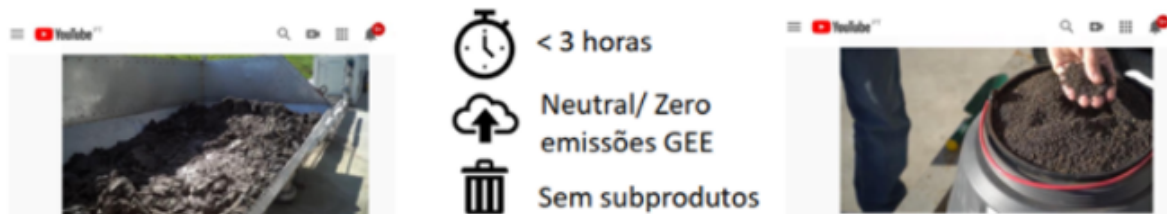
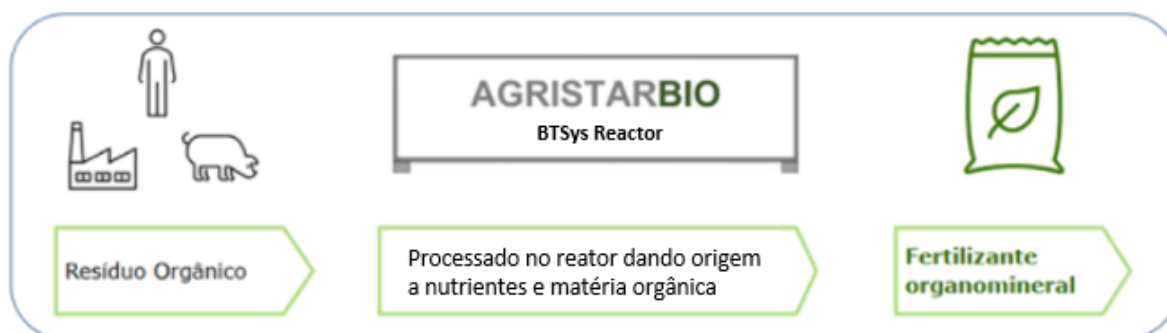
Pretendemos acrescentar valor aos resíduos, através de iniciativas e parcerias, permitindo a redução da extração de matérias-primas virgens e contribuir para uma economia circular. As nossas unidades industriais têm características específicas que permitem a implementação e o desenvolvimento de diferentes projetos de valorização de resíduos.

BIOTEK

Agristarbio – produção de fertilizante a partir de lamas secundárias da ETAR

Este projeto-piloto pretende criar uma solução de valorização dos resíduos orgânicos através da produção de fertilizantes, utilizando lamas secundárias como matéria-prima. As lamas resultam de efluentes provenientes da estação de tratamento de águas residuais industriais (ETARI) da Biotek, resultantes do tratamento de efluentes do fabrico de pasta de fibras celulósicas. O projeto foi desenvolvido em parceria com a Agristarbio, empresa proprietária da tecnologia aplicada na instalação, que teve como objetivo o desenvolvimento e produção de fertilizantes organominerais, ajustados às necessidades do binómio solo-cultura, otimizados para serem utilizados nas florestas e plantações próprias. O produto resultante é um substituto dos adubos químicos de síntese e sendo rico em matéria orgânica contribui para uma melhor fertilização e estrutura do solo.

Projeto para a fabricação de fertilizante a partir das lamas secundárias da ETARI Biotek

*Otimização forno da cal*

O processo produtivo tem um elevado consumo de cal, proveniente de um fornecedor externo, aumentando os custos e a geração de resíduos processuais. Com base nas nossas políticas de melhoria contínua foi desenvolvida uma metodologia que permite reduzir o consumo de cal. Este projeto veio otimizar o processo em três vertentes:

- aumento da capacidade de produção do forno da cal, permitindo uma maior eficiência produtiva e uma menor dependência de fornecedores externos e de outros fatores de produção, não controlados pela Altri;
- redução da produção de resíduos e consequente diminuição da pegada ambiental;
- benefício económico que resulta da poupança no consumo de cal e da redução dos custos de transporte dos resíduos anteriormente produzidos.

Recolha e tratamento de gases mal odorosos na Biotek

Os *Concentrated Not Condensable Gases* (CNCG) e *Stripped off Gases* (SOG), são gases que resultam do processo de evaporação e são normalmente enviados para o forno da cal ou caldeira de recuperação.

Atualmente, na Biotek, o tratamento dos CNCG e SOG não permite a recuperação de químicos, nomeadamente de enxofre, fator que desequilibra o balanço químico das instalações. Os CNCG têm um alto teor em enxofre - um dos constituintes dos licores de cozimento - sendo uma matéria-prima essencial ao processo de produção de pasta. Pretendemos efetuar estudos de comparação técnico-económica das soluções tecnológicas disponíveis para conversão do enxofre presente nestes gases em ácido sulfúrico, promovendo a sua valorização química e energética e consequente redução dos impactos ambientais negativos.

ALTRI FLORESTAL

No âmbito do Projeto RePLANT está em desenvolvimento o protótipo de um equipamento ARD (Alfaia, Ripper e Discos) para mobilização localizada do solo e plantação. O protótipo em teste está a ser desenvolvido pela empresa FRAVIZEL e já se efetuaram testes na Calha do Grou. Esta alfaia tem como objetivo efetuar duas operações de preparação do solo para a plantação em simultâneo: a ripagem e a gradagem. Além disso tem a possibilidade de efetuar uma fertilização de fundo.



O desenvolvimento desta máquina permite a otimização na preparação dos solos para replantação, diminuindo o número de passagens necessárias diminuindo o calcamento do solo e ainda o consumo de combustíveis fósseis, dado que permite três operações em simultâneo.

Água

303-3

303-4

A água é um bem cada vez mais escasso, tendo Portugal atingido em 2021 a situação de seca meteorológica em cerca de 94% do seu território¹⁹. A nível nacional, cerca de 8% do consumo de água deve-se à indústria²⁰, acrescentando responsabilidade em empresas como a Altri na gestão responsável deste recurso. Neste sentido, procuramos gerir o uso da água, o seu consumo e a sua descarga de modo a gerar o menor impacto negativo possível sobre o meio ambiente.

¹⁹ IPMA, 2022. Evolução da Situação de Seca Meteorológica. Informação disponível aqui: https://www.ipma.pt/pt/media/noticias/news.detail.jsp?f=pt/media/noticias/textos/Evolucao_seca_meteorologica_2021_2022.html

²⁰ APA, 2016. Volumes captados por setor e região. Informação disponível aqui: <https://rea.apambiente.pt/content/press%C3%B5es-quantitativas-e-qualitativas-sobre-os-recursos-h%C3%ADricos>

Uso de água



- % de água captada devolvida ao ambiente
- % de água captada evaporada ou no processo

De modo a melhorar a gestão do uso da água e dos efluentes líquidos, têm sido implementadas diversas medidas de monitorização e melhoria da eficiência, entre outras.



Requalificação das operações de lavagem de forma a permitir o fecho de circuitos e a consequente redução do consumo de água.



Verificação das caixas e condutas da rede de incêndios para deteção e reparação de fugas;
Inspeção e reparação das torres de arrefecimento de água;
Criação de condições para reciclagem da água branca, devolvida pelos clientes locais;
Melhoria da segregação de condensados da evaporação para reutilização no processo de fabrico;
Requalificação do processo de lavagem de forma a permitir o fecho de circuitos e a consequente redução do consumo de água

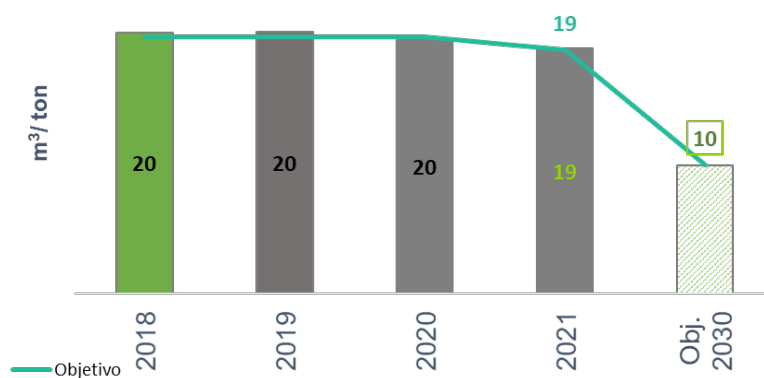


Análise de indicadores e normalização de desvios relativamente aos valores estabelecidos;
Verificação das caixas subterrâneas da rede de incêndios para deteção e reparação de fugas;
Inspeções e melhorias nas torres de arrefecimento;
Redução dos transbordos de águas de selagem;
Colocação de um permutador na instalação das emissões difusas para diminuir a temperatura da água morna produzida, de forma a manter a rede de águas equilibrada;
Utilização de água recuperada na instalação das emissões difusas;
Listagem das possíveis utilizações de efluente clarificado no lugar de água de processo ou água de 45°C.

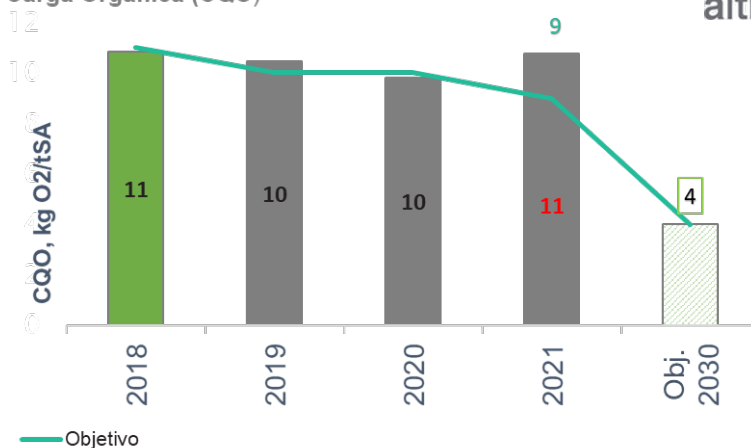
As medidas implementadas e os esforços de sensibilização interna para o uso responsável de água contribuíram para a diminuição de 1% do valor de uso específico de água face aos resultados do ano anterior.



Uso específico de água



Carga Orgânica (CQO)



Medidas implementadas em 2021 para a concretização do compromisso

Biotek:

Otimização dos fatores de diluição nos equipamentos de lavagem de pasta
 Otimização dos fechos de circuito alcalinos do branqueamento
 Otimização e estabilização das condições processuais do branqueamento para a melhoria do seu desempenho e consequentemente para a redução da carga orgânica nos efluentes gerados

Caima:

Colocação ao serviço do 2º bioreator do tratamento anaeróbico

Energia

302-1 302-3 302-4

Na Altri, temos vindo a trabalhar no sentido de melhorar a eficiência energética dos nossos processos produtivos, o que tem representado uma redução contínua do consumo de energia e, consequentemente, dos custos. O desenvolvimento de medidas e melhorias é suportado pelos processos implementados nas fábricas, estando todas certificadas pela ISO 50001- Sistema de

Gestão da Energia, o que representa a garantia de melhoria contínua associada à promoção da eficiência energética.

Em 2021, registou-se uma redução de 3% no consumo total de energia, tendo sido observado um aumento de 0,4% no consumo de energia elétrica e uma redução de 3% no consumo de energia térmica. Relativamente ao consumo específico de energia, que relaciona os valores do consumo de energia com os valores de produção, registou-se uma redução de 5%, o que revela uma melhoria significativa da eficiência dos processos produtivos, que atualmente necessitam de 14,5 GJ por cada tonelada produzida, menos 0,7 GJ por tonelada em comparação com 2020.

Iniciativas implementadas para a melhoria da eficiência energética:

Celbi

- Priorização de consumo no parque de madeiras nas horas de vazio
- Inspeções/levantamento de fugas de vapor e reparação
- Inspeções/levantamento de fugas de ar comprimido e reparação
- Melhorias no sistema de condensação de turbina (alteração de ângulo de pás)
- Levantamento de *loops* de controlo com possibilidade de melhoria de eficiência energética de bombagem

Biotek

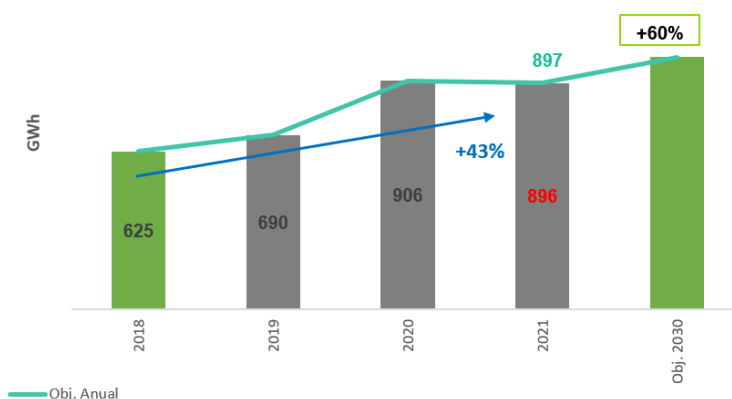
- Substituição de lâmpadas de halogéneo e fluorescentes por iluminação LED
- Instalação de conversores de frequência
- Substituição de motores antigos por motores de elevada eficiência energética

Caima

- Instalação de permutador no branqueamento e otimização do funcionamento dos compressores



Energia elétrica injetada na rede nacional

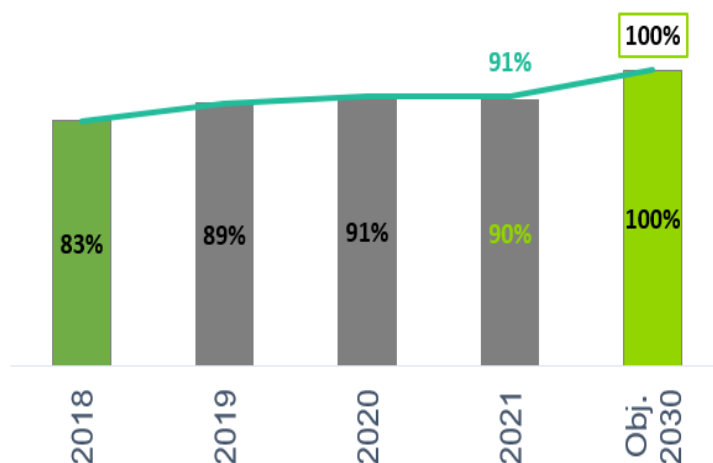


Medidas implementadas em 2021 para a concretização do compromisso

Upgrade da turbina da Ródão Power
Aumento da estabilidade e injeção da Ródão Power
Autoconsumo da Ródão Power



Energia de origem renovável



Medidas implementadas em 2021 para a concretização do compromisso

Altri:

Avaliação da viabilidade de projetos de produção de energia elétrica renovável para auto-consumo a partir de energia solar fotovoltaica

Biotek e Celbi:

Utilização de hidrogénio verde nos fornos de cal da Biotek e da Celbi

Contactos com fornecedores para a identificação de soluções alternativas viáveis disponíveis no mercado

Caima:

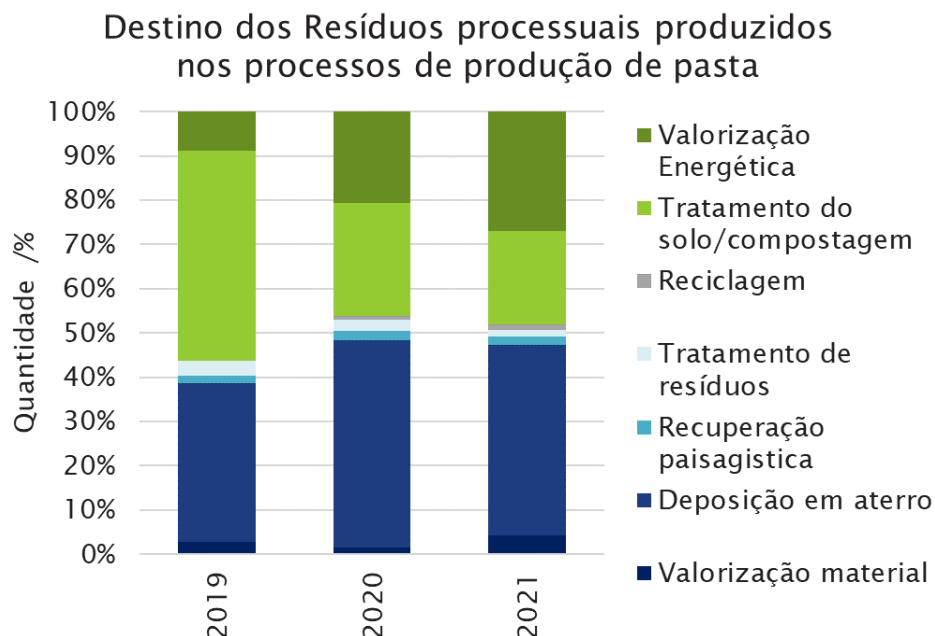
Entrada em exploração da nova central a biomassa da Caima (licenciamentos e adjudicação dos equipamentos principais)

Colocação ao serviço do segundo bioreator anaeróbico na Caima (maior produção e aproveitamento de biogás) que levará à estabilização do processo e permitirá reduzir o uso de gás natural como combustível de recurso em caso de perturbação

Resíduos

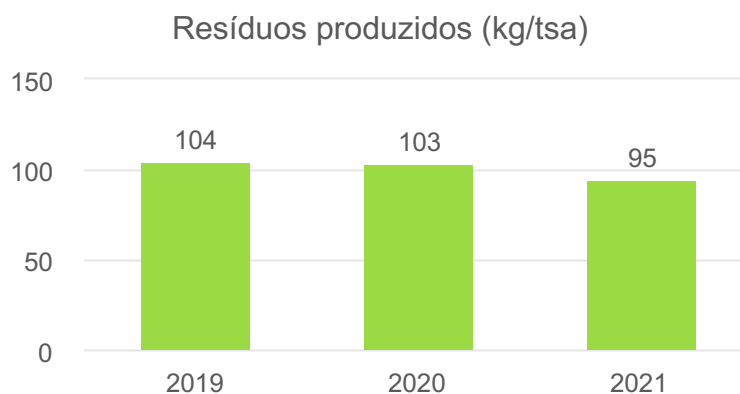
306-3

Pela natureza da nossa atividade, quase 100% dos resíduos produzidos são resíduos não perigosos, o que significa que apenas uma parte ínfima dos resíduos tem o potencial de representar um risco para a saúde pública ou para o ambiente. Mesmo representando uma parte pouco significativa, levamos a cabo todas as medidas necessárias para garantir que estes resíduos são devidamente encaminhados e tratados, eliminando os riscos de potenciais impactos negativos.



Tem-se observado um aumento relevante na valorização energética dos resíduos que produzimos. Essa valorização representa o destino de cerca de 26% dos resíduos processuais, quando em 2019 representava cerca de 9%. Atualmente, 42% dos resíduos processuais das unidades industriais têm como destino final a deposição em aterro, o que representa uma melhoria do desempenho relativamente a 2020, em que cerca de 47% dos resíduos tinham esse destino.

Para além de apostarmos na valorização dos nossos resíduos, apostamos também na eficiência dos nossos processos, no sentido de gerar cada vez menos resíduos, evitando as operações de tratamento. Tem sido visível a melhoria do nosso desempenho, tendo conseguido uma redução de cerca de 9% nos resíduos gerados, por tonelada de pasta produzida, face a 2019.



Medidas implementadas em 2021 para a concretização do compromisso

Biotek

- Dinamização de projetos de otimização operacional na área do forno da cal, melhorando o rendimento da instalação com a consequente redução de resíduos produzidos.

Altri

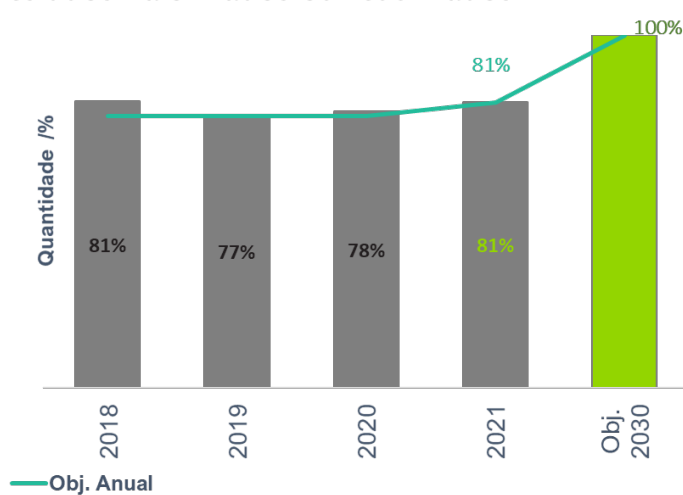
- Desenvolvimento de projeto de investigação na área da reutilização de resíduos processuais para a transformação em novos produtos.

Altri Florestal

- Instalação de um ensaio, em ambiente controlado, para comparação de novos fertilizantes organominerais (AgriStarBio), produzidos a partir de lamas de ETARI.



Resíduos valorizados ou reutilizados



Taxonomia

Taxonomia UE para atender aos requisitos do regulamento (UE) 2020/852

A União Europeia tem vindo a desenvolver esforços no sentido de dar resposta aos grandes desafios ambientais mundiais e orientar a sociedade para o desenvolvimento sustentável.

Dada a natureza dos desafios ambientais mundiais, é necessário seguir uma abordagem sistémica e prospetiva da sustentabilidade ambiental, que contrarie as crescentes tendências negativas, nomeadamente as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, o consumo excessivo de recursos, a escassez de alimentos, a acidificação dos oceanos, a deterioração das reservas de água doce e a alteração do sistema de uso do solo, bem como o aparecimento de novas ameaças, como produtos químicos perigosos e os seus efeitos combinados.

A prossecução destes objetivos exige a alocação de um valor substancial de capital a projetos sustentáveis, pelo que se deve procurar fomentar os mesmos e eliminar os obstáculos ao seu financiamento. Adicionalmente, existe a necessidade crescente de transparência e inclusão de riscos ambientais e sociais nos modelos de governo das empresas e de como estas dão resposta aos mesmos.

A União Europeia envidou esforços para harmonizar os critérios que definem se uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental. Neste sentido, o Regulamento UE 2020/852 (Taxonomia UE) promove a harmonização e financiamento transfronteiriço das empresas e das atividades, com o propósito de facilitar a angariação do financiamento para projetos sustentáveis do ponto de vista ambiental. Este Regulamento estabelece critérios uniformes de seleção dos ativos subjacentes a estes investimentos.

A regulação da taxonomia da União Europeia publicada no jornal oficial da União Europeia a 22 de junho de 2020 estabelece o *framework* de suporte à classificação das atividades economicamente sustentáveis do ponto de vista ambiental para efeitos de investimento, apresentando-se como um instrumento chave para se atingir o caminho da neutralidade carbónica proposto pela Comissão Europeia e adotado em 2019 com o Pacto Ecológico europeu.

Deste modo, para dar cumprimento a essa regulação foram publicados em 2021 no jornal oficial da União Europeia dois atos delegados:

- i. a 9 de dezembro de 2021, o ato delegado relativo ao clima, com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2022. Este regula os critérios de avaliação para aferir se uma atividade é sustentável do ponto de vista ambiental ao contribuir para os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, e para estabelecer se essa atividade económica não prejudica significativamente o cumprimento de nenhum dos restantes objetivos ambientais estabelecidos na regulação da taxonomia da União Europeia e se realiza em conformidade com as salvaguardas mínimas sociais; e
- ii. a 10 de dezembro de 2021, o ato delegado relativo ao artigo 8º, com aplicação a partir de 1 de janeiro de 2022. Este regula o reporte de informação financeira ambiental para as empresas abrangidas pela Diretiva de Relato de Informação Não Financeira (que será substituída pela Diretiva sobre o Reporte de Sustentabilidade Corporativo), nomeadamente a proporção da receita (volume de negócios), das despesas de capital (CapEx) e das despesas operacionais (OpEx) que estejam associadas a atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Desde a sua constituição, a Altri tem vindo a desenvolver a sua atividade de forma ética, íntegra e transparente, proporcionando resultados que são fruto da sua visão de gestão, da eficiência dos seus processos, da contínua inovação, do profissionalismo e competência da sua equipa, da competitividade da sua oferta e da sua reputação no mercado. Neste sentido, a Altri pretende continuar a desenvolver as ações necessárias para a posicionar como uma referência, garantindo o alinhamento com macro objetivos internacionais e mantendo a sua competitividade económica no longo prazo.

De acordo com a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, a Altri encontra-se obrigada à publicação de demonstrações não financeiras, pelo que se encontra no âmbito do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu de 18 de junho de 2020 – Definição de *Framework* que facilite o investimento sustentável. Desta forma, a Altri iniciou o processo de estruturação das práticas internas que permitam cumprir com os requisitos da Taxonomia UE e, desta forma, alinhar-se com as boas práticas de sustentabilidade e reporte de informação. A Taxonomia da UE é uma importante ferramenta de transparência, que permite reportar

o alinhamento das atividades (atuais e futuras) com o desenvolvimento sustentável, do ponto de vista ambiental.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a Altri divulga publicamente pela primeira vez neste relatório, informações sobre a chamada Taxonomia UE no que respeita à elegibilidade das suas atividades económicas relativamente aos objetivos climáticos, materializada pela dimensão do seu peso nos proveitos (volume de negócios), despesas operacionais (OpEx) e despesas de capital (CapEx).

No primeiro ano de aplicação, de acordo com o conteúdo do Ato Delegado (UE) 2021/2178 da Comissão Europeia, a Altri divulga a percentagem da receita (volume de negócios), despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx) referente às atividades elegíveis de acordo com a taxonomia, sem a necessidade de aferir os critérios técnicos de avaliação, ou seja, sem determinar o alinhamento das referidas atividades com os objetivos climáticos, determinando apenas qual a percentagem dos três indicadores que está associada a atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Especificação dos indicadores-chave de desempenho (ICD)

- i. **Volume de negócios:** A proporção do volume de negócios é calculada como a parte do volume de negócios líquido resultante de produtos ou serviços, associada a atividades económicas elegíveis de acordo com a taxonomia (numerador) dividida pelo volume de negócios líquido correspondente ao crédito reconhecido de acordo com as IFRS (denominador) nas rubricas Vendas e Prestações de serviços (Nota 41 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas);
- ii. **Despesas de capital (CapEx):** O denominador abrange as adições dos ativos fixos tangíveis e intangíveis durante o exercício, excluindo os efeitos resultantes de depreciações, amortizações e quaisquer remensurações, nomeadamente resultantes de reavaliações, justos valores e imparidades. O denominador abrange também as adições dos ativos fixos tangíveis e intangíveis resultantes de concentrações de atividades empresariais (entradas de perímetro ao custo histórico). O numerador corresponde à parte das despesas de capital incluída no denominador que:
 - a. esteja relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas elegíveis pela taxonomia;
 - b. seja parte de um plano para expandir as atividades económicas elegíveis pela taxonomia, ou para permitir que as atividades económicas elegíveis para a taxonomia se tornem alinhadas pela taxonomia;
 - c. esteja relacionada com a aquisição da produção de atividades económicas elegíveis pela taxonomia e com medidas individuais que capacitem a transformação das atividades em causa em atividades hipocarbónicas ou que permitam reduções das emissões de gases com efeito de estufa e desde que essas medidas sejam aplicadas e operacionais no prazo de 18 meses.
- iii. **Despesas operacionais (OpEx):** O denominador deve cobrir os custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, a locação a curto prazo, a manutenção e a reparação, bem como quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, pela Empresa ou por terceiros a quem sejam subcontratadas atividades, que sejam necessárias para assegurar o funcionamento continuado e efetivo desses ativos. O numerador corresponde à parte das despesas de capital incluída no denominador que:
 - a. esteja relacionada com ativos ou processos associados a atividades económicas elegíveis pela taxonomia, incluindo necessidades de formação e outras necessidades de adaptação dos recursos humanos, e custos diretos não capitalizados que representem investigação e desenvolvimento; ou
 - b. seja parte do plano CapEx para expandir as atividades económicas elegíveis pela taxonomia ou para permitir que as atividades económicas elegíveis para taxonomia se tornem alinhadas pela taxonomia num calendário predefinido;

- c. esteja relacionada com a aquisição da produção de atividades económicas elegíveis pela taxonomia e com medidas individuais que capacitem a transformação das atividades em causa em atividades hipocarbónicas ou que permitam reduções das emissões de gases com efeito de estufa, bem como com medidas individuais de renovação de edifícios e desde que essas medidas sejam aplicadas e operacionais no prazo de 18 meses.

Volume de negócios:

Percentagem do volume de negócios referente a atividades elegíveis

Atividades de negócio	Volume de negócios (Euros)	Volume de negócios (% do total)
A. Atividades elegíveis		
4.8 - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	6.097.653	1%
4.20 - Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	45.153.261	6%
Sub-total atividades elegíveis (A)	51.250.914	7%
B. Atividades não elegíveis		
Volume de negócios de atividades não elegíveis (B)	733.966.411	93%
Total volume de negócios consolidado (A+B)	785.217.325	100%

Uma vez que o core business do Grupo Altri é a produção de pasta branqueada de eucalipto, uma atividade não elegível, o volume de negócios do Grupo Altri referente a atividades elegíveis está, essencialmente, associado às atividades de: (i) produção de eletricidade a partir de bioenergia, e (ii) cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia, estando estas atividades incluídas na taxonomia dos anexos I e II do Ato Delegado do Clima (Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2021/2139), contribuindo as referidas atividades para o objetivo da mitigação das alterações climáticas. De referir que a principal atividade do Grupo se refere à produção e venda de pasta de papel, não sendo essa atividade elegível ao abrigo do Ato Delegado do Clima (Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2021/2139).

Despesas de capital (CapEx):

Percentagem das despesas de capital referente a atividades elegíveis

Atividades de negócio	CapEx (Euros)	CapEx (% do total)
A. Atividades elegíveis		
1.3. Gestão florestal	15.238.519	39%
4.20 - Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	4.512.780	12%
5.1. Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	45.420	0%
5.3. Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	1.101.953	3%
Sub-total atividades elegíveis (A)	20.898.672	54%
B. Atividades não elegíveis		
Volume de negócios de atividades não elegíveis (B)	18.150.719	46%
Total CapEx consolidado (A+B)	39.049.391	100%

O montante total de despesas de capital incluídas no denominador do indicador representa o montante total de adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 nas rubricas de

ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso (Notas 9, 12 e 10, respetivamente, do anexo às demonstrações financeiras consolidadas) referente a atividades continuadas.

Alocação das adições de ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso entre atividades continuadas e atividades descontinuadas

Adições de 2021	Ativos fixos tangíveis	Ativos intangíveis	Direitos de uso	Total
Atividades continuadas	30.367.853	279.931	8.401.607	39.049.391
Atividades descontinuadas	16.095.485	36.498.545	1.134.690	53.728.720
Total adições	46.463.338	36.778.476	9.536.297	92.778.111

As adições de ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso das atividades descontinuadas, tal como referido nas Notas 1 e 7 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, correspondem às adições ocorridas nas referidas rubricas no exercício de 2021 na Greenvolt e suas subsidiárias.

As despesas de capital incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo Grupo Altri estão essencialmente associadas às atividades de: (i) gestão florestal, (ii) cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia, (iii) construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água e (iv) construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, estando estas atividades incluídas na taxonomia dos anexos I e II do Ato Delegado do Clima (Regulamento Delegado da Comissão (eu) 2021/2139), contribuindo as referidas atividades para o objetivo da mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Relativamente às adições de CapEx associadas a atividades elegíveis, as mesmas foram, essencialmente, efetuadas de forma a aproximar o Grupo Altri dos objetivos definidos no quadro do Compromisso 2030 e Act4nature e que apresentam o seguinte detalhe:

- Ampliar a rede de estações de biodiversidade e *biospots*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Altri instalou 4 novas estações de biodiversidade e 2 *biospots* integrados nas áreas sob gestão florestal da Altri;
- Conservar e/ou restaurar os ecossistemas de elevado valor de conservação. Em 2021, o Grupo Altri implementou 5 projetos de relevância local que contribuíram diretamente para a conservação e restauro de valores naturais, estabelecendo as parcerias adequadas sempre que possível de âmbito local e privilegiando o contacto com a comunidade escolar;
- Desenvolver ações de conservação, restauro e promoção de valores ambientais, integradas com as atividades regulares de produção florestal em territórios de dimensão, importância e relevância ao nível da paisagem, contribuindo para as políticas regionais e nacionais de conservação da diversidade biológica e com impacto demonstrativo. Em 2021, o Grupo Altri instalou uma plataforma de nidificação dedicada ao fomento da população regional de Águia-de-Bonelli numa área sob gestão da Altri;
- Reduzir o uso específico de água (m³/tSA) nas unidades industriais da Altri em 50%. Para este objetivo, em 2021, o Grupo Altri investiu na reparação das torres de arrefecimento de água, criou condições para reciclagem da água branca devolvida pelas papeleiras, melhorou a segregação de condensados da evaporação para reutilização no processo de fabrico e instalou variadores de velocidade para melhorar o controlo de nível dos potes de águas de selagem de forma a evitar o transbordo;
- Reduzir a carga orgânica (CQO, kg O₂/tSA) nos efluentes industriais da Altri em 60%. Para este objetivo, em 2021, o Grupo Altri investiu na otimização dos fatores de diluição nos equipamentos de lavagem de pasta, na otimização dos fechos de circuito alcalinos do branqueamento e de estabilização das condições processuais do branqueamento para a melhoria da sua performance e consequentemente a redução da carga orgânica nos efluentes gerados;
- 100% da energia primária consumida nas unidades industriais da Altri ser de origem renovável. Neste âmbito, em 2021, o Grupo Altri passou a utilizar Hidrogénio Verde nos fornos de cal da Celbi e da Biotek, tendo entrado em exploração a nova central de biomassa da Caima, tendo sido colocado em serviço o 2.º bio reator anaeróbio na Caima (maior produção de biogás), o que permitirá reduzir o uso de gás natural como combustível de recurso em caso de perturbação, garantindo a otimização do fornecimento de biomassa à caldeira;

- Reduzir 30% as emissões de âmbito 3 (kgCO₂/tSA). A Altri Florestal apoiou um fornecedor de serviços na aquisição de uma máquina-processadora (harvester) híbrida. O modelo (Logset) permite uma poupança significativa de combustível que se reflete diretamente na diminuição das emissões.

Despesas operacionais (OpEx):

Percentagem das despesas operacionais referente a atividades elegíveis

Atividades de negócio	OpEx (Euros)	OpEx (% do total)
A. Atividades elegíveis		
1.3. Gestão florestal	3.787.605	8%
4.8 - Produção de eletricidade a partir de bioenergia	810.671	2%
4.20 - Cogeração de calor / frio e de eletricidade a partir de bioenergia	4.161.627	9%
5.1. Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	201.394	0%
5.3. Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	877.027	2%
Sub-total atividades elegíveis (A)	9.838.324	21%
B. Atividades não elegíveis		
Volume de negócios de atividades não elegíveis (B)	37.306.946	79%
Total OpEx consolidado (A+B)	47.145.270	100%

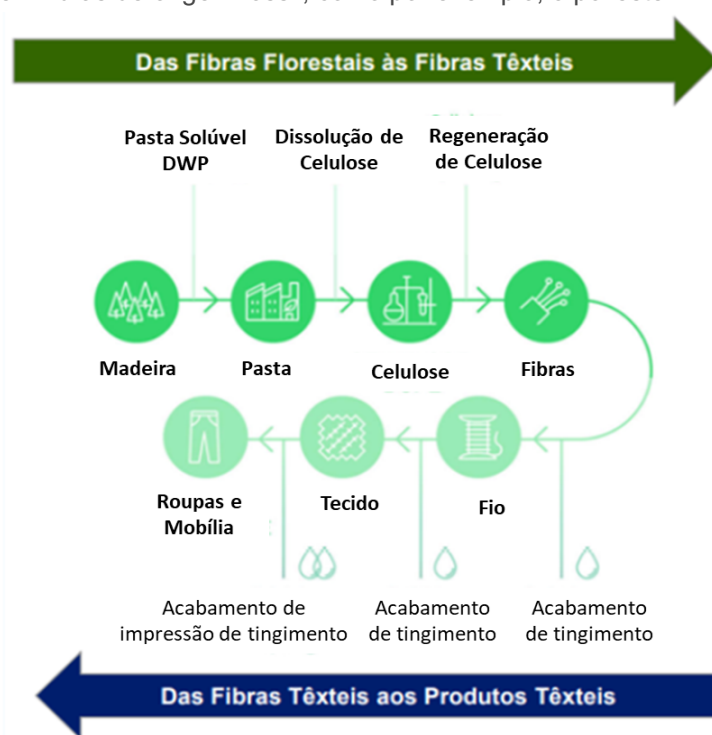
O montante total de despesas operacionais incluídas no denominador do indicador representa o montante total de gastos operacionais reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 nas linhas de custos com a atividade florestal, conservação e reparação e rendas e alugueres na rubrica de fornecimentos e serviços externos (Nota 43 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas).

As despesas operacionais do Grupo Altri estão, essencialmente, associadas às atividade de: (i) gestão florestal, (ii) produção de eletricidade a partir de bioenergia, (iii) cogeração de calor/frio e de eletricidade a partir de bioenergia, (iv) construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água e (v) construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, estando estas atividades incluídas na taxonomia dos anexos I e II do Ato Delegado do Clima (Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2021/2139), contribuindo dessa forma para o objetivo da mitigação e adaptação às alterações climáticas.

6. COMO CRIAMOS VALOR

Das fibras celulósicas às fibras têxteis

A indústria têxtil tem um enorme impacto no meio ambiente, desde o impacto dos microplásticos libertados para o ambiente, pelas lavagens (estima-se que represente 35% do total de microplásticos libertados para o ambiente²¹) até às emissões de gases com efeito estufa (estima-se que 10% das emissões mundiais tenham origem na produção de vestuário e de calçado²²). Complementarmente, o consumo mundial per capita de fibras têxteis tem vindo a aumentar exponencialmente, sendo esperado que atinja os 17,1 quilogramas por indivíduo em 2030 (atualmente o consumo per capita ronda os 14 quilos por pessoa). Considerando a premência deste tema, decidimos apostar na produção de fibras celulósicas para o setor têxtil, nomeadamente na produção de pasta solúvel de base florestal, que se revelam alternativas mais sustentáveis quando comparadas com as restantes soluções baseadas em fibras de origem fóssil, como por exemplo, o poliéster.



Fonte: Adaptação do Projeto GRETE

A produção de produtos têxteis a partir de fibras celulósicas processadas²³ é obtida a partir de processos de derivatização ou dissolução direta. Em ambos os casos o material de partida é uma pasta designada por “pasta solúvel”, obtida de madeira *softwood* (ex. pinho) ou *hardwood* (ex. eucalipto). A designação pasta solúvel, para a distinguir da pasta papeleira, implica em termos tecnológicos condições de cozimento da madeira mais agressivos, de modo que o produto acabado tenha características que permitam a sua dissolução.

²¹ Informação divulgada pelo parlamento europeu sobre “O impacto da produção e dos resíduos têxteis no ambiente”, disponível aqui: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20201208STO93327/o-impacto-da-producao-e-dos-residuos-texteis-no-ambiente-infografia>

²² Informação divulgada pelo parlamento europeu sobre “O impacto da produção e dos resíduos têxteis no ambiente”, disponível aqui: <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20201208STO93327/o-impacto-da-producao-e-dos-residuos-texteis-no-ambiente-infografia>

²³ Man Made Cellulosic Fibres – MMCF na terminologia inglesa.

CAIMA

Aplicação de pasta solúvel



A Caima é a única empresa em Portugal, e uma das poucas na Europa, a produzir pasta solúvel pelo processo do bissulfito de magnésio para utilização na indústria têxtil. Atualmente a Caima tem capacidade para produzir cerca de 125 mil toneladas de fibras celulósicas por ano.



1 Floresta Certificada

2 Transporte

3 Processo

4 Fibras celulósicas

5 Aplicações finais

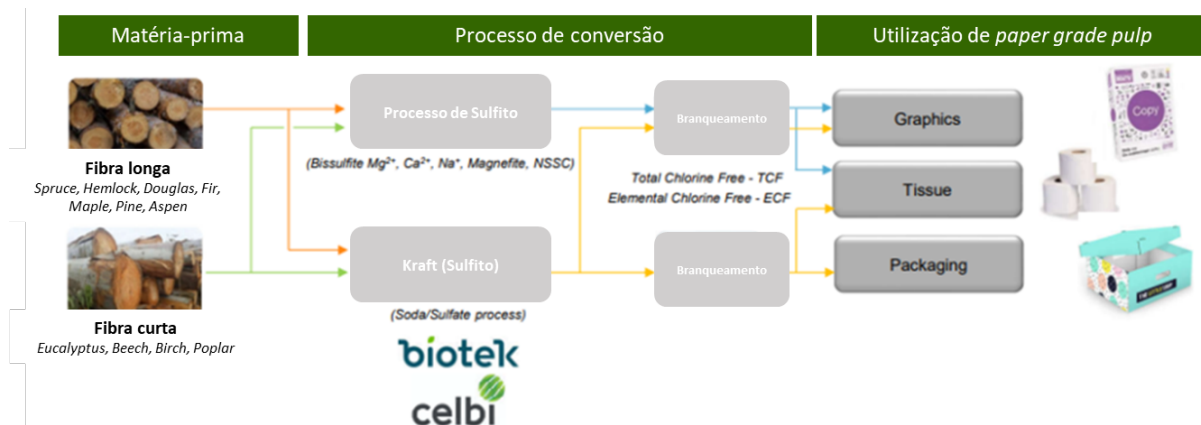
Sobre as fibras celulósicas têxteis

As fibras usadas na produção de fibras processadas de base celulósica têm a mesma origem biológica que as fibras papéisiras. O processo para chegar à fibra têxtil tem, no entanto, algumas diferenças significativas:

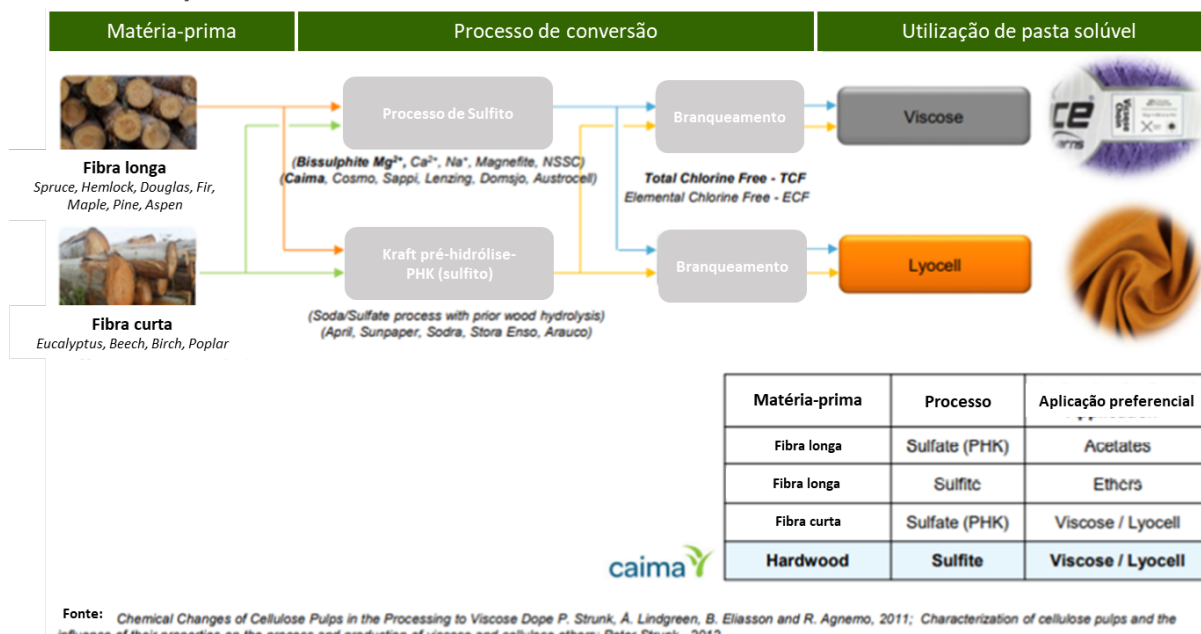
1. A pasta usada designa-se por solúvel, por oposição à papeleira porque têm um maior nível de despolimerização das cadeias de celulose (cadeias mais curtas) o que permite noutras etapas do processo, dissolver esta pasta num solvente adequado.

2. O grau de pureza em celulose (α -celulose) é superior ao das pastas papeleiras, o que se consegue eliminando, através de ataque ácido, complementado por tratamentos alcalinos, as hemiceluloses. A necessidade de ter produtos mais puros de celulose surge do facto de que, com as tecnologias atuais, as hemiceluloses provocam perdas de rendimento na conversão e geram fibras têxteis de qualidade inferior.

Da madeira a *paper grade pulp*



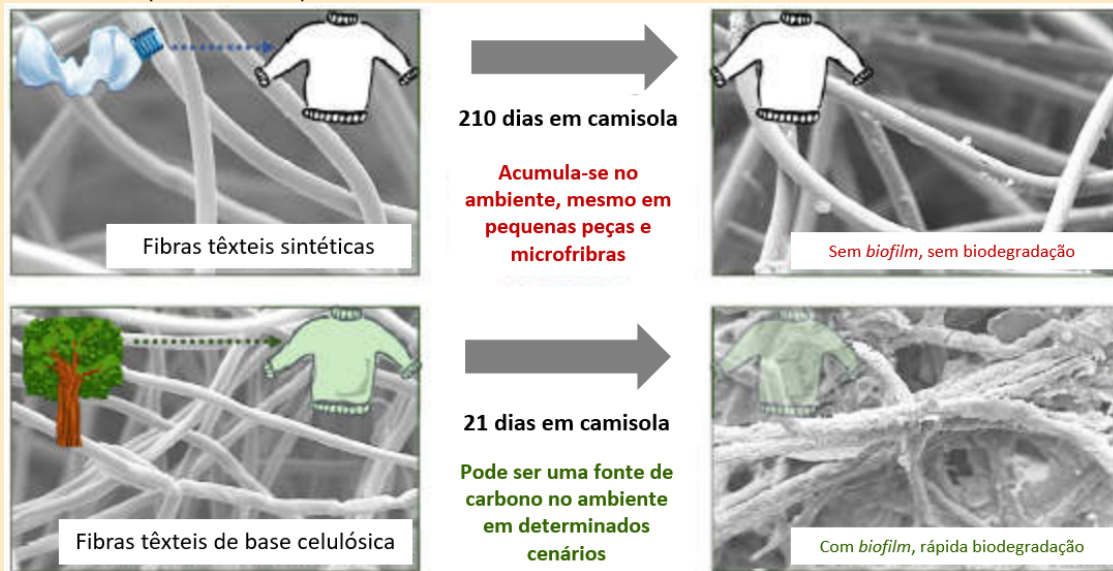
Da madeira a pasta solúvel



Embora com uma presença mais forte na produção de pasta para aplicações papeleras, nomeadamente *tissue*, impressão, escrita e especialidades, desde 2013 que marcamos presença no mercado das pastas solúveis para aplicações têxteis, através da Caima. Inicialmente vocacionados para produtos de fibras têxteis, como a viscose, iniciámos um processo de otimização do produto que permitiu consolidar a nossa posição como fornecedor sustentável. Atualmente, procuramos evoluir para a produção de pastas solúveis para clientes que produzem fibras têxteis, como o *lyocell*, e simultaneamente analisar oportunidades de evolução na cadeia de valor das fibras de base celulósica. Mantemos também uma forte atenção aos diferentes fluxos de materiais secundários que resultam dos processos industriais com vista a criar maior valor acrescentado.

Fibras têxteis de base celulósica: uma alternativa renovável, mais sustentável

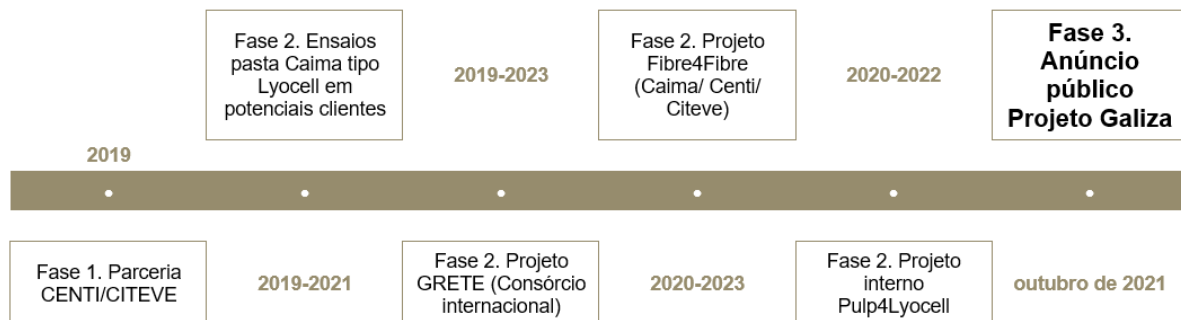
Com base num estudo científico de Análise de Ciclo de Vida de fibras celulósicas processadas, a fibra *lyocell* é a que apresenta menor impacto ambiental, à exceção da viscose produzida com fibras recicladas e do linho. Esta é uma tecnologia validada desde os anos 80 e apresenta uma alternativa, em termos de qualidade de produto e sustentabilidade, à viscose.



Fonte: Tradução de "Degradation of synthetic and wood-based cellulose fabrics in the marine environment: Comparative assessment of field, aquarium, and bioreactor experiments Sarah-Jeanne Royer, KaraWiggin, Michaela Kogler, Dimitri D. Deheyn; Science of the Total Environment 791 (2021) 148060

Iniciativas da Altri na fileira têxtil

O processo que agora culmina com o anúncio público do projeto Gama, a ser desenvolvido na Galiza, resulta de uma estratégia de criação de valor a longo prazo, que tem vindo a ser desenhada e implementada nos últimos anos, alinhada com a nossa visão, que se reflete no desenvolvimento das nossas atividades.



1. Sobre a parceria CENTI/CITEVE

O investimento no setor têxtil, baseado na produção de fibras celulósicas, foi definido como área estratégica para a Altri. A parceria com a CENTI e CITEVE teve um papel fundamental, que nos permitiu acelerar o desenvolvimento desta área. Esta parceria tripartida tem sinergias complementares face aos recursos que cada organização dispõe, unindo duas fileiras críticas para a economia nacional: Indústria de Fibras Celulósicas e Indústria Têxtil.

A Altri, é uma referência nos processos industriais de produção de fibras celulósicas. O CENTI detém competências únicas ao nível do desenvolvimento de materiais avançados e possui uma relação privilegiada com a indústria têxtil. O CITEVE é o centro de competência por excelência para toda a fileira têxtil portuguesa, marcando também presença na Ásia, América-latina e África.

Os nossos principais objetivos de cooperação são:

1. Aumentar a competitividade dos setores da pasta de fibras celulósicas para papel e têxtil nacional – Desenvolvimento de competências técnicas e de *know-how* interno que permita ao país e

às suas indústrias desenvolver, produzir e comercializar produtos de maior valor acrescentado, associados à fileira da pasta e papel, florestal e têxtil.

2. Suportar o desenvolvimento do negócio da Altri - Construção de uma base técnica e científica sólida que suporte a visão estratégica e desenvolvimento do negócio da Altri na área da pasta solúvel e respetivas fibras regeneradas de celulose nas suas diferentes tecnologias.

3. Desenvolver novos produtos renováveis com base em fibras celulósicas e processos inovadores – Acompanhamento do desenvolvimento da tecnologia e de processos que permitam produzir fibras funcionais e biomateriais de base celulósica de elevado valor acrescentado.

4. Criar plataforma de formação técnica e desenvolver capital intelectual – Desenvolvimento, consolidação e sistematização de informação científica e técnica de base, que permita formar ou reforçar as competências dos quadros em novas áreas do conhecimento, associadas às fibras de base celulósica mais sustentáveis.

A parceria está estruturada em três fases de investigação e desenvolvimento: i) conversão da pasta solúvel para fibra têxtil, ii) celulose regenerada para aplicações têxteis e técnicas e iii) fibras regeneradas de celulose para aplicações técnicas.



No âmbito destas parcerias, está a ser criado o novo Laboratório de Fibras Avançadas Altri, nas novas instalações do CENTI. Este novo laboratório irá suportar a nossa estratégia de desenvolvimento e inovação.

2. Projetos I&D

Temos apostado no desenvolvimento de projetos e iniciativas na fileira têxtil, de que são exemplo o projeto [GRETE](#), [FIBER4FIBER](#), e o projeto PDD02 - Pasta Solúvel para *Lyocell*, em desenvolvimento desde junho de 2020, na Caima.

3. Projeto Gama

Com base no nosso percurso de inovação e desenvolvimento na fileira têxtil, foi anunciada em outubro de 2021, a parceria com a Junta da Galiza para avaliar a possibilidade de um novo projeto

industrial. Este projeto prevê a produção anual de cerca de 200.000 toneladas de pasta solúvel e fibras sustentáveis, visando sobretudo o fornecimento do setor têxtil e enquadrando-se no programa 'Next Generation EU' e no Plano Nacional de Recuperação e Resiliência Espanhol. Este projeto está ainda enquadrado no Compromisso 2030 da Altri.

Esta unidade estará também capacitada para fornecer o *cluster* têxtil do Noroeste peninsular, contribuindo para o reforço da economia circular e para a descarbonização de um importante setor económico, como o setor têxtil.

7. OS NOSSOS STAKEHOLDERS

102-12 102-13 102-42 102-43

Reconhecemos a importância dos nossos *stakeholders* e do seu envolvimento para o nosso sucesso a longo prazo.



Manter o diálogo com os nossos *stakeholders* é fundamental para a identificação das suas preocupações, tendências globais e expectativas de mercado. O nosso envolvimento com os nossos *stakeholders* é realizado através de interações estruturadas, através de questionários de satisfação a clientes e trabalhadores, da auscultação de investidores²⁴ e através dos nossos canais de reclamações.

O envolvimento com os *stakeholders* nos media e redes sociais é também importante para perceber as opiniões, preocupações e tendências, tanto localmente, nas proximidades das nossas unidades empresariais, mas também ao nível do Grupo Altri, numa perspetiva mais global.

ASSOCIAÇÕES E COMPROMISSOS EXTERNOS

Em 2021, colaborámos ativamente com várias organizações, no sentido de dar resposta às principais necessidades e expectativas do mercado, nomeadamente:

- *Science Based Targets initiative*²⁵
- *Business Council for Sustainable Development (BCSD Portugal)*
- *United Nations Global Compact*
- *World Wildlife Fund (WWF)*
- COTEC Portugal
- CELPA - Associação da Indústria Papeleira

²⁴ Mais informação sobre os mecanismos de envolvimento de *stakeholders* disponíveis na Tabela GRI para a opção 'de acordo'- Essencial.

²⁵ A iniciativa "Science Based Targets" é uma colaboração entre CDP, World Resources Institute (WRI), World Wild Fund (WWF) e o Pacto Global das Nações Unidas (UNGC).

- Tecnicelpa
- *Confederation of European Paper Industries (CEPI)*
- *Iniciativa Business & Biodiversity*
- *Forest Stewardship Council (FSC Portugal)*
- AFOCELCA
- *International Union of Forest Research Organizations (IUFRO)*
- *Institut Européen de la Forêt Cultivée (IEFC)*
- Centro Pinus
- Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (ANEFA)
- Associação Empresarial da Região de Santarém (NERSANT)
- Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB)
- *Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) Portugal*
- IberLinx
- Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (ACIFF)
- CDP - Disclosure Insight Action

UN Global Compact

A Altri apoia os dez princípios do *Global Compact da ONU*, onde estão integrados os princípios de direitos humanos, alinhados com a nossa estratégia de sustentabilidade. O UN Global Compact apresenta um conjunto de iniciativas para encorajar as empresas em todo o mundo a assumirem a responsabilidade dos impactos provocados pelas suas operações. Anualmente, divulgamos publicamente o progresso do nosso compromisso no *website* do UN Global Compact.

Os *Science-based targets* são uma ferramenta que nos ajuda a assegurar que as reduções nas emissões de GEE, presentes no Compromisso 2030, estão a ser realizadas ao ritmo e escala necessários ao seu cumprimento.

Fornecedores

102-9 204-1 308-1 414-1

Ciente da importância do equilíbrio entre o desempenho financeiro e o seu contributo para o desenvolvimento sustentável, trabalhamos ao longo da nossa cadeia de valor com clientes, parceiros, fornecedores, instituições académicas e de investigação e *start-ups* para conduzir inovação e encontrar novas soluções para alguns dos desafios mundiais da sustentabilidade.

Os fornecedores são uma parte fundamental da cadeia de valor, uma vez que a nossa atividade está intrinsecamente ligada à capacidade de resposta dos fornecedores, tanto a nível da prestação de serviços e entrega de materiais como do cumprimento das exigências legais, fiscais, ambientais e políticas de sustentabilidade particularmente relevantes para a relação de confiança que desejamos manter com os fornecedores.

Com o propósito de promover a economia local e nacional, a origem dos nossos fornecedores é um importante critério para a seleção dos mesmos, sendo que em 2021, 84% do total de gastos com fornecedores foram com fornecedores nacionais²⁶.

²⁶ Em 2020 os gastos com fornecedores nacionais representavam 92% do volume total de compras e, em 2021, representam 84%, o que se deve a alterações sobretudo na Altri Abastecimento de madeira que teve uma substituição de fornecimentos de madeira nacional por importações, fruto de circunstâncias de mercado.

Gastos com Fornecedores



Com o objetivo de manter uma relação de proximidade e de facilitar a verificação daqueles que são os requisitos exigidos pela Altri, é solicitado aos fornecedores que se registem no Portal de Qualificação de Serviços Externos ("PQSE" ou "Portal") e facultem a documentação exigida, que é validada e verificada regularmente pelas nossas equipes.

A informação registrada no Portal permite também ao Grupo Altri ter um maior conhecimento sobre as políticas e práticas de gestão dos fornecedores. Atualmente, dos mais de 400 fornecedores registrados e aprovados para manterem relações contratuais com a Altri, existe já uma percentagem significativa com certificações relevantes em matéria de sustentabilidade, conforme detalhe no quadro abaixo.

Sistema de Gestão	% fornecedores certificados
Sistema de Gestão Ambiental - ISO 14001	22%
Sistema de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho - ISO 45001	17%
Sistema de Gestão de Energia - ISO 50001	4%
Sistema de Gestão de Qualidade - ISO 9001	39%

A existência do PQSE permite também que a avaliação dos fornecedores ocorra de forma simples, uma vez que esta é feita também através do Portal. Os critérios de avaliação incidem não só sobre a execução técnica, mas também por pontos de extrema relevância, como o comportamento em matéria ambiental e de saúde e segurança no trabalho. Os fornecedores são notificados do resultado detalhado da avaliação após a conclusão desta. Sempre que necessário são implementadas medidas corretivas, havendo, no entanto, uma preferência pelas medidas preventivas que são apresentadas ao longo de toda a relação contratual.

Acreditamos que esta proximidade se torna benéfica na relação com o fornecedor, tornando possível a atuação de forma preventiva e consequentemente a melhoria contínua da relação contratual.

Com o objetivo de fortalecer o compromisso e alinhamento dos objetivos do Grupo Altri com o dos seus fornecedores, está prevista a publicação do Código de Conduta do Fornecedor, que visa a obtenção de maior compromisso, entre outras matérias, no que respeita à Proteção do Ambiente, dos Direitos Humanos e Relações Laborais, com vista à obtenção de políticas de atuação mais sustentáveis.

Atualmente, e desde 2019, encontra-se implementado o Código de Conduta de Fornecedores de Serviços Florestais, o grupo de fornecedores mais significativo do Grupo, e junto do qual consideramos que temos a responsabilidade de atuar. O Código aplica-se aos trabalhadores, parceiros, fornecedores e subcontratados dos Fornecedores de Serviços Florestais, abrangendo uma parte significativa da cadeia de valor e ampliando a esfera de atuação.

Este documento estabelece que, todos aqueles que estão abrangidos pelo Código devem pautar a sua conduta pelos valores éticos que regem a Altri e cumprir com os princípios e regras do Código de Ética e Conduta da Altri²⁷.

²⁷ Vide capítulo [Governance, Ética, Políticas e Certificações](#)

Estratégia Fiscal

207-1

207-2

207-3

Abordagem tributária e Política fiscal da Altri

Alinhado com os nossos valores, temos um compromisso com os *stakeholders* de total transparência no processo de criação de valor económico. Sendo um contribuinte responsável e prudente, estamos empenhados em garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos fiscais, em todos os territórios em que desenvolvemos a nossa atividade, promovendo uma tributação consciente, incentivando a prevenção e a luta contra a fraude e procurando garantir que a estratégia fiscal é concordante com a atividade económica e as estratégias de negócios e comercial nas diversas localizações.

GRUPO ALTRI

- Os impostos pagos são o reflexo natural do nosso bom desempenho financeiro
- Temos o compromisso de melhorar continuamente o nosso desempenho económico e social
- Acreditamos que os nossos negócios desempenham um papel de liderança na contribuição para o desenvolvimento da sociedade por intermédio dos impostos pagos

De forma a garantir que este objetivo é alcançado, suportados por diretrizes internas e pelo rigoroso cumprimento das legislações locais, adotamos orientações internacionais em sede de políticas de preços de transferência, permitindo desta forma alinhar a política fiscal com as melhores práticas de mercado. Tendo em conta os padrões de reporte e comunicação cada vez mais elevados, comprometemo-nos ainda a seguir e a implementar proativamente uma política fiscal transparente e uma ação fiscal responsável, cumprindo com o contributo para a Sociedade nos territórios onde operamos, através do pagamento dos impostos.

Como acontece com qualquer outro gasto intrínseco ao processo de criação de valor económico, temos a obrigação de tratar os gastos fiscais como parte da nossa responsabilidade financeira para com os *stakeholders*. O imposto é apenas um dos muitos fatores que são levados em consideração no processo de tomada de decisão. Com base em motivos razoáveis e justificados, no nosso processo de tomada de decisão em resposta à atividade comercial, consideramos os eventuais efeitos dos incentivos fiscais e outros benefícios ou isenções concedidas pelo Estado.

Na Altri, não temos quaisquer investimentos em operações em jurisdições definidas pelo Conselho da União Europeia como jurisdições não cooperantes para fins fiscais ou em quaisquer jurisdições de sigilo semelhante. De acordo com a nossa estratégia fiscal as localizações das nossas empresas são motivadas por razões comerciais e de racional empresarial.

Conformidade fiscal e *governance*

Para assegurar uma gestão do risco fiscal adequada e o cumprimento da regulamentação fiscal, são dedicados recursos humanos adequados e suficientemente qualificados. Desta forma, as questões fiscais são geridas pela equipa fiscal, que é complementada pelo apoio de assessores fiscais, cujos serviços visam auxiliar no cumprimento das práticas fiscais locais.

Tendo em conta a dispersão das equipas que surge naturalmente com a presença em várias jurisdições, é promovida uma forte comunicação e diálogo contínuo entre a equipa fiscal central e as equipas fiscais presentes em cada geografia. Em situações em que existam incertezas ou questões sobre qualquer assunto, as equipas de cada geografia procuram expor a situação à equipa central, sendo definida uma estratégia de ação em conjunto, estratégia essa que pode exigir o envolvimento dos assessores fiscais. Desta forma, existe uma centralização das decisões em situações mais complexas.

A política fiscal da Altri é apoiada por análises comparativas das melhores práticas de mercado e controlos internos relacionados, com o objetivo de identificar e gerir possíveis riscos fiscais associados, garantindo a conformidade com as declarações e exigências fiscais locais, bem como outros requisitos existentes.

A Comissão Executiva é responsável pela supervisão e monitorização destas políticas, como parte intrínseca dos processos de gestão de risco da Altri.

A Comissão Executiva é sempre informada das principais implicações fiscais das transações mais relevantes, sendo as mesmas submetidas à sua aprovação.

O NOSSO CAMINHO

- Com base nos princípios definidos no Código de Conduta do Grupo, a política fiscal da Altri descreve os principais princípios e diretrizes da tributação na Altri
- Os impostos são pagos de acordo com as leis e regulamentos tributários aplicáveis

Envolvimento de *stakeholders*

O compromisso com a transparência fiscal também se reflete no relacionamento com as Autoridades Fiscais e com o Estado. Pautamos o nosso relacionamento com todas as autoridades fiscais, de forma transparente, proativa e recetiva, sempre com o objetivo de minimizar litígios e construir laços de transparência, confiança e de parceria.

Estamos empenhados em colaborar e apresentar toda a documentação e informações relevantes às autoridades fiscais, para assegurar o tratamento correto das transações no que diz respeito à tributação e para evitar quaisquer litígios fiscais numa data posterior. Por tudo o acima exposto, valorizamos o diálogo permanente sobre as questões fiscais com os *stakeholders* através dos diversos meios existentes para o efeito.

Comunidade

Na Altri, procuramos trabalhar com e para as nossas comunidades através da criação de emprego, mas também através do apoio a projetos locais, nomeadamente projetos de cariz social. Este ano, para apresentar as principais iniciativas nas quais participámos e para as quais tivemos a honra de poder contribuir, convidámos as associações apoiadas a dizerem, na primeira pessoa, quais os impactos do apoio providenciado pelas empresas da Altri.

Altri distribui 50 computadores pela comunidade

A Altri distribuiu nos dias 11 e 12 de fevereiro, 50 computadores a alunos de escolas de agrupamentos escolares situados na envolvente geográfica das suas principais unidades industriais. O grupo, através das suas unidades Celbi (situada na Figueira da Foz), Caima (com sede em Constância), Bioelétrica (em Mortágua) e Biotek (em Vila Velha de Ródão) inventariou algumas das necessidades de agrupamentos escolares do Paião (Figueira da Foz) Constância, Mortágua e Vila Velha de Ródão ao nível de equipamentos informáticos, “de forma a dar o seu contributo para a mitigação das carências sentidas, sobretudo num momento em que as aulas decorrem em regime remoto.

Biotek apoia Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão



O fenómeno pandémico que acerca o país, causa diariamente um profundo impacto nas instituições de cariz social. A Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha de Ródão, enquanto associação de inclusão social, não permaneceu incólume, tendo sido forçada a implementar medidas de reorganização das respostas sociais. Medidas essas, que implicaram um grande esforço financeiro. Com o propósito de atenuar os efeitos socioeconómicos sentidos, a Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha de Ródão e a Biotek S.A, celebraram um importante protocolo no âmbito do Desenvolvimento do Setor Social e Eficiência Energética.

A sua assinatura é reveladora do entendimento e conhecimento que se tem da realidade de cada entidade, com destaque para os projetos de responsabilidade social e a utilização de combustíveis com nítidas vantagens ambientais, contribuindo desta forma para minimizar o acréscimo de custos suportados pela instituição. Com efeito, demonstra a importância da Biotek como agente fundamental para o desenvolvimento do setor social da comunidade, do concelho de Vila Velha de Ródão.

A Santa Casa da Misericórdia, é uma associação que acomoda 112 idosos em três edifícios diferentes, e que comporta nas suas instalações, uma creche com 33 crianças. Através do protocolo com a Biotek, será possível que esta entidade, beneficie do apoio requerido, na aquisição de “pellets”, para o período de Inverno (2020/2022).

Representa este apoio, pelo qual nos encontramos agradecidos, uma ajuda preciosa, destinada à utilização nas caldeiras que integram o sistema de climatização da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Creche, melhorando desta forma as condições de conforto térmico dos utentes que habitam a referida estrutura.



De igual de forma, é necessário que seja concedida uma palavra final de apreço, pelo apoio que a Biotek tem oferecido na realização de testes para despistagem do vírus SARS-COVID-2 aos colaboradores da Santa Casa da Misericórdia. Sendo importante notar que o número de colaboradores (106) é atualmente mais elevado que o normal, motivado pelas circunstâncias vividas no nosso País.

Vice-Provedor Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão
Eng. Joaquim Espírito Santos

Caima apoia Centro de Ciência Viva de Constância



O Centro Ciência Viva de Constância (CCVC) é uma associação sem fins lucrativos, vocacionada para a divulgação da Astronomia e ciências afins e, em particular, para o apoio ao ensino formal nas Escolas.

Dezasseis anos depois de iniciar a sua atividade, equipando-se o melhor possível e ajustando o quadro de mediadores de ciência às características da sua missão, a pandemia COVID-19 veio criar dificuldades, resultantes não só da diminuição drástica do número de visitantes/participantes e consequentemente quebra de receitas, como em encargos adicionais indispensáveis à garantia de condições sanitárias de espaços e equipamentos utilizados, bem como no esforço de inovação para criar atividades predominantemente ao ar livre.

Embora sem a possibilidade de utilizar a sala do planetário – nos períodos de maior gravidade da pandemia – recorreu-se a métodos digitais e adaptaram-se câmaras digitais aos telescópios para, nas observações de objetos celestes, transferir as imagens para ecrãs, perante os quais eram projetados debates ajustados ao público participante.

Tendo surgido no mercado um pequeno telescópio que, através de Wi-Fi, dispensa a colocação dos olhos nas oculares e transfere as imagens captadas para os telemóveis dos participantes, o CCVC solicitou à Caima e à Altri Florestal apoio financeiro para a sua aquisição. Satisfeito o pedido, o equipamento tornou-se num apoio fundamental nas sessões de observação – nas instalações do CCVC e em ações realizadas em espaços exteriores – juntando, simultaneamente, uma excelente qualidade de imagens com a evidência de notáveis progressos tecnológicos agora ao alcance de públicos não especializados.



Quase em simultâneo, obteve-se autorização da Altri para criar um percurso pedestre que atravessa a área florestal da empresa em direção ao Ribeiro Carvalho, de onde se acede ao rio Zêzere e, depois, se desce o rio – em canoas - até à foz, em plena zona histórica de Constância. Foi notável a aceitação do pedido, a que a Altri acrescentou o propósito de proceder a um estudo de pormenores importantes associados à fauna e à flora da região (em diferentes épocas do ano) e à produção de *biospots* a instalar no referido percurso.

Mercê de um apoio significativo - de equipamento e qualificação de espaços - o CCVC possui agora conteúdos que conjugam a inovação tecnológica, a biodiversidade e o património, importantes contributos para uma maior atratividade do público.

Astrónomo e Coordenador Científico do Centro Ciência Viva de Constância
Máximo Ferreira

Celbi apoia Projeto Sem Diferenças E8G



A Cáritas de Coimbra, no seu equipamento situado na Praia da Leirosa, desenvolve um trabalho de estreita articulação e apoio às comunidades da freguesia da Marinha das Ondas, Figueira da Foz e freguesias vizinhas há mais de 30 anos e, nos últimos 12 anos, o trabalho de cooperação com a Celbi, tem crescido e sido cada vez mais importante para o crescimento da estrutura e apoio às comunidades.

Tem sido uma cooperação de bons vizinhos, em que as dificuldades os aproximaram e criaram uma relação de força. A Cáritas sempre atenta aos problemas das Comunidades, e a Celbi empenhada na resolução de alguns dos problemas com apoio económico. Assim nasceu uma parceria para tantas ações e projetos ao longo da última década.

Em 2017, a Cáritas de Coimbra, candidata-se pela primeira vez ao Programa Escolhas, que centra a sua ação na promoção do Sucesso Escolar e a diminuição do abandono e absentismo escolar, com foco em comunidades vulneráveis. Na 6ª geração do programa Escolhas, a intervenção centrou-se na Localidade da Praia da Leirosa. A Celbi decidiu desde a sua conceção, tornar-se parceira e esta parceria mantém-se até hoje.

Em 2021, foi apresentada a recandidatura do projeto à sua 8ª geração alargando a sua intervenção à Freguesia da Marinha das Ondas, que tem como característica a sua multiculturalidade, uma freguesia que concentra uma elevada percentagem de pessoas oriundas de outros países e onde as desigualdades socioeconómicas são acentuadas. Com esta intervenção do Consórcio, de 9 entidades, pretende-se minimizar as desigualdades, promover o sucesso escolar e desenvolver competências pessoais. O projeto e o trabalho de parceria com entidades locais, públicas e privadas, é assente numa intervenção desenhada com base na rentabilização de recursos e sinergias facilitando uma abordagem integrada no território abrangido, facilitadora dos processos participativos e de maior capacitação.

O objetivo, nesta geração, foi a promoção da dignidade humana e a necessidade de mudança social com efeitos mais positivos sobre o indivíduo, a família e a comunidade, melhorando os níveis de sucesso escolar, a progressão escolar e a adaptação a uma nova era digital e tecnológica, diminuindo a exclusão social e as desigualdades no acesso.

O apoio da Celbi ao longo do desenvolvimento deste projeto, nas várias gerações, tem sido substancial: a criação de espaços destinados à inclusão digital; a criação de atelier de desenvolvimento de competências pessoais e artísticas, tal como costura e artes manuais; o apoio no aluguer de autocarros para as saídas e passeios que vão ao encontro do trabalho desenvolvido; apoio em produção de material de divulgação e publicidade; cedência de placas de pasta de papel para a realização de várias atividades artísticas; cedência de paletes para decoração de espaços interiores e exteriores da sede do projeto; apoio em soluções mais específicas e eventuais, tentando responder com prontidão e eficiência aos problemas que mais afetam as pessoas e a comunidade. No ano de 2021, a Celbi disponibilizou mais 12 novos computadores completos para as salas CID que estão em funcionamento na Junta de Freguesia da Marinha das Ondas e na sede do projeto na Praia da Leirosa, onde se desenvolvem atividades ligadas às novas tecnologias: arte digital, estudo criativo, cidadania digital, tão importantes para o desenvolvimento de competências pessoais e para diminuir a desigualdade no acesso.



Em 2021, o projeto acompanhou 143 crianças e jovens, 163 familiares e outras pessoas da comunidade que de forma indireta beneficiaram do apoio prestado pela Celbi.

A Celbi desenvolveu ainda ações de sensibilização junto dos seus trabalhadores para a participação nas diferentes campanhas de recolha de bens realizadas no âmbito do projeto, nomeadamente roupa de crianças e adulto, material escolar, cobertores e agasalhos, facilitando a divulgação das campanhas e a articulação com a Cáritas.

Nesta 8ª geração, para além da Cáritas de Coimbra e a Celbi, fazem parte o Município da Figueira da Foz, Junta de Freguesia da Marinha das Ondas, Agrupamento de Escolas do Paão, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz, Figueira Domus, Universidade de Coimbra – Centro de Competências Digitais Softciências e a Microplásticos.

Diretora Técnica da Cáritas Diocesana de Coimbra
Marta Amaral

Grupo ALTRI promove o Desafio “Mês Coração”

É inegável o papel decisivo que o desporto, mais precisamente a atividade física tem, de modo que se consiga obter um estilo de vida saudável. A prática regular de uma atividade física traz vantagens físicas, mentais e até sociais, devendo ser associada a hábitos alimentares adequados, de forma a prevenir ou gerir problemas e preocupações de saúde.

Ciente da essencialidade desta condição e aproveitando a chegada do mês de maio, tradicionalmente associado ao mês do coração, lançámos um desafio aos nossos trabalhadores. Este desafio consistiu numa competição saudável entre os mesmos, que reuniu como principal propósito promover a redução do sedentarismo e a prática de atividade física, não esquecendo o objetivo solidário.

Durante o mês de maio, os nossos trabalhadores foram então desafiados a atingirem os objetivos de atividade física da Organização Mundial de Saúde (OMS). Assim, para participar, cada colaborador instalou uma app no seu telemóvel e pediu adesão ao CLUBE ALTRI. Sempre que o trabalhador praticasse atividade física e a registasse na app contribuía com “Moedas Coração” para uma bolsa comum.

No final do mês de maio, o valor de “Moedas Coração” da bolsa comum, foi convertido em valor monetário, e consequentemente doado a três instituições. Por fim, o TOP 10 de colaboradores que mais contribuíram para a bolsa comum, tiveram como recompensa, a possibilidade de indicar a instituição que gostariam que fosse contemplada com o donativo da empresa.

Considerando os resultados obtidos, há que reconhecer que a iniciativa foi um grande sucesso. Os quase 100 “atletas” que aderiram e os mais de 10.000 quilómetros percorridos - entre caminhadas, corridas e passeios de bicicleta - revelaram uma extraordinária cooperação entre os nossos trabalhadores na angariação de “Moedas Coração”, de forma que fosse concretizado o objetivo solidário.

Foram obtidas “819 Moedas Coração” na bolsa comum que foram convertidas em euros (cada moeda coração foi atribuído um valor de 5 €) obtendo assim 4.095,00€ a distribuir por 3 instituições nomeadamente:

- APPACDM (Lavos): <https://appacdm-figfoz.com/>
- Santa Casa da Misericórdia (Constância): <https://scmconstancia.pt/>
- Fundação João Almiro (Campo de Besteiros): <http://joaoalmiro.pt/>

Climes to Go**Altri participou na corrida pelo planeta rumo a Glasgow**

O Grupo Altri foi um dos participantes na corrida *Climes to Go*. Uma corrida contra o tempo pelo combate às alterações climáticas, rumo a Glasgow. Foram 10 dias, cerca de três mil quilómetros e um percurso que passou por Espanha, França, Inglaterra e acabou na Escócia, onde decorria a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas – COP26. A iniciativa *Climes to Go* juntou este ano três equipas, com quatro elementos, e transformou uma maratona numa competição amigável onde a sustentabilidade e a defesa do clima estavam em primeiro lugar. A Altri juntou-se à Fundação Calouste Gulbenkian e à *Oney Bank* no apoio às equipas.

Ao longo da viagem as equipas monitorizaram tanto a sua pegada hídrica, como a sua pegada carbónica, e deram resposta a desafios previamente definidos. Cada equipa tinha um orçamento em climas (uma moeda fictícia que avaliava as suas escolhas) que perdiam ou ganhavam de acordo com as diversas opções ao longo da viagem (consumo de água, meios de transporte utilizados, alimentação, alojamento e performance ao realizar os desafios e tarefas).

Entre os objetivos desta corrida estavam a mobilização da sociedade portuguesa para a urgente transição climática, através de um convite à participação direta de uma forma apelativa e desafiante; Demonstrar que o caminho da descarbonização rumo à neutralidade carbónica é possível, necessário e inevitável; Mostrar a viabilidade dos diferentes modos de transporte (em alternativa aos combustíveis fósseis) para percorrer longas distâncias; Demonstrar a influência dos estilos de vida na nossa pegada de carbono, analisando o impacto das nossas escolhas e dos nossos comportamentos no dia a dia e alertar para a necessidade de adaptação, tendo em conta os efeitos das alterações climáticas em especial em localizações mais vulneráveis. A viagem, culminou num *side Event* na COP26 em Glasgow, onde os participantes tiveram a oportunidade de partilhar a sua experiência.

No sentido de envolver todos os colaboradores do grupo nesta viagem, a Altri trouxe a exposição da viagem para as suas fábricas de forma itinerante. Ali podia acompanhar o dia a dia de cada equipa ao longo da viagem, com o objetivo de perceber os desafios encontrados e as soluções alcançadas.

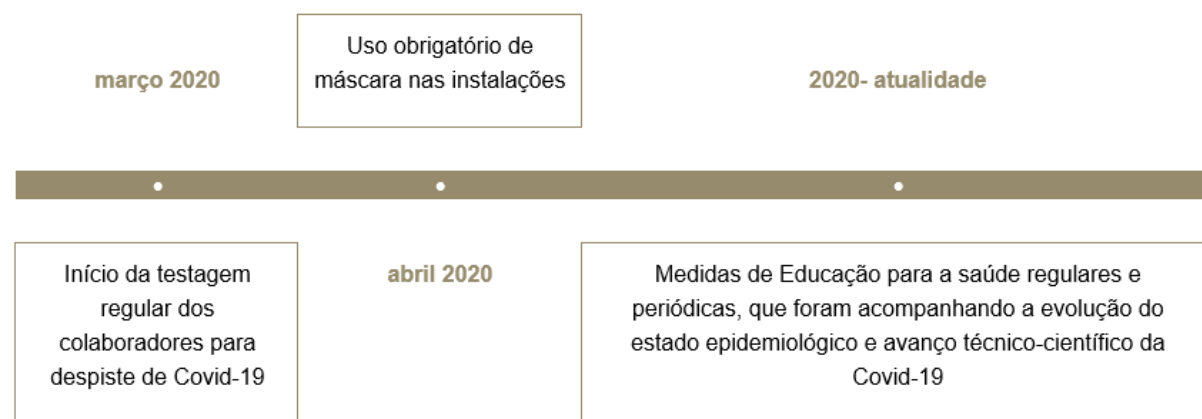


Resposta à COVID

A pandemia de COVID-19 promoveu profundas e rápidas mudanças laborais, impondo exigentes e complexos desafios ao nível da gestão da saúde e segurança dos trabalhadores.

Para limitar o impacto negativo que a COVID-19 causou a nível económico e social e assegurar um desenvolvimento sustentável, foi fundamental alicerçar a responsabilidade social da empresa à proteção e promoção da saúde e bem-estar dos trabalhadores. Neste sentido, elaborámos o Plano de Contingência para a COVID-19, visando:

- Prevenir e controlar a transmissão da infeção por SARS-CoV-2 nos locais de trabalho;
- Prevenir e controlar outros riscos profissionais que, direta ou indiretamente, estão associados à COVID-19 ou são agravados por esta;
- Minimizar o impacto da infeção por SARS-CoV-2 nos trabalhadores mais vulneráveis;
- Proceder à monitorização da evolução epidemiológica da COVID-19 na população trabalhadora da empresa.



De modo a melhor gerir a COVID-19 dentro das nossas instalações, promovemos a monitorização contínua de diversos indicadores, acompanhando a sua evolução e despoletando medidas adicionais sempre que necessário.

		Total
Testes rápidos antigénio	TRAg	34436
	TRAg +	167
Casos	Quarentena	216
	Vigilância	383

	2020	2021	Variação 20/21
Ausência em consequência do COVID-19 (horas) ²⁸	31974	5617	(82)%
Isolamento profilático(horas)	1465	4197	186%
Trabalho suplementar em consequência do COVID-19 (horas)	18716	1914	(90)%
Custo do trabalho suplementar em consequência do COVID-19 (€)	355 718 €	43 882 €	(88)%

Uma das medidas adotadas para enfrentar a Pandemia foi o recurso ao teletrabalho, que, apesar de pertencermos a um setor eminentemente industrial, não passível desta modalidade de trabalho na maioria das funções, representou 53 851 horas de teletrabalho em 2020 e 49 013 em 2021, o que corresponde a cerca de 4% do total de horas trabalhadas.

²⁸ Isolamento profilático e horas de equipa em prevenção.

8. SOBRE ESTE RELATÓRIO

102-1 102-46 102-48 102-49 102-50 102-53 102-54 102-56

O Grupo Altri reconhece a urgente necessidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável através da melhoria das práticas e maior eficiência no funcionamento e desenvolvimento das atividades.

Considerando que a promoção da igualdade e não-discriminação se encontram visivelmente espelhadas na missão da Altri e dada a extensão dos conteúdos apresentados no Relatório de Sustentabilidade, a Altri optou por prescindir das referências de desagregação por género.

Apresenta-se o quinto Relatório de Sustentabilidade que representa o trabalho de continuidade que tem sido feito pelo Grupo no sentido de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da performance, potenciando os impactos positivos e reduzindo os impactos negativos.

A informação apresentada no presente Relatório foi verificada pela PwC, que elaborou um relatório independente de garantia limitada de fiabilidade incluído nos Anexos²⁹.

Período de reporte

O presente relatório reporta informação sobre o desempenho do Grupo Altri no período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021. Sempre que possível e de modo a permitir uma visão evolutiva e comparativa dos principais indicadores é apresentada informação sobre o desempenho do Grupo em anos anteriores.

Âmbito

O Relatório reporta informação sobre o desempenho das empresas que integram o perímetro de consolidação do Grupo Altri. Sempre que não seja possível reportar informação sobre determinada empresa e assim assegurar o âmbito acima mencionado, tal será devidamente identificado.

Destaca-se a alteração de âmbito relativamente ao Relatório de Sustentabilidade de 2020, passando agora a não incluir a empresa Greenvolt. Sendo esta subsidiária uma sociedade cotada em bolsa, a informação que lhe diz respeito será reportada pela própria, nos termos legais aplicáveis às sociedades cotadas. Deste modo e sempre que possível, os dados referentes a 2020 foram atualizados de modo a excluir do seu âmbito esta empresa.

Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho e Global Reporting Initiative (GRI)

A informação contemplada no presente Relatório responde aos requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, que transpõe a Diretiva 2014/95/UE, relativamente à divulgação de informação não financeira, que abrange o Grupo Altri. Em cumprimento dos supracitados diplomas, o Relatório apresenta dados e informações suficientes para a compreensão da evolução do desempenho, da posição e do impacto das atividades do Grupo em matéria ambiental e social, na qual se inclui informação sobre trabalhadores, igualdade entre mulheres e homens e não-discriminação, bem como Direitos Humanos e combate à corrupção e tentativas de suborno³⁰.

O presente relatório foi elaborado de acordo com os GRI Standards para a opção “De acordo” – Essencial³¹.

Contactos

Para esclarecimentos adicionais sobre a informação apresentada neste Relatório de Sustentabilidade, por favor consulte o nosso website (altri.pt) ou entre em contacto através do email: sustentabilidade@altri.pt.

²⁹ Vide Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade.

³⁰ Vide Tabela de Correspondência com os requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017.

³¹ Vide Tabela GRI para a opção “De acordo” - Essencial.

Matriz de Materialidade

102-46 102-47

Em 2020 foi desenvolvida a matriz de materialidade da Altri com identificação dos temas de sustentabilidade mais relevantes (temas materiais). A matriz resulta do cruzamento das necessidades e expectativas dos *stakeholders*, identificadas através de um questionário e da perspetiva interna da Altri sobre os temas com maior relevância para o grupo.



9. ANEXOS

TABELA GRI PARA A OPÇÃO “DE ACORDO” - ESSENCIAL

Divulgações		Localização/Omissão	Verificação	ODS
PERFIL ORGANIZACIONAL				
102-1	Nome da organização	Sobre este Relatório		
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	Sobre Nós > O nosso negócio		
102-3	Localização da sede	Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818 4100-320 Porto PORTUGAL		
102-4	Localização das operações	Sobre Nós > O nosso negócio		
102-5	Propriedade e natureza legal	http://www.altri.pt/pt/about/overview		
102-6	Mercados servidos	Sobre Nós > O nosso negócio		
102-7	Dimensão da organização	A Altri em 2021 Sobre nós > O nosso negócio A nossa estratégia > Valorizar as pessoas		
102-8	Informação sobre trabalhadores e outros trabalhadores	Valorizar as pessoas Indicador respondido na tabela abaixo.		8

	2020	2021
Contratos permanentes (n.º)	708	731
Masculino	609	624
Feminino	99	107
Contratos a termo (n.º)	57	43
Masculino	46	35
Feminino	11	8
Tipo de emprego por género		
Tempo integral (n.º)	765	774
Masculino	655	659
Feminino	110	115
Tempo parcial (n.º)	0	0
Masculino	0	0
Feminino	0	0
Total de colaboradores	765	774

102-9	Cadeia de fornecedores	Os nossos <i>stakeholders</i> > Fornecedores		
102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	Sobre este Relatório		
102-11	Abordagem ao princípio de precaução	Sobre Nós > Gestão do Risco		
102-12	Iniciativas externas	Os nossos <i>stakeholders</i>		
102-13	Membro de associações	Os nossos <i>stakeholders</i>		
ESTRATÉGIA				
102-14	Mensagem do Presidente	Processos de mudança em equilíbrio- Mensagem do Presidente do Conselho de Administração Crescer de forma sustentada e consistente- Mensagem do Presidente da Comissão Executiva		
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	Sobre Nós > Gestão do Risco		

ÉTICA E INTEGRIDADE				
102-16	Valores, princípios, standards e normas de conduta	<p>Missão Produzir pastas de eucalipto, de forma sustentável, satisfazendo os requisitos e expectativas dos clientes.</p> <p>Visão Pretendemos ser uma empresa de referência europeia na produção eficiente de pastas de eucalipto assente numa gestão florestal sustentável</p> <p>Valores Orientação para os resultados e para a qualidade total Foco nas necessidades e expectativas dos clientes e partes interessadas Empenho na defesa do desenvolvimento sustentável e na proteção da biodiversidade Enfoque na melhoria contínua Potenciar a diversidade, talento, competências e desempenho da organização Prioridade na segurança no trabalho</p> <p>Em 2021, demos início a um processo de reflexão interna sobre o nosso propósito e os nossos valores, cuja conclusão está prevista para o primeiro trimestre de 2022.</p> <p>Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações</p>		16
102-17	Mecanismos de aconselhamento e preocupações éticas	Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações		
GOVERNANCE				
102-18	Estrutura de governance	Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações		
ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS				
102-40	Lista dos grupos de <i>Stakeholders</i>	Os nossos <i>Stakeholders</i>		
102-41	Acordos coletivos de trabalho	Indicador respondido na tabela abaixo.		8
		2020	2021	
Trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva				
Total de trabalhadores (n.º)		765	774	
Total de trabalhadores sindicalizados (n.º)		245	288	
Masculino		240	282	
Feminino		5	6	
Percentagem de trabalhadores sindicalizados (%)		32%	37%	
Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)		88%	88%	
102-42	Identificação e seleção de <i>Stakeholders</i>	<p>A identificação dos principais <i>stakeholders</i> foi realizada com base em critérios de importância, relevância e influência de todos aqueles, pessoas ou instituições, que afetam e/ou podem ser afetados pelas atividades e produtos do Grupo Altri.</p> <p>Os nossos <i>stakeholders</i></p>		
102-43	Abordagem de envolvimento com <i>Stakeholders</i>	<p>Os nossos <i>stakeholders</i></p> <p>Indicador respondido na tabela abaixo.</p>		

Acionistas/ Investidores	Clientes	Trabalhadores	Comunidade Académica
<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia Geral Anual; • Relatório e Contas, Relatório de Governo da Sociedade e Relatório de Sustentabilidade, elaborados pelo órgão de administração e apresentados ao escrutínio dos acionistas; • <i>AltriNews</i> – enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Website da Altri www.altri.pt 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas; • Inquéritos dos clientes; • Avaliação da perceção externa dos clientes; • Parcerias estratégicas; • <i>AltriNews</i> - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Relatório e Contas, Relatório de Governo da Sociedade e Relatório de Sustentabilidade. • Website da Altri www.altri.pt 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões diárias e semanais; • Intranet; • Reunião de Chefias e Quadros para divulgação dos objetivos da Empresa; • Ações de formação; • Reuniões com Comissões Sindicais; • Comissão de Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho; • Programas de Participação; • <i>AltriNews</i> - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • <i>MyBiotekChannel</i>. • Website da Altri www.altri.pt 	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolos de colaboração com Universidades; • Concessão de estágios curriculares e pós-curriculares em colaboração com os Centros de Formação, Escolas e Universidades; • Estágios Profissionais em colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional; • Visitas às fábricas; • <i>AltriNews</i> - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre. • Website da Altri www.altri.pt
Comunidades/ Organizações Não Governamentais	Entidades oficiais	Parceiros e Fornecedores	
<ul style="list-style-type: none"> • Doações financeiras; • Colaboração no apoio a Instituições de Solidariedade Social; • Ações de voluntariado; • Organização conjunta com corporações de bombeiros de simulacros de atuação em emergências; • Cedência do campo de treinos para corporações de bombeiros; • Cedência de material informático; • Apoio a diversas iniciativas de Escolas; • Programa: Academia de Verão; • <i>AltriNews</i> - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Relatório de Sustentabilidade. • Website da Altri www.altri.pt 	<ul style="list-style-type: none"> • Envio regular de estatísticas e relatórios de diversa natureza (fiscal, laboral, ambiental, saúde e segurança no trabalho, formação profissional, etc.); • <i>AltriNews</i> - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Relatório de Sustentabilidade. • Website da Altri www.altri.pt 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e avaliação de fornecedores de serviços e de matérias-primas; • Ações de formação a prestadores de serviço, contemplando matérias ambientais e de segurança; • Parcerias com a CELPA; • Sessões de informação sobre ambiente e segurança, destinadas a responsáveis de empresas de prestação de serviços; • Participação dos técnicos de segurança de empresas externas nas ações; • Cartão de Segurança da Indústria Papeleira (CSIP); • Programa Comportamentos responsáveis; • Formação na Frente de Trabalho na Floresta; • <i>AltriNews</i> - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre; • Relatório de Sustentabilidade. • Website da Altri www.altri.pt 	
Comunicação Social	Decisores Políticos		
<ul style="list-style-type: none"> • Comunicados de imprensa, <i>AltriNews</i> - enquanto ferramenta da comunicação das atividades desenvolvidas pelo Grupo a cada trimestre. • Website da Altri www.altri.pt, relatório de sustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • CELPA, CEPI, Fit for 55, • Reuniões • Comunicação escrita e apresentação de proposta de revisão, em âmbito regulamentar, em âmbito nacional e da União Europeia, Relatório de sustentabilidade, Altrinews, website 		

102-44	Principais questões e preocupações levantadas pelos <i>Stakeholders</i>	Os nossos <i>stakeholders</i>		
PRÁTICA DE REPORTE				
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações	R&C 2021		
102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade		
102-47	Lista dos tópicos materiais	Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade		
102-48	Reformulação de informação	Sobre este Relatório		
102-49	Alterações no relatório	Sobre este Relatório		
102-50	Período de reporte	Sobre este Relatório		
102-51	Data do relatório mais recente	2020		
102-52	Ciclo de relatórios	Anual		
102-53	Contacto para questões sobre o relatório	Sobre este Relatório		
102-54	Opção “de acordo” com os GRI Standards	Sobre este Relatório		
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela.		
102-56	Verificação externa	Sobre este Relatório Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade		

Divulgações			Localização/Omissão	Verificação	ODS
GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS					
GRI 201 - DESEMPENHO ECONÓMICO					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita na Matriz de Materialidade (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade). Com relação direta com a Desempenho Económico, o tema “Desempenho económico” foi considerado um tema de materialidade elevada (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade).		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri divulga a gestão do desempenho económico através do seu Relatório e Contas.		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os no seu Relatório e Contas.		
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	Indicador respondido na tabela abaixo. Nota: Os valores relativos ao desempenho económico referentes a 2020 foram atualizados, deixando de incluir informação sobre a Greenvolt.			5 7 8 9

	2020	2021
VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO (€)	575 043 972	793 418 101
Receitas (1)	575 043 972	793 418 101
VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO (€)	531 129 446	627 799 183
Custos Operacionais (2)	441 148 588	525 964 372
Salários e Benefícios dos trabalhadores (3)	39 011 970	43 248 488
Pagamentos a Investidores (4)	61 539 502	71 796 085
Pagamentos ao Estado (5)	(10 664 671)	(13 337 061)
Donativos e outros investimentos na comunidade (6)	94 057	127 299
VALOR ECONÓMICO ACUMULADO (€)	43 914 526	165 618 918

(1) Vendas + Prestações de serviços + Outros rendimentos (excluindo transações intra-grupo)

(2) Custo das vendas + Fornecimento de serviços externos + Outros gastos (excluindo transações intra-grupo)

(3) Custos com o pessoal (excluindo transações intra-grupo)

(4) Dividendos distribuídos pela Altri SGPS

(5) Pagamentos/(Recebimentos) de Imposto sobre o Rendimento Coletivo das atividades continuadas

(6) Donativos

GRI 204 - PRÁTICAS DE COMPRA					
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	Os nossos <i>stakeholders</i> > Fornecedores			12
GRI 205 - ANTICORRUPÇÃO					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita na Matriz de Materialidade (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade). Com relação direta com a Anticorrupção, o tema "Ética, Práticas de Anticorrupção e Comportamento Anticompetitivo" foi considerado um tema de materialidade elevada (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade).		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Anticorrupção (<i>vide</i> Sobre Nós - Governance, Ética, Políticas e Certificações).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> Sobre Nós - Governance, Ética, Políticas e Certificações).		

205-1	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção	O Grupo Altri dispõe de um Código de Ética e de Conduta que estabelece regras anticorrupção que estão enraizadas na organização. No decurso do exercício de 2021 não foram identificadas quaisquer práticas enquadráveis em matéria de corrupção.		16
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	Indicador respondido na tabela abaixo.		16

	2021
Total de órgãos de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (n.º)	4*
Percentagem de órgãos de governança aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (%)	100%
Total de trabalhadores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (n.º)	774
Percentagem de trabalhadores aos quais foram comunicadas as políticas e procedimentos anticorrupção (%)	100%

* Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ROC

205-3	Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas	Indicador respondido na tabela abaixo.		16
-------	---	--	--	----

	2020	2021
Total de casos confirmados de corrupção (n.º)	0	0
Total de casos que resultaram no despedimento de trabalhadores ou em ações disciplinares (n.º)	0	0
N.º total de casos de não-renovação de contratos com parceiros devido a casos de corrupção (n.º)	0	0
N.º total de ações judiciais contra a organização ou trabalhadores devido a casos de corrupção (n.º)	0	0

GRI 207 - IMPOSTOS

207-1	Abordagem tributária	Os nossos <i>stakeholders</i> > Estratégia Fiscal		
207-2	Governo. Controlo e gestão de risco fiscal	Os nossos <i>stakeholders</i> > Estratégia Fiscal		
207-3	Envolvimento de <i>stakeholders</i> e gestão das suas preocupações quanto a impostos	Os nossos <i>stakeholders</i> > Estratégia Fiscal		
207-4	Relato por geografia	Uma lista das subsidiárias, empresas associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Altri e o seu país de constituição pode ser encontrada na nota disponível na nota "4. Investimentos" da secção Demonstrações Financeiras Consolidadas e notas anexas, que coincide com o país onde são consideradas residentes as entidades para fins tributários		

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 301 - MATERIAIS

301-1	Consumo de materiais por peso ou volume	Indicador respondido na tabela abaixo. Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) Nota: Os valores relativos ao consumo de materiais referentes a 2020 foram atualizados, deixando de incluir informação sobre a Greenvolt.		8 12
-------	---	---	--	---------

	2020	2021
Total materiais renováveis (t)	3 450 114	3 444 886
Total materiais não renováveis (t)	183 932	197 451
% materiais renováveis	95%	95%
% materiais não renováveis	5%	5%

301-2	Materiais usados provenientes de reciclagem	Indicador respondido na tabela abaixo. Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) Nota: Os valores relativos ao consumo de materiais referentes a 2020 foram atualizados, deixando de incluir informação sobre a Greenvolt.		8 12
-------	---	---	--	---------

	2020	2021
Quantidade de material renovável utilizado - madeira (t)	3 450 114	3 444 886
Total de material utilizado (t)	3 634 046	3 642 337
Percentagem total de materiais renováveis usados	95%	95%
Total de materiais provenientes de reciclagem (t)	-	—%

GRI 302 – ENERGIA

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita na Matriz de Materialidade (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade). Com relação direta com a Energia, o tema “Eficiência energética” foi considerado um tema de materialidade muito elevada (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade).		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Energia (<i>vide</i> capítulo Afirmar a Sustentabilidade como fator de competitividade > Energia).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> capítulo Afirmar a Sustentabilidade como fator de competitividade > Energia).		
	302-1	Consumo de energia dentro da organização	Indicador respondido na tabela abaixo. Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) e Altri Florestal		7 8 12 13

	2020	2021
COMBUSTÍVEIS CONSUMIDOS DENTRO DA ORGANIZAÇÃO		
Combustíveis CELE (GJ)	13 983 343	13 938 229
Gás Natural (GJ)	1 290 540	1 365 750
Fuelóleo (GJ)	180 667	144 537
Gasóleo (GJ)	160	603
Licor negro (GJ)	12 250 407	12 146 104
Gases não condensáveis (GJ)	138 366	153 730
Metanol (GJ)	123 203	127 505
Combustíveis não CELE - Equipamentos Estacionários (GJ)	2 959 281	2 161 146
Gasóleo (GJ)	99	37
Gás Natural (GJ)	47 760	40 886
Licor negro (GJ)	1 612 025	1 564 157
Biomassa (GJ)	1 299 397	482 663
Outros- Biogás (GJ)	—	73 403
Combustíveis não CELE - Equipamentos Móveis (GJ)	14 192	7 901
Gasolina (GJ)	—	1
Gasóleo (GJ)	14 192	7 900
Consumo total de combustíveis (GJ)	16 956 817	16 107 276
Consumo de combustíveis de origem renovável (GJ)	15 423 399	14 547 563
Consumo de combustíveis de origem não renovável (GJ)	1 533 418	1 559 714
ENERGIA CONSUMIDA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO		
Consumo de energia (GJ)	16 717 015	16 289 069
Energia elétrica (GJ)	2 195 099	2 203 961
Vapor (GJ)	14 521 916	14 085 108
ENERGIA VENDIDA (GJ)		
Energia vendida (GJ)	867 077	881 363

302-3	Intensidade energética	Indicador respondido na tabela abaixo.		7 8 12 13
-------	------------------------	--	--	--------------------

	Celbi	Biotek	Caima	2020	Celbi	Biotek	Caima	2021
INTENSIDADE ENERGÉTICA								
Intensidade energética (GJ/tSA)	12,7	18,9	25	15,2	12,7	18,4	18	14,5

Nota: Para o rácio apenas é considerada energia elétrica e vapor.

302-4	Redução do consumo de energia	Indicador respondido na tabela abaixo.		7 8 12 13
-------	-------------------------------	--	--	--------------------

Quantificação das reduções alcançadas (GJ/tSA)	Celbi *	Biotek	Caima
2020	-0,33GJ/tSA	1,98 GJ/tSA	2,08 GJ/tSA
2021	0,02 GJ/tSA	0,003 GJ/tSA	0,4 GJ/tSA
Iniciativas desenvolvidas para melhorar a eficiência energética	Priorização de consumo em parque de madeiras nas horas de vazio; Inspeções/levantamento de fugas de vapor e reparação; Inspeções/levantamento de fugas de ar comprimido e reparação; Melhorias no sistema de condensação de turbina 6 (alteração de ângulo de pás); Levantamento de loops de controlo com possibilidade de melhoria de eficiência energética de bombagem	Substituição de lâmpadas de halogénio e fluorescentes por iluminação led; Instalação de conversores de frequência. Substituição de motores antigos por motores de elevado eficiência energética.	Instalação de permutador no branqueamento e otimização do funcionamento dos compressores.

GRI 303 - ÁGUA E EFLUENTES

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita na Matriz de Materialidade (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade). Com relação direta com a Água, o tema “Gestão da Água” foi considerado um tema de materialidade elevada (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade).		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Água (<i>vide</i> Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade> Água).		
	103-4	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade> Água).		
303-1		Interações com a água como um recurso partilhado	A Altri, no âmbito da gestão responsável da água enquanto recurso natural, mapeou as suas operações em função do risco associado à utilização de água, através da ferramenta Aqueduct Water Tool, desenvolvida pelo WRI. De acordo com este mapeamento, 100% das operações da Altri estão localizadas em zonas em que o stress hídrico tem um nível de baixo a médio. A Celbi efetua a captação de água no rio Mondego e em furos de águas subterrâneas para uso no processo de fabrico de pasta, ao longo do qual existem diversos fechos de circuitos de forma a reduzir ao máximo a água fresca captada. No final do processo, as águas são tratadas e devolvidas ao meio recetor respeitando os critérios definidos para a qualidade do efluente final. A Biotek efetua a captação de água no rio Tejo, para uso no processo de fabrico de pasta e também fornece água tratada da ETA às fábricas da Navigator e Paper Prime. No processo de produção de pasta foram implementadas várias ações, nomeadamente fecho de circuitos, reciclagem de efluente tratado da ETARi da Biotek, dada a elevada qualidade atingida, permitindo assim reduzir a captação de água. No final do processo, as águas são tratadas e devolvidas ao meio recetor respeitando os critérios definidos para a qualidade do efluente final. A Caima efetua a captação de água no rio Tejo, para uso no processo de fabrico de pasta, ao longo do qual, existem diversos fechos de circuitos de forma a reduzir ao máximo a água fresca captada. No final do processo, as águas são tratadas e devolvidas ao meio recetor respeitando os critérios definidos para a qualidade do efluente final.		6

Objetivo de redução do uso da água	Celbi	Biotek	Caima
2020	16m³/tSA	22m³/tSA	40m³/tSA
2021	15,5m³/tSA	20m³/tSA	40m³/tSA

303-2	Gestão dos impactos relacionados com a descarga de água	O ponto de descarga e a qualidade do efluente final encontram-se definidos na licença de rejeição de águas residuais. Como diretrizes para a qualidade do efluente, são também seguidos os valores identificados no BREF setorial. São realizadas monitorizações anuais ao meio recetor de acordo com o título de utilização privativa do espaço marítimo nacional e a definição dos VLE a seguir são de acordo com o período em questão (estiagem, húmido, excecional).		
303-3	Captação de água	Indicador respondido na tabela abaixo. Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) Nota: Os valores relativos à captação de água referentes a 2020 foram atualizados, deixando de incluir informação sobre a Greenvolt.		

	2020	2021
CAPTAÇÃO DE ÁGUA		
Captações superficiais (m³)	20 978 024	20 680 425
Captações subterrâneas (m³)	3 478 000	3 675 518
Uso total de água (m³)	24 456 024	24 355 943

303-4	Efluentes	Indicador respondido na tabela abaixo. Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) Nota: Os valores relativos aos efluentes referentes a 2020 foram atualizados, deixando de incluir informação sobre a Greenvolt.		
-------	-----------	---	--	--

	2020	2021
EFLUENTE TOTAL POR DESTINO		
TOTAL - Volume de efluente descarregado (m³)	18 441 074	18 753 302
Águas superficiais (m³)	9 068 864	8 544 323
Águas subterrâneas (m³)	—	—
Água do mar (m³)	9 372 210	10 208 979
Água de terceiros (m³)	—	—
EFLUENTE TOTAL POR CATEGORIA		
Água doce (m³)	9 068 864	8 544 323
Outros tipos de água (m³)	9 372 210	10 208 979

303-5	Consumo de água	Indicador respondido na tabela abaixo. Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) Nota: Os valores relativos ao consumo de água referentes a 2020 foram atualizados, deixando de incluir informação sobre a Greenvolt.		
-------	-----------------	--	--	--

	2020	2021
CONSUMO DE ÁGUA		
Consumo total de água de todas as áreas em m³	6 014 950	5 602 541

GRI 304 - BIODIVERSIDADE

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita na Matriz de Materialidade (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade). Com relação direta com a Biodiversidade, o tema “Gestão florestal e proteção da biodiversidade” foi considerado um tema de materialidade elevada (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade).		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Biodiversidade (<i>vide</i> A nossa estratégia > Desenvolver e valorizar a nossa floresta).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> A nossa estratégia > Desenvolver e valorizar a nossa floresta).		
304-1		Instalações operacionais (próprias, arrendadas ou geridas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas	A nossa estratégia > Desenvolver a nossa Floresta Indicador respondido na tabela abaixo.		6 14 15

Área Protegida (ha)	2020	2021
Parque Natural Tejo Internacional	1 905	1 627
Parque Natural Serra de São Mamede	1 075	1 236
Paisagem Protegida Serra de Montejunto	342	393
Parque Natural Serras de Aire e Candeeiros	109	117
Parque Natural Serra da Estrela	7	7
Parque das Serras do Porto	129	129
Serra da Gardunha	410	410
Total	3 977	3 919

304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade	Indicador respondido na tabela abaixo.		6 14 15
-------	--	--	--	---------------

Sítio de Importância Comunitária (ha)	2020	2021
São Mamede	1 901	2 382
Monchique	2 093	1 597
Nisa / Lage da Prata	794	1 190
Serra de Montejunto	343	478
Cabrela	284	118
Malcata	284	450
Serra da Lousã	267	578
Serras da Freita e Arada	243	284
Rio Paiva	210	270
Serra da Gardunha	223	363
Serras de Aire e Candeeiros	136	183
Sicó / Alvaiázere	130	244
Carregal do Sal	105	158
Valongo	106	144
Serra de Montemuro	87	91
Cabeção	59	59
Estuário do Tejo	28	27
Alvão / Marão	11	18
Estuário do Sado	8	96
Serra da Estrela	7	7
Caldeirão	1	51
Complexo do Açor		5
Rio Lima		10
Total	7 320	8 803

304-3	Habitats protegidos ou recuperados	Indicador respondido na tabela abaixo.		6 14 15
-------	------------------------------------	--	--	---------------

Habitat	Nome	Área
3120	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas em solos geralmente arenosos do oeste mediterrânico com <i>Isoetes spp</i>	60
3170	Charcos temporários mediterrânicos	2
4020	Charnechas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>	3
4030	Charnechas secas europeias	559
5210	Matagais arborescentes de <i>Juniperus spp</i>	83
5230	Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i>	4
5330	Matos termomediterrânicos pré-desérticos	877
6310	Montados de <i>Quercus spp.</i> de folha perene	1 697
6420	Pradarias húmidas mediterrânicas de ervas altas da Molínia - <i>Holoschoenion</i>	2
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	25
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	5
91	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)	95
91F0	Florestas mistas de <i>Quercus robur</i> , <i>Ulmus laevis</i> , <i>Ulmus minor</i> , <i>Fraxinus excelsior</i> ou <i>Fraxinus angustifolia</i> das margens de grandes rios (<i>Ulmion minoris</i>)	1
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	22
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>	4
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>	8
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	101

92B0	Florestas-galerias junto aos cursos de água intermitentes mediterrânicos com <i>Rhododendron ponticum</i> , <i>Salix</i> e outras espécies	1
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (<i>Nerio-Tamaricetea</i> e <i>Securinegion tinctoriae</i>)	19
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>	95
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	90

304-4	Espécies incluídas na Lista Vermelha da IUCN (International Union for Conservation of Nature) e em listas de espécies de conservação nacional, cujos habitats se encontram em áreas afetadas pelas operações da empresa	Indicador respondido na tabela abaixo.		6 14 15
-------	---	--	--	---------------

Aves		Anfíbios e Répteis		Peixes	
Noitibó-de-nuca-vermelha - <i>Caprimulgus ruficollis</i>	VU	Salamandra -lusitânica - <i>Chioglossa lusitanica</i>	VU	Lampreia-de rio - <i>Lampetra fluviatilis</i>	CR
Chasco-ruivo - <i>Oenanthe hispanica</i>	VU	Cágado-de-carapaça-estriada - <i>Emys orbicularis</i>	EN	Enguia-europeia - <i>Anguilla anguilla</i>	EN
Abutre-preto - <i>Aegypius monachus</i>	CR	Tritão-palmado - <i>Triturus helveticus</i>	VU	Boga-de-boca-arqueada - <i>Iberochondrostoma lemmingii</i>	EN
Águia-real - <i>Aquila chrysaetos</i>	EN			Boga-portuguesa - <i>Iberochondrostoma lusitanicum</i>	CR
Cegonha-preta - <i>Ciconia nigra</i>	VU	Mamíferos		Bordalo - <i>Squalius alburnoides</i>	VU
Abutre-do-Egito - <i>Neophron percnopterus</i>	EN	Morcego-de-franja - <i>Myotis nattereri</i>	VU	Escalo do Sul - <i>Squalius pyrenaicus</i>	EN
Açor - <i>Accipiter gentilis</i>	VU	Lobo-ibérico - <i>Canis lupus</i>	EN		
Alcaravão - <i>Burhinus oedicnemus</i>	VU				
Coruja-do-nabal - <i>Asio flammeus</i>	EN	Invertebrados			
Noitibó-da-Europa - <i>Caprimulgus europaeus</i>	VU	<i>Euphydryas aurinia</i>	VU		
Tartaranhão-caçador - <i>Circus pygargus</i>	EN	<i>Coenagrion mercuriale</i>	VU		
Falcão-peregrino - <i>Falco peregrinus</i>	VU	Boga-de-boca-arqueada - <i>Iberochondrostoma lemmingii</i>	EN		
Ógea - <i>Falco subbuteo</i>	VU	Boga-portuguesa - <i>Iberochondrostoma lusitanicum</i>	CR		
Colhereiro - <i>Platalea leucorodia</i>	VU				
Águia-Imperial - <i>Aquila adalberti</i>	CR				

Categorias IUCN

Vulnerável (VU): considerada como estando a sofrer um risco elevado de extinção na natureza.

Em perigo (EN): considerada como estando a sofrer um risco muito elevado de extinção na natureza.

Em perigo crítico (CR): considerada como estando a sofrer um risco extremamente elevado de extinção na natureza.

GRI 305 - EMISSÕES

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita na Matriz de Materialidade (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade). Com relação direta com as Emissões, o tema "Alterações climáticas e emissões de gases com efeito estufa" foi considerado um tema de materialidade elevada (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade).		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com as Emissões (<i>vide</i> A nossa estratégia > Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade > Combate às alterações climáticas).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> A nossa estratégia > Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade > Combate às alterações climáticas).		

305-1	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1)	A nossa estratégia > Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade > Combate às alterações climáticas Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) e Altri Florestal Nota: Os valores relativos às emissões referentes a 2020 foram atualizados, deixando de incluir informação sobre a Greenvolt.		3 12 13 14 15
305-2	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)	A nossa estratégia > Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade > Combate às alterações climáticas Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) e Altri Florestal Nota: Os valores relativos às emissões referentes a 2020 foram atualizados, deixando de incluir informação sobre a Greenvolt.		3 12 13 14 15
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)	A nossa estratégia > Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade > Combate às alterações climáticas Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima) e Altri Florestal		3 12 13 14 15
305-4	Intensidade das emissões de GEE	A nossa estratégia > Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade > Combate às alterações climáticas Indicador respondido na tabela abaixo.		13 14 15

	2020	2021
Intensidade das emissões de GEE das fábricas de pasta (kgCO ₂ e/tSA) para âmbito 1 e 2	131	131
Intensidade das emissões de GEE das fábricas de pasta (kgCO ₂ e/tSA) para âmbito 3	230	256

305-5	Redução das Emissões GEE	Indicador respondido na tabela abaixo.		
-------	--------------------------	--	--	--

	2020	2021
Redução de emissões face a 2019 (tCO ₂ e) em âmbito 1, 2 e 3	(15)%	(8)%
Emissões evitadas associadas à venda de eletricidade (tCO ₂ e)	(154 961) ³²	(15 353)

305-6	Emissões de substâncias que destroem a camada do ozono	Nota: Os valores reportados correspondem aos gases fluorados, no entanto, o valor de substâncias depletores da camada de ozono é 0. Indicador respondido na tabela abaixo.		3 12 13
-------	--	---	--	---------------

	2020	2021
EMIÇÃO DE GASES FLUORADOS		
Gases Fluorados (tCO ₂ e)	370	736

305-7	Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas	A nossa estratégia > Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade > Combate às alterações climáticas		3 12 14 15
-------	---	--	--	---------------------

GRI 306 - RESÍDUOS

Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita na Matriz de Materialidade (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade). Com relação direta com os Resíduos, o tema "Gestão de Resíduos" foi considerado um tema de materialidade elevada (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade).		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a gestão de resíduos (<i>vide</i> Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade > Resíduos).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade > Resíduos).		

³² Valor reportado em 2020 inclui Greenvolt.

306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados com resíduos	<p>As lamas primárias, as lamas secundárias e os rejeitos da crivagem, são gerados na própria atividade, no processo de produção de pasta.</p> <p>Nas unidades industriais da Altri, as lamas resultantes do tratamento de efluentes da fábrica são valorizadas energeticamente nas caldeiras de biomassa, instaladas no complexo industrial.</p> <p>As lamas secundárias resultantes do tratamento de efluentes da Celbi são valorizadas energeticamente na caldeira de recuperação.</p> <p>Na Celbi, os rejeitos da crivagem eram valorizados nas caldeiras de biomassa e, recentemente, foi efetuado um investimento num digestor que permite a valorização dos rejeitos da crivagem e serrim para produção de pasta.</p> <p>Na Biotek, as lamas secundárias resultantes da remoção da matéria-prima orgânica existente nos efluentes setoriais da fábrica, são encaminhadas maioritariamente para compostagem.</p> <p>Na Caima, as lamas secundárias resultantes do tratamento de efluentes, são valorizadas energeticamente na central de biomassa e também são encaminhadas para compostagem.</p> <p>A nossa estratégia > Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade</p>		3 6 12 14
306-2	Gestão de impactos significativos associados a resíduos	<p>Na Celbi, no âmbito do Projeto do Digestor de Serrim os rejeitos da crivagem que resultam do processo de produção de pasta e o Serrim que resulta do processamento da madeira são encaminhados para o digestor que permite a recuperação das fibras de celulose para a produção de pasta.</p> <p>Na Biotek, o encaminhamento de parte das lamas de cal produzidas no processo de recuperação de químico, como subproduto para outra empresa do Grupo, permitiu a recuperação da cal para o processo fabril em detrimento do seu encaminhamento para tratamento enquanto resíduo.</p> <p>A nossa estratégia > Afirmar a sustentabilidade como fator de competitividade</p>		3 6 12 14
306-3	Resíduos Gerados	<p>Indicador respondido na tabela abaixo.</p> <p>Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek, Caima)</p> <p>Nota: Os valores relativos aos resíduos gerados referentes a 2020 foram atualizados, deixando de incluir informação sobre a Greenvolt.</p>		3 6 12 14

PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	2020	2021
Peso total dos resíduos gerados (t)	111 799	106 570
Resíduos Perigosos	282	251
Valorização	72	102
Eliminação	111 516	149
Resíduos Não Perigosos	111 517	106 318
Valorização	57 099	61 350
Eliminação	54 418	44 968

GRI 307 - COMPLIANCE AMBIENTAL

307-1	Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais	No decurso do exercício de 2021 nenhuma das empresas do Grupo Altri foi objeto de qualquer sanção (definitiva/transitada em julgado) em matéria ambiental.		16
-------	--	--	--	----

GRI 308 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

308-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais	Os nossos stakeholders > Fornecedores		
-------	--	---------------------------------------	--	--

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI 401 - EMPREGO

401-1	Novas contratações e rotatividade de trabalhadores	Indicador respondido na tabela abaixo.		5 8
-------	--	--	--	--------

	2020	2021
Total de trabalhadores	765	774
Faixa etária (n°)		
< 30 anos	111	117
Dos 30 aos 50 anos	430	438
> 50 anos	224	219
Género (n°)		
Masculino	655	659

Feminino	110	115
Novas contratações	25	43
Faixa etária (n°)		
< 30 anos	9	27
Dos 30 aos 50 anos	15	14
> 50 anos	1	2
Género (n°)		
Masculino	16	33
Feminino	9	10
Taxa de novas contratações	3,27%	5,56%
Faixa etária (n°)		
< 30 anos	1,18%	3,49%
Dos 30 aos 50 anos	1,96%	1,81%
> 50 anos	0,13%	0,26%
Género (n°)		
Masculino	2,09%	4,26%
Feminino	1,18%	1,29%
Saída de trabalhadores	33	35
Faixa etária (n°)		
< 30 anos	9	5
Dos 30 aos 50 anos	6	14
> 50 anos	18	16
Género (n°)		
Masculino	20	30
Feminino	13	5
Taxa de rotatividade	4,31%	4,52%
Faixa etária (n°)		
< 30 anos	1,18%	0,60%
Dos 30 aos 50 anos	0,78%	1,81%
> 50 anos	2,35%	2,07%
Género (n°)		
Masculino	2,61%	3,88%
Feminino	1,70%	0,65%

401-2	Benefícios concedidos aos trabalhadores em regime full-time que não são concedidos aos trabalhadores temporários ou em part-time	Indicador respondido na tabela abaixo. Nota: Os benefícios de Fundo de Pensões, Seguros de Saúde e Seguro de Vida são aplicáveis apenas aos trabalhadores do quadro permanentes.		8
-------	--	--	--	---

	Celbi	Biotek	Caima	Altri Florestal	Viveiros
BENEFÍCIOS					
Seguro de Saúde	X	X	X	X	X
Seguro de Vida	X	X	X	X	
Fundo de Pensões	X	X	X	X	
Pagamento dos 3 primeiros dias de baixa à caixa não cobertos pela Segurança Social.	X	X		X	
Complemento do subsídio de baixa à caixa até 90 dias de forma a manter a remuneração líquida.	X	X	X	X	
Subsídio de nascimento		X			

GRI 403- SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL					
Formas de Gestão	103-1	Explicação do tema material e dos seus limites	Os temas materiais da Altri foram definidos com base na metodologia descrita na Matriz de Materialidade (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade). Com relação direta com a Saúde e Segurança Ocupacional, o tema "Saúde, segurança e bem-estar dos trabalhadores" foi considerado um tema de materialidade elevada (<i>vide</i> Sobre este Relatório > Matriz de Materialidade).		
	103-2	A forma de gestão e os seus componentes	A Altri tem promovido várias iniciativas relacionadas com a Saúde e Segurança Ocupacional (<i>vide</i> A nossa estratégia > Valorizar as pessoas).		
	103-3	Evolução da forma de gestão	A Altri realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (<i>vide</i> A nossa estratégia > Valorizar as pessoas).		

403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	A Altri tem implementado um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança (ver Sobre Nós- Certificações) que abrange todos os locais de trabalho, trabalhadores internos e trabalhadores dos prestadores de serviços. Na Altri Florestal, Viveiros e Altri SL têm implementados os referenciais normativos PEFC e FSC®, que abrangem os trabalhadores internos e externos que realizem atividades nos locais.		3 8
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	De modo a garantir a qualidade dos processos para identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de acidentes a Altri tem implementado o Sistema de Gestão de SST, no âmbito do qual são realizadas auditorias de certificação e auditorias internas, que incluem auditorias em Trabalhos Florestais e Depósitos de Madeira e Biomassa, é promovida formação e divulgada informação sobre as normas SST e sobre riscos no local de trabalho, procede-se à análise de incidentes e quase-acidentes, são promovidos treinos e exercícios para as Equipas de Intervenção em Emergências, realizadas inspeções aos locais de trabalho e simulacros para treino das equipas de 1.ª intervenção e de acidentes em trabalho florestal e existe uma brigada de incêndios para resposta às emergências. Para a investigação de incidentes laborais existem procedimentos implementados que determinam a forma de investigar, discutir e implementar as medidas necessárias para minimizar a ocorrência de incidentes laborais. É utilizada a metodologia dos 5 porquês, feita a comunicação de incidentes e divulgada por toda a organização. A avaliação e melhoria do Sistema de Gestão de SST são garantidas através da revisão periódica do próprio sistema, do estabelecimento de objetivos e planos de melhoria em SST e da atualização da matriz de avaliação de riscos.		3 8
403-3	Serviços de saúde do trabalho	Em 2021 foi criada a Direção de Saúde Ocupacional do Grupo Altri, liderada pelo médico de trabalho da Celbi, com o objetivo de definir e promover as políticas de saúde e bem-estar em todas as empresas da Altri. Os serviços de medicina do trabalho em cada empresa abrangem as atividades de enfermagem, a realização de exames médicos periódicos para avaliação da aptidão dos trabalhadores para o exercício das suas funções e colaboração com os serviços de segurança e saúde no trabalho na identificação dos riscos para a saúde dos trabalhadores, bem como na análise das causas dos acidentes de trabalho ou da ocorrência de doenças profissionais. Adicionalmente, contamos com Técnicos de Segurança que executam, orientam e coordenam as atividades do serviço de segurança, nomeadamente no respeitante à distribuição, controlo de funcionamento e conservação do material de segurança. Executam, ainda, inspeções às condições de segurança das instalações ou de trabalho do pessoal e elaboram relatórios e apuramentos estatísticos sobre sinistralidade e colaboram nos processos de informação e formação dos trabalhadores e demais intervenientes nos locais de trabalho nas áreas de prevenção e segurança, processo através do qual se assegura a qualidade do serviço.		3 8
403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	Para a participação e consulta dos trabalhadores no Sistema de Gestão de SST são promovidas reuniões pela Comissão de Ambiente e Segurança e Saúde, onde estão presentes Representantes dos Trabalhadores, responsáveis de topo da Altri e o Médico do Trabalho, é ainda feita a consulta aos trabalhadores relativamente à utilização de EPI e na elaboração dos RIPAR. Complementarmente, para o envolvimento dos trabalhadores, são realizados os Minutos de Segurança semanais nas reuniões KAIZEN, Safety Clicks e é seguida a Metodologia Comportamentos Seguros - Passos Seguintes.		3 8
403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	A nossa Estratégia > Valorizar as Pessoas		3 8
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	A Altri promove a saúde dos seus trabalhadores através de serviços de medicina e enfermagem no posto médico, consultas e prescrição de medicamentos, campanhas de sensibilização sobre saúde e bem-estar, recomendações do médico do trabalho alertando para riscos para a saúde do trabalhador (ex: tabaco, excesso peso...) e ausências para consultas médicas, consideradas justificadas e com remuneração.		3 8
403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	A Altri procede à distribuição de folhetos informativos, disponibilização de documentação de Segurança (RIPAR, Procedimentos, Normas, Cadernos Práticas Florestais com a AR), divulgação de vídeos de SST nos circuitos de TV internos, afixação de sinalética de Segurança e divulgação das Comunicações dos Incidentes e Quase Incidentes (Flash Incidentes e Flash Quase Acidente) e realiza os Minutos de Segurança semanais nas reuniões KAIZEN.		3 8

403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	No caso das unidades industriais da Altri, os trabalhadores internos e externos, que desempenhem funções no local, estão abrangidos pelo Sistema de SST que é auditado internamente e externamente. No caso da Altri Florestal e Altri SL em que estão implementados os referenciais normativos PEFC e FSC®, cuja revisão contempla a análise do desempenho da SST e a definição de Planos de Melhoria ao nível da SST, 100% dos trabalhadores internos estão cobertos pelo sistema.		3 8
403-9	Acidentes de trabalho	Os principais tipos de acidentes de trabalho com trabalhadores internos: Traumatismos, queimaduras, ferimentos ligeiros, fraturas, entalamento, contacto com objetos cortantes e esforço físico excessivo. Com os trabalhadores externos foram: Traumatismos, queimaduras, ferimentos ligeiros e entalamento. Para identificar os perigos relacionados com riscos de acidente de trabalho grave ou para eliminá-los/mitigá-los a Altri dispõe de Planos, procedimentos e normas de segurança, registos de identificação de perigos e avaliação de riscos, sinalização de segurança, RIPARs, Ficha de Dados de Segurança, Monitorização de exposição a agentes físicos e químicos, inspeções SST, implementação de medidas de proteção coletivas, melhoria das infraestruturas e equipamentos. Os principais perigos que contribuíram para acidentes de trabalho graves foram: Produtos Químicos; Trabalhos que requeiram a utilização de Máquinas; Trabalhos em altura; Deslocações; Abate e transporte de madeira; Exposição a condições atmosféricas adversas. Indicador respondido na tabela abaixo. Âmbito: Unidades industriais da Altri (Celbi, Biotek e Caima) e Altri Florestal Nota: Os dados relativos a trabalhadores externos não incluem informação relativa à Altri Florestal no ano de 2021, uma vez que não foi possível calcular o número de horas trabalhadas. Nota 1: Houve uma atualização relativamente ao número de óbitos resultantes de acidentes de trabalho reportados em 2020, uma vez que foi comunicado um óbito que decorreu nesse ano posteriormente à publicação do Relatório.	✓	3 8

	2020	2021
VALORES ABSOLUTOS PARA OS TRABALHADORES		
Mortes resultantes de acidente de trabalho	1	0
Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	1	0
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	44	30
N.º de horas trabalhadas	1 278 569	1 292 999
RÁCIOS PARA OS TRABALHADORES		
Mortes resultantes de acidente de trabalho	0,8	0,0
Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	0,8	0,0
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	34,4	23,2
VALORES ABSOLUTOS PARA TRABALHADORES EXTERNOS		
Mortes resultantes de acidente de trabalho	2	1
Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	4	0
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	74	57
N.º de horas trabalhadas	—	979 064
RÁCIOS PARA OS TRABALHADORES		
Mortes resultantes de acidente de trabalho	—	1,0
Acidentes de trabalho graves (excluindo mortes)	—	0,0
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	—	58,2

403-10	Doenças Profissionais	No ano de 2021 não foram registadas quaisquer doenças ocupacionais ou óbitos resultantes de doenças ocupacionais. De modo a mitigar ou eliminar os riscos e perigos a Altri procede à monitorização de riscos de exposição nos postos de trabalho (ao ruído, substância químicas, ergonómicos), efetuados pelos técnicos de segurança e acompanhados pelo médico do trabalho.		3 8
--------	-----------------------	--	--	--------

GRI 404 - FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

404-1

Médias de horas de formação por ano e por trabalhador

A nossa estratégia > Valorizar as pessoas > Desenvolvimento de competências

Indicador respondido na tabela abaixo.

2021			
Total de trabalhadores por categoria e funcional	Masculino	Feminino	Total
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	90	24	114
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	95	11	106
Restantes trabalhadores (n.º)	474	80	554
Total (n.º)	659	115	774
Total de horas de formação (h)			
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	2 239	704	2 943
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	1 319	201	1 520
Restantes trabalhadores (n.º)	12 521	1 909	14 430
Total (n.º)	16 079	2 814	18 893
Média de horas de formação por categoria (h/trabalhador)			
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	25	29	26
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	14	18	14
Restantes trabalhadores (n.º)	26	24	26
Total (n.º)	24	24	24

✓

4

5

8

404-2	Programas de melhoria de competências dos trabalhadores e à transição	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas > Desenvolvimento de competências		8
-------	---	---	--	---

	Total de ações (n.º)	N.º de Horas (h)
Processo	44	5 689
Gestão e Comportamental	57	1 381
Manutenção	14	899
Segurança	172	8 545
Outro	98	2 315
Total	385	18 893

GRI 405 - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

405-1	Diversidade dos órgãos de <i>governance</i> e dos trabalhadores	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas > Promoção da igualdade e diversidade		5 8
		Indicador respondido na tabela abaixo.		

2021	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Quadros e Técnicos Superiores (n.º)	< 30 anos	2	—	2
	Dos 30 aos 50 anos	55	16	71
	> 50 anos	33	8	41
	TOTAL	90	24	114

Quadros e Técnicos Superiores (%)	< 30 anos	2	—	2
	Dos 30 aos 50 anos	48	14	62
	> 50 anos	29	7	36
	TOTAL	79	21	100
Quadros médios e Chefias Diretas (n.º)	< 30 anos	4	3	7
	Dos 30 aos 50 anos	49	5	54
	> 50 anos	42	3	45
	TOTAL	95	11	106
Quadros médios e Chefias Diretas (%)	< 30 anos	4	3	7
	Dos 30 aos 50 anos	46	5	51
	> 50 anos	40	3	43
	TOTAL	90	11	101
Restantes trabalhadores (n.º)	< 30 anos	81	28	109
	Dos 30 aos 50 anos	278	36	314
	> 50 anos	115	16	131
	TOTAL	474	80	554
Restantes trabalhadores (%)	< 30 anos	15	5	20
	Dos 30 aos 50 anos	50	7	57
	> 50 anos	21	3	24
	TOTAL	86	14	100
Total (n.º)		659	115	774

Trabalhadores com formação superior		Masculino	Feminino	Total
N.º de trabalhadores com formação superior (n.º)		200	90	290
Taxa de trabalhadores com formação superior (%)		30,35	78,26	37,47
Órgãos de <i>governance</i> por categoria funcional faixa etária e género				
	Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Órgãos de <i>governance</i> (n.º)	< 30 anos	0	0	0
	Dos 30 aos 50 anos	0	0	0
	> 50 anos	8	4	12
	TOTAL	8	4	12
Órgãos de <i>governance</i> (%)	< 30 anos	0,0	0,0	0,0
	Dos 30 aos 50 anos	0,0	0,0	0,0
	> 50 anos	66,7	33,3	100
	TOTAL	66,7	33,3	100

405-2	Rácio entre o salário base e remuneração da mulher e do homem	Indicador respondido na tabela abaixo.		5 8 10
		Nota: Os dados apresentados não incluem os trabalhadores da Altri Sales.		
		Remuneração base por categoria funcional e género (€)	Rácio F/M	
		Quadros e Técnicos Superiores	0,86	
		Quadros médios e Chefias Diretas	0,92	
		Restantes trabalhadores	0,93	
		Total	0,97	
		Remuneração total por categoria funcional e por género (€)		
		Quadros e Técnicos Superiores	0,86	
		Quadros médios e Chefias Diretas	0,83	
		Restantes trabalhadores	0,76	
		Total	0,87	
GRI 406 - NÃO-DISCRIMINAÇÃO				
406-1	Casos de discriminação e medidas tomadas	Não houve registo, durante o exercício de 2021, de qualquer reporte de situações discriminatórias que impusessem a tomada de medidas concretas de combate a tais situações.		5 8 16
GRI 413 - COMUNIDADES LOCAIS				
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas	Os nossos <i>stakeholders</i> > Comunidade		

413-2	Operações com impactos negativos significativos atuais e potenciais nas comunidades locais	Os nossos <i>stakeholders</i> > Comunidade		1 2
GRI 414 - AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES				
414-1	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais	Os nossos <i>stakeholders</i> > Fornecedores		
GRI 417 - MARKETING E ROTULAGEM				
417-1	Requisitos de informação e rotulagem para produtos e serviços	A Altri dá cumprimento ao regulamento Regulamento (UE) N.º 53/2010 de 20 de maio de 2010, tendo disponível para todos os produtos uma ficha de segurança com a descrição das principais características, aplicações e regras de utilização e reciclagem. As pastas para utilização em produtos papéis e papelão estão aprovadas pelo <i>Nordic Ecolabelling of Paper Products</i> e pelo <i>European Ecolabel</i> , e assim podem ser utilizadas em produtos que pretendam utilizar este rótulo ambiental.		12 16
GRI 419 – CONFORMIDADE SOCIOECONÓMICA				
419-1	Não conformidade com as leis e regulamentos na área social e económica	Não foram aplicadas coimas/multas/sanções monetárias, em relação a qualquer uma das empresas do Grupo Altri, por incumprimento das leis e/ou regulamentos na área social e económica. Não se verificou, em relação a todas as empresas do Grupo Altri, qualquer não conformidade com leis e/ou regulamentos na área social e económica.		18

Legenda:

S/V – Sem Verificação

ODS – [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

NOTAS METODOLÓGICAS - PEGADA DE CARBONO 2021

Para o cálculo da pegada de carbono da Altri foram incluídas as fábricas de pasta Celbi, Biotek e Caima e, adicionalmente, a Altri Florestal. Em 2019, a Altri reestruturou e refinou o cálculo da pegada de carbono, de modo a melhorar o seu alinhamento com diversos frameworks e referenciais internacionais, tais como o GHG Protocol, o CDP Climate Change e o Framework for Carbon Footprints for Paper and Board Products da CEPI. O reporte da pegada de carbono de 2021, encontra-se alinhado com o GHG Protocol, de acordo com os três âmbitos de reporte. São também reportadas, de forma independente, outras emissões, tais como o *stock* de carbono da floresta, emissões evitadas pela venda de eletricidade e emissões biogénicas.

Foram considerados os seguintes âmbitos:

Âmbito 1: referente às emissões de gases com efeito de estufa (GEE) diretas das operações, por fontes detidas ou controladas pela Altri. Inclui as emissões no âmbito do CELE e outras emissões como outros combustíveis da Caima e as fugas dos gases fluorados. O âmbito 1 incluiu ainda, em 2021, a gestão interna de resíduos.

Âmbito 2: referente às emissões de GEE associadas à produção da eletricidade adquirida pela Altri. Estas emissões foram calculadas segundo as metodologias de *market-based* e *location-based*.

Âmbito 3: referente a outras emissões indiretas de GEE associadas à cadeia de valor da Altri. As categorias calculadas neste âmbito são:

- **Transporte a montante e a jusante** - a categoria de transportes foi subdividida em duas: transporte a montante e a transportes a jusante, isto é, transportes da madeira e produtos químicos (transporte a montante) e transporte de produto (transporte a jusante);
- **Compra de bens e serviços** - incluem a compra de produtos químicos, biomassa externa, fertilizantes e fitofármacos.
- **Atividades relacionadas com combustíveis e energia não incluídas nos âmbitos 1 e 2** – calculado com base nos dados de atividade presentes nos âmbitos 1 e 2, como as emissões associadas à extração, refinação e transporte de combustíveis e perdas na rede;
- **Resíduos gerados das operações** (incluindo transporte) – inclui os resíduos gerados nas fábricas de pasta;
- **Outras emissões** – fornecedores, incluindo informação disponível de prestadores de serviço e subcontratados de transportes internos de madeiras e pasta nas fábricas de pasta e subcontratados da Altri Florestal, nomeadamente operações de silvicultura, operações de exploração e operações de DFCI.

Outras emissões:

- **Reservatório de carbono da floresta:** no âmbito da Altri Florestal, foi calculado o *stock* de carbono na floresta sob a sua gestão.
- **Emissões evitadas:** foi revista a metodologia de cálculo das emissões evitadas. Para este efeito, foi considerada a energia elétrica injetada na rede pelas fábricas de pasta (apenas as fábricas excedentárias em energia elétrica foram consideradas neste cálculo).
- **Emissões biogénicas:** foram calculadas as emissões biogénicas associadas ao consumo de combustíveis de origem não fóssil nas fábricas de pasta. Os principais combustíveis de origem não fóssil são o licor negro e a biomassa.

Exclusões: as emissões de GEE associadas ao uso do produto e ao fim de vida do produto encontram-se fora do âmbito de reporte da pegada de carbono, uma vez que a Altri é um produtor de pasta de papel. Outras categorias de âmbito 3 foram consideradas como não relevantes ou não aplicáveis à atividade da Altri.

TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURE (TCFD)

Reconhecendo o valor dos referenciais de reporte de sustentabilidade, a seguinte tabela de correspondência demonstra a relação entre o presente relatório de sustentabilidade e as Recomendações da TCFD (atualização de 2021).

CATEGORIA	RECOMENDAÇÃO DE REPORTE	LOCAL DE REPORTE
GOVERNANCE	a) Descrever a supervisão da Administração sobre os riscos e oportunidades relacionados com o clima.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD; <u>Sobre nós - Governance, Ética, Políticas e Certificações</u>). CDP – Climate Change 2021 (C1.1a; C1.1b).
	b) Descrever o papel da gestão na avaliação e gestão dos riscos e oportunidades relacionados com o clima.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD; <u>Sobre nós - Governance, Ética, Políticas e Certificações</u>). CDP – Climate Change 2021 (C1.2, C1.2a).
ESTRATÉGIA	a) Descrever os riscos e oportunidades relacionados com o clima, identificados pela Organização, para o curto, médio e longo prazos.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD; <u>A Nossa Estratégia</u>). CDP – Climate Change 2021 (C2.1; C2.3; C2.3a; C2.4; C2.4a).
	b) Descrever o impacto dos riscos e oportunidades relacionados com o clima no negócio, estratégia e planeamento financeiro da Organização.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD; <u>A Nossa Estratégia</u> ; Como criamos valor). CDP – Climate Change 2021 (C2.1; C2.3a; C2.4a; C3.1; C; C3.2a; C3.2b; C3.3; C3.4).
	c) Descrever a resiliência da estratégia da organização, tendo em consideração os diferentes cenários relacionados com o clima, incluindo o cenário 2°C ou inferior.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD). CDP – Climate Change 2021 (C4.1; C4.1a; C4.1b; C4.2; C4.2a; C4.2b).
GESTÃO DE RISCO	a) Descrever o processo da organização para a identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD; <u>Sobre nós - Gestão de Risco</u>). CDP – Climate Change 2021 (C2.1a; C2.2; C2.2a).
	b) Descrever o processo da Organização para gerir os riscos relacionados com o clima.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD; <u>Sobre nós - Gestão de Risco</u>). CDP – Climate Change 2021 (C2.2).
	c) Descrever como os processos de identificação, avaliação e gestão dos riscos da Organização, relacionados com o clima, são integrados na gestão de risco global.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD; <u>Sobre nós - Gestão de Risco</u>). CDP – Climate Change 2021 (C2.2).
MÉTRICAS E METAS	a) Divulgar as métricas utilizadas pela organização para avaliar os riscos e oportunidades relacionados com o clima, em linha com a estratégia e processo de gestão de risco.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD; Compromisso 2030; <u>A nossa Estratégia</u>). CDP – Climate Change 2021 (C4.2; C4.2a; C4.2b; C9.1). Website Altri (O Nosso Compromisso; Ambiente)
	b) Divulgar as emissões de GEE (âmbitos 1, 2 e 3) e os riscos associados.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD; <u>Combate às alterações climáticas</u>). CDP – Climate Change 2021 (C6.1; C6.3; C6.5; C6.5a).
	c) Descrever os objetivos utilizados pela organização para gerir os riscos e oportunidades relacionados com o clima e avaliar a sua performance face aos objetivos.	Relatório de Sustentabilidade 2021 (TCFD; <u>Compromisso 2030</u>). CDP – Climate Change 2021 (C4.1; C4.1a; C4.1b; C4.2; C4.2a; C4.2b). Website Altri (O Nosso Compromisso)

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA COM OS REQUISITOS DO DECRETO DE LEI N.º 89/2017

Requisito	Resposta
MODELO EMPRESARIAL	
DL 89/2017 - Artº3º (Remetido para o N.º 2 do Artº508º - G do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a)	
Modelo empresarial da empresa	Sobre Nós
	A nossa estratégia
	Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações
DIVERSIDADE NOS ORGÃOS DO GOVERNO	
DL 89/2017 - Artº4º (Remetido para o Artº 245.º - N.º 1 r) e N.º 2 do CVM) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 20 (1)(g)	
Política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização	Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações
	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas
QUESTÕES AMBIENTAIS	
DL 89/2017 - N.º 2 do Artº3º (Remetido para o N.º 2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1) (a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões ambientais	Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações
	A nossa estratégia > Afirmar a Sustentabilidade como fator de competitividade
Resultados da aplicação das políticas	A nossa estratégia > Afirmar a Sustentabilidade como fator de competitividade
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Sobre nós > Gestão de Risco
Indicadores-chave de desempenho	A nossa estratégia > Afirmar a Sustentabilidade como fator de competitividade
QUESTÕES SOCIAIS E RELATIVAS AOS TRABALHADORES	
DL 89/2017 - N.º 2 do Artº3º (Remetido para o N.º 2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1) (a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões sociais e relativas aos trabalhadores	Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações
	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas
Resultados da aplicação das políticas	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Sobre nós > Gestão de Risco
	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas
Indicadores-chave de desempenho	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas
IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS E NÃO DISCRIMINAÇÃO	
N.º 2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o N.º 2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões de igualdade entre mulheres e homens e não discriminação	Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações
	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas
Resultados da aplicação das políticas	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Sobre nós > Gestão de Risco
	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas
Indicadores-chave de desempenho	A nossa estratégia > Valorizar as pessoas
RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS	
N.º 2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o N.º 2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o respeito dos Direitos Humanos	Sobre Nós - Governance, Ética, Políticas e Certificações No Código de Ética e de Conduta do Grupo Altri está estabelecido que: O Grupo Altri respeita e promove os direitos humanos, conforme consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e norteia a sua atuação no respeito pela igualdade de oportunidades. Para além do estabelecido no documento que orienta a conduta dos trabalhadores, pautamos a nossa atuação pelo cumprimento integral de toda a legislação aplicável em matéria de Direitos Humanos, considerando que, as legislações nacionais e europeias salvaguardam desde logo os direitos fundamentais. Considerando o exposto, promovemos a igualdade de oportunidades, o respeito pelos Direitos Humanos e repudiamos em absoluto qualquer utilização do trabalho infantil e forçado, reconhecendo estas matérias como princípios que integram o ADN do Grupo.
Resultados da aplicação das políticas	
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	
COMBATE À CORRUPÇÃO E TENTATIVAS DE SUBORNO	
N.º 2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o n.º 2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o combate à corrupção e tentativas de suborno	Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações
Resultados da aplicação das políticas	Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Sobre Nós > Governance, Ética, Políticas e Certificações
	Sobre nós > Gestão de Risco

Compromissos Altri- Act 4 Nature

Compromissos individuais SMART

Duplicar a área de conservação em 10 anos

Em 2030, nas áreas sob gestão florestal (área própria ou arrendada), pretendemos alcançar uma rede de áreas de conservação com cerca de 16.000 ha mantendo toda a estrutura da empresa empenhada na concretização deste objetivo.

Produzir e plantar 1 milhão de plantas autóctones

Nos Viveiros do Furadouro, pretendemos produzir para projetos de reflorestação, próprios e de parceiros, no mínimo, 1 milhão de plantas autóctones em 10 anos. As parcerias serão estabelecidas através de protocolos de colaboração entre a Altri e outras entidades com o objetivo de apoiar as iniciativas de reflorestação e garantir a sua viabilidade e manutenção.

Ampliar a rede de estações de biodiversidade e biospots

Instalar 13 novas estações de biodiversidade e biospots integrados nas áreas sob gestão florestal da Altri.

Conservar e/ou restaurar os ecossistemas de elevado valor de conservação

Implementar 10 projetos de relevância local que contribuam diretamente para a conservação e restauro de valores naturais, estabelecendo as parcerias adequadas sempre que possível de âmbito local e privilegiando o contacto com a comunidade escolar.

Desenvolver ações de conservação, restauro e promoção de valores ambientais, integradas com as atividades regulares de produção florestal em territórios de dimensão, importância e relevância ao nível da paisagem, contribuindo para as políticas regionais e nacionais de conservação da diversidade biológica e com impacto demonstrativo.

Integrar outras atividades com valor (económico, social e ambiental) com a gestão florestal

Promover 10 projetos e /ou atividades localmente relevantes e geradoras de valor económico, social e ambiental nas áreas sob gestão florestal.

Promover projetos focados no valor acrescentado pela presença das áreas de produção florestal e do seu contributo para gerar outros valores económicos diretos em outros produtos (por ex. Mel, Medronho, Cogumelos).

Fomentar as boas práticas de gestão florestal e a sua certificação

Assegurar que há um aumento do consumo nas nossas unidades industriais de madeira de origens certificadas de 57% (2018) para pelo menos 80% em 2030.

Reduzir o uso específico de água nas unidades industriais da Altri

Reduzir o uso específico de água em 50% partindo do valor de referência de 2018 que foi de 20m3/tSA.

Divulgar a concretização dos compromissos assumidos no act4nature

Indicadores

Área de conservação (ha/ano)

Área de conservação (ha/ano/habitat)

Área (ha) plantada/ha

N.º plantas/ano

N.º estações de biodiversidade

N.º biospots/ano

N.º projetos implementados e respetivos resultados

N.º projetos por ano ou outros KPI específicos dos projetos

Quantidade de madeira certificada/Quantidade total de madeira consumida

Uso específico de água (m3/tSA)

Anualmente no Relatório de Sustentabilidade

2021

9140

163

105

62674

4

2

5 projetos implementados em 2021 que contribuem diretamente para a conservação e restauro dos valores naturais:

1- Parceria com GEOTA - Renature Monchique - Continuação dos trabalhos de plantação e adensamento das áreas de conservação;

2 - Cabeço Santo - Parceria com Associação Cabeço Santo no restauro e erradicação de invasoras lenhosas no corredor ecológico da Ribeira de Belazaima.

3 - Parceria com Montis (propriedades Costa Bacelo e Vieiro) - Implementação do acordo de gestão das áreas de conservação para o restauro e renaturalização de *habitats* de galerias ripícolas e *habitats* de montanha.

4 - Parceria com WWF - ANP no projeto "Plantar Água", tendo como objetivo a recuperação de *habitats* na Ribeira do Cachopo na Serra do Caldeirão.

5 - Altri Florestal é cofinanciadora e parceiro no projeto LIFE Lx Aquila liderado pela SPEA - Foi efetuada a instalação de uma plataforma de nidificação dedicada ao fomento da população regional de Águia-de-Bonelli numa área sob gestão da Altri.

1 - Projeto Medronho XXI - Propagação de material genético de qualidade superior de *Arbutus unedo* que vá ao encontro das necessidades específicas dos produtores florestais.

2 - Parceria com empresa Buijinink Int. - Colheita de ramos de *Eucalyptus globulus* para arranjos florais e produção de óleo essencial de eucalipto.

3 - Parceria com produtor de Mel no concelho de Penamacor.

69%

19

Presente tabela



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração de Altri, S.G.P.S., S.A.,

Introdução

Fomos contratados pela Administração da Altri, S.G.P.S., S.A. ("Altri" ou "Empresa") para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores identificados abaixo na secção "Responsabilidades do auditor", que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Sustentabilidade 2021 ("Relatório"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, preparada pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual em matéria de sustentabilidade.

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação dos indicadores identificados abaixo na secção "Responsabilidades do auditor", incluídos no Relatório de Sustentabilidade 2021, de acordo com as diretrizes para reporte de Sustentabilidade "Global Reporting Initiative", versão GRI Standards, para a opção "De acordo – Essencial", e com as instruções e critérios divulgados no Relatório de Sustentabilidade 2021, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se os indicadores GRI Standards identificados no Relatório de Sustentabilidade 2021, estão isentos de distorções materialmente relevantes.

O nosso trabalho de garantia de fiabilidade limitada consistiu ainda na realização de procedimentos com o objetivo de obter um grau de segurança limitado sobre se a Empresa aplicou, na informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Sustentabilidade 2021, as diretrizes GRI Standards.

Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- (i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- (ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Recção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na Lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- (iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- (iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- (v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- (vi) Comparar os dados financeiros e económicos incluídos na informação de sustentabilidade com os auditados pelo auditor externo, no âmbito da revisão legal das demonstrações financeiras da Altri do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- (vii) Analisar o processo de definição da materialidade dos temas de sustentabilidade, com base no princípio da materialidade previsto nas diretrizes GRI Standards, de acordo com a metodologia descrita pela Empresa no Relatório;
- (viii) Verificar que a informação de sustentabilidade a incluir no Relatório cumpre com os requisitos das diretrizes da GRI Standards, para a opção "De acordo – Essencial".

Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, consequentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente, que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento dos requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os indicadores identificados acima na secção "Responsabilidades do auditor", incluídos no Relatório de Sustentabilidade 2021, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2021, não tenham sido preparados, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos das diretrizes GRI Standards e com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a Altri não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório de Sustentabilidade 2021, as diretrizes GRI Standards, na opção "De acordo – Essencial".

Restrições de uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Empresa, para efeitos da divulgação do Relatório de Sustentabilidade 2021, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além de Altri, pelo nosso trabalho e pela conclusão expressa neste relatório, o qual será anexado ao Relatório de Sustentabilidade 2021 da Empresa.

7 de Abril de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Brochado Correia R.O.C. nº 1076
Registado na CMVM com o nº 20160688

RELATÓRIOS GREEN BONDS

A.1 Relatório GreenVolt 2021-2028 Green Bond

Relatório de alocação e impacte 2021

Enquadramento

A Greenvolt – Energias Renováveis, S.A. (“GreenVolt”) é uma empresa Portuguesa, que se dedica, entre outras atividades, à promoção, desenvolvimento, operação, manutenção e gestão, de forma direta ou indireta, em Portugal ou no estrangeiro, de centrais elétricas e outras instalações de produção, armazenamento e venda de energia de fontes renováveis, nomeadamente de fonte bioelétrica, solar, eólica, hídrica, resíduos urbanos ou industriais, biomassa ou de qualquer outra fonte renovável, tendo realizado, em novembro de 2021, uma emissão obrigacionista “verde”, admitida à negociação em Portugal, no mercado regulamentado *Euronext Lisbon*.

Para financiar os seus investimentos, a GreenVolt desenvolveu um *Green Bond Framework*, que serviu de base à emissão do seu *GreenVolt 2021-2028 Green Bond* (“empréstimo obrigacionista verde”), tendo sido emitidas 10.000 Obrigações, com o valor nominal unitário de Euro 10.000 (dez mil euros), correspondendo a um montante nominal total de Euro 100.000.000 (cem milhões de euros), e com uma taxa cupão de 2,625%.

A utilização dos recursos decorrentes desta primeira emissão foi alocada exclusivamente ao refinanciamento da estrutura de financiamento implementada para financiar a aquisição da Tilbury Green Power (TGP) – no Reino Unido – uma *joint venture*, em que a GreenVolt (indiretamente) adquiriu uma participação de 51%, em junho de 2021.

A Emissão alinha-se com as condições estabelecidas pelos Princípios de Obrigações Verdes (“Green Bond Principles”) publicados pela *International Capital Market Association*, tendo obtido uma *Second-Party Opinion* (“SPO”) positiva da empresa de ratings ESG e de *research* independente especializada *Sustainalytics*.

Neste documento apresenta-se, conforme previsto no *GreenVolt Green Bond Framework*, o reporte anual a investidores relativamente à alocação do investimento, incluindo informação relevante sobre a aplicação dos fundos e sobre os benefícios ambientais resultantes.

A informação aqui incluída encontra-se disponível no site da GreenVolt, em <https://greenvolt.pt/pt/investidores/green-funding>.

Descrição do projeto

A operação destinou-se a refinarçar a estrutura de financiamento implementada para financiar a aquisição da Tilbury Green Power (“TGP”) – no Reino Unido – uma *joint venture*, em que a GreenVolt (indiretamente) adquiriu uma participação de 51%, em junho de 2021.

A TGP trata-se de uma central de produção de energia renovável a biomassa, localizada no Porto de Tilbury, em Essex, Inglaterra. Situada a uma distância de, aproximadamente, 40 quilómetros do centro de Londres, encontra-se, por conseguinte, estrategicamente localizada para processar resíduos lenhosos (“waste wood”), provenientes daquele perímetro.

A operação da Tilbury Power Plant contribui de forma ativa para a prossecução dos objetivos climáticos do Reino Unido, designadamente, no que respeita à diminuição do efeito de estufa resultante da utilização de combustíveis fósseis, encontrando-se totalmente alinhada com os princípios da economia circular.

A Tilbury Power Plant foi construída com base nas mais exigentes especificações técnicas, baseada em reconhecida tecnologia de ponta mundial e é considerada uma das centrais com uma das melhores performances do Reino Unido.

A central tem uma capacidade de injeção de 41,6 MW e iniciou a operação em janeiro de 2019.

Aplicação do *Green Bond Framework*:

Uso dos recursos	<p>O objetivo principal é a utilização dos recursos em projetos verdes, que resultem em benefícios ambientais claros. O <i>Green Bond Framework</i> identificou, como critérios elegíveis, os seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Energia Renovável e Limpa;2. Eficiência Energética;3. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição.
Avaliação e seleção de projetos	<ul style="list-style-type: none">• A GreenVolt estabeleceu um Comité <i>Green Bond</i> (GBC) que é composto por membros dos seguintes departamentos: Engenharia, Sustentabilidade, Jurídico e Financeiro. O GBC é responsável por selecionar os ativos elegíveis após os projetos propostos e as transações de fusão e aquisição (M&A) terem sido analisadas pelo Grupo de Trabalho de Investimentos (IWG) da Greenvolt.• A Greenvolt analisa e realiza pré-triagem de projetos considerando riscos ambientais e sociais. Projetos que não cumpram a avaliação de risco ambiental e social ou tenham risco de credibilidade serão rejeitados e não serão levados em consideração.
Gestão de fundos	<ul style="list-style-type: none">• A GreenVolt administrará os recursos dos títulos numa base de portfólio, através de um sistema de gestão interno. Este processo é supervisionado pelo departamento financeiro.• Todos os recursos da primeira emissão serão imediatamente destinados à aquisição da Tilbury Green Power. Esta transação foi concluída em junho de 2021. O período de retrospectiva e o tempo de alocação estão, portanto, alinhados com a prática de mercado.• Até à efetiva alocação, a GreenVolt manterá e/ou investirá temporariamente os fundos na carteira de liquidez de tesouraria (em caixa ou equivalentes), ou em reembolso/compra de dívida existente. Os recursos não desembolsados imediatamente não serão investidos em projetos não verdes, atividades intensivas em GEE nem em atividades controversas.
Reporte	<ul style="list-style-type: none">• A GreenVolt informará, anualmente, no seu Relatório de Sustentabilidade, sobre a alocação e o impacto dos recursos até à alocação total. A emitente também poderá facultar relatórios de alocação e impacto avulsos. Os relatórios serão baseados numa abordagem de portfólio por tipo de ativo renovável.• O relatório de alocação incluirá uma descrição dos projetos, divulgará os recursos emitidos, o valor total dos recursos alocados e o valor não alocado,• O relatório de impacto incluirá indicadores como a capacidade de injeção de energia renovável (MW), a geração anual de energia renovável esperada (MWh), a redução de resíduos de construção e demolição valorizados na produção de energia elétrica e a emissão anual estimada de GEE evitada ou reduzida (tCO₂e).

Relatório de alocação de recursos

Projetos verdes elegíveis (1)	Valor disponível (€) (2)	Alocação de recursos a projetos (3)	Valor atribuído (€) (4)	Valor alocado (€) (5)	Utilização dos recursos do Green Bond (%) (6)
1. Energia Renovável e Limpa 2. Eficiência Energética 3. Prevenção e Controlo 4. Integrados da Poluição	100 000 000	Aquisição da Tilbury Green Power	103 372 653	100 000 000	100%
Total	100 000 000			100 000 000	

(1) Categorias de projetos elegíveis

(2) Valor total do *Green Bond*

(3) Projeto a que os recursos foram alocados

(4) Valor atribuído ao projeto

(5) Valor do *Green Bond* alocado ao projeto

(6) Nível de utilização dos recursos do *Green Bond*

Relatório de indicadores de impacto ambiental (dados entre julho e dezembro de 2021)

Projetos verdes elegíveis (1)	Valor disponível (€) (2)	Valor do Green Bond alocado ao projeto (€) (3)	Valor elegível (%) (4)	Capacidade de injeção (MW) (5)	Energia renovável injetada (MWh) (6)	Emissões de CO ₂ evitadas (tonCO ₂ e) (7)	Resíduos de madeira reciclados de construção e demolição (ton) (8)
Aquisição da Tilbury Green Power	100 000 000	100 000 000	100%	41,6	161 849	34 365	132 305
Total	100 000 000					34 365	132 305

(1) Identificação dos projetos enquadrados nas categorias elegíveis: 1. Energia Renovável e Limpa, 2. Eficiência Energética e 3. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição

(2) Valor total do *Green Bond*

(3) Valor do *Green Bond* alocado ao projeto

(4) Valor elegível

(5) Capacidade de injeção de energia renovável do projeto

(6) Total de energia renovável injetada pelo projeto no período de referência, entre julho e dezembro de 2021

(7) Emissões evitadas. As emissões evitadas são as correspondentes às emissões que ocorreriam caso a eletricidade produzida resultasse do sistema nacional, usando-se como referência o fator de emissão da rede nacional, disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/greenhouse-gas-reporting-conversion-factors-2021>

(8) Biomassa consumida na Tilbury Green Power, no período de referência, entre julho e dezembro de 2021

Greenvolt – Energias Renováveis S.A.

Type of Engagement: Annual Review

Date: March 23, 2022

Engagement Team:

Nadia Djinnit, nadia.djinnit@morningstar.com, (+1) 416 861 0403

Javier Frisancho Salinas, javier.frisanchosalinas@morningstar.com

Introduction

In November 2021, Greenvolt – Energias Renováveis S.A. (“Greenvolt”)¹ issued green bonds aimed at refinancing the acquisition of Tilbury Green Power (“TGP”), a joint venture, in which Greenvolt indirectly acquired a 51% stake, in June 2021 in the UK. The green bonds have financed² a project according to the categories listed in the Framework, namely – Renewable and Clean Energy, Energy Efficiency, and Integrated Pollution Prevention and Control. In October 2021, Sustainalytics provided a Second-Party Opinion³ on the Greenvolt – Energias Renováveis S.A. Bond Framework (the “Greenvolt Green Bond Framework” or the “Framework”).⁴ In March 2022, Greenvolt engaged Sustainalytics to review the projects funded through the issued 2021 green bonds and provide an assessment as to whether the projects met the Use of Proceeds criteria and the Reporting commitments outlined in the Green Bond Framework.

Evaluation Criteria

Sustainalytics evaluated the projects and assets funded with proceeds from the 2021 green based on whether the projects and programmes:

1. Met the Use of Proceeds and Eligibility Criteria outlined in the Greenvolt Green Bond Framework; and
2. Reported on at least one of the Key Performance Indicators (KPIs) for each Use of Proceeds criteria outlined in the Greenvolt Green Bond Framework.

Table 1 lists the Use of Proceeds, Eligibility Criteria, and associated KPIs.

Table 1: Use of Proceeds, Eligibility Criteria, and associated KPIs

Use of Proceeds	Eligibility Criteria	Key performance indicators (KPIs)
Renewable and Clean Energy / Energy Efficiency	Renewable energy projects and energy efficiency projects (including residual forest biomass, wood waste, wind and solar, decentralized generation and storage), M&A transactions within the renewable energy sector, and other related and supporting expenditures such as R&D	<ul style="list-style-type: none"> • Installed renewable energy capacity (MW) • Expected annual renewable energy generation (MWh) • Estimated annual GHG emission avoided or reduced (tCO₂e)
Integrated Pollution Prevention and Control	Projects contribute to decreased air and GHG emissions. Biomass power plants designed and operated according to the Best Available Techniques reference document (BREF). ⁵	<ul style="list-style-type: none"> • Reduction of biomass waste in the forest • Recycled construction and demolition wood waste • Estimated annual GHG emission avoided or reduced (tCO₂e) • Emissions of dust, nitrogen oxides (NO_x), and sulphur dioxide (SO₂)

¹ Greenvolt – Energias Renováveis, S.A., Portuguese company and subsidiary of the Altri Group.

² The proceeds were fully allocated in 2021.

³ Sustainalytics' Second-Party Opinion on the Framework is available at: https://greenvolt.pt/fileManager/comunicados/pdf_en_81.pdf

⁴ The Greenvolt Green Bond Framework is available at: https://greenvolt.pt/fileManager/comunicados/pdf_en_79.pdf

⁵ EU, “Best Available Techniques (BAT) for Large Combustion Plants”, (2010), at: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/c31e5e11-db60-11e7-a506-01aa75ed71a1/language-en>

Issuing Entity's Responsibility

Greenvolt is responsible for providing accurate information and documentation relating to the details of the projects that have been funded, including description of projects, amounts allocated, and project impact.

Independence and Quality Control

Sustainalytics, a leading provider of ESG and corporate governance research and ratings to investors, conducted the verification of Greenvolt's Green Bond Use of Proceeds. The work undertaken as part of this engagement included collection of documentation from Greenvolt employees and review of documentation to confirm the conformance with the Green Bond Framework.

Sustainalytics has relied on the information and the facts presented by Greenvolt with respect to the Nominated Projects. Sustainalytics is not responsible nor shall it be held liable if any of the opinions, findings, or conclusions it has set forth herein are not correct due to incorrect or incomplete data provided by Greenvolt.

Sustainalytics made all efforts to ensure the highest quality and rigor during its assessment process and enlisted its Sustainability Bonds Review Committee to provide oversight over the assessment of the review.

Conclusion

Based on the limited assurance procedures conducted,⁶ nothing has come to Sustainalytics' attention that causes us to believe that, in all material respects, the reviewed bond projects, funded through proceeds of Greenvolt's Green Bond, are not in conformance with the Use of Proceeds and Reporting Criteria outlined in the Green Bond Framework. Greenvolt has disclosed to Sustainalytics that the proceeds of the green bond were used to refinance the acquisition of TGP, which took place in June 2021.

Detailed Findings

Table 2: Detailed Findings

Eligibility Criteria	Procedure Performed	Factual Findings	Error or Exceptions Identified
Use of Proceeds Criteria	Verification of the projects funded by the green bond in 2021 to determine if projects aligned with the Use of Proceeds Criteria outlined in the Green Bond Framework and above in Table 1.	All projects reviewed complied with the Use of Proceeds criteria.	None
Reporting Criteria	Verification of the projects funded by the green bond in 2021 to determine if the impact of projects was reported in line with the KPIs outlined in the Green Bond Framework and above in Table 1. For a list of KPIs reported please refer to Appendix 1.	All projects reviewed reported on at least one KPI per Use of Proceeds criteria.	None

⁶ Sustainalytics limited assurance process includes reviewing the documentation relating to the details of the projects that have been funded, including description of projects, estimated and realized costs of projects, and project impact, which were provided by the Issuer. The Issuer is responsible for providing accurate information. Sustainalytics has not conducted on-site visits to projects.

Appendices

Appendix 1: Allocation Reporting by Eligibility Criteria

Use of Proceeds Category	Eligibility Criteria	Number of Projects	Total Allocated Amount (EUR)
Renewable and Clean Energy / Energy Efficiency	Acquisition of Tilbury Green Power	1	100,000,000
Integrated Pollution Prevention and Control			
Allocated proceeds (EUR)			103,372,653
Net proceeds raised from the issuance (EUR)			100,000,000
Percentage of net proceeds allocated			100%

Appendix 2: Impact Reporting by Eligibility Criteria

Use of Proceeds Category	Eligibility Criteria	Green Bond Impact Reported by Eligibility Criteria			
		Project capacity (MW)	Renewable energy generated (MWh) ⁷	CO ₂ emissions avoided (tCO ₂ e) ⁸	Wood waste recycled from construction and demolition (ton) ⁹
Renewable and Clean Energy / Energy Efficiency / Integrated Pollution Prevention and Control	Acquisition of Tilbury Green Power ¹⁰	41.6	161,849	34,365	132,305

⁷ Renewable energy injected by project in the reference period, between July and December 2021

⁸ Avoided emissions. Avoided emissions are those corresponding to the emissions that would occur if the electricity produced resulted from the national system, using as a reference the emission factor of the national grid, available at:

<https://www.gov.uk/government/publications/greenhouse-gas-reporting-conversion-factors-2021>

⁹ Biomass consumed by Tilbury Green Power, in the reference period, between July and December 2021

¹⁰ Data from July to December 2021

Disclaimer

Copyright ©2022 Sustainalytics. All rights reserved.

The information, methodologies and opinions contained or reflected herein are proprietary of Sustainalytics and/or its third party suppliers (Third Party Data), and may be made available to third parties only in the form and format disclosed by Sustainalytics, or provided that appropriate citation and acknowledgement is ensured. They are provided for informational purposes only and (1) do not constitute an endorsement of any product or project; (2) do not constitute investment advice, financial advice or a prospectus; (3) cannot be interpreted as an offer or indication to buy or sell securities, to select a project or make any kind of business transactions; (4) do not represent an assessment of the issuer's economic performance, financial obligations nor of its creditworthiness; and/or (5) have not and cannot be incorporated into any offering disclosure.

These are based on information made available by the issuer and therefore are not warranted as to their merchantability, completeness, accuracy, up-to-dateness or fitness for a particular purpose. The information and data are provided "as is" and reflect Sustainalytics' opinion at the date of their elaboration and publication. Sustainalytics accepts no liability for damage arising from the use of the information, data or opinions contained herein, in any manner whatsoever, except where explicitly required by law. Any reference to third party names or Third Party Data is for appropriate acknowledgement of their ownership and does not constitute a sponsorship or endorsement by such owner. A list of our third-party data providers and their respective terms of use is available on our website. For more information, visit <http://www.sustainalytics.com/legal-disclaimers>.

The issuer is fully responsible for certifying and ensuring the compliance with its commitments, for their implementation and monitoring.

In case of discrepancies between the English language and translated versions, the English language version shall prevail.

About Sustainalytics, a Morningstar Company

Sustainalytics, a Morningstar Company, is a leading ESG research, ratings and data firm that supports investors around the world with the development and implementation of responsible investment strategies. The firm works with hundreds of the world's leading asset managers and pension funds who incorporate ESG and corporate governance information and assessments into their investment processes. The world's foremost issuers, from multinational corporations to financial institutions to governments, also rely on Sustainalytics for credible second-party opinions on green, social and sustainable bond frameworks. In 2021, Climate Bonds Initiative named Sustainalytics the "Largest Approved Verifier for Certified Climate Bonds" for the fourth consecutive year. The firm was also recognized by Environmental Finance as the "Largest External Reviewer" in 2021 for the third consecutive year. For more information, visit www.sustainalytics.com.



Largest Verifier for Certified Climate Bonds in Deal volume in 2020 & Largest External Review Provider in 2020



RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

**Ao Conselho de Administração da
Greenvolt Energias Renováveis, S.A.**

Introdução

Efetuámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade para relatar sobre o Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes ("Relatório das Obrigações Verdes Greenvolt") da Greenvolt Energias Renováveis, S.A. ("Greenvolt"), incluído no Anexo III (A) do Relatório de Sustentabilidade de 2021 ("Relatório") do Grupo Greenvolt, preparado pelo Conselho de Administração em conformidade com o Greenvolt *Green Bond Framework* ("Greenvolt Framework").

Responsabilidades

O Conselho de Administração da Greenvolt Energias Renováveis, S.A. é responsável pela preparação e conteúdo do Relatório das Obrigações Verdes Greenvolt, incluído no Anexo III (A) do Relatório de Sustentabilidade de 2021 ("Relatório") do Grupo Greenvolt, de acordo com o Greenvolt *Framework*, bem como pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação.

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados na secção "Âmbito".

Âmbito

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista), Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Esta norma requer que o nosso trabalho seja planeado e executado por forma a obtermos um grau de segurança limitada de fiabilidade se a informação incluída no Relatório das Obrigações Verdes está isenta de distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, considerando o nosso entendimento da natureza da Greenvolt, da utilização dos recursos das Obrigações Verdes, e outras circunstâncias relevantes para este trabalho, tendo consistido em:

- i) reunir com os colaboradores da Greenvolt, que estiveram envolvidos na preparação do Relatório das Obrigações Verdes Greenvolt, de forma a compreender as características dos projetos financiados ou refinanciados, os procedimentos e sistemas de gestão internos em vigor, o processo de recolha de dados e o ambiente de controlo inerente aos referidos processos;



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2022. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

- ii) verificar a aplicação dos critérios de elegibilidade, descritos no *Greenvolt Framework*, para seleção dos projetos financiados ou refinanciados pelos recursos obtidos pela emissão das Obrigações Verdes *Greenvolt*;
- iii) analisar os procedimentos utilizados para a obtenção da informação e dados apresentados no Relatório das Obrigações Verdes *Greenvolt*;
- iv) validar que a informação divulgada está de acordo com os requisitos de reporte estabelecidos no *Greenvolt Framework*; e
- v) verificar, numa base de amostragem aleatória e testes substantivos, as informações relacionadas com os indicadores incluídos no Relatório das Obrigações Verdes *Greenvolt*, bem como verificar se os mesmos foram adequadamente compilados a partir dos dados fornecidos pelas fontes de informação da *Greenvolt*.

Os procedimentos efetuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, é obtida menos segurança do que no trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre o Relatório de Obrigações Verdes *Greenvolt*.

Consideramos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa conclusão.


Independência e controlo de qualidade

Na realização do nosso trabalho, cumprimos com os requisitos aplicáveis do Código de Ética emitido pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que é baseado nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional, zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Conclusão

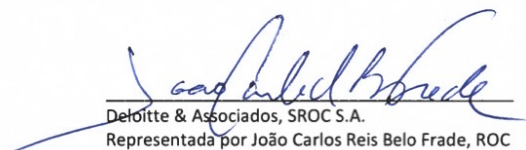
Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação incluída no Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes *Greenvolt*, incluído no Anexo III (A) do Relatório de Sustentabilidade ("Relatório") de 2021 do Grupo *Greenvolt*, não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos de reporte do *Framework*.



Restrição de uso

Este relatório foi preparado, a pedido do Conselho de Administração da Greenvolt Energias Renováveis, S.A., para efeitos de divulgação sobre o desempenho e atividades inerentes à emissão e utilização dos recursos das Obrigações Verdes. Por conseguinte, não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da Greenvolt pelo nosso trabalho e pelas conclusões expressas neste relatório, o qual não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito, nem deverá ser publicado em qualquer outro documento para além dos Relatórios de Sustentabilidade de 2021 do Grupo Greenvolt e do Grupo Altri.

Lisboa, 30 de março de 2022



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Reis Belo Frade, ROC
Registo na OROC n.º 1216
Registo na CMVM n.º 20160827

RELATÓRIOS GREEN BONDS

A.2 Relatório SBM 2019-2029 Green Bond

Relatório de alocação e impacte 2021

Enquadramento

A Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. ("SBM") e o Banco BPI, S.A. ("BPI") lançaram a primeira emissão obrigacionista "verde" admitida à negociação em Portugal no mercado não regulamentado *Euronext Access Lisbon* em fevereiro de 2019.

A Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. é uma empresa portuguesa, detida a 100% pela GreenVolt – Energias Renováveis, S.A. ("GreenVolt"), que se dedica à construção, operação e manutenção de uma central termoelétrica a biomassa, com capacidade de 34,5 MW, localizada na Figueira da Foz.

Para financiar os seus investimentos, a SBM desenvolveu um *SBM Green Bond Framework*, que serviu de base à emissão do seu SBM 2019-2029 Green Bond ("empréstimo obrigacionista verde"), por subscrição particular, no montante de Euro 50.000.000 (cinquenta milhões de euros), com a taxa de cupão de 1,90%.

A utilização dos recursos foi alocada exclusivamente ao financiamento da central termoelétrica a biomassa de 34,5 MW, localizada no perímetro fabril da Celbi, ainda que na fase inicial do projeto tenha havido aporte de fundos próprios da acionista da SBM.

A Emissão alinha-se com as condições estabelecidas pelos Princípios de Obrigações Verdes ("Green Bond Principles") publicados pela *International Capital Market Association*, tendo obtido uma Second-Party Opinion ("SPO") positiva da empresa de rating ESG e de research independente especializada Sustainalytics.

Neste documento apresenta-se, conforme previsto no *SBM Green Bond Framework*, o reporte anual a investidores relativamente à alocação do investimento, incluindo informação relevante sobre a aplicação dos fundos e sobre os benefícios ambientais resultantes. A informação aqui incluída encontra-se disponível no site da GreenVolt, em <https://greenvolt.pt/pt/investidores/green-funding>.

Descrição do projeto

A operação destinou-se a financiar os investimentos da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A., na construção de uma nova central termoelétrica a biomassa da GreenVolt, localizada na Figueira da Foz, contribuindo para a prossecução de uma política estruturante no campo energético, que permite diminuir a dependência externa e o efeito estufa resultante da utilização de combustíveis fósseis. A utilização de biomassa florestal, por outro lado, além de contribuir para a criação de emprego e para o ordenamento da floresta, permite reduzir os riscos de incêndio, promovendo um ambiente de produção de energia limpa e renovável, reforçando assim o compromisso de sustentabilidade da GreenVolt.

Este investimento da SBM contribuiu para a diversificação das fontes energéticas da GreenVolt e insere-se na estratégia definida para a política energética nacional, através da construção de uma central de produção de eletricidade a partir de fontes não convencionais (designadamente, a valorização energética de biomassa florestal).

A Central de Biomassa entrou em funcionamento em julho de 2019, tendo produzido no ano de 2021 um total de 291.402 MWh.

Resumo do *SBM Green Bond Framework*:

Uso dos recursos	<p>O objetivo principal é a utilização dos recursos em projetos verdes, que resultem em benefícios ambientais claros. Os critérios de elegibilidade definidos no <i>SBM Green Bond Framework</i> são:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Energia Renovável e Limpa2. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
Impactes positivos	<ul style="list-style-type: none">• Eficiência energética.• Diminuição da fatura energética nacional.• Criação de emprego e crescimento da economia.• Redução do risco de incêndio florestal / Gestão Sustentável da Floresta.• Aumento da economia circular.
Avaliação e seleção de projetos	<ul style="list-style-type: none">• Os projetos da SBM são propostos ao Grupo de Trabalho sobre Investimentos, que é formado por administradores da SBM. Esse grupo gere e revê todos os projetos propostos.• Os projetos elegíveis são selecionados de entre os vários setores elegíveis e resultam da aplicação dos critérios de elegibilidade, sob responsabilidade do Comité <i>Green Bond</i>.• Apenas os projetos aprovados pelo Grupo de Trabalho sobre Investimentos e pelo Comité <i>Green Bond</i> serão considerados para financiamento.• Os projetos verdes elegíveis são monitorizados e alvo de relatórios numa base anual.
Gestão de fundos	<ul style="list-style-type: none">• O produto líquido do <i>Green Bond</i> será aplicado num único projeto / empresa.• O Departamento Financeiro garante a alocação dos fundos segundo um procedimento interno que visa definir o destino dos fluxos de caixa, definir contas reservadas para valores não investidos e ajustar periodicamente os valores.• Os recursos não desembolsados imediatamente serão mantidos e não serão investidos em projetos não verdes, projetos intensivos em atividades com emissões de gases com efeito estufa (GEE) ou atividades controversas: os recursos não desembolsados serão investidos de acordo com as atividades de gestão de liquidez e/ou de responsabilidades, seguindo as melhores práticas do mercado.
Reporte	<ul style="list-style-type: none">• A SBM fornecerá uma atualização anual sobre o uso dos recursos relacionados com a <i>Green Bond</i>.• O relatório deve divulgar uma descrição dos recursos emitidos e do valor dos recursos alocados e não alocados.• A informação divulgada deve incluir indicadores de desempenho para permitir o acesso ao impacto ambiental dos projetos verdes elegíveis.• Exemplos de produtos e indicadores de impacto considerados<ol style="list-style-type: none">1. <u>Energia Renovável e Limpa</u>:<ul style="list-style-type: none">- Capacidade instalada de energia renovável (MW)- Geração anual esperada de energia renovável (MWh)- Emissão anual estimada de GEE evitada ou reduzida (tCO2e)2. <u>Prevenção e Controlo Integrados da Poluição</u>:<ul style="list-style-type: none">- Redução de resíduos de biomassa na floresta- Emissão anual estimada de GEE evitada ou reduzida (tCO2e)

Relatório de alocação de recursos

A alocação de recursos foi integralmente efetuada em 2019 (essa informação poderá ser vista em maior detalhe no Relatório *Green Bonds* 2019, que foi revisto pela Sustainalytics e pela Deloitte).

Projetos verdes elegíveis (1)	Valor disponível (€) (2)	Alocação de recursos a projetos (3)	Valor atribuído (€) (4)	Peso face ao valor do ativo (%) (5)	Utilização dos recursos do Green Bond (%) (6)
1. Energia Renovável e Limpa					
2. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição	50 000 000	Central de Biomassa	50 000 000	60%	100%
Total	50 000 000		50 000 000		

(1) Categorias de projetos elegíveis

(2) Valor total do *Green Bond*

(3) Projeto a que os recursos foram alocados

(4) Valor alocado ao projeto

(5) Peso do valor do *Green Bond* no valor total do projeto

(6) Nível de utilização dos recursos do *Green Bond*

Relatório de indicadores de impacto ambiental (dados entre janeiro e dezembro de 2021)

Projetos verdes elegíveis (1)	Valor disponível (€) (2)	Peso no total do Green Bond (%) (3)	Valor elegível (%) (4)	Capacidade de injeção (MW) (5)	Produção anual de energia renovável (MWh) (6)	Emissões de CO ₂ evitadas (tonCO ₂ e) (7)	Redução de resíduos de biomassa na floresta (ton) (8)
Central de Biomassa	50.000.000	100%	100%	34,5	291 402	39 048	420 914
Total	50.000.000				291 402	39 048	420 914

(1) Identificação dos projetos enquadrados nas categorias elegíveis: 1. Energia Renovável e Limpa e 2. Prevenção e Controlo Integrados da Poluição

(2) Valor total do *Green Bond*

(3) Peso do projeto no valor total do *Green Bond*

(4) Valor elegível

(5) Capacidade instalada de produção de energia renovável do projeto

(6) Produção total de energia renovável pelo projeto no período de referência, entre janeiro e dezembro de 2021

(7) Emissões evitadas. As emissões evitadas são as correspondentes às emissões que ocorreriam caso a eletricidade produzida resultasse do sistema nacional, usando-se como referência o fator de emissão da rede nacional, disponível em: <https://www.apren.pt/pt/energias-renovaveis/> outros

(8) Biomassa utilizada pela Central de Biomassa

Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A.

Type of Engagement: Annual

Review Date: February 25, 2022

Engagement Team:

Nadia Djinnit, nadia.djinnit@morningstar.com, (+1) 416 861 0403 Javier

Frisancho Salinas, javier.frisanchosalinas@morningstar.com

Introduction

In February 2019, Sociedade Bioelétrica do Mondego (“SBM”)¹ issued green bonds aimed at financing a 34.5 MW biomass power plant, located in the manufacturing area of Figueira da Foz in central Portugal. The Green Bonds have financed projects² from all categories listed in the Framework, namely – Renewable and Clean Energy, and Integrated Pollution Prevention and Control. In February 2019, Sustainalytics provided a Second-Party Opinion³ on the Sociedade Bioelétrica do Mondego Green Bond Framework (the “SBM Green Bond Framework” or the “Framework”).⁴ In February 2022, SBM engaged Sustainalytics to review the projects funded through the issued 2019 green bonds and provide an assessment as to whether the projects met the Use of Proceeds criteria and the Reporting commitments outlined in the Framework.

Evaluation Criteria

Sustainalytics evaluated the projects and assets funded with proceeds from the 2019 green bond based on whether the projects:

1. Met the Use of Proceeds and Eligibility Criteria outlined in the SBM Green Bond Framework; and
2. Reported on at least one of the Key Performance Indicators (KPIs) for each Use of Proceeds criteria outlined in the SBM Green Bond Framework.

Table 1 lists the Use of Proceeds, Eligibility Criteria, and associated KPIs.

Table 1: Use of Proceeds, Eligibility Criteria, and associated KPIs

Use of Proceeds	Eligibility Criteria	Key performance indicators (KPIs)
Renewable and Clean Energy	Funds to finance the construction of a new biomass power plant located in Figueira da Foz <ul style="list-style-type: none"> • Endogenous renewable energy source (biomass), thereby avoiding greenhouse gas emissions; • Energy production from biomass from Altri Group’s own operations and external sources to supply to the national grid. 	<ul style="list-style-type: none"> • Installed renewable energy capacity (MW) • Expected annual renewable energy generation (MWh) • Estimated annual GHG emission avoided or reduced (tCO₂e)
Integrated Pollution Prevention and Control	Funds to finance the implementation of the Best Available Techniques released by the EU for the energy production sectors to reduce air emission and greenhouse gas from the biomass power plant <ul style="list-style-type: none"> • Reduction of air emissions and greenhouse gas. • Contribution to decreased GHG emissions. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduction of biomass waste in the forest • Estimated annual GHG emission avoided or reduced (tCO₂e) • Emissions of dust, nitrogen oxides (NO_x), sulphur dioxide (SO₂) and hydrochloric acid and hydrofluoric acid (HCL and HF)

¹ Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. is a Portuguese company, wholly-owned by Greenvolt – Energias Renováveis, S.A., a subsidiary of the Altri Group.

² The proceeds’ allocation was made in full in 2019.

³ Sustainalytics’ Second-Party Opinion on the Framework is available at: https://www.greenvolt.pt/fileManager/comunicados/pdf_pt_73.pdf

⁴ The Sociedade Bioelétrica do Mondego Green Bond Framework is available at: https://www.greenvolt.pt/fileManager/comunicados/pdf_pt_74.pdf s EU, “Best Available Techniques (BAT) for Large Combustion Plants”, (2010), at: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/c31e5e11-db60-11e7-a506-01aa75ed71a1/language-en>

	<ul style="list-style-type: none"> • Design and operation of biomass power plant according to the Best Available Techniques reference document (BREF) published by the European Union for the energy production sector. 	
--	--	--

Issuing Entity's Responsibility

SBM is responsible for providing accurate information and documentation relating to the details of the projects that have been funded, including description of projects, amounts allocated, and project impact.

Independence and Quality Control

Sustainalytics, a leading provider of ESG and corporate governance research and ratings to investors, conducted the verification of SBM's Green Bond Use of Proceeds. The work undertaken as part of this engagement included collection of documentation from SBM employees and review of documentation to confirm the conformance with the SBM Green Bond Framework.

Sustainalytics has relied on the information and the facts presented by SBM with respect to the Nominated Projects. Sustainalytics is not responsible nor shall it be held liable if any of the opinions, findings, or conclusions it has set forth herein are not correct due to incorrect or incomplete data provided by SBM.

Sustainalytics made all efforts to ensure the highest quality and rigor during its assessment process and enlisted its Sustainability Bonds Review Committee to provide oversight over the assessment of the review.

Conclusion

Based on the limited assurance procedures conducted,⁶ nothing has come to Sustainalytics' attention that causes us to believe that, in all material respects, the reviewed bond projects, funded through proceeds of SBM's Green Bond, are not in conformance with the Use of Proceeds and Reporting Criteria outlined in the SBM Green Bond Framework. SBM has disclosed to Sustainalytics that the proceeds of the green bond were fully allocated as of December, 2019.

⁶ Sustainalytics limited assurance process includes reviewing the documentation relating to the details of the projects that have been funded, including description of projects, estimated and realized costs of projects, and project impact, which were provided by the Issuer. The Issuer is responsible for providing accurate information. Sustainalytics has not conducted on-site visits to projects.

Detailed Findings

Table 2: Detailed Findings

Eligibility Criteria	Procedure Performed	Factual Findings	Error or Exceptions Identified
Use of Proceeds Criteria	Verification of the projects funded by the green bond in 2019 to determine if projects aligned with the Use of Proceeds Criteria outlined in the SBM Green Bond Framework and above in Table 1.	All projects reviewed complied with the Use of Proceeds criteria.	None
Reporting Criteria	Verification of the projects funded by the green bond in 2019 to determine if the impact of projects was reported in line with the KPIs outlined in the SBM Green Bond Framework and above in Table 1. For a list of KPIs reported please refer to Appendix 1.	All projects reviewed reported on at least one KPI per Use of Proceeds criteria.	None

Appendix

Appendix 1: Allocation and Impact Reporting by Eligibility Criteria

Green Bond Allocation Report

The proceeds' allocation was made in full in 2019 (this information can be seen in more detail in the [2019 Green Bonds Report](#), which was reviewed by both Sustainalytics and Deloitte).

Eligible Green Project (1)	Signed amount (€) (2)	Proceeds allocation project (3)	Allocated amount (€) (4)	Weight in assets total value (%) (5)	Percentage of proceeds allocated (%) (6)
1. Renewable and Clean Energy		Biomass			
2. Integrated Pollution Prevention and Control	50,000,000	Power Plant	50,000,000	60.28%	100%
Total	50,000,000		50,000,000		

- (1) Categories of eligible projects
 (2) Total Green Bond amount
 (3) Project to which proceeds were allocated
 (4) Amount allocated to the project
 (5) Weight of Green Bond proceeds in the total value of the project
 (6) Percentage of use of Green Bond proceeds

Green Bond Impact Report (data from January to December 2021, inclusive)

Eligible Green Project (1)	Signed amount (€) (2)	Weight in total Green Bond (%) (3)	Eligible value (%) (4)	Installed capacity (MW) (5)	Renewable energy annual generation (MWh) (6)	CO ₂ emissions avoided (tonCO ₂ e) (7)	Reduction of biomass waste in the forest (ton) (8)
Biomass							
Power Plant	50,000,000	100%	100%	34.5	291,402	39,048	420,914
Total	50,000,000				291,402	39,048	420,914

- (1) Identification of projects falling under the eligible categories: 1. Renewable and Clean Energy and 2. Integrated Pollution Prevention and Control
 (2) Total Green Bond amount
 (3) Weight of the project in total Green Bond proceeds
 (4) Eligible value
 (5) Installed renewable energy capacity
 (6) Renewable energy generation by project in the reference period, between January and December 2021
 (7) Avoided emissions. Avoided emissions are those corresponding to the emissions that would occur if the electricity produced resulted from the national system, using as a reference the emission factor of the national network <https://www.apren.pt/contents/publicationsreportcarditems/boletim-energias-renovaveis-dezembro-2019-vf.pdf>
 (8) Biomass used by the Biomass Power Plant

Disclaimer

Copyright ©2022 Sustainalytics. All rights reserved.

The information, methodologies and opinions contained or reflected herein are proprietary of Sustainalytics and/or its third party suppliers (Third Party Data), and may be made available to third parties only in the form and format disclosed by Sustainalytics, or provided that appropriate citation and acknowledgement is ensured. They are provided for informational purposes only and (1) do not constitute an endorsement of any product or project; (2) do not constitute investment advice, financial advice or a prospectus; (3) cannot be interpreted as an offer or indication to buy or sell securities, to select a project or make any kind of business transactions; (4) do not represent an assessment of the issuer's economic performance, financial obligations nor of its creditworthiness; and/or (5) have not and cannot be incorporated into any offering disclosure.

These are based on information made available by the issuer and therefore are not warranted as to their merchantability, completeness, accuracy, up-to-dateness or fitness for a particular purpose. The information and data are provided "as is" and reflect Sustainalytics' opinion at the date of their elaboration and publication. Sustainalytics accepts no liability for damage arising from the use of the information, data or opinions contained herein, in any manner whatsoever, except where explicitly required by law. Any reference to third party names or Third Party Data is for appropriate acknowledgement of their ownership and does not constitute a sponsorship or endorsement by such owner. A list of our third-party data providers and their respective terms of use is available on our website. For more information, visit <http://www.sustainalytics.com/legal-disclaimers>.

The issuer is fully responsible for certifying and ensuring the compliance with its commitments, for their implementation and monitoring.

In case of discrepancies between the English language and translated versions, the English language version shall prevail.

About Sustainalytics, a Morningstar Company

Sustainalytics, a Morningstar Company, is a leading ESG research, ratings and data firm that supports investors around the world with the development and implementation of responsible investment strategies. The firm works with hundreds of the world's leading asset managers and pension funds who incorporate ESG and corporate governance information and assessments into their investment processes. The world's foremost issuers, from multinational corporations to financial institutions to governments, also rely on Sustainalytics for credible second-party opinions on green, social and sustainable bond frameworks. In 2021, Climate Bonds Initiative named Sustainalytics the "Largest Approved Verifier for Certified Climate Bonds" for the fourth consecutive year. The firm was also recognized by Environmental Finance as the "Largest External Reviewer" in 2021 for the third consecutive year. For more information, visit www.sustainalytics.com.



Largest Verifier for Certified Climate Bonds in Deal volume in 2020 & Largest External Review Provider in 2020



RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

**Ao Conselho de Administração da
Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A.**

Introdução

Efetuámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade para relatar sobre o Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes SBM ("Relatório das Obrigações Verdes SBM") da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. ("SBM"), incluído no Anexo III (B) do Relatório de Sustentabilidade de 2021 ("Relatório") do Grupo Greenvolt, preparado pelo Conselho de Administração em conformidade com o *SBM Green Bond Framework* ("SBM Framework").

Responsabilidades

O Conselho de Administração da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. é responsável pela preparação e conteúdo do Relatório das Obrigações Verdes SBM, incluído no Anexo III (B) do Relatório de Sustentabilidade de 2021 ("Relatório") do Grupo Greenvolt, de acordo com o *SBM Framework*, bem como pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação.

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados na secção "Âmbito".

Âmbito

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista), Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Esta norma requer que o nosso trabalho seja planeado e executado por forma a obtermos um grau de segurança limitada de fiabilidade se a informação incluída no Relatório das Obrigações Verdes está isenta de distorções materialmente relevantes.

Os procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, considerando o nosso entendimento da natureza da SBM, da utilização dos recursos das Obrigações Verdes, e outras circunstâncias relevantes para este trabalho, tendo consistido em:

- i) reunir com os colaboradores da SBM, que estiveram envolvidos na preparação do Relatório das Obrigações Verdes, de forma a compreender as características dos projetos financiados ou refinanciados, os procedimentos e sistemas de gestão internos em vigor, o processo de recolha de dados e o ambiente de controlo inerente aos referidos processos;



"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2022. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

- ii) analisar os procedimentos utilizados para a obtenção da informação e dados apresentados no Relatório das Obrigações Verdes SBM;
- iii) validar que a informação divulgada está de acordo com os requisitos de reporte estabelecidos no SBM *Framework*; e
- iv) verificar, numa base de amostragem aleatória e testes substantivos, as informações relacionadas com os indicadores incluídos no Relatório das Obrigações Verdes SBM, bem como verificar se os mesmos foram adequadamente compilados a partir dos dados fornecidos pelas fontes de informação da Entidade.

Os procedimentos efetuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, é obtida menos segurança do que no trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre o Relatório de Obrigações Verdes SBM.

Consideramos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa conclusão.

Independência e controlo de qualidade

Na realização do nosso trabalho, cumprimos com os requisitos aplicáveis do Código de Ética emitido pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que é baseado nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional, zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Conclusão

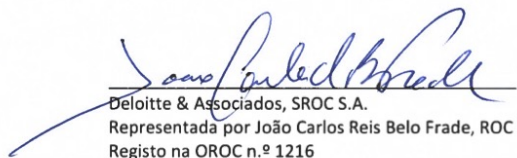
Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação incluída no Relatório de Alocação e Impacto das Obrigações Verdes da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A., incluído no Anexo III (B) do Relatório de Sustentabilidade de 2021 ("Relatório") do Grupo Greenvolt não tenha sido preparada, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com os requisitos de reporte do SBM *Framework*.




Restrição de uso

Este relatório foi preparado, a pedido do Conselho de Administração da Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A., para efeitos de divulgação sobre o desempenho e atividades inerentes à emissão e utilização dos recursos das Obrigações Verdes. Por conseguinte, não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da SBM pelo nosso trabalho e pelas conclusões expressas neste relatório, o qual não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito, nem deverá ser publicado em qualquer outro documento para além dos Relatórios de Sustentabilidade de 2021 do Grupo Greenvolt e Grupo Altri.

Lisboa, 30 de março de 2022



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Reis Belo Frade, ROC
Registo na OROC n.º 1216
Registo na CMVM n.º 20160827



Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Anexas

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos biológicos	13	105 583 652	105 621 199
Ativos fixos tangíveis	9	341 794 191	523 507 899
Ativos sob direito de uso	10.1	63 961 630	65 462 658
Propriedades de investimento		24 169	82 131
Goodwill	11	265 630 973	265 630 973
Ativos intangíveis	12	367 268	52 201 704
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	4.2	758 652	755 583
Outros investimentos		317 046	280 147
Outros ativos não correntes	21	3 210 260	3 210 260
Instrumentos financeiros derivados	31	163 618	—
Ativos por impostos diferidos	14	16 813 768	27 757 056
Total de ativos não correntes		798 625 227	1 044 509 610
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	13	82 821 010	75 454 614
Clientes	15	100 495 090	64 149 699
Ativos associados a contratos com clientes	17	—	7 476 825
Outras dívidas de terceiros	16	17 364 991	9 691 305
Imposto sobre o rendimento	18	3 361 653	17 160 243
Outros ativos correntes	19	7 716 549	5 649 993
Instrumentos financeiros derivados	31	1 130 725	7 313 870
Caixa e equivalentes de caixa	20	238 937 382	254 568 719
Total de ativos correntes		451 827 400	441 465 268
Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas	7	1 039 610 758	—
Total do ativo		2 290 063 385	1 485 974 878
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
		31.12.2021	31.12.2020
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	23	25 641 459	25 641 459
Reserva legal	23	5 128 292	5 128 292
Reserva de cobertura	23	(2 364 102)	3 515 384
Outras reservas	23	393 895 052	376 043 942
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral e acumulado em capital próprio relacionado com grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas	7	(7 833 846)	—
Resultado líquido consolidado do exercício		127 799 449	34 977 248
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe		542 266 304	445 306 325
Interesses que não controlam	22	181 273 579	14 584
Total do capital próprio		723 539 883	445 320 909
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	24	—	27 500 000
Outros empréstimos	24	458 218 797	532 417 574
Incentivos reembolsáveis	24	2 288 430	2 942 267
Passivo da locação	10.2	62 858 948	65 461 849
Outros passivos não correntes	26	6 724 855	10 487 366
Passivos por impostos diferidos	14	32 150 741	48 071 097
Responsabilidades por pensões	33	3 271 159	5 180 204
Provisões	25	4 082 239	16 689 458
Instrumentos financeiros derivados	31	540 350	1 053 386
Total de passivos não correntes		570 135 519	709 803 201
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	24	27 584 583	2 135 970
Outros empréstimos	24	97 854 330	168 869 728
Incentivos reembolsáveis	24	653 837	2 847 177
Passivo da locação	10.2	10 255 602	9 588 771
Fornecedores	27	134 741 292	104 104 493
Passivos associados a contratos com clientes	29	5 347 173	3 641 936
Outras dívidas a terceiros	28	16 626 218	13 394 102
Imposto sobre o rendimento	18	21 049 389	4 705 554
Outros passivos correntes	30	30 050 829	21 200 376
Instrumentos financeiros derivados	31	3 099 150	362 661
Total de passivos correntes		347 262 403	330 850 768
Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas	7	649 125 580	—
Total do passivo e capital próprio		2 290 063 385	1 485 974 878

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso Nota 5)
Vendas	41	775 710 375	555 710 804
Prestações de serviços	41	9 506 950	11 912 019
Outros rendimentos	36	8 200 776	7 421 149
Custo das vendas	13	(321 425 367)	(286 948 657)
Fornecimento de serviços externos	43	(201 247 844)	(151 279 786)
Custos com o pessoal	42	(43 248 488)	(39 011 970)
Amortizações e depreciações	39	(63 991 936)	(62 214 351)
Variação de justo valor dos ativos biológicos	13	(37 547)	1 246 135
Provisões e perdas por imparidade	25	3 575 100	1 754 745
Outros gastos	37	(3 291 162)	(2 920 145)
Resultados relativos a investimentos	4.2	3 069	30 111
Gastos financeiros	38	(22 075 872)	(26 448 220)
Rendimentos financeiros	38	8 612 984	4 413 861
Resultados antes de impostos e CESE das operações continuadas		150 291 038	13 665 695
Impostos sobre o rendimento	14	(26 516 279)	11 156 342
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	18	(97 227)	(121 740)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		123 677 532	24 700 297
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	7	11 552 292	10 268 182
Resultado líquido consolidado do exercício		135 229 824	34 968 479
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da empresa-mãe			
Operações continuadas	40	123 677 532	24 700 297
Operações descontinuadas	40	4 121 917	10 276 951
Interesses que não controlam			
Operações continuadas		—	—
Operações descontinuadas		7 430 375	(8 769)
		135 229 824	34 968 479
Resultados por ação			
Das operações continuadas			
Básico	40	0,60	0,12
Diluído	40	0,60	0,12
Das operações descontinuadas			
Básico	40	0,02	0,05
Diluído	40	0,02	0,05

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Resultado líquido consolidado do exercício		135 229 824	34 968 479
Outro rendimento integral:			
Itens que não serão reclassificados para o resultado líquido			
Variações nas responsabilidades com fundos de pensões - valor bruto	33	515 568	(406 784)
Variações nas responsabilidades com fundos de pensões - efeito imposto	14	(115 449)	242 297
		400 119	(164 487)
Itens que futuramente podem ser reclassificados para o resultado líquido			
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - valor bruto	31	(43 885 373)	8 163 346
Variação no justo valor dos derivados de cobertura dos fluxos de caixa - efeito imposto	14	11 050 894	(2 154 172)
Variação de reservas de conversão cambial		1 183 820	(5 762)
Outros		—	172
		(31 650 659)	6 003 584
Outro rendimento integral do exercício		(31 250 540)	5 839 097
Total do rendimento integral consolidado do exercício		103 979 284	40 807 576
Atribuível a:			
Acionistas da Empresa-Mãe		114 505 715	40 816 345
Interesses que não controlam		(10 526 431)	(8 769)

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, S.G.P.S., S.A.DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Atribuível aos acionistas da Empresa-Mãe					Resultado líquido	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
		Capital social	Reserva legal	Reserva de cobertura	Outras reservas	Montantes reconhecidos em outro rendimento integral e acumulado em capital próprio relacionado com grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas				
Saldo em 1 de janeiro de 2020	23	25 641 459	5 128 292	(2 493 790)	336 927 499	—	100 826 022	466 029 482	13 453	466 042 935
Aplicação do resultado consolidado de 2019	45	—	—	—	100 826 022	—	(100 826 022)	—	—	—
Distribuição de dividendos	45	—	—	—	(61 539 502)	—	—	(61 539 502)	—	(61 539 502)
Entradas de capital		—	—	—	—	—	—	—	9 900	9 900
Outros		—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total do rendimento integral consolidado do período		—	—	6 009 174	(170 077)	—	34 977 248	40 816 345	(8 769)	40 807 576
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23	25 641 459	5 128 292	3 515 384	376 043 942	—	34 977 248	445 306 325	14 584	445 320 909
Saldo em 1 de janeiro de 2021	23	25 641 459	5 128 292	3 515 384	376 043 942	—	34 977 248	445 306 325	14 584	445 320 909
Aplicação do resultado consolidado de 2020	45	—	—	—	34 977 248	—	(34 977 248)	—	—	—
Distribuição de dividendos	45	—	—	—	(71 796 085)	—	—	(71 796 085)	—	(71 796 085)
Liquidação de empresas		—	—	—	—	—	—	—	(704)	(704)
Aquisição de filiais	6	—	—	—	—	—	—	—	6 986 264	6 986 264
Entradas de capital por interesses sem controlo	6	—	—	—	—	—	—	—	41 177 606	41 177 606
Variação de percentagem em subsidiárias	4.1	—	—	—	54 244 752	—	—	54 244 752	143 627 857	197 872 609
Detidos para distribuição aos acionistas	7	—	—	8 072 375	(238 529)	(7 833 846)	—	—	—	—
Outros		—	—	—	5 597	—	—	5 597	(5 597)	—
Total do rendimento integral consolidado do período		—	—	(13 951 861)	658 127	—	127 799 449	114 505 715	(10 526 431)	103 979 284
Saldo em 31 de dezembro de 2021	23	25 641 459	5 128 292	(2 364 102)	393 895 052	(7 833 846)	127 799 449	542 266 304	181 273 579	723 539 883

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2021	2020
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		938 180 999	656 219 920
Pagamentos a fornecedores		(647 922 282)	(465 561 147)
Pagamentos ao pessoal		(37 150 654)	(31 386 072)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(1 444 530)	(6 523 169)
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		9 434 333	261 097 866
<i>Fluxos gerados pelas atividades operacionais (1)</i>		<u>261 097 866</u>	<u>163 606 461</u>
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		—	202 200
Ativos fixos tangíveis		760 245	335 764
Subsídios ao investimento		1 045 515	298 595
Juros e proveitos similares		81 030	730 316
Dividendos		—	—
		<u>1 886 790</u>	<u>1 566 875</u>
Pagamentos relativos a:			
Investimentos em subsidiárias líquido de caixa e equivalentes adquiridos	20	(176 376 463)	(821 779)
Investimentos em empreendimentos conjuntos		(571 650)	—
Empréstimos concedidos		(19 367 235)	—
Ativos fixos tangíveis		(41 002 471)	(37 369 808)
Ativos intangíveis		(24 108 406)	—
Subsídios ao investimento		—	(261 426 225)
<i>Fluxos gerados pelas atividades de investimento (2)</i>		<u>(259 539 435)</u>	<u>(36 624 712)</u>
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	24	921 293 555	579 703 753
Empréstimos de acionistas		39 974 360	—
Entradas de capital por interesses sem controlo		41 177 606	9 900
Variação de percentagem em subsidiárias	22	141 905 245	—
Outras operações de financiamento		<u>6 034 904</u>	<u>2 034 258</u>
		<u>1 150 385 670</u>	<u>581 747 911</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(23 037 860)	(14 470 998)
Dividendos distribuídos		(71 796 085)	(61 541 554)
Empréstimos obtidos	24	(778 119 093)	(546 195 753)
Empréstimos de acionistas		(1 421 363)	—
Incentivos reembolsáveis	24	(2 847 178)	(178 966)
Passivo da locação	10.2	(13 934 674)	(12 429 629)
Outras operações de financiamento		<u>(16 782 515)</u>	<u>(907 938 768)</u>
<i>Fluxos gerados pelas atividades de financiamento (3)</i>		<u>242 446 902</u>	<u>(55 754 075)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
	20	252 572 629	181 343 914
Aquisições de subsidiárias			
	6	1 020 787	—
Variações cambiais			
		95 646	1 041
Variação de caixa e bancos: (1)+(2)+(3)			
		<u>244 005 333</u>	<u>71 227 674</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			
	20	<u>497 694 395</u>	<u>252 572 629</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Altri, SGPS, S.A. (“Altri” ou “Empresa”, sem alterações face ao período de reporte anterior) é uma sociedade anónima constituída em 1 de fevereiro de 2005, em Portugal, no âmbito do processo de reestruturação da Cofina, SGPS, S.A., com sede na Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818, no Porto, em Portugal e tem como atividade principal a gestão de participações sociais, sendo as suas ações cotadas na *Euronext Lisbon*.

A Altri dedica-se à gestão de participações sociais essencialmente na área industrial, sendo a empresa-mãe do grupo de empresas indicado na Nota 4 e designado por Grupo Altri, não existindo qualquer sociedade acima dela que incorpore estas demonstrações financeiras consolidadas. A atividade atual do Grupo Altri centra-se na produção de pasta branqueada de eucalipto através de três unidades produtivas e na produção de energia elétrica a partir de resíduos e biomassa florestal através das centrais termoelétricas.

Durante o ano de 2021, o Grupo Altri, através da subsidiária GreenVolt, iniciou uma estratégia de crescimento assente não só na biomassa, mas também dedicada ao desenvolvimento de projetos de energia eólica e fotovoltaica e geração elétrica distribuída, tendo o Grupo efetuado os seguintes investimentos:

- a. Aquisição de 51% da sociedade Tilbury Green Power Holdings Limited (detentora de uma central de biomassa no Reino Unido), no dia 30 de junho de 2021, em parceria com o fundo Equitix;
- b. Aquisição de 100% da V-Ridium Power Group Sp. Z.o.o. (plataforma de desenvolvimento de projetos solares e eólicos, sediada em Varsóvia), no dia 14 de julho de 2021;
- c. Aquisição de 70% das sociedades Track Profit Energy e Track Profit II Invest, que se dedicam ao desenvolvimento de projetos de eficiência energética bem como de instalação de projetos solares fotovoltaicos, no dia 24 de agosto de 2021;
- d. Aquisição de 42,19% na sociedade espanhola Tresa Energía S.L. (“Perfecta Energia”), que detém uma participação de 65% na sociedade Perfecta Consumer Finance, no dia 25 de outubro de 2021. A Perfecta Energia opera no setor das energias renováveis, na venda, instalação e manutenção de painéis de energia solar para autoconsumo de clientes residenciais.

Em julho de 2021, concretizou-se a entrada em bolsa da subsidiária GreenVolt, em resultado do *Initial Public Offering* (IPO). Em consequência da referida operação, o Grupo Altri passou a deter 58,72% da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias. O Grupo Altri realizou um estudo em torno da otimização da participação acionista por si detida no capital social da sua subsidiária GREENVOLT – ENERGIAS RENOVÁVEIS, S.A., estudo esse que, depois de realizada a análise dos impactos e das vantagens de uma separação total dos negócios da pasta e da energia renovável, concluiu pela viabilidade dessa separação, na medida em que a mesma constituirá uma resposta adequada à evolução otimizada das empresas em causa, ajustada à realidade subjacente aos seus negócios e às suas perspetivas de evolução. O Conselho de Administração da Altri proporá, na Assembleia Geral Anual de 2022, a distribuição aos acionistas da Altri um número máximo de ações correspondente a 52.523.229 ações da GreenVolt, e que corresponde à participação de que a Altri é atualmente detentora de forma direta. É entendimento do Conselho de Administração da Altri de que a distribuição proposta merecerá a aprovação dos acionistas da Sociedade, desde logo porque acredita que os acionistas não só concordarão, como considerarão essencial, pelas razões já apontadas, a separação total dos negócios da pasta e da energia renovável. A entrega das ações aos acionistas terá lugar, expectavelmente, num prazo nunca superior a 30 dias a contar da data da deliberação (ou seja, num prazo sempre inferior a 12 meses após 31 de dezembro de 2021). Nesse sentido, a GreenVolt e suas subsidiárias são apresentadas na presente informação financeira consolidada como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas, com referência a 31 de dezembro de 2021 (Notas 5 e 7).

Face a esta realidade, o Conselho de Administração entende que, com referência a 31 de dezembro de 2021, apenas existe um segmento de negócio, nomeadamente, a produção e comercialização de pasta branqueada de eucalipto (Nota 41).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Altri são apresentadas em Euros em valores arredondados à unidade, sendo esta a divisa utilizada pelo Grupo nas suas operações e como tal considerada a moeda funcional. As operações das sociedades estrangeiras cuja moeda funcional não seja o Euro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política estabelecida na Nota 2.2.d).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão no dia 7 de abril de 2022. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Acionistas, sendo expectativa do Grupo e do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

EVENTOS SIGNIFICATIVOS: COVID-19

Desde o início da pandemia que o Grupo Altri procedeu à implementação de um conjunto de medidas de prevenção, controlo e vigilância, sendo desenvolvidos planos de prevenção / contingência que abrangem toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais, em todos os negócios do Grupo. No decurso do exercício de 2021, o Grupo Altri deu continuidade ao seu processo de monitorização e avaliação das ações implementadas, de forma a dar resposta às exigências decorrentes da pandemia COVID-19.

Dada a incerteza no contexto social e económico, e apesar das medidas acima referidas, o Grupo Altri continuará atento e cuidadoso, na gestão dos seus negócios, e na avaliação e monitorização das ações já implementadas e/ou a implementar de forma a gerir e antecipar, na medida do possível, os impactos desta pandemia no seu desempenho operacional e financeiro.

Assegurar o bem-estar permanente de todos os Colaboradores, das suas famílias e da comunidade, sempre foi e continuará a ser uma prioridade do Grupo Altri. O Grupo Altri procedeu à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a saúde e segurança dos Colaboradores, tendo por base as recomendações da Direção Geral de Saúde para fazer face à pandemia. O departamento de recursos humanos, com base nas recomendações da Direção Geral de Saúde, procedeu à elaboração do Plano de Contingência COVID-19 do Grupo Altri. Este plano tem sido ajustado de forma contínua face à evolução da pandemia, sendo basilar para efeitos de contenção dos impactos da pandemia entre os nossos Colaboradores e a Comunidade local. No âmbito da contínua divulgação do Plano de Contingência aos colaboradores tem existido uma comunicação regular de diversos tópicos, dos quais se destacam os seguintes: comunicação dos comportamentos de risco a serem evitados, os cinco erros mais comuns na utilização das máscaras, entre outros.

No atual contexto de pandemia COVID-19, há ainda que referir a eficácia do processo de vacinação em massa, bem como da eficácia de eventuais medidas de contenção adicionais definidas pelos governos. A conjugação destes vários fatores, permitem afirmar que os efeitos sobre a economia global e sobre os padrões de consumo estarão controlados, não obstante os desequilíbrios existentes e a necessidade de tomar medidas que permitam o retomar da atividade e o normal funcionamento dos diversos fluxos económicos.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

Adicionalmente, não ocorreram alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS-UE”) em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2021. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas operarem em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos biológicos mensurados a justo valor, ii) determinados instrumentos financeiros, iii) ativos e passivos financeiros e não financeiros mensurados a justo valor no âmbito da concentração de atividades empresariais, que se encontram registados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS-UE requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.4.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Os ativos que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/ passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

(i) Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro Diferimento da aplicação da IFRS 9	1-jan-21	<p>Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em concreto, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.</p> <p>A isenção temporária referida é de aplicação facultativa e apenas disponível para entidades cujo as suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguros.</p>
Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2	1-jan-21	<p>Estas alterações fazem parte da segunda fase do projeto "IBOR reform" do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência, por uma taxa de juros alternativa (Risk Free Rate (RFR)). As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um expediente prático que requeira mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente exigidas pela reforma, sejam tratadas da mesma forma que uma alteração de taxa de juro flutuante, equivalente a um movimento na taxa de juros de mercado; • Permitir que as mudanças exigidas pela reforma sejam feitas para designações de cobertura e documentação de cobertura sem que a relação de cobertura seja descontinuada; • Fornecer alívio operacional temporário às entidades que tenham de cumprir o requisito identificável separadamente quando um instrumento RFR é designado como cobertura de um componente de risco.
Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021	1-abr-21	<p>Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada 'Concessões relacionadas com a COVID-19' foi emitida, tendo introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação.</p> <p>Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.</p> <p>Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.</p> <p>Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e • não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

(ii) Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contábilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro	1-jan-22	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contábilísticos para as concentrações de atividades empresariais. É também clarificado o tratamento contábilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais. A alteração é de aplicação prospetiva.
Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	1-jan-22	Clarifica o tratamento contábilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	1-jan-22	Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	Esta melhoria vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.
Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – Justo valor.
IFRS 17 – Contratos de Seguro; inclui emendas à IFRS 17 (algumas das quais não aprovadas)	1-jan-23	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.
Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.

Estas emendas apesar de aprovadas (*"endorsed"*) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2021, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

(iii) Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontravam ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	1-jan-23	<p>Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”.</p> <p>No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.</p> <p>Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.</p>
Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	1-jan-23	<p>As alterações esclarecem que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.</p> <p>De acordo com estas alterações, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.</p>
Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	1-jan-23	<p>Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.</p> <p>A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um ‘overlay’ na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O ‘overlay’ permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.</p>

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo Altri na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Empresas subsidiárias incluídas na consolidação

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo Altri detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, de tal modo que consigam influenciar, em resultado do seu envolvimento, o retorno das atividades da entidade detida e a capacidade de afetar esse retorno (definição de controlo utilizada pelo Grupo) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem controlo sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir controlo, nomeadamente atendendo igualmente à existência de opções de compra exercíveis ou que se tornam exercíveis para que a Grupo possa exercer o seu poder. O controlo é reavaliado pelo Grupo sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada nas rubricas “Interesses que não controlam”. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.1.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e dos interesses que não controlam, mesmo que isso resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos, fluxos de caixa e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação, bem como, os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou

obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que o Grupo exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto se encontram entre 20% a 50%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, estas participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição ou pelo justo valor caso as entidades sejam adquiridas por via de processos de concentração de atividades empresariais. As participações financeiras são posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empreendimentos conjuntos e associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Resultados relativos a investimentos”, após reconfirmação do justo valor atribuído (Nota 2.2.c)).

É efetuada uma avaliação dos investimentos em empreendimentos conjuntos e em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados dos empreendimentos conjuntos e associadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com o empreendimento conjunto e associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com os empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 4.2.

c) Concentrações de atividades empresariais e Goodwill

Numa concentração de atividades empresariais, as diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias, acrescido do valor dos interesses que não controlam, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas são registadas na rubrica “Goodwill” e quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração dos resultados.

O Grupo realiza o teste da concentração para avaliar se está perante uma compra de ativos ou uma concentração de atividades empresariais. Ou seja, determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui um *input* e um processo substantivo que, em conjunto, contribuem significativamente para a capacidade de criar *outputs*. O processo adquirido é considerado substantivo se for considerado crítico para a capacidade de continuar a produzir *outputs*, e os *inputs* adquiridos incluem uma força de trabalho organizada, com os conhecimentos ou experiência necessários para realizar esse processo ou se contribuir significativamente para a capacidade de continuar a produzir *outputs* e é considerado único ou escasso ou que não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativo na capacidade de continuar a produzir *outputs*.

Quando estes critérios não se encontram cumpridos o Grupo considera como aquisição de um grupo de ativos, sendo reconhecido como ativo não financeiro o diferencial entre os ativos líquidos adquiridos e o custo de aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, são registadas na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reserva de conversão cambial” incluída na rubrica de capital próprio “Outras reservas”. Adicionalmente, no caso de existirem empréstimos intragrupo cujo reembolso não seja exigido num futuro próximo, as diferenças cambiais respetivas são reconhecidas em capitais próprios na rubrica de “Reserva de conversão cambial”, na medida em que são entendidos como fazendo parte do investimento líquido na subsidiária que usa moeda diferente do Euro

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são mantidas na rubrica “Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas” e, quando negativas, após uma reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas diretamente na demonstração dos resultados, na rubrica “Resultados relativos a investimentos”.

O Grupo Altri, numa base de transação a transação (para cada concentração de atividades empresariais), opta por mensurar qualquer interesse sem controlo na empresa adquirida ou pelo justo valor ou pela parte proporcional dos interesses sem controlo nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor e posteriormente é ajustado ao justo valor pela demonstração dos resultados. Qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de “Goodwill”, mas apenas se ocorrer dentro do período de mensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida da demonstração dos resultados, a menos que esse pagamento contingente esteja classificado como capital próprio, sendo que neste caso não deve ser remensurado e, apenas aquando da sua liquidação, será reconhecido o impacto em capital próprio.

Transações subsequentes de compra ou venda de interesses em entidades já controladas, sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na rubrica “Goodwill” ou na demonstração dos resultados.

Quando a combinação de negócios é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do Goodwill ou de alocação do preço de compra.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos dessa entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada na demonstração dos resultados.

O Grupo testa anualmente a existência de imparidade do Goodwill. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo dos valores de uso. Estes cálculos exigem o uso de pressupostos que são efetuados com base em estimativas de circunstâncias futuras cuja ocorrência poderá vir a ser diferente da estimada. As perdas por imparidade do Goodwill não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de subsidiárias expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de subsidiárias que usam moeda diferente do Euro incluídas na consolidação são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante é registada na rubrica “Reserva de conversão cambial” incluída na rubrica de capital próprio “Outras reservas”.

O valor do *Goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades que usam moeda diferente do Euro são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma participação numa entidade que usa moeda diferente do Euro é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferido para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

A cotação utilizada na conversão para euro das contas das subsidiárias que usam moeda diferente do Euro foi como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Fecho do período	Média do período incluído nas demonstrações financeiras ^(a)	Fecho do período	Média do período incluído nas demonstrações financeiras ^(a)
Franco Suíço	1,0329	1,0812	1,0802	1,0705
Libra Esterlina	0,8401	0,8516	n.a.	n.a.
Zloty Polaco	4,5962	4,5918	n.a.	n.a.

^(a) I.e., desde a data de aquisição.

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração usados pelo Grupo Altri na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução

de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor na data de aquisição (que é considerado como custo), determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais encontram-se registados ao custo deduzido das correspondentes amortizações e perdas por imparidade acumuladas, na mesma base do intangível ativos adquiridos separadamente.

Tendo em consideração que as IFRS-UE não tratam especifica e consistentemente o tratamento contabilístico a dar a pagamentos futuros variáveis associado à aquisição de ativos, nas situações em que existem pagamentos futuros variáveis a suportar em resultado da aquisição de ativos fora do âmbito de processos de concentração de atividades empresariais, ou que foram tratados como aquisição de ativos, o Grupo reconhece o valor esperado de tais pagamentos futuros pelo seu valor atualizado em função do cumprimento, por parte de entidades terceiras, de *milestones* relevantes em projetos de Desenvolvimento – Energia Solar e Eólica. Tais pagamentos são reconhecidos como passivo na rubrica “Outras dívidas a terceiros” por contrapartida do valor contabilístico dos ativos correspondentes.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As despesas internas associadas à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações os gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado (genericamente 3 a 5 anos, expeto para as licenças de exploração). No caso do ativo intangível associado às licenças de exploração das centrais de produção de energia da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias o período de vida útil corresponde ao período da licença.

Quando a vida útil estimada é indefinida, nomeadamente no caso de licenças de ligação à rede elétrica, os ativos intangíveis não são amortizados mas são sujeitos a testes anuais de imparidade.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados ao seu “*deemed cost*”, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Terrenos e recursos naturais	20 a 50
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	2 a 15
Equipamento de transporte	2 a 10
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10

No caso dos ativos fixos tangíveis da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias, o período de vida útil utilizado corresponde ao período da licença de exploração como segue:

<u>Central</u>	<u>Fim da concessão</u>
Mortágua	2024
Vila Velha de Ródão	2031
Constância	2034
Figueira da Foz	2034
Mondego (Figueira da Foz)	2044
Tilbury	2037

No caso de projetos em fase de desenvolvimento, os gastos são capitalizados somente quando for provável que o projeto seja efetivamente construído, sendo provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Caso existam mudanças no enquadramento regulatório ou outras circunstâncias que modifiquem a expectativa de concretização do projeto, é efetuado o desreconhecimento dos ativos e reconhecidos os respetivos impactos em gastos do exercício.

O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para desenvolver o ativo até à sua condição de uso ou venda.

Os custos relacionados com prospeção e angariação de novos negócios são registados como um gasto no período em que ocorrem.

O passivo é subsequentemente tratado pelo seu custo amortizado, sendo que alterações ao valor de tais pagamentos é reconhecido por contrapartida do valor dos ativos correspondentes, exceto no que respeita ao efeito financeiro do desconto ou a variações da taxa de desconto aplicável que é reconhecido como juro suportado, em analogia ao tratamento preconizado pela IFRIC 1.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas por imparidade" da demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do exercício em que incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As despesas internas associadas ao desenvolvimento de projetos são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações os gastos são capitalizados como ativos fixos tangíveis.

Considerando a substância da transação, os direitos de superfície perpétuos adquiridos são considerados como terrenos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

O Grupo avalia a imparidade dos ativos sempre que eventos ou circunstâncias possam indicar que o valor contabilístico do ativo excede o seu valor recuperável e, pelo menos, anualmente, sendo a imparidade reconhecida em resultados (quando aplicável).

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento do Grupo Altri correspondem a imóveis não afetos à atividade do Grupo, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo (que inclui custos de transação) e, subsequentemente são mantidas ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada bem.

d) Direitos de uso

O Grupo avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida.

Grupo como locatário

O Grupo aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor. O Grupo reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

(i) Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), o Grupo reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os “Ativos sob direito de uso” são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O ativo sob direito de uso é depreciado por duodécimos utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

Se a propriedade do ativo se transmitir para o Grupo no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas tendo em conta a vida útil estimada do ativo.

Os ativos sob direito de uso são ainda sujeitos a perdas por imparidade.

(ii) Passivos da locação

À data de início da locação, o Grupo reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será exercida pelo Grupo com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício do Grupo.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Os pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável, o Grupo, para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, usa a taxa de juro incremental à data de início da locação. Esta taxa é determinada através da observação de dados de mercado de curvas de taxas de juro de obrigações compostas com referência à data de início do contrato para maturidades similares ao termo da locação. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

(iii) Locações de curto prazo e locações de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contêm uma opção de compra). O Grupo aplica igualmente a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

e) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios atribuídos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica “Outros rendimentos” da demonstração consolidada dos resultados do exercício em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, quando estão cumpridas todas as condições necessárias para o seu recebimento.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos fixos tangíveis são registados na demonstração da posição financeira como “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” relativamente às parcelas de curto prazo e de médio e longo prazo respetivamente, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com ativos biológicos valorizados ao justo valor apenas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando a sua atribuição é incondicional, ou seja, quando estão cumpridos todos os termos e condições de atribuição.

Os incentivos financeiros recebidos para financiamento de ativos fixos tangíveis são registados na rubrica “Incentivos reembolsáveis” do passivo corrente e não corrente de acordo com o plano de reembolsos definido pelas entidades atribuidoras.

f) Imparidade dos ativos não correntes, exceto goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

g) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

h) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao valor de mercado. Dentro desta ótica, a madeira cortada em posse do Grupo encontra-se valorizada ao custo de produção, que inclui os custos incorridos com o corte e recheia da madeira, assim como a parte proporcional à área cortada dos gastos acumulados de estabelecimento, manutenção e gastos administrativos com estes ativos.

O Grupo procede ao registo das correspondentes perdas por imparidade para reduzir, quando aplicável, os inventários ao seu valor realizável líquido ou preço de mercado.

i) Ativos biológicos

Parte da atividade do Grupo Altri consiste no cultivo de várias espécies florestais, principalmente eucalipto, as quais são basicamente utilizadas como matéria-prima para a produção de pasta de eucalipto. O Grupo Altri é proprietário de diversas florestas destinadas a esta atividade, as quais se encontram classificadas na rubrica “Ativos biológicos”. Os solos florestais que são propriedade do Grupo estão valorizados de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.3.b) e são apresentados na rubrica “Ativos fixos tangíveis” da demonstração consolidada da posição financeira. Os solos florestais que não são propriedade do Grupo Altri e que se encontram sob locação são mensurados de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.3.d) direitos de uso, sendo apresentados na rubrica “Ativos sob direito de uso” da demonstração da posição financeira consolidada.

Os ativos biológicos são mensurados ao justo valor, com exceção do valor do investimento inicial nos primeiros dois anos em que são mensurados ao custo. Após a referida data, os ativos são mensurados ao justo valor. Na determinação desse justo valor é utilizado o método do valor presente dos fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de uma avaliação independente efetuada por uma entidade externa. A referida avaliação teve em consideração pressupostos relativos à produtividade das florestas, o preço de venda da madeira deduzido do gasto de corte, das rendas (dos terrenos próprios e arrendados) da rechega, do transporte, dos custos de manutenção e com a atualização dos fluxos monetários futuros utilizando a taxa de desconto estimada.

A taxa de desconto corresponde à taxa de juro de mercado, sem inflação, de forma consistente com a estrutura de projeções, determinada tendo em consideração a rentabilidade que o Grupo espera obter dos ativos florestais, os quais se destinam, essencialmente, a serem incorporados na produção de pasta do Grupo.

As alterações de estimativas são reconhecidas enquanto variações de justo valor dos ativos biológicos na demonstração dos resultados.

Os ativos biológicos são avaliados de acordo com o nível 3 da hierarquia de justo valor.

O valor da madeira é transferido para custos de produção quando a respetiva madeira, depois de cortada, é incorporada no produto final, sendo que os cortes de madeira própria são valorizados ao custo específico de cada mata (ou talhão) quando transferidos para as unidades de exploração que constituem o inventário.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros eletroprodutores

O Grupo constitui provisões com estes fins quando existe uma obrigação legal, contratual ou construtiva no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nos centros eletroprodutores para fazer face às respetivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos às suas condições originais. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respetivas responsabilidades futuras e são registadas por

contrapartida de um aumento dos respectivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida em resultados.

Os dispêndios de carácter ambiental são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos a menos que satisfaçam os critérios necessários para serem reconhecidos como um ativo.

k) Benefícios aos empregados

(i) Planos de benefício definido

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez, os quais configuram planos de benefícios definidos.

Para cobrir essas responsabilidades existem os correspondentes fundos de pensões autónomos, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais são registados como gastos ou rendimentos do exercício, em conformidade com a IAS 19 – “Benefícios dos empregados”.

O efeito da mensuração das responsabilidades por planos de benefícios definidos, incluindo ganhos e perdas atuariais, e o rendimento dos ativos do plano (quando aplicável) líquido de juros é reconhecido em outro rendimento integral. Tal mensuração não é objeto de reclassificação para a demonstração dos resultados em exercícios subsequentes.

O juro líquido é reconhecido na demonstração dos resultados. O custo dos serviços passados também é reconhecido na demonstração dos resultados, nos exercícios em que os serviços são prestados pelos trabalhadores.

Qualquer insuficiência de cobertura por parte dos fundos de pensões autónomos face às responsabilidades por serviços passados é registada como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo.

Quando a situação patrimonial dos fundos de pensões autónomos é superior às responsabilidades por serviços passados, o Grupo Altri regista um ativo nas suas demonstrações financeiras na medida em que o diferencial corresponda a menores necessidades de dotações para os fundos de pensões no futuro.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method” utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados (Nota 33).

(ii) Planos de contribuição definida

A partir de 2014, as subsidiárias do Grupo passaram a conceder esses complementos de reforma através de planos de contribuição definida. O Grupo atribui aos seus colaboradores com contrato de trabalho subordinado sem termo, um plano de pensões de contribuição definida. De acordo com este plano, o Grupo atribui a cada trabalhador do quadro permanente uma percentagem do seu salário pensionável em função do seu tempo de serviço. A contribuição para o Fundo de Pensões varia anualmente em função dos resultados do Grupo Altri, sendo contabilizadas como gasto no exercício as contribuições que efetua, deixando de ter responsabilidades por benefícios futuros relacionadas com o Fundo de Pensões. Os planos de benefícios definidos não são contributivos para os seus participantes.

l) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Classificação de ativos financeiros

(i) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo fees e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

(ii) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, o Grupo pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através de outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de “Resultados transitados” incluída na rubrica de capital próprio “Outras reservas”.

Os dividendos associados a investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Rendimentos financeiros”.

Na primeira aplicação da IFRS 9, o Grupo designou os investimentos em instrumentos de capital próprio que não eram mantidos para negociação como valorizados ao justo valor através de resultados.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outras dívidas de terceiros, e para ativos associados a contratos com clientes. A perda por imparidade destes ativos é registada em função das perdas por imparidade esperadas

("expected credit losses") daqueles ativos financeiros. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que tal situação ocorra.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros e de ativos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo nos últimos anos, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro.

De acordo com a abordagem simplificada prevista, o Grupo reconhece as perdas por imparidade esperadas para a vida económica das contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros ("lifetime"). As perdas esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perdas por imparidade do Grupo, afetada por fatores prospetivos específicos relacionados com o risco de crédito esperado dos devedores, pela evolução das condições económicas gerais e por uma avaliação das circunstâncias atuais e perspectivadas à data de reporte financeiro.

Mensuração e reconhecimento das *expected credit losses*

A mensuração das perdas por imparidade esperadas reflete a probabilidade estimada de *default*, a probabilidade de perda devido a esse *default* (i.e., a magnitude da perda caso ocorra um *default*) e a exposição real do Grupo a esse *default*. O Grupo considera 60 dias após a data de vencimento como "*default*".

A avaliação da probabilidade de *default* e de perda devido a esse *default* é baseada na informação histórica existente, ajustada de informação previsional futura conforme acima descrito.

Quanto à exposição ao *default*, para ativos financeiros, a mesma é representada pelo valor contabilístico bruto dos ativos em cada data de reporte. Para ativos financeiros, a perda por imparidade esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos ao Grupo em conformidade com o acordado entre as partes e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

O Grupo reconhece ganhos e perdas relativos às imparidades na demonstração dos resultados para todos os instrumentos financeiros, com os correspondentes ajustamentos ao seu valor contabilístico através da rubrica de perdas por imparidade acumulada na demonstração da posição financeira.

Considerando o modelo de negócio do Grupo e a rigorosa política de controlo de crédito, os créditos incobráveis têm sido quase inexistentes.

O Grupo avalia as perdas de imparidade esperadas, de acordo com a IFRS 9.

O modelo utilizado para apuramento das imparidades de contas a receber consiste em:

- Estratificação dos clientes por tipo de crédito associado;
- Análise do histórico de incobráveis e "*default*" para as subpopulações identificadas;
- Segregação dos saldos em aberto tendo em consideração a existência de seguro de crédito e cartas de crédito ou outras melhorias de crédito;
- Para os saldos não cobertos por melhorias de crédito apuramento da taxa histórica de incobráveis nos últimos dois anos;
- Ajustar as taxas obtidas acima com uma componente *forward looking* com base em projeções futuras de evolução do mercado;
- Aplicar as taxas apuradas ao saldo de clientes em aberto na data de relato.

Além disso, o Grupo mantém imparidades reconhecidas em exercícios anteriores em resultado de eventos passados específicos e com base em saldos específicos analisados de forma casuística.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, estando, portanto, ao seu justo valor.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados nas políticas de gestão de risco crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve. Se o Grupo reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de “Resultados transitados”.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

Capital próprio

São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registrados na rubrica “Outras reservas”.

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao justo valor

Os passivos financeiros são registrados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- quando o passivo for detido para negociação; ou
- quando o passivo for designado para ser registrado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como detido para negociação se:

- for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registrados ao justo valor através da demonstração consolidada dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respectivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registro ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do Grupo utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a passivos da locação, os quais são inicialmente registrados pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao

seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica “Outros empréstimos” a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de “factoring sem recurso” (e para as quais seja inequívoco que são transferidos os riscos e benefícios inerentes a estas contas a receber) são reconhecidas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam quaisquer operações de factoring.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Grupo são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Quando o Grupo troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, o Grupo contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

Confirming

O Grupo contrata operações de *confirming* com instituições financeiras, as quais são enquadráveis como *reverse factoring agreements*. O Grupo não utiliza estes contratos como forma de gerir as suas necessidades de liquidez já que o pagamento das faturas se mantém na data do vencimento das mesmas. Nessa data, o Grupo paga às instituições financeiras os valores adiantados.

Consequentemente, e tendo em consideração que estes contratos não originam gasto financeiro para o Grupo, os montantes das faturas adiantadas aos fornecedores que aderem a estes contratos são mantidos no passivo na rubrica “Fornecedores – títulos a pagar”.

O passivo apenas é desreconhecido quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada se existir um direito presente de cumprimento

obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo Altri utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos, de taxa de câmbio, de cobertura do preço da pasta, bem como de cobertura da taxa de inflação.

A cobertura do risco é efetuada para a sua totalidade não havendo lugar à cobertura de componentes de risco, não se encontrando definido um valor de cobertura objetivo para os referidos riscos.

O Grupo designa apenas o elemento à vista dos contratos forward como instrumento de cobertura. O elemento forward é reconhecido em Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura económica dos riscos podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura se encontre identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Exista a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa, a probabilidade da sua ocorrência deverá ser elevada.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como, entre outros, *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio ou *forwards* cambiais.

Na seleção dos instrumentos de cobertura a utilizar são essencialmente valorizadas as suas características em termos da cobertura dos riscos económicos que visam cobrir. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

No caso de instrumentos de cobertura de taxa de juro variável, os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

No caso de instrumentos de cobertura da exposição de taxa de câmbio, o Grupo contrata para cobrir transações altamente prováveis e para uma pequena parcela do total esperado pelo que igualmente se entende as estratégias de cobertura como altamente eficazes.

No caso de instrumentos de cobertura do preço da pasta, os índices de preços aos quais estão indexados os contratos de futuros de cobertura do preço da pasta, são os mais utilizados pelas subsidiárias do Grupo como referencial do preço de venda da sua pasta, razão pela qual se entende que os mesmos desempenham igualmente uma cobertura perfeita de transações altamente prováveis e que se esperam que venham a ocorrer em montantes muito mais significativos.

No caso de instrumentos de cobertura de taxa de inflação, o Grupo considera apenas transações específicas em que a variação de preço esteja indexada a inflação. O instrumento de cobertura é contratado tendo por base a melhor estimativa das transações futuras associadas e de forma a minimizar as fontes de ineficiência, decorrentes do facto dos fluxos de caixa não ocorrerem no mesmo momento e do facto dos valores de transações sujeitos a variação da inflação serem variáveis. À semelhança dos instrumentos de fixação de taxa de juro, o Grupo contrata um índice similar ao utilizado para atualização do preço da transação coberta.

Os instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a entidades terceiras e validados por sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados, tomando por base, no caso de *swaps* a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido, ou quando a transação futura deixa de ser altamente provável.

Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas até então, que se encontram registadas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados. No caso de coberturas de transações futuras altamente prováveis, a quantia acumulada em Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa cobertos ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objetivo específico de cobertura de riscos financeiros, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados, nas rubricas “Rendimentos financeiros” e “Gastos financeiros”.

m) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

n) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (que englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros

relacionados com a atividade operacional), de financiamento (que incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, passivos da locação e pagamento de dividendos) e de investimento (que incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis).

o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

p) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor.

A 31 de dezembro de 2020, a generalidade das subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Altri pelo método integral sedeadas em Portugal eram tributadas segundo o regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), de acordo com o art.º 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Em 31 de dezembro de 2021, em resultado do aumento de capital social da subsidiária GreenVolt (Nota 7), as subsidiárias abaixo sedeadas em Portugal passaram a ser tributadas individualmente, na medida em que a percentagem de detenção pelo Grupo Altri é, em resultado da referida operação, inferior a 75%.

- GREENVOLT – Energias Renováveis, S.A.;
- Energia Unida, S.A. (anteriormente designada por Bioródão, S.A.);
- Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A.;
- Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A..

Cada uma das sociedades tributadas segundo o RETGS, regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Nos casos em que as subsidiárias contribuem com prejuízos é registado, nas demonstrações financeiras individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime. Caso sejam registados ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais gerados, o montante fica registado na subsidiária por contrapartida de conta a pagar às entidades do Grupo.

O Grupo reconhece o ganho com incentivos fiscais ao investimento sob a forma de descontos à coleta de acordo com os critérios estabelecidos na “IAS 12 – Imposto sobre o rendimento” para reconhecimento de ganhos com créditos fiscais. Deste modo, o ganho é reconhecido no momento em que é obtido o direito a utilizar o mesmo, sendo reconhecido um “ativo por imposto diferido” caso não seja possível utilizar no exercício a totalidade daqueles créditos fiscais e seja expectável que no futuro a empresa gere resultados suficientes que permitam a sua utilização.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou substancialmente em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data da demonstração da posição financeira; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data da demonstração da posição financeira, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos financeiros por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- O Grupo é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

q) Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)

A Lei 83-C / 2013, do Orçamento do Estado de 2014 ("Lei do Orçamento de Estado 2014"), aprovada pelo Governo Português em 31 de dezembro de 2013, introduziu uma contribuição extraordinária aplicável à energia setor energético (CESE), com o objetivo de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e financiar políticas sociais e ambientais no sector energético. Esta contribuição concentra-se geralmente nos operadores económicos que desenvolvem as seguintes atividades: (i) geração, transporte ou distribuição de energia elétrica; (ii) transporte, distribuição, armazenamento ou fornecimento grossista de gás natural; e (iii) refino, tratamento, armazenamento, transporte, distribuição e fornecimento no atacado de petróleo e derivados.

A CESE é calculada com base nos ativos líquidos das empresas com referência a 1 de janeiro de cada ano, que atendem, cumulativamente, a: (i) imobilizado; (ii) ativos intangíveis, exceto elementos de propriedade industrial; e (iii) ativos financeiros atribuídos a concessões ou atividades licenciadas. No caso das atividades reguladas, a CESE incide no valor dos ativos regulados se for superior ao valor desses ativos.

O regime da CESE foi sucessivamente prorrogado e passou a ser válido para 2020 e 2021 através da Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro e da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro, respetivamente. O governo português alargou a CESE às energias renováveis.

A taxa geral é de 0,85% e é aplicada sobre o valor do património líquido de cada central.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as centrais de biomassa com potência inferior a 20 MW estão isentas do pagamento da CESE, razão pela qual nenhum imposto foi apurado ou registado para as centrais cuja isenção é aplicável.

O gasto anual relativo à CESE é reconhecido como um passivo e registado como gasto na demonstração dos resultados na rubrica “Contribuição extraordinária do sector energético”, a 1 de janeiro de acordo com a IFRIC 21 - Levies.

r) Rédito

O rédito é mensurado de acordo com a retribuição especificada nos contratos estabelecidos com os clientes e exclui qualquer montante recebido por conta de terceiros. Deste modo, o Grupo reconhece o rédito quando transfere o controlo sobre um determinado bem ou serviço para o cliente.

As fontes de rédito do Grupo podem ser detalhadas como se segue:

- (i) Pasta – vendas da pasta produzidas pelas três unidades industriais da Altri;
- (ii) Energia – venda de energia elétrica.

Natureza, obrigações de desempenho e momento de reconhecimento do rédito

O Grupo reconhece o rédito de acordo com a IFRS 15, que estabelece que uma entidade reconheça o rédito para refletir a transferência de bens e serviços contratados pelos clientes, no montante que corresponda à retribuição que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base no modelo de 5 passos abaixo:

1. identificação do contrato com um cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação a obrigações de desempenho; e
5. reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

- (i) Pasta – Nesta área de negócio, o Grupo celebra com entidades privadas diversos contratos de fornecimento de pasta com determinadas características (nomeadamente, nível de branqueamento). Trata-se de obrigações de desempenho únicas que são integralmente satisfeitas com a entrega do produto final nas condições acordadas (nomeadamente, os “incoterms” acordados com o cliente).

O rédito associado à venda de pasta, é reconhecido líquido de bonificações, descontos (exemplo: descontos comerciais e descontos de quantidade) e impostos, e refere-se à consideração recebida ou a receber dos bens e serviços vendidos em linha com as tipologias de negócio do Grupo acima identificadas.

Os contratos comerciais com clientes referem-se essencialmente à venda de bens e numa extensão limitada ao transporte inerente a esses bens, quando aplicável. O rédito é reconhecido pelo montante da obrigação de desempenho satisfeita.

Os contratos com clientes que o Grupo tem não contemplam remunerações variáveis nem incluem componentes de financiamento significativas. Adicionalmente, não existe histórico de modificações aos contratos nem de combinação de contratos.

Os contratos em vigor não têm garantias adicionais associadas. Para além disso, os gastos de angariação de clientes são internos, na generalidade dos casos, já que os contratos são angariados pela equipa comercial interna do Grupo.

Relativamente, ao preço da transação este é uma componente fixa em função das quantidades vendidas.

A transferência de controlo ocorre na mesma medida de que os riscos associados são transferidos, de acordo com as condições contratuais estabelecidas. A transferência de controlo dos bens ocorre na sua generalidade quando os bens são entregues nas instalações do cliente.

O Grupo considera os factos e circunstâncias quando analisa os termos de cada contrato com clientes, aplicando os requisitos que determinam o reconhecimento e mensuração do rédito de forma harmonizada, quando se tratam de contratos com características e em circunstâncias semelhantes.

O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido de acordo com o previsto na IFRS 15, tendo em conta que o cliente recebe e consome em simultâneo os benefícios gerados pelo Grupo.

(ii) Energia – O rédito associado à venda de energia é mensurado ao justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquida de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. A venda de energia é tratada como uma obrigação de performance única, sendo o rédito reconhecido no momento em que o controlo é transferido para o cliente. Em relação ao preço de transação, este é componente fixo em Portugal, sendo que no Reino Unido existem parcelas variáveis que são objeto de estimativa, em função do calendário estabelecido pelo regulador. Nesta área de negócio, o Grupo apresenta as seguintes fontes de rédito:

1. Biomassa:
 - a. Venda de Energia – injeta energia elétrica na rede pública proveniente das suas centrais de cogeração sendo igualmente tratada como uma obrigação de desempenho única, com tarifas fixas (“Feed-in-tariff”) no caso das empresas portuguesas. No caso da central no Reino Unido, as receitas têm uma componente fixa - Certificados de Obrigações Renováveis (ROCs) - e uma componente variável que depende da evolução do preço da energia elétrica (“Brown Power”);
2. Desenvolvimento (energia solar e eólica):
 - a. Prestação de serviços de contabilidade, administrativos e *asset management*;
 - b. Venda de projetos de energia solar e eólica, essencialmente em fase de *Ready to Build*.
3. Geração distribuída:
 - a. Instalação e manutenção de unidades de produção descentralizada de energia solar (B2B e B2C);
 - b. Desenvolvimento e financiamento de projetos de melhoria da eficiência energética através de energia solar.

Em 31 de dezembro de 2021, a Energia é apresentada como atividade descontinuada (Nota 7).

O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido de acordo com o previsto na IFRS 15, tendo em conta que o cliente recebe e consome em simultâneo os benefícios gerados pelo Grupo.

Ativos associados a contratos com clientes

Um ativo de contrato com clientes é um direito a receber uma retribuição em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente.

Se o Grupo entrega os bens ou presta os serviços a um cliente antes do cliente pagar a retribuição ou antes da retribuição ser devida, o ativo contratual corresponde ao valor da retribuição que é condicional.

Contas a receber de clientes

Uma conta a receber representa o direito incondicional (ou seja, apenas depende da passagem de tempo até que a retribuição seja devida) do Grupo em receber a retribuição.

Passivos associados a contratos com clientes

Um passivo de contratos com clientes é a obrigação de transferir bens ou serviços para os quais o Grupo recebeu (ou tem direito a receber) uma retribuição de um cliente. Se o cliente paga a retribuição antes que o Grupo transfira os bens ou serviços, um passivo contratual é registrado quando o pagamento é efetuado ou quando é devido (dependendo do que aconteça primeiro). Os passivos contratuais são reconhecidos como crédito quando o Grupo executa as suas obrigações de desempenho contratuais.

s) Especialização dos exercícios

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes”, “Outros ativos não correntes” e “Outros passivos não correntes”.

t) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio oficiais vigentes à data da demonstração da posição financeira.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“*adjusting events*”) são refletidos na demonstração financeira do Grupo. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que sejam indicativos de condições que surgiram após a data da demonstração da posição financeira (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

v) Informação por segmentos

Em cada exercício, são identificados os segmentos relatáveis aplicáveis ao Grupo mais adequados tendo em consideração as atividades desenvolvidas. Segmento operacional é um grupo de ativos e operações do Grupo cuja informação financeira é utilizada no processo de decisão desenvolvido pela gestão do Grupo.

Os segmentos operacionais são apresentados nestas demonstrações financeiras da mesma forma que são apresentados internamente na análise da evolução da atividade do Grupo.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são as utilizadas consistentemente no Grupo. Todas as vendas e prestações de serviços intersegmentais são apresentados a preços de mercado e todas as vendas e prestações de serviços intersegmentais são eliminadas na consolidação.

w) Ativos detidos para venda ou distribuição e operações em descontinuação

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou distribuição, ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação. Os ativos e passivos nesta situação são mensurados ao mais baixo valor entre o respetivo valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de vender.

Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda ou distribuição imediata nas atuais condições, para além de que o Grupo se tenha comprometido na sua venda ou distribuição.

A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda ou distribuição e são apresentados como correntes em linhas próprias do ativo, passivo e capital próprio. Uma unidade operacional descontinuada é um componente (unidades operacionais e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto da entidade) de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda ou distribuição, e:

- (i) representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- (iii) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os resultados das unidades operacionais descontinuadas são apresentados como uma quantia única na demonstração dos resultados, compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas, adicionados dos ganhos ou perdas após os impostos reconhecidos na mensuração pelo justo valor menos os custos de vender ou na alienação de ativos ou de grupo(s) para alienação que constituam a unidade operacional descontinuada.

Os saldos entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminados no processo de consolidação. As transações entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminadas na extensão que representem as operações que deixarão de ser levadas a cabo pelo Grupo.

2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o normativo contabilístico em vigor (Nota 2.1), o Conselho de Administração do Grupo adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Os principais juízos de valor e estimativas mais significativas efetuadas utilizadas na preparação nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

a) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais

De acordo com a IFRS 3 numa concentração de atividades empresariais, o adquirente deve reconhecer e mensurar nas demonstrações financeiras consolidadas os ativos adquiridos e passivos assumidos pelo valor justo na data da aquisição. A diferença entre o preço de compra e o valor justo dos ativos e passivos adquiridos leva ao reconhecimento de *goodwill* ou *goodwill* negativo. A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos é efetuada internamente ou por avaliadores externos independentes, os quais o Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade, utilizando o método dos fluxos de caixa

descontados, utilizando o custo de reposição ou outras técnicas de determinação do justo valor, que assentam na utilização de pressupostos que incluem indicadores macroeconómicos como como taxas de inflação, taxas de juros, taxas de câmbio, taxas de desconto, preços de compra e venda de energia, custo de matérias-primas, estimativas de produção, vida útil e projeções de negócios. Consequentemente, a determinação do justo valor e do *goodwill* ou *goodwill* negativo está sujeita a inúmeros pressupostos e julgamentos e, portanto, alterações podem resultar em diferentes impactos nos resultados (Nota 6).

b) Mensuração do justo valor da retribuição contingente (“earn-outs”)

A retribuição contingente, proveniente de uma combinação de negócios ou da venda de uma participação financeira, é mensurada ao justo valor na data da transação. A retribuição contingente é subsequentemente remensurada ao justo valor a cada data de reporte. O justo valor é baseado em fluxos de caixa descontados. Os principais pressupostos consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto e correspondem às melhores estimativas da Gestão em cada data do reporte. Alterações nos pressupostos utilizados poderiam ter impactos significativos nos valores de retribuição contingente ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras (Nota 6).

c) Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tem direito, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto). Esta avaliação requer a utilização de julgamentos e pressupostos para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e tem a capacidade de se apropriar desse retorno através do controlo sobre a participada. Outros pressupostos e julgamentos poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas (Notas 2.2 a), b) e 4).

d) Apuramento do justo valor dos ativos biológicos

Como referido na Nota 2.3 i), o justo valor dos ativos biológicos foi determinado através de uma avaliação independente efetuada por uma entidade externa, a qual o Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade. Na determinação do justo valor dos ativos biológicos foi utilizado o método do valor presente de fluxos de caixa descontados, no qual se consideram pressupostos correspondentes à natureza dos ativos em avaliação (Nota 13). Alterações nestes pressupostos podem implicar valorizações/desvalorizações destes ativos.

e) Provisões (incluindo provisões para desmantelamento e descomissionamento)

O Grupo considera existirem obrigações legais, contratuais ou construtivas relativamente ao desmantelamento e descomissionamento de ativos fixos tangíveis afetos à atividade de produção de energia. O Grupo constitui provisões de acordo com as respetivas obrigações existentes para fazer face ao valor presente das respetivas despesas estimadas com a reposição dos respetivos locais e terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efetuadas estimativas do valor presente das respetivas responsabilidades futuras (Nota 25).

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

f) Testes de imparidade a ativos não correntes

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas unidades geradoras de caixa). Este processo requer um elevado número de julgamentos relevantes, nomeadamente a estimativa de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas unidades geradoras de caixa e a determinação de

uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, o Grupo, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares) (Nota 11).

g) Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquelas avaliações incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros. Os pressupostos adotados na determinação das responsabilidades com pensões correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Grupo quanto ao comportamento futuro das variáveis acima referidas (Nota 33).

h) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos foram utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes), sendo objeto de validação independente por recurso a modelos de valorização da *Bloomberg*. O Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade às contrapartes (Nota 31).

i) Apuramento da taxa de juro incremental nos contratos de locação

Como referido na Nota 2.3 d), o Grupo usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Alteração neste pressuposto pode implicar valorizações/desvalorizações destes ativos e passivos (Nota 10).

j) Determinação de perdas de imparidade em contas a receber

As perdas de imparidade em contas a receber são apuradas conforme indicado na Nota 2.3 I). Deste modo, a determinação da imparidade através da análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no crédito concedido são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobrabilidade futura dos devedores do Grupo (Nota 15).

k) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Como referido na Nota 2.3 I), o Grupo revê as vidas úteis estimadas dos seus ativos tangíveis e intangíveis em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com decisões estratégicas do Grupo, quer ainda com a envolvente económica das várias empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão

corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

2.5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

A respeito das novas normas, interpretações, emendas e revisões às IFRS ver Nota 2.1.

Não ocorreram durante o exercício alterações voluntárias de políticas contabilísticas, não tendo igualmente sido reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

O Grupo Altri encontra-se exposto essencialmente ao: (a) risco de mercado; (b) risco de liquidez; (c) risco de crédito; e (d) risco de capital. No que diz respeito ao risco relacionado com a sustentabilidade, ESG (“Environmental, Social and Governance”) e alterações climáticas, o mesmo é abordado no Relatório de Sustentabilidade do Grupo. O principal objetivo do Conselho de Administração ao nível da gestão de risco é o de reduzir estes riscos a um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das atividades do Grupo. As linhas orientadoras da política de gestão de risco são definidas pelo Conselho de Administração da Altri, o qual determina quais os limites de risco aceitáveis. A concretização operacional da política de gestão de risco é levada a cabo pela Administração e pela Direção de cada uma das empresas participadas.

a) Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado, o risco de taxa de juro, o risco de taxa de câmbio, o risco da variabilidade nos preços de *commodities*, o risco relacionado com a gestão florestal e produção de eucalipto, o risco de inflação.

O Grupo, quando entende necessário, utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

i) Risco de taxa de juro

A exposição do Grupo à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O Grupo utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro consideradas significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção do risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo dos instrumentos de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo dos fundos considerados no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a maioria do endividamento do Grupo Altri se encontra indexado a taxas variáveis, são utilizados *swaps* de taxa de juro, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção

contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos o Grupo acorda com terceiras partes (Bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura da refixação, com referência aos respetivos montantes nocionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, o Grupo Altri solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade destas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo Altri utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data da demonstração da posição financeira consolidada. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizados como referencial de avaliação.

O Conselho de Administração do Grupo Altri aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para o Grupo, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável).

O objetivo do Grupo é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do Grupo permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

A maior parte dos instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados. No entanto, existem alguns instrumentos derivados que, embora tenham sido contratados com o objetivo de cobertura do risco da taxa de juro, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a sensibilidade do Grupo a alterações no indexante da taxa de juro de mais ou menos 1 ponto percentual, medida como a variação nos resultados financeiros, pode ser analisada como segue, não considerando o efeito de cobertura dos instrumentos financeiros derivados (Nota 31):

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Juros suportados (Nota 38)	9 553 573	10 572 754
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	(5 830 000)	(6 400 000)
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	5 830 000	6 400 000

A análise de sensibilidade acima foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data do final de cada exercício. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (ativos e passivos remunerados) se manteve estável ao longo do ano e semelhante à apresentada no final de cada exercício e mantendo-se tudo o resto constante.

ii) Risco de taxa de câmbio

O Grupo está exposto ao risco de taxa de câmbio nas transações relativas a vendas de produtos acabados em mercados internacionais em moeda diferente do Euro.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos em Euros expressos em moeda diferente do Euro, para as atividades continuadas, são como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	(USD)	(SEK, GBP e CHF)	(USD)	(SEK, GBP, CHF e NOK)
Contas a receber	53 224 281	41 886	33 006 178	1 642
Contas a pagar	(3 998 115)	(45 573)	(2 027 200)	(396 268)
Depósitos bancários (Nota 20)	10 184 554	493 139	55 895 818	113 230
	59 410 720	489 452	86 874 796	(281 396)

O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais alterações da taxa de câmbio não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas quer pela dimensão dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, quer pela reduzida maturidade dos mesmos.

Sempre que o Conselho de Administração considere necessário, para reduzir a volatilidade dos seus resultados à variabilidade das taxas de câmbio, a exposição é controlada através de um programa de compra e venda de divisas a prazo (*forwards*) ou de outros instrumentos derivados de taxa de câmbio (Nota 31).

iii) Risco de variabilidade nos preços de *commodities*

Desenvolvendo a sua atividade num setor que transaciona *commodities* (pasta de eucalipto), o Grupo encontra-se particularmente exposto a variações do seu preço, com os correspondentes impactos nos seus resultados. No entanto, para gerir este risco foram celebrados contratos de cobertura de variação de preços da pasta de papel, pelos montantes e valores considerados adequados às operações previstas, atenuando assim a volatilidade dos seus resultados.

O aumento/diminuição de 5% do preço da pasta comercializada pelo Grupo Altri durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 teria implicado um aumento/diminuição dos resultados operacionais¹ de, aproximadamente, 33,1 milhões de Euros (20,9 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020), sem considerar o efeito dos derivados de pasta (Nota 31) e mantendo-se tudo o resto constante.

iv) Risco relacionado com a gestão florestal e produção de eucalipto

A Altri, através da sua subsidiária Altri Florestal, tem sob sua intervenção um património florestal de cerca de 88,3 mil hectares dos quais o eucalipto representa 80%. Grande parte desta área florestal encontra-se certificada pelo FSC[®] (*Forest Stewardship Council*²) e pelo PEFC (*Programme for the Endorsement of Forest Certification*) os quais estabelecem princípios e critérios relativamente aos quais é avaliada a sustentabilidade da gestão do património florestal nas vertentes económica, ambiental e social.

Neste contexto, toda a atividade florestal é dirigida para a otimização dos recursos disponíveis salvaguardando a estabilidade ambiental e os valores ecológicos presentes no seu património e garantindo o seu desenvolvimento.

Os riscos associados a qualquer atividade florestal também estão presentes na gestão da Altri Florestal. Os incêndios florestais e as pragas e doenças que podem ocorrer nas diferentes matas espalhadas por todo o território nacional são os maiores riscos com que o setor se defronta na sua

¹ Resultados operacionais = Resultados antes de impostos e CESE, Resultados financeiros e relativos a investimentos

² FSC-C004615

atividade. Estas ameaças, se ocorrerem, em função da sua intensidade, afetam o normal funcionamento das explorações florestais e a eficiência da produção.

De forma a prevenir e reduzir o impacto dos incêndios florestais nas matas, a Altri Florestal participa no agrupamento Afocelca, em parceria com o Grupo Navigator, que tem como finalidade a disponibilização, coordenação e a gestão dos meios disponíveis para o combate aos incêndios. Ao mesmo tempo são efetuados recorrentemente investimentos significativos nas áreas florestais com a limpeza da floresta para reduzir os riscos de propagação de incêndios assim como minorar os seus prejuízos.

No que respeita às pragas e doenças, o seu aparecimento pode reduzir de forma significativa o crescimento dos povoamentos florestais provocando danos irreversíveis na produtividade. Para o seu combate foram estabelecidos procedimentos de luta integrada, quer através de largadas de parasitóides específicos oriundos da Austrália quer através da utilização de produtos fitofármacos de modo a controlar as populações de insetos nocivos e reduzir o impacto negativo da sua presença. Por outro lado, nas áreas mais afetadas, a subsidiária Altri Florestal está a utilizar material genético mais adequado nas novas plantações que, pelas suas características, permitem resistir melhor a essas pragas e doenças.

O aumento/diminuição de 5% do preço da madeira durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 teria implicado uma diminuição/aumento nos resultados operacionais de, aproximadamente, 13,5 milhões de Euros (11,6 milhões de euros a 31 de dezembro de 2020) mantendo-se tudo o resto constante.

v) Risco de inflação

O Grupo, através da sua subsidiária GreenVolt, desenvolve as suas operações em vários países, estando sujeito ao risco de inflação, principalmente nas operações associadas com a geração de receitas operacionais e os respetivos custos para o desenvolvimento do negócio. O principal objetivo da política de gestão do risco de inflação, é assegurar que a variação da inflação nas geografias e no mercado onde o Grupo atua não afete de forma negativa o poder de compra.

Como estratégia de mitigação o Grupo procura (i) desenvolver o seu negócio em geografias com taxas de inflação estáveis e (ii) contratar instrumentos financeiros de cobertura para situações em que há uma probabilidade mais elevada de existir variação da inflação.

b) Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o Grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão da maturidade dos financiamentos.

O Grupo prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada: (i) pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo; e (ii) pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua demonstração da posição financeira.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

c) Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito no âmbito da sua atividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito.

A avaliação do risco de crédito é efetuada numa base regular, tendo em consideração as condições correntes de conjuntura económica e a situação específica do crédito de cada uma das empresas, sendo adotados procedimentos corretivos sempre que tal se julgue conveniente.

O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes bem como pela contratação de seguros de crédito junto de instituições especializadas e que cobrem uma parte significativa do crédito concedido em resultado da atividade desenvolvida pelo Grupo.

A quase totalidade das vendas que não estão abrangidas por um seguro de crédito são cobertas por outras melhorias de crédito, nomeadamente, garantias bancárias ou créditos documentários (Nota 15).

d) Risco de capital

A estrutura de capital do Grupo Altri, determinada pela proporção entre o capital próprio e a dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar os custos de financiamento.

O Grupo monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo Altri apresenta um *Gearing* contabilístico de 116% e 80% respetivamente.

Gearing = total do capital próprio / dívida líquida, sendo que a dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: outros empréstimos; empréstimos bancários; incentivos reembolsáveis; passivo da locação e (-) Caixa e equivalentes de caixa. Para efeitos do cálculo do presente rácio, foram incluídas as rubricas outros empréstimos; empréstimos bancários; passivo da locação e (-) Caixa e equivalentes de caixa das atividades descontinuadas.

O Grupo apresenta na rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa um valor de, aproximadamente, 69% dos seus passivos correntes.

4. INVESTIMENTOS

4.1 EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, proporção do capital detido e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de participação	Percentagem efetiva de participação	Atividade principal
		2021	2020	
<u>Empresa mãe:</u>				
Altri, SGPS, S.A.	Portugal			Sociedade gestora de participações sociais
<u>Subsidiárias:</u>				
Altri Abastecimento de Madeira, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Comercialização de madeira
Altri, Participaciones Y Trading, S.L.	Espanha	100,00%	100,00%	Comercialização de pasta de eucalipto
Altri Sales, S.A.	Suíça	100,00%	100,00%	Serviços de apoio à gestão do grupo
Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Produção e comercialização de pasta de eucalipto
Altri Florestal, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Exploração silvícola
Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Exploração silvícola
Viveiros do Furadouro Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	100,00%	Produção de plantas em viveiros e prestação de serviços agroflorestais e paisagísticos
Florestsul, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Exploração silvícola

Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Produção de energia térmica e elétrica
Caima – Indústria de Celulose, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Produção e comercialização de pasta de eucalipto
Captaraiz Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	100,00%	Compra e venda de imóveis
Biotek, S.A. (a)	Portugal	100,00%	100,00%	Produção e comercialização de pasta de eucalipto
Sociedade Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%	Compra e venda de imóveis
Biogama, S.A. (d)	Portugal	100,00%	—	Sociedade gestora de participações sociais

Subsidiárias classificadas como detidas para distribuição aos acionistas a 31.12.2021:

Greenvolt- Energias Renováveis, S.A. (f)	Portugal	58,72%	100,00%	Produção de energia elétrica e gestão de participações sociais
Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A. (f)	Portugal	58,72%	100,00%	Produção e comercialização de energia elétrica e térmica através de cogeração
Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. (f)	Portugal	58,72%	100,00%	Produção de energia elétrica através de fontes de resíduos e biomassa
Energia Unida, S.A. (b)/(f)	Portugal	58,72%	100,00%	Promoção, desenvolvimento e gestão de instalações de autoconsumo
Golditábua, S.A. (f)	Portugal	58,72%	100,00%	Produção de energia elétrica
Sociedade de Energia Solar do Alto Tejo (SESAT), Lda. (f)	Portugal	46,97%	80,00%	Energias renováveis
Ribatejo Green, Lda (c)/(f)	Portugal	—	70,00%	Produção de energia elétrica
Amieira Green, Lda (c)/(f)	Portugal	—	70,00%	Produção de energia elétrica
Paraimo Green, Lda (f)	Portugal	41,10%	70,00%	Produção de energia elétrica
Piara Solar, Lda (c)/(f)	Portugal	—	70,00%	Produção de energia elétrica
Maior Green, Lda (c)/(f)	Portugal	—	70,00%	Produção de energia elétrica
Greenvolt Energias Renováveis Holdco Limited (d)/(f)	Reino Unido	58,72%	—	Sociedade gestora de participações sociais
Lakeside Topco Limited (d)/(f)	Reino Unido	29,95%	—	Sociedade gestora de participações sociais
Lakeside Bidco Limited (d)/(f)	Reino Unido	29,95%	—	Sociedade gestora de participações sociais
Tilbury Green Power Holdings Limited (e)/(f)	Reino Unido	29,95%	—	Sociedade gestora de participações sociais
Tilbury Green Power Limited (e)/(f)	Reino Unido	29,95%	—	Produção de energia elétrica através de biomassa proveniente de resíduos lenhosos urbanos
Track Profit Energy, Lda (e)/(f)	Portugal	41,10%	—	Instalação de unidades de produção descentralizada de energia solar (B2B)
Track Profit Energy II Invest, Unipessoal, Lda (e)/(f)	Portugal	41,10%	—	Desenvolvimento e financiamento de projetos de melhoria da eficiência energética através de energia solar
Tresa Energía, S.L. (e)/(f)	Espanha	24,77%	—	Instalação de unidades de produção descentralizada de energia solar (B2C)
V-Ridium Power Group Sp. Z.o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Sociedade gestora de participações sociais
V-Ridium Power Services Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Desenvolvimento de projetos
V-Ridium Wind (EPV 1) sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Desenvolvimento de projetos de energia eólica
VRW 1 Sp. z o. o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 2 Sp. z o. o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 3 Sp. z o. o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 4 Sp. z o. o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 5 Sp. z o. o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 8 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 9 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 10 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 11 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 12 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 13 Sp. z o.o. (d)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 14 Sp. z o.o. (d)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 15 Sp. z o.o. (d)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
FW Lubieszewo (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 16 Sp. z o.o. (d)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 17 Sp. z o.o. (d)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
VRW 18 Sp. z o.o. (d)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia eólica
V-Ridium Solar sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Desenvolvimento de projetos de energia solar
VRS 1 Sp. zo.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 3 Sp. zo.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar

VRS 6 Sp. zo.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 7 Sp. zo.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 8 Sp. zo.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 9 Sp. zo.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 10 Sp. zo.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 11 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 12 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 13 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 14 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 15 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 16 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 18 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 19 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 22 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 23 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 24 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
VRS 25 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
J&Z PV Farms Mikulowa Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
Merak Energia Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
PVE 3 Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Projeto de energia solar
Rensol Energy (e)/(f)	Grécia	58,72%	—	Projeto de energia solar
Rensol Energy Pv1 Mike (e)/(f)	Grécia	58,72%	—	Projeto de energia solar
Rensol Energy Pv2 Mike (e)/(f)	Grécia	58,72%	—	Projeto de energia solar
Rensol Energy Pv3 Mike (e)/(f)	Grécia	58,72%	—	Projeto de energia solar
Rensol Energy Pv4 Mike (e)/(f)	Grécia	58,72%	—	Projeto de energia solar
Rensol Energy Pv5 Mike (e)/(f)	Grécia	58,72%	—	Projeto de energia solar
Rensol Energy Pv6 Mike (e)/(f)	Grécia	58,72%	—	Projeto de energia solar
Rensol Energy Pv7 Mike (e)/(f)	Grécia	58,72%	—	Projeto de energia solar
Green Venture Rotello S.r.l. (e)/(f)	Itália	58,72%	—	Projeto de energia solar
V-Ridium Solar Lazio 1 S.r.l. (d)/(f)	Itália	58,72%	—	Projeto de energia solar
V-Ridium Solar Marche 1 S.r.l. (d)/(f)	Itália	58,72%	—	Projeto de energia solar
V-Ridium Solar Abruzzo 1 S.r.l. (d)/(f)	Itália	58,72%	—	Projeto de energia solar
Green Venturo Montenero S.r.l. (e)/(f)	Itália	58,72%	—	Projeto de energia solar
Green Venturo Montorio S.r.l. (e)/(f)	Itália	58,72%	—	Projeto de energia solar
V-Ridium Bulgaria LTD (e)/(f)	Bulgária	58,72%	—	Holding, desenvolvimento de projetos
V Ridium Greece IKE (e)/(f)	Grécia	58,72%	—	Holding, desenvolvimento de projetos
V Ridium Renouvelables SAS (e)/(f)	França	58,72%	—	Holding, desenvolvimento de projetos
V-ridium Italy S.r.l. (e)/(f)	Itália	58,72%	—	Holding, desenvolvimento de projetos
Krajowy System Magazynów Energii sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	29,95%	—	Desenvolvimento de projetos
V-Ridium Renewables S.R.L (Romania) (e)/(f)	Roménia	58,72%	—	Holding, desenvolvimento de projetos
OSD V-Ridium Sp. z o.o. (e)/(f)	Polónia	58,72%	—	Distribuição de eletricidade
V-Ridium Inc (e)/(f)	EUA	58,72%	—	Holding, desenvolvimento de projetos
V-Ridium Oak Creek Renewables, LLC (e)/(f)	EUA	58,66%	—	Holding, desenvolvimento de projetos
V-Ridium Oak Creek Holdings, LLC (e)	EUA	58,66%	—	Holding, desenvolvimento de projetos

(a) Anteriormente designada por Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.

(b) Anteriormente designada por Bioródão, S.A.

(c) Sociedade liquidada em 2021

(d) Sociedade constituída em 2021

(e) Sociedade adquirida em 2021

(f) Sociedades classificadas como detidas para distribuição aos acionistas a 31.12.2021

Estas empresas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Altri pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2 a).

Em julho de 2021, concretizou-se a entrada em bolsa da subsidiária GreenVolt, em resultado do *Initial Public Offering* (IPO). Em consequência das referidas operações, o Grupo Altri passou a deter 58,72% da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias (Notas 5 e 7).

4.2 INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Os empreendimentos conjuntos e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido, atividade desenvolvida e valor na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são os seguintes:

Denominação social	Sede Social	Demonstração da posição financeira		Percentagem efetiva de participação		Atividade principal
		2021	2020	2021	2020	
Pulpchem Logistics, A.C.E.	Lavos	—	—	50,00 %	50,00 %	Compras de materiais, matérias subsidiárias e serviços utilizados nos processos de produção de pasta e papel
Afocelca - Agrupamento complementar de empresas para protecção contra incêndios, ACE	Herdade da Caniceira	—	—	35,20 %	35,20 %	Prestação de serviços de prevenção e combate de incêndios florestais
Investimentos em empreendimentos conjuntos		—	—			
Operfoz - Operadores do Porto da Figueira da Foz, Lda.	Figueira da Foz	758 652	755 583	33,33 %	33,33 %	Operação em portos
Investimentos em associadas		758 652	755 583			
Total		<u>758 652</u>	<u>755 583</u>			

Nos investimentos em empreendimentos conjuntos apresentados, as deliberações em Assembleia Geral são tomadas por unanimidade, e no Conselho de Administração o número de membros é paritário ou as deliberações são tomadas por unanimidade, tendo as partes o controlo conjunto. Os empreendimentos conjuntos e as associadas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2 b).

Os movimentos ocorridos no saldo desta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Demonstração da posição financeira				Demonstração da posição financeira	
	31.12.2021				31.12.2020	
	Operfoz	Perfecta Consumer Finance (a)	Grupo V-Ridium (b)	Total	Operfoz	Total
Saldo inicial	755 583	—	—	755 583	725 472	725 472
Aquisições de subsidiárias (Nota 6)	—	602 589	2 169 953	2 772 542	—	—
Aumentos	—	571 650	3 207	574 857	—	—
Variações cambiais	—	—	(35 649)	(35 649)	—	—
Equivalência patrimonial:						
Efeitos em ganhos e perdas relativos aos empreendimentos conjuntos e associadas	3 069	16 498	(292 702)	(273 135)	30 111	30 111
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	—	(1 190 737)	(1 844 809)	(3 035 546)	—	—
Saldo final	758 652	—	—	758 652	755 583	755 583

(a) Investimento na Perfecta Consumer Finance, S.L., trata-se de um empreendimento conjunto adquirido na data de aquisição da Tresa Energia, S.L. (Perfecta Energia), e é detido por esta entidade a 65%.

(b) Investimentos nas entidades, Augusta Energy Sp. z o.o. Grupo, VRW 6 Żółkiewka Sp. z o.o., VRW 7 Kluczbork Sp. z o.o., CGE 25 Sp. z o.o. e CGE 36 Sp. z o.o., tratam-se de empreendimentos conjuntos adquiridos via aquisição do grupo V-Ridium, em 14 de julho de 2021, e são detidos indiretamente a 50% pela subsidiária V-Ridium Power Group. E ainda investimento na entidade Tarnawa Solar Park Sp. z o.o., trata-se de um empreendimento conjunto adquirido após 14 de julho de 2021 (data de aquisição do grupo V-Ridium), e é detido indiretamente a 51% pela subsidiária V-Ridium Power Group.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor contabilístico líquido do investimento do Grupo na Operfoz, reconcilia-se como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
	Operfoz	Operfoz
Capitais próprios	2 275 957	2 266 752
Percentagem de interesse	33,33%	33,33%
Quota-parte do grupo nos capitais próprios	758 652	755 583
Goodwill incluído no valor contabilístico líquido da participação financeira	—	—
	758 652	755 583

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos e das empresas associadas, excluindo os investimentos que foram transferidos para atividades descontinuadas, pode ser analisada como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Empresa associada	Empreendimento s conjuntos	Empresa associada	Empreendimento s conjuntos
Ativos não corrente	4 072 877	1 984	3 740 920	1 004
Ativo corrente	2 014 297	6 487 447	2 412 922	4 029 152
Passivos não correntes	2 197 833	—	2 183 133	—
Passivos correntes	1 613 384	6 489 431	1 703 956	4 030 156
Capital Próprio	2 275 957	—	2 266 752	—
Volume de negócios	5 369 121	37 000 334	5 486 642	29 143 165
Resultado líquido do exercício	9 205	—	90 334	—

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas não diferem significativamente das políticas do Grupo Altri, facto pelo qual não houve necessidade de qualquer harmonização de políticas contabilísticas.

5. REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi reexpressa, de acordo com a IFRS 5, em resultado da classificação da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas (Nota 7). Desta forma, os impactos na demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo em 2020 estão relacionados com a reclassificação das suas transações para a rubrica “Resultado depois de impostos das operações descontinuadas”.

Em 31 de dezembro de 2020, os impactos da reexpressão da demonstração consolidada dos resultados é como segue:

	31.12.2020 (Antes da Reexpressão)	Operações descontinuadas	31.12.2020 (Após Reexpressão)
Vendas	604 505 125	48 794 321	555 710 804
Prestações de serviços	4 075 916	(7 836 103)	11 912 019
Outros rendimentos	7 067 647	(353 502)	7 421 149
Custo das vendas	(287 335 449)	(386 792)	(286 948 657)
Fornecimento de serviços externos	(158 870 290)	(7 590 504)	(151 279 786)
Custos com o pessoal	(39 011 970)	—	(39 011 970)
Amortizações e depreciações	(76 905 946)	(14 691 595)	(62 214 351)
Variação de justo valor dos ativos biológicos	1 246 135	—	1 246 135
Provisões e perdas por imparidade	1 754 786	41	1 754 745
Outros gastos	(3 054 619)	(134 474)	(2 920 145)
Resultados relativos a investimentos	30 111	—	30 111
Gastos financeiros	(27 744 804)	(1 296 584)	(26 448 220)
Rendimentos financeiros	4 173 872	(239 989)	4 413 861
Resultados antes de impostos e CESE	29 930 514	16 264 819	13 665 695
Impostos sobre o rendimento	7 036 029	(4 120 313)	11 156 342
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(1 998 064)	(1 876 324)	(121 740)
Resultados depois de impostos e CESE	34 968 479	10 268 182	24 700 297
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	—	(10 268 182)	10 268 182
Resultado líquido consolidado do exercício	34 968 479	—	34 968 479

6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, foram adquiridas e constituídas as seguintes empresas:

Empresa	Sede	Empresa detentora	Percentagem de capital detido à data de aquisição	
			Direta	Efetiva
Greenvolt Energias Renováveis Holdco Limited (a)	Reino Unido	Greenvolt- Energias Renováveis, S.A.	100,00%	58,72%
Lakeside Topco Limited (a)	Reino Unido	Greenvolt Energias Renováveis Holdco Limited	51,00%	29,95%
Lakeside Bidco Limited (a)	Reino Unido	Lakeside Topco Limited	100,00%	29,95%
Tilbury Green Power Holdings Limited (b)	Reino Unido	Lakeside Bidco Limited	100,00%	29,95%
Tilbury Green Power Limited (b)	Reino Unido	Tilbury Green Power Holdings Limited	100,00%	29,95%
Grupo V-Ridium Power (b)	Polónia	Greenvolt- Energias Renováveis, S.A.	100,00%	58,72%
Track Profit Energy, Lda (b)	Portugal	Greenvolt- Energias Renováveis, S.A.	70,00%	41,10%
Track Profit Energy II Invest, Unipessoal, Lda (b)	Portugal	Track Profit Energy, Lda	100,00%	41,10%
Tresa Energia, S. L. (b)	Espanha	Greenvolt- Energias Renováveis, S.A.	42,19%	24,77%

(a) Sociedade constituída em 2021

(b) Sociedade adquirida em 2021

a. Tilbury Green Power Holdings Limited (“Tilbury”)

A aquisição de 100% da Tilbury Green Power Holdings Limited, que detém a central de Tilbury, através da subsidiária Tilbury Green Power Limited (“TGP”), foi efetuada pela subsidiária Lakeside Bidco Limited. A aquisição concretizou-se no dia 30 de junho de 2021, pelo que, a 31 de dezembro de 2021, foi considerada a demonstração da posição financeira consolidada das empresas do Reino Unido, com referência àquela data e incorporados seis meses das transações e fluxos de caixa.

Com referência à data de aquisição, o Grupo procedeu à determinação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, tendo por base uma avaliação efetuada por duas entidades externas independentes. O justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição apresenta-se da seguinte forma:

Valores em Euros	À data de aquisição		
	Valores contabilísticos	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos (justo valor)
Ativos fixos tangíveis	161 852 711	42 803 756	204 656 467
Ativos sob direito de uso	57 291 299	—	57 291 299
Ativos intangíveis	—	45 312 045	45 312 045
Ativos por impostos diferidos	10 438 568	—	10 438 568
Clientes	2 617 293	—	2 617 293
Ativos associados a contratos com clientes	10 028 451	—	10 028 451
Outros ativos	1 974 305	—	1 974 305
Caixa e equivalentes de caixa	12 087 159	—	12 087 159
Empréstimos bancários	(109 605 501)	—	(109 605 501)
Instrumentos financeiros derivados	(8 145 161)	—	(8 145 161)
Empréstimos de acionistas	(172 588 200)	—	(172 588 200)
Passivo da locação	(57 291 299)	—	(57 291 299)
Provisões	(4 081 872)	—	(4 081 872)
Passivos por impostos diferidos	(3 261 000)	(21 546 215)	(24 807 215)
Fornecedores	(7 239 826)	—	(7 239 826)
Outros passivos	(5 462 285)	—	(5 462 285)
Total de ativos líquidos adquiridos	(111 385 358)	66 569 586	(44 815 772)

Interesses que não controlam

—

Custo de aquisição:

Pagamento das Ações

(6 531 021)

Goodwill**51 346 793**

Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição (Nota 20)

Pagamento das Ações

(6 531 021)

Pagamento dos Empréstimos de acionistas

(172 588 200)

Total de pagamentos efetuados

(179 119 221)

Caixa e equivalentes de caixa adquiridos

12 087 159

(167 032 062)

Valores contabilísticos em Euros	Desde a data de aquisição	12 meses ⁽¹⁾
Vendas e Prestações de serviços	45 324 108	67 544 759
Resultado líquido do período	5 843 485	38 398 281

(1) Valores não auditados, os quais têm por base as contas estatutárias individuais da TGP e TGPH, desconsiderando quaisquer ajustamentos de consolidação e de conversão para IFRS.

Esta central de biomassa, com cerca de 41,6 MW disponíveis para produção renovável, é uma das maiores centrais do Reino Unido de produção energética através de biomassa proveniente de resíduos lenhosos urbanos. A central opera com a generalidade das suas receitas abrangidas pelo sistema de *Renewables Obligation Certificates* (ROC). A componente ROC das receitas evolui de acordo com o *Retail Price Index* (RPI), tendo sido celebrado um contrato derivado que fixa este crescimento anual em 3,4532% até 2037 (Nota 31). Relativamente às principais rubricas de custos – biomassa e operação e manutenção – estão em vigor contratos de longo prazo, com fixação de condições comerciais.

A estratégia de expansão internacional da subsidiária GreenVolt no negócio da biomassa baseia-se na exportação das suas competências técnicas, nomeadamente a excelência operacional. Esta aquisição enquadra-se nos pilares estratégicos da subsidiária GreenVolt, nomeadamente a expansão internacional, a diversificação dos estilos de investimento e o reforço da base de ativos e competências.

Assim, foi acordada uma parceria com um investidor do Reino Unido (Equitix Investment Management Ltd, “Equitix”), reservando à subsidiária GreenVolt uma posição acionista de 51%.

Em consonância com os termos do acordo entre a subsidiária GreenVolt e a Equitix, o Conselho de Administração da Altri considera que controla a Tilbury de acordo com os princípios da IFRS 10. As matérias relevantes, conforme definidas pelo Conselho de Administração da Altri, são aprovadas e/ou controladas pela Altri, através da subsidiária GreenVolt, e as decisões em que a aprovação da Equitix é necessária são consideradas como direitos protetivos da Equitix. Desta forma, estas subsidiárias são incluídas na Altri pelo método de consolidação integral por se considerar que o Grupo controla as suas atividades relevantes.

A 30 de junho de 2021, a Altri reconheceu os interesses que não controlam considerando o aumento de capital realizado pela Equitix na Lakeside Topco, subsidiária que detém 100% da Lakeside BidCo, no montante de 35,0 milhões de Libras Esterlinas (cerca de 40,8 milhões de Euros), isto é tomando por base o justo valor de tais interesses com referência àquela data.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos dizem respeito na sua totalidade aos ativos afetos à central de biomassa no Reino Unido, cuja construção ficou concluída em janeiro de 2019. Desta forma, foi também registada uma provisão para desmantelamento e descomissionamento da central, para fazer face às responsabilidades existentes no final de vida útil dos ativos, relativas ao desmantelamento físico da central, recuperação do terreno e outros custos associados. Adicionalmente, o saldo de fornecedores adquirido está essencialmente relacionado com montantes a pagar aos fornecedores responsáveis pela construção da central.

Em relação aos ativos sob direito de uso adquiridos, estes dizem respeito ao contrato de locação do terreno, junto do Porto de Tilbury, que corresponde ao terreno onde se situa a central.

Finalmente, e no âmbito da aquisição, foi adquirido um ativo intangível, que diz respeito a um acordo suplementar face ao *Power Purchase Agreement* (assinado em 23 de março de 2015), com a ESB Independent Generation Trading Limited (ESB IGT), onde são ajustados parte dos termos do acordo, que irão beneficiar a empresa. Neste sentido, a TGP efetuou um pagamento de cerca de 17,2 milhões de Libras Esterlinas (20,0 milhões de Euros), que se irá refletir num aumento da receita futura, em resultado do aumento do preço líquido de venda de energia.

No decorrer do exercício de 2021, o Grupo procedeu ao processo de alocação do preço de aquisição, sendo que com referência a 31 de dezembro de 2021 e no seguimento do referido exercício de

valorização, existem aspetos técnicos que se encontram em análise, pelo que o apuramento do goodwill é provisional podendo ser alterado em função da conclusão da referida análise de valorização. Com referência a 31 de dezembro de 2021, foi alocado a Goodwill a diferença entre o preço pago e o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.

O justo valor foi apurado com base na metodologia *Income Approach - excess earnings*, considerada a mais apropriada para avaliação deste tipo de empresas. Abaixo detalham-se as principais conclusões:

- Foi apurado um justo valor para os Ativos fixos tangíveis (Edifício e equipamento utilizado na produção de energia) no valor de 204.656 milhares de Euros, tendo sido realizada uma avaliação por um perito avaliador externo, através da metodologia *Depreciated replacement cost*. Esta avaliação originou um ajustamento de justo valor no montante de 42.804 milhares de Euros e um passivo por imposto diferido associado no montante de 10.482 milhares de Euros. De referir que o Grupo procedeu à reversão das perdas por imparidade que haviam sido reconhecidas em Tilbury, nos exercícios prévios à aquisição por parte da subsidiária GreenVolt, por entender que os motivos que haviam levado ao reconhecimento daquelas imparidades já não se aplicavam, sendo esta reversão suportada pela avaliação efetuada por peritos independentes, bem como pelo plano de negócios e performance atual da central.
- Os ativos intangíveis identificados, num montante total de 45.312 milhares de Euros consistiram nos contratos existentes de venda de energia - *Power Purchase Agreements* e *Renewables Obligation Certificates* - os quais foram avaliados através da metodologia *Excess earnings*, gerando um ajustamento de justo valor do mesmo montante, líquido de um passivo por imposto diferido associado de 11.065 milhares de Euros. De notar que, tendo por base o enquadramento fiscal em vigor, não foi considerado pelo avaliador o *Tax Amortisation Benefit*.

À data de aquisição, foram ainda considerados os ativos por impostos diferidos relativos a créditos fiscais anteriores da subsidiária (num total de 10.439 milhares de Euros), bem como os passivos por impostos diferidos associados às diferenças temporárias existentes entre a depreciação fiscal e contabilística dos ativos (num total de 3.261 milhares de Euros).

Foi assim apurado um valor de Goodwill (inerente a 100% de Tilbury, no valor de 51,3 milhões de Euros, que se justifica pela perspetiva da operação da Central de Tilbury para além de 2037 até ao final da locação do terreno para instalação da Central em 2054) cuja realização está suportada no plano de negócio existente para a referida Central.

b. V-Ridium Power Group Sp. Z.o.o. ("V-Ridium")

A aquisição de 100% da V-Ridium Power Group Sp. Z.o.o. e suas subsidiárias (Nota 4) foi efetuada pela subsidiária Greenvolt Energias Renováveis S.A. no dia 14 de julho de 2021. A operação foi realizada através de um aumento de capital em espécie na referida subsidiária, constituído pela totalidade das ações da V-Ridium Power Group Sp. z.o.o., e ascendeu a 56 milhões de Euros, aos quais acresce um valor contingente de cerca de 14 milhões de Euros, que se espera ser pago na totalidade no ano findo em 31 de dezembro de 2024, em função de indicadores diversos relacionados com a evolução futura da subsidiária e manutenção dos *key managers*. Atendendo ao acordo e natureza deste montante a pagar, foi considerado pelo Conselho de Administração do Grupo, como parte do preço pago pelas ações, o valor atualizado para a data de aquisição.

A Altri passou assim a deter a totalidade do capital social e direitos de voto da V-Ridium Power Group, passando por sua vez a V-Ridium Europe (anterior acionista da V-Ridium Power Group) a ser titular de uma participação qualificada no capital social da subsidiária GreenVolt (Nota 22).

O justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição ascende a 9.639 milhares de Euros e apresenta-se da seguinte forma:

Valores em Euros	À data de aquisição		
	Valores contabilísticos	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos (justo valor)
Ativos fixos tangíveis	1 027 663	5 080 717	6 108 380
Ativos sob direito de uso	580 894	—	580 894
Ativos intangíveis	85 387	—	85 387
Ativos por impostos diferidos	420 005	—	420 005
Clientes	424 010	—	424 010
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1 217 186	952 767	2 169 953
Outras dívidas de terceiros	1 981 149	—	1 981 149
Estado e outros entes públicos	222 545	—	222 545
Outros ativos	324 018	—	324 018
Caixa e equivalentes de caixa	1 020 787	—	1 020 787
Passivo da locação	(580 894)	—	(580 894)
Fornecedores e outras dívidas a terceiros	(1 606 544)	—	(1 606 544)
Passivos por impostos diferidos	(1 893)	(965 336)	(967 229)
Outros passivos	(543 435)	—	(543 435)
Total de ativos líquidos adquiridos	4 570 878	5 068 148	9 639 026
Interesses que não controlam			—
Custo de aquisição:			
Aumento de capital em espécie (Nota 22)			(56 000 000)
Passivo por pagamento contingente			(13 443 992)
			(69 443 992)
Goodwill			59 804 966
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição (Nota 20)			
Pagamentos efetuados			—
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos			1 020 787
			1 020 787

Valores contabilísticos em Euros	Desde a data de aquisição	12 meses ⁽¹⁾
Vendas, Prestações de serviços e Outros rendimentos	1 839 269	7 950 533
Resultado líquido	(2 412 057)	423 152

(1) Valores não auditados

A aquisição da V-Ridium enquadra-se na estratégia da subsidiária GreenVolt em posicionar-se a montante da cadeia de valor do negócio das energias eólicas e fotovoltaicas, concretamente no negócio do desenvolvimento de projetos, onde a rentabilidade é mais elevada e onde as necessidades de capital são menores.

Relativamente ao empreendimento conjunto Augusta Energy Sp. z o.o. e considerando que o Grupo detém dez subsidiárias (incluindo a empresa-mãe), foi aplicado o método de equivalência patrimonial sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Como referido, a V-Ridium dedica-se maioritariamente às atividades de desenvolvimento de parques eólicos e solares, até à fase de *Ready to Build*, em que será efetuada a sua venda. Em alguns casos, a empresa poderá também levar a cabo a construção dos parques, até que estes atinjam a *Commercial Operation Date* (COD) (venda de energia à rede). A V-Ridium, através da sua subsidiária V-Ridium Power Services, presta também serviços de *Asset Management*, Contabilidade e Administrativos a entidades terceiras.

À data de aquisição, os ativos fixos tangíveis adquiridos dizem maioritariamente respeito aos ativos em curso associados aos projetos que a V-Ridium se encontra a desenvolver. Em relação aos ativos sob direito de uso adquiridos, estes dizem essencialmente respeito a pagamentos para garantir os terrenos associados aos mesmos projetos.

O justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos foi apurado através de uma avaliação realizada internamente, tendo sido aplicada a metodologia dos *Discounted cash flows*.

Foram assim estimados os fluxos de caixa associados aos ativos (tendo sido analisado o portfólio de projetos existentes à data de aquisição), através dos preços de venda dos projetos à data de *Ready to build* (valores por MW) e dos custos operacionais (gastos de desenvolvimento) esperados até esta data. A avaliação obtida foi ponderada pela taxa de sucesso esperada para cada projeto, atribuída em função do estado de desenvolvimento dos mesmos (*"milestones"*, como sejam a obtenção de licenças ambientais, ligação à rede, contratos de arrendamento assegurados entre outros). Os fluxos de caixa após impostos foram posteriormente descontados a uma taxa de 7% (custo médio ponderado de capital), que tem em conta o risco de país e o risco de negócio associado.

Foi efetuado igual exercício para efeitos da valorização da participação nas *joint ventures* detidas pela V-Ridium tendo em consideração o método da soma das partes.

A determinação do justo valor dos ativos implicou o reconhecimento de passivos por impostos diferidos no montante de 965 milhares de Euros.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo registou o processo de alocação do preço de aquisição da V-Ridium de forma definitiva, tendo sido alocado a Goodwill a diferença entre o preço pago e o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.

Foi assim apurado goodwill, no montante de 59,8 milhões de Euros, tendo por base a capacidade esperada de geração de projetos e da sua venda pela equipa de gestão que se encontra constituída.

Após a aquisição da V-Ridium pelo Grupo Altri, através da subsidiária GreenVolt, no dia 14 de julho de 2021, foi adquirido um conjunto de subsidiárias diretamente pelo Grupo V-Ridium (Nota 4). Para as presentes aquisições foi realizado o teste à concentração, tal como previsto na IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais, tendo-se concluído que sete das subsidiárias adquiridas, devido à natureza das transações, ao tipo de ativos adquiridos e à fase inicial de conclusão dos projetos, correspondem a aquisições de ativos, tendo sido reconhecidos "Ativos intangíveis em curso" nas demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, associados a estes projetos, foram reconhecidos, aproximadamente, 12,1 milhões de Euros na rubrica "Outras dívidas a terceiros", relacionados com *success fees* a pagar a fornecedores de investimento. A totalidade do valor foi classificado como passivo corrente, na medida em que a exigibilidade deste passivo está sujeita ao cumprimento de um conjunto de *milestones* por parte de entidades terceiras, muito embora estejam intimamente relacionados com os ativos adquiridos e as suas características. Apesar de se estimar que estes *milestones* venham a ser alcançados de forma faseada até ao exercício de 2023, os mesmos não estão sujeitos a um direito incondicional por parte do Grupo em diferir o seu pagamento por um período superior a 12 meses, razão pela qual foram registados em passivos correntes.

No caso das restantes subsidiárias adquiridas, concluiu-se que estamos perante concentrações de atividades empresariais, tendo sido reconhecido Goodwill de valor residual a 31 de dezembro de 2021, em resultado das referidas aquisições, no montante total de 339.600 Euros.

c. Track Profit Energy e Track Profit II Invest ("Profit")

A aquisição de 70% das empresas Track Profit Energy e Track Profit II Invest foi efetuada pela subsidiária GreenVolt no dia 24 de agosto de 2021. O valor de aquisição, àquela data ascendeu a cerca de 2,3 milhões de Euros, acrescidos de um valor contingente de cerca de 2,3 milhões de Euros, os quais se esperam ser pagos na totalidade até ao final do ano findo em 31 de dezembro de 2026, em função da performance da subsidiária.

O justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição apresentam-se da seguinte forma:

Valores em Euros	À data de aquisição		
	Valores contabilísticos	Ajustamentos de justo valor	Ativos líquidos (justo valor)
Ativos fixos tangíveis	476 446	—	476 446
Ativos sob direito de uso	423 268	—	423 268
Ativos intangíveis	—	625 195	625 195
Ativos por impostos diferidos	73 962	—	73 962
Clientes	1 743 812	—	1 743 812
Outros investimentos	134 518	—	134 518
Outros ativos	1 680 577	—	1 680 577
Caixa e equivalentes de caixa	529 266	—	529 266
Empréstimos bancários	(278 281)	—	(278 281)
Imposto sobre o rendimento	(89 000)	—	(89 000)
Passivo da locação	(447 255)	—	(447 255)
Fornecedores	(807 829)	—	(807 829)
Passivos por impostos diferidos	—	(140 669)	(140 669)
Outros passivos	(1 965 006)	—	(1 965 006)
Total de ativos líquidos adquiridos	1 474 478	484 526	1 959 004
Interesses que não controlam			587 701
Custo de aquisição:			
Pagamento das Ações			(2 349 250)
Passivo por pagamento contingente			(2 294 796)
			(4 644 046)
Goodwill			3 272 744
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição (Nota 20)			
Pagamentos efetuados			(2 349 250)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos			529 266
			(1 819 984)

Valores contabilísticos em Euros	Desde a data de aquisição	12 meses ⁽¹⁾
Vendas e Prestações de serviços	5 369 883	10 263 547
Resultado líquido do período	294 116	660 558

(1) Valores não auditados

A aquisição da Profit decorre da estratégia de crescimento da subsidiária GreenVolt no negócio de geração elétrica distribuída, que tem vindo a registar nos últimos anos um forte crescimento e no qual a subsidiária GreenVolt pretende ter uma presença significativa no mercado ibérico.

À data de aquisição, a subsidiária GreenVolt reconheceu os interesses que não controlam, no montante de 587.701 Euros, que corresponde à quota parte dos interesses que não controlam do justo valor dos ativos líquidos à data de aquisição. Após a aquisição, foi realizado um aumento de capital pelos minoritários, no montante de 330.000 Euros, que a subsidiária GreenVolt acompanhou

na sua quota-parte (70%), tendo o montante total correspondido a 1.100.000 Euros, aumentando o valor dos minoritários para o montante de 917.701 Euros.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo registou o processo de alocação do preço de aquisição de forma definitiva, tendo sido alocado a Goodwill a diferença entre o preço pago e o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.

Com referência à data de aquisição, o Grupo procedeu à determinação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, tendo determinado um justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos no montante total de 1.959 milhares de Euros. Através de uma avaliação realizada internamente, foi valorizada a carteira de encomendas e projetos existente à data de aquisição através da aplicação da margem esperada ao *backlog* de contratos à data de aquisição, deduzida de uma margem habitual por execução de obra (numa lógica de subcontratação).

A determinação do justo valor dos ativos implicou o reconhecimento de passivos por impostos diferidos no montante de 140.669 Euros.

Foi assim apurado goodwill, no montante de 3,3 milhões de Euros, tendo por base a capacidade esperada de aumento de *backlog* de projetos e sua instalação pela equipa de gestão que se encontra constituída.

d. Tresa Energía ("Perfecta")

A aquisição de 42.19% da empresa Tresa Energía, que detém por sua vez uma participação de 65% na Perfecta Consumer Finance foi efetuada pela subsidiária GreenVolt no dia 25 de outubro de 2021. O valor de aquisição, àquela data ascendeu a cerca de 13,7 milhões de Euros.

Os efeitos desta aquisição nas demonstrações financeiras consolidadas são detalhados como segue:

	À data de aquisição
Valores em Euros	Valores contabilísticos
Ativos fixos tangíveis	5 158
Ativos intangíveis	85 640
Impostos diferidos ativos	175 241
Clientes	1 377 944
Investimentos em empreendimentos conjuntos	602 589
Outros ativos	2 115 972
Caixa e equivalentes de caixa	8 983 871
Empréstimos bancários	(250 540)
Fornecedores	(1 704 703)
Outros passivos	(389 327)
Total de ativos líquidos adquiridos	11 001 845
Interesses que não controlam	6 360 167
Custo de aquisição:	
Pagamento das Ações	(13 673 348)
	(13 673 348)
Goodwill	9 031 669
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição (Nota 20)	
Pagamentos efetuados	(13 673 348)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	8 983 871
	(4 689 477)

Valores contabilísticos em Euros	Desde a data de aquisição	12 meses ⁽¹⁾
Vendas e Prestações de serviços	2 945 087	9 185 799
Resultado líquido do exercício	(330 478)	(2 123 681)

(1) Valores não auditados

A operação de aquisição da Perfecta Energia foi assim concluída no último trimestre de 2021, detendo a subsidiária GreenVolt uma opção de compra substantiva do capital remanescente, que poderá ser exercida em determinadas condições, razão pela qual a subsidiária é consolidada pelo método integral.

À data de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, e dado que a aquisição foi concluída no final de outubro de 2021, o exercício de alocação de justo valor encontra-se em curso nos termos da IFRS 3, tendo sido alocado a Goodwill a diferença que resulta da aquisição (preço pago vs. valor dos ativos adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos), no montante de 9.031.669 Euros. A alocação do preço de compra irá ser realizada até conclusão do período de doze meses a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pela IFRS 3.

A aquisição da Perfecta decorre da estratégia de crescimento da subsidiária GreenVolt no negócio de geração elétrica distribuída, que tem vindo a registar nos últimos anos um forte crescimento e no qual a subsidiária GreenVolt pretende ter uma presença significativa no mercado ibérico.

A aquisição compreendeu a compra de uma participação inicial de 14,31% ao anterior acionista Creas Impacto Fese, S.A., tendo sido posteriormente efetuada a subscrição de novas ações através de um aumento de capital no valor de 8.673.348 Euros. À data de aquisição, a subsidiária GreenVolt reconheceu o justo valor dos interesses que não controlam, no montante de 6.360.167 Euros, que corresponde à quota parte do justo valor dos ativos líquidos à data de aquisição.

A Perfecta Energía detém uma participação de 65% na entidade Perfecta Consumer Finance, a qual é reconhecida de acordo com o método de equivalência patrimonial, visto que em consonância com os termos do acordo entre a Perfecta e o acionista minoritário da Perfecta Consumer Finance, o Conselho de Administração considera que esta empresa é um empreendimento conjunto (Nota 4).

Os impactos decorrentes de cada uma das aquisições referidas anteriormente são como segue:

	Tilbury Green Power	V-Ridium	Profit Energy	Perfecta Energia	Grupo V-Ridium ⁽¹⁾	Total
Goodwill (Nota 11)	51 346 793	59 804 966	3 272 744	9 031 669	339 600	123 795 772
Investimentos em subsidiárias líquido de caixa e equivalentes adquiridos (Nota 20)	(167 032 062)	—	(1 819 984)	(4 689 477)	(577 438)	(174 118 961)
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	—	1 020 787	—	—	—	1 020 787

(1) Aquisições efetuadas pelo Grupo V-Ridium após a aquisição pela subsidiária GreenVolt

Em 31 de dezembro de 2021, as referidas aquisições são apresentadas como atividades descontinuadas (Nota 7).

Adicionalmente, com efeitos a 31 de março de 2021, foram liquidadas as empresas Ribatejo Green, Lda, Amieira Green, Lda, Piara Solar, Lda e Maior Green, Lda, que representavam um contributo residual no Grupo.

7. ATIVIDADES DESCONTINUADAS

Em julho de 2021, concretizou-se a entrada em bolsa da subsidiária GreenVolt, em resultado do *Initial Public Offering* (IPO). Em consequência da referida operação, o Grupo Altri passou a deter 58,72% da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias.

O Grupo Altri realizou um estudo em torno da otimização da participação acionista por si detida no capital social da sua subsidiária GREENVOLT – ENERGIAS RENOVÁVEIS, S.A., estudo esse que, depois de realizada a análise dos impactos e das vantagens de uma separação total dos negócios da pasta e da energia renovável, concluiu pela viabilidade dessa separação, na medida em que a mesma constituirá uma resposta adequada à evolução otimizada das empresas em causa, ajustada à realidade subjacente aos seus negócios e às suas perspetivas de evolução. O Conselho de Administração da Altri proporá, na Assembleia Geral Anual de 2022, em condições que a respetiva proposta apresentará, a distribuição aos acionistas da ALTRI um número máximo de ações correspondente a 52.523.229 ações da GreenVolt, e que corresponde à participação de que a Altri é atualmente detentora de forma direta. É entendimento do Conselho de Administração da Altri de que a distribuição proposta merecerá a aprovação dos acionistas da Sociedade, desde logo porque acredita que os acionistas não só concordarão, como considerarão essencial, pelas razões já apontadas, a separação total dos negócios da pasta e da energia renovável. A entrega das ações aos acionistas terá lugar, expectavelmente, num prazo nunca superior a 30 dias a contar da data da deliberação (ou seja, num prazo sempre inferior a 12 meses após 31 de dezembro de 2021). Nesse sentido, a GreenVolt e suas subsidiárias são apresentadas na presente informação financeira consolidada como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas, com referência a 31 de dezembro de 2021 (Nota 5).

De acordo com a IFRS 5, todas as operações da Greenvolt – Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias foram apresentadas na rubrica “Resultado depois de impostos das operações descontinuadas” da demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tendo sido reexpressa a informação relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, os resultados das operações descontinuadas apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2021
Vendas	93 255 057
Prestações de serviços	3 267 717
Outros rendimentos	214 470
Custo das vendas	(8 365 735)
Fornecimento de serviços externos	(24 938 631)
Custos com o pessoal	(6 442 375)
Amortizações e depreciações	(27 377 188)
Provisões e perdas por imparidade	(150 908)
Outros gastos	(589 357)
Resultados relativos a investimentos	(276 204)
Gastos financeiros	(8 792 297)
Rendimentos financeiros	708 981
Resultados antes de impostos e CESE das operações descontinuadas	20 513 530
Impostos sobre o rendimento	(7 946 225)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE)	(1 015 013)
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	11 552 292

É expectativa do Grupo que as transações entre operações continuadas e operações descontinuadas, nomeadamente, venda de biomassa e prestação de serviços de operação e manutenção, continuem após a distribuição, motivo pelo qual foram eliminados os rendimentos e os gastos na linha das atividades descontinuadas. É entendimento do Grupo que a presente divulgação é aquela que melhor representa a atividade das operações continuadas após a sua distribuição. O montante de rendimentos das transações entre operações continuadas e descontinuadas corresponde a, aproximadamente, 44,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021 e a 46,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2020 (Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2021, os principais ativos e passivos das atividades descontinuadas apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2021
Ativos fixos tangíveis	368 531 840
Goodwill	123 900 405
Ativos intangíveis	130 300 986
Caixa e equivalentes de caixa	258 757 013
Empréstimos bancários	(166 946 092)
Outros empréstimos	(232 592 218)
Outros passivos líquidos	(91 466 756)
Total de Ativos líquidos	390 485 178
Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas	1 039 610 758
Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas	(649 125 580)
Total reconhecido na demonstração da posição financeira	390 485 178
Reserva de cobertura	(8 072 375)
Reservas de conversão cambial	238 529
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral e acumulado em capital próprio relacionado com grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas	(7 833 846)

Em 31 de dezembro de 2021, os fluxos de caixa das atividades descontinuadas apresentam o seguinte detalhe:

	31.12.2021
Fluxos das atividades operacionais	28 203 613
Fluxos das atividades de investimento	(235 360 867)
Fluxos das atividades de financiamento	450 719 568

8. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contábilísticas descritas na Nota 2.3.I), foram classificados como segue:

31 de dezembro de 2021	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Ativos não correntes			
Instrumentos financeiros derivados	—	163 618	163 618
	—	163 618	163 618
Ativos correntes			
Clientes	100 495 090	—	100 495 090
Ativos associados a contratos com clientes	—	—	—
Outras dívidas de terceiros	2 524 332	—	2 524 332
Outros ativos correntes	4 003 683	—	4 003 683
Instrumentos financeiros derivados	—	1 130 725	1 130 725
Caixa e equivalentes de caixa	238 937 382	—	238 937 382
	345 960 487	1 130 725	347 091 212
	345 960 487	1 294 343	347 254 830

31 de dezembro de 2020	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Ativos não correntes			
Instrumentos financeiros derivados	—	—	—
	—	—	—
Ativos correntes			
Clientes	64 149 699	—	64 149 699
Ativos associados a contratos com clientes	7 476 825	—	7 476 825
Outras dívidas de terceiros	3 424 833	—	3 424 833
Outros ativos correntes	28 498	—	28 498
Instrumentos financeiros derivados	—	7 313 870	7 313 870
Caixa e equivalentes de caixa	254 568 719	—	254 568 719
	329 648 574	7 313 870	336 962 444
	329 648 574	7 313 870	336 962 444

31 de dezembro de 2021	Passivos financeiros registrados ao custo amortizado	Passivos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Passivos não correntes			
Empréstimos bancários	—	—	—
Outros empréstimos	458 218 797	—	458 218 797
Incentivos reembolsáveis	2 288 430	—	2 288 430
Passivo da locação	62 858 948	—	62 858 948
Instrumentos financeiros derivados	—	540 350	540 350
	523 366 175	540 350	523 906 525
Passivos correntes			
Empréstimos bancários	27 584 583	—	27 584 583
Outros empréstimos	96 527 385	—	96 527 385
Incentivos reembolsáveis	653 837	—	653 837
Passivo da locação	10 255 602	—	10 255 602
Fornecedores	134 741 292	—	134 741 292
Passivos associados a contratos com clientes	5 347 173	—	5 347 173
Outras dívidas a terceiros	9 364 492	—	9 364 492
Outros passivos correntes	26 554 285	—	26 554 285
Instrumentos financeiros derivados	—	3 099 150	3 099 150
	311 028 649	3 099 150	314 127 799
	834 394 824	3 639 500	838 034 324

31 de dezembro de 2020	Passivos financeiros registrados ao custo amortizado	Passivos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Total
Passivos não correntes			
Empréstimos bancários	27 500 000	—	27 500 000
Outros empréstimos	532 417 574	—	532 417 574
Incentivos reembolsáveis	2 942 267	—	2 942 267
Passivo da locação	65 461 849	—	65 461 849
Instrumentos financeiros derivados	—	1 053 386	1 053 386
	628 321 690	1 053 386	629 375 076
Passivos correntes			
Empréstimos bancários	2 135 970	—	2 135 970
Outros empréstimos	168 869 728	—	168 869 728
Incentivos reembolsáveis	2 847 177	—	2 847 177
Passivo da locação	9 588 771	—	9 588 771
Fornecedores	104 104 493	—	104 104 493
Passivos associados a contratos com clientes	3 641 936	—	3 641 936
Outras dívidas a terceiros	9 622 374	—	9 622 374
Outros passivos correntes	17 448 463	—	17 448 463
Instrumentos financeiros derivados	—	362 661	362 661
	318 258 912	362 661	318 621 573
	946 580 602	1 416 047	947 996 649

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

O quadro seguinte indica os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em três níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao justo valor:						
Derivados (Nota 31)	—	1 294 343	—	—	7 313 870	—
Passivos financeiros mensurados a justo valor:						
Derivados (Nota 31)	—	3 639 500	—	—	1 416 047	—

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem ativos financeiros cujos termos tenham sido renegociados e que caso não tivessem sido renegociados estariam vencidos ou em imparidade.

9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2021							
	Ativo bruto							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos
Saldo inicial	36 528 911	104 206 092	1 418 377 695	4 368 429	11 128 116	14 685 013	18 192 695	652 315
Aquisições de subsidiárias (Nota 6)	80 000	—	204 659 550	87 280	101 946	326 233	5 991 442	—
Aumentos	4 069 280	157 924	5 980 390	427 595	266 463	287 933	35 273 753	—
Alienações e abates	(5 895)	(280 851)	(5 515 449)	(179 887)	(192 509)	(1 039)	—	—
Transferências	199 999	877 159	23 986 489	500	164 760	114 162	(25 343 069)	—
Variações cambiais	—	—	4 359 312	(1 027)	(1 644)	(1 278)	(99 616)	—
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	(817 956)	(277 931)	(489 291 217)	(284 866)	(177 175)	(3 535 352)	(15 124 261)	(169 484)
Saldo final	40 054 339	104 682 393	1 162 556 770	4 418 024	11 289 957	11 875 672	18 890 944	482 831
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total	
Saldo inicial	8 985 491	86 942 022	964 040 798	3 464 862	10 273 497	10 924 697	1 084 631 367	
Aumentos	258 679	1 395 520	72 038 942	308 811	538 944	255 942	74 796 838	
Alienações e abates	—	(279 725)	(5 255 716)	(175 958)	(192 509)	(1 039)	(5 904 947)	
Transferências	—	—	—	—	—	—	—	
Variações cambiais	—	—	79 929	(7)	(17)	(22)	79 883	
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	—	(199 371)	(140 583 545)	(171 429)	(28 711)	(163 346)	(141 146 402)	
Saldo final	9 244 170	87 858 446	890 320 408	3 426 279	10 591 204	11 016 232	1 012 456 739	
	30 810 169	16 823 947	272 236 362	991 745	698 753	859 440	18 890 944	482 831
2020								
	Ativo bruto							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos
Saldo inicial	31 923 592	103 631 894	1 406 539 351	4 523 421	10 135 814	14 023 935	10 631 228	484 980
Aumentos	4 603 168	200 490	7 268 997	153 569	179 798	102 822	20 434 498	—
Alienações e abates	—	—	(6 106 212)	(310 915)	(8 767)	(32 884)	—	—
Transferências	2 151	373 708	10 675 559	2 354	821 271	591 140	(12 873 031)	167 335
Saldo final	36 528 911	104 206 092	1 418 377 695	4 368 429	11 128 116	14 685 013	18 192 695	652 315
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total	
Saldo inicial	8 720 733	85 565 585	908 428 775	3 489 520	9 782 183	10 618 387	1 026 605 183	
Aumentos	264 758	1 376 700	61 718 235	287 643	499 611	339 194	64 486 141	
Alienações e abates	—	—	(6 106 212)	(310 915)	(8 767)	(32 884)	(6 458 778)	
Transferências	—	(263)	—	(1 386)	470	—	(1 179)	
Saldo final	8 985 491	86 942 022	964 040 798	3 464 862	10 273 497	10 924 697	1 084 631 367	
	27 543 420	17 264 070	454 336 897	903 567	854 619	3 760 316	18 192 695	652 315

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as depreciações do exercício ascenderam a 53.733.384 Euros e 52.538.268 Euros, respetivamente, e foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados “Amortizações e depreciações” (Nota 39). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante remanescente entre o que foi registado na demonstração dos resultados e o

montante apresentado na rubrica de “Aumentos”, prende-se com o impacto das atividades descontinuadas no montante de, aproximadamente, 21,1 milhões de Euros (Nota 7) e 11,9 milhões de Euros (Nota 5), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiram encargos financeiros capitalizados.

Em 31 de dezembro de 2021, as aquisições no período foram efetuadas essencialmente pelas três unidades produtivas de pasta do Grupo (Celbi, Caima Indústria e Biotek) e pela subsidiária Altri Florestal, S.A.. Na unidade produtiva Celbi, o aumento está relacionado com o investimento no digestor de serrim, que permitirá aumentar a eficiência do processo produtivo, aumentar a capacidade produtiva e diminuir o consumo específico de matéria-prima. Na unidade produtiva da Caima, ocorreu a conclusão do projeto de requalificação dos equipamentos de lavagem e branqueamento. Transversalmente às três unidades produtivas de pasta do Grupo Altri, mantém-se o contínuo investimento na redução dos impactos ambientais e em projetos de melhoria da eficiência do processo produtivo. Na subsidiária Altri Florestal, ocorreram investimentos em terrenos e propriedades de plantações de eucaliptos.

Em 31 de dezembro de 2020, as aquisições no período foram efetuadas essencialmente pelas três unidades produtivas de pasta do Grupo, nomeadamente, Celbi, Caima Indústria e Biotek. Nas unidades produtivas de pasta do Grupo Altri, manteve-se o investimento na melhoria da eficiência do processo produtivo nomeadamente pela melhoria da lavagem e branqueamento na Caima, na instalação de uma nova linha de acabamento na Celbi, e nos projetos de melhoria do processo produtivo e redução dos efeitos ambientais na Biotek.

As alienações/abates de equipamento no exercício respeitam essencialmente a bens que se encontravam praticamente amortizados.

A rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 refere-se aos seguintes projetos:

	31.12.2021	31.12.2020
Digestor de serrim	6 781 960	1 913 126
Desenvolvimento de projetos	4 060 000	—
Caldeira de biomassa	2 839 900	—
Crivos para remoção de sólidos	1 351 148	1 351 148
Aumento do transformador principal	865 297	—
Otimização fabril	477 644	2 889 754
Remodelação de instalações operacionais	343 931	136 434
Leds e câmaras da fornalha	237 887	161 003
Cassetes de aquecimento primário	169 346	100 554
Arrefecimento efluente fabril	132 432	917 869
Requalificação da Lavagem e Branqueamento	—	5 958 482
Recolha emissões difusas	—	1 840 101
Aumento da capacidade produtiva	—	1 006 700
Nova Turbina	—	893 244
Aspersores para mitigação do risco de incêndio	—	159 517
Visão artificial	—	143 640
Outros projetos	1 631 399	721 123
	<u>18 890 944</u>	<u>18 192 695</u>

10. DIREITOS DE USO

10.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas amortizações, foi o seguinte:

2021						
Ativo bruto						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	136 684 199	28 552	19 477 999	6 408 566	535 986	163 135 302
Aquisições de subsidiárias (Nota 6)	57 291 299	640 579	—	363 583	—	58 295 461
Aumentos	8 653 636	248 601	11 070	564 172	58 818	9 536 297
Alienações e abates	(5 050 773)	—	—	(338 764)	—	(5 389 537)
Transferências	—	—	2 993	1 852	—	4 845
Variações cambiais	1 221 329	(6 327)	—	(3 448)	—	1 211 554
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	(59 336 105)	(679 679)	—	(625 921)	—	(60 641 705)
Saldo final	139 463 585	231 726	19 492 062	6 370 040	594 804	166 152 217
Depreciações acumuladas						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	77 349 982	20 220	15 530 484	4 470 249	301 709	97 672 644
Aumentos	8 253 505	94 698	1 388 571	1 104 095	119 095	10 959 964
Alienações e abates	(5 050 773)	—	—	(291 458)	—	(5 342 231)
Variações cambiais	11 972	(55)	—	(47)	—	11 870
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	(978 305)	(58 008)	—	(75 347)	—	(1 111 660)
Saldo final	79 586 381	56 855	16 919 055	5 207 492	420 804	102 190 587
	59 877 204	174 871	2 573 007	1 162 548	174 000	63 961 630
2020						
Ativo bruto						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	132 443 164	28 552	19 718 930	5 635 038	115 867	157 941 551
Aumentos	4 546 093	—	20 789	511 808	115 061	5 193 751
Reclassificações	(305 058)	—	(261 720)	261 720	305 058	—
Saldo final	136 684 199	28 552	19 477 999	6 408 566	535 986	163 135 302
Depreciações acumuladas						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Parques de madeira	Total
Saldo inicial	70 575 179	12 978	14 225 576	3 466 365	60 348	88 340 446
Aumentos	6 894 020	7 242	1 381 640	927 152	122 144	9 332 198
Reclassificações	(119 217)	—	(76 732)	76 732	119 217	—
Saldo final	77 349 982	20 220	15 530 484	4 470 249	301 709	97 672 644
	59 334 217	8 332	3 947 515	1 938 317	234 277	65 462 658

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as depreciações do exercício ascenderam a 9.860.173 Euros e 9.332.198 Euros, respetivamente, e foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados “Amortizações e depreciações” (Nota 39). Em 31 de dezembro de 2021, o montante remanescente entre o que foi registado na demonstração dos resultados e o

montante apresentado na rubrica de “Aumentos”, prende-se com o impacto das atividades descontinuadas no montante de, aproximadamente, 1,1 milhões de Euros (Nota 7).

A rubrica “Terrenos e recursos naturais” diz essencialmente respeito aos contratos de arrendamento associados aos terrenos florestais onde se encontram os ativos biológicos do Grupo. Os contratos de arrendamento incluídos na presente rubrica, apresentam uma duração média superior a 10 anos, e de acordo com o prazo de cada contrato, foi considerado um intervalo para a taxa de juro incremental de 1,1% a 5,1%.

A rubrica “Equipamentos básico” respeita essencialmente a contratos de locação de ativos relacionados com atividade operacional na produção de matérias subsidiárias utilizadas no processo produtivo da pasta de papel. Os contratos de arrendamento incluídos na presente rubrica, apresentam uma duração média de 3 anos, e de acordo com o prazo de cada contrato, foi considerado um intervalo para a taxa de juro incremental de 1,9% a 2,3%.

A rubrica “Equipamentos de transporte” respeita a contratos de locação de viaturas e viaturas de movimentação de carga de elevada tonelagem. Os contratos de arrendamento incluídos na presente rubrica, apresentam uma duração média de 4 anos, e de acordo com o prazo de cada contrato, foi considerado um intervalo para a taxa de juro incremental de 1,4% a 2,8%.

10.2. PASSIVO DA LOCAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os movimentos ocorridos no valor dos passivos da locação, foi o seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	75 050 620	79 708 400
Aquisições de subsidiárias (Nota 6)	58 319 448	—
Aumentos	9 536 297	5 193 751
Acréscimos de juros	3 759 050	2 578 098
Pagamentos	(13 934 674)	(12 429 629)
Variações cambiais	1 205 330	—
Outros efeitos	(387 045)	—
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	(60 434 476)	—
Saldo final	<u>73 114 550</u>	<u>75 050 620</u>
	Corrente	9 588 771
	Não corrente	65 461 849

Adicionalmente, foram reconhecidos em 2021 e 2020 os seguintes montantes de gastos relativos a ativos por direito de uso:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Depreciação de ativos sob direito de uso (Nota 39)	9 860 173	9 332 198
Gastos com juros relacionados com passivos da locação (Nota 38)	2 491 768	2 578 098
Gastos relacionados com locações de curto prazo	649 771	729 253
Gastos relacionados com locação associadas a ativos de baixo valor	115 881	132 423
Pagamentos de locações variáveis	542 827	543 246
Total do montante reconhecido na demonstração de resultados	<u>13 660 420</u>	<u>13 315 218</u>

O prazo de reembolso dos passivos da locação é como segue:

31.12.2021						
	2022	2023	2024	2025	>2025	Total
Passivo da locação	10 255 602	9 205 380	8 321 594	8 094 228	37 237 746	73 114 550
	10 255 602	9 205 380	8 321 594	8 094 228	37 237 746	73 114 550
31.12.2020						
	2021	2022	2023	2024	>2024	Total
Passivo da locação	9 588 771	9 678 779	8 493 085	7 801 234	39 488 751	75 050 620
	9 588 771	9 678 779	8 493 085	7 801 234	39 488 751	75 050 620

11. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido no Goodwill, foi o seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	265 630 973	265 630 973
Aquisições de subsidiárias (Nota 6)	123 795 772	—
Variações cambiais	104 633	—
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	(123 900 405)	—
Saldo final	265 630 973	265 630 973

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Goodwill” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Celbi	253 391 251	253 391 251
Outros	12 239 722	12 239 722
	<u>265 630 973</u>	<u>265 630 973</u>

O Goodwill encontra-se na sua totalidade associado à atividade de produção de pasta de papel (Nota 41). A divisão do Goodwill entre Celbi e Outros decorre do histórico de aquisições do Grupo, e essencialmente das operações de aquisição das subsidiárias, Celbi (Goodwill apresentado como “Celbi”), Biotek e Caima (Goodwill apresentado como “Outros”).

O Goodwill não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade numa base anual e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade relativas a Goodwill.

No exercício de 2021, por forma a aferir da existência, ou não, de imparidade para o Goodwill que resultou da aquisição da Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. no exercício de 2006, no montante de 253.391.251 Euros, o Grupo procedeu à avaliação desta subsidiária, tendo concluído pela inexistência de imparidade. A avaliação foi efetuada com base no desempenho histórico da Celbi e numa estimativa dos fluxos de caixa descontados tendo por base um plano de negócios da Celbi a cinco anos e considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo.

Em relação ao Goodwill apresentado em “Outros”, por forma a aferir da existência ou não de perdas por imparidade com referência a 31 de dezembro de 2021, o Grupo procedeu igualmente à avaliação das subsidiárias Caima e Biotek, tendo concluído pela inexistência de imparidade ao nível daquele Goodwill. As avaliações foram efetuadas com base no desempenho histórico das referidas entidades e numa estimativa dos fluxos de caixa descontados tendo por base planos de negócios da Caima e Biotek a cinco anos e considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo.

Conforme referido na Nota 2.4 f), o pressuposto relevante prende-se com a determinação da taxa de desconto. A taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade resultam do entendimento do Grupo das perspetivas futuras para a evolução do preço e da atividade.

Os principais pressupostos utilizados neste cálculo com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021	2020
Taxa de inflação	1,28%	1,02%
Taxa de desconto	6,09%	6,55%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%	2,00%

A taxa de desconto líquida de imposto (pelo facto de os fluxos de caixa utilizados nas projeções financeiras serem também líquidos de imposto) utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 6,09% (6,55% em 2020), a qual foi calculada com base na metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), considerando os seguintes pressupostos:

	2021	2020
Taxa de juro sem risco	0,35%	0,06%
Prémio de risco dos capitais próprios	4,38%	4,72%
Prémio de risco da dívida	3,50%	3,50%

Da análise efetuada o Grupo concluiu pela existência de uma margem confortável face ao ponto a partir do qual o Goodwill estaria em risco de imparidade.

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2021					
	Ativo bruto					
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 320	10 071 399	57 164 811	25 600	263 518	67 526 648
Aquisições de subsidiárias (Nota 6)	4 844	80 797	—	46 022 626	—	46 108 267
Aumentos	—	317 045	—	20 245 989	16 215 442	36 778 476
Alienações e abates	—	—	—	—	—	—
Transferências	—	26 694	—	—	(26 694)	—
Variações cambiais	—	—	—	1 238 265	(15 155)	1 223 110
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	(4 844)	(144 604)	(57 164 811)	(67 506 879)	(16 437 111)	(141 258 249)
Saldo final	1 320	10 351 331	—	25 601	—	10 378 252

	Amortizações acumuladas					
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis		Total
Saldo inicial	1 320	9 585 682	5 712 342	25 600		15 324 944
Aumentos	159	402 498	2 736 224	2 473 441		5 612 322
Alienações e abates	—	—	—	—		—
Variações cambiais	—	—	—	30 981		30 981
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	(159)	(4 117)	(8 448 566)	(2 504 421)		(10 957 263)
Saldo final	1 320	9 984 063	—	25 601		10 010 984
	—	367 268	—	—	—	367 268

	2020					
	Ativo bruto					
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis	Ativos fixos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial	1 320	9 746 655	54 506 433	25 600	—	64 280 008
Aumentos	—	87 705	2 658 378	—	263 518	3 009 601
Alienações e abates	—	—	—	—	—	—
Transferências	—	237 039	—	—	—	237 039
Saldo final	1 320	10 071 399	57 164 811	25 600	263 518	67 526 648

	Amortizações acumuladas					
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Licenças	Outros ativos intangíveis		Total
Saldo inicial	1 320	9 241 799	2 968 618	25 600		12 237 337
Aumentos	—	343 883	2 743 724	—		3 087 607
Alienações e abates	—	—	—	—		—
Saldo final	1 320	9 585 682	5 712 342	25 600		15 324 944
	—	485 717	51 452 469	—	263 518	52 201 704

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as amortizações dos ativos intangíveis ascenderam a 398.379 Euros e a 343.884 Euros, respetivamente, e foram registadas na demonstração dos Resultados na rubrica “Amortizações e depreciações” (Nota 39). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante remanescente entre o que foi registado na demonstração dos resultados e o montante apresentado na rubrica de “Aumentos”, prende-se com o impacto das atividades descontinuadas no montante de, aproximadamente, 5,2 milhões de Euros (Nota 7) e 2,7 milhões de Euros (Nota 5), respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Licenças” referia-se essencialmente ao justo valor apurado na aquisição da sociedade Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2020, o aumento refere-se à aquisição da subsidiária Golditábua, S.A.. Esta transação foi contabilizada como uma aquisição de ativos, conforme indicado na Nota 2.2 c). Em 31 de dezembro de 2021, estes ativos foram transferidos para a rubrica de “Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

13. INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante registado na rubrica “Ativos biológicos” pode ser detalhado como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	105 370 143	104 124 008
Aumentos/reduções de justo valor	(37 547)	1 246 135
Subtotal	105 332 596	105 370 143
Adiantamentos por conta de compras	251 056	251 056
Saldo final	105 583 652	105 621 199

O detalhe do valor apresentado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por espécie é como se segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Eucalipto	102 466 653	103 135 407
Pinheiro	2 406 100	1 841 015
Sobreiro	412 517	346 395
Outros	47 326	47 326
Total	105 332 596	105 370 143

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido no eucalipto e restantes espécies, foi como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Eucalipto	Pinheiro	Sobreiro	Eucalipto	Pinheiro	Sobreiro
Saldo inicial	103 135 407	1 841 015	346 395	101 848 854	1 921 126	306 702
Cortes efetuados no período	(23 247 060)	(3 070)	(133 860)	(14 786 087)	(6 989)	(10 299)
Crescimento	13 390 057	512 536	184 796	12 762 795	50 091	10 972
Novas plantações e replantações (ao custo)	3 519 302	1 420	—	4 705 251	750	—
Variações de justo valor:						
Taxa de desconto	5 668 947	54 199	15 186	10 693 652	98 161	47 149
Outras variações	—	—	—	(12 089 058)	(222 124)	(8 129)
Saldo final	102 466 653	2 406 100	412 517	103 135 407	1 841 015	346 395

A avaliação efetuada, calculada para cada talhão em que se dividem as propriedades, foi obtida tendo em consideração, no caso do eucalipto:

- a área ocupada;
- a idade dos povoamentos;
- a produção de madeira sem casca com base no acréscimo médio anual;
- o número de rotações.

A taxa de desconto utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 4,74% (5,32% a 31 de dezembro de 2020).

O Grupo Altri procedeu a uma análise de sensibilidade desta avaliação a variações em pressupostos chave, tendo concluído que caso tivesse considerado uma taxa de desconto inferior/superior em 1,5 p.p. o valor dos ativos biológicos viria aumentado/reduzido em 17,9 milhões de Euros e 13,8 milhões de Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, (i) não existem quantias de ativos biológicos cuja posse seja restrita e/ou penhoradas como garantia de passivos, nem compromissos não reversíveis relativos à aquisição de ativos biológicos, e (ii) não existem subsídios governamentais relacionados com ativos biológicos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a área total sob intervenção da Altri ascendia a, aproximadamente, 88.300 hectares. A área relativa a eucalipto apresentava a seguinte distribuição por idades:

	31.12.2021	31.12.2020
0-5 anos	32 795	30 691
6-10 anos	24 634	22 796
> 10 anos	13 513	15 919
	<u>70 942</u>	<u>69 406</u>

A restante área sob intervenção refere-se a outras espécies florestais residuais de menor relevância.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante registado na rubrica “Inventários” pode ser detalhado como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	58 858 508	48 087 845
Mercadorias	171 703	171 584
Produtos e trabalhos em curso	577 101	440 468
Produtos acabados e intermédios	32 354 074	38 366 510
Adiantamentos por conta de compras	<u>1 274 176</u>	<u>1 435 143</u>
	93 235 562	88 501 550
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 25)	<u>(10 414 552)</u>	<u>(13 046 936)</u>
	<u>82 821 010</u>	<u>75 454 614</u>

O custo das vendas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 321.425.367 Euros e foi apurado como segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	48 087 845	171 584	38 366 510	440 468	87 066 407
Aquisições de subsidiárias	—	291 100	—	—	291 100
Compras	332 955 623	2 292 272	—	—	335 247 895
Regularização de existências	—	—	—	22 555	22 555
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	(6 634 926)	(1 708 254)	—	(22 555)	(8 365 735)
Existências finais transferidas para atividades descontinuadas	(873 563)	(1 906)	—	—	(875 469)
Existências finais	(58 858 508)	(171 703)	(32 354 074)	(577 101)	(91 961 386)
	314 676 471	873 093	6 012 436	(136 633)	321 425 367

O custo das vendas do exercício findo em 31 de dezembro 2020 ascendeu a 287.335.449 Euros (Nota 5) e foi apurado como segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial	57 559 485	248 329	42 300 850	412 720	100 521 384
Compras	273 069 789	838 192	—	—	273 907 981
Regularização de existências	(27 509)	—	—	—	(27 509)
Existências finais	(48 087 845)	(171 584)	(38 366 510)	(440 468)	(87 066 407)
	282 513 920	914 937	3 934 340	(27 748)	287 335 449

Em 31 de dezembro de 2020, o montante remanescente entre o que foi registado na demonstração dos resultados e o montante apresentado na rubrica “Custo das vendas”, prende-se com o impacto das atividades descontinuadas no montante de, aproximadamente, 0,4 milhões de Euros (Nota 5).

14. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais do Grupo e suas subsidiárias desde 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	2 961 996	—	4 136 168	—
Justo valor dos instrumentos derivados	1 109 637	332 516	618 385	1 907 160
Fundo de pensões	728 246	—	1 154 957	—
Harmonização de políticas contabilísticas	1 603 198	—	5 862 870	2 554 192
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	6 222 824	—	9 366 128	—
Ajustamentos de justo valor em processos de concentração de atividades empresariais	—	—	—	14 900 194
Justo valor dos ativos biológicos	1 375 505	—	1 951 573	—
Amortização fiscal do goodwill (Espanha)	—	31 335 683	—	28 223 955
Provisão desmantelamento	—	—	1 120 638	—
Ativos sob direito de uso	2 146 865	—	2 186 452	—
Prejuízos fiscais reportáveis	—	—	681 523	—
Outros	665 497	482 543	678 362	485 596
	<u>16 813 768</u>	<u>32 150 742</u>	<u>27 757 056</u>	<u>48 071 097</u>

Em 31 de dezembro de 2020, os ajustamentos de justo valor em processos de concentração de atividades empresariais referem-se ao efeito da mensuração ao justo valor na data da aquisição dos ativos afetos à subsidiária Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A. e ao justo valor das licenças adquiridas em 2018. Em 31 de dezembro de 2021, estes passivos foram transferidos para a rubrica de “Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi como segue:

	2021	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 01.01.2021	27 757 056	48 071 097
Aquisições de subsidiárias (Nota 6)	11 107 776	3 262 893
Imputação de justo valor em aquisições de subsidiárias (Nota 6)	—	22 652 220
Efeitos na demonstração dos resultados:		
Aumento/(Redução) de provisões e perdas por imparidade	11 653	—
Harmonização de políticas contabilísticas	(4 259 672)	(2 554 192)
Justo valor dos ativos biológicos	(576 068)	—
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	(3 143 304)	—
Ajustamentos de justo valor em processos de concentração de atividades empresariais	—	(1 478 838)
Amortização fiscal do Goodwill (Espanha)	—	3 111 728
Prejuízos fiscais reportáveis	(2 919 401)	—
Diferenças temporárias em ativos tangíveis	—	4 005 924
Outros efeitos	73 541	(4 917)
Transferência para atividades descontinuadas	1 626 350	(2 525 223)
Total de efeitos na demonstração dos resultados	<u>(9 186 901)</u>	<u>554 482</u>
Efeitos em capitais próprios:		
Justo valor de instrumentos derivados (Nota 31)	9 476 250	(1 574 644)
Fundos de pensões	(115 449)	—
Conversão cambial	278 710	560 273
Total de efeitos em outro rendimento integral	<u>9 639 511</u>	<u>(1 014 371)</u>
Transferência para atividades descontinuadas	<u>(22 503 674)</u>	<u>(41 375 580)</u>
Saldo em 31.12.2021	<u>16 813 768</u>	<u>32 150 741</u>

	2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 01.01.2020	33 501 991	44 894 324
Efeitos na demonstração dos resultados:		
Aumento/(Redução) de provisões e perdas por imparidade	(512 171)	—
Harmonização de políticas contabilísticas	(1 778 312)	—
Justo valor dos ativos biológicos	43 927	—
Reavaliação de ativos fixos - DL 66/2016	(4 323 435)	—
Amortização fiscal do Goodwill (Espanha)	—	2 254 740
Prejuízos fiscais reportáveis	681 523	—
Outros efeitos	165 110	(968 265)
Total de efeitos na demonstração dos resultados	(5 723 358)	1 286 475
Efeitos em capitais próprios:		
Justo valor de instrumentos derivados (Nota 31)	(263 874)	1 890 298
Fundos de pensões	242 297	—
Total de efeitos em outro rendimento integral	(21 577)	1 890 298
Saldo em 31.12.2020	27 757 056	48 071 097

A subsidiária Celulose Beira Industrial (Celbi) optou em 2016 pela aplicação do regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento, previsto no Decreto-Lei nº 66/2016, de 3 de novembro. Neste âmbito, sobre a reserva de reavaliação constituída, incidiu tributação autónoma a uma taxa de 14%. De referir que a totalidade deste montante já foi pago em 2016, 2017 e 2018. Adicionalmente, as respetivas depreciações são dedutíveis, para efeitos fiscais, a partir do exercício de 2018, para efeitos de determinação do lucro tributável, pelo que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Grupo registou um ativo por imposto diferido no montante aproximado de 6.200.000 Euros e 9.300.000 Euros, respetivamente. O exercício de 2018 foi o primeiro ano em que a subsidiária deduziu, para efeitos fiscais, a depreciação da reavaliação efetuada ao abrigo do referido regime. Esta reavaliação, efetuada exclusivamente para efeitos fiscais não produziu qualquer impacto no valor contabilístico dos ativos fixos.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante remanescente entre o que foi registado na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto diferido” e o montante apresentado de total de efeitos na demonstração dos resultados, prende-se com o impacto das atividades descontinuadas no montante de, aproximadamente, 0,9 milhões de Euros (Nota 5).

Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias, positivas ou negativas, com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. De acordo com a legislação em vigor em Portugal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a derrama estadual correspondeu à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7,5 e 35 milhões de Euros e de 9% sobre o lucro tributável acima de 35 milhões de Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição. Nomeadamente relativamente à subsidiária Altri, SL, sediada em Espanha, a taxa utilizada no cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos foi de 25% por ser a taxa de imposto em vigor naquele país.

Os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais só são registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro e que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo utilizou a totalidade dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais, no montante de 681.523 euros, registados a 31 de dezembro de 2020. Este montante correspondia aos prejuízos fiscais, no montante de aproximadamente 3,2 milhões de euros, com os quais as subsidiárias do Grupo contribuíram para o RETGS em 2020. Em 31 de dezembro de 2021 não existem ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis reconhecidos.

É convicção do Conselho de Administração do Grupo Altri que os restantes ativos por impostos diferidos registados em 31 de dezembro de 2021 são recuperáveis na totalidade.

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis que não geraram ativos por impostos diferidos é como segue:

			31.12.2021			31.12.2020		
			Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização								
Gerados em 2015	Portugal		543 306	114 094	2029	1 357 392	285 052	2029
Gerados em 2016	Portugal		1 245 653	261 587	2030	1 249 654	262 427	2030
Gerados em 2017	Portugal		792 497	166 424	2024	800 425	168 089	2024
Gerados em 2018	Portugal		475 176	99 787	2025	475 176	99 787	2025
Gerados em 2019	Portugal		93 477	19 630	2026	108 726	22 832	2026
Gerados em 2020	Portugal		—	—	2032	35 767	7 511	2032
			3 150 109	661 522		4 027 140	845 698	
Sem limite de data de utilização								
	Espanha		59 329 351	14 832 338		60 963 135	15 240 784	
			62 479 460	15 493 860		64 990 275	16 086 482	

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo tinha ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais provenientes da subsidiária Altri SL sedeadada em Espanha. Atendendo às alterações no regime fiscal espanhol relativamente à amortização fiscal do Goodwill aquele montante foi totalmente anulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo por base o montante de prejuízos fiscais recuperáveis num horizonte temporal de 10 anos e a expectativa do Grupo de gerar resultados fiscais suficientes naquela subsidiária para recuperar o referido montante.

Em 31 de dezembro de 2021, a GreenVolt e suas subsidiárias registaram ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais no montante de 8,6 milhões de euros. Este montante corresponde a prejuízos fiscais, no montante de, aproximadamente, 33,2 milhões de euros (sem limite de data de utilização) e 2,4 milhões de euros (com limite de data de utilização). Apresentava ainda prejuízos fiscais que não deram origem a registo de ativos por impostos diferidos no montante de 0,3 milhões de euros (com limite de data de utilização) e 2,2 milhões de euros (sem limite de data de utilização). Em 31 de dezembro de 2021, estes ativos foram transferidos para a rubrica de “Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Imposto corrente	(16 774 896)	19 035 550
Imposto diferido	(9 741 383)	(7 879 208)
	(26 516 279)	11 156 342

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Resultados antes de impostos e CESE	150 291 038	13 665 695
Taxa teórica	21,00%	21,00%
	<u>(31 561 118)</u>	<u>(2 869 796)</u>
Benefícios fiscais	8 789 576	—
Tributações autónomas	(271 736)	(410 964)
(Insuficiência) / Excesso de estimativa de imposto	1 056 364	16 614 453
Derramas	(7 259 028)	(545 300)
Outros efeitos	2 729 664	(1 632 051)
Imposto sobre o rendimento	<u>(26 516 278)</u>	<u>11 156 342</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o montante incluído na rubrica (Insuficiência) / Excesso de estimativa de imposto diz, essencialmente, respeito ao reconhecimento de benefícios fiscais (aproximadamente 0,8 milhões de euros). Em 31 de dezembro de 2021, o montante incluído na rubrica Outros efeitos diz, essencialmente, respeito ao reconhecimento da reversão da provisão em resultado do desfecho favorável ao Grupo de processos fiscais (aproximadamente, 4 milhões de euros) (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2020, o montante incluído na rubrica (Insuficiência) / Excesso de estimativa de imposto diz, essencialmente, respeito ao reconhecimento de benefícios fiscais (aproximadamente 15,5 milhões de euros), bem como, reembolsos de imposto obtidos em resultado do desfecho favorável ao Grupo de processos fiscais (aproximadamente, 1,3 milhões de euros).

15. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Cientes, conta corrente	100 649 022	64 303 631
Cientes de cobrança duvidosa	44 977	50 902
	<u>100 693 999</u>	<u>64 354 534</u>
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 25)	<u>(198 909)</u>	<u>(204 834)</u>
	<u>100 495 090</u>	<u>64 149 699</u>

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível, antes de mais, às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade que foram estimadas pelo Grupo. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor, uma vez que as mesmas não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a antiguidade do valor líquido do saldo de clientes pode ser analisada como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Não vencido	83 331 565	50 730 654
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	13 155 427	10 403 494
30 - 90 dias	3 744 499	2 754 343
+ 90 dias	263 599	261 208
	<u>100 495 090</u>	<u>64 149 699</u>

O Grupo contratou seguros de crédito e outras melhorias de crédito, para cobrir o risco de incobrabilidade de parte destas contas a receber, como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Com seguro de crédito e outras melhorias de crédito	81 062 665	51 753 253
Sem seguro de crédito ou outras melhorias de crédito	19 432 425	12 396 446
	<u>100 495 090</u>	<u>64 149 699</u>

O Grupo não cobra quaisquer encargos de juros enquanto os prazos de pagamento definidos (em média 60 dias) estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação, o que tenderá a ocorrer apenas em situações extremas.

O Conselho de Administração entende que as contas a receber que não se encontram vencidas serão integralmente realizadas, tendo em conta o histórico de incobrabilidade e as características das contrapartes. Adicionalmente, com a adoção da IFRS 9, o Grupo apura as perdas de imparidade esperadas para as suas contas a receber de acordo com os critérios divulgados na Nota 2.3. I).

16. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamentos a fornecedores	25 097	43 517
Contas a receber de Estado e outros entes públicos (Nota 18)	14 815 562	6 222 955
Outros	5 938 194	6 838 695
	<u>20 778 853</u>	<u>13 105 167</u>
Perdas de imparidade acumuladas em outras dívidas de terceiros (Nota 25)	<u>(3 413 862)</u>	<u>(3 413 862)</u>
	<u>17 364 991</u>	<u>9 691 305</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros” inclui, essencialmente, o prémio de realização reconhecido pelo cumprimento dos objetivos associados ao projeto QREN, bem como contas a receber relativas a cauções para contratos de arrendamento e outras, para parte das quais foram constituídas perdas por imparidade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor líquido dos saldos de “Outras dívidas de terceiros” não se encontrava vencido. As dívidas de terceiros que não estão vencidas não apresentam qualquer indício de imparidade, o valor contabilístico dos ativos líquidos de imparidade é considerado como estando próximo do seu justo valor, sendo imaterial o efeito do seu desconto financeiro.

O Conselho de Administração entende que as contas a receber que não se encontram vencidas serão integralmente realizadas, tendo em conta o histórico de incobrabilidade e as características das contrapartes. Adicionalmente, com a adoção da IFRS 9, o Grupo apura as perdas de imparidade esperadas para as suas contas a receber de acordo com os critérios divulgados na Nota 2.3. I).

17. ATIVOS ASSOCIADOS A CONTRATOS COM CLIENTES

O detalhe da rubrica “Ativos associados a contratos com clientes” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Venda de energia a faturar	—	7 476 825
	<u>—</u>	<u>7 476 825</u>

Em 31 de dezembro de 2021, estes ativos foram transferidos para a rubrica de “Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe dos saldos devedores e credores com o Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é o seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldos devedores:		
Imposto sobre o rendimento	3 361 653	17 160 243
Total imposto sobre o rendimento	<u>3 361 653</u>	<u>17 160 243</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	14 214 013	5 488 235
Outros Impostos	601 549	734 720
Total outros impostos (Nota 16)	<u>14 815 562</u>	<u>6 222 955</u>
Saldos credores:		
Imposto sobre o rendimento	(20 343 835)	—
Outros	(705 554)	(4 705 554)
Total imposto sobre o rendimento	<u>(21 049 389)</u>	<u>(4 705 554)</u>
Retenção na Fonte	(2 758 089)	(1 126 933)
Contribuições para a Segurança Social	(645 409)	(644 816)
Imposto sobre o valor acrescentado	(5 115 932)	(1 710 763)
Outros Impostos	(69 241)	(289 216)
Total outros impostos (Nota 28)	<u>(8 588 671)</u>	<u>(3 771 728)</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo “Imposto sobre o rendimento” inclui essencialmente pagamentos por conta efetuados pela sociedade do Grupo sediada em Espanha, deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento a pagar do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica do passivo “Imposto sobre o rendimento” refere-se, essencialmente, ao imposto a pagar pelas sociedades do Grupo sediadas em Portugal deduzido dos respetivos pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo “Imposto sobre o rendimento” inclui essencialmente pagamentos por conta efetuados pela sociedade do Grupo sediada em Espanha, bem como os pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta a receber pelas sociedades do Grupo sediadas em Portugal deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento a pagar do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, a variação na rubrica “Outros” é essencialmente explicada pelo reconhecimento da reversão do referido montante em resultado do desfecho favorável ao Grupo de processos fiscais.

A Contribuição Extraordinária para o Setor Energético no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ascendeu a 97.227 Euros (121.740 Euros em 31 de dezembro de 2020 - Nota 5).

19. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outros ativos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Acréscimos de rendimentos:		
Juros a receber	28 499	28 498
Outros ganhos a faturar	3 975 184	—
Gastos a reconhecer:		
Rendas e alugueres pagos antecipadamente	414 352	413 434
Seguros pagos antecipadamente	1 424 137	1 477 926
Outros gastos pagos antecipadamente	1 874 377	3 730 135
	<u>7 716 549</u>	<u>5 649 993</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica “Outros ganhos a faturar” inclui essencialmente um acréscimo de rendimento relativo a vendas de estilha, cuja entrega dos materiais ocorreu no final do presente exercício e a faturação apenas ocorreu no início do ano seguinte.

20. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” era como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	33 542	32 307
Depósitos bancários	238 903 840	254 536 411
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	238 937 382	254 568 719
Descobertos bancários (Nota 24)	—	(1 996 090)
Caixa e equivalentes atribuíveis a atividades descontinuadas (Nota 7)	258 757 013	—
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	497 694 395	252 572 629

Conforme indicado na Nota 3) a) ii), em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os saldos de caixa e equivalentes em moeda diferente do Euro ascendem a 10.677.693 Euros e 56.009.048 Euros, respetivamente. Dado que estes montantes correspondem a depósitos à ordem que são constantemente movimentados, os efeitos resultantes de alterações de taxas de câmbio sobre caixa e seus equivalentes detidos no início e no fim dos exercícios de 2021 e 2020 para efeito da demonstração dos fluxos de caixa são imateriais.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os pagamentos relativos a investimentos financeiros detalham-se como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Aquisições no exercício findo em 31 de dezembro de 2020		
Golditábua	(2 257 502)	(821 779)
	<u>(2 257 502)</u>	<u>(821 779)</u>
Aquisições no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Nota 6)		
Tilbury Green Power	(167 032 062)	—
Profit Energy	(1 819 984)	—
Perfecta Energia	(4 689 477)	—
Subsidiárias do Grupo V-Ridium	(577 438)	—
	<u>(174 118 961)</u>	<u>—</u>
	<u>(176 376 463)</u>	<u>(821 779)</u>

21. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outros ativos não correntes” corresponde a uma liquidação adicional paga às autoridades fiscais alemãs e que se encontra totalmente provisionada, tal como descrito na Nota 25.

22. INTERESSES SEM CONTROLO

No dia 14 de julho de 2021, foi registado um aumento do capital social da subsidiária GreenVolt, no montante de 177.599.998,75 euros, na sequência do qual foram emitidas 41.788.235 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, ao preço de subscrição unitário de 4,25€, passando o capital social da subsidiária para um valor de 247.599.998,75 Euros, representado por

116.788.235 ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal. Estas ações foram subscritas:

- Por um conjunto de investidores profissionais, que subscreveram 30.588.235 ações, no montante de 129.999.998,75 Euros;
- Pela sociedade V-Ridium Europe Sp. z.o.o, que subscreveu 11.200.000 ações, no montante de 47.600.000 euros (com um prémio de emissão no montante de 8.400.000 Euros), mediante a entrega de 11.200.000 ações da V-Ridium Power Group, Sp. z.o.o., representativas de 100% do capital social dessa sociedade, que passou a ser integralmente detida pela subsidiária GreenVolt.

No dia 26 de julho de 2021, os *Joint Global Coordinators*, agindo em nome e por conta dos Managers, exerceram a *Greenshoe Option*, resultando na emissão por parte da subsidiária GreenVolt de 4.588.235 ações adicionais, com um preço unitário de 4,25 € por ação. Nestes termos, a GreenVolt deliberou o correspondente aumento de capital no valor de 19.499.998,75 Euros, concretizado através da emissão das Novas Ações Opcionais. Desta forma, o capital social da subsidiária que era de 247.599.998,75 Euros é agora de 267.099.997,50 Euros, representado por 121.376.470 ações ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal.

Em resultado das referidas operações, o Grupo Altri passou a deter 58,72% da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias.

Em 31 de dezembro de 2021, os interesses sem controlo reconhecidos estão relacionados com participações minoritárias detidas pela subsidiária GreenVolt, no montante de, aproximadamente, 40,5 milhões de Euros (Nota 6) e com interesses minoritários gerados em consequência da operação acima referida, no montante de, aproximadamente, 140,8 milhões de Euros.

23. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social do Grupo encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 205.131.672 ações nominativas com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro cada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam pessoas coletivas com uma participação no capital subscrito de, pelo menos, 20%.

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “Reserva legal” até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as demonstrações financeiras do Grupo apresentavam o montante de 5.128.292 Euros relativo a reserva legal, a qual não pode ser objeto de distribuição aos acionistas a não ser em caso de liquidação do Grupo, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

Reserva de cobertura

A rubrica “Reservas de cobertura” diz respeito ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura de fluxos de caixa na componente eficaz da cobertura, líquido dos respetivos impostos diferidos (Notas 14 e 31).

Outras reservas

	31.12.2021	31.12.2020
Fundos de pensões	(2 345 553)	(2 861 121)
Reserva DL 66/2016	9 366 128	13 689 563
Reserva de conversão cambial	48 392	28 910
Resultados transitados	386 826 085	365 186 590
	<u>393 895 052</u>	<u>376 043 942</u>

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado com base nas demonstrações financeiras individuais da Altri SGPS, S.A., apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, o montante de reservas distribuíveis ascende a 164.031.860 Euros.

24. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS, OUTROS EMPRÉSTIMOS E INCENTIVOS REEMBOLSÁVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe das rubricas “Empréstimos bancários”, “Outros empréstimos” e “Incentivos reembolsáveis” é como segue:

	31.12.2021					
	Valor nominal			Valor contábilístico ⁽¹⁾		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	27 500 000	—	27 500 000	27 584 583	—	27 584 583
Descobertos bancários	—	—	—	—	—	—
Empréstimos bancários	27 500 000	—	27 500 000	27 584 583	—	27 584 583
Papel comercial	70 000 000	40 000 000	110 000 000	70 099 494	40 000 000	110 099 494
Empréstimos obrigacionistas	25 000 000	420 400 000	445 400 000	27 754 836	418 218 797	445 973 633
Outros empréstimos	—	—	—	—	—	—
Outros empréstimos	95 000 000	460 400 000	555 400 000	97 854 330	458 218 797	556 073 127
Incentivos reembolsáveis	653 837	2 288 430	2 942 267	653 837	2 288 430	2 942 267
	<u>123 153 837</u>	<u>462 688 430</u>	<u>585 842 267</u>	<u>126 092 750</u>	<u>460 507 227</u>	<u>586 599 977</u>

(1) - inclui os acréscimos por especialização de juros e os custos de montagem de financiamentos

	31.12.2020					
	Valor nominal			Valor contábilístico ⁽¹⁾		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	—	27 500 000	27 500 000	139 880	27 500 000	27 639 880
Descobertos bancários	1 996 090	—	1 996 090	1 996 090	—	1 996 090
Empréstimos bancários	1 996 090	27 500 000	29 496 090	2 135 970	27 500 000	29 635 970
Papel comercial	165 000 000	40 000 000	205 000 000	165 116 811	40 000 000	205 116 811
Empréstimos obrigacionistas	1 250 000	494 150 000	495 400 000	3 752 917	492 417 574	496 170 491
Outros empréstimos	—	—	—	—	—	—
Outros empréstimos	166 250 000	534 150 000	700 400 000	168 869 728	532 417 574	701 287 302
Incentivos reembolsáveis	2 847 178	2 942 267	5 789 445	2 847 177	2 942 267	5 789 444
	<u>171 093 268</u>	<u>564 592 267</u>	<u>735 685 535</u>	<u>173 852 875</u>	<u>562 859 841</u>	<u>736 712 716</u>

(1) - inclui os acréscimos por especialização de juros e os custos de montagem de financiamentos

24.1. Empréstimos bancários

(i) Empréstimos bancários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Celbi contraiu um empréstimo bancário no montante de 15.000.000 Euros, que vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a doze meses acrescida de *spread*. Este empréstimo será liquidado numa prestação única no final do contrato (setembro de 2022), pelo que o montante total do empréstimo se encontra classificado como dívida corrente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Caima Indústria contraiu um empréstimo bancário no montante de 12.500.000 Euros, que vence juros a uma taxa correspondente à Euribor a doze meses acrescida de *spread*. Este empréstimo será liquidado numa prestação única no final do contrato (agosto de 2022), pelo que o montante total do empréstimo se encontra classificado como dívida corrente.

No exercício findo em 2021, a Lakeside Bidco (subsidiária da GreenVolt) contraiu um empréstimo bancário junto do Banco Santander, S.A., London Branch no montante de 120 milhões de Libras Esterlinas, o qual vence juros a uma taxa correspondente à SONIA (“Sterling Overnight Interbank Average Rate”) acrescida de *spread*, com início em dezembro de 2021 e cujo término ocorrerá em junho de 2026. Este empréstimo, em particular, foi contratado em regime de “Project Finance”, cujos termos incluem covenants financeiros habituais neste tipo de financiamento, negociados de acordo com as práticas de mercado aplicáveis e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento. Adicionalmente, em dezembro de 2021, a GreenVolt contraiu dois novos empréstimos bancários, cujos montantes totalizam 30 milhões de Euros: o primeiro, no montante de 5 milhões de Euros, com vencimento em 2026. O montante em dívida vencerá juros anuais à taxa equivalente à Euribor a 12 meses acrescida de *spread*, o segundo, no montante de 25.000.000 Euros, com vencimento em 2027. O montante em dívida vencerá juros anuais à taxa equivalente à Euribor a 12 meses acrescida de *spread*. Em 31 de dezembro de 2021, estes passivos foram transferidos para a rubrica de “Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

(ii) Contas correntes caucionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 existiam contas correntes caucionadas contratadas no montante de 3 milhões de euros, que não se encontravam utilizadas.

(iii) Descobertos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, existiam descobertos bancários contratados no montante de 15 milhões de Euros. A 31 de dezembro de 2021, os descobertos bancários não se encontravam a ser utilizados. A 31 de dezembro de 2020, o seu nível de utilização ascendia a 1.996.090 Euros.

24.2. Outros empréstimos:

(i) Papel comercial

O Grupo tem contratados programas de papel comercial renováveis com garantia de colocação no montante máximo de 160.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2021 (160.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2020), subscritos por diversas subsidiárias do Grupo Altri os quais vencem juros a uma taxa correspondente à Euribor do prazo de emissão respetivo (entre 7 e 364 dias) acrescida de *spread*. A 31 de dezembro de 2021 o montante total utilizado ascende a 70.000.000 Euros (120.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2020).

Aquelas emissões incluem uma parcela no montante de 40.000.000 Euros classificada como dívida não corrente, relativa a programas que não permitem a denúncia antecipada por parte da contraparte e existe a tomada firme das emissões por parte da instituição financeira. Neste sentido, o Conselho de Administração classificou esta dívida com base na duração da emissão destes papéis comerciais.

Adicionalmente, o Grupo tem contratados programas de papel comercial sem garantia de colocação, no montante máximo de 65.000.000 Euros, subscritos por diversas subsidiárias do Grupo Altri, os quais vencem juros a uma taxa de juro definida por colocação indireta junto de investidores e/ou definida por proposta de subscrição apresentada pelo intermediário financeiro, com um prazo de emissão de até 90 dias, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, o montante total utilizado ascende a 40.000.000 Euros (85.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total utilizado relativo a programas de papel comercial renováveis pela GreenVolt e subsidiárias ascende a 60.500.000 Euros. Em 31 de dezembro de 2021, estes passivos foram transferidos para a rubrica de “Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

(ii) Empréstimos obrigacionistas

Em abril de 2014, a Celbi procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 6 anos. Em 20 de fevereiro de 2015, a Altri SGPS assumiu a posição contratual detida pela sua participada Celbi, passando o empréstimo obrigacionista a denominar-se “ALTRI 2014/2020”. Em julho de 2017, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado deste financiamento, tendo emitido, na mesma data, um outro de igual montante, pelo prazo de 8 anos, denominado “ALTRI 2017/2025”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Altri SGPS procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas: o primeiro, em 18 de abril de 2016, no valor de 40.000.000 Euros, com uma amortização de 20.000.000 Euros em abril de 2022 (reembolsada antecipadamente em julho de 2019) e reembolso final em abril de 2024 e um outro, emitido em 28 de novembro de 2016, no valor de 25.000.000 Euros, com vencimento em 28 de março de 2022, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

Em novembro de 2016, a Celbi emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 65.000.000 Euros e com vencimento em fevereiro de 2024, denominado “Celbi 2016/2024”. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2021, era detentora de obrigações “Celbi 2016/2024” no montante nominal de 8.500.000 Euros (8.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2020), pelo que o passivo do Grupo, em 31 de dezembro de 2021, relativo ao mesmo ascendia a 56.500.000 Euros (56.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2020).

Em 2017, a 6 de março, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 7 anos, com a designação “ALTRI 2017/2024”. Em 2021, a 19 de abril, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado desse empréstimo obrigacionista. Paralelamente, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 5 anos, com a designação “CELBI 2021-2026”. Este empréstimo obrigacionista tem um plano de amortização com reembolso de 10.000.000 Euros na quarta data de pagamento de juros (abril de 2023), 10.000.000 Euros na sexta data de pagamento de juros (abril de 2024), 20.000.000 Euros na oitava data de pagamento de juros (abril de 2025) e 30.000.000 Euros na décima data de pagamento de juros (abril de 2026).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas, ambos em 14 de julho de 2017: um no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 8 anos e outro no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2021, era detentora de obrigações “Celbi 2017/2027” no montante nominal de 5.900.000 Euros (5.900.000 Euros em 31 de dezembro de 2020), pelo que o passivo do Grupo, em 31 de dezembro de 2021, relativo ao mesmo ascendia a 34.100.000 Euros (34.100.000 Euros em 31 de dezembro de 2020).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas: em 20 de abril de 2018, um empréstimo no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 8 anos e taxa de cupão de 2,98% e outro, em 28 de maio de 2018, no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2021, era detentora de obrigações “Celbi 2018/2028” no montante nominal de 5.200.000 Euros (5.200.000 Euros em 31 de dezembro de 2020), pelo que o passivo do Grupo, em 31 de dezembro de 2021, relativo ao mesmo ascendia a 44.800.000 Euros (44.800.000 Euros em 31 de dezembro de 2020).

A 15 de julho de 2019, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 55.000.000 Euros, com a designação “ALTRI 2019/2024”, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

Em 26 de fevereiro de 2019, a Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A. procedeu à emissão do empréstimo obrigacionista verde ("Green Bonds") denominado "SOCIEDADE BIOELÉTRICA DO MONDEGO 2019-2029", no montante de 50.000.000 Euros e taxa de cupão de 1,90%. Adicionalmente, em novembro de 2021, a Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. ("GreenVolt") procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista verde ("Green Bonds") no valor global de 100.000.000 Euros, pelo prazo de 7 anos, com uma taxa de juro fixa de 2,625% ao ano, cuja admissão à negociação no mercado regulamentado *Euronext Lisbon* teve início em novembro de 2021. Em dezembro de 2021, a GreenVolt procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, denominado "Greenvolt 2021/2026", no montante de 25.000.000 Euros, com vencimento em 2026. Este empréstimo vence juros semestrais a uma taxa igual a Euribor a 6 meses acrescida de *spread*. Em 31 de dezembro de 2021, estes passivos foram transferidos para a rubrica de "Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas" (Nota 7).

As despesas incorridas com a montagem de empréstimos foram deduzidas ao seu valor nominal, encontrando-se estas a ser reconhecidas ao longo do período de vida do respetivo empréstimo (Nota 38).

(iii) Factoring

O Grupo Altri, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não tinha em vigor qualquer contrato de factoring.

24.3. Incentivos reembolsáveis:

Em janeiro de 2014, a Celbi assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto, de modernização e expansão da unidade fabril, sido considerado pelo Estado Português de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. O Projeto de Investimento teve início a 19 de agosto de 2013, e decorreu até 30 de junho de 2015 e o valor contratado ascendia a 30.251.000 Euros, sendo que o Estado Português concedeu um incentivo financeiro reembolsável correspondente a 20% das despesas elegíveis. Em 2021 a AICEP considerou que a Celbi cumpriu com os objetivos propostos, os quais foram medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019. Ao abrigo deste contrato, o Estado Português concedeu a totalidade do prémio de realização, no montante acumulado de 4.367.689 euros. Este montante foi classificado em "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" líquido do montante reconhecido diretamente como rendimento na demonstração dos resultados na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados. O Estado Português atribuiu também um Incentivo Fiscal correspondente a um crédito fiscal em sede de IRC no montante máximo de 15% das aplicações relevantes.

A Caima Indústria assinou, no exercício de 2014, um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 287/2007 com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP) para um montante de investimento global de 35.161.000 Euros. O período de investimento deste projeto decorreu entre 2013 e 2015. O valor máximo do incentivo reembolsável ascende a 10.511.850 Euros, que corresponde a 30% das despesas elegíveis, tendo a Empresa já recebido 10.508.314 Euros. Em 2021 houve o reembolso do valor que se encontrava em dívida a 31 de dezembro de 2020, no montante de 2.212.216 Euros. Caso a Caima Indústria cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 48% do montante de incentivo reembolsável. Tais objetivos contratuais foram cumpridos pela subsidiária com referência a 31 de dezembro de 2019, pelo que o valor foi reconhecido como uma conta a receber.

O Estado Português atribuiu também um incentivo fiscal correspondente a um crédito fiscal em sede de IRC no montante máximo de 15% das aplicações relevantes. Até 31 de dezembro de 2021 a Caima Indústria recebeu o montante de 2.017.596 Euros referente ao incentivo reembolsável.

Em dezembro de 2016, a Celbi assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 5º do Decreto-lei nº 191/2014, de 31 de dezembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto, de competitividade e internacionalização, sido considerado pelo Estado Português de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. O Projeto de Investimento teve início a 1 de janeiro de 2016, decorreu até 31 de dezembro de 2017 e o valor contratado ascendeu a 40.040.000 Euros, sendo que o Estado Português irá conceder um incentivo financeiro reembolsável correspondente a 10% das despesas elegíveis. Em 31 de dezembro de 2021 o montante a liquidar relativo a este subsídio ascendia a 2.942.267 Euros (3.195.096 Euros em 31 de dezembro 2020), do qual o montante de 653.837 Euros está registado como incentivo reembolsável corrente.

24.4. Evolução do endividamento e maturidades

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a reconciliação da variação da dívida bruta com os fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 1 de janeiro	736 712 716	701 086 802
Aquisições de subsidiárias (Nota 6)	110 134 322	—
Pagamento de empréstimos obtidos	(778 119 093)	(546 195 753)
Recebimento de empréstimos obtidos	921 293 555	579 703 753
Subsídios reembolsáveis	(2 847 178)	(178 966)
Descobertos bancários	(1 996 090)	1 996 090
Variação dos encargos com emissão de empréstimos	(1 707 401)	300 790
Variações cambiais	2 667 456	—
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	(399 538 310)	—
Variação da dívida	(150 112 739)	35 625 914
Saldo em 31 de dezembro	586 599 977	736 712 716

O prazo de reembolso dos empréstimos bancários, dos outros empréstimos e dos incentivos reembolsáveis é como segue:

	31.12.2021					Total (valor nominal)
	2022	2023	2024	2025	>2025	
Descobertos bancários	—	—	—	—	—	—
Empréstimos bancários	27 500 000	—	—	—	—	27 500 000
Papel comercial	70 000 000	40 000 000	—	—	—	110 000 000
Empréstimos obrigacionistas	25 000 000	10 000 000	141 499 000	110 000 000	158 901 000	445 400 000
Outros empréstimos	—	—	—	—	—	—
Incentivos reembolsáveis	653 837	653 837	653 837	653 837	326 919	2 942 267
	<u>123 153 837</u>	<u>50 653 837</u>	<u>142 152 837</u>	<u>110 653 837</u>	<u>159 227 919</u>	<u>585 842 267</u>

	31.12.2020					Total (valor nominal)
	2021	2022	2023	2024	>2024	
Descobertos bancários	1 996 090	—	—	—	—	1 996 090
Empréstimos bancários	—	27 500 000	—	—	—	27 500 000
Papel comercial	165 000 000	—	40 000 000	—	—	205 000 000
Empréstimos obrigacionistas	1 250 000	27 500 000	3 750 000	208 000 000	254 900 000	495 400 000
Outros empréstimos	—	—	—	—	—	—
Incentivos reembolsáveis	2 847 178	653 836	653 837	653 837	980 757	5 789 445
	<u>171 093 268</u>	<u>55 653 836</u>	<u>44 403 837</u>	<u>208 653 837</u>	<u>255 880 757</u>	<u>735 685 535</u>

25. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento verificado nas provisões e perdas por imparidade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser detalhado como segue:

	31.12.2021			Total
	Provisões	Perdas de imparidade em contas a receber (Notas 15 e 16)	Perdas de imparidade em inventários (Nota 13)	
Saldo inicial	16 689 458	3 618 696	13 046 936	33 355 090
Aquisições de subsidiárias (Nota 6)	4 081 872	64 824	—	4 146 696
Aumentos	426 982	146 887	—	573 869
Transferências	—	—	—	—
Utilizações	(12 204)	—	—	(12 204)
Reversões	(1 196 523)	(5 926)	(2 632 384)	(3 834 833)
Variações cambiais	83 488	(1 215)	—	82 273
Transferência para atividades descontinuadas	(15 990 834)	(210 495)	—	(16 201 329)
Saldo final	4 082 239	3 612 771	10 414 552	18 109 562

	31.12.2020			Total
	Provisões	Perdas de imparidade em contas a receber (Notas 15 e 16)	Perdas de imparidade em inventários (Nota 13)	
Saldo inicial	17 307 171	3 624 622	14 837 369	35 769 162
Aumentos	191 810	—	—	191 810
Transferências	—	—	—	—
Utilizações	(789 627)	—	—	(789 627)
Reversões	(19 896)	(5 926)	(1 790 433)	(1 816 255)
Saldo final	16 689 458	3 618 696	13 046 936	33 355 090

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o montante dos aumentos e reversões apresentado na demonstração dos resultados detalha-se como segue:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Aumentos/(Reversões) de perdas por imparidade de inventários	(2 632 384)	(1 790 433)
Aumentos/(Reversões) de perdas por imparidade de contas a receber	(5 926)	(5 926)
Aumentos/(Reversões) de provisões para outros riscos e encargos	(936 790)	41 614
	<u>(3 575 100)</u>	<u>(1 754 745)</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, o montante remanescente entre o que foi registrado na demonstração dos resultados e o montante líquido apresentado nas rubricas de “Aumentos” e “Reversões”, prende-se com: i) os aumentos e reversões referentes às provisões de desmantelamento da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias, as quais são registadas por contrapartida de um aumento/diminuição dos respetivos ativos fixos tangíveis (no montante de, aproximadamente, 163.000 Euros), e com ii) o impacto das atividades descontinuadas no montante de, aproximadamente, 151.000 Euros (Nota 7).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a subsidiária Caima Indústria de Celulose, S.A. procedeu ao pagamento de uma liquidação adicional de Imposto sobre o Valor Acrescentado de anos anteriores às autoridades fiscais alemãs, no montante de 2.722.651 Euros, o qual registou na rubrica “Outros ativos não correntes” por não concordar com os fundamentos daquela liquidação. Durante o mês de janeiro de 2014 procedeu a um pagamento adicional de Imposto sobre o Valor Acrescentado às mesmas entidades de, aproximadamente, 700.000 Euros. Para fazer face ao risco

daquelas liquidações adicionais se tornarem definitivas o Grupo Altri registou, em 2013, um passivo na rubrica “Provisões”. Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “Reversões” inclui o montante de, aproximadamente, 937.000 Euros, que está relacionado com o parecer favorável obtido pela subsidiária por decisão do tribunal relativamente ao exercício de 2007. Relativamente ao montante remanescente registado como provisões, face à manutenção da graduação como provável para os anos em aberto, é entendimento do Conselho de Administração que este montante corresponde à melhor estimativa à data de 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Provisões” refere-se, essencialmente, à provisão para desmantelamento e descomissionamento das centrais de produção de energia exploradas por aquelas entidades. De acordo com o previsto nas respetivas licenças ambientais das centrais termoelétricas, ao ser declarada a cessação de atividade de uma central, tem início a sua fase de desativação, ou seja, o conjunto de atividades de descomissionamento, desmantelamento, demolição e requalificação ambiental. Em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3 j) estas provisões são calculadas com base no valor atual das responsabilidades futuras e registadas por contrapartida de um aumento dos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo amortizados pelo período remanescente de vida útil esperada dos respetivos ativos. O efeito da atualização financeira do exercício é reconhecido na rubrica gastos financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, estes passivos foram transferidos para a rubrica de “Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

O restante montante registado na rubrica “Provisões” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração para fazer face à totalidade das perdas a incorrer com processos judiciais atualmente em curso.

26. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica dizia respeito integralmente às parcelas de subsídios ao investimento não reembolsáveis (Notas 24 e 30) a qual tinha a seguinte decomposição:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Total	Corrente (Nota 30)	Não corrente	Total	Corrente (Nota 30)	Não corrente
Biotek						
POE	—	—	—	11 089	—	11 089
SIME	271 997	47 544	224 453	314 005	47 353	266 652
	271 997	47 544	224 453	325 094	47 353	277 741
Celbi						
PIN	8 238 287	2 786 717	5 451 570	10 685 650	2 798 773	7 886 877
Outros subsídios	9 999	333	9 666	10 333	333	10 000
	8 248 286	2 787 050	5 461 236	10 695 983	2 799 106	7 896 877
Caima Indústria						
QREN	1 648 511	611 983	1 036 528	2 281 586	633 076	1 648 510
	1 648 511	611 983	1 036 528	2 281 586	633 076	1 648 510
Altri Florestal						
Proder	3 814	1 176	2 638	4 991	1 176	3 815
	3 814	1 176	2 638	4 991	1 176	3 815
Greenvolt						
IAPMEI	—	—	—	834 043	222 411	611 632
	—	—	—	834 043	222 411	611 632
Viveiros						
Proder	48 791	48 791	—	97 582	48 791	48 791
	48 791	48 791	—	97 582	48 791	48 791
	10 221 399	3 496 544	6 724 855	14 239 279	3 751 913	10 487 366

Em janeiro de 2007, a Celbi e a Altri assinaram um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o Estado Português considerado de interesse

nacional (PIN) este projeto de expansão da capacidade produtiva da Celbi. Em 2015 foi considerado pelos organismos competentes que os objetivos e méritos do projeto tinham sido alcançados sendo atribuído o prémio de realização de 41.315.930 Euros. A Celbi classificou aquele montante em “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 26 e 30) líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como rendimento na demonstração dos resultados (Nota 36) na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

Em janeiro de 2014 a Celbi assinou um novo contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de setembro, com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP), tendo o projeto de modernização e expansão da unidade fabril sido considerado, pelo Estado Português, de interesse estratégico e de relevância para a economia nacional. Caso a Celbi cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 75% do montante de incentivo reembolsável. Em 2021, a AICEP, na sequência da decisão da Comissão Diretiva do Compete, e atendendo que os principais objetivos, o mérito e as condicionantes se encontram cumprido, aprovou o encerramento do projeto, atribuindo em definitivo um prémio de realização no valor global de 4.367.689 euros. A Celbi classificou aquele montante em “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”, líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como proveito na demonstração dos resultados (Nota 36) na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

A Caima Indústria assinou, no exercício de 2014, um contrato de concessão de incentivos financeiros e fiscais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 287/2007 com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E. (AICEP) para um montante de investimento global de 35.161.000 Euros. Caso a Caima Indústria cumprisse com os objetivos propostos e medidos nos finais dos anos de 2016, 2017 e 2019 o Estado Português concederia ainda um Prémio de Realização que corresponderá ao não reembolso de até 48% do montante de incentivo reembolsável. Tais objetivos foram cumpridos pela subsidiária com referência a 31 de dezembro de 2019, pelo que o valor foi reconhecido como uma conta a receber.

Até 31 de dezembro de 2021 a Caima recebeu o montante de 2.017.596 Euros referentes ao Prémio de Realização pelo cumprimento dos objetivos medidos no ano de 2016, o qual se encontra registado no passivo não corrente líquido do montante que tem vindo a ser reconhecido diretamente como proveito na demonstração dos resultados (Nota 36) na proporção da parte já amortizada dos ativos fixos tangíveis subsidiados de acordo com a política contabilística da Nota 2.3 e).

Em 31 de dezembro de 2020, o montante apresentado referente à subsidiária Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. diz respeito ao subsídio ao investimento atribuído a fundo perdido para financiamento da Central de Mortágua. Em 31 de dezembro de 2021, estes passivos foram transferidos para a rubrica de “Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

27. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2021	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores, conta corrente	50 799 903	50 798 771	154	978
Fornecedores, faturas em receção e conferência	22 138 053	22 138 053	—	—
Fornecedores - títulos a pagar	61 803 336	61 803 336	—	—
	134 741 292	134 740 160	154	978

	31.12.2020	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores, conta corrente	40 668 226	40 421 499	17 697	229 030
Fornecedores, faturas em receção e conferência	18 594 848	18 329 095	96 685	169 068
Fornecedores - títulos a pagar	44 841 419	44 841 419	—	—
	104 104 493	103 592 013	114 382	398 098

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Fornecedores” respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades do Grupo.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Fornecedores – títulos a pagar” refere-se aos saldos de fornecedores cedidos em operações de *confirming*, conforme descrito na Nota 2.3 I).

28. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outros dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2021	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores de ativos fixos	2 366 981	2 366 981	—	—
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 18)	8 588 671	8 588 671	—	—
Outras dívidas	5 670 566	5 626 210	—	44 356
	16 626 218	16 581 862	—	44 356

	31.12.2020	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores de ativos fixos	2 560 508	2 560 508	—	—
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 18)	3 771 728	3 771 728	—	—
Outras dívidas	7 061 866	7 017 510	—	44 356
	13 394 102	13 349 746	—	44 356

29. PASSIVOS ASSOCIADOS A CONTRATOS COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Passivos associados a contratos com clientes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Rappel e descontos a liquidar	4 901 173	3 341 862
Comissões a liquidar	446 000	300 074
	5 347 173	3 641 936

30. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Encargos a liquidar		
Encargos com energia e gás a liquidar	11 420 548	3 143 515
Remunerações a liquidar	4 469 003	4 117 711
Rendas a liquidar	63 424	196 778
Seguros a liquidar	144 029	28 774
Taxas hídricas a liquidar	1 273 321	1 186 896
Outros encargos a liquidar	9 183 960	8 774 789
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios ao investimento (Notas 24 e 26)	3 496 544	3 751 913
	<u>30 050 829</u>	<u>21 200 376</u>

A rubrica “Outros encargos a liquidar” diz respeito, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, essencialmente, a despesas relacionadas com a atividade operacional já incorridas e ainda não faturadas.

A variação na rubrica “Encargos com energia e gás a liquidar” é essencialmente explicada pelo efeito preço.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as subsidiárias do Grupo Altri tinham em vigor contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura das variações da taxa de juro e contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura da variação da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2021 foram ainda celebrados contratos de instrumentos financeiros derivados para cobertura das variações do preço da pasta de papel. Todos estes instrumentos são registados de acordo com o seu justo valor.

As subsidiárias do Grupo Altri apenas utilizam derivados para cobertura de fluxos de caixa associados às operações geradas pela sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é como segue:

	31.12.2021				31.12.2020			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de taxa de juro	—	163 618	144 498	540 350	—	—	131 976	1 053 386
Derivados de taxa de câmbio	1 130 725	—	2 273 978	—	7 313 870	—	230 685	—
Derivados de preço da pasta	—	—	680 674	—	—	—	—	—
	<u>1 130 725</u>	<u>163 618</u>	<u>3 099 150</u>	<u>540 350</u>	<u>7 313 870</u>	<u>—</u>	<u>362 661</u>	<u>1 053 386</u>

(i) Derivados de taxa de juro

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade das taxas de juro, o Grupo tem emitida dívida a taxa fixa e contratados instrumentos financeiros derivados, designadamente, “swaps” de taxa de juro. Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica do passivo “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo Altri tinha em vigor contratos de derivados de taxa de juro cujos montantes totais são como segue:

Tipo	Montante	Maturidade	Juro	Fixing	Justo valor	
					31.12.2021	31.12.2020
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,820%	(167 940)	(298 306)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,806%	(170 078)	(294 721)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,818%	(167 705)	(297 493)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,805%	(170 377)	(294 841)
Interest rate swap	20 000 000	27/07/2027	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,027%	28 675	—
Interest rate swap	20 000 000	27/07/2027	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	(0,060)%	126 195	—
					(521 230)	(1 185 361)

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas estes derivados cumprem com os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura de taxa de juro (Nota 2.3 I).

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pelo Grupo foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., utilizando as *Par Rates de Swaps*, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas *Reuters* e/ou *Bloomberg*, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que servem para descontar os *cash flows* fixos (*leg* fixo) e os *cash flows* variáveis (*leg* variável). O somatório das duas parcelas resulta no Valor Atualizado Líquido dos *cash flows* futuros ou justo valor dos derivados.

De referir, por fim, que a 31 de dezembro de 2021, o Grupo Altri apresentava cerca de 22% (31% em 31 de dezembro de 2020) da sua dívida financeira nominal bruta emitida a taxa fixa, tendo, adicionalmente, contratados *swaps* de taxa de juro - nos quais permuta o indexante Euribor (6M) por uma taxa fixa - sobre um nocional global de 60 milhões euros, associados ao Empréstimo Obrigacionista “Altri 2017/2025” e Empréstimo Obrigacionista “Celbi 2017/2027”. Estes *swaps* de taxa de juro, celebrados por decisão da Administração em junho de 2018 e novembro de 2021, permitem uma cobertura que corresponde a cerca de 10% da dívida financeira nominal bruta emitida. Por conseguinte, com referência a 31 de dezembro de 2021, 68% da dívida financeira bruta do Grupo Altri encontrava-se indexada a taxa variável (66% a 31 de dezembro de 2020).

Decorrente da aquisição de Tilbury, foi celebrado um contrato derivado de taxa de juro, com o objetivo de mitigar o risco de volatilidade quanto à evolução da taxa de juro do novo financiamento constituído em 2021, no valor nominal de 120 milhões de Libras Esterlinas. Neste caso, foi permutada a taxa de juro (indexante) variável “SONIA” por uma taxa de juro fixa de 0,8658%. Este contrato foi avaliado de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2021, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica de “Instrumentos financeiros derivados”. Em 31 de dezembro de 2021, estes ativos e passivos foram transferidos para as rubricas de “Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” e “Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

(ii) Derivados de taxa de câmbio

O Grupo Altri utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Com efeito, uma parte relevante das vendas do Grupo (cerca de metade) são efetuadas em USD. Deste modo, as alterações na taxa de câmbio EUR/USD podem afetar os resultados do Grupo de forma significativa.

Com o intuito de monitorar e mitigar este risco, o Grupo Altri analisa de forma permanente a sua exposição às flutuações da taxa de câmbio, avaliando a evolução da cotação à vista do EUR/USD, bem como as suas taxas *forward*, definindo e implementando estratégias de *hedging* sempre que considera conveniente. Estas estratégias têm por base uma política de cobertura de risco cambial previamente definida pela Comissão Executiva e que consiste em cobrir uma parte dos *cash flows* resultantes das suas vendas estimadas.

Em 2020, a Comissão Executiva definiu um mandato de cobertura, para o ano fiscal de 2021, de até cerca de 24% do total das vendas estimadas de pasta BHKP e de até cerca de 78% do total das vendas estimadas para a pasta DWP. Este mandato assenta na contratação de opções de venda e de compra de estilo asiático sobre o dólar dos Estados Unidos (*average rate collars*) numa base mensal e com um horizonte temporal de cobertura de 12 meses (de janeiro de 2021 até dezembro de 2021). Relativamente a horizontes temporais mais curtos (até 90 dias), o Grupo privilegia a utilização de *forwards* cambiais para mitigar o risco de evolução desfavorável da taxa de câmbio EUR/USD.

Desta forma, o Grupo Altri contratou, durante os exercícios de 2021 e 2020 “opções” e “forwards” de taxa de câmbio de dólares dos Estados Unidos, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo Altri tinha em vigor os seguintes contratos derivados de taxa de câmbio:

Nocional USD / mês	Vencimento	31.12.2021		Asian Collar range (strikes médios)	
		Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
17 000 000	1H2022	209 225	(829 287)	1,1342	1,1711
17 000 000	2H2022	840 095	(1 367 707)	1,1342	1,1711
Nocional USD / mês	Vencimento	Ativo	Passivo	Forwards Simples (vendas USD)	
				Forward (médio)	
3 000 000	Jan-22	13 722	—	1,1319	
6 000 000	Jan-22	—	(44 664)	1,1474	
7 000 000	Fev-22	31 377	—	1,1319	
8 000 000	Fev-22	—	(32 320)	1,1432	
3 000 000	Mar-22	36 306	—	1,1233	
		<u>1 130 725</u>	<u>(2 273 978)</u>		
Nocional USD / mês	Vencimento	31.12.2020		Asian Collar range (strikes médios)	
		Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
14 000 000	1H2021	3 358 624	(31 606)	1,1325	1,1718
14 000 000	2H2021	3 955 246	(199 079)	1,1325	1,1718
		<u>7 313 870</u>	<u>(230 685)</u>		

(iii) Derivados de cobertura do preço da pasta

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade do preço da pasta de papel, o Grupo contratou derivados de cobertura do preço da pasta de papel, os quais foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2021, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2021 encontravam-se em vigor os seguintes contratos de derivados de cobertura do preço da pasta de papel:

Quantidade coberta	Início	Vencimento	31.12.2021		31.12.2020	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
3.500 ton/mês	01/01/2022	31/12/2022	—	(680 674)	—	—
			—	(680 674)	—	—

O apuramento do justo valor dos derivados, de cobertura do preço da pasta de papel, contratados pelo Grupo foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., é calculada a diferença entre a cotação

estimada da pasta de papel (PIX) e o preço fixado para os prazos relevantes, que posteriormente é atualizada para a data a que se reporta a avaliação.

De acordo com as políticas contábilísticas adotadas, estes derivativos de pasta de papel cumprem com os requisitos para serem considerados como instrumentos de cobertura, pelo que a variação do seu justo valor foi registrada na rubrica do capital próprio “Reservas de cobertura”.

(iv) Derivados de inflação (RPI)

No seguimento da aquisição da central de Tilbury pela subsidiária GreenVolt em 2021 (Nota 6), foi celebrado um contrato derivado de inflação, que fixou o crescimento anual em 3,4532% até 2037, com o objetivo de cobrir a incerteza associada à evolução do *Retail Price Index* (RPI), tendo em conta que o crescimento da componente ROC da receita de Tilbury é influenciado pelo RPI. De acordo com as políticas contábilísticas adotadas, estes derivativos cumprem com os requisitos para serem considerados como instrumentos de cobertura, pelo que a variação do seu justo valor foi registrada na rubrica do capital próprio “Reservas de cobertura”. Em 31 de dezembro de 2021, estes ativos e passivos foram transferidos para as rubricas de “Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” e “Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

O movimento ocorrido no justo valor dos instrumentos financeiros derivados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser detalhado como segue:

2021	Derivados de cobertura de preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Derivados de inflação (RPI)	Total
Saldo inicial	—	(1 185 362)	7 083 185	—	5 897 823
Aquisições de subsidiárias (Nota 6)	—	(8 145 161)	—	—	(8 145 161)
Variação do justo valor					
Efeitos em capitais próprios	(680 674)	1 792 311	(7 930 436)	(37 066 574)	(43 885 373)
Efeitos na demonstração de resultados (Nota 38)	—	(845 064)	(2 245 281)	—	(3 090 345)
Efeitos na demonstração da posição financeira	—	9 050 761	1 949 279	—	11 000 040
Variações cambiais	—	(46 827)	—	(503 584)	(550 411)
Transferência para atividades descontinuadas (Nota 7)	—	(1 141 888)	—	37 570 158	36 428 270
Saldo final	(680 674)	(521 230)	(1 143 253)	—	(2 345 157)

2020	Derivados de cobertura de preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
Saldo inicial	—	(1 030 123)	(212 277)	(1 242 400)
Variação do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	—	(145 914)	8 309 260	8 163 346
Efeitos na demonstração de resultados (Nota 38)	—	(222 826)	(3 051 786)	(3 274 612)
Efeitos na demonstração da posição financeira	—	213 501	2 037 988	2 251 489
Saldo final	—	(1 185 362)	7 083 185	5 897 823

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor, durante os exercícios de 2021 e 2020, dos instrumentos de cobertura na parte corrida, dos instrumentos que embora tenham sido contratados com o objetivo de cobertura, não cumprem com os requisitos para serem classificados como tal e a parte ineficaz dos instrumentos de cobertura foram registados diretamente na

demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Nota 38). Em 31 de dezembro de 2021, o montante remanescente entre o que foi registado na demonstração dos resultados e o montante apresentado na rubrica de “Efeitos na demonstração de resultados”, prende-se com o impacto das atividades descontinuadas no montante de, aproximadamente, 576.000 Euros (Nota 7).

32. GARANTIAS E OUTROS COMPROMISSOS

a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as garantias prestadas relacionadas com as atividades continuadas tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2021	31.12.2020
AICEP/API (Nota 24)	2 178 013	2 178 013
Outros	2 230 534	3 475 034
	<u>4 408 547</u>	<u>5 653 047</u>

Em 31 de dezembro de 2021, as garantias prestadas relacionadas com as atividades descontinuadas ascendem ao montante de 2.230.204 Euros e dizem respeito essencialmente a garantias operacionais associadas às áreas de negócio de produção de energia solar, produção de energia através de biomassa e produção energética descentralizada.

b) Outros compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado assumidos pelas empresas do Grupo Altri (atividades continuadas e descontinuadas) são de, aproximadamente, 33.400.000 Euros (11.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2020).

Os compromissos futuros estão essencialmente relacionados com a aquisição de equipamento fabril, nomeadamente, caldeira de biomassa e ETAR - remodelação do tratamento secundário.

33. FUNDOS DE PENSÕES

Algumas empresas do Grupo Altri possuem compromissos relacionados com encargos com fundos de reforma que se encontram cobertos pelo valor dos fundos de pensões autónomos, encontrando-se reconhecidas as responsabilidades líquidas não cobertas nos termos definidos no IAS 19, como de seguida se detalha.

O Fundo de Pensões Caima e Altri Florestal, constituído por escritura de 31 de dezembro de 1987 e administrado pela “BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.”, destina-se a garantir aos trabalhadores (i) que à data normal da reforma ou (ii) na cessação contratual do contrato de trabalho com a Empresa, tenham pelo menos 57 anos de idade e 10 anos de serviço contínuo; o direito a um complemento de reforma, a partir da idade normal de reforma, cujo valor tem por base a média dos vencimentos ilíquidos dos últimos dois anos ao serviço da empresa. Por decisão da Administração da Caima, o Fundo de Pensões Caima e Altri Florestal foi dividido em dois fundos autónomos em dezembro de 1998, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Caima e a Altri Florestal transferiram as quotas-partes das adesões coletivas que detêm junto do BPI Pensões para o Fundo de Pensões Tejo. Esta transferência foi requerida ao Instituto de Seguros de Portugal em 23 de setembro de 2010 tendo este deliberado favoravelmente em 3 de março de 2011, pelo que em abril de 2011 o património de fundo de pensões da Altri Florestal e da Caima foi incorporado no Fundo de Pensões Tejo, com a designação de Plano de Pensões C.

O Fundo de Pensões Tejo foi constituído pela Biotek em 28 de fevereiro de 2005, com o objetivo de financiar, entre outros, o Plano de Pensões decorrente dos Regulamentos e Acordos de Empresa aplicáveis aos Associados. Através de acordo celebrado com as estruturas sindicais em 2007, foi

criado um novo Plano de Pensões aplicável a todos os trabalhadores admitidos após 1 de setembro de 2007, data da entrada em vigor do novo acordo, e ainda a todos os trabalhadores admitidos antes dessa data, que optem de forma expressa pelo novo Plano de Pensões. O Fundo de Pensões Tejo passou, assim, a financiar os benefícios definidos em três Planos de Pensões previstos em Regulamento publicado em Ordem de Serviço de 2002, e ainda os benefícios definidos no novo Plano de Pensões, que passou a designar-se como Plano de Pensões B, previsto no Acordo de Empresa publicado no BTE, nº 32, de 29/08/2007. A partir do exercício de 2009, o Plano de Pensões B passou a aplicar-se a todos os trabalhadores no ativo da Biotek, e os restantes Planos de Pensões passaram a cobrir as responsabilidades referentes a todos os ex-trabalhadores cuja cessação de contrato tivesse contemplado o direito a pensão, nos termos dos benefícios definidos em cada um dos Planos de Pensões.

Em 1 de maio de 2014, foi criado um novo Plano de Pensões de Contribuição Definida (CD), integrado no Fundo de Pensões Tejo sob a designação Plano de Pensões CD, e aplicável a todos os trabalhadores no ativo dos três Associados, Biotek, Caima e Altri Florestal. Aos trabalhadores admitidos até 30 de abril de 2014, foi dado o direito de opção de adesão ao novo Plano de Pensões CD, mediante renúncia expressa e definitiva ao Plano de Pensões de Benefício Definido, nas seguintes condições: (a) a todos os trabalhadores da Biotek, no ativo em 30 de abril de 2014 com contrato sem termo, foi dada a opção de escolher entre transitar ou não para o plano de contribuição definida (b) no caso da Caima e da Altri Florestal, apenas foi dado direito de opção aos trabalhadores que, em 30 de abril de 2014, tivessem contrato sem termo com tempo de serviço maior ou igual a 10 anos e idade igual ou superior a 57 anos. Assim, O Fundo de Pensões Tejo passou a financiar as responsabilidades de cinco Planos de Pensões, quatro dos quais de Benefício Definido, e com responsabilidades tendencialmente a extinguir, e um Plano de Pensões de Contribuição Definida, cujas contribuições variam anualmente em função dos resultados do Grupo Altri e são atribuídas a cada trabalhador de cada um dos Associados, em função dos respetivos salários pensionáveis e tempo de serviço.

A partir de 2014, a Celbi atribui aos seus colaboradores com contrato de trabalho subordinado sem termo, um plano de pensões de contribuição definida. De acordo com este plano, a Celbi atribui a cada trabalhador do quadro permanente uma percentagem do seu salário pensionável em função do seu tempo de serviço. A contribuição para o Fundo de Pensões varia anualmente em função dos resultados do Grupo Altri, sendo contabilizadas como custo no exercício as contribuições que efetua, deixando de ter responsabilidades por benefícios futuros relacionadas com o Fundo de Pensões.

Os planos de benefícios definidos não são contributivos para os seus participantes.

Com o novo regime de planos de contribuição definida, o Grupo contabiliza como custo no exercício as contribuições que efetua, deixando de ter responsabilidades por benefícios futuros relacionadas com o Fundo de Pensões.

De acordo com os estudos atuariais realizados pelas sociedades gestoras dos fundos com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor atual das responsabilidades por serviços passados para os colaboradores no ativo e para os reformados, bem como a situação patrimonial dos fundos de pensões, naquelas datas, eram como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
	Caima/Biotek/Altri Florestal	Caima/Biotek/Altri Florestal
Responsabilidades atuais por serviços passados	12 535 895	13 817 714
Situação patrimonial dos fundos de pensões	9 264 736	8 637 510

O movimento verificado no valor atual das responsabilidades por serviços passados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

31 de dezembro de 2021

	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Responsabilidades no início do exercício	865 937	5 898 884	2 666 114	4 386 779	13 817 714
Benefícios pagos pelos Fundos de Pensões	(36 366)	(453 191)	(126 724)	(297 494)	(913 775)
Custo dos serviços correntes	—	—	6 242	—	6 242
Custo dos juros	5 938	39 726	18 220	29 575	93 459
Perdas/(Ganhos) atuariais					
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros	(26 158)	(138 009)	(84 761)	(101 543)	(350 471)
Resultantes de ajustamentos de experiência	58 397	42 399	(3 016)	(215 054)	(117 274)
Responsabilidades no fim do exercício	867 748	5 389 809	2 476 075	3 802 263	12 535 895

31 de dezembro de 2020

	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Responsabilidades no início do exercício	856 273	6 085 854	2 747 895	4 518 349	14 208 371
Benefícios pagos pelos Fundos de Pensões	(63 581)	(454 266)	(92 951)	(337 543)	(948 341)
Custo dos serviços correntes	—	—	7 838	1 269	9 107
Custo dos juros	8 387	58 586	26 951	43 556	137 480
Perdas/(Ganhos) atuariais					
Resultantes de alterações de pressupostos financeiros	26 481	152 291	91 520	114 089	384 381
Resultantes de ajustamentos de experiência	38 377	56 419	(115 139)	47 059	26 716
Responsabilidades no fim do exercício	865 937	5 898 884	2 666 114	4 386 779	13 817 714

O movimento verificado na situação patrimonial dos fundos de pensões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

31 de dezembro de 2021

	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Valor dos Fundos de Pensões no início do exercício	477 131	3 667 296	1 755 927	2 737 156	8 637 510
Dotações	62 658	242 399	482 240	648 730	1 436 027
Pensões pagas	(36 366)	(453 191)	(126 724)	(297 494)	(913 775)
Rendimento/Retorno do Fundo					
Rendimento/Retorno do Fundo	3 265	22 323	14 558	17 108	57 254
Rendimento de juros	3 216	24 105	11 812	18 023	57 156
Transferência entre associados/planos	—	—	—	—	—
Outros	(519)	(3 562)	(2 174)	(3 181)	(9 436)
Valor dos Fundos de Pensões no fim do exercício	509 385	3 499 370	2 135 639	3 120 342	9 264 736

31 de dezembro de 2020

	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Valor dos Fundos de Pensões no início do exercício	519 191	3 964 733	2 009 742	2 946 173	9 439 839
Dotações	—	—	—	121 386	121 386
Pensões pagas	(63 581)	(454 266)	(92 951)	(337 543)	(948 341)
Rendimento/Retorno do Fundo					
Rendimento/Retorno do Fundo	1 309	10 063	4 818	7 511	23 701
Rendimento de juros	1 122	8 625	4 129	6 437	20 313
Transferência entre associados/planos	20 237	146 914	(167 151)	—	—
Outros	(1 147)	(8 773)	(2 660)	(6 808)	(19 388)
Valor dos Fundos de Pensões no fim do exercício	477 131	3 667 296	1 755 927	2 737 156	8 637 510

Considerando a diferença entre o valor das responsabilidades em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e o valor dos fundos de pensões à mesma data, o passivo para “Responsabilidades por pensões” foi diminuído no montante de 1.909.045 Euros e aumentado em 411.674 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos na rubrica “Responsabilidades para pensões” detalham-se do seguinte modo:

31 de dezembro de 2021

	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Responsabilidade por pensões no início do exercício	388 806	2 231 588	910 187	1 649 623	5 180 204
Reforço / (reversão) em outro rendimento integral	29 493	(114 371)	(100 161)	(330 529)	(515 568)
Reforço / (reversão) na demonstração dos resultados	2 722	15 621	12 650	11 557	42 550
Liquidações e Dotações	(62 658)	(242 399)	(482 240)	(648 730)	(1 436 027)
Reclassificação	—	—	—	—	—
Responsabilidade por pensões no fim do exercício	358 363	1 890 439	340 436	681 921	3 271 159

31 de dezembro de 2020

	Planos				
	Ex - Adminis. (DA)	Plano A	Plano B	Plano C	Total
Responsabilidade por pensões no início do exercício	337 080	2 121 120	737 176	1 573 153	4 768 529
Reforço / (reversão) em outro rendimento integral	64 696	207 420	(25 777)	160 445	406 784
Reforço / (reversão) na demonstração dos resultados	7 268	49 961	30 660	38 388	126 277
Liquidações e Dotações	—	—	—	(121 386)	(121 386)
Reclassificação	(20 237)	(146 914)	167 151	—	—
Responsabilidade por pensões no fim do exercício	388 807	2 231 587	909 210	1 650 600	5 180 204

No que respeita aos referidos planos, os riscos podem ser divididos entre:

(i) Riscos Financeiros

O Fundo encontra-se sujeito ao risco de variabilidade dos rendimentos gerados pelos ativos que compõem a carteira do fundo, nomeadamente o risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de variação de preço e risco cambial para a componente expressa em moedas distintas do euro.

- O risco de taxa de juro resulta da relação inversa que se verifica entre as taxas de juro de mercado e o preço das obrigações. Assim quando as taxas de juro de mercado descem o preço das obrigações sobe e, quando as taxas de juro de mercado sobem o preço das obrigações desce;
- O risco de crédito das obrigações consiste na perceção que os investidores têm relativamente à capacidade de pagamentos, juros e capital, por parte das entidades emitentes;

- O risco de variação de preços das ações decorre da alteração das expectativas dos investidores relativamente às condições macroeconómicas e setoriais onde opera a empresa e, acima de tudo da evolução das condições específicas do negócio de cada empresa.

(ii) Riscos Atuariais

Os riscos atuariais são constituídos por responsabilidades de pagamento de pensões, apresentando vários riscos que podem ter impacto negativo no valor das responsabilidades do Fundo, nomeadamente taxa de crescimento das pensões, aumento da esperança média de vida e taxa de desconto.

A gestão dos riscos relevantes que afetam o fundo de pensões é efetuada através da Sociedade Gestora do mesmo, através dos seguintes mecanismos:

- A política de investimentos é revista obrigatoriamente de três em três anos, sendo que no final de cada ano é feita uma avaliação tendo em conta as responsabilidades do fundo e, caso os pressupostos que estiveram na base da sua elaboração se alterem, de forma material, a Sociedade Gestora do mesmo propõe uma retificação à política de investimentos.
- Os procedimentos utilizados para efetuar a adequação entre os ativos financeiros e as responsabilidades, tem por base a distribuição das responsabilidades por escalões etários, sendo associado a esta um perfil de risco.
- A distribuição de ações/obrigações por escalão etário, tem por base o princípio de ciclo de vida, o qual considera que a tolerância ao risco diminui (redução do peso de ações) à medida que diminui o horizonte de investimento (aproximação da idade da reforma).
- A proposta de alocação resulta da ponderação destes perfis, de acordo com o peso de cada escalão na estrutura global das responsabilidades.
- Adicionalmente, e por dedução à componente de obrigações, consideramos uma parcela de ativos não correlacionados (*hedge funds, imobiliário, private equity, commodities*), com um peso que pode oscilar entre 5% e 10%, cujo objetivo é aumentar o nível de diversificação.
- A Política de Investimentos seguida pelo Sub-Fundo de Pensões BD Tejo a 31 de dezembro de 2021 e 2020, obedece às regras estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R.

As responsabilidades relativas ao plano de Pensões em 31 de dezembro de 2021 foram determinadas com base nos seguintes pressupostos:

- (i) Método de cálculo "*Projected Unit Credit*";
- (ii) Tábuas de Mortalidade TV 88/90;
- (iii) Taxa de rendimento/desconto 1%;
- (iv) Taxa de crescimento dos salários 1%.

O Fundo de Pensões Tejo tem as seguintes características:

- (i) Composição da carteira:
 - a. 12% ações;
 - b. 68,7% obrigações a taxa fixa;
 - c. 9,2% obrigações a taxa variável.Investimentos alternativos:
 - d. 2,0% Imobiliário;
 - e. 5,3% Liquidez *Hedge Funds*.
- (ii) Retorno esperado dos ativos do plano no longo prazo 1,30%.

As responsabilidades relativas ao plano de Pensões em 31 de dezembro de 2020 foram determinadas com base nos seguintes pressupostos:

- (i) Método de cálculo "*Projected Unit Credit*";
- (ii) Tábuas de Mortalidade TV 88/90;

- (iii) Taxa de rendimento/desconto 0,7%;
- (iv) Taxa de crescimento dos salários 1%.

O Fundo de Pensões Tejo tem as seguintes características:

- (i) Composição da carteira:
 - a. 11,6% ações;
 - b. 71,3% obrigações a taxa fixa;
 - c. 8,7% obrigações a taxa variável.
 Investimentos alternativos:
 - d. 2,0% Imobiliário;
 - e. 5,0% Liquidez *Hedge Funds*.
- (ii) Retorno esperado dos ativos do plano no longo prazo 4,19%.

A taxa de desconto utilizadas foram selecionadas por referência às taxas de rendimento de um cabaz de obrigações “corporate” de alta qualidade. Foram selecionadas as obrigações cuja maturidade e “notação de rating” foram considerados como apropriadas, atendendo ao montante e ao período de ocorrência dos fluxos monetários associados aos pagamentos dos benefícios aos colaboradores.

O Grupo Altri procedeu a uma análise de sensibilidade desta valorização a variações do pressuposto significativo, tendo concluído que caso tivesse considerado uma taxa de desconto inferior em 25 pontos base o valor da responsabilidade viria aumentado em, aproximadamente, 0,3 milhões de Euros.

O montante reconhecido como gasto, relativamente aos benefícios de contribuição definida, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ascendeu a aproximadamente 475.000 euros e 566.000 Euros, respetivamente.

34. PARTES RELACIONADAS

As participadas do Grupo Altri têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas, as quais foram efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação as transações entre empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Os saldos a 31 de dezembro de 2021 e 2020 e as transações com entidades relacionadas durante os exercícios findos naquelas datas podem ser resumidos como segue:

	Compras e serviços recebidos		Vendas e prest. de serviços		Outros rendimentos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Transações						
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	20 502 798	17 549 955	618 391	—	37 616	1 572
Outras partes relacionadas (b)	2 869 924	3 330 238	166 908	—	131 993	128 051
	<u>23 372 722</u>	<u>20 880 193</u>	<u>785 299</u>	<u>—</u>	<u>169 609</u>	<u>129 623</u>
	Pagamentos de Passivos da locação		Juros suportados		Juros auferidos	
Transações	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	—	—	—	—	246 804	—
Outras partes relacionadas (b)	6 880 587	6 605 727	1 421 363	—	—	—
	<u>6 880 587</u>	<u>6 605 727</u>	<u>1 421 363</u>	<u>—</u>	<u>246 804</u>	<u>—</u>
	Contas a pagar		Contas a receber			
Saldos	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020		
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	3 128 339	2 185 564	165 504	1 600		
Outras partes relacionadas (b)	6 890 508	8 761 388	1 035 703	11 338		
	<u>10 018 847</u>	<u>10 946 952</u>	<u>1 201 207</u>	<u>12 938</u>		

Saldos	Empréstimos concedidos		Empréstimos de acionistas	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	20 329 191	—	—	—
Outras partes relacionadas (b)	20 140	—	40 826 529	—
	<u>20 349 331</u>	<u>—</u>	<u>40 826 529</u>	<u>—</u>

(a) Todas as entidades incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 conforme Nota 4.2.

(b) Nas “Outras partes relacionadas” estão incluídas as subsidiárias das sociedades do Grupo Ramada, Grupo Cofina, acionistas e outras entidades relacionadas.

A rubrica “Vendas e prest. de serviços” inclui prestação de serviços por entidades do Grupo V-Ridium a empreendimentos conjuntos. Em 31 de dezembro de 2021, estes proveitos foram transferidos para a rubrica de “Resultado depois de impostos das operações descontinuadas” (Nota 7).

A rubrica “Empréstimos concedidos” inclui empréstimos concedidos por entidades do Grupo V-Ridium a empreendimentos conjuntos. Em 31 de dezembro de 2021, estes ativos foram transferidos para a rubrica de “Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

A rubrica “Empréstimos de acionistas” inclui um empréstimo obtido de um acionista de uma das subsidiárias da GreenVolt, a Lakeside Topco Limited. Este empréstimo vence juros à taxa de 7%, sendo a data de pagamento do empréstimo no dia 31 de março de 2054. Desta forma, a totalidade do valor nominal do empréstimo foi classificado como não corrente. Na rubrica de “Juros suportados” estão incluídos essencialmente os juros associados ao referido empréstimo. Em 31 de dezembro de 2021, estes passivos foram transferidos para a rubrica de “Passivos diretamente associados ao grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas” (Nota 7).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram transações com os Administradores do Grupo nem lhes foram concedidos empréstimos.

35. COMPENSAÇÕES DOS GESTORES CHAVE

As compensações atribuídas aos gestores chave, que, dado o modelo de governação do Grupo, correspondem aos membros do Conselho de Administração da empresa mãe, auferidas em todas as sociedades do Grupo Altri, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, tem a seguinte composição:

	Conselho de Administração	
	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações fixas	3 088 533	2 837 247
Remunerações variáveis	855 000	350 000
	<u>3 943 533</u>	<u>3 187 247</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem: (i) planos ou sistemas de incentivos relacionados com a atribuição de ações aos membros do Conselho de Administração; (ii) regimes complementares de reforma antecipada para os administradores; (iii) indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores relativamente à cessão de funções durante o exercício; ou (iv) benefícios não pecuniários considerados como remuneração.

A administradora Laurentina Martins beneficia de um plano atribuído antes da sua nomeação para o Conselho de Administração em virtude de, na data da atribuição, ser colaboradora da subsidiária Caima – Indústria de Celulose, S.A.. As principais características e informação sobre o referido plano encontra-se detalhada na Nota 33. Em 31 de dezembro de 2021 o valor atual das pensões em pagamento afetas a esta colaboradora ascendia a 365.301 Euros, não tendo sido efetuada qualquer contribuição para o referido fundo em 2021. O valor auferido diretamente através do fundo de pensões em 2021 foi de 28.088 Euros. Adicionalmente durante 2021, o Grupo fez contribuições para

o fundo de pensões Celbi (contribuição definida) (Nota 33) para alguns administradores, no montante de 20.590 euros.

A Altri, S.G.P.S., S.A. não possui qualquer plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

36. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era composta como se segue:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Subsídios ao investimento e à exploração	4 599 905	4 692 525
Ganhos obtidos na alienação e abate de ativos fixos	630 044	197 686
Indemnizações relativas a sinistros	563 819	502 595
Outros	2 407 008	2 028 343
	<u>8 200 776</u>	<u>7 421 149</u>

37. OUTROS GASTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Outros gastos” no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era composta como se segue:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Impostos diretos e taxas	2 278 690	1 981 642
Donativos	127 299	94 057
Outros	885 173	844 446
	<u>3 291 162</u>	<u>2 920 145</u>

38. RESULTADOS FINANCEIROS

Os gastos e rendimentos financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Gastos financeiros:		
Juros suportados (Nota 24)	9 553 573	10 572 754
Gastos com juros relacionados com passivos da locação (Nota 10.2)	2 491 768	2 578 098
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 940 595	7 452 157
Perdas em instrumentos derivados (Nota 31)	5 165 565	4 753 067
Outros gastos e perdas financeiras	2 924 371	1 092 144
	<u>22 075 872</u>	<u>26 448 220</u>
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos	154 286	614 099
Diferenças de câmbio favoráveis	5 807 748	1 862 290
Ganhos em instrumentos derivados (Nota 31)	2 650 917	1 478 455
Outros rendimentos e ganhos financeiros	33	459 017
	<u>8 612 984</u>	<u>4 413 861</u>

As rubricas “Ganhos em instrumentos derivados” e “Perdas em instrumentos derivados” correspondem a ganhos e perdas, respetivamente, resultantes da variação do justo valor de derivados em vigor no final de cada exercício e a perdas em instrumentos derivados resultantes de juros corridos e do vencimento ou liquidação de instrumentos derivados (Nota 31).

A rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” inclui entre outros, despesas incorridas com a montagem de empréstimos, que se encontram a ser reconhecidas como custo ao longo do período de vida do respetivo empréstimo (Nota 24).

39. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

A rubrica da demonstração dos resultados “Amortizações e depreciações” relativa a exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é composta como segue:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Ativos fixos tangíveis (Nota 9)	53 733 384	52 538 268
Ativo sob direito de uso (Nota 10.1)	9 860 173	9 332 199
Ativos intangíveis (Nota 12)	398 379	343 884
	<u>63 991 936</u>	<u>62 214 351</u>

40. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Número de ações para efeito de cálculo do resultado líquido básico e diluído	205 131 672	205 131 672
Resultado das operações continuadas para efeito do cálculo do resultado por ação	123 677 532	24 700 297
Resultado das operações descontinuadas para efeito do cálculo do resultado por ação	4 121 917	10 276 951
Resultado por ação		
Das operações continuadas		
Básico	0,60	0,12
Diluído	0,60	0,12
Das operações descontinuadas		
Básico	0,02	0,05
Diluído	0,02	0,05

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

41. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Tal como referido nas Notas 1 e 7, a GreenVolt e suas subsidiárias são apresentadas na presente informação financeira consolidada como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas, com referência a 31 de dezembro de 2021. Nos termos das operações referidas, a reorganização projetada terá como objetivo a separação das duas unidades de negócio autónomas da Altri correspondentes ao exercício da atividade da gestão de participações sociais, respetivamente, no setor da pasta de papel e no setor da produção de energia elétrica. Esta reorganização inseriu-se numa lógica de focalização e transparência dos negócios da Altri, visando conferir a cada uma das áreas uma maior visibilidade e perceção de valor pelo mercado, e que permitiu ao Grupo Altri concentrar a atividade no seu *core business*, a produção de pasta branqueada de eucalipto. Assim, com referência a 31 de dezembro de 2021, o seu Conselho de Administração considera existir um único segmento de negócio relatável, nomeadamente, a produção e

comercialização de pasta branqueada de eucalipto, sendo que a informação de gestão é também preparada e analisada nesta base.

Geograficamente, a repartição das vendas e prestações de serviços do Grupo por mercado é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Mercado interno	203 059 732	166 024 625
Mercado externo	582 157 593	401 598 198
	<u>785 217 325</u>	<u>567 622 823</u>

42. GASTOS COM PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o número médio de pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral foi de 757 e 766, respetivamente.

Em 31 de dezembro 2021 e 2020 a rubrica “Gastos com o pessoal” apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Remunerações	33 911 593	29 715 472
Encargos sobre remunerações	6 046 755	6 046 954
Indemnizações	178 424	286 738
Seguros	940 898	947 553
Custos com pensões	458 879	565 649
Outros	1 711 939	1 449 604
	<u>43 248 488</u>	<u>39 011 970</u>

43. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro 2021 e 2020 a rubrica “Fornecimento de serviços externos” apresenta o seguinte detalhe:

	31.12.2021	31.12.2020 (Reexpresso)
Energia	53 569 643	25 944 611
Transportes de mercadorias	39 396 801	33 106 338
Serviços especializados	16 244 128	15 167 981
Combustíveis	18 227 447	9 984 581
Custos com atividade florestal	23 823 551	18 667 078
Conservação e reparação	21 148 243	18 777 607
Rendas e alugueres	2 173 476	2 080 320
Seguros	5 716 213	5 652 503
Subcontratos	5 153 586	5 310 873
Outros	15 794 756	16 587 894
	<u>201 247 844</u>	<u>151 279 786</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a variação nas rubricas Energia e Combustíveis, são essencialmente explicadas por um aumento significativo verificado nos preços.

Em 31 de dezembro de 2021, a variação na rubrica Transporte de mercadorias, é essencialmente explicada pelo aumento dos preços dos transportes e também por um aumento dos volumes de importação de madeira.

Em 31 de dezembro de 2021, a variação na rubrica Custos com atividade florestal está essencialmente relacionada com um aumento da atividade de corte e venda da rolaria.

Em 31 de dezembro de 2021, a variação na rubrica Conservação e Reparação, é essencialmente explicada pelo facto de em 2020, devido à pandemia, não terem sido executados trabalhos de conservação e reparação na dimensão habitual, sendo que em 2021, estes custos encontram-se novamente nos valores normais de atividade do Grupo.

44. HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O total de honorários suportados pelo Grupo Altri relativamente a serviços prestados pelas empresas do universo EY Audit & Associados - SROC, S.A. em 2021 e 2020 ascenderam a 148.450 Euros e 142.000 Euros, respetivamente. Referem-se a serviços de auditoria e revisão legal das contas, e incluem, em 2021 e 2020, o montante de 2.500 Euros e 5.000 Euros, respetivamente, relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

45. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

No que respeita ao exercício de 2020, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 95.148.555 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	51.282.918 euros
Reservas livres	43.865.637 euros

A distribuição de lucros do exercício ora proposta implicou o pagamento de um dividendo bruto de 0,25 Euros por ação.

Em julho de 2021, em resultado da conclusão da operação de admissão à negociação no mercado regulamentado *Euronext Lisbon* da totalidade das ações representativas do capital social da sua subsidiária Greenvolt – Energias Renováveis, S.A., foi deliberada a distribuição de um dividendo bruto de 0,10 Euros por cada ação representativa do capital social da Altri (no montante total de 20.513.167 Euros), e a distribuição de 1 ação representativa do capital social da Greenvolt – Energias Renováveis, S.A. por cada múltiplo de 55 ações representativas do capital social da Altri, até um máximo de 5% do número total de ações do capital em momento anterior à admissão, que correspondeu a 3.726.771 ações.

No que respeita ao exercício de 2021, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 88.065.822 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	51.282.918 euros
Reservas livres	36.782.904 euros

O Conselho de Administração propôs à Assembleia Geral no seu relatório anual a distribuição, em condições que a respetiva proposta apresentará, de um dividendo em numerário, correspondente a 25 cêntimos por ação. A mesma proposta contemplará, adicionalmente, a distribuição de um dividendo em espécie, constituído por um número máximo de 52.523.229 de ações representativas do capital social e dos direitos de voto da GreenVolt. Se neste cenário de distribuição conjunta, i.e., em numerário e em espécie (esta última, tal como referido nas Notas 1 e 7) o montante a distribuir exceder o montante de fundos distribuíveis, a parte do dividendo em numerário será diminuída pela importância correspondente ao excedente, com arredondamento por defeito (num mínimo de 0,01 Euros por ação).

46. OUTROS ASSUNTOS

a) Informação relativa a matérias ambientais

No âmbito do Protocolo de Quioto, a União Europeia comprometeu-se a reduzir a emissão de gases de efeito de estufa. Neste contexto, foi emitida uma Diretiva Comunitária, já revista, que prevê a comercialização das chamadas “Licenças de emissão de CO₂ - CELE”, entretanto transposta para a

legislação portuguesa e que é aplicável, a partir de 1 de janeiro de 2005, entre outras, à indústria de pasta e papel. Este mecanismo conta já com quatro fases de implementação, tendo esta última, correspondente ao período de 2021-2030, um objetivo intermédio, englobado no plano estratégico da UE para a neutralidade climática até 2050, de reduzir as emissões atribuídas aos setores abrangidos pelo CELE em 43%, até 2030.

Pela publicação do Decreto-Lei n.º 12/2020 de 6 de abril de 2020, foi efetuada a distribuição pelo Governo Português das “Licenças de emissão de CO₂” às diversas empresas portuguesas abrangidas, sendo atribuídas, a título gratuito, de licenças para a emissão de 88.126 toneladas de CO₂ às empresas do Grupo para o ano de 2021. Caso as emissões reais sejam superiores às “Licenças de emissão de CO₂” atribuídas, o Grupo terá de adquirir as licenças em falta no mercado.

A entrega das “Licenças de emissão de CO₂”, correspondente às emissões reais realizadas num exercício, é feita de acordo com os dados históricos das instalações, podendo este valor ser ajustado anualmente em função do nível de atividade. Os valores apresentados pelas empresas relativos às emissões reais efetuadas são sujeitos a verificação por uma entidade independente, devidamente acreditada, de acordo com os requisitos aplicáveis.

Considerando que estas licenças se referem ao ano de 2021, com base nos dados previsionais de emissão de CO₂, não se estimam encargos significativos para o Grupo em consequência da entrada em vigor desta legislação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção do Conselho de Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados dos quais resultem encargos materialmente relevantes para o Grupo Altri.

b) Enquadramento regulamentar

O Grupo, através da sua subsidiária GreenVolt, está integrada no seguinte enquadramento regulamentar:

Portugal

O quadro regulamentar do Sistema Elétrico Nacional português acompanha as políticas e a regulamentação da União Europeia através da sua transposição para o direito nacional. O pacote de Energias Limpas, publicado no Jornal Oficial da UE em junho de 2019, e que integra vários atos legislativos relativos a energias renováveis, eficiência energética, governance e desenho do mercado elétrico, serve de base à legislação e políticas que estão a ser implementadas em Portugal.

Com efeito, a 15 de janeiro de 2022 entrou em vigor um novo diploma (Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro) que estabelece as regras de organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional. Este diploma consolida num único instrumento legislativo um vasto conjunto de diplomas, incluindo os dois diplomas estruturais deste setor, o Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto. Também incorpora outros regimes jurídicos que se encontravam dispersos, tais como os relativos ao sobre-equipamento, hibridização, o autoconsumo e as comunidades de energia. O novo diploma visa alinhar as regras do setor elétrico com os objetivos nacionais estabelecidos no Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030) bem como no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RCN 2050). Este diploma procede ainda à transposição da Diretiva relativa a regras comuns para o mercado interno da eletricidade e à transposição parcial da Diretiva (UE) relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis.

O PNEC 2030 foi publicado no diário oficial a 10 de julho de 2020 e constitui o principal instrumento de política energética e climática para a próxima década. Estabelece metas e objetivos nacionais em várias dimensões, tais como a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa, consumo de energias renováveis, eficiência energética, interligações e dependência energética. O PNEC 2030

está também alinhado com o Roteiro para a Neutralidade de Carbono 2050 (RCN 2050) publicado em julho de 2019 e que prevê a descarbonização total do sistema elétrico (100% de produção de energias renováveis em 2050) e a descarbonização quase total do setor dos transportes, sendo a eletrificação o seu principal motor. Relativamente às energias renováveis, o PNEC 2030 estabelece um objetivo bastante ambicioso: uma quota de 47% de energias renováveis no consumo final de energia até 2030, 16 pontos percentuais acima da meta de Portugal para 2020. Também estabelece um aumento para 80% da quota de eletricidade proveniente de energias renováveis em 2030 (face a 60% em 2020) com a energia solar a desempenhar um papel fundamental (mais 9 GW em termos de capacidade instalada). O plano sublinha igualmente a importância da descentralização das energias renováveis para cumprir os objetivos de descarbonização e contribuir para uma transição energética socialmente justa. Salienta também a necessidade de fomentar a aquisição e utilização de sistemas de produção descentralizados, acelerando a participação da pequena produção renovável nos mecanismos de mercado e a capacitação de novos intervenientes no mercado, incluindo as comunidades energéticas.

Principais Diplomas

A 31 de dezembro de 2021, as principais regras do Sistema Elétrico Nacional português encontravam-se estabelecidas nos seguintes diplomas:

- a. Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro); e
- b. Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto (alterado pelo Decreto-Lei 215-B/2012, de 8 de outubro e pelo Decreto-Lei 76/2019, de 2 de junho).

No que diz respeito à produção de energia renovável, para além da legislação acima referida, há que assinalar os seguintes diplomas:

- i. Decreto-Lei n.º 141/2010 (que define as metas de energias renováveis para 2020 e transpõe parcialmente a Diretiva 2009/28/CE da UE relativa à energia proveniente de fontes renováveis);
- ii. Portaria n.º 237/2013 (estabelece o quadro jurídico do procedimento de comunicação prévia relativo à produção de eletricidade em regime especial);
- iii. Portaria n.º 243/2013 (que define os termos, condições e critérios do licenciamento de produção de energia elétrica em regime especial com remuneração garantida).

Licenciamento e Remuneração

A atividade de produção de eletricidade está sujeita a licenciamento e é realizada num contexto concorrencial.

Em junho de 2019, foi publicado o Decreto-Lei n.º 76/2019 introduzindo alterações significativas ao enquadramento do setor elétrico, nomeadamente ao processo de ligação à rede de projetos com uma capacidade superior a 1 MW. O objetivo era assegurar que a rede pudesse integrar a crescente produção de energias renováveis. Ao abrigo deste diploma, os projetos de geração de eletricidade devem primeiro obter junto do operador de rede um título de reserva de capacidade (TRC) para injetar eletricidade na Rede Elétrica do Setor Público (RESP) antes de poder solicitar uma licença de produção. A concessão de um TRC é efetuada mediante três modalidades:

- I. Acesso geral: se existir capacidade disponível na RESP para integrar o projeto, o operador de rede concede o TRC.
- II. Acordo com o Operador de Rede: se não existir capacidade de rede disponível para integrar o projeto, o interessado e o operador de rede podem celebrar um contrato ao abrigo do qual o candidato financiará os custos resultantes de ligar o projeto à RESP.
- III. Procedimento Concorrencial: o governo pode também realizar leilões para atribuição dos TRC para áreas específicas.

No que respeita a remuneração das centrais elétricas existem dois regimes: um regime ordinário e um regime especial, sendo o último aplicável sobretudo à produção de energias renováveis. Os procedimentos de licenciamento de ambos os regimes estão sujeitos ao mesmo enquadramento jurídico. No entanto, enquanto a produção de energia elétrica em regime ordinário está sempre sujeita ao regime geral de remuneração (ou seja, a venda de eletricidade a preços de mercado, quer através

de contratos bilaterais quer em mercados organizados), a produção de energia elétrica em regime especial pode estar sujeita ao regime geral de remuneração ou ao regime de remuneração garantida.

Ao abrigo do regime de remuneração garantida, os promotores vendem a energia elétrica produzida ao Comercializador de Último Recurso, que é obrigado a adquirir a eletricidade a um preço garantido durante um determinado período. Este preço pode ser fixo ou indexado a uma taxa de referência, que pode ter limiares máximos/mínimos, dependendo da tecnologia de produção, do quadro legal em vigor à data do licenciamento da central elétrica e das condições contratuais em que o pedido de licenciamento foi apresentado.

Dentro do quadro legal estabelecido no Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho, o regime de remuneração garantida só pode ser concedido nos seguintes termos:

- a. Em procedimentos concorrenciais lançados pelo governo, que determinará as condições de remuneração;
- b. Para centrais elétricas com capacidade máxima instalada até 1 MW (até um determinado limiar publicado anualmente), como definido em Portaria publicada pelo governo;
- c. Para projetos de sobre-equipamento ou híbridos, tal como definido em Portaria a aprovar pelo governo ou em leilões lançados pelo governo.

O anterior regime de remuneração, em vigor até 2012, previa a concessão de uma tarifa garantida (*Feed-in-Tariff*) aos produtores do regime especial de uma forma muito mais generalizada. O Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de maio, e respetivas alterações, estabelece uma fórmula específica para o cálculo das tarifas a pagar aos produtores de energias renováveis (excluindo as grandes centrais hidroelétricas) que iniciaram o seu processo de licenciamento antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro. Este diploma revogou esse regime mas manteve as tarifas garantidas aos projetos implementados até essa data.

As centrais de biomassa exploradas direta ou indiretamente pela GreenVolt beneficiam das tarifas garantidas concedidas ao abrigo do antigo regime, conforme indicado na tabela abaixo:

Central de Biomassa	Regime Legal Aplicável
Constância	Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de maio, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 225/2007 de 31 de maio
Figueira da Foz I	Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de maio, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 225/2007 de 31 de maio
Mortágua	Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de maio, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 168/99 de 18 de maio, e Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de maio
Figueira da Foz II	Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de maio, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 225/2007, de 31 de maio e Decreto-Lei n.º 5/2011 de 10 de janeiro
Ródão	Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de maio, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 33-A/2005, de 16 de fevereiro

Outros Tópicos e Desenvolvimentos Relevantes

- a. Regime de Apoio a Centrais de Biomassa próximas de Áreas Críticas com Alto Risco de Incêndio
- b. Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE)
- c. *Clawback*
- d. Garantias de Origem
- e. Autoconsumo, Autoconsumo Coletivo e Comunidades de Energias Renováveis
- f. Estratégia de Hidrogénio
- g. Plano de Recuperação e Resiliência
- h. Lei Climática

Polónia

A 30 de outubro de 2021 entrou em vigor uma alteração à lei polaca relativa às fontes renováveis de energia. Destacam-se os seguintes pontos:

- Alteração das regras de funcionamento dos atuais sistemas de apoio aos produtores de energia renováveis, ou seja, o sistema de leilões e os sistemas de tarifas garantidas (FIT/FIT). A possibilidade de utilizar programas de auxílios estatais foi prorrogada até 30 de junho de 2047 (em vez de 30 de junho de 2039).
- Alteração da definição de pequena instalação de produção de energia renovável, aumentando o limiar superior até 1 MW. Isto limitará a atual obrigação dos empresários de obterem uma concessão para a produção de eletricidade a partir de pequenas instalações.
- Introdução da faturação líquida (*Net-Billing*), que consiste num sistema de valorização da energia excedentária produzida pelos “prosumers”. As alterações introduzidas visam implementar regras da UE que conferem aos “prosumers” o direito de receberem uma remuneração pela energia excedentária que reflita o valor de mercado da energia. O sistema de faturação líquida aplicar-se-á aos novos “prosumers” que submetam um pedido de ligação à rede pública a partir de 1 de abril de 2022.

Em julho de 2016, a lei 10H (“lei da distância”) entrou em vigor, impedindo a construção de parques eólicos a uma distância inferior a 10 vezes a altura das turbinas eólicas de propriedades residenciais, limitando consideravelmente a implantação de novos projetos. Espera-se que esta lei seja alterada nos próximos meses, permitindo o desenvolvimento de novos projetos.

Reino Unido

O sistema “Renewables Obligation” é um sistema de apoio à energia renovável que impõe aos comercializadores de eletricidade do Reino Unido a obrigação de adquirir uma proporção de eletricidade a partir de fontes renováveis, que vai aumentando de ano para ano. Para demonstrar o cumprimento desta obrigação os comercializadores têm que apresentar certificados “ROC” ao regulador Ofgem. Os comercializadores adquirem os ROC a produtores certificados de energia renovável. A evolução anual dos ROC está indexada à evolução do Retail Price Index (RPI) – acrescido de uma componente variável, que depende da evolução do preço da energia elétrica no mercado. Para o período que decorre entre 1 de abril de 2021 e 31 de março de 2022 a Ofgem estabeleceu o preço de compra (“buy-out price”) de £ 50,80 por ROC.

França

O operador francês da rede de transmissão publicou cenários a longo prazo para o mercado das energias renováveis. Todos os cenários preveem zero emissões de carbono no sistema elétrico até 2050. O Cenário n. M0 considera 100% de energias provenientes de fontes renováveis, com a completa eliminação progressiva da energia nuclear. O Cenário n. N3 considera 50% de energias provenientes de fontes renováveis/50% de energia nuclear. Todos os cenários preveem uma implementação maciça de energias provenientes de fontes renováveis. As eleições gerais de maio de 2022 determinarão qual o cenário que receberá mais apoio.

Roménia

Em outubro de 2021, a Roménia adotou a nova Portaria 118/2021 que contém várias medidas para aliviar o peso do atual aumento dos preços da energia nas faturas dos consumidores, tais como o apoio financeiro direto aos consumidores ou uma redução de impostos e taxas. Das alterações mais relevantes trazidas pelo diploma incluem-se o imposto adicional sobre as receitas dos produtores de eletricidade, exceções ao pagamento do preço dos certificados verdes e os regimes de apoio aos preços da eletricidade e do gás natural.

Grécia

Em novembro de 2021, a Comissão Europeia aprovou um regime de apoio à produção de eletricidade a partir de fontes de energia renovável e à cogeração de elevada eficiência, no valor de 2,27 mil milhões de Euros. Tanto para a energia eólica como solar, os apoios serão concedidos através de um leilão conjunto, organizado para aumentar a concorrência e reduzir o custo das energias renováveis para os consumidores gregos, tanto no continente como nas ilhas. O primeiro leilão, com uma capacidade de cerca de 600 MW, está previsto realizar-se em março de 2022. Em 2022 espera-se a adjudicação através de leilões de um total de 1 GW e até 2025 de 4,2 GW.

Itália

A fim de mitigar os efeitos da pandemia e relançar a economia italiana, a União Europeia atribuiu 191,5 mil milhões de Euros para o "PRR" italiano (Plano Nacional de Recuperação e Resiliência). A Itália, confirmando o seu compromisso de recuperação, ajustou o montante concedido pela UE com um acréscimo de 30,6 mil milhões de Euros através do Plano Complementar, diretamente financiado pelo governo. Uma parte importante – equivalente a 59,46 mil milhões de Euros (mais de 31% do total) – será atribuída ao chamado "Projeto de Revolução Verde e Transição Ecológica".

Entre os vários investimentos previstos em energias renováveis, destacam-se os seguintes projetos de grande importância: (i) centrais agrovoltaicas de média e grande dimensão para promover uma agricultura sustentável e produção de energia renovável, com um montante atribuído de 1,10 mil milhões de Euros. O objetivo é reduzir os custos de abastecimento energético do setor e melhorar o desempenho climático e ambiental, com uma redução potencial de 0,8 milhões de toneladas de CO₂; (ii) uma intervenção destinada a apoiar as comunidades energéticas, ou seja, comunidades organizadas de utilizadores que trabalham em conjunto para produzir, consumir e gerir energia limpa através de uma ou mais instalações locais, com um montante atribuído de 2,20 mil milhões de Euros.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

O projeto da Galiza continua em desenvolvimento constante, tendo-se iniciado os estudos de impacto ambiental, viabilidade económica e engenharia com a entidade parceira neste projeto, a Impulsa. Esta entidade trata-se do consórcio público-privado da região da Galiza com o qual foi assinado o Memorando de Entendimento (MdE) para estudar em exclusivo a construção de uma unidade industrial de raiz com uma capacidade produtiva anual de 200.000 toneladas de pasta solúvel e fibras têxteis sustentáveis. É expectativa que seja anunciada a localização definitiva do projeto num prazo breve.

Durante o ano de 2022, o Grupo Altri, através da subsidiária GreenVolt realizou as seguintes operações:

- Constituição da Sustainable Energy One

No dia 4 de janeiro de 2022 a GreenVolt constituiu uma sociedade de direito espanhol, a Sustainable Energy One (doravante "SEO"), na qual a GreenVolt detém uma participação de 98,75%. A SEO irá dedicar-se à promoção, desenvolvimento e construção e venda de projetos solares fotovoltaicos de pequena dimensão ("small utility scale") em Espanha.

- Aquisição de participação na Oak Creek

No dia 10 de janeiro de 2022 a GreenVolt, através da sua subsidiária V-Ridium, concluiu a aquisição da Oak Creek Energy Systems (doravante "OCES"), através da sociedade criada nos Estados Unidos V-Ridium Oak Creek Renewables (doravante "VOCR"). A OCES dedica-se à promoção e desenvolvimento de projetos de energia renovável nos Estados Unidos e México.

- Aquisição de participação na MaxSolar

No dia 28 de fevereiro de 2022 a GreenVolt anunciou a conclusão de um acordo com vista à aquisição de uma participação de 35% na sociedade alemã MaxSolar GmbH (doravante "MaxSolar"), uma empresa de referência no desenvolvimento, implementação e gestão de projetos fotovoltaicos

solares e projetos de armazenamento de energia, nos mercados alemão e austríaco, pelo preço de 26 milhões de euros. Esta participação está reforçada por direitos de intervenção ativa na gestão, tendo a GreenVolt ainda o direito de, no futuro, vir a reforçar o seu nível de participação acionista. A MaxSolar tem um pipeline de projetos de 3,2 GW, dos quais 800 MW estão em estado avançado de desenvolvimento. Para além do seu posicionamento no mercado do desenvolvimento de projetos solares, a MaxSolar é também uma referência de mercado no negócio de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*).

- Parceria estratégica com a Infraventus

Também no primeiro trimestre de 2022 foi estabelecido um acordo de co-desenvolvimento de projetos solares fotovoltaicos em Portugal com a Infraventus, um promotor de referência no mercado português, com um pipeline de 243 MW. De salientar que a GreenVolt detém 50% desta parceria.

Importa referir ainda a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, que para além da terrível devastação causada com a perda de vidas e da crise humanitária sobreveniente na região, está a ter um impacto económico a nível mundial, nomeadamente no aumento do preço dos fatores energéticos e o consequente disparo das pressões inflacionistas, a que se associa a previsível subida das taxas de juro e o temor da estagflação. Também se dá nota do esforço das economias europeias para albergar os refugiados e o apoio prestado pelas nações democráticas ao povo ucraniano. A guerra na Ucrânia e as sanções decretadas à Rússia por vários países Ocidentais deverão contribuir para um agravamento das condicionantes logísticas e inflação generalizada dos fatores produtivos e de alguns custos variáveis.

De 31 de dezembro de 2021 até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros do Grupo Altri e do conjunto das empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas incluídas na consolidação.

O Conselho de Administração

Alberto João Coraceiro de Castro

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça


Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira

Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves

José Armindo Farinha Soares de Pina

José António Nogueira dos Santos

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva



Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Anexas

ALTRI, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31.12.2021	31.12.2020
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	8	7 069 529	7 200 496
Ativo sob direito de uso	9.1	276 565	218 041
Investimentos	4	144 263 546	180 988 177
Instrumentos financeiros derivados	18	—	—
Ativos por impostos diferidos	6	171 602	936 409
Total de ativos não correntes		151 781 242	189 343 123
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	21	4 078 270	9 341 541
Outras dívidas de terceiros	12 e 21	19 730 820	22 151 926
Imposto sobre o rendimento	6 e 11	—	15 851 988
Outros ativos correntes	13	2 606 452	694 369
Outros ativos financeiros	21	19 588 750	19 588 750
Instrumentos financeiros derivados	18	169 906	4 488 283
Caixa e equivalentes de caixa	10	121 869 849	154 809 495
Total de ativos correntes		168 044 047	226 926 352
Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas	5	91 668 330	—
Total do ativo		411 493 619	416 269 475
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	14	25 641 459	25 641 459
Reserva legal	14	5 128 292	5 128 292
Outras reservas	14	75 966 038	58 721 751
Resultado líquido do exercício		88 065 822	95 148 555
Total do capital próprio		194 801 611	184 640 057
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Outros empréstimos	15	124 704 059	219 386 078
Passivo da locação	9.2	147 239	124 418
Passivos por impostos diferidos	6	—	—
Provisões		479 712	479 712
Instrumentos financeiros derivados	18	540 350	1 053 386
Total de passivos não correntes		125 871 360	221 043 594
PASSIVO CORRENTE:			
Outros empréstimos	15	65 401 445	808 370
Passivo da locação	9.2	132 271	97 213
Fornecedores		558 303	117 406
Outras dívidas a terceiros	16 e 21	790 875	8 061 701
Imposto sobre o rendimento	6 e 11	20 343 835	—
Outros passivos correntes	17	2 611 277	1 232 011
Instrumentos financeiros derivados	18	982 642	269 123
Total de passivos correntes		90 820 648	10 585 824
Total do Passivo		216 692 008	231 629 418
Total do passivo e capital próprio		411 493 619	416 269 475

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Prestação de serviços	21	10 425 000	15 075 000
Outros rendimentos		362 803	256 939
Fornecimento e serviços externos		(2 458 984)	(1 379 716)
Gastos com pessoal	22	(4 737 641)	(3 911 074)
Amortizações e depreciações	8 e 9.1	(251 099)	(237 534)
Outros gastos		(153 138)	(126 649)
Resultados relativos a investimentos	19	89 000 000	90 000 000
Gastos financeiros	20	(5 232 263)	(4 707 650)
Rendimentos financeiros	20 e 21	656 744	798 361
Resultado antes de impostos		87 611 422	95 767 677
Impostos sobre o rendimento	6	454 400	(619 122)
Resultado líquido do exercício		88 065 822	95 148 555
Resultados por ação			
Básico	23	0,429	0,464
Diluído	23	0,429	0,464

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Resultado líquido do exercício	23	88 065 822	95 148 555
Outro rendimento integral:			
Itens que não serão reclassificados para o resultado líquido		—	—
Itens que futuramente podem ser reclassificados para o resultado líquido		—	—
Variação no justo valor dos derivativos de cobertura dos fluxos de caixa - valor bruto	18	510 859	(145 913)
Variação no justo valor dos derivativos de cobertura dos fluxos de caixa - efeito imposto	6	(114 741)	32 831
		396 118	(113 082)
Outro rendimento integral do exercício		396 118	(113 082)
Total do rendimento integral do exercício		88 461 940	95 035 473

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2020	14	25 641 459	5 128 292	5 946 020	114 428 315	151 144 086
Aplicação do resultado de 2019		—	—	114 428 315	(114 428 315)	—
Distribuição de dividendos		—	—	(61 539 502)	—	(61 539 502)
Total do rendimento integral do exercício		—	—	(113 082)	95 148 555	95 035 473
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14	<u>25 641 459</u>	<u>5 128 292</u>	<u>58 721 751</u>	<u>95 148 555</u>	<u>184 640 057</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2021	14	25 641 459	5 128 292	58 721 751	95 148 555	184 640 057
Aplicação do resultado de 2020	24	—	—	95 148 555	(95 148 555)	—
Distribuição de dividendos	24	—	—	(71 796 085)	—	(71 796 085)
Distribuição de dividendos em espécie	4	—	—	(6 504 301)	—	(6 504 301)
Total do rendimento integral do exercício		—	—	396 118	88 065 822	88 461 940
Saldo em 31 de dezembro de 2021	14	<u>25 641 459</u>	<u>5 128 292</u>	<u>75 966 038</u>	<u>88 065 822</u>	<u>194 801 611</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ALTRI, SGPS, S.A.DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		18 086 023	18 435 081
Pagamentos a fornecedores		(3 159 766)	(1 295 846)
Pagamentos ao pessoal		(4 776 673)	(2 567 630)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(2 203 231)	2 197
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		38 573 821	2 139 065
<i>Fluxos gerados pelas atividades operacionais (1)</i>		<u>46 520 174</u>	<u>16 712 867</u>
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos	19	89 000 000	90 000 000
Juros e proveitos similares		412 656	376 933
Pagamentos relativos a:			
Investimentos financeiros	10	(61 448 000)	—
Outros ativos financeiros		—	(296 247)
<i>Fluxos gerados pelas atividades de investimento (2)</i>		<u>27 964 656</u>	<u>90 080 686</u>
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	15	95 000 000	—
Outras operações de financiamento		2 196 360	2 796 588
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e custos similares		(4 880 603)	(4 191 411)
Passivo da locação	9.2	(124 869)	(93 811)
Dividendos	24	(71 796 085)	(61 541 554)
Empréstimos obtidos	15	(125 000 000)	—
Outras operações de financiamento		(2 819 279)	(3 010 088)
<i>Fluxos gerados pelas atividades de financiamento (3)</i>		<u>(107 424 476)</u>	<u>(66 040 276)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	10	154 809 495	114 056 218
Varição de caixa e seus equivalentes: (1)+(2)+(3)		<u>(32 939 646)</u>	<u>40 753 277</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	10	<u>121 869 849</u>	<u>154 809 495</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Altri, SGPS, S.A. (“Altri” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1 de fevereiro de 2005, com sede na Rua Manuel Pinto Azevedo, 818, no Porto e que tem como atividade principal a gestão de participações sociais (Nota 4), sendo as suas ações cotadas na *Euronext Lisbon*.

A Altri dedica-se à gestão de participações sociais essencialmente na área industrial, sendo a empresa-mãe do grupo de empresas designado por Grupo Altri. A atividade atual do Grupo Altri centra-se na produção de pasta branqueada de eucalipto através de três unidades produtivas e na produção de energia elétrica a partir de resíduos e biomassa florestal através das centrais termoelétricas. Durante o ano de 2021, a Altri, através da subsidiária GreenVolt, iniciou uma estratégia de crescimento assente não só na biomassa, mas também dedicada ao desenvolvimento de projetos de energia eólica e fotovoltaica e geração elétrica distribuída.

As demonstrações financeiras da Altri são apresentadas em Euros em valores arredondados à unidade, sendo esta a divisa utilizada pelo Grupo nas suas operações e como tal considerada a moeda funcional.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão no dia 7 de abril de 2022. A sua aprovação final está ainda sujeita a concordância da Assembleia Geral de Acionistas, sendo expectativa da Empresa e do Conselho de Administração que as mesmas serão aprovadas sem alterações significativas.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

Adicionalmente, não ocorreram alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pela Empresa na preparação das demonstrações financeiras.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS-UE”) em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2021. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa no pressuposto da continuidade das operações. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados, os quais foram mensurados ao justo valor no final de cada período de reporte, tal como explicitado nas políticas contabilísticas abaixo.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS-UE requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e

passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.3.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, a Empresa considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Os ativos que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial são agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

(i) Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IFRS 4 – Contratos de Seguro Diferimento da aplicação da IFRS 9	1-jan-21	<p>Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em concreto, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 1 de janeiro de 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.</p> <p>A isenção temporária referida é de aplicação facultativa e apenas disponível para entidades cujo as suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguros.</p>
Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência - fase 2	1-jan-21	<p>Estas alterações fazem parte da segunda fase do projeto "IBOR reform" do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência, por uma taxa de juros alternativa (Risk Free Rate (RFR)). As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Um expediente prático que requeira mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente exigidas pela reforma, sejam tratadas da mesma forma que uma alteração de taxa de juro flutuante, equivalente a um movimento na taxa de juros de mercado; • Permitir que as mudanças exigidas pela reforma sejam feitas para designações de cobertura e documentação de cobertura sem que a relação de cobertura seja descontinuada; • Fornecer alívio operacional temporário às entidades que tenham de cumprir o requisito identificável separadamente quando um instrumento RFR é designado como cobertura de um componente de risco.
Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021	1-abr-21	<p>Em 28 de maio de 2020, a alteração à IFRS 16 denominada 'Concessões relacionadas com a COVID-19' foi emitida, tendo Introduzido o seguinte expediente prático: um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada a Covid-19 é uma modificação de locação.</p> <p>Os locatários que optem pela aplicação deste expediente, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação de acordo com a IFRS 16.</p> <p>Inicialmente, o expediente prático aplicava-se a pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2021, no entanto, devido ao prolongamento do impacto da pandemia, em 31 de março de 2021, o mesmo foi alargado para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022. A alteração aplica-se a períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de abril de 2021.</p> <p>Em suma, o expediente prático pode ser aplicado deste que estejam cumpridos os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; • qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2022; e • não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

(ii) Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contábilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro	1-jan-22	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contábilísticos para as concentrações de atividades empresariais. É também clarificado o tratamento contábilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais. A alteração é de aplicação prospetiva.
Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	1-jan-22	Clarifica o tratamento contábilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.
Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	1-jan-22	Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.

Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	Esta melhoria vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.
Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)	1-jan-22	Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – Justo valor.
IFRS 17 – Contratos de Seguro; inclui emendas à IFRS 17 (algumas das quais não aprovadas)	1-jan-23	A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Em termos gerais, IFRS 17 fornece um modelo contabilístico para os contratos de seguro de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 fornece um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.
Alterações à IAS 8 – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	A alteração vem esclarecer qual a distinção entre alteração de estimativa contabilística, alteração de política contabilística e a correção de erros. Adicionalmente, esclarece de que forma uma entidade usa as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contabilísticas.
Alterações à IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Estas alterações pretendem auxiliar a entidade na divulgação das políticas contabilísticas 'materiais', anteriormente designadas por políticas 'significativas'. No entanto devido à inexistência deste conceito nas normas IFRS, foi decidido substituir pelo conceito "materialidade", um conceito já conhecido pelos utilizadores das demonstrações financeiras. Ao avaliar a materialidade das políticas contabilísticas, a entidade tem de considerar não só a dimensão das transações como também outros eventos ou condições e a natureza dos mesmos.

Estas emendas apesar de aprovadas (*"endorsed"*) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2021, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

(iii) Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontravam ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Alterações à IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos correntes e não correntes	1-jan-23	<p>Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato.</p> <p>A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um “covenant”.</p> <p>No entanto, se o direito de adiar a liquidação por pelo menos doze meses estiver sujeito ao cumprimento de determinadas condições após a data de balanço, esses critérios não afetam o direito de diferir a liquidação cuja finalidade seja de classificar um passivo como corrente ou não corrente.</p> <p>Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo e é de aplicação retrospectiva.</p>
Alterações à IAS 12 – Imposto diferido relacionados com ativos e passivos decorrentes a uma transação única	1-jan-23	<p>As alterações esclarecem que os pagamentos que liquidem um passivo são fiscalmente dedutíveis, contudo trata-se de uma questão de julgamento profissional se tais deduções são atribuíveis ao passivo que está reconhecido nas demonstrações financeiras ou ao ativo relacionado. Isto é importante para determinar se existem diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou do passivo.</p> <p>De acordo com estas alterações, a exceção de reconhecimento inicial não é aplicável às transações que originaram diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Apenas é aplicável se o reconhecimento de um leasing ativo e um leasing passivo derem origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis que não sejam iguais.</p>
Alterações à IFRS 17 – Contratos de seguro – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	1-jan-23	<p>Esta alteração à IFRS 17 refere-se à apresentação de informação comparativa de ativos financeiros na aplicação inicial da IFRS 17.</p> <p>A emenda adiciona uma opção de transição que permite que uma entidade aplique um ‘overlay’ na classificação de um ativo financeiro no(s) período(s) comparativo(s) apresentado(s) na aplicação inicial da IFRS 17. O ‘overlay’ permite que todos os ativos financeiros, incluindo aqueles mantidos em relação a atividades não relacionadas a contratos dentro do âmbito da IFRS 17 ser classificado, instrumento a instrumento, no(s) período(s) comparativo(s) de forma alinhada com a forma como a entidade espera que esses ativos sejam classificados na aplicação inicial da IFRS 9.</p>

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 PRINCIPAIS CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração utilizados pela Empresa na preparação das suas demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos fixos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As despesas internas associadas à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações os gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado (genericamente 3 a 5 anos).

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis que correspondem, sobretudo, ao imóvel adquirido em 2018 para instalação da sede da Empresa e a equipamento administrativo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem ao seguinte período de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de serem utilizados.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Direitos de uso

A Empresa avalia, no início de cada acordo, se o acordo é, ou contém, uma locação. Isto é, se transmite o direito de uso de um ativo ou ativos específicos por um determinado período de tempo em troca de uma contrapartida.

Empresa como locatário

A Empresa aplica o mesmo método de reconhecimento e mensuração a todas as locações, exceto para as locações de curto prazo e locações associadas a ativos de baixo valor. A Empresa reconhece um passivo relativo aos pagamentos da locação e um ativo identificado como direito de uso do ativo subjacente.

(i) Ativos sob direito de uso

À data de início da locação (isto é, data a partir da qual o ativo está disponível para uso), a Empresa reconhece um ativo relativo ao direito de uso. Os “Ativos sob direito de uso” são mensurados ao custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O custo compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido (caso aplicável).

O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

Se a propriedade do ativo se transmitir para a Empresa no final do prazo da locação, ou o custo incluir uma opção de compra, as depreciações são calculadas tendo em conta a vida útil estimada do ativo.

(ii) Passivos da locação

À data de início da locação, a Empresa reconhece um passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de rendas a efetuar ao longo do acordo. Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos (caso aplicável) e pagamentos variáveis associados a um índice ou taxa. Os pagamentos incluem ainda, caso aplicável, o preço de exercício de uma opção de compra, que será

exercida pela Empresa com uma certeza razoável, e pagamentos de penalizações por terminar o contrato, se os termos da locação refletirem a opção de exercício da Empresa.

O passivo da locação é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Pagamentos variáveis que não estejam associados a quaisquer índices ou taxas são reconhecidos como gasto do exercício, no exercício em que ocorre o evento ou condição que leva ao pagamento.

Para o cálculo do valor presente dos pagamentos futuros da locação, a Empresa usa a sua taxa de juro incremental à data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita ao contrato não é prontamente determinável. Após essa data, o montante do passivo da locação é aumentado por acréscimo de juros e reduzido por pagamentos de rendas efetuados. Adicionalmente, o valor é remensurado se ocorrer alguma alteração nos termos do acordo, no valor das rendas (e.g., alterações dos pagamentos futuros causadas por uma alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos) ou uma alteração da avaliação de uma opção de compra associada ao ativo subjacente.

(iii) Locações de curto prazo e locações de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento às suas locações de curto prazo de ativos (i.e., locações com prazos de 12 meses ou inferiores e não contêm uma opção de compra). A Empresa aplica igualmente a isenção de reconhecimento a locações de ativos considerados de baixo valor. Os pagamentos de rendas de locações de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como gasto do exercício, ao longo do período da locação.

d) Imparidade dos ativos fixos tangíveis exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixem de existir, são objeto de reversão. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. Esta reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

e) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a Empresa: (i) tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do Conselho de Administração a essa data.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos.

g) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Altri tem controlo. Ou seja, detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, de tal modo que consigam influenciar, em resultado do seu envolvimento, o retorno das atividades da entidade detida e a capacidade de afetar esse retorno (definição de controlo utilizada pela Empresa).

Os empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada.

Associadas correspondem a entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, isto é, sobre as quais a Empresa tem o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras da investida, mas não correspondendo esse poder a controlo ou controlo conjunto sobre as mesmas.

A Altri realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras separadas não seja recuperável.

A análise de imparidade é efetuada com base na avaliação das participações financeiras, por recurso ao método “discounted cash-flow”, tendo como base as projeções financeiras de cash-flow a cinco anos de cada, e a perpetuidade a partir do quinto ano, deduzido do justo valor dos passivos das entidades.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos. Os dividendos são registados na demonstração dos resultados na rubrica "Resultados relativos a investimentos".

h) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Altri quando esta se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através da demonstração dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através da demonstração dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração dos resultados.

Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira. Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo de negócio adotado pela Altri e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Classificação de ativos financeiros

(i) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

Para os ativos financeiros que não sejam adquiridos ou originados com imparidade (ou seja, ativos com imparidade no reconhecimento inicial), a taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento na sua quantia escriturada bruta na data do seu reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro é o montante pelo qual o mesmo é mensurado no reconhecimento inicial deduzido dos reembolsos de capital, mais a amortização acumulada, utilizando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante inicial e o montante do seu reembolso, ajustado por eventuais perdas por imparidade.

A receita associada aos juros é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Rendimentos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados. A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

(ii) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, a Empresa pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Um instrumento de capital é mantido para negociação se:

- ele for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo;
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afetado a uma operação de cobertura).

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "Resultados transitados".

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração dos resultados. Estes ativos incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de ativos financeiros

A Altri reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores da Empresa nos últimos anos, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro.

A perda por imparidade destes ativos é registada em função das perdas por imparidade esperadas (*“expected credit losses”*) daqueles ativos financeiros. O montante de perdas esperadas é atualizado em cada data de reporte para refletir alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro. O valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício em que tal situação ocorra.

De acordo com a abordagem simplificada prevista, a Altri reconhece as perdas por imparidade esperadas para a vida económica das contas a receber de clientes e outras dívidas de terceiros (*“lifetime”*). As perdas esperadas sobre estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de imparidade baseada na experiência histórica de perdas por imparidade da Altri, afetada por fatores prospetivos específicos relacionados com o risco de crédito esperado dos devedores, pela evolução das condições económicas gerais e por uma avaliação das circunstâncias atuais e perspetivadas à data de reporte financeiro.

Mensuração e reconhecimento das *expected credit losses*

A mensuração das perdas por imparidade esperadas reflete a probabilidade estimada de *default*, a probabilidade de perda devido a esse *default* (i.e. a magnitude da perda caso ocorra um *default*) e a exposição real da Altri a esse *default*. A Altri considera 60 dias após a data de vencimento como *“default”*.

A avaliação da probabilidade de *default* e de perda devido a esse *default* é baseada na informação histórica existente, ajustada de informação previsional futura conforme acima descrito.

Quanto à exposição ao *default*, para ativos financeiros, a mesma é representada pelo valor contabilístico bruto dos ativos em cada data de reporte. Para ativos financeiros, a perda por imparidade esperada é estimada como a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Empresa em conformidade com o acordado entre as partes e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

A Altri reconhece ganhos e perdas relativos às imparidades na demonstração dos resultados para todos os instrumentos financeiros, com os correspondentes ajustamentos ao seu valor contabilístico através da rubrica de perdas por imparidade acumulada na demonstração da posição financeira.

Fruto da rigorosa política de controlo de crédito da Altri os créditos incobráveis têm sido quase inexistentes.

A Altri avalia as perdas de imparidade esperadas, de acordo com a IFRS 9.

O modelo utilizado para apuramento das imparidades de contas a receber consiste em:

- Estratificação dos clientes por tipo de rédito associado;
- Análise do histórico de incobráveis e *default* para as subpopulações identificadas;
- Segregação dos saldos em aberto tendo em consideração a existência de seguro de crédito e cartas de crédito;

- Para os saldos não cobertos por seguro de crédito apuramento da taxa histórica de incobráveis nos últimos dois anos;
- Ajustar as taxas obtidas acima com uma componente *forward looking* com base em projeções futuras de evolução do mercado;
- Aplicar as taxas apuradas ao saldo de clientes em aberto na data de relato.

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Altri, estando, portanto, ao seu justo valor.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Altri aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, a Altri calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Altri calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados nas políticas de gestão de risco crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Altri desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, a Altri continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Altri também reconhece o passivo correspondente, o ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Altri reteve. Se a Altri reter substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo financeiro transferido, a Altri continua a reconhecer o mesmo e reconhece adicionalmente um empréstimo pelo montante entretanto recebido.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração dos resultados.

Por outro lado, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação é reclassificado para a demonstração dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representado por um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de reavaliação não é reclassificado para a demonstração dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de “Resultados transitados”.

iv) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

Capital próprio

São considerados pela Altri instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que a Altri detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela Altri são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pela Altri (ações próprias) é contabilizada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registrados na rubrica “Outras reservas”.

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou ao justo valor através da demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros são registrados ao justo valor através da demonstração dos resultados quando:

- o passivo financeiro resultar de uma contraprestação contingente decorrente de uma concentração de atividades empresariais;
- quando o passivo for devido para negociação; ou
- quando o passivo for designado para ser registrado a justo valor através da demonstração dos resultados.

Um passivo financeiro é classificado como devido para negociação se:

- for adquirido principalmente com o propósito de alienação no curto prazo; ou
- no reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Empresa administra em conjunto e em que existe evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- se for um instrumento financeiro derivado (exceto se se encontrar afeto a uma operação de cobertura).

Os passivos financeiros registrados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo seu justo valor com os respectivos ganhos ou perdas decorrentes da sua variação reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registro ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

O método da taxa de juro efetiva é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar o respetivo juro durante o período da sua vigência.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo *fees* e comissões pagas ou recebidas que fazem parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e outros prémios ou descontos) durante a vida esperada do passivo financeiro na sua quantia escriturada na data do seu reconhecimento inicial.

Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração da Empresa utilizar essa fonte de financiamento igualmente por um período superior a um ano.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a passivo da locação, as quais são inicialmente registradas pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

A Empresa desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações da Empresa são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração dos resultados.

Quando a Empresa troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

De igual forma, a Empresa contabiliza as modificações substanciais nos termos de uma responsabilidade existente, ou em parte dela, como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Caso a modificação não seja substancial, a diferença entre: (i) a quantia escriturada do passivo antes da modificação; e (ii) o valor presente dos fluxos de caixa futuros após a modificação é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda da modificação.

Instrumentos derivados

A Altri utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos, de taxa de câmbio, bem como de cobertura do preço da pasta.

A cobertura do risco é efetuada para a sua totalidade não havendo lugar à cobertura de componentes de risco, não se encontrando definido um valor de cobertura objetivo para os referidos riscos.

A Empresa designa apenas o elemento à vista dos contratos *forward* como instrumento de cobertura. O elemento *forward* é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura económica dos riscos podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura se encontre identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Exista a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da operação e ao longo da sua vida;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa, a probabilidade da sua ocorrência deverá ser elevada.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro ou de câmbio o justifiquem, a Empresa procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como, entre outros, *interest rate swaps* (IRS), *collars* de taxa de juro e de câmbio ou *forwards cambiais*.

Na seleção dos instrumentos de cobertura a utilizar são essencialmente valorizadas as suas características em termos da cobertura dos riscos económicos que visam cobrir. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existentes, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

No caso de instrumentos de cobertura de taxa de juro variável os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

No caso de instrumentos de cobertura da exposição de taxa de câmbio é efetuada para transações altamente prováveis e para uma pequena parcela do total esperado pelo que igualmente se entende as estratégias de cobertura como altamente eficazes.

No caso de instrumentos de cobertura do preço da pasta os índices de preços aos quais estão indexados os contratos de futuros de cobertura do preço da pasta, são os mais utilizados pelas subsidiárias do Grupo como referencial do preço de venda da sua pasta, razão pela qual se entende que os mesmos desempenham igualmente uma cobertura perfeita de transações altamente prováveis e que se esperam que venham a ocorrer em montantes muito mais significativos.

Os instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a entidades terceiras e validados por sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados, tomando por base, no caso de *swaps* a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido, ou quando a transação futura deixa de ser altamente provável.

Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas até então, que se encontram registadas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados. No caso de coberturas de transações futuras altamente prováveis, a quantia acumulada em Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa cobertos ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objetivo específico de cobertura de riscos financeiros, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados, nas rubricas “Rendimentos financeiros” e “Gastos financeiros”.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

i) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

j) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor e considera a tributação diferida.

A Empresa é tributada segundo o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS"), de acordo com o artigo 69º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, sendo a Altri SGPS, S.A. a sociedade dominante do Grupo fiscal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou substancialmente em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em subsidiárias e associadas por se considerar que se encontram satisfeitas, simultaneamente, as seguintes condições:

- A Empresa é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e
- É provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

k) Rédito

A Altri reconhece o crédito de acordo com a IFRS 15, que estabelece que uma entidade reconheça o crédito para refletir a transferência de bens e serviços contratados pelos clientes, no montante que corresponda à consideração que a entidade espera ter direito a receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base no modelo de 5 passos abaixo:

- 1) identificação do contrato com um cliente;
- 2) identificação das obrigações;
- 3) determinação do preço da transação;
- 4) alocação do preço da transação a obrigações de performance; e
- 5) reconhecimento do crédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o crédito da Altri refere-se integralmente a serviços corporativos prestados às subsidiárias do Grupo, sendo os mesmos faturados trimestralmente sendo a fatura emitida no final do trimestre, pelos serviços prestados nesse trimestre.

O crédito é reconhecido líquido de bonificações, descontos e impostos (exemplo: descontos comerciais), e refere-se à consideração recebida ou a receber dos serviços vendidos em linha com a tipologia de negócio identificada. O crédito é reconhecido pelo montante da obrigação de performance satisfeita. Relativamente, ao preço da transação este é uma componente fixa.

A Empresa considera os factos e circunstâncias quando analisa os termos de cada contrato com clientes, aplicando os requisitos que determinam o reconhecimento e mensuração do crédito de forma harmonizada, quando se tratem de contratos com características e em circunstâncias semelhantes.

l) Especialização dos exercícios

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes”, “Outros ativos não correntes” e “Outros passivos não correntes”.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica do passivo corrente “Empréstimos bancários”.

o) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais (que englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional), de financiamento (que incluem, designadamente, os

pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos) e de investimento (que incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis).

p) Ativos detidos para venda ou distribuição e operações em descontinuação

Incluem-se nesta categoria os ativos ou grupo de ativos cujo respetivo valor seja realizável através de uma transação de venda ou distribuição, ou, conjuntamente, como um grupo numa transação única, e os passivos diretamente associados a estes ativos que sejam transferidos na mesma transação. Os ativos e passivos nesta situação são mensurados ao mais baixo valor entre o respetivo valor contabilístico e o justo valor deduzido dos custos de vender.

Para que esta situação se verifique é necessário que a venda seja muito provável (sendo expectável que se concretize num prazo inferior a 12 meses), e que o ativo esteja disponível para venda ou distribuição imediata nas atuais condições, para além de que a Empresa se tenha comprometido na sua venda ou distribuição.

A amortização dos ativos nestas condições cessa a partir do momento em que são classificados como detidos para venda ou distribuição e são apresentados como correntes em linhas próprias do ativo, passivo e capital próprio. Uma unidade operacional descontinuada é um componente (unidades operacionais e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos, operacionalmente e para finalidades de relato financeiro, do resto da entidade) de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda ou distribuição, e:

- (i) representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- (iii) é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os resultados das unidades operacionais descontinuadas são apresentados como uma quantia única na demonstração dos resultados, compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas, adicionados dos ganhos ou perdas após os impostos reconhecidos na mensuração pelo justo valor menos os custos de vender ou na alienação de ativos ou de grupo(s) para alienação que constituam a unidade operacional descontinuada.

Os saldos entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminados no processo de consolidação. As transações entre operações continuadas e operações descontinuadas são eliminadas na extensão que representem as operações que deixarão de ser levadas a cabo pela Empresa.

2.3 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Testes de imparidade de investimentos financeiros

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas unidades geradoras de caixa). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas unidades geradoras de caixa e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, a Empresa, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

b) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos foram utilizadas técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes). O Conselho de Administração da Empresa reconhece competência e objetividade às contrapartes.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.

2.4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS

A respeito das novas normas, interpretações, emendas e revisões às IFRS ver Nota 2.1.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas não tendo igualmente sido corrigidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa encontra-se exposta basicamente a (a) risco de mercado, (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco é o de reduzir estes riscos até um nível considerado aceitável.

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, sendo a sua implementação e acompanhamento supervisionados pelos administradores e diretores.

a) Risco de mercado

Reveste-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado o risco de taxa de juro.

(i) Risco de taxa de juro

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo da Empresa é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Empresa permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

A maior parte dos instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados. No entanto, existem alguns instrumentos derivados que, embora tenham sido contratados com o objetivo de cobertura do risco da taxa de juro, não se enquadram nos requisitos acima referidos para classificação como instrumentos de cobertura.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a sensibilidade da Empresa a alterações no indexante da taxa de juro de mais ou menos um ponto percentual, medida como a variação nos resultados financeiros pode ser analisada como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Juros suportados (Nota 20)	3 195 737	4 328 751
Aumento de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	1 900 000	2 200 000
Diminuição de 1 p.p. na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	(1 900 000)	(2 200 000)

A análise de sensibilidade acima foi calculada com base na exposição à taxa de juro existente à data de final de cada exercício. Para esta análise foi tido como pressuposto base que a estrutura de financiamento (ativos e passivos remunerados) se manteve estável ao longo do ano e semelhante à apresentada no final do exercício.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento das contrapartes.

A Altri é uma sociedade gestora de participações sociais, não tendo qualquer atividade comercial para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços corporativos às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias (quando aplicável).

Considera-se que os saldos de empréstimos concedidos têm risco de crédito baixo, pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Altri cumpre os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respectivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora;
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados.

Tendo em conta as políticas acima, o Conselho de Administração da Altri não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Empresa.

c) Risco de liquidez

O objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Empresa tem capacidade para liquidar ou cumprir as suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas, cumprindo todos os compromissos assumidos com terceiros no prazo estipulado.

A Empresa define como política ativa (i) manter um nível suficiente de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face aos pagamentos necessários no seu vencimento, (ii) limitar a probabilidade de incumprimento no reembolso de todas as suas aplicações e empréstimos negociando a amplitude das cláusulas contratuais e (iii) minimizar o custo de oportunidade de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Procura ainda compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, através de uma gestão agilizadora das suas maturidades.

4. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Investimentos” era constituída pelas seguintes participações financeiras:

Empresa	Percentagem de detenção		Demonstração da Posição Financeira	
	2021	2020	31.12.2021	31.12.2020
Altri, Participaciones Y Trading, S.L.	100,00%	100,00%	142 168 546	142 168 546
Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. (a)	43,27%	45,00%	—	36 769 631
Altri Abastecimento de Madeira, S.A.	100,00%	100,00%	2 050 000	2 050 000
Pulpchem Logistics, A.C.E.	50,00%	50,00%	—	—
Biogama, S.A.	90,00%	—	45 000	—
			144 263 546	180 988 177

(a) Sociedade classificada como detida para distribuição aos acionistas a 31.12.2021 (Nota 5)

Em 31 de dezembro de 2020, no investimento da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. encontra-se incluído o montante de 5.917.500 euros referente a prestações acessórias concedidas à entidade que foram adquiridos aquando da aquisição de 45% do capital social sociedade. É entendimento do Conselho de Administração que o referido montante confere um investimento de longo prazo sem perspectiva de reembolso, conferindo uma natureza de investimento em capital da entidade, pelo que o montante foi apresentado juntamente com o restante investimento financeiro.

Em março de 2021, considerando o processo de reorganização societária em curso no contexto da operação de admissão das ações da GreenVolt à negociação em mercado regulamentado, foi deliberado que a Altri, enquanto entidade que detém e faz a gestão das participações sociais do Grupo Altri, adquirisse à Caima Energia ações representativas de 30% do capital social da GreenVolt, pelo montante de 23.903.000 Euros, passando assim a Altri a deter 75% da GreenVolt.

Na Assembleia Geral da subsidiária GreenVolt, realizada a 31 de março de 2021, foi aprovado por unanimidade que os acionistas realizariam um aumento de capital social, em dinheiro, no valor total de 50.000.000 Euros. A Altri realizou um aumento de capital social na GreenVolt na sua proporção, que correspondeu a 37.500.000 Euros.

Na Assembleia Geral da Altri, realizada a 30 de abril de 2021, foi deliberado que seria distribuído um dividendo em espécie de ações representativas de até 5%, o que correspondeu ao montante total de 6.504.301 Euros e um volume total de 3.726.771 ações (Nota 24).

Em julho de 2021, concretizou-se a entrada em bolsa da subsidiária GreenVolt, em resultado do *Initial Public Offering* (IPO). Em consequência da referida operação, a Altri passou a deter 43,27% da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias.

Tendo em conta o descrito na Nota 5, a participação financeira na GreenVolt no montante de 91.668.330 Euros é apresentada na presente informação financeira como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas, com referência a 31 de dezembro de 2021.

Durante o exercício de 2021, foi ainda constituída uma empresa subsidiária, a Biogama. S.A., da qual a Altri detém 90%, sendo que os restantes 10% são detidos pela Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A..

Adicionalmente, a Altri preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de mensuração e reconhecimento das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, as quais apresentam os principais dados financeiros seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020
Total do ativo líquido consolidado	2 290 063 385	1 485 974 878
Total do capital próprio consolidado	723 539 883	445 320 909
Resultado consolidado do exercício	135 229 824	34 968 479

Os testes de imparidade efetuados pela Altri sobre as suas participações financeiras nas contas individuais permitiram verificar a inexistência de imparidade. Os testes de imparidade foram efetuados com base num conjunto diverso de informação sobre as empresas subsidiárias da Altri SL, nomeadamente, estimativas dos fluxos de caixa descontados. As avaliações foram efetuadas com base nos desempenhos históricos e nas estimativas dos fluxos de caixa descontados tendo por base planos de negócios. Para as subsidiárias da área de negócio da pasta, subsidiárias da Altri SL, os planos de negócios foram realizados a 5 anos (uma vez que é entendimento do Conselho de Administração ser este o período mais adequado face à natureza cíclica das respetivas operações do Grupo), tendo sido considerado um preço de venda da pasta de papel de médio e longo prazo, não influenciado pelas oscilações positivas ou negativas de curto prazo.

Os principais pressupostos utilizados no cálculo das subsidiárias da Altri SL com referência a 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de Inflação	1,28%	1,02%
Taxa de desconto	6,09%	6,55%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,00%	2,00%

A taxa de desconto líquida de imposto (pelo facto de os fluxos de caixa utilizados nas projeções financeiras serem também líquidos de imposto) utilizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 6,09%, a qual foi calculada com base na metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), considerando os seguintes pressupostos:

	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de juro sem risco	0,35%	0,06%
Prémio de risco dos capitais próprios	4,38%	4,72%
Prémio de risco da dívida	3,50%	3,50%

Da análise efetuada a Empresa concluiu pela existência de uma margem confortável face ao ponto a partir do qual os investimentos estariam em risco de imparidade.

5. GRUPO DE ATIVOS CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ACIONISTAS

Em julho de 2021, concretizou-se a entrada em bolsa da subsidiária GreenVolt, em resultado do *Initial Public Offering* (IPO). Em consequência da referida operação, o Grupo Altri passou a deter 58,72% da Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias, dos quais a Altri detém diretamente 43,27% (Nota 4). O Grupo Altri realizou um estudo em torno da otimização da participação acionista por si detida no capital social da sua subsidiária GREENVOLT – ENERGIAS RENOVÁVEIS, S.A., estudo esse que, depois de realizada a análise dos impactos e das vantagens de uma separação total dos negócios da pasta e da energia renovável, concluiu pela viabilidade dessa separação, na medida em que a mesma constituirá uma resposta adequada à evolução otimizada das empresas em causa, ajustada à realidade subjacente aos seus negócios e às suas perspetivas de evolução. O Conselho de Administração da Altri proporá, na Assembleia Geral Anual de 2022, em condições que a respetiva proposta apresentará, a distribuição aos acionistas da ALTRI um número máximo de ações correspondente a 52.523.229 ações da GreenVolt, e que corresponde à participação de que a Altri é atualmente detentora de forma direta. É entendimento do Conselho de Administração da Altri de que a distribuição proposta merecerá a aprovação dos acionistas da Sociedade, desde logo porque acredita que os acionistas não só concordarão, como considerarão essencial, pelas razões já apontadas, a separação total dos negócios da pasta e da energia renovável. A entrega das ações aos acionistas terá lugar, expectavelmente, num prazo nunca superior a 30 dias a contar da data da deliberação (ou seja, num prazo sempre inferior a 12 meses após 31 de dezembro de 2021).

Nesse sentido, e de acordo com a IFRS 5, a participação financeira na GreenVolt no montante de 91.668.330 Euros é apresentada na presente informação financeira como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas, com referência a 31 de dezembro de 2021.

6. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, por parte das autoridades fiscais, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa desde 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), sendo a Altri a sociedade dominante do Grupo fiscal o qual, desde 1 de janeiro de 2016, é constituído pelas seguintes entidades:

- Altri Florestal, S.A.;
- Altri Abastecimento de Madeira, S.A.;
- Caima Energia – Empresa de Gestão e Exploração de Energia, S.A.;
- Caima Indústria de Celulose, S.A.;
- Captaraíz Unipessoal, Lda.;
- Biotek, S.A.;
- Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A.;
- Inflora – Sociedade de Investimentos Florestais, S.A.;
- Soc. Imobiliária Porto Seguro – Investimentos Imobiliários, S.A.;
- Viveiros do Furadouro Unipessoal, Lda.;
- Florestsul, S.A..

Em 31 de dezembro de 2021, em resultado do aumento de capital social da subsidiária GreenVolt (Nota 4), as subsidiárias abaixo sedeadas em Portugal passaram a ser tributadas individualmente, na medida em que a percentagem de detenção pela Altri é, em resultado da referida operação, inferior a 75%.

- GREENVOLT – Energias Renováveis, S.A.;
- Energia Unida, S.A.;
- Ródão Power - Energia e Biomassa do Ródão, S.A.;
- Sociedade Bioelétrica do Mondego, S.A..

Cada uma das sociedades tributadas segundo o RETGS, regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de Empresas do grupo (Notas 12 e 16). Nos casos em que as subsidiárias contribuem com prejuízos é registado, nas demonstrações financeiras individuais, o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime (Nota 21). Caso sejam registados ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais gerados, o montante fica registado na subsidiária por contrapartida de conta a pagar às entidades do Grupo.

Os ativos e passivos por impostos diferidos registados no exercício estão, essencialmente, relacionados com justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de juro, de taxa de câmbio e do preço da pasta e como tal foram registados em “Outro rendimento integral”.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a taxa base de imposto sobre os rendimentos em vigor foi de 21%. A Empresa está igualmente sujeita a derrama municipal à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a derrama estadual correspondeu à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7,5 e 35 milhões de Euros e de 9% sobre o lucro tributável acima de 35 milhões de Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes de imposto	87 611 422	95 767 677
Taxa de imposto	22,5%	22,5%
	<u>19 712 570</u>	<u>21 547 727</u>
Dividendos não tributáveis	(20 025 000)	(20 250 000)
Outros	(141 970)	(678 605)
	<u>(454 400)</u>	<u>619 122</u>

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa utilizou a totalidade dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais no montante de 681.522 Euros registados a 31 de dezembro de 2020. Este montante correspondia aos prejuízos fiscais, no montante de aproximadamente 3,2 milhões de Euros, com os quais as subsidiárias do Grupo contribuíram para o RETGS em 2020. Em 31 de dezembro de 2021 não existem prejuízos fiscais reportáveis na esfera individual.

Os ativos por impostos diferidos foram registados na medida em que é expectativa do Conselho de Administração que, tal como nos últimos exercícios o RETGS, venha a gerar lucros tributáveis futuros que permitam a sua recuperabilidade.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi como segue:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	936 409	—	222 056	—
Efeitos na demonstração de resultados:				
Outros	31 456	—	—	—
Efeitos em capitais próprios:				
Justo valor de instrumentos derivados	(114 741)	—	32 831	—
Efeito do RETGS prejuízos fiscais	(681 522)	—	681 522	—
Saldo final	<u>171 602</u>	<u>—</u>	<u>936 409</u>	<u>—</u>

7. CLASSE DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 2.2 h), foram classificados como segue:

Ativos financeiros:

31 de dezembro de 2021	Ativos financeiros registados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor	Total
Ativos correntes			
Clientes	4 078 270	—	4 078 270
Outras dívidas de terceiros	19 726 978	—	19 726 978
Outros ativos correntes	2 060 503	—	2 060 503
Outros ativos financeiros	19 588 750	—	19 588 750
Instrumentos financeiros derivados	—	169 906	169 906
Caixa e equivalentes de caixa	121 869 849	—	121 869 849
	<u>167 324 350</u>	<u>169 906</u>	<u>167 494 256</u>

31 de dezembro de 2020	Ativos financeiros registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor	Total
Ativos correntes			
Clientes	9 341 541	—	9 341 541
Outras dívidas de terceiros	22 151 926	—	22 151 926
Outros ativos correntes	140 632	—	140 632
Outros ativos financeiros	19 588 750	—	19 588 750
Instrumentos financeiros derivados	—	4 488 283	4 488 283
Caixa e equivalentes de caixa	154 809 495	—	154 809 495
	<u>206 032 344</u>	<u>4 488 283</u>	<u>210 520 627</u>

Passivos financeiros:

31 de dezembro de 2021	Passivos registrados ao custo amortizado	Instrumentos financeiros derivados ao justo valor	Total
Passivos não correntes			
Outros empréstimos	124 704 059	—	124 704 059
Passivos da locação	147 239	—	147 239
Instrumentos financeiros derivados	—	540 350	540 350
	<u>124 851 298</u>	<u>540 350</u>	<u>125 391 648</u>
Passivos correntes			
Outros empréstimos	65 401 445	—	65 401 445
Passivos da locação	132 271	—	132 271
Fornecedores	558 303	—	558 303
Outras dívidas a terceiros	337 020	—	337 020
Outros passivos correntes	2 611 277	—	2 611 277
Instrumentos financeiros derivados	—	982 642	982 642
	<u>69 040 316</u>	<u>982 642</u>	<u>70 022 958</u>
	<u>193 891 614</u>	<u>1 522 992</u>	<u>195 414 606</u>
31 de dezembro de 2020			
Passivos não correntes			
Outros empréstimos	219 386 078	—	219 386 078
Passivos da locação	124 418	—	124 418
Instrumentos financeiros derivados	—	1 053 386	1 053 386
	<u>219 510 496</u>	<u>1 053 386</u>	<u>220 563 882</u>
Passivos correntes			
Outros empréstimos	808 370	—	808 370
Passivos da locação	97 213	—	97 213
Fornecedores	117 406	—	117 406
Outras dívidas a terceiros	7 032 822	—	7 032 822
Outros passivos correntes	1 232 011	—	1 232 011
Instrumentos financeiros derivados	—	269 123	269 123
	<u>9 287 822</u>	<u>269 123</u>	<u>9 556 945</u>
	<u>228 798 318</u>	<u>1 322 509</u>	<u>230 120 827</u>

Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

O quadro seguinte indica os instrumentos financeiros que são mensurados ao justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados ao justo valor:						
Derivados (Nota 18)	—	169 906	—	—	4 488 283	—
Passivos financeiros mensurados a justo valor:						
Derivados (Nota 18)	—	1 522 992	—	—	1 322 509	—

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem ativos financeiros cujos termos tenham sido renegociados e que caso não tivessem sido renegociados estariam-vencidos ou em imparidade.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2021					
Ativo bruto					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	1 863 806	5 591 419	50 700	421 636	7 927 561
Aumentos	—	—	—	—	—
Alienações	—	—	—	—	—
Abates	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—
Saldo final	1 863 806	5 591 419	50 700	421 636	7 927 561
Depreciações acumuladas					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	—	335 484	50 700	340 881	727 065
Aumentos	—	111 829	—	19 138	130 967
Alienações	—	—	—	—	—
Abates	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—
Saldo final	—	447 313	50 700	360 019	858 032
	1 863 806	5 144 106	—	61 617	7 069 529
31 de dezembro de 2020					
Ativo bruto					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	1 863 806	5 591 419	50 700	421 636	7 927 561
Aumentos	—	—	—	—	—
Alienações	—	—	—	—	—
Abates	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—
Saldo final	1 863 806	5 591 419	50 700	421 636	7 927 561
Depreciações acumuladas					
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Saldo inicial	—	223 656	50 700	305 032	579 388
Aumentos	—	111 828	—	35 849	147 677
Alienações	—	—	—	—	—
Abates	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—
Saldo final	—	335 484	50 700	340 881	727 065
	1 863 806	5 255 935	—	80 755	7 200 496

9. DIREITO DE USO

9.1. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2021			
Ativo Bruto			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	—	445 998	445 998
Aumentos	203 075	—	203 075
Alienações e abates	—	(62 207)	(62 207)
Saldo final	203 075	383 791	586 866

Depreciações acumuladas			
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	—	227 957	227 957
Aumentos	28 205	91 927	120 132
Alienações e abates	—	(37 788)	(37 788)
Saldo final	28 205	282 096	310 301

	174 870	101 695	276 565
--	---------	---------	---------

31 de dezembro de 2020		
Ativo Bruto		
	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	360 268	360 268
Aumentos	85 730	85 730
Saldo final	445 998	445 998

Depreciações acumuladas		
	Equipamento de transporte	Total
Saldo inicial	138 100	138 100
Aumentos	89 857	89 857
Saldo final	227 957	227 957

	218 041	218 041
--	---------	---------

A rubrica “Equipamentos de transporte” respeita a contratos de locação de viaturas por prazos até 4 anos.

A rubrica “Edifícios e outras construções” diz respeito a um novo contrato de aluguer de instalações por um prazo de 3 anos.

9.2. PASSIVO DA LOCAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o movimento ocorrido no valor do passivo da locação, foi o seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	221 631	225 327
Aumentos	203 075	85 730
Acréscimos de juros	4 614	4 385
Pagamentos	(124 869)	(93 811)
Outros efeitos	(24 941)	—
Saldo final	279 510	221 631
Corrente	132 271	97 213
Não corrente	147 239	124 418

Adicionalmente, foram reconhecidos em 2021 e 2020 os seguintes montantes de gastos relativos a ativos por direito de uso:

	31.12.2021	31.12.2020
Depreciação de ativos sob direito de uso	120 132	89 857
Gastos com juros relacionados com passivos de locação	4 614	4 385
Gastos relacionados com locações de curto prazo	—	—
Total do montante reconhecido na demonstração de resultados	124 746	94 242

O prazo de reembolso dos passivos da locação é como segue:

	31.12.2021					
	2022	2023	2024	2025	>2025	Total
Passivo da locação	132 271	89 897	57 342	—	—	279 510
	132 271	89 897	57 342	—	—	279 510
	31.12.2020					
	2021	2022	2023	2024	>2024	Total
Passivo da locação	97 213	73 193	29 860	21 365	—	221 631
	97 213	73 193	29 860	21 365	—	221 631

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” era como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	97	81
Depósitos bancários	121 869 752	154 809 414
	121 869 849	154 809 495

Em resultado das operações referidas na Nota 4, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os pagamentos relativos a investimentos financeiros referem-se à aquisição de ações representativas de 30% do capital social da GreenVolt à Caima Energia no montante de 23.903.000 Euros, ao pagamento relativo ao aumento de capital social da GreenVolt no montante de 37.500.000 Euros e à realização de capital da Biogama no montante de 45.000 Euros.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estas rubricas do ativo e do passivo tinham a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldos devedores:		
Imposto sobre o rendimento	—	15 851 988
Total imposto sobre o rendimento	—	15 851 988
Outros impostos	3 842	—
Total outros impostos (Nota 12)	3 842	—
	31.12.2021	31.12.2020
Saldos credores:		
Imposto sobre o rendimento	20 343 835	—
Total imposto sobre o rendimento	20 343 835	—
Imposto sobre o valor acrescentado	308 684	803 744
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	38 850	39 756
Retenções na fonte	70 000	—
Contribuições para a Segurança Social	36 321	33 177
Outros impostos	—	152 202
Total outros impostos (Nota 16)	453 855	1 028 879

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo credor “Imposto sobre o rendimento” inclui o imposto sobre o rendimento do exercício a pagar pelo Grupo fiscal do qual a sociedade é a dominante (Nota 6) deduzido dos respetivos pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor “Imposto sobre o rendimento” inclui os pagamentos por conta e pagamentos adicionais por conta a receber deduzido do respetivo imposto sobre o rendimento do exercício a pagar pelo Grupo fiscal do qual a sociedade é a dominante (Nota 6).

12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outras dívidas de terceiros” era composta como se segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Empresas do Grupo (Nota 21)		
RETGS	18 627 451	22 149 907
Outras dívidas	1 099 527	—
Outras dívidas	—	2 019
Contas a receber do Estado e outros entes públicos (Nota 11)	3 842	—
	19 730 820	22 151 926

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo na rubrica “Outras dívidas” de Empresas do Grupo diz essencialmente respeito a valores a receber de subsidiárias do Grupo Altri referentes a instrumentos derivados.

13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como se segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Acréscimo de rendimentos:		
Juros a receber	123 149	140 632
Outros acréscimos de rendimentos	1 937 354	—
Gastos a reconhecer:		
Outros gastos	545 949	553 737
	<u>2 606 452</u>	<u>694 369</u>

A rubrica “Outros gastos” inclui em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante de 479.712 Euros referente ao pagamento de uma liquidação adicional em sede de IRC relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, que foi efetuada no exercício de 2008 pela Celulose do Caima SGPS, S.A. (empresa fusionada na Altri no exercício de 2014). A Celulose do Caima SGPS, S.A. pagou esse montante e registou-o em “Outros ativos correntes”, uma vez que impugnou esta liquidação, sendo convicção do Conselho de Administração que esta liquidação adicional é indevida. No entanto, dada a probabilidade de sucesso, este montante encontra-se totalmente provisionado.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros acréscimos de rendimentos” inclui os acréscimos debitados às unidades fabris do Grupo Altri, tal como previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose. Este montante não tem impacto ao nível da demonstração de resultados da Empresa, dado que a Empresa funciona como agente faturando por conta de outras subsidiárias do Grupo, motivo pelo qual registou pelo mesmo montante um acréscimo de gasto (Notas 17 e 21). Em 31 de dezembro de 2020, em resultado da atividade e da aplicação dos mecanismos do contrato em vigor, não foram registados quaisquer acréscimos de gastos ou rendimentos.

14. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado e era composto por 205.131.672 ações nominativas com o valor nominal de 12,5 cêntimos de Euro cada ação.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam pessoas coletivas com uma participação no capital subscrito de, pelo menos, 20%.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “reserva legal” até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outras reservas” tinha a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Reservas de cobertura	(479 237)	(875 355)
Outras reservas e resultados transitados	76 445 275	59 597 106
	<u>75 966 038</u>	<u>58 721 751</u>

A rubrica “Reservas de cobertura” diz respeito ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura de fluxos de caixa na componente eficaz de cobertura, líquido dos juros corridos e dos respetivos impostos diferidos (Notas 6 e 18).

A linha de “Outras reservas e resultados transitados” corresponde a resultados transitados e reservas livres, as quais de acordo com a legislação em vigor são distribuíveis aos acionistas da Empresa, após a consideração do resultado líquido do exercício e de adiantamentos sobre lucros. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2021 o montante de reservas distribuíveis ascende a 164.031.860 Euros.

15. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica “Outros empréstimos” é como segue:

31.12.2021				
	Valor Nominal		Valor Contabilístico	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outros empréstimos:				
Empréstimos obrigacionistas	25 000 000	125 000 000	25 412 227	124 704 059
Papel Comercial	40 000 000	—	39 989 218	—
Total	65 000 000	125 000 000	65 401 445	124 704 059

31.12.2020				
	Valor Nominal		Valor Contabilístico	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outros empréstimos:				
Empréstimos obrigacionistas	—	220 000 000	808 370	219 386 078
Total	—	220 000 000	808 370	219 386 078

As despesas incorridas com a montagem de empréstimos foram deduzidas ao seu valor nominal e são reconhecidas como juro ao longo do período de vida dos empréstimos (Nota 20).

Papel Comercial

A Empresa tem contratados programas de papel comercial renováveis com garantia de colocação no montante máximo de 40.000.000 Euros (15.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2020), sendo que em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não se encontravam a ser utilizados. Estes contratos vencem juros a uma taxa de juro correspondente à Euribor do prazo de emissão respetivo (entre 7 e 364 dias) acrescida de *spread*.

Adicionalmente, a Empresa tem contratados programas de papel comercial sem garantia de colocação, no montante máximo de 65.000.000 Euros, os quais vencem juros a uma taxa de juro definida por colocação indireta junto de investidores e/ou definida por proposta de subscrição apresentada pelo intermediário financeiro, com um prazo de emissão de até 90 dias, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, o montante total utilizado ascende a 40.000.000 Euros (em 31 de dezembro de 2020 não se encontravam contratados estes programas de papel comercial).

Empréstimos obrigacionistas

Em abril de 2014, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista no valor de 50.000.000 Euros com um prazo de 6 anos. Em 20 de fevereiro de 2015, a Altri SGPS assumiu a posição contratual detida pela sua participada Celbi, passando o empréstimo obrigacionista a denominar-se “ALTRI 2014/2020”. Em julho de 2017, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado deste financiamento, tendo emitido, na mesma data, um outro de igual montante, pelo prazo de 8 anos, denominado “ALTRI 2017/2025”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Altri SGPS procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas. O primeiro, emitido em 18 de abril de 2016, no valor de 40.000.000

Euros, com uma amortização de 20.000.000 Euros em abril de 2022 e reembolso final em abril de 2024. Em julho de 2019, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado da amortização de 20.000.000 Euros agendada para abril de 2022, passando o financiamento a ter um valor nominal de 20.000.000 Euros e vencimento final em abril de 2024. O segundo, emitido em 28 de novembro de 2016, no valor de 25.000.000 Euros, com vencimento em 28 de março de 2022, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

Em novembro de 2016, a Celbi emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 65.000.000 Euros e com vencimento em fevereiro de 2024, denominado “Celbi 2016/2024”. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2021, era detentora de obrigações “Celbi 2016/2024” no montante nominal de 8.500.000 Euros (8.500.000 Euros em 31 de dezembro de 2020).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de dois empréstimos obrigacionistas, ambos em 14 de julho de 2017: um no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 8 anos e outro no valor de 40.000.000 Euros com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2021, era detentora de obrigações “Celbi 2017/2027” no montante nominal de 5.900.000 Euros (5.900.000 Euros em 31 de dezembro de 2020).

Também em 2017, a 6 de março, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 7 anos, com a designação “ALTRI 2017/2024”. Em 2021, a 19 de abril, a Altri SGPS procedeu ao reembolso antecipado desse empréstimo obrigacionista. Paralelamente, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 70.000.000 Euros, pelo prazo de 5 anos, com a designação “CELBI 2021-2026”. Este empréstimo obrigacionista tem um plano de amortização com reembolso de 10.000.000 Euros na quarta data de pagamento de juros (abril de 2023), 10.000.000 Euros na sexta data de pagamento de juros (abril de 2024), 20.000.000 Euros na oitava data de pagamento de juros (abril de 2025) e 30.000.000 Euros na décima data de pagamento de juros (abril de 2026).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Celulose Beira Industrial (Celbi), S.A. procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, em 28 de maio de 2018, denominado “Celbi 2018/2028”, no valor de 50.000.000 Euros, com um prazo de 10 anos, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*. Por sua vez, a Altri SGPS, em 31 de dezembro de 2021, era detentora de obrigações “Celbi 2018/2028” no montante nominal de 5.200.000 Euros (5.200.000 Euros em 31 de dezembro de 2020).

A 15 de julho de 2019, a Altri SGPS procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, no montante de 55.000.000 Euros, pelo prazo de 5 anos, com a designação “ALTRI 2019/2024”, vencendo juros a taxa igual a Euribor a 6M adicionada de *spread*.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a reconciliação da variação da dívida bruta com os fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 1 de janeiro	220 194 448	219 921 044
Pagamento de empréstimos obtidos	(125 000 000)	—
Recebimento de empréstimos obtidos	95 000 000	—
Variação dos encargos com emissão de empréstimos	(88 944)	273 404
Variação da Dívida	(30 088 944)	273 404
Saldo em 31 de dezembro	190 105 504	220 194 448

O prazo de reembolso dos outros empréstimos não correntes é como segue:

	31.12.2021					
	2022	2023	2024	2025	>2025	Total (valor nominal)
Empréstimos obligacionistas	25 000 000	—	75 000 000	50 000 000	—	150 000 000
Papel comercial	40 000 000	—	—	—	—	40 000 000
	<u>65 000 000</u>	<u>—</u>	<u>75 000 000</u>	<u>50 000 000</u>	<u>—</u>	<u>190 000 000</u>
	31.12.2020					
	2021	2022	2023	2024	>2024	Total (valor nominal)
Empréstimos obligacionistas	—	25 000 000	—	145 000 000	50 000 000	220 000 000
	<u>—</u>	<u>25 000 000</u>	<u>—</u>	<u>145 000 000</u>	<u>50 000 000</u>	<u>220 000 000</u>

16. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Empresas do Grupo (Nota 21)		
RETGS	288 888	2 479 856
Outros	197	4 507 407
Outras dívidas a terceiros	47 935	45 559
Contas a pagar ao Estado e outros entes públicos (Nota 11)	<u>453 855</u>	<u>1 028 879</u>
	<u>790 875</u>	<u>8 061 701</u>

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo na rubrica “Outros” diz essencialmente respeito a valores a pagar a subsidiárias do Grupo Altri referentes a instrumentos derivados (Nota 21).

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Encargos a liquidar		
Remunerações a liquidar	303 900	161 988
Outros encargos a liquidar	<u>2 307 377</u>	<u>1 070 023</u>
	<u>2 611 277</u>	<u>1 232 011</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros encargos a liquidar” inclui o acréscimo de gasto debitado às unidades fabris do Grupo Altri, tal como previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose (Notas 13 e 21).

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa tinha em vigor contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura das variações da taxa de juro e contratos relativos a instrumentos financeiros derivados associados a cobertura da variação da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2021 foram ainda celebrados contratos de instrumentos financeiros derivados para cobertura das variações do preço da pasta de papel. Todos estes instrumentos são registados de acordo com o seu justo valor.

A Empresa apenas utiliza derivados para cobertura de fluxos de caixa associados às operações geradas pela sua atividade e das empresas do Grupo.

O detalhe dos instrumentos financeiros derivados registados a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como se segue:

	31.12.2021				31.12.2020			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados de taxa de juro	—	—	135 750	540 350	—	—	131 976	1 053 386
Derivados de taxa de câmbio	169 906	—	166 218	—	4 488 283	—	137 148	—
Derivados de cobertura do preço da pasta	—	—	680 674	—	—	—	—	—
	169 906	—	982 642	540 350	4 488 283	—	269 124	1 053 386

(i) Derivados de taxa de juro

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade das taxas de juro, a Empresa contratou “swaps” de taxa de juro. Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivados”.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa tinha em vigor contratos de derivados de taxa de juro cujos montantes totais são como segue:

Tipo	Montante	Maturidade	Juro	Fixing	Justo valor	
					31.12.2021	31.12.2020
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,820%	(167 940)	(298 306)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,806%	(170 078)	(294 721)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,818%	(167 705)	(297 493)
Interest rate swap	5 000 000	16/04/2025	Paga taxa fixa e recebe Euribor a 6M	0,805%	(170 377)	(294 841)
					(676 100)	(1 185 362)

De acordo com as políticas contabilísticas adotadas estes derivados cumprem com os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura de taxa de juro (Nota 2.2 h)).

O apuramento do justo valor dos derivados contratados pela Empresa foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., utilizando as *Par Rates de Swaps*, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas *Reuters e/ou Bloomberg*, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que servem para descontar os *cash flows* fixos (*leg fixo*) e os *cash flows* variáveis (*leg variável*). O somatório das duas parcelas resulta no Valor Atualizado Líquido dos *cash flows* futuros ou justo valor dos derivados.

(ii) Derivados de taxa de câmbio

A Altri, durante o exercício de 2021 e 2020, contratou “opções” de taxa de câmbio sobre dólares dos Estados Unidos, junto de instituições financeiras com o objetivo de transferir a referida posição para a sua subsidiária Celbi, de forma àquela empresa efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros e gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta nas suas operações. A necessidade da Empresa atuar como intermediário resulta do seu maior peso e visibilidade junto dos mercados financeiros. Deste modo, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi efetuada a transferência para a Celbi da posição nos derivados contratados no montante de 3.688 Euros e 4.351.135 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontravam-se estabelecidos contratos de derivativos de taxa de câmbio junto de instituições financeiras, cujos montantes totais são como segue:

Nocional USD / mês	Vencimento	31.12.2021		Asian Collar range (strikes médios)	
		Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
2 000 000	1H2022	36 869	(46 657)	1,1148	1,1600
2 000 000	2H2022	133 037	(119 561)	1,1148	1,1600
		169 906	(166 218)		

Nocional USD / mês	Vencimento	31.12.2020		Asian Collar range (strikes médios)	
		Ativo	Passivo	Euro put / USD call	Euro call / USD put
8 000 000	1H2021	2 064 946	(18 738)	1,1306	1,1713
8 000 000	2H2021	2 423 337	(118 410)	1,1306	1,1713
		4 488 283	(137 148)		

(iii) Derivados de cobertura do preço da pasta

Por forma a reduzir a sua exposição à volatilidade do preço da pasta de papel, a Altri contratou derivativos de cobertura do preço da pasta de papel, com o objetivo de transferir a referida posição para a sua subsidiária Celbi, de forma àquela empresa efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros e gerir o risco associado ao preço da pasta de papel a que está exposta nas suas operações.

Tal como no caso dos derivativos de taxa de câmbio, a necessidade da Empresa atuar como intermediário resulta do seu maior peso e visibilidade junto dos mercados financeiros. Deste modo, em 31 de dezembro de 2021, foi efetuada a transferência para a Celbi da posição credora nos derivativos contratados no montante de 680.674 Euros. Em 31 de dezembro de 2020, não se encontravam em vigor contratos de derivativos de cobertura de preço da pasta de papel.

Estes contratos foram avaliados de acordo com o seu justo valor em 31 de dezembro de 2021, tendo o correspondente montante sido reconhecido na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”.

Em 31 de dezembro de 2021 encontravam-se em vigor os seguintes contratos de derivativos de cobertura do preço da pasta de papel:

Quantidade coberta	Início	Vencimento	31.12.2021		31.12.2020	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
3.500 ton/mês	01/01/2022	31/12/2022	—	(680 674)	—	—
			—	(680 674)	—	—

O apuramento do justo valor dos derivativos, de cobertura do preço da pasta de papel, contratados pela Empresa foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem foram celebrados tais contratos). O modelo de avaliação destes derivativos, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e., é calculada a diferença entre a cotação estimada da pasta de papel (PIX) e o preço fixado para os prazos relevantes, que posteriormente é atualizada para a data a que se reporta a avaliação.

O movimento ocorrido no justo valor dos instrumentos financeiros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser detalhado como segue:

2021	Derivados de cobertura do preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
Saldo inicial	—	(1 185 362)	4 351 135	3 165 773
Variação do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	—	510 859	—	510 859
Efeitos em balanço	(680 674)	267 771	(4 347 447)	(4 760 350)
Efeitos na demonstração de resultados	—	(269 368)	—	(269 368)
Saldo final	<u>(680 674)</u>	<u>(676 100)</u>	<u>3 688</u>	<u>(1 353 085)</u>
2020	Derivados de cobertura do preço da pasta	Derivados de taxa de juro	Derivados de taxa de câmbio	Total
Saldo inicial	—	(1 030 123)	(353 126)	(1 383 249)
Variação do justo valor				
Efeitos em capitais próprios	—	(145 913)	—	(145 913)
Efeitos em balanço	—	213 500	4 704 261	4 917 761
Efeitos na demonstração de resultados	—	(222 826)	—	(222 826)
Saldo final	<u>—</u>	<u>(1 185 362)</u>	<u>4 351 135</u>	<u>3 165 774</u>

19. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

A rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a investimentos” diz respeito a dividendos distribuídos pelas empresas participadas (Nota 21).

20. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser detalhados como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Gastos financeiros		
Juros suportados	3 195 737	4 328 751
Outros gastos e perdas financeiras	2 036 526	378 899
	<u>5 232 263</u>	<u>4 707 650</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	124 035	368 755
Outros rendimentos financeiros	532 709	429 606
	<u>656 744</u>	<u>798 361</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros gastos e perdas financeiras” refere-se essencialmente a perdas em instrumentos derivados, custos suportados com a emissão de papel comercial e a comissões relativas a serviços bancários (Notas 15, 18 e 21).

Durante 2021, ocorreu a amortização antecipada de obrigações, o que resultou num aumento das comissões associadas a estas operações, o que justifica o aumento verificado na rubrica “Outros gastos e perdas financeiras”. Em consequência do referido, a rubrica de “Juros suportados” reduziu no sentido em que reduziram os juros relacionados com obrigações.

21. PARTES RELACIONADAS

As empresas do Grupo Altri têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas. Todas estas transações são efetuadas a preços de mercado.

Os principais saldos com entidades relacionadas a 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados como se segue:

31 de dezembro de 2021

	Saldos devedores				
	Clientes	RETGS (Nota 12)	Outros ativos financeiros correntes	Outras dívidas de terceiros (Nota 12)	Outros ativos correntes (Nota 13)
Biotek (a)	1 030 125	—	—	—	1 237 354
Altri Florestal	64 575	1 037 617	—	—	—
Inflora	15 375	299 093	—	—	—
Caima Indústria	604 750	—	—	—	—
Viveiros do Furadouro	60 270	—	—	—	—
Caima Energia	110 700	1 131 844	—	—	—
Altri Abastecimento de Madeira	27 675	192 894	—	—	—
Celbi	2 152 500	15 965 851	19 588 750	1 099 527	—
Ródão Power	—	152	—	—	—
Florestsul	12 300	—	—	—	—
	4 078 270	18 627 451	19 588 750	1 099 527	1 237 354

31 de dezembro de 2021

	Saldos credores			
	Fornecedores	RETGS (Nota 16)	Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	Outros passivos correntes (Nota 17)
Biotek (a)	—	197 765	—	—
Caima Indústria	—	48 179	—	1 237 354
Viveiros do Furadouro	—	30 184	—	—
Captaraiz	—	53	—	—
Porto Seguro	—	1 421	197	—
Florestsul	—	11 286	—	—
Cofina Media	11 445	—	—	—
	11 445	288 888	197	1 237 354

31 de dezembro de 2020

	Saldos devedores			Saldos credores		
	Clientes	RETGS (Nota 12)	Outros ativos financeiros correntes	Fornecedores	RETGS (Nota 16)	Outras dívidas a terceiros (Nota 16)
Biotek (a)	1 470 465	—	—	—	2 477 170	—
Altri Florestal	38 130	2 838 697	—	—	—	—
Inflora	15 373	299 328	—	—	—	—
Caima Indústria	797 655	1 080 325	—	1 389	—	—
Viveiros do Furadouro	47 970	26 897	—	—	—	—
Captaraiz	10 763	—	—	—	1 457	—
Caima Energia	74 415	3 185 685	—	—	—	—
Altri Abastecimento de Madeira	117 465	576 819	—	—	—	—
Celbi	5 744 715	10 730 642	19 588 750	664	—	4 497 984
Porto Seguro	—	—	—	—	842	4 810
Greenvolt	530 745	933 726	—	—	—	—
Bioelétrica do Mondego	391 755	2 162 350	—	—	—	—
Ródão Power	95 940	315 438	—	—	—	—
Energia Unida	—	—	—	—	387	4 613
Florestsul	6 150	—	—	—	—	—
Cofina Media	—	—	—	10 083	—	—
	9 341 541	22 149 907	19 588 750	12 136	2 479 856	4 507 407

(a) Anteriormente designada por Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica do ativo corrente “Outros ativos financeiros” respeita a obrigações da Celbi adquiridas em mercado pela Altri SGPS que se vencem em fevereiro de 2024 (no

montante de 8.501.000 Euros; 8.501.000 Euros em 31 de dezembro de 2020), julho de 2027 (no montante de 5.892.250 Euros; 5.892.250 Euros em 31 de dezembro de 2020), e maio de 2028 (no montante de 5.195.500 Euros; 5.195.500 em 31 de dezembro de 2020) cujo valor contabilístico é similar ao seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outras dívidas de terceiros” inclui um montante a receber da Celbi relativo à transferência da posição nos derivados de cobertura de taxa de câmbio e cobertura do preço da pasta (Nota 18).

As principais transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como se segue:

	31.12.2021				31.12.2020		
	Prestação de serviços	Fornecimento e serviços externos	Gastos com pessoal	Pagamentos de passivos da locação	Prestação de serviços	Fornecimento e serviços externos	Gastos com pessoal
Biotek (a)	2 010 000	—	—	—	2 391 000	—	—
Altri Florestal	70 000	—	—	—	62 000	—	—
Caima Indústria	1 180 000	—	—	—	1 297 000	—	—
Viveiros do Furadouro	10 000	—	—	—	11 000	—	—
Captaraíz	—	—	—	—	—	—	—
Caima Energia	120 000	—	—	—	121 000	—	—
Celbi	7 000 000	7 911	2 051 806	—	9 341 000	7 538	1 437 837
Porto Seguro	—	—	—	—	—	—	—
Altri Abastecimento de Madeira	30 000	—	—	—	191 000	—	—
Greenvolt	—	—	—	—	863 000	—	—
Ródão Power	—	—	—	—	156 000	—	—
Bioelétrica do Mondego	—	—	—	—	637 000	—	—
Florestsul	5 000	—	—	—	5 000	—	—
Cofina Media	—	50 649	—	28 905	—	104 256	—
	10 425 000	58 560	2 051 806	28 905	15 075 000	111 794	1 437 837

(a) Anteriormente designada por Celtejo – Empresa de Celulose do Tejo, S.A.

Durante o exercício de 2021, a subsidiária Altri SL distribuiu reservas a título de dividendos no montante de 89.000.000 Euros (90.000.000 Euros em 2020).

Durante o exercício de 2021, foram reconhecidos Rendimentos Financeiros com a subsidiária Celbi no montante de 375.938 Euros (428.311 Euros em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa procedeu à especialização dos montantes, tal como previsto no Acordo de Produção de Pasta de Celulose. Este montante não tem impacto ao nível da demonstração de resultados da Empresa, dado que a Empresa funciona como agente faturando por conta de outras subsidiárias do Grupo, motivo pelo qual registou pelo mesmo montante um acréscimo de gasto (Notas 17 e 21). Em 31 de dezembro de 2020, em resultado da atividade e da aplicação dos mecanismos do contrato em vigor, não foram registados quaisquer acréscimos de gastos ou rendimentos.

22. GASTOS COM PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 9 e 11, respetivamente.

23. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	31.12.2021	31.12.2020
Número de ações para efeito de cálculo do resultado líquido básico e diluído	205 131 672	205 131 672
Resultado para efeito do cálculo do resultado por ação líquido e diluído	88 065 822	95 148 555
Resultado por ação		
Básico	0,429	0,464
Diluído	0,429	0,464

24. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

No que respeita ao exercício de 2020, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 95.148.555 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	51.282.918 euros
Reservas livres	43.865.637 euros

A distribuição de lucros do exercício ora proposta implicou o pagamento de um dividendo bruto de 0,25 Euros por ação.

Em julho de 2021, em resultado da conclusão da operação de admissão à negociação no mercado regulamentado *Euronext Lisbon* da totalidade das ações representativas do capital social da sua subsidiária Greenvolt – Energias Renováveis, S.A., foi deliberada a distribuição de um dividendo bruto de 0,10 Euros por cada ação representativa do capital social da Altri (no montante total de 20.513.167 Euros), e a distribuição de 1 ação representativa do capital social da Greenvolt – Energias Renováveis, S.A. por cada múltiplo de 55 ações representativas do capital social da Altri, até um máximo de 5% do número total de ações do capital em momento anterior à admissão, que correspondeu a 3.726.771 ações (Nota 4).

No que respeita ao exercício de 2021, o Conselho de Administração propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido individual da Altri, SGPS, S.A. no montante de 88.065.822 Euros, tenha a seguinte aplicação:

Dividendos	51.282.918 euros
Reservas livres	36.782.904 euros

O Conselho de Administração propôs à Assembleia Geral no seu relatório anual a distribuição, em condições que a respetiva proposta apresentará, de um dividendo em numerário, correspondente a 25 cêntimos por ação. A mesma proposta contemplará, adicionalmente, a distribuição de um dividendo em espécie, constituído por um número máximo de 52.523.229 de ações representativas do capital social e dos direitos de voto da GreenVolt. Se neste cenário de distribuição conjunta, i.e., em numerário e em espécie (esta última, tal como referido na Nota 5) o montante a distribuir exceder o montante de fundos distribuíveis, a parte do dividendo em numerário será diminuída pela importância correspondente ao excedente, com arredondamento por defeito (num mínimo de 0,01 Euros por ação).

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

O projeto da Galiza continua em desenvolvimento constante, sendo que se encontram a ser iniciados os estudos de impacto ambiental, viabilidade económica e engenharia com a entidade parceira neste projeto, a Impulsa. Esta entidade trata-se do consórcio público-privado da região da Galiza com o qual foi assinado o Memorando de Entendimento (MdE) para estudar em exclusivo a construção de uma unidade industrial de raiz com uma capacidade produtiva anual de 200.000 toneladas de pasta solúvel e fibras têxteis sustentáveis. É expectativa que seja anunciada a localização definitiva do projeto num prazo breve.

Importa referir ainda a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, que para além da terrível devastação causada com a perda de vidas e da crise humanitária sobreveniente na região, está a ter

um impacto económico a nível mundial, nomeadamente no aumento do preço dos fatores energéticos e o consequente disparo das pressões inflacionistas, a que se associa a previsível subida das taxas de juro e o temor da estagflação. Também se dá nota do esforço das economias europeias para albergar os refugiados e o apoio prestado pelas nações democráticas ao povo ucraniano. A guerra na Ucrânia e as sanções decretadas à Rússia por vários países Ocidentais deverão contribuir para um agravamento das condicionantes logísticas e inflação generalizada dos fatores produtivos e de alguns custos variáveis.

De 31 de dezembro de 2021 até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Empresa.



O Conselho de Administração

Alberto João Coraceiro de Castro

Paulo Jorge dos Santos Fernandes

João Manuel Matos Borges de Oliveira

Domingos José Vieira de Matos

Laurentina da Silva Martins

Pedro Miguel Matos Borges de Oliveira

Ana Rebelo de Carvalho Menéres de Mendonça

Maria do Carmo Guedes Antunes de Oliveira


Paula Simões de Figueiredo Pimentel Freixo Matos Chaves

José Armindo Farinha Soares de Pina

José António Nogueira dos Santos

Carlos Alberto Sousa Van Zeller e Silva





Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Altri, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.290.063.385 euros e um total de capital próprio de 723.539.883 euros, incluindo um resultado líquido de 135.229.824 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Altri, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Imparidade do Goodwill

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2021, o valor contabilístico do Goodwill ascendia a 265.630.973 euros (2020: 265.630.973 euros), representando 12% (2020: 18%) do total do ativo do Grupo.</p> <p>A eventual imparidade do Goodwill foi considerada uma matéria relevante porque o montante escriturado deste ativo é significativo e porque o processo de avaliação da imparidade é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos, nomeadamente quanto a condições como a evolução económica futura, capacidade produtiva disponível no mercado, rédito e</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Examinámos as projeções de fluxos de caixa que sustentam os testes de imparidade realizados pelo Conselho de Administração. Testámos as bases de preparação das projeções tendo em consideração a fiabilidade das projeções anteriores e informação histórica sobre os pressupostos; Avaliámos os pressupostos utilizados/subjacentes nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>evolução de margens, sendo que devido à pandemia Covid-19 a incerteza sobre a evolução destas variáveis aumentou.</p>	<p>análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios; e</p> <ul style="list-style-type: none"> Testámos os cálculos do modelo usado pelo Conselho de Administração e avaliamos o impacto que variações possíveis nos pressupostos chave poderiam ter em termos de registo de imparidade do Goodwill. <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 36), incluídas na Nota 11 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>

2. Ativos biológicos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2021, os Ativos biológicos não correntes ascendem a 105.583.652 euros (2020: 105.621.199 euros), representando 5% (2020: 7%) do total do ativo do Grupo.</p> <p>São compostos essencialmente pela espécie florestal de eucaliptos, que se encontra dispersa por uma vasta área, em terrenos propriedade do Grupo e arrendados, e que, depois de cortados, são utilizados como a principal matéria-prima para a produção da pasta de papel.</p> <p>Conforme divulgado na Nota 2.3 i) das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, os Ativos biológicos encontram-se valorizados ao justo valor, tal como prevê a IAS 41.</p> <p>A determinação do justo valor foi efetuada por uma entidade externa, com base na informação constante da base de dados mantida pelo Grupo, a qual reúne informação volumosa e com diversas características.</p> <p>A determinação do justo valor, por não existir um valor de mercado observável, incorpora julgamentos significativos e complexos, materializados em modelos de fluxos de caixas que têm por base diversos pressupostos, apuramento e imputação por espécie dos gastos a incorrer até às florestas se encontrarem prontas para corte e o preço de venda expectável da madeira, motivo pelo qual este assunto foi considerado uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> Entendimento dos controlos chave implementados pela Entidade, relacionados com a correta manutenção de informação fiável sobre “cadastro” da área florestal; Teste à informação incluída na base de dados através da seleção de uma amostra de contratos com os proprietários da área florestal sob gestão do Grupo e visita a algumas propriedades; Procedimentos substantivos sobre a capitalização de despesas com florestação, com rendas e sobre o total de cortes efetuados no período; Avaliação das credenciais do perito avaliador contratado para o efeito de determinar o justo valor dos Ativos biológicos; Leitura do relatório de avaliação emitido pela entidade externa contratada e verificação da sua consistência e coerência com os registos financeiros e não financeiros disponibilizados. Em particular, avaliamos os pressupostos subjacentes à determinação do justo valor, incluindo as taxas de desconto utilizadas, preço de venda expectável da madeira e gastos a incorrer até as mesmas estarem prontas para corte; Teste aos cálculos constantes do modelo utilizado pela entidade externa; Envolvimento dos nossos especialistas internos em avaliações para aferir sobre a razoabilidade da taxa de desconto considerada; e Avaliação da razoabilidade do preço da madeira, considerando dados históricos do Grupo e dos gastos estimados a incorrer até aos ativos se encontrarem prontos para corte, bem como a repartição da totalidade dos gastos entre as diferentes espécies, por comparação com os gastos incorridos no exercício.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
	Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 41 e IFRS 13), incluídas nas Notas 2.3 i) e 13 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Grupo de ativos detidos para distribuição aos acionistas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Em 31 de dezembro de 2021, o valor dos ativos líquidos classificados como detidos para distribuição aos acionistas ascendia a 390.485.178 euros, e diz respeito à Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias (Grupo Greenvolt), o qual em julho de 2021 concretizou um processo de <i>Initial Public Offering</i> (IPO), findo o qual o Grupo Altri passou a deter uma participação de 58,72%.</p> <p>Na sequência do IPO, o Grupo Greenvolt realizou várias aquisições, cuja contabilização inicial requer um julgamento elevado (i) na avaliação da existência de uma concentração de atividades empresariais ou uma aquisição de ativos; (ii) na determinação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição; (iii) na mensuração dos interesses que não controlam; e (iv) no consequente apuramento do goodwill, o qual atingiu um valor significativo.</p> <p>A auditoria do Grupo Greenvolt é assegurada por outra sociedade de revisores oficiais de contas.</p> <p>A aplicação da "IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" a um grupo de ativos detido para distribuição aos acionistas obedece a determinados critérios que devem ser cumpridos no período de relato tendo em vista assegurar que as ações necessárias para concluir a distribuição indiciam que é pouco provável que ocorram alterações significativas na distribuição ou que a distribuição não seja aprovada.</p> <p>Este assunto foi considerado uma matéria relevante porque o montante escriturado é significativo e porque a contabilização de concentrações de atividades empresariais é complexa.</p>	<p>A nossa resposta incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Desenho de um plano de auditoria para o Grupo, assegurando a cobertura de todas as subsidiárias significativas e que o nível de materialidade de execução usado na auditoria a cada uma delas é adequado; ▶ Envio de instruções de auditoria para o auditor da Greenvolt – Energias Renováveis, S.A., e realização de diversas reuniões para acompanhamento do trabalho efetuado nos principais assuntos de auditoria identificados, as quais incluíram a revisão de papéis de trabalho, dando cumprimento à Norma Internacional de Auditoria (ISA) 600, Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Financeiras de Grupos (Incluindo o Trabalho dos Auditores de Componentes); ▶ Leitura dos documentos de reporte solicitados nas instruções de auditoria enviadas, bem como da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria do Grupo Greenvolt; ▶ Avaliação do cumprimento dos requisitos previstos na "IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" para apresentação da Greenvolt – Energias Renováveis, S.A. e suas subsidiárias como Grupo de ativos classificados como detidos para distribuição aos acionistas; e ▶ Verificação da razoabilidade dos valores divulgados como unidades operacionais descontinuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como da reexpressão dos números correspondentes refletida na demonstração consolidada dos resultados. <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis, nomeadamente as incluídas nas Notas 5, 6 e 7 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo da Sociedade, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis

pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo da Sociedade

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Sustentabilidade a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o Relatório de Gestão.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo da Sociedade, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores de Altri, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas, realizada em 26 de abril de 2017, para um mandato compreendido entre os exercícios de 2017 e 2019. Na assembleia geral de acionistas, realizada em 30 de abril de 2021, fomos nomeados para um novo mandato compreendendo o exercício de 2021;

- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 7 de abril de 2022; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Altri, SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- ▶ a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- ▶ a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Porto, 7 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Altri SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 411.493.619 euros e um total de capital próprio de 194.801.611 euros, incluindo um resultado líquido de 88.065.822 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Altri SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização/imparidade dos investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante escriturado dos "Investimentos", a 31 de dezembro de 2021, ascende a 144.263.546 euros (2020: 180.988.177 euros) representando 35% (2020: 43%) do total do ativo da Entidade.</p> <p>O risco de imparidade dos "Investimentos", mensurados ao custo, foi considerado uma matéria relevante porque o montante escriturado é significativo no total do ativo e porque o cálculo do valor recuperável dos investimentos, caso existam indicadores de imparidade, é complexo, incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos quanto a, por exemplo, condições futuras de mercado e económicas, quotas de mercado, rédito</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Avaliação da existência de indícios de imparidade na mensuração dos investimentos em subsidiárias e empreendimentos conjuntos;▶ Obtenção e análise dos testes de imparidade, nos casos aplicáveis, incluindo a análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade;▶ A validação dos cálculos aritméticos do modelo utilizado; e

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
e evolução de margens, sendo que devido à pandemia Covid-19 a incerteza sobre a evolução destas variáveis aumentou.	<ul style="list-style-type: none"> A realização de análises de sensibilidade, focadas em alterações possíveis nas variáveis mais críticas, como sejam a evolução dos preços de venda, a variação na taxa de desconto e a taxa de crescimento na perpetuidade. <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 36), incluídas na Nota 4 das notas anexas às demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo das Sociedades e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações

relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que o relatório de remunerações foi apresentado.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo das Sociedades

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo das Sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de abril de 2017 para um mandato compreendido entre os exercícios 2017 e 2019. Na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de abril de 2021, fomos nomeados para um novo mandato compreendendo o exercício de 2021;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 7 de abril de 2022; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Altri SGPS, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Porto, 7 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766



Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Aos Acionistas da
ALTRI, SGPS, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, submetemos à vossa apreciação o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da ALTRI, SGPS, S.A. ("Sociedade"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1. Relatório sobre a atividade desenvolvida

Ao longo do exercício em apreço, nos termos da sua competência legal e de acordo com o estabelecido no Regulamento do Conselho Fiscal, o Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da atividade da Sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, nomeadamente a evolução dos negócios, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, e acompanhou a regularidade dos registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e a eficácia e integridade dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, efetuou reuniões, presenciais ou por via telemática, com a periodicidade e extensão que considerou adequadas, tendo reunido no ano de 2021 seis vezes, em que, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença de outros membros de órgãos ou direções da Sociedade, tais como membros do Conselho de Administração da Sociedade, e obtido da Administração e dos Serviços da Sociedade e das suas participadas as informações e esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções. Em particular, no âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração as informações necessárias ao exercício da respetiva atividade de fiscalização e procedeu às interações necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no Regulamento do Conselho Fiscal.

Em cumprimento do art.º 29.º-S, n.º 1, do Código dos Valores Mobiliários, na versão introduzida pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, na sua reunião de 18 de novembro de 2020 o Conselho Fiscal emitiu parecer prévio vinculativo relativamente à revisão da política interna em matéria de transações com partes relacionadas, política essa que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de novembro de 2020. No decurso do exercício, as transações com partes relacionadas ou acionistas qualificados enquadraram-se na atividade corrente da Sociedade, foram realizadas em condições de mercado, cumprindo os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, não tendo sido identificada a presença de conflitos de interesses.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efetuados e tomar conhecimento das respetivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta sede o Conselho Fiscal analisou ainda as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços distintos de auditoria por aquela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas ("SROC") tendo-as aprovado, desde logo por respeitarem a serviços permitidos, não afetarem a independência da respetiva SROC e cumprirem os demais requisitos legais.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo da Sociedade e os demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, designadamente as Demonstrações Individuais e Consolidadas da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e os

correspondentes Anexos, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor, é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo da consolidação e procedeu ainda à apreciação da respetiva Certificação Legal das Contas e do Relatório de Auditoria, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, documentos esses que foram emitidos com uma opinião não modificada e que merecem o seu acordo.

O Conselho Fiscal mais apreciou o Relatório do Governo da Sociedade e Relatório de Sustentabilidade (que dá cumprimento ao reporte da informação não financeira), anexos ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo confirmado que o mesmo contém os elementos referidos no art.º 29º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Em reunião de 7 de abril de 2022 o Conselho de Administração da Sociedade aprovou o relatório e as contas do exercício. O Conselho Fiscal teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

O Conselho Fiscal analisou ainda o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização e demais documentação emitido pelo representante da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo da Sociedade.

2. Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número do artigo 29º- G do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho Fiscal, declaram que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas individuais e consolidados atrás referidos foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da ALTRI, S.G.P.S., SA e do Grupo por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

3. Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão;
- b) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
- c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos Serviços da Sociedade e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 7 de abril de 2022

O Conselho Fiscal

Pedro Pessanha
Presidente do Conselho Fiscal

António Pinho
Vogal do Conselho Fiscal

Ana Paula dos Santos Silva e Pinho
Vogal do Conselho Fiscal



Relatório & Contas 21



construindo
um mundo
+ renovável

Rua Manuel Pinto de Azevedo, 818
4100-320 Porto | Portugal

T: +351 22 8346502

F: +351 22 8346503

sede@altri.pt

www.altri.pt

NIF: 507 172 086

Capital Social: 25.641.459€

